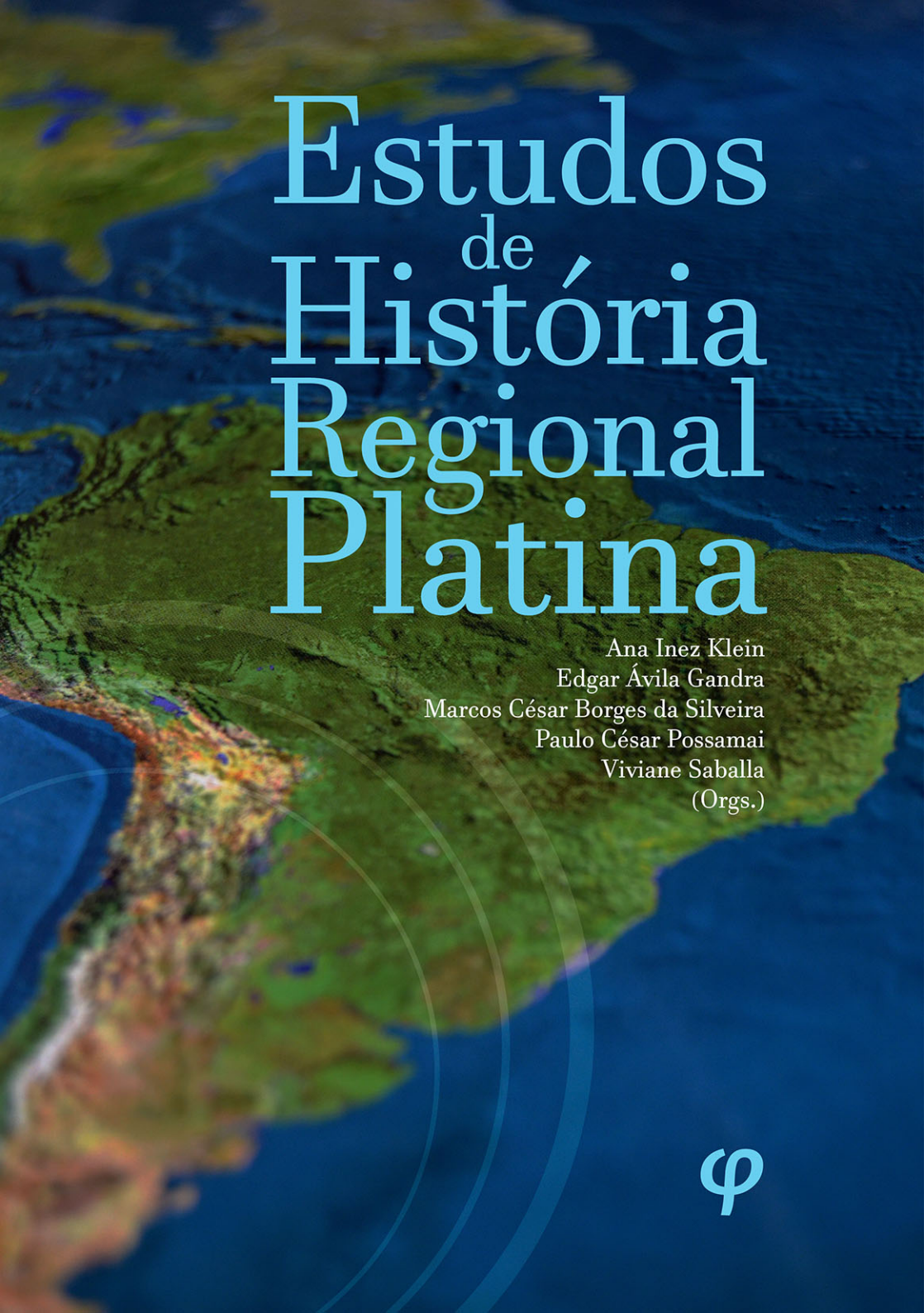


Estudos de História Regional Platina

Ana Inez Klein
Edgar Ávila Gandra
Marcos César Borges da Silveira
Paulo César Possamai
Viviane Saballa
(Orgs.)

Este livro que reúne os trabalhos apresentados no VIII Seminário de História do Rio Grande do Sul, no II Encontro Internacional de História Regional Platina e no IX Seminário de História do Rio Grande do Sul, eventos ocorridos no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Pelotas nos anos de 2015 e 2017. O objetivo geral dos eventos patrocinados pelo NPHR foi apresentar e debater os resultados de recentes pesquisas sobre a história do Rio Grande do Sul, particularmente da metade sul do estado, e dos países vizinhos, Uruguai e Argentina. A realização do VIII Seminário de História do Rio Grande do Sul, do II Encontro Internacional de História Regional Platina e do IX Seminário de História do Rio Grande do Sul foi o resultado do trabalho coletivo de professores do NPHR e seus bolsistas, com um grupo significativo de voluntários que se empenharam para que o evento ocorresse dentro da sua melhor qualidade. Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o sucesso dos nossos evento e para a realização desta publicação.

9 788556 964557

CC BY SA

editora fi
www.editorafi.org

Estudos de História Regional Platina

Organização
GANDRA, Edgar Ávila
KLEIN, Ana Inez
POSSAMAI, Paulo César
SABALLA, Viviane
SILVEIRA, Marcos César Borges da

Corpo Editorial NPHR:
Adriano Comissolli (UFSM)
Ana Inez Klein (UFPEL)
Edgar Ávila Gandra (UFPEL)
Juarez Rodrigues Fuão (FURG)
Marcos César Borges da Silveira (UFPEL)
Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)
Paulo César Possamai (UFPEL)
https://wp.ufpel.edu.br/nphr/corpo-editorial/

Editorização eletrônica
Iago Silva da Cruz
José Flávio Terra Corrêa
Paulo Possamai

Pelotas, RS / Brasil 2018

Núcleo de Pesquisa em História Regional (NPHR)
CAMPUS ICH / PORTO - Sala 106
Rua Alberto Rosa, 154 - PORTO
Pelotas - RS, Brasil - CEP: 96010-770
(53) 3284-5523
nphr.ufpel@gmail.com
http://wp.ufpel.edu.br/nphr/

Autor Corporativo:
Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas – IHGPEL
Presidente: Gilberto Demari Alves
Praça Rio Branco, 06 – CENTRO
Pelotas – RS, Brasil – CEP: 96010-340
(53) 3227-9009
ihgpel@gmail.com

Estudos de História Regional Platina

Organizadores:
Ana Inez Klein
Edgar Ávila Gandra
Marcos César Borges da Silveira
Paulo César Possamai
Viviane Saballa

editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
Capa: Carole Kümmecke - https://www.behance.net/CaroleKummecke

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

http://www.abecbrasil.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

KLEIN, Ana Inez et al (Orgs.)

Estudos de História Regional Platina [recurso eletrônico] / Ana Inez Klein et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

529 p.

ISBN - 978-85-5696-455-7

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. História; 2. Estudos; 3. Platina; 4. Pelotas; 5. Imigração; I. Título II. Série

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:
1. História 900

Sumário

Apresentação 11
Paulo Possamai

Historiografia Platina

1 15
Los estudios históricos en la universidad nacional de La Plata: la nueva escuela histórica y el mundo colonial rioplatense
Emir Reitano

2 37
História e historiografia das fronteiras. Indígenas: colonos e mediação cultural na pampa argentina [século XVIII]
Maria Cristina Martins

3 63
Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la historiografía rioplatense en el siglo XIX
Tomás Sansón Corbo

4 83
A importância da fundação da colônia do sacramento para a coroa portuguesa
José Carlos Pöppl Filho

5 101
Uma tradição farroupilha: os usos da historiografia regional na construção do legado farroupilha
Nayara Emerick Lamb

Estudos de imigração

6 115
A presença açoriana na península de São José do Norte: cultura e identidade luso-brasileira
Alessandra Buriol Farinha

7 131
Em busca do *Schlaraffenland:* a migração sob a ótica das narrativas de descendentes de pomeranos na Serra dos Tapes
Cristiano Gehrke

8 141
Convites de casamento na tradição pomerana
Débora Hartwig Wendler

9 153
O ensino no contexto pomerano: um panorama do ensino nas comunidades pomeranas de 1858 a 1941
Elias Kruger Albrecht

10 163
Os imigrantes italianos na "Princesa do Sul": aspectos da presença italiana em Pelotas (1815-1925)
Paulo César Possamai

11 179
A educação patrimonial em favor da memória da imigração em Pelotas
Ticiane Pinto Garcia Barbosa

História de Pelotas

12 195
Carteira profissional solicitada na cidade de Pelotas entre 1933-1943
Anelise Domingues da Silva

13 207
Dados biográficos do cronista pelotense Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)
Ana Inez Klein; Jéssica Souza de Oliveira

14 221
O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900)
Jonas Moreira Vargas

15 251
A cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites: novas fontes documentais para o seu estudo (década de 1910).
Jonas Vargas; Jéssica Rodrigues Peres

16.....277
As marcas da ditadura civil-militar ha história local de Pelotas
Sinara Veiga Faustino

17..... 287
A elite política de Pelotas após o ciclo do Charque, no início do séc. XX como problema de pesquisa
Daniel de Souza Lemos

18 297
A história descartada da praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS)
Letícia Nörnberg Maciel

19.....313
Os reflexos da atuação de padre Reinaldo Wiest nas cidades de Pelotas e Piratini – RS
Ticiane Pinto Garcia

20..... 329
A história da região sul do Rio Grande do Sul registrada no acervo do memorial da associação comercial
Andréa Molina Barbosa Viana

21..... 343
Museus, coleções e cientistas: interdisciplinaridade, trocas e intercâmbios na América do Sul (séc. XIX)
Daniel Barbier; Diego Lemos Ribeiro

22.....357
Organização do acervo de testamentos e inventários da secretaria da fazenda de Pelotas (1864-1966)
Ana Inez Klein; Cleoni Lima de Ávila; Secundino José Rosa

Estudos de gênero e etnia

23..... 369
Mulheres deslembradas na história e na educação: como lembrá-las? desafios para a história e para a história da educação
Eliane Peres

24 385
Representações de gênero em cartilhas e pré-livros gaúchos (1948-1977): as meninas e as mulheres em questão
Indiara Gaia da Silva

25 401
As participações étnicas e suas contribuições na formação da Vila Nova 7º distrito de Pelotas - RS
Eliana Menezes de Souza

26 415
A política da branquitude e a invenção da mulata: um concurso de beleza gaúcha contra o racismo
Beatriz Floôr Quadrado

27 431
As marias que tecem os amanhãs
Caroline Duarte Matoso

28 449
Problematizando concepções de campo nos cadernos escolares
Leticia Sell Storch

História militar

29 465
Força social da Marinha: as ações pedagógicas em Rio Grande /RS que mudam a vida dos jovens brasileiros (1998-2017)
Laryssa Celestino Serralheiro

30 481
A associação "fuzinauta" e a "cidade vermelha": a mobilização dos marinheiros e a repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964
Robert Wagner Porto da Silva Castro

31 515
E foi dessa forma que nasceu e foi noticiado o primeiro orgão de formação milltar naval no extremo sul do Brasil
Cosme Alves Serralheiro; Jorge Antonio Dias

Apresentação

Paulo Possamai

É com grande satisfação que apresento, em nome dos meus colegas professores coordenadores do Núcleo de Pesquisa em História Regional (NPHR), Ana Inez Klein, Edgar Gandra, Marcos da Silveira e Viviane Saballa, este livro que reúne os trabalhos apresentados no VIII Seminário de História do Rio Grande do Sul, no II Encontro Internacional de História Regional Platina e no IX Seminário de História do Rio Grande do Sul, eventos ocorridos no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Pelotas nos anos de 2015 e 2017.

O objetivo geral dos eventos patrocinados pelo NPHR foi apresentar e debater os resultados de recentes pesquisas sobre a história do Rio Grande do Sul, particularmente da metade sul do estado, e dos países vizinhos, Uruguai e Argentina.

A realização do VIII Seminário de História do Rio Grande do Sul, do II Encontro Internacional de História Regional Platina e do IX Seminário de História do Rio Grande do Sul foi o resultado do trabalho coletivo de professores do NPHR e seus bolsistas, com um grupo significativo de voluntários que se empenharam para que o evento ocorresse dentro da sua melhor qualidade. Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o sucesso dos nossos evento e para a realização desta publicação.

Historiografia Platina

1

Los estudios históricos en la universidad nacional de La Plata: la nueva escuela histórica y el mundo colonial rioplatense[1]

Emir Reitano[2]

La Universidad Nacional de La Plata y los estudios históricos en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación se construyeron con la impronta de Ricardo Levene, la cual dejó su estela por años en muchos de sus discípulos.

Desde mediados de la década de 1920 Levene fue uno de los principales referentes de la Nueva Escuela Histórica, junto con Emilio Ravignani y en menor medida Rómulo Carbia, Diego Luis Molinari y Luis María Torres.

La Nueva Escuela Histórica pretendía profesionalizar y aplicar el método científico a los estudios históricos, dejando atrás

---

[1] Versiones preliminares de este trabajo se presentaron en el XV Congreso de Historia de los pueblos de la Provincia de Buenos Aires, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, en el marco de la mesa "El Archivo Histórico de la Provincia y la Universidad Nacional de La Plata. 90 años de estudios históricos", 24 de abril de 2015.

Partes de este trabajo fueron publicadas como: EMIR REITANO. "Enrique Barba y el orbe colonial rioplatense. Balances y proyecciones", En: *Anuario del Instituto de Historia Argentina* Nro 9. La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2009. pp. 213-224. ISSN 1668-950X

[2] Centro de Historia Argentina y Americana (CHAyA); Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS); Universidad Nacional de La Plata - Argentina

un largo período durante el cual las publicaciones sobre historia tuvieron un carácter de ensayos filosóficos y sociológicos.

Simultáneamente, esta nueva escuela buscó conscientemente la formación de una identidad histórica común para los argentinos y que la misma fuera capaz de absorber a los inmigrantes y a los hijos de inmigrantes.

Hace medio siglo, Andrés Allende pregonaba en un artículo publicado en la revista *Trabajos y Comunicaciones,* que indudablemente una de las consecuencias más transcendentales de la Reforma Universitaria llevada a cabo en Argentina entre los años 1918 y 1920, fue la nueva orientación impresa a los estudios de las distintas especialidades o carreras. Esta orientación estaba dedicada a transformar a la Universidad en un organismo destinado a servir a las necesidades colectivas; despojarlas de su carácter exclusivamente profesional y ponerla en contacto con los valores permanentes del hombre y de la vida. [3]

Era innegable que hasta aquel momento las Universidades argentinas, reducidas a expedir títulos o diplomas profesionales no correspondían a las necesidades del país ni se hallaban a la altura de los cambios acaecidos en el mismo en todos los aspectos de su vida cotidiana, pero en este caso resulta apropiado aplicar el proverbio de E. H. Carr: *antes de estudiar historia estudia al historiador*[4] y sin duda existieron razones personales y sociales para que Ricardo Levene actuara acorde a la época que le tocó vivir.

La creación de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata en 1921, fue el resultado de una prédica y una acción incansables a favor de la implantación y desarrollo de los estudios humanísticos en las pocas Universidades existentes en el país. La prédica efectuada por

[3]ANDRÉS ALLENDE, "Ricardo Levene y los estudios humanísticos en la Universidad Nacional de La Plata". En*: Trabajos y Comunicaciones*, La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 1965, Nº 14, pp. 9-29.

[4]PETER BURKE, *El Renacimiento,* Barcelona, Crítica, 1993. p 11

Ricardo Levene a lo largo de dos decanatos en la mencionada Facultad y continuada luego en dos presidencias de la Universidad le permitieron bregar por un cambio en la enseñanza superior, dejando de lado el pragmatismo, el profesionalismo agudo y la cerrada especialización, para reemplazarlos por la cultura integral lograda mediante el estudio armónico de las ciencias y de las humanidades clásicas y modernas.[5]

Por otra parte la civilización occidental vivía horas de agitación e incertidumbre generadas con el fin de la Primera Guerra Mundial y la Revolución bolchevique de 1917. Era en ese momento de crisis en que se producía el quiebre de los viejos valores políticos y sociales. Frente a un mundo que se transformaba la Universidad argentina había permanecido demasiado estática, como extraña a los problemas urgentes que se derivaban y que era necesario resolver. Esto fue notado y destacado por algunos intelectuales de la época y sobre todo por los jóvenes que llevaron adelante el proceso de Reforma Universitaria.

Por estos años Ricardo Levene, profesor en las Universidades Nacionales de Buenos Aires y de La Plata señalaba la necesidad de producir cambios. Para él resultaba inútil que los institutos superiores de enseñanza del país continuasen desenvolviendo sus actividades al margen de los problemas que agitaban a la sociedad argentina. Levene había visto con profunda simpatía el movimiento estudiantil que culminó con la Reforma Universitaria de 1920. Invitado en noviembre de 1919 a dar su opinión sobre el mismo para un periódico metropolitano, se declaró partidario de la intervención de los estudiantes en el gobierno porque ellos *traían consigo un espíritu nuevo, renovador, no apegado a tanto vano prejuicio social o económico*. N*o debe olvidarse que ya en las Universidades medievales existía el claustro, constituido por profesores y egresados de la Facultad que elegían a sus*

[5]ANDRÉS ALLENDE, Op. Cit. p. 11.

autoridades.[6] También se manifestó partidario de la asistencia libre y de la docencia libre que, a su juicio, estaba llamada con el tiempo a estimular la acción del profesor titular y no precisamente a rivalizar con él. Con clara visión y anticipando por cierto a muchos años de distancia afirmó que los cursos libres, realizados de manera cuatrimestral, vendrían a demostrar que no pocas cátedras oficiales podrían desarrollarse simplemente en cuatro meses y no en los ocho del año lectivo.[7]

En junio de 1920 el Poder Ejecutivo Nacional aprobó los principios básicos de la Reforma Universitaria. Los estudiantes habían luchado nueve largos meses hasta obtener la reforma de los Estatutos con asistencia libre y su participación en el gobierno de la Universidad y, aun cuando el ambiente seguía convulsionado, las autoridades dispusieron la realización de elecciones con el objeto de renovar los consejos académicos, elegir decanos, constituir el consejo superior y designar presidente de la Universidad. En ese contexto el voto mayoritario de profesores y estudiantes llevó a Levene al decanato de la Facultad de Ciencias de la Educación, cargo desde el cual incentivó la reforma de los métodos de enseñanza. A la ejecución de su pensamiento amplio respondió la creación de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación en 1921, organizada sobre la base de la institución precedente que se había fundado en 1914.[8] En sus nuevos planes de estudio la nueva Facultad creaba nueve profesorados con un promedio de veinte asignaturas cada uno a los que se podía ingresar con títulos de bachiller o maestro normal. De este modo la función de la nueva facultad no sería solamente la formación del profesorado

[6] Ibidem, p. 12.

[7] Ibidem, p. 12.

[8]JULIO CASTIÑEIRAS, *Historia de la Universidad Nacional de La Plata.* La Plata, UNLP, 1940. pp.93-102.

[8]ANDRÉS ALLENDE, Op. Cit. p. 16

[8]MARCELO RIMOLDI, *Guía del Investigador*, La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2006, p. 13.

secundario sino también la difusión de la cultura literaria, histórica y filosófica en su más alta expresión.

Se buscó adentrar a los alumnos en la investigación original y a la observación directa de las fuentes y documentos, ampliando la formación de los estudiantes. Pocos meses bastaron a Levene para la organización de una nueva facultad. Así esta función cumplida en su primer decanato se amplió y continuó en el segundo período pero ahora con repercusión en todo el país y marcando rumbo en la enseñanza universitaria argentina. Fundó también la revista *Humanidades* y la colección *Biblioteca de Humanidades,* que tuvo por objetivo impulsar la investigación original publicando los trabajos monográficos y tesis de los profesores y graduados de la Facultad. Su primer número apareció en 1923.[9] Estas intensas actividades le valieron a Ricardo Levene para que en 1926 fuera elegido nuevamente para un segundo mandato como decano y en el que habría de continuar con renovado impulso. Con criterio erudito, un año antes había fundado el Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires sobre la base de la gran documentación hasta entonces dispersa en las oficinas de los ministerios, cámaras legislativas y tribunales bonaerenses. Al inaugurarlo había cuidado de advertir que la nueva institución estaría en relación inmediata con la Dirección General de Escuelas de la Provincia de Buenos Aires para coadyuvar en la preparación histórica de los maestros.[10] El Archivo estaría también en constante comunicación con la Facultad de Humanidades cuyos alumnos tendrían en él un *gabinete de observación directa* para los cursos de Seminario. Levene aspiraba a que cada una de las secciones de la Facultad de Humanidades poseyera, para hacer obra fecunda, los elementos y materiales necesarios para la investigación original, como de hecho ya los poseía la Sección de Historia en el Archivo de reciente fundación. Sin embargo la gran obra del segundo

[9]ANDRÉS ALLENDE, Op. Cit. p. 16

[10]MARCELO RIMOLDI, *Guía del Investigador*, La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2006, p. 13.

decanato de Levene fue la reforma del plan de estudios por la que se llevó a cabo la creación de los doctorados en Filosofía, Historia y Letras como carreras eminentemente vocacionales destinadas a una minoría calificada, pero cuya formación interesaba a la cultura del país y a la Universidad.

"El sentido original de esta reforma –explicaba Levene- consiste en acentuar la enseñanza de las disciplinas del humanismo moderno y no del antiguo. Sin pretender oponer el uno al otro, pues ambos se han influenciado recíprocamente, el humanismo antiguo está fundado en el estudio de las lenguas grecolatinas y su literatura, y el moderno transfundiendo y renovando su espíritu procura desde el principio del siglo pasado la educación de la personalidad con el concepto integral de la cultura. La Filosofía, la Historia, la Estética y la Pedagogía abarcan la universalidad de los problemas del humanismo moderno, sin desconocer por cierto que se nutren en fuentes clásicas"[11]

De ese modo y con ese concepto se crearon por primera vez en el país nuevas asignaturas como Historia Argentina Contemporánea, Historia Americana Contemporánea, Filología Castellana y Filosofía Contemporánea con criterio histórico, sociológico y filosófico. La Facultad de Humanidades fue centro a lo largo de este segundo decanato de una intensa actividad intelectual que alcanzó resonancia en todo el país hasta el final de su mandato en julio de 1930.

Pareciera que toda la actividad iniciada por Ricardo Levene tuviera un carácter fundacional. Así con el criterio de fundar un Archivo en la Provincia pudo darle sentido a una historia de la misma. En efecto, la Provincia de Buenos Aires, luego de la ley de Federalización de 1880 y la posterior fundación de la ciudad de La Plata en 1882, necesitaba consolidar una identidad histórica ligada a su propio pasado, con autonomía, y de este modo Levene lograba, con la fundación del Archivo y con la consolidación

[11]Ibidem p. 23.

intelectual renovadora en las humanidades a través de la Universidad local, un basamento claro para la construcción de la historia de la provincia y su ciudad capital.

Aunque se asomaban años oscuros en el horizonte del país y del mundo la Universidad siguió conservando su impronta reformista y progresista como constituyó desde siempre una característica platense. Levene fue llamado dos veces para desempeñar la presidencia de la Universidad de La Plata y continuar desde ella la obra fecunda de renovación que había iniciado en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Fue su presidente entre diciembre de 1930 hasta junio de 1931, volviendo a ocupar la presidencia entre junio de 1932 y junio de 1935. Tenía simpatías con el gobierno conservador de Agustín P. Justo a quien lo unía una amistad, sin embargo ello no le impidió con libertad de pensamiento organizar entre abril y mayo de 1933 en la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata un ciclo de conferencias sobre la obra de Carlos Marx en el cincuentenario de su muerte. A ese ciclo fueron invitados a participar destacados intelectuales del momento como Aníbal Ponce, Emilio Frugoni y Ventura Pessolano entre otros.[12]

Al final de su mandato continuó con su tarea. Dejando la presidencia en su sucesor, el ingeniero Julio R. Castiñeiras, Levene siguió ligado intensamente a la Universidad. Dictó conferencias en la Universidad de Río de Janeiro en el año 1936 entre las que se destacó su ponencia titulada *El concepto de la Historia Americana y las nuevas investigaciones históricas en Brasil y Argentina*. Organizó para 1937 el *Segundo Congreso de Historia de América* que sesionó entre la ciudad de Buenos Aires y la ciudad de La Plata, inaugurando el nuevo edificio de la Biblioteca central de la calle 7 y 60.[13]

---

[12]Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, *La obra de Carlos Marx. Conferencias pronunciadas en la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata en abril –mayo de 1933*. La Plata, 1934.

[13]JULIO CASTIÑEIRAS, Op. Cit. pp. 364- 366.

La Facultad de Humanidades y su carrera de Historia no estuvieron ausentes en esas jornadas. Para ese año, en las aulas del Doctorado en Historia de la Universidad de La Plata, José Luis Romero defendía su tesis sobre *Los Gracos y la formación de la idea imperial*. Romero había nacido en Buenos Aires en 1909, era hijo de un matrimonio español y había comenzado sus estudios universitarios en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata. Sin embargo la línea de estudios que Levene había orientado hacia la enseñanza de la historia no logró atraer al joven Romero que estaba fascinado por otra dimensión de la cultura. Sus verdaderos maestros en La Plata fueron Alejandro Korn y Pedro Henríquez Ureña, los cuales influyeron definitivamente en su trabajo.[14]

Ricardo Levene historiador

Además de su intensa actividad como funcionario, Ricardo Levene fue un incansable escritor y sus obras superan el centenar. Cabe destacar entre ellas por su originalidad temática y calidad heurística, Las ideas históricas de Mitre (1948); El proceso histórico de Lavalle a Rosas (1950); como también sus sólidos aportes para el pasado colonial rioplatense como Las Indias no eran colonias (1951) y las Investigaciones acerca de la historia económica del Virreinato del Río de la Plata (1952). Clave fue también su gran innovación al proponer una Historia de la Provincia de Buenos Aires y la formación de sus pueblos (1941-1942) o la idea de promover desde la Academia Nacional de la Historia una Historia de la Nación Argentina; desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862 (1936-1950), sin dejar de mencionar su contribución a la Historia del Derecho Argentino (1945).

[14] TULIO HALPERIN DONGHI, "José Luis Romero y su lugar en la historiografía argentina", en: TULIO HALPERIN DONGHI, *Ensayos de historiografía,* Buenos Aires, El cielo por asalto, 1996, pp.73-75.

Levene integrante de la Nueva Escuela Histórica como ya señalamos, buscó intensamente la profesionalización de la tarea del historiador. Así, la introducción de conceptos científicos y el apego a la investigación basada en el análisis de los documentos fue el sello distintivo de su obra y la de sus seguidores. Se identificaba con la línea historiográfica liberal denominada "Mayo-Caseros" inaugurada en su momento por Bartolomé Mitre y su protagonismo en esta corriente de interpretación le valió las críticas de los sectores revisionistas más ortodoxos, sectores que a partir de la década del '30 venían fustigando cada vez con mayor virulencia a la historiografía tradicional argentina. A diferencia de algunos de sus colegas que incursionaron en la vida política partidaria (como Ravignani o Molinari), Levene se mantuvo en una postura estrictamente profesional y alejada de aquella, lo que no debe entenderse como una negación de la misma ni mucho menos su prestigio personal y académico le permitieron entablar relaciones cordiales con los gobernantes de turno, siempre teniendo como norte la indagación y difusión de la historia. Así sucedió con los presidentes Agustín P. Justo que auspició el proyecto de *Historia de la Nación Argentina,* Roberto M. Ortiz quien allanó los inconvenientes administrativos para la creación del Museo Sarmiento y Juan D. Perón de quién había sido su profesor en el Colegio Militar. Lo propio ocurrió con los gobernadores José L. Cantilo que accedió a crear el Archivo Histórico provincial, Manuel Fresco que apoyó el proyecto de Historia de la provincia de Buenos Aires y Domingo A. Mercante que aprobó la realización del Primer Congreso de Historia de los Pueblos de la Provincia en 1950.[15]

Eduardo Escudero destacó que Levene, como los otros integrantes de la Nueva Escuela, adscribió a la propuesta de Síntesis histórica francesa, por ello, criticó desde su oratoria el

[15] CLAUDIO PANELLA, "Ricardo Levene", Día de consulta 12 de abril de 2015. www.amigoslevene.com.ar/colaboraciones/22ricardo_levene.html

abuso del análisis puramente documental, planteando la necesidad de promover el diálogo y las relaciones intelectuales entre los historiadores, los sociólogos y los filósofos. Afirmaba que la investigación es previa y que la síntesis, primero erudita y luego científica, es el objeto específico del trabajo del historiador. Consideraba también que la crónica, a diferencia de la historia, es una historia muerta y falsa, lo mismo que *la historia filológica encerrada en vitrinas, sin vida, con el brillo de la erudición (...) es la ignorancia fastuosa*. La historia construida se logra mediante una relación que existe entre el presente vivido y el pasado a historiar por el historiador.[16]

Levene opinaba que el sujeto historiador debía ser un agente social comprometido con la verdad, aquella verdad positivamente factible desde la rigurosidad documental. El historiador era un maestro, en tanto la historia era maestra de la vida, tal como pauta en la cita: *(...) Los historiadores desempeñan una misión social, además de la tarea científica que cumplen, siguiendo la estrella polar de la verdad, que es por sí sola un resplandor de la justicia y la belleza. (...)*.[17]

El sendero de la Nueva Escuela Histórica en la figura de Enrique Barba

En esos años movidos de la década del treinta otro hijo de la ciudad consolidaba su figura como historiador: Enrique Mariano Barba había nacido en La Plata en 1909, al igual que José Luis Romero, era hijo de inmigrantes españoles, cursó sus estudios en la Universidad Nacional de La Plata recibiéndose de profesor de

[16] [Conferencia pronunciada en el Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro, 30 de julio de 1936].y [Disertación leída en la Universidad de Buenos Aires en oportunidad del acto conmemorativo del IV Centenario de la fundación de la ciudad, 14 de octubre de 1936], pp. 133-134, Ambas en: EDUARDO ALBERTO ESCUDERO, "Ricardo Levene: un historiador-orador y su *modus operando*" Consulta el 15 de abril de 2015www.ffyh.unc.edu.ar/archivos/modernidades_a/.../articulo-escudero.htm

[17] Ibidem p. 6

Historia e Instrucción Cívica en 1932. Al poco tiempo de graduarse recibió una beca del Instituto de Instrucción Pública de la breve República Española -beca obtenida con el aval de Ricardo Levene, su maestro en la Argentina y el de Rafael Altamira en España-. Bajo la dirección de Antonio Ballesteros y Beretta obtuvo su grado de Doctor en 1934 con la tesis titulada "*Don Pedro de Cevallos, Gobernador de Buenos Aires y Virrey del Río de la Plata*" publicada por la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de La Plata en 1937.[18]

De regreso a su ciudad se integró al plantel docente de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Allí años atrás había sido formado, como ya señalamos, por los docentes de la Nueva Escuela Histórica entre los que se encontraban, además de Ricardo Levene, Rómulo D. Carbia, Emilio Ravignani, Luis María Torres y Carlos Heras. Se inició, en junio de 1934, como adscripto de Historia Americana Contemporánea y cesó en 1946 como Vicedecano de la Facultad de Humanidades de la Universidad de La Plata, cuando fue intervenida la misma por el gobierno nacional. Pidió sucesivas licencias hasta que en 1952 se lo separó definitivamente de sus cargos.[19] Luego de la revolución de 1955 comenzó a consolidar su hegemonía dentro de su casa de estudios llegando a ser Decano de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación el 21 de noviembre de 1958 para el período 58-61 y, reelección mediante, prolongó dicho cargo hasta 1964.[20]

---

[18]MARÍA A. DUARTE. "Trayectoria del Doctor Enrique Barba", En: *Enrique Barba In Memoriam,* Buenos Aires, Fundación Banco Municipal de La Plata, 1994, p.15.

ENRIQUE BARBA, *Don Pedro de Cevallos, Gobernador de Buenos Aires y virrey del Río de la Plata,* La Plata, Universidad Nacional, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1937, 237p. (Biblioteca Humanidades, 19)

Existen tres ediciones más de esta obra: Segunda edición: Buenos Aires, Editorial rioplatense, 1978, 319p. Tercera edición. Madrid, ICI, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1988, 334p. Una cuarta edición, de reciente aparición, La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2009.

[19] NOEMÍ GIRBAL DE BLACHA, Enrique Barba: "Los estudios históricos y su labor como Decano de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación", en: *Enrique Barba In Memoriam,* Buenos Aires, Fundación Banco Municipal de La Plata, 1994, p.56.

[20] Ibidem, p.57.

El haber sido relegado del claustro docente durante el gobierno peronista, el reconocimiento de sus trabajos históricos sobre la época de Rosas, su actitud política frente al régimen y el haber sido el hijo predilecto de Ricardo Levene dentro de la Nueva Escuela Histórica, resultaron fundamentales para que en 1956 fuera elegido miembro de número en la Academia Nacional de la Historia -ocupando el sitial número 21 vacante de Emilio Ravignani-. En 1976 desempeñó el cargo de presidente en la mencionada corporación hasta el día de su muerte ocurrida en 1988. También el haber sido director honorario del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires desde 1962 le valió como antecedente para que en 1984 fuera designado director del Archivo General de la Nación, otro cargo que ocupó hasta su muerte.

Sus libros, folletos y colaboraciones suman más de 50 trabajos a lo largo de 55 años de labor, sin embargo, en las líneas que siguen a continuación no vamos a referirnos a sus estudios sobre Rosas y su época -lo más conocido de su obra- sino que nos referiremos a su veta menos divulgada: el aporte historiográfico que realizó Enrique Barba para la construcción del pasado colonial rioplatense como huella de su pertenencia a la Nueva Escuela Histórica.

El orbe colonial rioplatense en la obra de Enrique Barba [21]

Enrique Barba se había formado dentro de la Nueva Escuela Histórica y a ella pertenecía dado que la influencia del rígido profesionalismo que detentaba dicha escuela lo marcó durante toda su trayectoria. Se inició con la historia colonial al enfocar su tesis sobre Don Pedro de Cevallos y en ella develó nuevas perspectivas analíticas rastreando la actuación del primer virrey del Río de la

[21] Muchos aspectos de los abordados en estos párrafos fueron tratados oportunamente en: REITANO, Emir. "Enrique Barba y el orbe colonial rioplatense. Balances y proyecciones", En: *Anuario del Instituto de Historia Argentina* Nro 9. La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2009. Pp. 213-224. ISSN 1668-950X.

Plata y arrojando nueva luz -para el momento en que fue escrito- sobre el proceso de creación del virreinato austral.[22]

La publicación, por su Universidad, en 1937, tuvo un impacto en el mundo intelectual que, el mismo autor confesaba, era mucho mayor de lo esperado: *En los periódicos más importantes del momento, La Prensa y La Nación, aparecieron críticas por demás auspiciosas. Pero fue el Dr. Emilio Ravignani, en su trabajo El virreinato del Río de La Plata, incluido en el Vol. IV, primera sección de la Historia de la Nación Argentina, editada por la Academia Nacional de la Historia, quien más puso de su parte para que mi libro fuera conocido y tomado en cuenta. Si en alguna manera mi libro ha tenido algún éxito se debe al maestro que recuerdo.* [23]

Ese trabajo de Enrique Barba se enmarcaba dentro de un contexto internacional en el que las biografías de los "grandes hombres de la América Hispánica" se habían puesto de relieve así, Úrsula Lamb realizaba por aquellos días una interesante y reveladora biografía de Nicolás de Ovando, Gobernador de las Indias, como tesis doctoral y Samuel Eliot Morison nos ponía a Colón en el mar con *El Almirante de la Mar Océano*.[24]

Enrique Barba, sentó las bases para una nueva forma de hacer historia donde, si bien la impronta de la Nueva Escuela Histórica estaba presente, era notable la formación heurística lograda por la influencia de Ballesteros Beretta y el rigor documental sumado a un logrado análisis de fuentes. Casi cuarenta años después de su primera edición en 1937, decidió hacer una nueva edición del libro con motivo del bicentenario de la creación del Virreinato del Río de la Plata. En ella revisó cuidadosamente su

---

[22] CARLOS A. MAYO, "Enrique M. Barba (1909-1988)", en: *Hispanic American Historical Review*, 69, 3, agosto 1989, pp. 559-561.

[23] ENRIQUE BARBA, *Don Pedro de Cevallos, Gobernador de Buenos Aires y virrey del Río de la Plata,* La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2009, p.10.

[24] URSULA LAMB, *Frey Nicolás de Ovando. Gobernador de las Indias (1501-1509),* Madrid, España: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Gonzalo Fernández de Oviedo", 1956.

SAMUEL ELIOT MORISON, *Admiral of the Ocean Sea*, Boston, Little Brown and Company, 1942.

trabajo y le adosó un extenso prólogo. También amplió y enriqueció el texto con nueva información documental y bibliográfica fruto de casi cuarenta años de labor historiográfica en el país. Esta nueva edición de *Don Pedro de Cevallos*, nos devela a un historiador sólido y formado donde se actualiza bibliográfica e historiográficamente la obra y, de este modo, podemos afirmar que existen dos obras sobre Pedro de Cevallos en la pluma de Barba, una fruto de su ímpetu juvenil escrita en la veintena de sus años y esta otra, producto de un maduro historiador que ha evolucionado con los tiempos históricos, políticos, sociales e intelectuales que le tocaron vivir.

Don Pedro de Cevallos es una obra singular. Luego de una aguda y analítica presentación bibliográfica que realiza cuidadosamente en el primer capítulo, Barba nos induce a observar lo orígenes de la familia de Cevallos y los primeros años de Don Pedro, para llevarnos luego a la problemática política existente en América entre ambas coronas peninsulares. A través del análisis de una extensa bibliografía Barba da fundamento argumental a su capítulo con escritura ágil y fluida.

El corazón del texto se encuentra entre los capítulos V al X en los cuales vemos a Cevallos en su preparación en la expedición al Río de la Plata. A través de exhaustivos diagramas gráficos podemos desentramar la magnitud y dimensión de los costos humanos y económicos de aquella epopeya. El mundo de Cevallos gobernador, su preparación para la guerra y su desenlace no son hechos aislados como los relata Barba en su texto, su correlación en el contexto europeo es fundamental en el trabajo y así el Tratado de París, sumado a las dudas y reflexiones que el autor propone en la obra nos muestran un complejo mundo político como tablero de ajedrez por las variables que el conflicto puede tomar y, en ello, Barba demuestra su agudo ojo de observador, analista e historiador proyectando una complejidad en el abordaje que va mucho más allá de una mera biografía histórica que este libro, radicalmente, no es.

Enrique Barba también escribió sobre el período colonial otros dos trabajos importantes: *La organización del trabajo en el Buenos Aires Colonial* (una investigación publicada por el Centro de Estudios Históricos de la Universidad Nacional de La Plata en 1944) y un breve artículo *Sobre el contrabando de la Colonia del Sacramento* (publicado por la Academia Nacional de la Historia en *Investigaciones y Ensayos* en junio de 1980).[25]

Con respecto a *La organización del trabajo en el Buenos Aires Colonial*, éste constituye un sólido aporte a la historia social colonial rioplatense y a las características que los sectores bajos fueron delineando en su devenir laboral dentro de la región a través de la constitución del gremio de zapateros en la ciudad de Buenos Aires, en 1779, y al padrón de artesanos que el Virrey Vértiz mandó a realizar en 1780. Con una exhaustiva indagación sobre documentos inéditos, para aquellos años, logró desentramar el mundo de los trabajadores con sus conflictos internos y las disputas ante las autoridades virreinales con claridad inigualable, evidenciando que la constitución del gremio de zapateros no resultó una tarea sencilla en aquellos momentos del nuevo virreinato. En el camino que Barba señaló sobre esta temática, Lyman Johnson construyó su tesis de doctorado sobre los artesanos de Buenos Aires treinta años después y, si bien discrepa en algunas consideraciones sobre el tema, el trabajo transita por líneas paralelas y similares.[26]

Barba, al igual que Levene, era un convencido de que la Historia y las Humanidades debían ir por la misma senda. En defensa de este ideal respondió con una profunda crítica al Decano de la Facultad de Ciencias Económicas de Buenos Aires cuando

[25] NÉSTOR POITEVIN, "Bibliografía del Doctor Enrique M. Barba", en: *Enrique Barba In Memoriam,* Buenos Aires, Fundación Banco Municipal de La Plata, 1994, pp.569-588.

[26] LYMAN JOHNSON, *The artisans of Buenos Aires during the Viceroyalty (1776-1810),* Ph. D. The University of Connecticut,1974, mimeo, 310 pgs; Y "Francisco Baquero: zapatero y organizador (Río de la Plata siglos XVIII y XIX)", En: SWEET, D. NASH, G., *Lucha por la supervivencia en la América Colonial,* México, Fondo de Cultura Económica, 1987, pp. 73-84.

cambió de ubicación, en 1969, a la asignatura Historia Económica y Social quitándola del Departamento de Humanidades donde estaba y poniéndola en el de Economía.[27]

Juzgaba que *el hombre sigue siendo el creador de esa aventura que es su vida en sociedad; el centro de su propia observación y reflexión, pues es mirándose a sí mismo...que puede pensarse legítimamente en reconstruir en forma inteligible el proceso histórico.*

El hombre es el narrador de su propia aventura

Y esa aventura será más fácilmente recreada y más digna de ser conocida en la medida que la historia se mueva dentro de un ambiente densamente culto. Y se enrarece el aire vivificante que debe penetrar por todos los poros de la historia si a ésta se la saca de su ambiente natural que son las Humanidades.[28]

Supo como historiador hacer una inteligente selección de su temática dentro de la historia nacional dando respuestas válidas para el período que analizó. En el proceso histórico centrado en las luchas por la organización nacional, consideraba fundamental el análisis de las falsas antinomias con que se habían manejado algunos historiadores para abordar el estudio del período (aunque él no logró superarlas en su totalidad).

Luego se abocó absolutamente al estudio de la figura de Rosas exponiendo, dentro de un cuadro por demás complejo, las circunstancias del acceso al poder del caudillo como también el significado de su política y sus motivaciones personales. Es así que el análisis realizado en su libro "*Unitarismo federalismo y rosismo*" resulta ser de una vigencia historiográfica que todavía hoy merece ser destacada.

---

[27] ENRIQUE BARBA, "A los veinte años", en: *Trabajos y Comunicaciones* Nro 20, La Plata, 1970, pp.11-14.

[28] Ibidem, p.13.

Conclusiones

Ricardo Levene, como gran parte de los intelectuales de su época, estaba convencido de que la historia era maestra de la vida y por ello los historiadores debían ser agentes sociales comprometidos con la verdad histórica. De igual modo la idea de historia estaba íntimamente relacionada con la idea de tradición. La tradición nacional era evocada por el historiador para legitimar la autoridad del orador y dotar de validez a las imágenes del pasado por él mismo rememoradas. La tradición historiográfica liberal brindaba sentido al modo de proceder discursivo, y se matizaba con el hispanismo y el americanismo desde la concepción historiográfica de Ricardo Levene. En el ámbito nacional y extranjero Levene supo tender redes de relaciones e institucionalización académica que fueron fundamentales para la consolidación de una tradición historiográfica reunida y solidificada a su instancia. Durante su época Ricardo Levene contribuyó, desde una exitosa y extraordinaria labor política, educativa y cultural, a precisar y promover una visión del pasado argentino y americano que ha quedado proyectada en el tiempo y en la memoria colectiva nacional. Esta visión, generalmente denominada "historia oficial", constituyó el discurso que el revisionismo histórico argentino de los años '30 calificó de falso, susceptible de una revisión acompasada en la urgencia de los debates políticos y concretamente historiográficos de la Argentina de aquellos años.[29]

En cuanto a Enrique Barba y su sendero trazado podemos observar que fue más extenso y variado de lo que se pensaba. Muchos de los jóvenes investigadores que se acercan al pasado colonial poco dimensionan esta impronta. Su pluma era clara, sólida y reunía todas las cualidades de buen escritor. Sus obras tuvieron (y tienen aún) el reconocimiento de un considerable

[29] EDUARDO ALBERTO ESCUDERO Op. Cit. P.28.

número de historiadores y también de quienes no lo son. Conocía de lleno sobre esa tarea que, según Alejandro Korn, los miembros de la Nueva Escuela Histórica dominaban: la fatiga de la investigación. El resultado de su gran esfuerzo en la búsqueda documental fue su contribución a la historia colonial y fundamentalmente, a la época de Rosas. De este modo, su exhaustiva tarea de investigador realizada con fuentes primarias constituyó un sendero por el que todos sus discípulos, y también los discípulos de sus discípulos supimos transitar.

Podemos señalar, por lo tanto, que fue un escritor para un sector más amplio que el ambiente académico. Sus obras llegaron y llegan todavía a quienes se inician en la indagación del pasado argentino porque ofrecen claridad para distinguir los hechos fundamentales del proceso histórico que desentrañan.

Enrique Barba, "el más valioso de los epígonos de la Nueva Escuela Histórica" como destacó Tulio Halperín Donghi[30], murió en 1988 sin escribir esa historia definitiva de la época rosista que era lógico esperar de él. Sus trabajos sobre Rosas y el federalismo permitieron abrir nuevas miradas sobre ese período de la historia, pero también debemos considerar su gran aporte al mundo tardocolonial rioplatense. El trabajo dedicado a Don Pedro de Cevallos marcó un camino muy difícil de transitar. Si bien José Torre Revelo escribió un importante libro sobre el Marqués de Sobremonte[31] y José María Mariluz Urquijo lo hizo también con *El Río de la Plata en la época del Marqués de Avilés*[32], ningún historiador se atrevió a indagar en el vacío historiográfico dejado por Vértiz y su época ya que sería una obra de largo aliento muy difícil de igualar a la de Enrique Barba y su *Pedro de Cevallos*. Esta es una tarea inconclusa que tal vez pueda despertar, dentro de las

[30]TULIO HALPERÍN DONGHI, Prólogo a *Estancia y sociedad en la Pampa 1740-1820,* Buenos Aires, Biblos, 1995, p. 13.

[31] JOSÉ TORRE REVELO, *El Marqués de Sobremonte*, Buenos Aires, 1946.

[32]JOSÉ M. MARILUZ URQUIJO, *El Virreinato del Río de la Plata en la época del Marqués de Avilés (1799-1801*). Buenos Aires, Plus Ultra, 1987.

nuevas generaciones, esas inquietudes historiográficas que Ricardo Levene, Enrique Barba y la Nueva Escuela Histórica supieron revelar.

Referencias

ALLENDE, Andrés."Ricardo Levene y los estudios humanísticos en la Universidad Nacional de La Plata". En*: Trabajos y Comunicaciones*, La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 1965, Nº 14.

BARBA, Enrique. "A los veinte años", en: *Trabajos y Comunicaciones* Nro 20, La Plata, 1970.

BARBA, Enrique. *Don Pedro de Cevallos, Gobernador de Buenos Aires y virrey del Río de la Plata,* La Plata, Universidad Nacional, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1937, (Biblioteca Humanidades, 19).

BARBA, Enrique. *Don Pedro de Cevallos, Gobernador de Buenos Aires y virrey del Río de la Plata,* La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2009.

BURKE, Peter. *El Renacimiento,* Barcelona, Crítica, 1993.

CASTIÑEIRAS, Julio. *Historia de la Universidad Nacional de La Plata.* La Plata, UNLP, 1940.

DUARTE María A. "Trayectoria del Doctor Enrique Barba", En: *Enrique Barba In Memoriam,* Buenos Aires, Fundación Banco Municipal de La Plata, 1994.

ESCUDERO, Eduardo A. "Ricardo Levene: un historiador-orador y su *modus operando*" Consulta el 15 de abril de 2015www.ffyh.unc.edu.ar/archivos/modernidades_a/.../articulo-escudero.htm

GIRBAL DE BLACHA, Noemí, Enrique Barba: "Los estudios históricos y su labor como Decano de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación", en: *Enrique Barba In Memoriam,* Buenos Aires, Fundación Banco Municipal de La Plata, 1994.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. Prólogo a *Estancia y sociedad en la Pampa 1740-1820,* Buenos Aires, Biblos, 1995.

HALPERIN DONGHI, Tulio."José Luis Romero y su lugar en la historiografía argentina", en: HALPERIN DONGHI, *Ensayos de historiografía,* Buenos Aires, El cielo por asalto, 1996.

JOHNSON, Lyman. *The artisans of Buenos Aires during the Viceroyalty (1776-1810),* Ph. D. The University of Connecticut, 1974.

JOSÉ M. MARILUZ URQUIJO, *El Virreinato del Río de la Plata en la época del Marqués de Avilés (1799-1801*). Buenos Aires, Plus Ultra,

JOSÉ TORRE REVELO, *El Marqués de Sobremonte*, Buenos Aires, 1946.

LAMB, Ursula. *Frey Nicolás de Ovando. Gobernador de las Indias (1501-1509),* Madrid, España: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Gonzalo Fernández de Oviedo", 1956.

MARILUZ URQUIJO, José. *El Virreinato del Río de la Plata en la época del Marqués de Avilés (1799-1801*). Buenos Aires, Plus Ultra, 1987.

MAYO, Carlos A. "Enrique M. Barba (1909-1988)", en: *Hispanic American Historical Review*, 69, 3, agosto 1989.

MORISON, Samuel. *Admiral of the Ocean Sea*, Boston, Little Brown and Company, 1942.

PANELLA, Claudio. "Ricardo Levene", Día de consulta 12 de abril de 2015. www.amigoslevene.com.ar/colaboraciones/22ricardo_levene.htmlhttps://www.google.com.ar/?gws_rd=cr&ei=LLKXUpjlHpDmsATqrID4BAhttp://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eyOHTx1kMpoJ:www.amigoslevene.com.ar/colaboraciones/22ricardo_levene.html+&cd=14&hl=es&ct=clnk&gl=arhttps://www.google.com.ar/search?rlz=1C2GGGE_esAR464AR464&biw=1024&bih=673&q=related:www.amigoslevene.com.ar/colaboraciones/22ricardo_levene.html+ricardo+levene&tbo=1&sa=X&ei=PXEqVYfaKdDfggSM7YPYDg&sqi=2&ved=0CF4QHzAN

POITEVIN, Néstor. “Bibliografía del Doctor Enrique M. Barba”, en: *Enrique Barba In Memoriam,* Buenos Aires, Fundación Banco Municipal de La Plata, 1994.

REITANO, Emir. “Enrique Barba y el orbe colonial rioplatense. Balances y proyecciones”, En: *Anuario del Instituto de Historia Argentina* Nro 9. La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2009.

RIMOLDI, Marcelo. *Guía del Investigador*, La Plata, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2006.

SWEET, D. NASH, G., *Lucha por la supervivencia en la América Colonial,* México, Fondo de Cultura Económica, 1987.

Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, *La obra de Carlos Marx. Conferencias pronunciadas en la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata en abril –mayo de 1933*. La Plata, 1934.

2

História e historiografia das fronteiras. Indígenas: colonos e mediação cultural na pampa argentina [século XVIII]

Maria Cristina Martins[1]

O tema das fronteiras é especialmente importante para a historiografia argentina, particularmente no que diz respeito à chamada "fronteira interna", a fronteira de guerra com os índios, cujo momento mais expressivo talvez tenha sido a campanha militar dirigida por Julio Argentino Roca entre 1879 e 1880[2]. Em torno desta matéria, com efeito, instituíram-se, no país, mitos fundantes exaltadores de uma "gesta heroica". Junto a isto, estabeleceu-se um debate que, como veremos, ainda não está concluído.

Durante as duas últimas décadas, com efeito, os estudos acadêmicos no país vizinho conheceram um forte impulso, e investigações sistemáticas sobre o mundo rural "rioplatense" ofereceram visões alternativas ao que até então tinha prevalecido[3]. Entre outros aspectos importantes que marcam esta renovação

[1] Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UNISINOS

[2] Me refiro a série de campanhas militares que buscaram, especialmente a partir de 1879, submeter as populações nativas dos territórios existentes entre as zonas pecuaristas ao sul da província de Buenos Aires e realizar sua ocupação, pelos ocidentais.

[3]Sobre o tema ver: GARAVAGLIA & GELMAN, 1995; FRADKIN, 2000; FRADKIN & GELMAN, 2004.

encontram-se perspectivas diferentes para a análise das relações entre as sociedades indígenas e os ocidentais.

Relativamente aos indígenas, os esforços por compreender as formas pelas quais eles viveram o processo de colonização, implicaram numa rejeição às perspectivas essencialistas e a-históricas que é, em boa medida, tributária de um profícuo diálogo com a antropologia, em boa parte.

Segundo Guillaume Boccara, os historiadores,

> [...] pretendiendo escapar al etnocentrismo que caracterizaba la historiografía tradicional, volvieron a leer la historia de los contactos entre invasores y nativos a partir de las estrategias desarrolladas por los propios indígenas y en función de una reconceptualización de la noción de frontera, esta última ya no concebida como un espacio marcando un limite real entre «civilización» y «barbarie», sino como un territorio imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas indoles entre individuos y grupos de distintos orígenes (BOCCARA, 2005, p. 9).

Meus dois últimos projetos de pesquisa procuram acompanhar o percurso desta produção mais recente, integrando o tema da fronteira e das relações interétnicas ao das missões jesuíticas que estudei mais sistematicamente durante muitos anos. Voltei-me assim, para a análise de três missões jesuíticas constituídas entre 1740-1752 na pampa bonaerense junto a indígenas que a literatura chama de “pampas e serranos”[4].

[4]As críticas às etiquetas étnicas usadas para denominar os grupos indígenas são muitas e bastante bem fundamentadas, principalmente por se constituírem em “rótulos” que atendem aos interesses dos observadores ocidentais, sem refletir qualquer valor interno aos grupos descritos. No caso de pampas e serranos por exemplo, podemos dizer que esta divisão corresponde, a grosso modo, ao encontrável na caracterização de caribes e aruaques, ou tupis e tapuias, por exemplo, diferenciando-os como grupos “bravios” e “mansos”. Assim sendo, ao reproduzirmos tal nomenclatura, o fazemos no sentido de seguir as fontes, cientes dos problemas envolvidos nesta decisão. Sobre o tema ver: Nacuzzi, 2007; 2008; 2014.

Esta escolha respondeu ao fato de que percebi que os povoados[5], sob certos aspectos, podiam ser compreendidos como um microcosmos da sociedade rural desta fronteira. Com efeito, os esforços dos jesuítas para serem mediadores exclusivos junto aos indígenas, situação que eles tentaram promover nas várias áreas de missão em que atuaram, foram infrutíferos. Nos "pueblos" foram assentados grupos de "índios amigos". Mas eles também eram frequentados por "infiéis", fustigados por índios inimigos, defendidos por milicianos [vindos das camadas mais humildes da população] e assediados por "comerciantes" de bebidas. Em algumas circunstâncias, serviram de refúgio para fugitivos das "tolderias" indígenas. Muitas vezes à revelia dos padres, estes atores sociais travaram relações de mais de um tipo, em especial na missão de Nossa Senhora dos Pampas que teve uma existência mais duradoura. Isto é, as missões austrais não isolaram os catecúmenos dos jesuítas quanto aos demais sujeitos da fronteira, qualidade que contribui para a análise dos contatos e da mediação cultural.

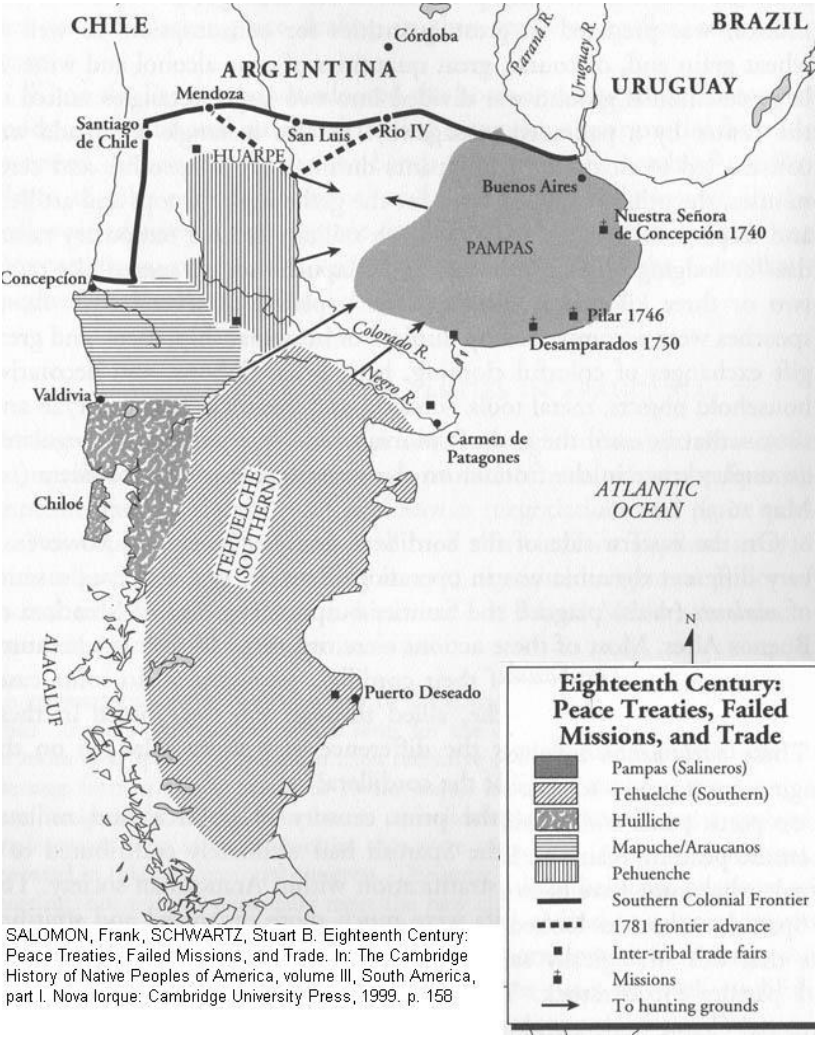
******

Ao me aproximar deste tema, encontrei na literatura especializada que foi neste século que efetivamente formou-se uma "sociedade de fronteira" nesta região, haja vista que, antes disto, as relações entre indígenas e ocidentais eram aí apenas intermitentes. Segundo boa parte da historigrafia, foi a forte contração nos rebanhos de gado selvagem (que era apropriado por meio da "vacarias" conduzidas por colonos e indígenas), bem como o avanço das propriedades de criação, que colocou ocidentais e nativos em um estado de contatos intensificados e acirrou os conflitos entre ambos. Ainda segundo a literatura especializada, a política de erigir estas missões atendeu, de parte das autoridades

[5]Foram três estas missões: *Nuestra Señora de la Inmaculada Concepción de los Pampas*, *Nuestra Señora del Pilar* e *Nuestra Señora de los Desamparados*. Elas existiram durante um curto espaço de tempo entre 1740 e 1753.

de Buenos Aires, ao desejo enfrentar este problema e pacificar a fronteira mediante o trabalho dos jesuítas (MONCAUT, 1981; ARIAS, 2006; NÉSPOLO, 2006; MARTINS, 2012;).

Meu tema de estudos tem sido, portanto, o das relações travadas entre a sociedade de Buenos Aires e os indígenas da pampa bonaerense, em meados do Setecentos, através das missões jesuíticas que são tidas como típica instituição de fronteiras.



SALOMON, Frank, SCHWARTZ, Stuart B. Eighteenth Century: Peace Treaties, Failed Missions, and Trade. In: The Cambridge History of Native Peoples of America, volume III, South America, part I. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999. p. 158

A fronteira e a historiografia:

Este tema que merece hoje a atenção de uma grande variedade de estudos, ingressou no campo historiográfico na virada do século XIX para o XX a partir do ensaio de Frederick Jackson Turner: "O significado da fronteira na história americana" (1893). O propósito do autor (e seu maior mérito àquela altura) foi oferecer uma visão alternativa às ideias evolucionistas e difusionistas então vigentes, assim como ao marcado eurocentrismo da história norte-americana: a própria democracia dos EUA, por exemplo, era vista como uma contribuição europeia. Segundo o pensamento convencional, os germens das noções de representação popular e autogoverno se encontravam "nas florestas alemãs", de onde passaram à Inglaterra e, depois, aos Estados Unidos[6].

Ao propor que a "fronteira" tinha sido a chave para desenvolvimento de instituições tipicamente americanas, e inclusive da identidade do próprio norte-americano[7], Turner transformou-a em um "problema de conhecimento" e suas ideias geraram uma série novas interpretações sobre a especificidade dos espaços fronteiriços.

Um dos elementos chave na compreensão turneriana de fronteira residia na existência de "terras livres" que serviriam de atrativo e "válvula de escape". Como tal, as "free land" teriam livrado as cidades do Leste industrializado dos efeitos perversos da pobreza e dos conflitos sociais em curso na Europa do Oitocentos.

---

[6] Turner elaborou melhor sua compreensão sobre isto em: "Contribuições do Oeste para a Democracia Americana" (1903).

[7] De acordo com ele, a luta contra a "natureza hostil" contribuiu para o desenvolvimento, entre os pioneiros, de uma série de atributos que ajudam a definir os norte-americanos, em especial a iniciativa pessoal e o individualismo. Turner avaliou que estas qualidades, na fronteira, valem mais do que as redes familiares tradicionais ou a educação em prestigiadas escolas. Além disto, a partir do avanço em direção a estes territórios, os laços de identificação com o passado europeu seriam rompidos para se definir uma verdadeira identidade norte-americana. Ver sobre este tema: OLIVEIRA, 2000.

No Oeste, afastado da civilização e em contato com a "natureza primal", o homem comum não encontrava empecilhos para sua ascensão, a não ser a sua própria fraqueza. Deste modo, a democracia norte-americana era constantemente regenerada pelo processo de avanço da fronteira, na medida em que os conflitos sociais eram escoados para ela e dirimidos em meio ao mundo de oportunidades que as terras livres disponíveis abriam aos seus colonizadores.

A tese turneriana criou uma verdadeira "escola" e teve muitos seguidores. Mas também, especialmente desde a metade do século passado, recebeu muitas críticas. Entre estas apreciações, duas interessam particularmente à esta reflexão, sendo que estão em relação uma com a outra. A primeira se refere a uma premissa equivocada: a de que o Oeste era formado por terras desocupadas ("terras livres"); a outra diz respeito ao fato de que Turner desconsiderou uma das questões mais centrais dos estudos fronteiriços na produção contemporânea: a dos contatos interétnicos. Efetivamente, sua atenção está centrada no processo que leva ao amálgama de nacionalidades europeias e criação de uma identidade "norte–americana". Embora ele advirta a respeito do impacto causado pelo avanço da "frente pioneira" sobre as populações autóctones, bem como das contribuições destas para um novo estilo de vida, os indígenas são apenas uma "tela de fundo", ao mesmo nível da paisagem natural do Oeste[8].

Apesar disto, há quem, como Kerwin Klein, tenha afirmado (1996, p. 195) que a *frontier thesis* foi a primeira narrativa a instituir como legítimo o estudo dos grupos subalternos da nação,

[8] Mais recentemente, os autores identificados com a análise das "borderlands" têm deixado de lado o estudo sobre instituições e investido em temas como demografia, comunidade, papel da mulher na família, entre outros. Além disto, se valendo de contribuições da arqueologia e da antropologia, passaram a valorizar o papel dos indígenas. Por exemplo, no lugar da perspectiva "cruzadista" dos missionários, ocuparam-se da repercussão das missões entre os povos originários e de como elas afetaram sua economia e demografia; o tema da "resistência indígena" também ganhou relevo. Esta renovação temática foi acompanhada ela utilização de novos conjuntos de fontes (registros paroquiais, testamentos, trabalhos etnológicos e linguísticos, entre outros).

já que seus heróis não eram os grandes vultos da história norte-americana, mas homens comuns. Assim sendo, ainda que Turner negligenciasse os nativos como atores históricos, por intermédio das suas contribuições os estadunidenses teriam ganho uma narrativa com a qual podiam, ao menos parcialmente. Identificarem-se.

A primeira grande censura à noção turneriana de fronteira surgiu nos anos 50 e mirou especialmente o "mito agrário" de uma sociedade pacífica e próspera, características que a distanciavam da sociedade europeia ou do Leste industrializado[9]. Outro elemento destacado por seus críticos residiu na insuficiente definição da relação entre o conceito de fronteira e o de Oeste, surgindo, a partir disto, uma "história do Oeste".

De acordo com Artur Ávila (2009), a "crise e fragmentação" desta escola acabaram contribuindo para a renúncia à ideia de que a história do Oeste pudesse se confundir com a história nacional. Este autor lembra, ainda, que uma "nova história social" surgida nos EUA entre os anos 1960 e 1970 rompeu com certo "consenso historiográfico" que vigorara anteriormente nesta corrente, enfatizando "a 'união' de todos os habitantes do país em torno de um conjunto de valores "comuns" ("liberdade", "democracia", "consumo", etc.)". As novas narrativas contemplavam assim, "a incompletude do projeto norte-americano, o fracasso do *American Dream* e os conflitos de classe e cultura que perpassavam toda a sociedade estadunidense" (ÁVILA, 2009, p. 192).

Assim, a produção historiográfica norte-americana das últimas décadas do século XX passou a colocar em cena um grande número de atores antes ausentes: negros, latinos, imigrantes pobres e mulheres passaram a demandar a escrita de novas histórias. Segundo Silvia Ratto (2001, p. 107), a geração dos anos

[9] No início dos anos de 1960 foi criada a *Western History Association*. Seus promotores entendiam que as chaves para analisar a história dos EUA estariam em conceitos como "crescimento" e "desenvolvimento", os quais não encontravam ressonância na imagem turneriana de pioneiros erigindo um mundo que valorizava o primitivo.

50-60 havia questionado o mito agrário, mas permanecera presa a uma mirada entusiasmada sobre o oeste americano. Já uma outra geração de historiadores, a partir dos anos 70, iria ser fortemente sensibilizada pelo final da Guerra do Vietnã, bem como pelas discussões em torno da pobreza, do racismo e da degradação ambiental.

> Esto se traslado al planteo de que la historia del oeste no debía mirar solamente el lado del progreso sino que debía incluir lo que llamaban el lado oscuro de la expansión: el violento processo de ocupación que sustrajo el oeste de sus originales poseedores y la violência con la cual éste fue assegurado contra los reclamos contínuos de la minorias (RATTO, 2001, p. 107-108).

*****

Não foi entretanto, apenas nos Estados Unidos que uma história social fortemente renovada passou a chamar a atenção para o eurocentrismo dos trabalhos no campo da história. Sem pretender estabelecer a genealogia deste processo, lembro que no ano de 1971 foi publicada a famosa tese de Nathan Wachtel - "Los índios del Peru frente a al conquista española"[10] -, de enorme significado no esforço de superação da perspectiva basicamente eurocêntrica da historiografia então prevalecente sobre a América Latina. No Brasil para o lançamento de "A fé na lembrança. Labirintos marranos[11]", Wachtel recordou o forte impulso por trabalhar investigar questões outras que não a dos Estados Nacionais europeus no ambiente geral de descolonização daqueles anos. Era preciso, afirma, "transformar os pontos de vista" e investigar o "vasto mundo" que incluía África e a América Latina. A existência de fontes abundantes e a pouca atenção até então dispensada aos Andes, foram fatores que contribuíram para a

[10] WACHTEL, Nathan. *Los vencidos*: *los* indios del Perú frente a la conquista española, 1530-1570. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

[11] WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança*. Labirintos marranos. São Paulo: EDUSP, 2003.

decisão do autor em abordar a conquista espanhola "do ponto de vista dos índios" (WACHTEL in: DAHER, 2014, 260-261).

Com sua tese, o autor contribuiu para consolidar aquela que foi chamada a "visão dos vencidos" na historiografia latino-americana. Além disto, a obra ainda colocava em questão as perspectivas essencialistas e sincrônicas pelas quais as sociedades nativas eram comumente tratadas.

Em um dossiê (2005) da Revista Memória Americana[12], Guillaume Boccara destacou a contribuição de Wachtel também para o estudo das fronteiras. Em "*Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel*", ele destaca a importância das análises daquele autor. Afirma assim que, mesmo que a discussão sobre o binômio "resistência *versus* aculturação", centrais em "Los vencidos", tenha sido atualmente superada pelo estudo dos fenômenos de etnogênese, etnificação e mestiçagem, as contribuições do autor são um marco na literatura etno-histórica. Além disto, de acordo com ele,

> [...] además de volcar la mirada hacia "el otro lado de la conquista", Wachtel tiende a mirar a los lejos, vale decir hacia las zonas fronterizas. Abandona por un momento los centros de las Américas indígenas y coloniales llamadas "civilizadas" (México, Perú) para interesarse por los márgenes, las periferias o fringes. En las extremidades de las Américas españolas, lejos de los senderos comúnmente transitados por los estudiosos latinoamericanistas es que Wachtel encuentra el caso más notable y exitoso de resistencia y reestructuración: el de los famosos "araucanos" o mapuche (BOCCARA, 2005, p. 29).

******

[12] JONG, Ingrid & RODRIGUEZ, Lorena (org). Dossier mestizaje, etnogénesis y frontera. *Mem. am*., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: n. 13, dic. 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851375120050001000002&lng=es&nrm=iso. Acessado em 24 de março 2014.

Desta maneira, tanto na América Latina como nos EUA as investigações sobre as fronteiras se renovavam ainda antes que findasse o século XX. Na América do Norte, os historiadores dos inícios dos anos 80 dariam início à *New Western History* [NWH].Contrariamente a Turner e seus seguidores,os estudos deste grupo chamaram a atenção para o lado menos glorioso da expansão da fronteira para o Oeste. Seus promotores interessam-se particularmente por questões ligadas às modificações do meio ambiente derivadas da introdução de novas espécies animais e vegetais, pelo processo de aquisição de terras, pela formação do Estado e pelas vinculações entre a história do Oeste com outras partes do mundo, inclusive quanto à bagagem cultural que levavam consigo os "pioneiros".

Segundo Silvia Ratto (2001, p. 111), é em torno de três conjuntos de temas que se galvanizam os principais problemas de investigação do grupo ligado à NWH: o impacto da expansão para o Oeste sobre o meio ambiente, os conflitos de classe, gênero e raça, e os estudos culturais. Esta autora recorda que a questão ambiental não passara desapercebida por Turner, mas que ele refletira sobre os desafios que o meio significava para os pioneiros no sentido de "obstáculos a serem superados". Os "novos historiadores" do Oeste se diferenciam desta perspectiva por recusarem a visão do ambiente como um elemento passivo; rejeitavam também, que ele fosse tratado como um "capítulo inicial" da "saga" do estabelecimento dos pioneiros. Contrariamente a isto, entendem que o ambiente deve ser levado em conta nas relações que com ele estabelecem os grupos que se fixam em determinado espaço (RATTO, 2011, p. 112).

Ainda de acordo com a historiadora argentina, outro tema desenvolvido pela NWH é o dos estudos culturais. Seus promotores defendem que a literatura e iconografia de uma região vêm a se constituir em uma forma de acessarmos "como pensava e sentia a gente da fronteira". A linguística, por exemplo, se constituiria em um campo fértil para refletir-se sobre como os "westerns"

trataram as palavras, assim como as "memórias construídas" também revelariam importantes facetas de sua história. Dentro desta linha de investigação, importaria estudar a formação do mito fronteiriço e sua repercussão sobre a cultura popular. Finalmente, os autores filiados à NWH, defendem a necessidade de estudar-se a fronteira como um espaço multicultural e assim, o de analisarem-se as relações interculturais aí estabelecidas, justamente o tipo de abordagem que me interessa mais particularmente (RATTO, 2001).

Creio que é possível afirmarmos que os temas que atualizaram a história do Oeste não se distanciam daqueles que passaram a estar presentes na história social renovada em âmbito latino-americano: os sujeitos comuns, as mulheres, os grupos étnicos, o ambiente, por exemplo. Para o caso das fronteiras, ao lado deles, as agendas de investigação passaram a incorporar a discutir as diversas situações de contato entre sociedades indígenas e distintos agentes coloniais e estatais. O que se afirma então, é a proposta de que as histórias de indígenas e brancos no continente americano não podem ser consideradas como processos paralelos ou isolados. Justamente por isto, as fronteiras são uns excelentes lócus para o seu estudo.

Foi também no seio da historiografia norte americana que surgiu um conceito de forte repercussão entre os historiadores da fronteira: "middle ground" entendido como um espaço, tanto real como simbólico, onde se desenvolvem novas formas de comunicação e comportamento, e se colocam em jogo complexos processos de intercâmbio cultural, balanço de poder e criação de novas formas sociais. Esta ideia de sociedade fronteiriça multicultural, oferecia uma visão alternativa do encontro entre indígenas e ocidentais onde era possível perceber esforços de "acomodação criativa" realizados por ambos.

O livro "The Middle Ground" publicado por Richard White em 1991, ajudou a rediscutir a escrita da história da América do Norte colonial. A perspectiva apresentada por este autor, enfatiza a ação indígena e a formação de um processo de acomodações e

compromissos na região dos "Grandes Lagos". O "middle ground" estabelecido na região fronteiriça entre os territórios ingleses e franceses na América do Norte, seria um espaço de encontro e acomodação entre impérios e entre culturas.Nele, o hibridismo e a acomodação cultural tornaram-se a regra e não a exceção.

Podendo ser entendido como um termo polissêmico (que se refere a um espaço intersticial, mas, igualmente, a uma condição), o "middle ground" seria: "The place in between cultures, peoples, and in between empires and the nonstate world of villages. It is a place where many of the North American subjects and allies of empires lived. It is the area between the historical foreground of European invasion and occupation and the background of Indian defeat and retreta" (Apud: ÁVILA, 1991, p. 271)[13].

Com isso, o autor conseguiu criar uma narrativa que fugia dos simples tropos de "assimilação" e "conquista", ou "resistência *versus* aculturação", para conceder ao 'Outro' o papel de ator histórico legítimo. Para usar um conceito que tem se mostrado caro à produção contemporânea, White lida com a "agency" dos nativos.

É preciso considerar que White diferencia "middle ground" de "fronteira", não reduzindo o primeiro à segunda. Sob este aspecto, o "middle ground" só pode se erigir nas fronteiras, mas isto nem sempre ocorre. Em alguns espaços e circunstâncias o "middle ground" prosperou; em outros, não. Ele também não foi desprovido de luta e conflito, mas foi mais que isto.

A crítica com a qual o autor abre seu famoso livro, ajuda definir a historiografia mais tradicional das relações hispano-indígenas também na região platina de que me ocupo: "*the history of Indian-white relations has not usually produced complex stories*" (Apud: ÁVILA, 2011, p. 271). Realmente, no mais das vezes a tônica dos trabalhos sobre elas foi uma crônica da guerras e

[13] A obra "*The Middle Ground. Indians, Empires, & Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*", não foi editada no Brasil. É possível, contudo, encontrar uma excelente revisão crítica da mesma, da qual nos valemos amplamente nesta análise, em: ÁVILA, 2011.

dissensos, celebrando o triunfo branco ou lamentando a inevitável tragédia indígena.

As fronteiras na historiografia argentina e platina:

No caso da fronteira "rioplantense" que tenho procurado estudar, podemos dizer que o "mito agrário", de sociedades pacíficas e prósperas, que foi questionado em Turner, encontrou, de certa forma, o seu oposto. Nela prevaleceu, com efeito, a noção de uma "fronteira de guerra" e os temas de estudo que ela suscitou se organizaram em torno do conflito entre brancos e índios. De alguma forma esta ideia está representada em um dos mais conhecidos estudos do século XIX sobre o mundo rural argentino (Facundo Quiroga, Civilização e Barbárie[14]), apresentando a fronteira (o campo, o mundo rural), como a cunha do atraso daquela sociedade. Ela seria, ainda, o espaço de prevalência da ilegalidade e do despotismo dos caudilhos, características que inibiam o avanço da "civilização".

Na apresentação de um trabalho coletivo (2007) as organizadoras Sílvia Ratto e Sara Ortelli[15] reconhecem a renovação de temas e problemas da historiografia referente aos espaços fronteiriços latino-americanos. Avaliam que isto se deve tanto à incorporação gradual de questões provenientes de outros campos da história - social, econômica, política, cultural, ambiental-, como ao estabelecimento de um diálogo mais fluido com outras ciências sociais.

Não há dúvida que no tocante aos estudos sobre as sociedades indígenas, as novas perspectivas foram tributárias do diálogo interdisciplinar. É possível reconhecer entre seus

[14] Tendo aparecido inicialmente como um folhetim do periódico chileno *El Progreso* sob o título "*Facundo o civilización y barbárie*", a obra recebeu, em 1845, sua primeira edição como livro.

[15] RATTO, Silvia & ORTELLI, Sara (org.). Poder, conflicto y redes sociales en la frontera pampeana, siglos XVIII – XIX]. [En línea]. *Trabajos y Comunicaciones*, (32-33). Disponível em: http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3334/pr.3334.pdf, 2007.

investigadores, o esforço para cruzar tradicionais fronteiras disciplinares que repartiram campos de conhecimento, de forma a discutir o convencional posicionamento das sociedades nativas como objeto privilegiado da antropologia.

Contudo, este trânsito interdisciplinar, embora possa parecer um avanço consolidado na nossa área, ainda deixa a desejar segundo alguns autores bastante conhecidos. Avaliando o tema, Raul Mandrini disse recentemente, que mesmo alguns historiadores profissionais:

> [...] en cierto modo [...] siguen la tradición positivista al atomizar el campo del conocimiento. Conscientes o no, piensan la historia como una construcción a partir de los documentos escritos, y se sienten incómodos con la posibilidad de hacerla a partir de otros testimonios, con salir de los documentos escritos o de categorías y conceptos que no tengan tradición en el campo historiográfico. Entonces, consideran que esos temas y problemas corresponden a otras disciplinas, como aquéllas que forman el campo más amplio de la antropología (arqueología y etnología, por ejemplo).Algunas historias nacionales relativamente recientes, por ejemplo, incluyen capítulos sobre indígenas, pero los mismos fueron preparados por antropólogos, específicamente arqueólogos (MANDRINI in: MARTINS, 2015, p.115).

Apesar disto, podemos concordar que antropólogos e historiadores têm elaborado novas compreensões da dinâmica fronteiriça, da história indígena e dos contatos interétnicos que nela se processaram. Os antropólogos, avalia Maria Tereza Luiz (2001), dirigem sua atenção para as transformações socioculturais das sociedades nativas, para os processos de mudança cultural e recriação de identidades étnicas. Os segundos, por seu lado, propõem visões da dinâmica relacional, analisando as modalidades de contato no espaço fronteiriço, as percepções do mundo indígena expressos pelo discurso colonial, as políticas coloniais (e nacionais) e as respostas indígenas para elas.

Assim, os estudos dos fenômenos derivados do contato em áreas de fronteira foram ganhando mais complexidade, iluminando dimensões de coexistência que desautorizaram o superdimensionamento da dimensão belicista amplamente dominante em outros momentos. É novamente Luiz quem afirma que tais aproximações permitem verificar que na fronteira da pampa patagônia, desenvolveram-se estratégias relacionais de vários tipos: relações de dominação, resistência, dependência, interdependência e complementariedade (2001, s/p.).

Afirma ela:

> Estas investigaciones han puesto en evidencia que la interacción, lejos de circunscribirse a la dimensión bélica -sobredimensionada en los estudios pioneros-, abarca el complejo juego de intereses, estrategias y relaciones de dominación, resistencia, control, dependencia e interdependencia que definen una particular trama de intercambios culturales, sociales y económicos, materiales y simbólicos (LUIZ, 2001, s/p).

O já mencionado Guillaume Boccara (1996, 2006, 2014), estudando a fronteira da Araucania, também avalia como, depois de uma etapa inicial em que predominou a conflagração (e, dentro dela, a "guerra total") desde finais do XVII se define um novo sistema para as relações entre nativos e colonizadores. Este "novo sistema", apresentava oportunidade para o desenvolvimento de contatos pacíficos e intercâmbios comerciais que ofereciam benefícios para ambas sociedades. Segundo ele, com o fracasso das estratégias ofensivas por parte das autoridades coloniais, se organiza um novo "diagrama de poder" que buscou erigir um espaço de comunicação e vigilância.

No caso da fronteira bonaerense, foi a extinção do gado "cimarrón", e o interesse de indígenas e ocidentais pelos rebanhos remanescentes em "tierra adentro", isto é nos espaços ainda não apropriados pela sociedade colonial, como já afirmei, que transformou a qualidade intermitente das relações em uma situação

de enfrentamento, a qual se procurou dirimir por meio de dispositivos tradicionais como as missões e os fortes. Contudo, mesmo a partir de meados dos Setecentos, quando as conflagrações se tornam mais intensas, a história desta fronteira não se escreveu apenas pela guerra. Além disto, um olhar interessado na dinâmica histórica das populações indígenas da área revelam seu interesse por vários elementos da pauta cultural ocidental, evidenciando a insuficiência das chaves de leitura baseadas exclusivamente nas noções de "resistência" ou "aculturação".

Pesquisas muito promissoras neste sentido, têm apontado, de fato, outras possibilidades. O trabalho de Andrea Campetella vem a ser um exemplo muito elucidativo disto. A autora apresenta a campanha bonaerense como o espaço em que se encontravam *"indígenas de diferentes 'naciones' e hispanocriollos de diferentes jurisdicciones, todos ellos atraídos por la abundancia de ganado cimarrón"* (2007, p. 93). Refletindo sobre a nomeação, em 1717, pelo Cabildo de Buenos Aires, de dois caciques pampas como *"Guardias mayores"* para proteger o gado da campanha bonaerense de moradores de outras jurisdições, a autora demonstra a complexidade dos contextos "hispano-criollo" e indígena.

Os dois caciques assim, atuavam como "mediadores culturais", personagens que têm interessado à historiografia atual, justamente porque serviam como elos de conexão entre as sociedades indígena e colonial, evidenciando formas de contato que íam além da guerra. Embora existam diferentes denominações e definições para estes sujeitos, guardando elas suas peculiaridades ("brokers", "crossing borders", "passadores culturais", "go betweens"), elas compartem a compreensão de não se referirem necessariamente à mestiços biológicos. Os termos aludem a personagens que surgiam naqueles espaços onde as culturas se encontravam, e que, dotados de habilidades especiais (linguísticas, diplomáticas ou de comportamento), conseguiam manejar perspectivas e acervos multiculturais.

Daniel Vilare Francisco Jiménez, proponham colocar em foco outro tipo de intermediários: os "renegados", fazendo-o por meio do conceito de "miscigenação cultural"[16], o qual aludiria precisamente aos contextos de mescla (mistura) produzidos nos numerosos espaços sociais de interação entre sociedades indígenas e as originárias do Velho Mundo. Dizem eles que estas relações "múltiples, complejas, prolongadas y cambiantes fueron acompañadas por el surgimiento de una cantidad de componentes mestizados, por ejemplo, el vasto conjunto de actores sociales peculiares entre quienes destacaremos aquí la significación de los renegados" (VILAR & JIMÉNEZ, 2005, nota1).

David Weber também se ocupa de alguns destes atores sociais que constantemente cruzam espaços fronteiriços concluindo que, *"voluntaria o involuntariamente, indios y españoles aprendieron del otro, desarrollaron fuertes lazos informales y descubrieron compatibilidades entre sociedades las que, para algunos de sus compatriotas tanto como para algunos historiadores parecían incompatibles" (2007, p. 331).*

É o caso de Blas de Pedrosa. Depois de ter vivido como cativo entre os pampas por 10 anos, Pedrosa conseguiu regressar para Buenos Aires junto com um caravana de 250 velhas carretas de boi e 400 soldados que voltava da região de "Salinas Grandes". Depois de obter sua libertação, e de volta à cidade, ele passou a ser demandado como tradutor e explorador: mesmas qualidades que tinha colocado a serviço dos caciques pampas de quem havia sido prisioneiro.

Além disto, Blas Pedrosa passou a manejar na cidade um estabelecimento (um "corralón" que se localizava na "Esquina de los Pampas") que proporcionava aos visitantes índios, alojamento e produtos para serem adquiridos. Entre os artigos comercializados

[16]A partir das contribuições de Serge Gruzinski, em especial em "El pensamiento mestizlo" (2000), este conceito desempenha um papel de grande importância na historiografia. Para a região de que nos ocupamos, importantes subsídios podem ser encontrados em FABERMAN, Judith & RATTO, Silvia Ratto (coords.). *Historias mestizas en el Tucumán colonial y en las pampas (siglos XVII-XIX)*, Buenos Aires, Biblos, 2009.

estavam tecidos e tabaco que se intercambiavam por cavalos, peles e ponchos trazidos pelos nativos. Pedrosa converteu assim em "carreira" a experiência que adquiriu em seu cativeiro entre os índios,evidenciando a porosidade que permitia aos atores sociais "cruzar fronteiras" (WEBER, 2007, p. 330).

Trabalhos como estes se afastam da noção turneriana e definem as fronteiras como espaços marcados pela multiculturalidade e por práticas que recolhem elementos culturais de diversas origens. Nesta linha crítica produziu-se uma redefinição do papel dos povos nativos em situações de contato, além das chaves tradicionais de aculturação ou resistência. Conceitos como o de "middle ground" de Richard White (1991), "pensamiento mestizo" de Serge Gruzinski (2000) e "lógica mestiza" de Guillaume Boccara (2002), indicam diversas formas de empréstimos culturais que se produziram entre os grupos em contato. Neste sentido, eles abrem outras possibilidades de reflexão que buscam se distanciar narrativa heroica de guerra contra o índio selvagem.Mas apesar dos consideráveis avanços, não há consenso historiográfico sobre isto.

À modo de conclusão

Na Introdução do Dossiê (2007) da revista *Memória Americana* a que me referi anteriormente, Ortelli e Ratto fazem menção a uma nota publicada no jornal La Nación em 23 de novembro de 2004, de autoria do então Diretor do Museu Histórico Nacional e Presidente da Academia Argentina de História, Juan José Cresto. A nota se intitulava "Roca y el mito del genocidio".

Por meio dela Cresto afirmou:

> En los últimos tiempos una historiografía carente de toda documentación sostiene que la expedición de Roca de 1879 contra los indios, fue un genocidio. Ello revela supina ignorancia u oculta intereses de reivindicaciones territoriales. La pampa agreste estaba totalmente desierta, con algunos bolsones de pobladores aislados.

> En la provincia de Buenos Aires se denominaba "poblador del Salado" a quien se instalaba más allá de ese importante río.
> Al caer la tarde, hacía recostar a su caballo en el suelo para ver la reacción del animal, cuya sensibilidad le permitía saber si la tierra se movía. En ese caso, sabía que, a lo lejos, los indios galopaban y él debía huir, abandonando todo.
> [...]
> ¿Estaba Roca ocupando tierras de indios? La respuesta es categóricamente negativa. [...]El pedestal de la gloria de Roca está en sus dos gobiernos y en su orientación política, mucho más que en la ocupación del desierto, pero ésta es un timbre de honor de su biografía. Con el tiempo, a través de personas que no han leído específicamente sobre el tema o que tienen otros intereses, se ha creado una fábula que gente de buena fe la ha creído, porque así se elaboran los mitos que después parecen "verdades reveladas" de valor teológico. Felizmente, cualquier serio investigador de historia, cualquier estudioso del pasado que se documente, se preguntará azorado: ¿qué genocidio?

Como se pode perceber, os argumentos do então Presidente da Academia Argentina de História organizam-se em torno de dois argumentos:

- A campanha ao sul de Buenos Aires era um território “deserto em meados do XIX;
- Não havia grupos “autóctones” com direitos sobre a região. Sua ocupação se dera em boa medida pela expansão araucana e estes índio de origem chilena viviam exclusivamente de assaltos contra os brancos, o que justificava ações militares contra eles;
- Eles eram um obstáculo para o progresso mas, apesar disto, não houve genocídio, pois os derrotados foram atendidos e colocados em grandes reservas das quais foram despojados por “indivíduos inescrupulosos”.

Para o autor, portanto,a anexação dos territórios incorporados pelo Estado argentino por meio da Campanha do

Deserto, não pretendera despojar os nativos, mas defender a vida e a propriedade dos brancos frente a agressividade de indígenas vindos do Chile.

A nota mereceu a condenação de muitos membros da comunidade científica, os quais denunciaram o interesse do autor em negar direitos históricos dos indígenas. O jornal não publicou nenhuma das notas de desagravo.

Pedro Navarro Floria, então diretor do Centro de Estudos Patagônicos escreveu uma das críticas mais contundentes[17],

[17]Sr. Director,

Tengo el agrado de dirigirme a Ud. motivado por la lectura del artículo del Sr. Juan José Cresto sobre "Roca y el mito del genocidio" publicado el pasado martes 23. Me siento directamente aludido por él en cuanto he aplicado, en publicaciones académicas, ponencias y conferencias, el concepto de "genocidio" para caracterizar el proceso derivado de la conquista de la Pampa y la Patagonia por el Estado argentino entre 1875 y 1885. Me tomo el atrevimiento de pedirle al Sr. Cresto, en primer lugar, que no descalifique tan contundentemente ni juzgue las intenciones de los historiadores que, a partir de un cuidadoso estudio de la documentación escrita, oral y fotográfica disponible, del análisis de los procesos históricos implicados y de la discusión de nuestros avances de investigación en los más calificados ámbitos académicos nacionales e internacionales, hayamos arribado a conclusiones o a visiones de la historia diferentes de la suya. Podría señalar serias inexactitudes en su descripción de los hechos. Por ejemplo, no es cierto que la pampa estuviera completamente desierta: desde los querandíes que obligaron a despoblar la primera Buenos Aires hasta los ranqueles que visitó Lucio V. Mansilla, los "pampas" tapalqueneros o azuleros que trabajaban la tierra e intercambiaban activamente en los mercados de campaña del siglo XIX o los innumerables indígenas representados por la pintura, la literatura y la prensa de la época en las mismas plazas y calles de Buenos Aires, eran habitantes de esa Pampa. Este simple ejemplo es ilustrativo de lo que significan los mitos en la historia: representaciones sociales formuladas por actores identificables y consistentes con sus intereses o su visión del mundo, que se constituyen en estereotipos acerca de una determinada realidad y se repiten acríticamente durante generaciones. En torno de la conquista de la Pampa y la Patagonia hay mucha mitología: uno de los mitos corrientes es el del "desierto"; otro es el del indígena "salvaje"; otro es el de la guerra fronteriza, que Cresto también glosa. El general Roca, precisamente, fue uno de los más hábiles constructores de mitos sobre el tema -no en vano le decían "el Zorro"- con el propósito de legitimar sus decisiones políticas. Una de las más notables representaciones generadas por Roca, desmentida hace ya años por historiadores de renombre, es la de la "estrategia defensiva" de Alsina, cuando es evidente que ambos, como bien señala Cresto, respondieron al programa de un mismo gobierno sin solución de continuidad. La cuestión es que, en la época, muchos aceptaron la necesidad de la conquista y sus consecuencias. Pero otros muchos se escandalizaron -los testimonios documentales abundan- con la crueldad de la guerra fronteriza, con las matanzas de prisioneros, los traslados forzados y el desmembramiento de comunidades -como los tehuelches del Chubut y de Santa Cruz, por ejemplo- absolutamente pacíficas y aliadas al Estado argentino, el reparto de familias y la reducción a la servidumbre de personas a las que no se reconocía el status de ciudadanos. Si a fines del siglo XIX no había una palabra que definiera eficazmente esa barbarie, la Convención para la Prevención y Sanción del Delito de Genocidio adoptada por la ONU en 1948, hoy incorporada a nuestra Constitución Nacional, sí nos la brinda: la destrucción total o parcial de un grupo étnico mediante la muerte, la lesión grave a la integridad física y mental, el traslado forzado de niños fuera de sus familias, etc., se llama genocidio.En esta caracterización de un proceso histórico y social no hay ni ignorancia ni ocultas

buscando, em primeiro lugar, denunciar a noção de "deserto". Sustentou, assim, entre outras coisas, que o território atingido pelas companhas militares era ocupado por grupos nativos desde o tempo dos "querandis" que frustraram o primeiro assentamento dos espanhóis na área[18]. Estes grupos trabalhavam a terra e mantinham diversas formas de relacionamento, em especial comercial, com os moradores de Buenos Aires.

Finalmente, reclama que o missivista respeite o trabalho dos historiadores. As conclusões destes sobre os aludidos eventos, afirma Navarro Floria, teriam sido construídas a partir de cuidadoso estudo da documentação escrita, oral e fotográfica disponível, da análise dos processos históricos implicados, e da discussão dos avanços da investigação em qualificados centros acadêmicos do país e do interior.

Ao trazer à tona este debate de forma muito rápida, quero apenas, para concluir, lembrar que os "fatos históricos", os dados e documentos ao alcance dos dois historiadores são, no geral, os mesmos. Ocorre que os documentos não falam por si mesmos, mas sim a partir de uma "operação historiográfica" pela qual o profissional da história confere sentido ao passado. Como ensina De Certeau (1982), as ações do historiador ao selecionar e interrogar os documentos para interpretar os fatos são uma parte de uma prática encravada em um lugar social. Não se trata pois, de uma atividade asséptica, estando ela afeta às arenas de disputa que movem as sociedades. Por isto mesmo, muito historiadores têm refletido sobre a dimensão pública do nosso ofício e da historiografia que produzimos.

---

reivindicaciones territoriales. Sí hay la intención de conocer más y mejor el pasado y el presente, de reconocer las cicatrices aún visibles de tanta violencia en la piel de nuestra querida nación mestiza, y de construir un futuro común sobre los valores de la vida y no sobre la muerte del otro. Pedro Navarro Floria Doctor en Historia Investigador del CONICET Director del Centro de Estudios Patagónicos, Universidad Nacional del Comahue

[18]O autor se refere aos episódios envolvidos na primeira fundação, em 1536, por Pedro de Mendoza, do *Real de Nuestra Señora Santa María del Buen Ayre.* O sítio acabou sendo abandonado diante dos ataques perpetrados aos colonizadores pelos grupos nativos da região. Ela foi refundada em 1580 por Juan de Garay, agora com o nome de *Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora del Buen Ayre.*

Referências

ÁRIAS, Fabian. Misioneros jesuitas y sociedades indígenas en las pampas a mediados del siglo XVIII. La presencia misionera jesuita al sur de la gobernación de Buenos Aires, entre 1740-1753. Un análisis de las relaciones entre las sociedades indígenas y la sociedad colonial de una región del extremo sur del Imperio Borbónico. *Tesis*. Centro de Estudios de Historia Regional (CEHIR) – UNCO - Instituto de Estudios de Historia Social (IEHS) – UNCPBA, Neuquén, 2006.

ÁVILA, Arthur Lima de. Da história da fronteira à história do Oeste: fragmentação e crise na Western history norte-americana no século XX. *História Unisinos* 13(1):78-83, Janeiro/Abril 2009[1].

_____. Rememorando os Filhos de Onontio: Richard White, The Middle Ground e a escrita da história da América do Norte colonial. *História* (São Paulo). v.30, n.1, p. 264-286, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369.

BOCCARA, Guillaume. *Colonización, resistência y mestizaje en las Americas*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

_____. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Mem. am.,* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: n. 13, dic. 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851375120005000100002&lng=es&nrm=iso. Acessado em 24 de março 2014.

_____. Notas acerca de los dispositivos de poder em la sociedade fronteiriza, la resistência y a transculturacion de los reche-mapuche del centro-sur de Chile (XVI-XVIII). In: *Revista de Indias,* LVI (208): 659-695. Madrid. 1996.

_____. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Tempo* 2007 12(23).

CAMPETELLA, A. Asegurar la 'defensa y custodia' de las campañas: Vaquerías y diplomacia interétnica en las sierras pampeanas durante la primera mitad del siglo XVIII [En línea]. *Trabajos y Comunicaciones,* (32-33). 2007. Disponível em: http://www. fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar /art_revistas/pr.3335/pr.3335.pdf. Acessado em:10 setembro de 2014

CERTEAU, Michel. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAHER, Andrea. Historia e antropologia de uma América subterrânea. *Sociologia & Antropologia.* v. 4, Rio de Janeiro. 2014, p. 259-276.

FARBERMAN, Judith & RATTO, Silvia (coords.), *Historias mestizas en el Tucumán colonial y en las pampas (siglos XVII-XIX),* Buenos Aires: Biblos, 2009.

FRADKIN, Raúl & GELMAN, Jorge. "Recorridos y desafíos de una historiografía. Escalas de observación y fuentes en la historia rural rioplatense". In: BRAGONI, Beatriz (dir.). *Microanálisis. Ensayos de historiografía argentina,* Buenos Aires, Prometeo Libros, 2004.

FRADKIN, Raúl. "El mundo rural colonial". In: *Nueva História Argentina.* T. II. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

GARAVAGLIA, Juan Carlos & GELMAN, Jorge. "Rural History of the Rio de la Plata, 1600-1850: Results of a Historiographical Renaissance", *Latin American Research Review,* 1995 (vol. 30), n. 3, p. 75-105.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires.* Una historia agraria de la campaña bonaerense. 1770-1830. Buenos Aires: Ed. de la Flor, 1999.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo.* Barcelona, Paidós, 2000. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

JONG, Ingrid & RODRIGUEZ, Lorena (org). Dossier mestizaje, etnogénesis y frontera. *Mem. am.,* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: n. 13, dic. 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851375120050001000002&lng=es&nrm=iso. Acessado em 24 de março 2014.

KLEIN, K.L. Reclaiming the "F" Word, or being and becoming postwestern. *The Pacific Historical Review.* 65(2):179-215, 1996.

LUIZ, María Teresa. La coexistencia hispano-indígena en un área de poblamiento extremo. El caso de Patagonia durante el período colonial tardío. *Etnohistoria.* Disponível em: http://www.etnohistoria.com.ar/ Acessado em 01/07/2001.

MARTINS, M. Cristina Bohn**.** História de Histórias: Os jesuítas e as crônicas coloniais. In: KARNAL, Leandro; DOMINGUEZ, Lourdes; KALIL, Luis G.; FERNANDES, Luis E. de O. (Org.). *Cronistas do Caribe.* 1ed. Campinas: Ed da Unicamp, 2012 [a], v. 12, p. 71-92.

_____. As missões de pampas e serranos: uma experiência de fronteira na pampa argentina (Século XVIII). *Clio - Revista* de Pesquisa Histórica, nº 30.1 p.1-17, 2012 [b].

_____. Historia e historiografía sobre los pueblos indígenas: Entrevista con Raúl J. Mandrini. *História Unisinos*. 19(1):113-119, Janeiro/Abril 2015.

MAYO, Carlos & LATUBRESSE, Amalia. 1993. *Terratenientes, soldados y cautivos: la frontera (1736-1815)*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Mar del Plata.

MAYO Carlos.*Estancia y sociedad en la Pampa 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995.

MONCAULT, Carlos. *Historia de un pueblo desaparecido a orillas del río Salado bonaerense. Reducción Jesuítica de Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas, 1740-1753*. Buenos Aires: Depto. Impresiones del Min. de Economía de la Prov. de Bs. As, 1981.

NACUZZI, Lidia. *Identidades impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998.

_____. *Pueblos nomades: en un estado colonial. Chaco, Pampa, Patagonia, siglo XVIII*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropologia, 2008.

_____. Los cacicazgos del siglo XVIII en ámbitos de frontera de Pampa-Patagonia y Chaco De los cacicazgos a la ciudadanía. *Sistemas Políticos en la Frontera. Río de la Plata, siglos XVIII-XX*. Berlim, 2011; p. 23 – 77.

NACUZZI, Lidia Repensando y revisando el concepto de cacicazgo en las fronteras del sur de América (Pampa y Patagonia). *Revista Española de Antropología Americana*. vol. 38, núm. 2, 2008, pp.75-95.

NACUZZI, Lidia Los grupos nómades de la Patagonia y el Chaco en el siglo XVIII: identidades, espacios, movimientos y recursos económicos ante la situación de contacto Chungara, *Rev. de Antropología Chilena,* San Pedro de Atacama, v. 39, n. 2, 2007, pp. 221-234.

NAVARRO FLORIA, Pedro. El deserto y la cuestión del territorio em el discurso politico argentino sobre la frontera sur (1853-1879). In: *Revista Complutense de Historia da América.* Madrid, v. 28, 2002, pp. 139-168.

NÉSPOLO, Eugenia Alicia. La "Frontera" Bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares. *Mundo agrário,* La Plata, v. 7, n. 13, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515599420060002000008&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2015.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e Identidade. Confrontos luso-guarani na Banda Oriental. In: *Revista Complutense de Historia da América.* Madrid, n. 26, 2000, pp. 73- 93.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. A América e a Fronteira. Turner e Roosevelt. In: *Americanos - Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ORTELLI, Sara & RATTO, Silvia. Poder, conflicto y redes sociales en la frontera pampeana, siglos XVIII - XIX [En línea]. *Trabajos y Comunicaciones,* (32-33). Disponible en: http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3334/pr.3334.pdf, 2007.

RATTO, Silvia. El debate sobre la frontera en la historiografía americana. La *New Western History*, los *Borderland* y su repercusión en “las pampas”. *Boletin de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani* 24: 105-126. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2001.

_____. Caciques, autoridades fronterizas y lenguaraces: intermediarios culturales e interlocutores válidos en Buenos Aires (primera mitad del siglo XIX) *Mundo Agrario.* Revista de estudios rurales, Centro de Estudios Histórico Rurales, Universidad Nacional de La Plata. vol. 5, no 10, 2005.

_____. “El discreto encanto de la mediación: militares, misioneros y caciques en la frontera de Córdoba (segunda mitad del siglo XIX)”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos Mundos*. Debates. 2011. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/61385.Acessado em: março 2012.

SALOMON, Frank & SCWHARTZ, Stuart B. Eighteenth Century Peace Treaties, Failed Misions and Trade. *The Cambridge History of Native Peoples of America*. South America. V. III, New York: Cambridge, 1999.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VILLAR, Daniel (ed.) *Relaciones interétnicas en el sur bonaerense (1810-1830)*. Bahía Blanca-Tandil: Departamento de Humanidades-UNS/IEHS-UNICEN, 1998.

VILLAR, Daniel; JIMENEZ, Juan Francisco. El continuo trato con infieles: los renegados de la región pampeana centro-oriental durante el último tercio del siglo XVIII. *Mem. am.,* Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 13, p. 151-178, dic. 2005. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37512005000100006&lng=es&nrm=iso>. Acessado em fev. 2016.

WACHTEL, Nathan. “Aculturação”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *Fazer História*. Lisboa: Bertrand, vol. 1, 1977, pp. 149-172.

WACHTEL, Nathan. *Los vencidos*: *los* indios del Perú frente a la conquista española,1530-1570. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

WACHTEL, Nathan. *A fé na lembrança*. Labirintos marranos. São Paulo: EDUSP, 2003.

WHITE, Richard. *The Middle Ground. Indians, Empires, & Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

3

Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la historiografía rioplatense en el siglo XIX[1]

Tomás Sansón Corbo[2]

Presentación

Existe cierto consenso entre los especialistas en destacar la importancia de los modelos europeos en la configuración del "espacio historiográfico rioplatense" en el siglo XIX. Sin embargo, se han soslayado otros aportes, en particular el de Brasil.

En esta conferencia pretendo esclarecer la influencia de autores e instituciones brasileñas, entre las décadas de 1830 y 1860, sobre los letrados rioplatenses que articularon los primeros relatos de cuño nacionalista y contribuyeron a definir la identidad colectiva de Uruguay y Argentina.

[1] El texto de esta conferencia es una síntesis de las investigaciones del autor sobre el tema de referencia. Los resultados de esa pesquisa están contenidos en el artículo "Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil" (*Confluenze*, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna, vol. 6, No. 1, 2014, pp. 111-137) y en el libro *Despertar en Petrópolis. Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX* (Montevideo, Sicut Serpentes, 2015).

[2] (UDELAR-ANII)

1. El conocimiento histórico en los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX

La configuración del campo historiográfico brasileño en el siglo XIX estuvo íntimamente vinculada con la labor del Instituto Histórico y Geográfico creado en 1838.

Los fundadores del IHGB procuraron convertirlo en un gran repositorio, centralizador de todas las publicaciones y documentos generados en las províncias. Partían de la convicción de que esta suerte de sumatoria heurística permitiría dar cuenta de la totalidad de la historia de Brasil.

Destacados socios (Januário da Cunha Barbosa, Rodrigo de Souza da Silva Pontes) presentaron proyectos y planes de investigación que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), entre otros, implementaron y ejecutaron.

El 1º de diciembre de 1838 el Instituto se proclamó bajo la protección del Emperador. Don Pedro II concurrió por primera vez a una sesión el 27 de noviembre de 1840 y lo hizo en más de quinientas oportunidades, hasta el final de su reinado. El conocimiento histórico había adquirido un sentido político que condicionó la participación del Estado en la organización -y sustento económico- de todas las iniciativas tendientes al escrutinio del pretérito, entendido a partir de entonces en clave nacional.

La trama de los relatos elaborados en el seno de la corporación adquirieron características particulares. Las historias nacionales se construyeron en una línea de continuidad con Portugal. (Este aspecto marca una diferencia en relación con las ex-colonias de España que en sus relatos históricos enfatizaron el rompimiento con la antigua metrópoli.) Se definieron referentes alterizadores internos -negros e indios- y externos -las díscolas repúblicas sudamericanas- que por “efecto espejo” debían coadyuvar al fortalecimiento y unificación del Estado y de la élite gobernante (blanca y aristocrática).

Las premisas fundamentales de la historia a construir implicaban la unificación simbólica del territorio nacional -amenazado por movimientos separatistas como los de Pernambuco y Río Grande- y la consolidación de una jerarquía social excluyente. Fue Varnhagen quien tuvo, en opinión de Salah H. Khaled, la "missão de elaborar a nação retrospectivamente, projetando as ambições do Império Brasileiro sobre o Brasil colonial e dessa forma, inventar uma nação brasileira" (Khaled, 2010, p. 124).

Las concepciones referidas pautaron no solamente la producción historiográfica: estuvieron, además, en íntima conexión con la política exterior de Brasil. Fue práctica común la incorporación, en calidad de socios correspondientes, de altos funcionarios del ministerio de Relaciones Exteriores.[3] Estos particular interés en la búsqueda de fuentes que les permitieran fundamentar los "justos derechos" de Brasil en los contenciosos territoriales con las repúblicas vecinas**.**

Las condiciones de producción del conocimiento histórico en Uruguay y Argentina fueron muy distintas a las de Brasil.

En Montevideo, durante el "Sitio Grande" (1843-1851), comenzaron a gestarse las condiciones de posibilidad de una incipiente historiografía. Predominaba en la ciudad un clima liberal y cosmopolita, debido a la presencia de un elevado porcentaje de población de origen europeo, que permitió la circulación de libros, ideas y costumbres. El ambiente cultural de la *Defensa* fue tributario de las corrientes de pensamiento europeas (ilustración, ideología, sansimonismo y espiritualismo ecléctico).

Los letrados argentinos refugiados en Montevideo a causa de las persecuciones de Juan Manuel de Rosas, influyeron sobre sus colegas uruguayos. La base de pensamiento de los hombres de la "Generación de 1837" era "la filosofía social del romanticismo francés", el "movimiento sansimonista" (Berisso–Bernardo, 2011),

[3] Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguay, y José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente (Rodrigues, 1978).

divulgado en Buenos Aires por Esteban Echeverría. Atribuyeron "los males de su país a tres grandes causas: la tierra, la tradición española y la raza" (Shumway, 1993, p. 164). Los unía el triple propósito de explicar las causas de la tiranía, luchar contra ella y encarar la construcción de un país moderno y *civilizado*. Animados por las concepciones de la "filosofía de la historia" (Myers, 2010), tomaron a la Revolución de Mayo como fuente de inspiración y motor de acción para emprender la tarea ciclópea de construir la nación argentina.

La presencia de los jóvenes unitarios contribuyó a dinamizar el medio cultural montevideano.

Después de la Guerra Grande la historiografía rioplatense tuvo un paulatino e importante desarrollo. Las oligarquías locales, motivadas por requerimientos internos y demandas externas, debieron emprender el disciplinamiento de las sociedades rioplatenses, "civilizar" la "barbarie". Comenzó un proceso de "nacionalización" de los destinos de Uruguay y Argentina. Cada Estado debió generar un imaginario colectivo aglutinador, definir mitos y símbolos autolegitimantes. Los historiadores desempeñaron un rol fundamental en esa tarea.

En el contexto referido *ut supra* se desarrolló la vida y producción de Andrés Lamas (1817-1891), quien residió varios años en Río de Janeiro. Conoció allí las prácticas heurísticas y los modelos institucionales que estaban dinamizando la historiografía brasileña y procuró replicarlos en Montevideo y Buenos Aires. Se trata de un tema poco estudiado pero importante porque enriquece y complejiza el panorama de antecedentes e influencias de matriz europea, especialmente el "historicismo romántico" (Wasserman, 2008), que los historiadores de la historiografía identifican como moldes estructurantes del conocimiento y la producción histórica rioplatense.

2. El influjo del Instituto Histórico y Geográfico Brasilero en el área platense

El movimiento historiográfico brasileño contribuyó de manera significativa en la dinamización de la investigación histórica en el Río de la Plata. Este aporte se canalizó a través de:

a) La experiencia y conocimientos adquiridos por letrados rioplatenses -Andrés Lamas, Bartolomé Mitre, entre otros- que conocieron y/o integraron los cuadros del IHGB y que posteriormente aplicaron en sus propios países. Procuraron reproducir el modelo asociativo en Montevideo (Instituto Histórico y Geográfico Nacional, 1843, en adelante IHGN) y Buenos Aires (Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, 1854, en adelante IHGRP).
c) Una certidumbre teórico-metodológica que adquirió desde 1838 categoría de paradigma y se transformó en práctica habitual: concebir la elaboración de la historia nacional en la perspectiva de proyecto (prioritariamente) heurístico, requisito fundamental para habilitar posteriores relatos de síntesis.

2.1 Letrados rioplatenses en el IHGB. Florencio Varela y Andrés Lamas

Fue práctica habitual en el IHGB la incorporación de intelectuales extranjeros en calidad de socios correspondientes.[4]

[4] Seguía en este punto el modelo del IHP (basado en las tradiciones de sociabilidad intelectual propias de la Ilustración) y respondía a razones filosóficas y pragmáticas que estaban íntimamente ligadas con el contexto regional: las ambiciones geopolíticas de Juan Manuel de Rosas constituían una potencial amenaza pues, de triunfar en la Guerra Grande, podría reincorporar el territorio de Uruguay a la Confederación Argentina. Esto representaba un peligro para el Imperio pues podría reavivar los sentimientos separatistas de la recientemente pacificada Provincia de Río Grande (1845) y amenazaba el equilibrio en la región puesto que perpetuaría la imposibilidad de navegar por los ríos Paraná y Paraguay, obstaculizando las comunicaciones con Mato Grosso.

Las afiliaciones de letrados rioplatenses fueron varias en el período de la Guerra Grande (1838-1852). Se trató, en su mayoría, de residentes en Montevideo vinculados mayoritariamente al "Gobierno de la Defensa".[5] El IHGB los recibió positivamente por razones geopolíticas y estratégicas que trascendían las meramente académicas. Cada ingreso aseguraba la donación de materiales que podrían ser utilizados por los diplomáticos del Imperio para obtener ventajas en los ajustes territoriales con las repúblicas vecinas y asegurar su hegemonía en la región. Se establecieron vínculos interpersonales que perduraron en el tiempo y permitieron un fluido intercambio de bibliografía y fuentes.

La actividad de los letrados rioplatenses en el IHGB tuvo un marcado cariz político. Desarrollaron una intensa propaganda procurando involucrar al Imperio en una alianza militar contra Rosas. En esta ocasión nos interesa analizar otro aspecto de sus experiencias en el seno de la corporación: la adquisición de un conjunto de prácticas y conocimientos historiográficos que luego procuraron, con suerte dispar, aplicar en Uruguay y Argentina. Uno de los más activos fue Andrés Lamas.

Lamas fue un destacado periodista, historiador, diplomático y político uruguayo. Nació en 1817. Ingresó tempranamente a la vida pública. En 1834 comenzó a trabajar en el Ministerio de Relaciones Exteriores, en calidad de auxiliar. En 1836 debutó como periodista en *El Nacional*. Publicó artículos contra el gobierno de Manuel Oribe y el periódico fue clausurado. El joven periodista debió exiliarse en Río de Janeiro donde residió entre agosto y diciembre de 1836.

Si bien existe poca información sobre las actividades de Lamas durante esa breve estancia carioca, sabemos que mantuvo

[5] Los que tuvieron mayor relevancia fueron Florencio Varela y Andrés Lamas. Hubo otros de escasa significación historiográfica como Dámaso Antonio Larrañaga, Francisco de Borja Magariños de Serrato, Teodoro Viladerbó y el italiano Carlos Zucchi, a los que se integró por razones honoríficas o políticas. También fueron incorporadas personalidades vinculadas al gobierno de Rosas, como el General Tomás Guido y Pedro de Angelis.

largas conversaciones con Bernardino Rivadavia de quien obtuvo abundante información sobre los acontecimientos que jalonaron su vida y, por ende, la historia argentina. La personalidad de Rivadavia le causó hondo impacto, particularmente desde el punto de vista político-ideológico, lo que se vio reflejado en los opúsculos que le dedicó sobre el final de su vida. Fue uno de los orientales que llegó a conocer más profundamente la realidad política de Brasil y las peculiaridades de su política exterior.

Volvió a Río once años después, en calidad de Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario ante el gobierno de Brasil, en representación del Gobierno de la Defensa (1847). Tuvo dificultades para ser reconocido oficialmente (debido a los obstáculos interpuestos por el Gral. Tomás Guido, agente de Rosas, que amenazó con el rompimiento de relaciones diplomáticas en caso de que fueran aceptadas sus credenciales[6]), pudo lograrlo recién en el otoño de 1849.

No podemos determinar con precisión el momento ni las circunstancias en que Lamas tuvo acceso directo al Emperador. Por las evocaciones de su hijo sabemos que existió cierto grado de empatía y amistad entre ambos (Lamas, 1908; Piragibe, 1973). Sus primeros contactos debieron producirse en 1848. El vínculo se profundizó en Petrópolis, en el microcosmos de la ciudad veraniega donde Lamas había adquirido una casa, allí tuvo la posibilidad del trato cotidiano con los miembros de la familia real, funcionarios del gobierno y otros diplomáticos. En sus charlas con el monarca azuzó su desconfianza sobre Rosas. Finalmente logró su objetivo: el 12 de octubre de 1851 fueron firmados los famosos y polémicos

[6] Para superar las reticencias de la Corte, apeló a uno de sus recursos más eficaces, la prensa. Comenzó una intensa propaganda a favor de la causa Oriental en las páginas del *Jornal do Commercio* y generó vínculos con personalidades del gobierno que resultaron decisivas para el éxito de su gestión. En sus artículos exaltó la lucha de Montevideo en aras de la libertad, destacó el despotismo de Rosas y, fundamentalmente, alertó sobre la amenaza que significaba para Brasil en caso de ganar la guerra. También distribuyó varios ejemplares de sus *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino don Juan Manuel de Rosas contra la independencia de la República Oriental del Uruguay,* opúsculo flamígero con abundante información geopolítica y económica.

cinco tratados[7] entre el Gobierno de la Defensa y el de Brasil, elevado costo que tuvo que pagar Uruguay para asegurar el concurso del Imperio en la alianza política y militar que derrotaría a Rosas.

La gestión diplomática de Lamas se extendió hasta 1862. Durante ese tiempo comenzó a dedicar mayor empeño a las investigaciones históricas. Fue admitido como socio correspondiente del IHGB el 31 de agosto de 1848. Participó cotidianamente de las actividades del Instituto (Peres de Oliveira, 2012).

La experiencia brasileña de Lamas fue fundamental desde el punto de vista historiográfico porque le permitió acceder a repositorios sumamente ricos y conocer perspectivas hermenéuticas alternativas. Desde la "atalaya brasileña" el autor reconfiguró sus convicciones sobre la historia de Uruguay y del Río de la Plata. Desempeñó un rol fundamental, de verdadera "polea de transmisión", entre los medios historiográficos del Cono Sur y contribuyó a canalizar la influencia de Brasil en la configuración del campo historiográfico rioplatense.

2.2 El modelo institucional

El modelo institucional del IHGB sirvió de inspiración para la implementación de una corporación similar en Montevideo, el IHGN. Andrés Lamas y Teodoro Vilardebó tuvieron un rol destacado en el proceso fundacional.

La iniciativa se concretó en 1843, momentos en que la ciudad estaba sitiada por las tropas de Manuel Oribe. El contexto no parecía el más apropiado para emprendimientos culturales, pero eso no amilanó a sus creadores quienes creían que para afirmar la

[7] Tratados de Límites, Alianza, Prestación de Socorro Financiero, Comercio y Navegación, Extradición. Esos tratados constituyeron una mácula que acompañó a Lamas más allá de su muerte. Sus detractores lo denominaron a partir de entonces "el brasilero" y lo acusaron de ser un ambiciosos vulgar que asumió una actitud servil y disfrutó de grandes beneficios en la Corte.

"civilización" y preparar un futuro venturoso era necesario "echar fundamentos de grandes edificios sociales"[8]. Se concibió como un instrumento que contribuiría a conocer mejor los problemas nacionales y articular soluciones eficaces. Coadyuvaría, además, a concretar la ansiada "independencia inteligente" que tanto preocupaba a los hombres cultos de la Defensa.

Lamas y Vilardebó formularon la propuesta inicial en una nota envida al Ministro de Gobierno. Fundamentaron el proyecto en la necesidad de unificar esfuerzos para rescatar las glorias de la Patria. Pretendían reunir, adquirir, clasificar y publicar "la colección de materiales hoy dispersos y sepultados en varios archivos públicos y particulares" (Pivel Devoto, 1937, p. 8). Intentaban crear un archivo que brindara a los hombres de letras la posibilidad de conocer "la verdadera historia del país" (*ibidem*). Solicitaban al Ministerio su patrocinio y que ordenara la apertura del Archivo Público para examinar los documentos allí custodiados.

A través de un decreto del 25 de mayo de 1843, el Ministerio de Gobierno aprobó el proyecto. Designó a los socios fundadores[9] y estableció un conjunto de *Bases* con criterios generales de funcionamiento y organización. En ellas se establecía que: el gobierno tomaría al Instituto bajo su protección y que éste se organizaría en tres secciones: Historia, Geografía y Estadística; los socios serían de tres clases, "fundadores", de "número" y "corresponsales; la corporación ejercería la superintendencia sobre el Archivo General (cuyos empleados pasarían a depender del Instituto) y sobre la Comisión Topográfica.

Durante 1843 y 1844 se realizaron diversas reuniones en las que se trataron varios asuntos. Algunos de los más significativos fueron: el establecimiento de relaciones con corporaciones del exterior y el nombramiento de extranjeros en calidad de socios

[8] *Exposición del Jefe Político de Montevideo* [Andrés Lamas] *en la que proyecta la creación del "Instituto Histórico y Geográfico Nacional",* Montevideo, 23 de mayo de 1843 (Pivel Devoto, 1937, p. 12).

[9] Melchor Pacheco y Obes, Andrés Lamas, Teodoro Vilardebó, Manuel Herrera y Obes, Cándido Juanicó, Fermín Ferreira (uruguayos), Florencio Varela y José Rivera Indarte (argentinos).

número y corresponsales.[10] El 25 de mayo de 1844 hubo una sesión pública en el Teatro de Comercio para solemnizar la efeméride. A partir de entonces no se registró ninguna actividad significativa. La institución languideció y desapareció.

La experiencia frustrada del IHGN no fue estéril. Sirvió de inspiración para que Bartolomé Mitre -uno de sus más jóvenes y promisores integrantes- intentara replicarlo en Buenos Aires bajo la denominación de "Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata**".**

En carta del 1 de julio de 1854, Mitre adelantó a Lamas su intención de organizar un Instituto de características similares al montevideano. La fundación se produjo el 3 de setiembre de 1854 en la Biblioteca Pública de Buenos Aires. En la ocasión Mitre pronunció un discurso en el que estableció los objetivos de la institución: ordenar los archivos públicos, fomentar el desarrollo de los estudios históricos y geográficos para conocer mejor la realidad nacional, superar las indagaciones individuales para unir fuerzas en una asociación que permitiese optimizar recursos. Puede apreciarse una notoria similitud con los objetivos del IHGN. Las alternativas políticas postergaron por dos años la puesta en marcha del proyecto.

El objetivo de la institución era estudiar la historia, geografía y estadística de la Argentina en particular y de América en general. Entre sus cometidos fundamentales estaba la organización de una biblioteca, archivo, mapoteca, y museo de temas americanos. Los socios sería de tres clases: de número (un máximo de cien), honorarios y corresponsales (en cantidad ilimitada). Tempranamente se iniciaron contactos con personalidades y sociedades afines de otros países americanos.

[10] José de San Martín y Bernardino Rivadavia (socios de número), el historiador inglés Robert Southey y personalidades del IHGB como Fernández Pinheiro (Vizconde de San Leopoldo), el canónigo Januário da Cunha Barbosa -Presidente y Secretario respectivamente de la corporación brasilera- (socios corresponsales). No fueron las únicas nominaciones, también se designaron corresponsales a varios intelectuales de la Sociedad Etnológica de París, de la Sociedad Geográfica de París y de la Academia de la Historia de Madrid.

El IHGRP tampoco prosperó a debido a los acontecimientos políticos. Cesó abruptamente sus actividades entre 1859 y 1860.

La efímera existencia del IHGN y del IHGRP evidencia las dificultades objetivas que existían en la región para implementar emprendimientos culturales. Pero también muestra el tesón de algunos intelectuales por superarlas.

2.3. 2.3 La historia nacional como proyecto: la prioridad heurística

Los documentos fundacionales del IHGB[11] concebían la construcción del relato nacional en clave de proyecto de investigación y definían procedimientos. Se proponía una labor en dos tiempos: a) relevamiento heurístico; b) narrativa de síntesis. Esto implicaba la formulación de tareas de búsqueda, selección, jerarquización, reproducción y archivo de fuentes. Concebida de esta manera -inspirada en "los mejores y más correctos principios que acababan de ser lanzados por la escuela alemana" (Rodrigues, 1978, p. 37)-, la labor de pesquisa debía contribuir exitosamente a la consolidación disciplinar y a la redacción de textos patrióticos.

A partir de entonces aparecieron documentos[12] orientadores en los que se pautaba dónde, cómo y qué tipo de documentos buscar. Las autoridades del Instituto solicitaron frecuentemente apoyo al gobierno para que sus representaciones diplomáticas en Europa colaboraran en la tarea. Antônio Meneses Vasconcelos de Drumond (1794-1865) y Francisco Adolfo de Varnhagen fueron de los primeros investigadores en beneficiarse del apoyo estatal. La labor de investigación estuvo acompañada por una proficua

[11] Nos referimos a: la propuesta de creación realizada por el Mariscal Raimundo José da Cunha Matos y el Canónigo Januário da Cunha Barbosa; el discurso de da Cunha Barbosa en el acto inaugural; los estatutos de la corporación.

[12] Por ejemplo: "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à Sociedade central no Rio de Janeiro", Januário da Cunha Barbosa (1838); "Como se deve escrever a História do Brasil", Karl Friedrich Phillipe Von Martius, publicado en 1844 en la Revista del IHGB.

reflexión teórico-metodológica que contribuyó a definir el status científico de la disciplina y concomitantemente, a instrumentalizar su uso político (Cezar, 2011, p. 119). La *História Geral do Brasil* (1854) de Varnhagen, constituyó la formulación narrativa más acabada y temprana de tales esfuerzos en pro de una historia proyectada con carácter totalizador, patriótico y ejemplar.

La impronta de la construcción de la historia nacional como proyecto anclado en lo heurístico influyó de manera determinante en los autores rioplatenses. Los pioneros fueron Andrés Lamas, Bartolomé Mitre y Francisco Bauzá.

Andrés Lamas asumió una actitud proactiva para superar la grave orfandad heurística de la época. Lo hizo inspirado en las estrategias implementadas por el IHGB.

Desde mediados de la década de 1840 procuró acopiar y divulgar la mayor cantidad posible de fuentes relacionadas con la historia platense. Como frutos de esos afanes:

a) Publicó una *Colección de documentos para la historia y geografía de los pueblos del Plata* (1849).
b) Realizó ediciones críticas a las obras de los sacerdotes jesuitas Pedro Lozano (1874) y José de Guevara (1882) (en la serie denominada *Biblioteca del Río de la Plata*).
c) Concibió un ambicioso plan de rescate heurístico cuyos lineamientos generales expuso en el opúsculo *Instrucciones para la adquisición en los archivos europeos de documentos inéditos que pueden ilustrar la historia colonial del Río de la Plata* (1873).
d) Creó, en colaboración con Juan Ma. Gutiérrez y Vicente Fidel López, la *Revista del Río de la Plata* (1872-1877), uno de los principales emprendimientos hemerográficos del siglo XIX, destinada a divulgar fuentes e investigaciones originales.

e) Promovió en Buenos Aires la creación de instituciones y repositorios para potenciar la investigación histórica y custodiar adecuadamente las fuentes.

La *Colección de memorias y documentos...* se publicó en Montevideo en 1849, mientras Lamas estaba en Río de Janeiro cumpliendo funciones diplomáticas. Contiene 34 piezas documentales relacionadas con la historia colonial y el período revolucionario. Cada transcripción está precedida por una presentación de carácter histórico (para contextualizar el documento) y metodológico (modalidad de acceso, criterios de selección y jerarquización).

Debieron pasar dos décadas de agitada actividad política y diplomática para que Lamas dispusiera del tiempo necesario como para continuar con la edición de fuentes. Esta labor la desarrolló íntegramente en Buenos Aires, ciudad en la que se radicó y en la cual encontró el apoyo necesario para concretar sus aspiraciones.

El gobierno de la provincia de Buenos Aires creó, por decreto del 24 de febrero de 1872, una comisión integrada por Juan Ma. Gutiérrez, Mitre y Vicente Quesada, a efectos de exhumar en los archivos argentinos correspondencia de hombres públicos destacados, para su posterior publicación. Fue la primera iniciativa oficial que se planteó en los Estados platenses en pro de relevar documentación en Europa, treinta y tres años después de las que se implementaron en Brasil. Por otro decreto del 18 de febrero de 1873, se encargó al Director de la Biblioteca Pública, Manuel Ricardo Trelles, que indagara en archivos españoles y gestionase la copia de documentos que pudieran contribuir al conocimiento de la historia colonial. Se nombró otra comisión -integrada por Gutiérrez, Vicente Fidel López y el propio Lamas- con el propósito de establecer una serie de criterios para orientar a Trelles. Encomendaron a Lamas la redacción de unas *Instrucciones para la adquisición en los archivos europeos de documentos inéditos que*

pueden ilustrar la historia colonial del Río de la Plata, que se publicaron en forma de folleto (1873).

Se trata de un texto donde el autor evidencia profundo conocimiento sobre la historia rioplatense y de los fondos documentales custodiados en los archivos españoles. Presenta un prolijo balance de las necesidades heurísticas de los historiadores decimonónicos. Contiene mucho más que orientaciones documentales, propone un verdadero programa de investigación. Plantea la conveniencia de realizar copias de retratos y bustos de personajes destacados del período colonial (descubridores, conquistadores, virreyes) y de adquirir piezas numismáticas (medallas y monedas, particularmente en el Museo Numismático de Madrid) que permitieran aumentar el acervo del Museo Público de Buenos Aires.

En estos emprendimientos Lamas tuvo muy presente la política historiográfica del IHGB, consistente en planificar la elaboración de la historia nacional como proyecto. A diferencia de la experiencia de Varnhagen, Lamas no pudo trascender la primera etapa, la del acopio documental (murió sin culminar una historia de Uruguay que tenía proyectada desde 1849). Quienes lo concretaron fueron Bartolomé Mitre y Francisco Bauzá, autores de sendas historias nacionales -de Argentina y Uruguay, respectivamente- cimentadas en corpus documentales reunidos en largos años de ordenada y proyectada indagación.

Bartolomé Mitre manifestó, desde la frustrada fundación del IHGRP, una actitud proactiva en la búsqueda de fuentes. Aunque no trazó un plan heurístico en cuanto proyecto, sí lo concibió como instrumento para concretar las obras que tenía previstas. Esto se puede apreciar en particular en la *Historia de Belgrano…* cuyas sucesivas ediciones contienen notorias correcciones y ampliaciones temáticas formuladas a partir de nuevos documentos que incorporaba al análisis. En el preámbulo de la primera edición (1857), aclaró que debería pasar un tiempo prudencial hasta que se escribiera sobre la vida completa del protagonista y que ésta

debería resultar como fruto de "concienzudos estudios y de prolijas investigaciones" (Mitre, 1887, p. XI). En las tres ediciones posteriores (1859, 1876-1877, 1886) incluyó valiosos prefacios en los que expuso su itinerario heurístico y metodológico, explicitó los tipos documentales incorporados y los hechos o problemas a los que se referían. Esos textos contienen verdaderos "estados de la cuestión", práctica poco común en la época, sobre al nivel de conocimientos relativos al tema.

Mitre sostenía que había emprendido la tarea con vocación patriótica, para llenar un "vacío criminal" que ponía "en evidencia nuestra incuria y nuestro atraso en materia de estudios históricos" (*ibidem*, p. XXVI) (particularmente en lo referido a las interpretaciones sobre la Revolución de Mayo) y corregir "groseros errores" de escritores extranjeros sobre la expedición de Belgrano a Paraguay (*ibidem*, p. XXX). Estas apreciaciones recuerdan algunos de los fundamentos esgrimidos por Januario da Cunha Barbosa y Rodrigo de Souza da Silva Pontes para fundamentar la creación del IHGB.

Conclusión

La influencia brasileña, en los aspectos institucionales y metodológicos, fue fundamental en la etapa inicial de las historiografías rioplatenses (entre las décadas de 1840 y 1860). A partir de los años `70 ese influjo comenzó a diluirse, coincidiendo con la consolidación de los Estados-nación de Argentina y Uruguay y la concomitante definición de sus narrativas patrióticas.

A pesar del momentáneo fracaso, el IHGN y el IHGRP constituyeron las primeras experiencias de institucionalización de los estudios y la investigación histórica en Uruguay y Argentina (lejanos antecedentes del Instituto Histórico y Geográfico de Uruguay y de la Academia Nacional de la Historia de Argentina).

La construcción de las historias nacionales devino, en el proyecto de los fundadores de los institutos, tarea colectiva en la

cual debían colaborar quienes estaban vinculados con la administración pública.

Si bien los esquemas interpretativos -y los relatos que dan cuenta de los mismos- sobre la transición de la colonia a la independencia presentan marcadas diferencias en los casos de Brasil y de las antiguas colonias españolas, es posible comprobar una cierta coincidencia metodológica en cuanto a la construcción del relato nacional como proyecto de investigación.

Las condiciones de producción de conocimiento histórico en el Brasil imperial fueron más favorables que las existentes en las Repúblicas limítrofes. Esto permitió una temprana y exitosa institucionalización que estimuló la puesta en marcha de programas de búsqueda de documentos, orientada de acuerdo a planes concienzudamente elaborados y que contaron para su implementación con el apoyo del gobierno. El resultado de los mismos fue una interpretación general de la historia nacional elaborada por Varnhagen.

En Uruguay y Argentina se intentó emular el modelo brasileño pero los resultados fueron muy tardíos. La situación de guerra civil permanente y la fragmentación territorial y estatal ocluyeron la implementación de los ambiciosos proyectos planteados por los fundadores del IHGN y por el IHGRP.

Referencias

ANDRADE MARSON, IZABEL. "O imperio da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica" in DE FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Editora Contexto, 2012. (pp. 73-101).

ARDAO, ARTURO. *Filosofía preuniversitaria en Uruguay*. Montevideo, Claudio González y Cía. Editores, 1945.

BAUZA, FRANCISCO. *Historia de la dominación española en el Uruguay*. Montevideo, Edición Clásicos Uruguayos, 1965, 6 tomos.

BERISSO, LÍA – BERNARDO, HORACIO. *Introducción al pensamiento uruguayo*. Montevideo, Ediciones Cruz del Sur, 2011.

CEZAR, TEMÍSTOCLES. "Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos" in BASTOS PEREIRA DAS NEVES, LUCIA MARIA – PASCHOAL GUIMARAES, LUCIA MARIA – DE ALMEIDA GONÇALVEZ, MARCIA – GONTIJO, REBECA, (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Río de Janeiro, Editora FGV, 2011. (pp. 93-124).

CHITTÓ GAUER, RUTH MARIA, "Apresentação" in KHALED, SALAH. *Horizontes identitários. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010. (pp. 13-14).

DA CUNHA BARBOZA, JANUARIO. "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à Sociedade central no Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* Brasileiro. Rio de Janeiro, nº I, 1839. (pp. 109-110)

DA CUNHA BARBOZA, JANUARIO - DA CUNHA MATTOS, RAYMUNDO JOSÉ. "Breve noticia sobre a creação do Instituto Historico e Geographico Brazileiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* Brasileiro. Rio de Janeiro, nº I, 1839. (pp. 5-7).

DEVOTO, FERNANDO, "La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá" in ALTAMIRANO, Carlos (Director). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires, Katz Editores, 2008. (pp. 269-289).

DEVOTO, FERNANDO - PAGANO, NORA. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires, Sudamericana, 2009.

DIAS, FABIANA. "Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX". *Revista de Teoria da História*. Universidade Federal de Goiás, ano 2, número 4, dezembro 2010. (pp. 18-33).

GANNS, CLÁUDIO. "D. Andrés Lamas e o Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 179, abril-junho 1943. (pp. 215-234).

INSTITUTO HISTÓRICO E *GEOGRÁFICO* BRASILEIRO. "Extracto dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº I, 1839. (pp. 18-20).

KHALED, SALAH. *Horizontes identitários. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010.

LAMAS ANDRES. *Notice sur la république oriental de l'Uruguay, documents de statistique concernat sa population indigène et exotique et le développement de sa richesse.* París, Guillaumin et Cie., Libraires, 1851.

LAMAS ANDRÉS. *Colección de memorias y documentos para la historia y geografía de los pueblos del Río Plata.* Montevideo, 1849.

LAMAS ANDRÉS. *Instrucciones para la adquisición en los archivos europeos de documentos inéditos que puedan ilustrar la historia colonial del Río de la Plata. Redactadas para desempeñar una comisión del Gobierno de Buenos Aires.* Buenos Aires, 1873.

LAMAS, ANDRÉS – LÓPEZ, VICENTE FIDEL – GUTIÉRREZ, JUAN MA. *La Revista del Río de la Plata. Periódico mensual de historia y literatura de América* (1872-1877). Buenos Aires, Imp. y Librería de Mayo, 1871-1877

LAMAS, PEDRO. *Etapas de una gran política.* Montevideo, Imprenta Charaire, 1908.

LEVENE, RICARDO. *Mitre y los estudios históricos en la Argentina.* Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, 1944.

MITRE, BARTOLOMÉ, *Bases orgánicas del Instituto Histórico-Geográfico del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta La tribuna, 1856.

MITRE, BARTOLOMÉ, *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires, Félix Lajouane Editor, 1887, 4ta. Y definitiva edición, corregida y aumentada.

MITRE, BARTOLOMÉ, *Reglamento constitutivo del Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata*, Buenos Aires, Imprenta Argentina de El Nacional, 1856.

PERES DE OLIVEIRA, SUELLEN MAYARA. "A Querela de Clio: As tensões e os diálogos entre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da região do Prata, 1838-1852". Revista *do* Instituto Histórico *e* Geográfico *Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 454, jan./mar. 2012. (pp. 115-156).

PIVEL DEVOTO, JUAN. *El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845). Documentos para su historia pública*. Montevideo, El Siglo Ilustrado, 1937.

RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978, 3ª edição.

SALGADO GUIMARÃES, MANOEL LUÍS. "Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX". *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro 2002. (pp. 184-200).

SALGADO GUIMARÃES, MANOEL LUÍS. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988. (pp. 5-27).

SHUMWAY, NICOLÁS. *La invención de la Argentina. Historia de una idea*. Buenos Aires, Emece, 1993.

VON MARTIUS, KARL FRIEDRICH PHILIPPE, "Como se deve escrever a história do Brasil". Revista *do* Instituto Histórico*e*Geográfico *Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 6, 1844. (pp. 381-403).

WASSERMAN, FABIO. *Entre Clío y la Polis. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires, Editorial Teseo, 2008.

4

A importância da fundação da colônia do sacramento para a coroa portuguesa

José Carlos Pöppl Filho[1]

1 Introdução

A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, foi o acontecimento central da história da América meridional do final do século XVII, pois materializou o retorno lusitano ao Prata após a União Ibérica[2] (1580-1640). Tal empresa pretendia restabelecer os fortes vínculos comerciais existentes durante aquele período e, por isso, a Coroa passou a adotar uma política que visava desenvolver as potencialidades econômicas da América portuguesa, visto que o comércio oriental havia passado para as mãos dos holandeses e parecia definitivamente perdida qualquer ilusão de rearticulação do antigo monopólio comercial português no Oriente.

Além da prata, metal precioso numa economia com escassez crônica de metal circulante, e do couro, segundo Prado (2002), outro atrativo importante da região platina no período eram os mercados de Buenos Aires, Paraguai e do Alto-Peru. Essas regiões

[1] Graduando em História pela UFPEL

[2] Em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, o rei português D. Sebastião foi morto, abrindo uma disputa pelo trono português. Assumiu o trono provisoriamente o cardeal D. Henrique, seu tio-avô, que não possuía descendentes diretos. Com sua morte, assumiu a Coroa portuguesa, em 1580, o soberano espanhol Felipe II, inaugurando o período chamado "União Ibérica", que durou até a chamada Restauração de Portugal, em 1640 (KÜHN, 2002, p. 28).

eram marginalizadas no abastecimento oficial hispânico. A baixa frequência de embarcações oficiais autorizadas a comerciar artigos manufaturados fazia com que tais regiões encontrassem alternativas para o abastecimento. O contrabando surgia como uma opção frente às carências do sistema oficial e constituía uma atividade rotineira e muito lucrativa no Prata.

Assim, conforme Miranda (2009), a almejada delimitação do domínio português por fronteiras naturais impulsionou a expansão lusa na América em direção ao sul, tendo como meta as margens do rio da Prata, e se beneficiou de imprecisões nas demarcações dos tratados de limites firmados entre as duas Coroas ibéricas. No entanto, para alcançá-la, enfrentava a reação espanhola, pois no contexto desse movimento expansionista, a região que se definiria como porção meridional do domínio luso foi marcada pelo caráter provisório, como zona de passagem para a pretendida fronteira natural.

O interesse português pelo Sul, segundo Kühn (2002), acentuou-se a partir do final do século XVI, em face da fundação de Buenos Aires, em 1580, quando essa cidade foi "invadida" pelos comerciantes lusitanos em decorrência da União Ibérica. Com a instalação dos portugueses em Buenos Aires estes passaram a introduzir de forma ilegais produtos ingleses na cidade, burlando, desse modo, o exclusivo comércio colonial espanhol, até então monopólio de Castela, e ainda captando para si parte da prata peruana.

Por isso, desde os primeiros tempos da colonização Portugal enxergava no estuário o limite meridional dos seus domínios, pois para os portugueses a linha de Tordesilhas passaria por Buenos Aires. Será esta, portanto, a trajetória seguida pelo discurso geopolítico que identificava o rio da Prata como a fronteira natural da entidade luso-brasileira na América. Por conseguinte, segundo Holanda (2004, p.322), "[...] embora correspondesse a uma antiga aspiração portuguesa, a fixação do rio da Prata como limite sul do Brasil só se efetivará em fins do século XVII".

Para alcançar tal objetivo, o Príncipe Regente D. Pedro desejava erguer uma fortificação na ilha de São Gabriel[3], no rio da Prata, escolhendo para comandar a fundação o desbravador tenente-general Jorge Soares de Macedo, que partiu de Santos no início do ano de 1679, não conseguindo, porém, chegar ao seu destino, em face do mau tempo no mar.

Tendo retornado a Santos com a frota destroçada e a perda de um dos barcos, Soares recebeu ordens de encontrar-se com o novo governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, que chegara com novas diretivas a respeito da futura expedição platina.

Após tomar posse no governo, em 1679, D. Manuel deu logo início à preparação da expedição que fundou a fortaleza do Santíssimo Sacramento, em 1680, praticamente em frente à cidade de Buenos Aires, na outra margem do mesmo rio, em terra firme.

> A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica, assim como da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata (POSSAMAI, 2010, p. 13).

A presença portuguesa no Prata, nessa nova etapa, com a fundação de um presídio militar, estava vinculada especialmente ao Rio de Janeiro, cidade de onde partiram os principais esforços humanos e financeiros para o estabelecimento da Colônia platina.

Logo, segundo Camargo (2001, p. 27), o Tratado de Tordesilhas estava fadado a ser desobedecido por ambos os impérios ibéricos. Pela Espanha, pela descoberta e posterior conquista do arquipélago das Filipinas e, por Portugal, no processo de expansão vicentina, a partir da União Ibérica, em 1580. Portanto, a união das coroas ibéricas, na pessoa de Felipe II, implicou inclusive na inutilidade teórica desse Tratado.

---

[3] Pequena ilha no rio da Prata situada a cerca de 3 quilômetros a Oeste da atual Colônia do Sacramento.

2 Controvérsias, imprecisões e omissões dos tratados de limites

O navegador genovês Cristóvão Colombo realizou, em 1492, uma das maiores descobertas realizadas no período das grandes navegações. Financiado pelos recursos da Coroa de Castela, este navegador anunciou a descoberta de terras a Oeste. Tal feito acabou inserindo a Espanha no processo de expansão marítimo-comercial que, desde o início daquele século, já havia propiciado significativas conquistas para Portugal ao longo de todo século XV.

Com a ascensão dos espanhóis na exploração de novas terras, o clima de disputa com os portugueses se acirrou. Para que um conflito de maiores proporções fosse evitado, o papa Alexandre VI (Rodrigo Borgia) foi convocado para negociar os limites de exploração colonial entre essas duas monarquias europeias. Inicialmente, Portugal buscava garantir seu monopólio na costa africana e a Espanha preocupava-se em legitimar a exploração nas terras localizadas a Oeste.

Desde o século XI, o Papa Gregório[4] havia implantado a predominância do poder temporal da Igreja. Desta forma, os papas assumiram assim o papel de árbitros supremos nas questões internacionais. Por meio de bulas, eles proferiam a sua palavra nessas questões. A Santa Sé buscava, assim, dilatar os domínios para além da Europa, concedendo aos príncipes cristãos plena autoridade sobre as terras que descobrissem.

Assim, o Papa Alexandre VI anunciou, no ano de 1493, a assinatura da *Bula Inter Coetera*, a qual foi divulgada logo após o descobrimento por Colombo, a requerimento da Espanha, das terras que depois viriam a se chamar de América.

A Bula trazia como novidade o emprego, pela primeira vez, de uma linha astronômica para definir os limites entre os domínios

[4]Papa da Igreja Católica de 1370 a 1378.

de dois estados. Essa linha deveria distar, segundo Rezende (1988, p. 5), "[...] de qualquer das linhas vulgarmente chamadas dos Açores e Cabo Verde 100 léguas para o Ocidente e Meio-Dia (Sul)", e concedia de modo absoluto e sob pena de excomunhão aos reis de Castela e Leão "[...] as terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir, para o Ocidente ou Meio-Dia", dessa linha (REZENDE, 1988, p.5).

Essa divisão das terras do globo, se tivesse sido obedecida por Portugal, teria encerrado o ciclo de seus descobrimentos. No entanto, a falta de clareza da linguagem usada na Bula, aliada à firmeza do rei de Portugal, Dom João II, que chegou inclusive ao ponto de preparar-se para a guerra, conduziram a novas negociações com o rei de Castela, o qual, buscando evitar o desgaste de um conflito militar, aceitou a revisão dos acordos com uma nova intermediação do Papa. Desse modo, foi assinado em sete de junho de 1494, com o nome de *"Capitulación de la partición del mar Océano"*, e ratificado, em Setúbal, aos cinco de setembro desse ano, o Tratado de Tordesilhas, que marcou a expansão hispânica pelos mares e territórios do Atlântico, conhecido então como "Mar Oceano".

Por esse Tratado, o mundo foi dividido em dois hemisférios por um meridiano distante de 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, ficando a Espanha com tudo que ficasse ao Ocidente e Portugal com o que se situasse no Oriente.

Alterava-se, assim, a Bula de Alexandre VI por meio do deslocamento do meridiano para 370 léguas pela origem da contagem para Cabo Verde e pela declaração expressa da zona de dominação portuguesa, o que representava uma vitória da diplomacia de Portugal. Essa mudança de postura era um forte indício de que os portugueses tinham conhecimento de outras terras localizadas na porção Sul do novo continente descoberto pelos espanhóis, e que já tinham a pretensão em ocupar a região platina, como outras áreas também, muito antes do referido Tratado.

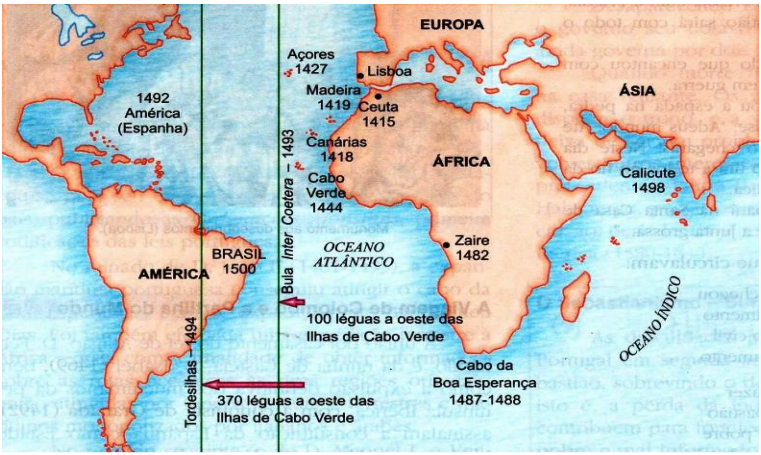


Figura 1 – *Bula Inter Coetera* e Tratado de Tordesilhas
Fonte: PIRES, 2013.

Pouco tempo depois as determinações desse tratado seriam questionadas pelas outras nações europeias que iniciavam seu processo de expansão marítima. Diversos monarcas não aceitavam o fato de a divisão ter se restringido aos países ibéricos. Os franceses, por exemplo, por intermédio de seu monarca, Francisco I, se manifestaram contra a cláusula do "Testamento de Adão", que os excluíra da partilha do globo terrestre.

O Tratado de Tordesilhas vigorou de direito até o Tratado de 1750 (Tratado de Madri). Apesar do interesse e das várias tentativas feitas para demarcar os limites que configurava, jamais foi feita a projeção do meridiano demarcador. Isso decorreu da imperfeição dos instrumentos astronômicos usados na época e, principalmente, em consequência dos interesses políticos e econômicos em jogo.

Por outro lado, o Tratado não fixou precisamente a ilha de onde se deveria iniciar a contagem das 370 léguas; não demarcou o paralelo sobre o qual se deveria medir essa extensão; e não definiu a dimensão da légua que deveria se adotar, o que era indispensável, pois não eram uniformes as medidas náuticas usadas por

portugueses e espanhóis. Tudo isso deu margem às mais diversas interpretações e discussões intermináveis.

Embora em vigor, o Tratado de Tordesilhas foi de fato derrogado por diversos acontecimentos históricos, como a união das Coroas de Espanha e Portugal, sob Felipe II de Espanha. Essa derrogação de Tordesilhas resultou na expansão portuguesa no Brasil para o Norte; na expansão bandeirante para Oeste e Sudeste, inicialmente atraída pelas reduções Jesuítas e depois pelo ouro descoberto; pela fundação da Colônia do Sacramento e pelas lutas que se travaram por sua posse.

3 A importância geopolítica e comercial da Colônia do Sacramento para a Coroa portuguesa

A expansão luso-brasileira para o Sul resultou de ambições geopolíticas que se associaram a fortes impulsos de caráter econômico, pois após a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532), a navegação portuguesa parecia ter esquecido o rumo do rio do Prata por longos cinquenta anos, mas na penúltima década do século XVI voltou a aparecer no estuário, pois navios de Buenos Aires dirigiam-se ao Brasil e em breve se estabeleceu uma corrente de trocas comerciais que, embora com interrupções, se prolongaria pelo século XVII.

A colonização espanhola concentrou-se, de início, principalmente no Peru, atraída pelo ouro e prata, enquanto as terras platinas, consideradas pobres por não disporem de metais preciosos ficaram, em grande parte, ao abandono. A própria cidade de Buenos Aires, fundada em 1536, foi abandonada cinco anos depois e só veio a ser definitivamente restabelecida em 1580.

O principal mercado era a famosa cidade de Potosi, no Alto Peru, devido à descoberta de importantes filões de metal branco (prata) em 1545, o que provocou um extraordinário afluxo de multidões, passando então a ser o maior aglomerado populacional da América do Sul.

No entanto, a altitude de milhares de metros, com baixas temperaturas, ventos violentos e chuvas escassas tornavam a agricultura impossível e a criação de gado muito difícil. Portanto, para abastecer sua enorme população, Potosi tinha que recorrer às importações de Tucumán; do Chile; do baixo Peru e da Europa, pagando em barras de prata e a preços altíssimos.

Nesse contexto, ao fundar-se Buenos Aires pela segunda vez, em 1580, segundo Almeida (1957 apud CANABRAVA, 1984, p.20), "[...] as Províncias do Rio da Prata e as de Tucumán constituíam dois mundos à parte: cidades fluviais de um lado, cidades continentais de outro, viviam separadas", e foi precisamente nesse cenário que a nova Buenos Aires veio realizar a "articulação entre esses dois sistemas".

Desde há muito que administradores e governadores apontavam a conveniência de um porto no estuário, e Buenos Aires correspondia, por um lado, à necessidade de romper o isolamento de Tucumán e, por outro, vir a transformar em realidade a ideia de estabelecer uma via de comunicação entre o alto Peru e a Espanha, por intermédio das regiões platinas e tucumana.

É sabido que a Espanha, conforme Almeida (1957), procurou manter o exclusivo do comércio com suas possessões americanas e que ele se fazia por uma única "rota oficial": as mercadorias europeias, enviadas através de Sevilha pela *Casa de Contratación*,que deveriam ser trocadas pela prata peruana, eram levadas pelas frotas de *Nombre de Dios,* e depois Portobelo, no Panamá, onde se realizavam importantes feiras. Transportados através do istmo, os produtos eram embarcados nos portos de Perico e Panamá, conduzidos pela frota do Pacífico a Callao, e daí, sobre mulas, até Lima, onde se espalhavam por todo o vice-reino.

Enfim, ainda consoante Almeida (1957), a extensão desta via comercial, os perigos e dificuldades do transporte no mar e em terra, os transbordos, os impostos e as taxas alfandegárias e, ainda, os lucros dos intermediários faziam com que as mercadorias chegassem ao seu destino a preços exorbitantes. Considerando-se

que nas feiras do istmo os preços atingiam até 500% de lucro, pode-se imaginar por que preços se venderiam esses produtos em Lima e em Potosi.

Assim, renascia Buenos Aires com evidentes objetivos mercantis, e logo a cidade procurou lançar-se no comércio, tirando proveito de sua privilegiada posição geográfica em relação à "rota oficial" do Pacífico.

Estabeleceu-se ainda, de acordo com Almeida (1957, p. 72), uma corrente de trocas com o Brasil, pelo menos desde o final do século XVI, a qual ganhou impulso no primeiro quartel do século XVII, graças ao bispo de Tucumán, D. Francisco de Vitória, que, a pretexto de pedir alguns padres da Companhia de Jesus para a sua diocese, enviou por várias vezes ao Brasil quantidades de ouro e prata em navios que levavam de retorno escravos africanos, ferro, objetos manufaturados, roupas e gêneros alimentícios.

O lento, mas constante progresso de Buenos Aires só em pequena medida podia ser devido ao comércio legal, pois umas vezes à sombra deste, e outras vezes inteiramente à margem, floresceu, desde cedo, o contrabando. Os comerciantes estrangeiros recorriam a toda espécie de fraudes, conseguindo mesmo enviar os seus artigos por meio das frotas espanholas e recebendo em troca o retorno de ouro e prata. Desse modo, as populações coloniais podiam receber os artigos que precisavam com maior abundância e a preços mais baixos.

Ainda que nem sempre essas expedições de contrabando tenham sido bem-sucedidas, o certo é que frutificaram, pois o movimento do porto portenho aumentou de modo sensível, conforme Almeida (1957, p. 73), e também não foi pequeno o proveito que o Brasil tirou destas relações com a entrada de metais preciosos em abundância, conforme se conclui da carta do mercador Francisco Soares, escrita do Rio de Janeiro para Portugal, em 1597, onde afirmava que o proveito deste comércio era de tal ordem que se tinha o receio de não ser acreditado, uma vez que se julgava possível atingir mesmo os 1.000% de lucro. Entendia,

ainda, Soares que era de se considerar a ida às minas de Potosi e acrescentava:

> Se os negociantes portugueses e hespanhoes tivessem conhecimento deste commercio, não mandariam nem arriscariam tantas mercadorias para Carthagena, como fazem. Por isso, este Rio é um grande commercio, o mais próximo e mais fácil caminho para ir ao Perú (ALMEIDA, 1957, p. 73).

Como se verifica, para o autor da missiva, o rio da Prata era somente uma via entre o Brasil e a região peruana, pois Buenos Aires não passava de uma cidade pobre, sem ouro nem prata, e por isso quase sem moeda metálica, sendo, em consequência, tão importante a atividade comercial dos portugueses no rio da Prata durante o primeiro quartel do século XVII, que este "se transformou num verdadeiro rio português" (CANABRAVA, 1984, p.126).

Por fim, o comércio de escravos africanos, quase sempre nas mãos dos portugueses, aumentava ainda as facilidades do contrabando, pois estes muitas vezes realizavam o tráfico diretamente dos portos africanos.

Se o contrabando prosperou foi porque satisfazia as necessidades dos colonos e, ainda, porque dois motivos principais contribuíram para facilitar este comércio ilícito: por um lado, a impossibilidade das autoridades coloniais espanholas exercerem vigilância eficaz sobre o vastíssimo litoral americano e, por outro, a venalidade de muitas dessas mesmas autoridades, que não só permitiam as fraudes, mas delas tiravam proveito.

O comércio do rio da Prata, consoante Almeida (1957, p. 83), entrou em decadência a partir do segundo quartel do século XVII, particularmente em face do aumento do rigor contra os portugueses, principais organizadores do contrabando, mas também em face do domínio do Atlântico Sul pela marinha holandesa, após a ocupação do Nordeste brasileiro, em 1630; de Luanda, em 1641; e, ainda, o fim da União Ibérica, em 1640.

A estes acontecimentos, de acordo com Almeida (1957, p. 84), outros de não menor importância se associaram, e vieram a ter graves repercussões na vida econômica de Portugal e do Brasil durante o século XVII, como a diminuição da produção de ouro e prata da América espanhola, principalmente depois de 1630, agravadas pelo encerramento do comércio platino depois de 1641, provocando sensível diminuição da entrada da prata peruana no Brasil e em Portugal.

A esta diminuição da produção de metais preciosos, que provocou uma verdadeira crise de restrição monetária, se associou também uma crise do açúcar e do tabaco brasileiros, em consequência da concorrência cada vez maior das Antilhas, que produziam estes produtos desde meados do século, por iniciativa dos holandeses, franceses e ingleses.

Em Portugal havia consciência da situação e da necessidade imperiosa de tomar medidas adequadas. Já em 1673 uma consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado do comércio nas colônias aconselhava ao Príncipe Regente: *"Mande V. A. intentar tudo e descobrir tudo."* [5]

Este ponto de vista, segundo Almeida (1957, p. 89), aparece expresso com frequência na documentação da época e pode-se encontrá-lo até em um escrito de Vieira, quando diz concisamente que o Brasil com a desunião do rio da Prata não tem dinheiro. Reconhecia-se, portanto, que a pouca moeda existente viera quase toda do Peru pela via platina, no tempo em que o tráfico era possível.

Assim, tal qual Almeida (1957), verifica-se que o restabelecimento desse comércio aparecia como solução ideal, apesar das graves dificuldades que se lhe opunham, como a proibitiva legislação espanhola e, além disso, havia ainda o estado de guerra decorrente da Restauração.

No entanto,

[5] Arquivo Histórico Ultramarino: Lisboa. Conselho Ultramarino, cód. nº 17, fl. 124.

> [...] as necessidades da vida econômica foram mais fortes do que as conveniências políticas, o que fez com que D. João IV[6] permitisse, desde 1641, que seus vassalos do reino (Brasil e colônias africanas) tivessem trato com os vassalos da Coroa de Espanha, continuando, assim, o transporte de escravos como antigamente se fazia. Ordenou, ainda, ao governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, que não praticasse nenhum ato de hostilidade contra os espanhóis do rio da Prata e que procurasse restabelecer com eles as relações comercias (ALMEIDA, 1957, p. 90).

Estas ordens e permissões reais possibilitaram que de 1640 a 1680 fossem realizadas várias viagens ao rio da Prata com fins mercantis, sem falar das iniciativas particulares. Contudo, nem todas estas viagens deram resultado, por não terem vencido a intransigência oficial espanhola, que nem mesmo após a paz de 1668 arrefeceu as ordens do Rei de Espanha, que continuavam mais apertadas do que nunca, fazendo com que fossem apresados alguns navios que iam a Buenos Aires transportando escravos e fazendas.

Assim, em Portugal, havia consciência da situação e da necessidade imperiosa de tomar medidas adequadas devido à conjuntura desfavorável. Para tanto, em face dessas dificuldades para o comércio platino, o regente D. Pedro buscou uma solução para o restabelecimento do mesmo, resolvendo fundar uma base permanente estrategicamente situada na frente de Buenos Aires, ou seja, à entrada da grande via de comunicação do Peru com o Atlântico. Portanto, ao principiar o ano de 1680, surgia na margem norte do rio da Prata a Colônia do Sacramento, que foi, na prática, um empreendimento financiado pelos comerciantes do Rio de Janeiro.

[6] João IV, apelidado de João, o Restaurador, foi Rei de Portugal e Algarves de 1640 até à sua morte em 1656 (nota do autor).

4 Considerações Finais

A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, por D. Manoel Lobo, então governador do Rio de Janeiro, atendia à almejada delimitação do domínio português por fronteiras naturais, o que impulsionou a expansão lusa na América em direção ao Sul, tendo como meta as margens do rio da Prata. Esta fundação se beneficiou de imprecisões nas demarcações dos tratados de limites firmados entre as duas Coroas ibéricas, e atendeu a interesses comerciais e geopolíticos da Coroa portuguesa.

O interesse português pelo Sul acentuou-se a partir do final do século XVI, em função do comércio platino, decorrente da fundação de Buenos Aires. Esta cidade, fundada pelos espanhóis em 1580, foi "invadida" pelos comerciantes lusitanos em face da dominação espanhola sobre Portugal (1580-1640).

Tal conjuntura assistiu à instalação dos portugueses em Buenos Aires, introduzindo os produtos ingleses na cidade e "furando", desse modo, o exclusivo comércio colonial espanhol, captando para si a prata peruana proveniente de Potosi, em boa parte decorrente do contrabando. Durante esse período, consolidaram-se os interesses lusitanos na região platina, ainda mais que diante da perda das possessões portuguesas no Extremo Oriente os domínios atlânticos passaram a ganhar cada vez mais importância.

O comércio do rio da Prata, no entanto, entrou em decadência a partir do segundo quartel do século XVII, particularmente em face do aumento do rigor contra os portugueses, principais organizadores do contrabando, mas também em face do domínio do Atlântico Sul pela marinha holandesa, após a ocupação do Nordeste brasileiro, em 1630; de Luanda, em 1641; e, principalmente, pelo fim da União Ibérica, em 1640. A estes acontecimentos outros se associaram, de não menor importância, e que vieram a ter graves repercussões na vida econômica de Portugal e do Brasil durante o século XVII, como a diminuição da produção de ouro e prata da América espanhola.

A esta diminuição da produção de metais preciosos, que provocou uma verdadeira crise de restrição monetária, se associou também uma crise do açúcar e do tabaco brasileiros, em consequência da concorrência cada vez maior das Antilhas, que produziam estes produtos, desde meados do século, por iniciativa dos holandeses, franceses e ingleses.

Assim, como termo de um longo e complexo processo histórico, ao alvorecer do ano de 1680, fundava-se na margem norte do rio da Prata a Colônia do Sacramento, que era um dos possíveis caminhos para solucionar a crise econômica luso-brasileira e especialmente o problema da falta de moeda. Aparecia também como meio de aproveitar a riqueza da pecuária das regiões meridionais, incorporando ao patrimônio lusitano uma grande região onde abundava o gado. Correspondia, finalmente, a uma velha tradição geopolítica revelada por crônicas e mapas e que via no Prata o limite natural dos domínios portugueses no Sul do subcontinente americano.

Desse modo, repensar a história do relacionamento entre hispanos e lusitanos na América meridional naquele período significa, antes de mais nada, apontar novas perspectivas à compreensão do fenômeno fronteiriço, que ultrapassem as visões tradicionais e indiquem novos caminhos de entendimento do passado, favorecendo a integração dos países de origem ibérica, particularmente dos países do Cone Sul, nos dias atuais.

Referências

a) Fontes documentais

Fontes documentais publicadas pesquisadas na obra de ALMEIDA, Luis Ferrand de. A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil. vol. I (1493 – 1700). 1957. 586 f. Dissertação (Licenciatura em Ciências Histórica e Filosófica) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1957:

Arquivo Geral de Simancas. Valladolid, Espanha

Consulta do Conselho de Estado e da Junta de Guerra das Índias: correspondência entre o Rei de Espanha e os agentes diplomáticos espanhóis em Lisboa; documentos vários sobre a expansão portuguesa na América e o problema da fundação da Colónia do Sacramento (1672 – 1695) - Estado, legajos Nos: 4029 (Madrid, 5-Maio-1680 e 7-Maio-1680); 4052 (Madrid, 16-Maio-1680); 7057 (Madrid, 18-Agosto-1680).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Portugal

Cartas de D. João III a João Roiz Correia (1553) - Coleção de S. Vicente, vol. III, fls. 93-93v, (Lisboa, Novembro-1553), sobre o envio de uma armada de Sevilha para o Rio da Prata, onde o monarca certifica que aquela região se trata de seu domínio.

Biblioteca da Ajuda. Lisboa, Portugal

Ms. 51-VII-8, fls. 220220v, Madrid (?), 27-Novembro-1605. Carta do Rei de Espanha e Portugal ao Vice-Rei D. Pedro de Castilho, onde o monarca informa que de Potosi saem pelo Rio da Prata para o Brasil mais de 550 V cruzados em moeda e pastas de ouro e prata, pedindo providências para evitar este dano.

Ms. 52-XI-9, nº 161: Cidadela do Sacramento, 10-Março-1680. Informação de D. Manoel Lobo ao Príncipe Regente de Portugal sobre queixa do enviado de Castella sobre o envio de gentio de forma compulsória de Colonia para São Paulo.

Ms. 49 – X – 15, fls. 257 v.-259: Salvador Taborda Portugal, Memórias, tomo I, livro II, 1680. Sobre a fundação da Colônia do Sacramento e as relações luso-espanholas.

Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa, Portugal

Col. Pomb., Ms. 249, fls. 25-26. S.d. (cerca de 1613?). Documento sobre o "asiento" dos negros e o comércio português no Rio da Prata.

Fundo Geral, Ms. 4493, fls. 59-60: Lisboa, 20-Agosto-1680. Parecer de Manuel Teles da Silva, Conde de Vilar Maior, sobre a fundação de Colônia nas proximidades de Buenos Aires por D. Manoel Lobo.

Biblioteca Pública de Évora. Évora, Portugal

Ms. CXVI/2-12, nº 1. Parecer do Marquês de Fronteira, no Conselho de Estado de terça feira, 12 de Novembro de 1680 sobre o direito com que se ocupou o sitio em terra firme de S. Gabriel.

Ms. CXVI/2-12, nº1, s.d. Queixa dos castelhanos sobre a edificação que Dom Manoel Lobo, gov. do Rio de Janeiro, fizera nas terras de S. Gabriel, e neste papel mostra serem do domínio da coroa de Portugal.

b) Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luis Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil. vol. I (1493 – 1700)*. 1957. 586 f. Dissertação (Licenciatura em Ciências Histórica e Filosófica) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1957.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801*. A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001. 351p.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 14 ed., Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2004, tomo I, vol. 1, p.322-363.

KÜHN, Fábio. *Breve História do RS*. 3 ed. Porto Alegre: Leitura XXI. Méritos Editora. 2002.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império:* crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

PIRES, Daniel. *Bula Intercoetera e Tratado de Tordesilhas*. Disponível em: <https://historitura.wordpress.com/2013/07/22/bula-intercoetera-e-tratado-de-tordesilhas/>. Acesso em: 15 jul. 2017. il. color.

POSSAMAI, Paulo César (Org.). A Guarnição da Colônia do Sacramento. In: *Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de História Militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010. p.13-31.

PRADO, Fabrício. *Colônia de Sacramento:* o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

REZENDE, Ney Riopardense. *História das Fronteiras*. 5. ed., Rio de Janeiro: Editora da ECEME, 1988. 45p.

5

Uma tradição farroupilha: os usos da historiografia regional na construção do legado farroupilha

Nayara Emerick Lamb[1]

Declarada em 1835, a partir do *Manifesto* do General da Fronteira de Jaguarão[2], Bento Gonçalves da Silva, no qual afirmava ser a revolta, brasileira e sem fins separatistas, a Farroupilha só teria fim em 1845, a partir dos esforços pacificadores do então barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, caracterizando-se como o mais longo conflito militar ocorrido em solo nacional. Nos quase dez anos de conflito, a *"revolta beligerante"*, como nomeada pelo presidente deposto Antonio Rodrigues Fernandes Braga, teve seus desígnios e ideais convertidos de uma revolta personalista, empreendida contra as forças e pessoas estabelecidas no poder da província, em um movimento de caráter republicano e separatista com uma defesa ampla do ideal federalista, distinguindo-o dos demais movimentos contestatórios ocorridos até então em solo nacional.

[1] Instituto Municipal Nise da Silveira/SEEDUC-RJ

[2] Bento Gonçalves da Silva. Manifesto do Presidente da Republica Rio-Grandense em nome de seus constituintes (29/8/1838). REVIHGRS ANO 8, TOMO 1-2, 1928. P.151-198. [Com nota indicando que essa publicação era para reverenciar o RS (de 1881) P. 147-150].

A longevidade do conflito, sua amplitude extraestadual[3], as transformações políticas da região[4], as variedades ideológicas, os contatos internacionais advindos da necessidade de sustentação do confronto e mesmo o amplo e apaziguador processo de pacificação permitiram que a Farroupilha rendesse uma fortuna critica em relação aos demais eventos ocorridos no Rio Grande do Sul e mesmo no Brasil àquela época. Findo o movimento político, sua narrativa permitiria um constante estágio de rememoração dos eventos, sustentando a presença dos fantasmas e a necessidade das honrarias que o passar dos anos fixaram em um longo processo de construção histórica.

Entretanto, antes que possa receber uma significação, uma determinada experiência histórica experimenta constantes estágios de reelaboração, para que finalmente seja aceita como experiência valorosa do tempo. Projetando expectativas e projetos que se chocam em construções distintas e em alguns momentos até contraditórias para o mesmo evento. A nosso ver, tais embates se dão principalmente na arena da historiografia, pensando-a como um dos espaços onde os projetos e planos de *uso* do passado são postos à prova da sociedade, um espaço onde versões podem ser formuladas e reformuladas de acordo com os interesses e valores de uma determinada sociedade, no que Fernando Sánchez Marcos nos auxilia, afirmando que

> Los debates sociales sobre el pasado son sumamente relevantes, porque en ellos no está en juego un simple conocimiento erudito sobre la história, sino la autocomprensión de la comunidad en el presente y su proyección en el futuro (SÁNCHEZ MARCOS, 2009: 03).

[3] Lembramos aqui o fato de a Farroupilha ter extrapolado as fronteiras regionais, desenvolvendo-se também na província de Santa Catarina com a implementação da República Juliana, e também extranacional com as diversas incursões dos rebeldes em terras uruguaias, paraguaias e argentinas.

[4] Refiro-me aqui à declaração de independência e a separação da província da comunhão nacional. Ver: FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

E é justamente nesta lógica que a historiografia nacional surge ainda no século XIX, como um espaço de debate onde os projetos e planos para o Brasil eram apresentados e postos à prova na encruzilhada de civilizar o Brasil através da construção de um passado memorável que servisse de exemplo à formação dos cidadãos. Marca maior da produção historiográfica do século XIX, a "História Mestra da Vida", seria um modelo de longo prazo para a produção historiográfica dos polígrafos brasileiros, estando ainda em vigor nas primeiras décadas do século XX.

Mesmo vinculada em diversos níveis à produção historiográfica do XIX, a historiografia do século XX viveria uma nova experiência de reencontrar valores postos de lado, ou ressignificá-los sob a ótica do estado republicano. Em especial nos estados afastados do centro de poder, como o Rio Grande do Sul, vemos tentativas de exprimir para o Brasil o que cada parte deste todo tinha a acrescentar ao novo país, aproximando as partes do todo, ao mesmo tempo em que demarcava o que havia de único e singular em cada espaço.

Contudo, apesar das efervescências das primeiras décadas do século XX no Brasil, pouco será alterado no que diz respeito à forma de escrita da História em vigor desde o XIX. Ainda na década de 1920, a produção historiográfica nacional, continuaria voltada para uma escrita pedagógica da nação e a serviço do campo político, com foco na idealização das conquista e nos sucessos da implantação do modelo republicano (JANOTI, 2010:131). Enquanto que no Rio Grande do Sul, segundo Ieda Gutfreind, a historiografia seria marcada pela emergência de uma noção otimista de *"rio-grandinização do Brasil"*, expressa pela ideia de integração do Brasil sob a liderança riograndense (GUTFREIND, 1992:35). Em suas palavras:

> O clima de otimismo que alardeava as condições morais do estado, a certeza do futuro promissor do Rio Grande do Sul, o qual a sociedade passava a repetir, a possibilidade e a capacidade de liderança do Rio Grande do Sul criaram um corpo de ideias

> que passaram a ser aceitas e defendidas pela maioria da sociedade que se expressava política e intelectualmente (GUTFREIND, 1992:35).

É nesta tentativa de acomodar velhos paradigmas, resignificar eventos postos de lado e valorizar o quinhão local que encontramos os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Fundado em 19 de novembro de 1920 na cidade de Porto Alegre, o IHGRS se apresenta –segundo seu sitio virtual– como legatário de uma longa tradição historiográfica regional que teria começado em 1853 com João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, então Presidente da Província, mas com sua partida da província em 1855, os membros não mais se reuniriam. Em 1860 a instituição foi refundada pelo barão de Porto Alegre, chegando a publicar dois números da intitulada "Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro", mas extinguindo-se brevemente –a Revista e o Clube– em função da Guerra do Paraguai ("QUEM SOMOS". In: http://www.ihgrgs.org.br/).

Para Ieda Gutfreind, a partir da criação do IHGRS, o Rio Grande do Sul ganha a possibilidade da construção de um estudo cientifico, positivo e metodológico da História, marcado pela noção de uma ciência exata baseada nos estudos das leis imutáveis, somados à imparcialidade e neutralidade que garantiriam o livre exercício da Historia (GUTFREIND, 1992: 25). Já Moacyr Flores afirma que "O IHGRS, fundado em 1920, tornou-se uma força propulsora da pesquisa histórica, coletando documentos, promovendo cursos, congressos e publicando revista especializada"(FLORES, 1989: 10). Seguindo uma tendência de sistematizar a Historia Regional a partir da ação do homem e da terra, o IHGRS teria sido um dos principais grupos a influenciar e agrupar os intelectuais da região envolvidos na produção de sua própria história.

Publicado no primeiro volume da Revista Trimestral do IHGRS em 1921, o discurso de fundação de Florêncio Abreu e Silva, recém-empossado presidente do grêmio, aponta que a criação de um Instituto Histórico servia para apresentar o nível cultural de um povo. O mesmo discurso anuncia que as atividades do instituto estariam relacionadas "[...] àqueles ramos dos conhecimentos que, em virtude de suas mais íntimas e acentuadas afinidades com a ciência sagrada, que é a história" (SILVA, 1921: 120), indicando que a instituição se interessaria pela geografia, a filologia, a arqueologia e mesmo sobre o folclore regional, sendo estes os campos que poderiam a seu ver ajudar a compor o quadro da história local. No mesmo discurso, Florêncio Abreu aponta que o interesse pela história seria definitivo, mas que o programa de trabalho seria marcado pela impessoalidade e a verdade, seguindo um conceito de historicidade próximo àquele cultuado desde o século XIX. Em suas palavras:

> A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade. Para conseguirmos, porém, a formação de um juízo impessoal dos fatos, será mister de nossa parte uma perfeita isenção de animo; e essa imparcialidade necessária exige que o nosso juízo recaia somente sobre os acontecimentos em relação aos quais nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influências do meio e as nossas próprias tendências políticas atuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão superior do Instituto.
> Destarte, as nossas investigações não poderão incidir senão sobre os fatos ocorridos a mais de meio século e que já tenham passado evidentemente para os domínios da história (SILVA, 1921: 125).

Em texto introdutório, Lindolfo Collor afirma que a Revista Trimestral seria "o veiculo para a publicação de todos os trabalhos históricos e geográficos elaborados pelos sócios do Instituto" e de divulgação documental, indicando o papel que a publicação teria para os trabalhos produzidos pela instituição e aqueles documentos considerados vitais:

> Vivendo precipuamente pela sua "Revista", o Instituto Histórico valerá por um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre a história e a geografia do Rio Grande. Esta publicação que ora aparece será não só um repositório de trabalhos originais no gênero, mas ainda, e talvez, sobretudo, um esforço continuado e metódico na divulgação de elementos históricos que jazem desconhecidos nos arquivos públicos e particulares (COLLOR, 1921: 6).

Publicada ininterruptamente ao longo da primeira metade do século XX, a Revista Trimestral foi criada segundo o modelo de sua matriz no Rio de Janeiro, a Revista Trimestral do IHGB. Voltada para a publicação dos trabalhos dos sócios, de obras consideradas de vulto e de documentos considerados vitais para a escrita da história, a Revista do IHGRS apresenta, desde sua primeira edição, o interesse que seus membros, indivíduos pertencentes aos mais altos extratos da sociedade riograndese, nutriam pela história local.

Utilizada como canal de divulgação das atividades e produções do IHGRS, a Revista Trimestral servirá à instituição como espaço de experimentação para seu projeto historiográfico e para as temáticas nele inseridas. Nesse espaço de experimentação, desenvolvido com base nos sucessos de experiências passadas[5], os membros do IHGRS construíram seu projeto historiográfico projetando no presente do Rio Grande do Sul a partir da década de 1920, uma expectativa de um *"destino manifesto"* de grandeza e privilégios em um futuro próximo. Como afirma Emilio Sousa Docca:

> Se o "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" conseguir converter em realidade os seus anhelos, como é de esperar, porque nós o queremos, dentro de um tempo que não

[5] Referimos-nos aqui à Revista do IHGB e também à Revista do IHGRS de 1860, ambas experiências bem sucedidas. Da mesma forma que outros Institutos regionais, o IHGRS vai optar por manter "os bons exemplos".

> pode estar muito longe, a terra dos farroupilhas legendários terá a carta [mapa cartográfico] e as demais informações de que falou o filosofo Frances [Cousin] e, destarte, com real proveito para seu progresso crescente e invejável, será conhecida, devidamente conhecida "urbi et orbi" [à cidade e ao mundo] (DOCCA, 1921:134).

A nosso ver, o projeto historiográfico do IHGRS se reflete na natureza e variedade dos temas desenvolvidos e estudados por seus membros e em especial no que era publicado ao longo das páginas de sua Revista Trimestral. A natureza desse projeto nos indica não só o valor associado às temáticas que irão compor os quadros analíticos da instituição, mas também o que esses homens acreditavam ser de vital importância para sua sociedade.

Somente ao longo da década de 1920[6] foi publicado nas páginas da Revista Trimestral um total de 195 trabalhos. Número que se multiplica por dez até 1950. Dentre os mais variados temas expostos na Revista entre 1920 e 1950, chama nossa atenção a vasta recorrência de trabalhos relativos ao movimento político militar Farroupilha. Se na primeira década o IHGRS publicou 26 trabalhos referentes à temática (entre memórias, artigos, documentos e discursos), até 1950 esse numero atingirá um total de 87 publicações, excluindo os trabalhos referentes ao expediente burocrático, onde, como nos textos de Lindolfo Collor, Emilio Sousa Doca e Florêncio de Abreu e Silva, já identificamos constantes referencias à temática. Afora a Farroupilha nenhuma outra temática será tão trabalhada pelos membros do IHGRS, nos indicando um interesse especial pelo tema, da mesma forma que indica o peso que esse evento assumiria no projeto historiográfico da instituição.

É importante afirmar aqui que, no presente momento, não nos cabe a analise da qualidade deste material e, principalmente

[6] Correspondendo às revistas entre 1921 e 1931, tendo em vista que a publicação referia-se sempre ao ano anterior.

dos posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis com relação ao evento. Independente de posicionamentos e da qualidade, o que chama a nossa atenção é o volume de publicações associadas ao tema.

É importante ter em mente o papel que a Farroupilha desempenha na Cultura História e na Cultura Política do Rio Grande do Sul até os dias de hoje. Ao longo de todo o século XX e também nos anos inicias deste século XXI, centenas de obras completas, memórias, análises, artigos e posteriormente monografias, dissertações e teses seriam escritas sobre o tema. Podemos dizer com convicção que, pelo menos no campo historiográfico, a Farroupilha tornou-se uma febre regional. Mas essa febre não parou no campo da historiografia, ela alcançou a poesia, a literatura, a música, o folclore e mesmo a política regional com uma força que poucos e sistemáticos eventos assumem.

Essencialmente nas apropriações políticas, a Farroupilha ganharia os contornos finais para se tornar uma tradição e uma parte substancial da autoidentidade regional e da consciência histórica da população local, ao passar a ser celebrada em festa regional, hoje com duração de uma semana. A *Semana Farroupilha,* organizada inicialmente pelo Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul em 1947, a partir da criação do departamento tradicionalista organizado por estudantes da escola pública estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre, passava, então, a ser oficial em 1964 com a assinatura de decreto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e institucionalizada na Constituição Estadual por decreto em 1995 criando o feriado do 20 de setembro. Essas apropriações do evento só ampliarão a valorização do tema ajudando sua fixação no imaginário regional.

A nosso ver, parte considerável deste papel foi construído a partir da ação consolidadora da produção historiográfica. Reconhecendo a historiografia como um espaço privilegiado de construção e debate de projetos e planos que permitem a

construção de um status referencial a um determinado evento. Enquanto interpretação do passado, a historiografia aponta para possibilidades de compreender as ações humanas no mundo se a pensarmos no papel de "[...] metáfora-fundadora de nossa concepção de memória e de lembrança" (GAGNEBIN, 2006: 111), segundo Jeanne Marie Gagnebin. Para Beatriz Sarlo, escrever o passado, para além do registro, permite a construção e a permanência de representações sobre esse mesmo passado (SARLO, 2007: 13).

No caso especifico da Farroupilha, a historiografia sobre o movimento corresponde a um objeto privilegiado para pensar a construção do mesmo e de seus ideais por representar um dos espaços que aquela sociedade disponibilizou para pensar o evento.

Pensar esta produção historiográfica como palco para o embate de projetos pressupõe a elaboração narrativa destes eventos e pressupõe também que o uso e o desenvolvimento da linguagem e seus elementos possam alterar significativamente as formas de apreensão de um evento. Reinhart Koselleck pondera que a linguagem referencia a realidade, esclarecendo e significando o entendimento do homem em relação ao mundo. Afirma que "[...] ela nos faz lembrar a força peculiar às palavras, sem as quais o fazer e o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem"(KOSELLECK, 2007: 97).

Para nós, compreender a participação desta determinada produção historiográfica sobre a Farroupilha, na significação que foi dada ao evento, é buscar compreender o papel que esta produção desempenha na Cultura Histórica daquela população. Para Rüsen, a Cultura Históricaconforma o *como* uma sociedade se relaciona com o seu passado e a História e, principalmente, a sua produção são *as bases* das práticas sociais que imprimem o conhecimento do passado no presente da sociedade.

> La cultura histórica se refiere [...] a una manera particular de abordar interpretativamente el tiempo, precisamente aquella que

> resulta en algo como "historia" en cuanto contenido de la experiencia, producto de la interpretación, medida de orientación y determinación de la finalidad (RÜSEN, 1994: 06).

Desta forma, a historiografia se caracterizaria como meio da sociedade se relacionar com seu passado e como veículo da Consciência Histórica de um povo, que segundo Rüsen, opera a partir da Cultura Histórica (RÜSEN, 1994: 04), formadora e propagadora da memória dos eventos narrados.

Sendo assim, buscar compreender esta Cultura Histórica e sua imersão na sociedade riograndense a partir da historiografia é apostar em sua força, pensando-a como "[...] uma entre outras possíveis formas de as sociedades humanas produzirem uma relação com o tempo decorrido [...] um dos procedimentos coletivos de reconstrução do passado" (GUIMARÃES, 2007: 96).

Dito isso, varias questões se levantam: uma experiência narrada é experiência lembrada? Para construir um espaço valoroso para uma experiência histórica na cultura histórica e na cultura política de uma sociedade, devemos, em primeiro lugar, construí-la enquanto narrativa? Uma narrativa tão forte que possibilitasse à sociedade riograndense a criação de uma identificação com os eventos daquele processo político-militar que permitiria sua perpetuação? Esta identificação forjaria posteriormente um sentimento que se manteve vivo não só entre a população geral, mas também entre os letrados e intelectuais da região, como nos mostra o desenvolvimento da historiografia, da literatura e do folclore local[7], e que os faz dedicar até hoje um

[7] Cf.: BISSÓN, Carlos Augusto, GONZAGA, Sérgius & FISCHER, Augusto. (Coord.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994, v.2, artigos diversos de autores locais, sobre a constituição político-cultural do riograndense; LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. O texto é uma analise da influência da política nacional na formação social da população riograndense ao longo de sua atuação no período da República Velha; MACHADO, Ironita Policarpo. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001. O trabalho é uma reflexão sobre a utilização da historia na preservação do ideário político dos dirigentes das cidades locais na segunda metade do século XX.

espaço de sua cultura à memória destes eventos comemorados em festa patriótica, como a *Semana Farroupilha*?

Para além de conotações positivas ou negativas quanto ao evento, nossa hipótese se baseia na noção de que a constante narrativa da temática permitiu sua manutenção no imaginário social regional (BACZKO 1985: 298) e, em especial na consciência história da população.

No caso específico da produção historiográfica do IHGRS, acreditamos que ela tenha tido um papel fundamental na fixação do evento, especialmente pela publicação da Revista Trimestral. Acreditamos que a publicação da revista e sua difusão tenham permitido que o tema se fixasse na consciência história daquela população, permitindo que o evento ganhasse, gradativamente o valor que hoje tem na vida do rio-grandense.

Referências

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. "In": Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, vol.5. P. 296-322

BISSÓN, Carlos Augusto, GONZAGA, Sérgius & FISCHER, Augusto. (Coord.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994, v.2.

Festejos Farroupilhas. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos a Semana Farroupilha. Disponível em: www.**s**emanafarroupilha .com.br./historico_semana.php.(acesso em: 04/04/2008).

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentistas no Brasil. "In": CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 93-122.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

IHGRS. Portal do IHGRS, apresentando a instituição e suas realizações ao longo de sua existência. Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/. (acesso em: 12/02/2013).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Ironita Policarpo. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

RÜSEN, J. (2009). *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?*. Cultura histórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). Historische Faszination. Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010).

SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). *Cultura Histórica***.** Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010).

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

Estudos de imigração

6

A presença açoriana na península de São José do Norte: cultura e identidade luso-brasileira

Alessandra Buriol Farinha[1]

Introdução

As terras sul-americanas, incluindo o Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina foram palcos de conflitos entre Portugal e Espanha motivados, principalmente, pela ocupação e domínio das terras e riquezas. O Tratado de Tordesilhas, assinado no ano de 1494, não evitou estas disputas, e o estuário platino, neste contexto, tornou-se um dos pontos privilegiados. A ocupação europeia no estado ocorreu tardiamente em comparação ao restante da colônia. De acordo com Bunse (1981, p. 13), desde a chegada dos portugueses, o litoral do Rio Grande do Sul, embora conhecido, foi pouco explorado devido à sua configuração e a inacessibilidade da barra do Rio Grande, chamada posteriormente por Silva Paes de "*Barra Diabólica*".

Este trabalho objetiva refletir especificamente sobre a ocupação açoriana na península de São José do Norte, RS, em meados do século XVIII e sobre a herança cultural desta etnia

[1] Universidade Federal de Pelotas

presente na região, legada pelos atuais moradores do local, principalmente com relação ao catolicismo popular.

Os açorianos trouxeram para terras rio-grandenses modos de vida, tradições e culturas que, incorporadas aos hábitos locais existentes, formaram uma identidade luso-brasileira peculiar. A ocupação do sul do Brasil por famílias oriundas do Arquipélago dos Açores foi uma estratégia interessante para coroa portuguesa, por diversos aspectos. A vida ligada as atividades primárias, agricultura e pesca, por exemplo, são características que os ilhéus possuíam, e, portanto, traze-los, poderia significar a prosperidade da região. Além disso, a ocupação hegemonicamente portuguesa garantiria, de certa forma, obediência a coroa e aos costumes da tradição lusa, como por exemplo as devoções católicas.

Estão neste trabalho alguns resultados de trabalho de campo, observação participante e revisão teórica resultantes da pesquisa de doutorado provisoriamente intitulada "*História e Memória da Mui Heroica Villa: A Festa Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte – RS*", vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. O método utilizado foi pesquisa de campo, com observação participante, além de revisão teórica, análise de documentos, fotografias antigas e registros fotográficos.

É possível aferir que, pela situação de isolamento da península de São José do Norte, a cultura açoriana, herdada pelos habitantes, a vida ligada ao trabalho rural, pesca e agricultura ainda permeiam os hábitos locais, assim como a profunda religiosidade popular ligado a santos católicos, para os quais foram observados vários festejos e homenagens.

Breves aspectos históricos e geográficos da grandiosa península do RS

> Entre o oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos situa-se, em forma de península, uma comprida faixa de terra numa extensão N-S de

> cerca de 250 km e numa largura que varia de 25 a 8 km. Começa, ao norte, pouco abaixo de Palmares do Sul e termina, ao sul, à margem esquerda do Canal do Rio Grande. [...] Toda a região é uma imensa planície, sendo as únicas elevações as dunas ou cômoros [...]. A costa do Atlântico apresenta as mesmas características do litoral sul-brasileiro, sendo retilínea, sem acidentes, monótona a se perder no horizonte, sem enseadas ou ancoradouros. A costa da Lagoa doa Patos abre-se em várias enseadas, formadas por diversas "pontas" (BUNSE, 1981, p. 11).

Nesta grandiosa península, antigamente chamada de "Península do Pernambuco"[2], indicada na Figura 01 encontra-se o município de São José do Norte, com território demarcado na cor vermelha no mapa abaixo. Historicamente, o território foi de suma importância no quadro geopolítico do começo da ocupação do estado, ocorrendo no lugar um incremento populacional e econômico que as estratégias de conflitos no Prata podem explicar. Na península, as lagoas[3] se espalham no decorrer do litoral, sendo a maior delas a Lagoa do Peixe, que se comunica com o Oceano em determinadas épocas do ano e a faixa de dunas[4] ao longo da praia e adentro.

[2] De acordo com o Primeiro Lustro da Diocese de Pelotas (1911-1916).

[3] Água doce, pouca profundidade e uma extensão no sentido N-S, paralelas à praia (BUNSE, 1981, p. 12).

[4] De vários tipos e de altura variável, mas não superior a 20 metros, a maioria sem vegetação, sendo, portanto, movediças, sofrendo a ação do vento que as desloca. Também existem as dunas fixadas pela vegetação, algumas, antigamente migratórias, encontram-se profundamente adentro, como em Mostardas e Estreito. Junto às dunas existe uma mata litorânea, baixa e raquítica (BUNSE, 1981, p. 12).

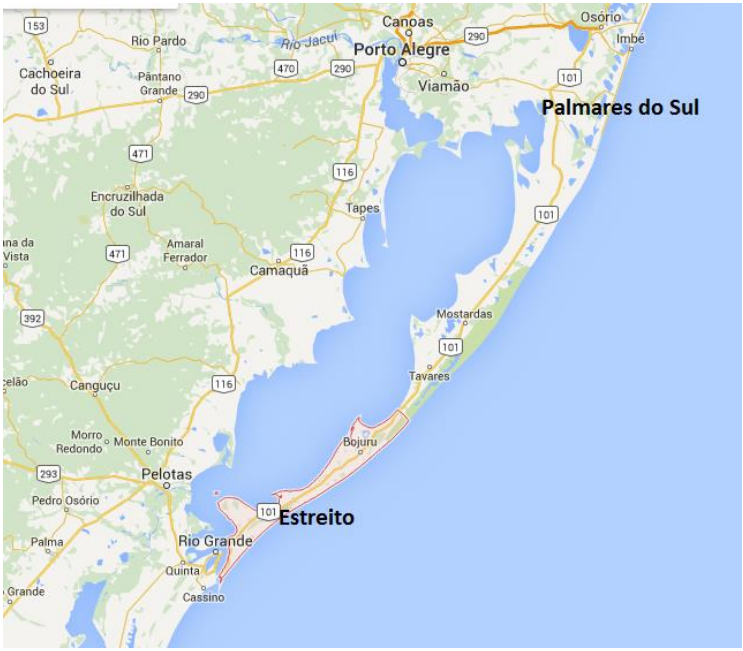


Figura 01: Mapa da península ao leste do Rio Grande do Sul, Brasil.
Fonte: Google Maps, 2015.

A escolha do lugar de origem dos futuros habitantes do sul do Brasil pode ter sido estratégica, por se tratar de um povo com habilidade no trabalho com as águas (pescado, navegabilidade), com a agricultura, famílias já constituídas (menor possibilidade de haver entre os imigrantes "aventureiros", que poderiam trazer qualquer desordem à colônia), hegemonicamente católicas (logo, "obedientes" à igreja e ao estado), por exemplo. De acordo com Pesavento (1985, p. 15), os chamados "casais d'El Rey" chegaram em grande quantidade em 1752, quando ocorreu o ponto alto da imigração[5].

Um dos primeiros lugares a serem ocupados foi a região denominada de Estreito (localização indicada no mapa disposto na

[5] Mesmo que tecnicamente seja uma imigração, é de praxe, na historiografia brasileira, referir-se a imigração para o processo iniciado a partir de 1824 com os alemães, e posteriormente outros tantos grupos. A vinda de colonizadores até o XVIII não é caracterizada como imigração.

Figura 01). O Estreito, como o nome diz, é uma estreita faixa de terra da península entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, distando cerca de 40 quilômetros do centro de São José do Norte. Ocorreu no Estreito a primeira experiência de aldeamento indígena promovido pelas autoridades luso-brasileiras, sendo fundado um ano após a chegada dos primeiros açorianos, em 1753 (Alves e Torres, 1996, p. 07).

Bunse (1981, p. 12) afirma que o lugar era primitivamente habitado por índios carijós, cuja presença é lembrada na fala local e nos vestígios arqueológicos de panelas dos índios trazidas pelo arado da terra ou desenterradas pelo vento. De acordo com Alves e Torres (1996, p. 07), eram os índios minuanos que habitavam os arredores, principalmente na Fazenda Real Bojuru, na época da chegada dos açorianos, pois há o registro de batizados dos mesmos no Forte de Sant'Ana do Estreito.

O nome da antiga capela existente no Estreito era Nossa Senhora das Candeias[6], e algum tempo após passou a se chamar Nossa Senhora da Conceição[7] do Estreito. De acordo com Bunse (1981, p. 21), a capela foi construída pelo capelão dos índios minuanos que viviam na Fazenda Real Bojuru.

A ideia principal era que os casais açorianos povoassem primeiramente a região das missões, e, com essa justificativa, de que não estavam em sua terra definitiva, levaram mais de 20 anos para receberem suas prometidas terras. Além dos açorianos e índios minuanos, já citados, há registro de outros povos que habitaram o Estreito neste período marcante da história da ocupação do território do estado.

---

[6] Também chamada de Nossa Senhora da Candelária ou Nossa Senhora da Luz. Devoção de origem espanhola, surgida nas Ilhas Canárias no século XVI. Em pesquisa de campo em São José do Norte, um dos depoentes comentou que Nossa Senhora dos Navegantes também é chamada de Nossa Senhora das Candeias, pois à noite, a orientação dos barcos na escuridão se dá através de luzes, de candelabros que iluminam as águas, por isso, Candeias.

[7] Nossa Senhora da Conceição é a padroeira de Portugal.

Por exemplo, durante a ocupação espanhola na vila do Rio Grande, de acordo com Bunse (1981, p. 16) no mínimo 60 famílias se refugiaram no Estreito, além de retirantes da Colônia do Sacramento, aumentando muito sua demografia e contribuindo para a fundação do local. Esta condição de refúgio para retirantes do Prata e do Rio Grande, aliada a questão de ponto privilegiado para um contra-ataque aos espanhóis, de retomada de Rio Grande[8], deram, nessa fase da história, uma importância extraordinária à Península. Esta congregação populacional, hegemonicamente de origem portuguesa no entorno a capela de Nossa Senhora da Conceição foi, durante certo tempo, o ponto mais avançado dos portugueses, chamado de Fronteira do Norte (BUNSE, 1981, p. 19).

É válido salientar neste contexto que os habitantes do Estreito, após a chegada dos açorianos contemplaram o estado com grandes safras de trigo, contribuindo consideravelmente para a economia local. "*Em 1787, já com 23 anos de cultura açoriana, a produção do trigo do Estreito é a maior da província, com 15.848 alqueires, representando 28% do total de 17 regiões produtoras*" (LAYTANO, 1968, p. 57). É da cultura açoriana e do êxito no trabalho do campo no Estreito que surgiu e prosperou às margens do canal, o povoado de São José do Norte (MATTOS, 1999, p. 26).

Porém a situação não permaneceu assim por muito tempo. Até o ano de 1812 a igreja de Nossa Senhora da Conceição do Estreito foi a matriz[9]. Após, devido ao restrito número de habitantes, a matriz passou a ser em São José do Norte, onde havia mais moradores e onde se havia erigido uma capela em honra a Nossa Senhora dos Navegantes. É possível que a primeira Festa de

[8] A retomada de Rio Grande ocorreu em 1776, em ataque liderado pelo tenente-general João Henrique de Boehm, com cerca de 2565 soldados. Os espanhóis foram definitivamente expulsos do Rio Grande do Sul.

[9] De acordo com Bunse (1981, p. 22), há controvérsias quanto à essa informação já que Saint-Hilaire, em passagem pela região em 1820, afirma que o Norte pertencia a freguesia do Estreito. Porém, será adotada a data de 1812 como referência.

Navegantes, ocorrida já no ano anterior, 1811, tenha influenciado nesta decisão de transferência da matriz, já que tanto o porto quanto a cidade estavam em desenvolvimento.

A capela em honra a de Nossa Senhora da Conceição foi atingida por uma tempestade e sepultada pelas areias, sendo posteriormente recriada em 1846. Devido a vulnerabilidade com relação as tempestades de areia, foi transferida em 1872 para perto do arroio Bojuru, ao sul da Fazenda Real. Assim surgiu a vila de Bojuru, em cuja capela, construída em 1882 ainda é venerada a de Nossa Senhora da Conceição do Estreito.

Esta breve explanação sobre a origem e ocupação do território de São José do Norte objetivou principalmente trazer fatos históricos, da constituição do território, aspectos geográficos, sobre as primeiras igrejas da antiga península, para então desenvolver reflexão sobre a ocupação açoriana e os traços verificados desta etnia no local, objeto principal deste trabalho. Quem eram esses portugueses? Como chegaram, de onde vieram, como viviam? Foram algumas perguntas norteadoras, fundamentais para a compreensão da história, das culturas e da origem da devoção em São José do Norte.

> Podemos distinguir os diversos substratos que se sucedem: o indígena, lagunistas de Brito Peixoto, tropeiros de São Paulo e Minas, militares que vieram após a fundação da vila do Rio Grande de São Pedro para as guarnições costeiras, gente dos mais diferentes lugares do Brasil e de Portugal, fazendeiros que receberam sesmarias na região e retirantes do Prata. Todos esses, porém, em número relativamente diminuto, esparsos e perdidos na imensidade da região [...] Tal somente sucedeu após a chegada do elemento açoriano que, superpondo-se àqueles substratos, vai formar o verdadeiro "*stratum*" humano da região (BUNSE, 1981, p. 27).

De acordo com Jancsó e Kantor (2001, p. 12), as novas sociabilidades que surgiram no decorrer dos anos tornaram-se indicadoras da emergência de novas identidades simultaneamente

políticas, religiosas, sociais e étnicas, configurando parte importante de um processo de legitimação do lugar.

A hegemônica presença lusa: os açorianos

> As sociedades sejam elas primitivas, arcaicas ou modernas são embasadas no mesmo grupo social, que é a família. A sua organização e funcionamento está solidamente assentada em seus valores e tipo de trabalho social exercido, é isso que dá estabilidade à sociedade (AMARAL, 1999, p. 275).

A vinda em massa dos açorianos em meados do século XVIII para o sul do Brasil foi mantida em sigilo pela coroa portuguesa naqueles tempos, pois esta preferência dada à uma ocupação de portugueses do continente e ilhéus açorianos, em detrimento dos portugueses sulistas, e outros possíveis, poderia gerar mal estar, tanto entre portugueses já residentes no Brasil quanto com castelhanos (AMARAL, 1999, p. 272).

Conforme já colocado, a ocupação do sul por famílias açorianas foi uma estratégia interessante para coroa portuguesa, por diversos aspectos. A vida ligada as atividades primárias, agricultura e pesca, por exemplo, são características que os ilhéus possuíam, e, portanto, poderiam traze-las, fazendo prosperar o sul do Brasil. Neste âmbito, foi importante a similaridade geográfica do território de São José do Norte e das Ilhas dos Açores.

Foram requisitadas em edital, famílias já constituídas para virem ao Brasil. Desta forma, além de ocupar a península, os açorianos poderiam ter mais filhos, trabalhariam na terra, com a agricultura e nas águas (com diversas possibilidades de pescados, de água doce e/ou salgada), com a pesca artesanal, fazendo aumentar a demografia (com portugueses legítimos e seus descendentes) e prosperar economicamente o lugar e a colônia como um todo.

Os açorianos, ao chegarem ao sul do Brasil, não encontraram um perfil étnico hegemônico, organizado, em

equilíbrio. De acordo com Amaral (1999, p. 283), havia militares, principalmente de Minas Gerais, alguns portugueses de Rio Grande, outros remanescentes de Colônia do Sacramento, de São Paulo, Rio de Janeiro, poucos estrangeiros, poucos escravos e índios. Era uma população eclética, com pouca ou nenhuma integração. Ao contrário disso, os açorianos chegam com uma cultura partilhada, organização no trabalho e hierarquias, com tradições religiosas e de lazer (festas, danças, folclore) consolidadas, possivelmente passando a consistir na "referência" para outros povos habitantes locais.

> Entre a população existente e os açorianos houve um processo de aculturação, sendo que a contribuição deste último foi muito maior para aqueles. As pessoas fora do grupo açoriano passaram a viver sua cultura, absorvendo-a a cada dia. Essa contribuição se deu na forma de trabalhar a terra, no acompanhamento de seus rituais religiosos, na maneira de se utilizar da pesca, no seu linguajar, nas suas festas e na forma como construíam suas casas [...] que deixaram marcas na maneira de ser a agir dos rio-grandenses (AMARAL, 1999, p. 284).

Conforme o trecho acima, a maneira de ser dos açorianos foi imperiosa no território, e logo incorporada pelos aqui já residentes. A herança social e cultural foi transmitida por gerações, e assim cultivados os valores e princípios, salientando as relações familiares como fundamentais nesse processo. Foram estudadas obras que descreveram o perfil psicológico, social e físico dos açorianos. Lima (1935, p. 54), por exemplo, afirma que o tipo físico do açoriano era diferenciado pelos exercícios diários e constantes da vida agrícola e marítima:

> A classe baixa é muito laboriosa e entrega-se de preferência à agricultura e à vida do mar. É a mais frugal do mundo, porque assim lhe permite a doçura do clima; e deixa com facilidade o solo natal quando esse lhe é pouco propício. Odeia a vida militar, mas no campo de batalha é fiel a disciplina e dá prova de valor (LIMA, 1935, p. 55).

O historiador Accursio Ramos, citado por Amaral (1999, p. 274) também descreve o açoriano como sendo mais trabalhador, laborioso do que o português do continente, mais "*econômico, pacífico, afetuoso e amável*". Esta autora também salienta características sociais da etnia açoriana: "*o amor ao trabalho, à propriedade territorial e ao solo natal, a disciplina, a religiosidade, a hospitalidade e a solidariedade*" (AMARAL, 1999, p. 174). Aspectos que corroboram com Lima (1935, p. 54), quando afirma que nos Açores era cultivado em alto grau o sentimento da hospitalidade, de onde parte a sensibilidade do povo.

Conforme já enfatizado, uma das culturas a prosperar com a chegada dos açorianos foi a do plantio do trigo[10]. Além deste, milho, feijão, lentilha, mandioca, centeio, alpiste, vinha, além de legumes e verduras (Amaral, 1999, p. 278). Por outro lado, não apenas os açorianos trouxeram seu legado, mas também se incorporaram as práticas e demandas locais, como por exemplo, a lida com o gado. Algumas sesmarias foram com o tempo sendo transformadas em estâncias. Com o surgimento do charque na região como produto de exportação, alguns descendentes de açorianos enriqueceram com a venda de gado para as charqueadas.

Porém, no decorrer do século XIX, uma série de fatores desfavoreceram economicamente a região. Houve a decadência do trigo, a antiga estrada que ligava o Rio Grande até a capital foi substituída pelo transporte fluvial. As imigrações do século XIX privilegiaram outras regiões do estado, para uma nova fase da agricultura. Por outro lado, pode-se afirmar que com esse distanciamento dos centros receptores de imigrantes, com o difícil acesso, a península ficou de certa forma "protegida". De acordo com Bunse (1981, p. 29), a localidade conservou traços originais das suas antigas tradições, dentre elas, a tradição religiosa.

[10] De acordo com Bunse (1981, p. 28), no ano de 1780 a localidade apontou como uma a maior produtora de trigo do Estado.

Dentre as tradições e costumes trazidos pelos açorianos, já mencionados, a religiosidade é um dos mais presentes no lugar. A vida religiosa local foi uma das bases da atividade social. A participação em sacramentos, batismos, crisma, missas e festas religiosas permearam o lugar, transmitindo, de certa forma, essa forma cultural. Era em torno de capelas se formavam os agrupamentos humanos. Havia uma capela em Mostardas, uma no Estreito, em honra a Nossa Senhora da Conceição, e outra em Bojuru. Conforme Bunse (1981, p. 29), a construção de uma capela significava que a vizinhança rural já estava suficientemente desenvolvida, e que poderia futuramente ser uma freguesia. A coroa portuguesa empenhou-se em garantir aos açorianos a devida assistência religiosa no Brasil, através de Provisão Régia, assim transcrita[11]: "*[...] E porquanto o primeiro cuidado que deve ter-se é que todos os ditos colonos sejam assistidos de parte espiritual e sacramentos e em cada um dos ditos lugares fará logo o dito brigadeiro levantar logo uma igreja [...]*".

Houve, no decorrer do século XX, certa decadência na vida religiosa local, diagnosticada pela queda no número de sacramentos realizados, falta de párocos, e outras decorrências. Porém, o sentimento religioso, aparentemente, não se perdeu, foi cultivado no interior das famílias, das casas humildes, das pequenas comunidades. É grande a veneração de santos, principalmente portugueses, promessas, reza do terço, e as tradicionais festas religiosas (BUNSE, 1981, p 38). As Figuras 02 e 03 mostram a festa de Nossa Senhora da Conceição no Estreito no ano de 2015.

[11] Trecho da Provisão Régia encontrado em Bunse (1981, p. 38).

Figura 02: Festa em honra a Nossa Senhora da Conceição no Estreito, 2015.
Fonte: Da Autora.

Figura 03: Casas e tendas decoradas para a Festa em honra a Nossa Senhora da Conceição no Estreito, 2015.
Fonte: Da Autora.

Percebe-se nas fotografias que o catolicismo devocional ainda permeia a localidade do Estreito, onde começou a ocupação

da península pelos açorianos. Os automóveis e ônibus no estacionamento da igreja indicam a presença de vários devotos, a considerar que é uma festa regional de uma vila de pescadores.

A base da economia local, até hoje em São José do Norte é a pesca e a agricultura, ambas culturas aperfeiçoadas com as técnicas e tradições açorianas. O catolicismo popular é vinculado ao agradecimento pela dádiva da terra e das águas, pode se dizer que há uma ligação entre a religiosidade e o território, a forma de subsistência. Cultua-se na península vários santos de devoção católica, marca do catolicismo popular luso-brasileiro, principalmente em lugares de difícil acesso.

Considerações finais

> Os povos da península ibérica, bem como os povos latinos, possuem forte ascendência religiosa, vivenciada no acompanhamento dos ritos da Igreja Apostólica Romana. Esta exercia grande influência em toda a América Latina – espanhola e portuguesa [...]. O Rio Grande de São Pedro foi colonizado, inicialmente, pelos brasileiros paulistas, fluminenses e mineiros, chegando, posteriormente, os colonizadores lusos do continente e dos Açores, bem como da Ilha da Madeira. Para eles os rituais católicos do batismo e crisma, casamento e ritos funerários são seguidos à risca (AMARAL, 1999, p. 215).

No começo da descrição deste objeto, antes de uma pesquisa histórica direcionada, já era se tinha o conhecimento de que a ocupação de São José do Norte por casais açorianos poderia ter profunda influência na cultura local. No decorrer da escrita, durante o estudo sobre a história local, sobre esta etnia lusa, sobre o processo de vinda das famílias açorianas, sua cultura, atividades tradicionais, foram sendo identificados aspectos que demonstram que as similaridades entre os açorianos e o que percebemos na cultura local em São José do Norte permeia questões territoriais, geográficas, do catolicismo popular, tradições familiares, modos de subsistência.

A religiosidade ligada a religião católica, por exemplo, era presente desde os primeiros anos de ocupação de São José do Norte. Isso devia-se, não apenas por causa dos costumes trazidos e reproduzidos pelos portugueses, mas também pela influência da autoridade militar local. Segundo Amaral (2009, p. 216), quaisquer práticas religiosas eram reguladas pelos militares. A população era coagida a participar das missas, em horário determinado por militares encarregados, sob pena de prisão se a determinação não fosse cumprida. De acordo com Barcellos (1955, p. 25), as ordens dos governadores e capitães gerais eram de que se alguém sem justo motivo não comparecesse a solenidades públicas, procissões e ofícios religiosos, seria preso.

Fala-se aqui especificamente de devoções católicas que indiscutivelmente são heranças culturais de colonizadores portugueses, porém vale ressaltar que são tradições que, desde o início, e ao longo dos anos, foram constantemente ressignificadas e incorporadas de diversos aspectos brasileiros, com inferência também de etnias e culturas distintas, o que torna o fenômeno do estudo da cultura local, abrangente e heterogêneo, de profundo interesse interdisciplinar.

O aspecto do isolamento da península também torna o estudo mais desafiador, pois se ali se cultiva o simples, o pacato, as relações vicinais, de camaradagem, de partilha e comunhão. Se conhece a vida e a dificuldade de cada família, as vizinhas cuidam dos filhos das outras. Algo que, ao atravessar o canal, não é possível, não é visto. Pode se ressaltar a vulnerabilidade dessas relações de sociabilidade, pelas modificações no uso do solo, incentivo de outras culturas, como o Pinus, por exemplo, investimento em obras portuárias dentre vários fatores que colocam as atividades tradicionais em risco.

Referências

ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Ensaios de História do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Editora da FURG, 1996.

AMARAL, Ivone Leda do. A sociedade de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e Contribuição Açoriana na Formação Cultural do Rio Grande de São Pedro. In: JACCOTTET, Alda Maria de Moraes (org.). *A largueza histórica do Estreito*. Pelotas: Editora Universitária, 1999.

BARCELLOS, Rubens de. *Estudos Rio-Grandenses*. Coleção Província. Vol. 07. Porto Alegre: Globo, 1955.

BUNSE, Heinrich. *São José do norte: Aspectos linguístico-etnográficos* do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

COSTAMILAN, José Fernando e TORRES, Luiz Henrique. *São José do Norte: o início de um povoamento.* Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2007.

IBGE, Instituto brasileiro de geografia e estatística. *Senso demográfico de 2010*. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=43 Acesso em 10 jul 2015.

JANCSÓ, István e KANTOR, Iris (org.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo: Hucitec, 2001.

LAYTANO, Dante de. Os Açorianos. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia Riograndense.* 1°volume. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MATTOS, Mario Barboza de. Estreito: glória sob as areias. In: JACCOTTET, Alda Maria de Moraes (org.). *A largueza histórica do Estreito.* Pelotas: Editora Universitária, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

7

Em busca do *Schlaraffenland:* a migração sob a ótica das narrativas de descendentes de pomeranos na Serra dos Tapes

Cristiano Gehrke[1]

Introdução

O século XIX assinala o início de um movimento que foi denominado pelos pesquisadores como o período das grandes migrações, no qual centenas de milhares de indivíduos se deslocam do continente europeu em direção ao continente americano.

A Europa oferecia uma série de fatores de expulsão. Fatores de ordem religiosa, política, social ou econômica agravados basicamente pela expansão do sistema capitalista e pelos reflexos da Revolução Industrial, que compeliram uma significativa parcela da superpopulação europeia no período, a buscar outras alternativas para sobrevivência.

Enquanto a Europa sofria com um crescimento demográfico desordenado, o continente americano, enfrentava problemas relacionados à baixa densidade demográfica nas suas grandes porções territoriais, neste sentido, aliando interesses de ambas as partes, a imigração em massa foi estimulada de maneira bilateral.

[1] Universidade Federal de Pelotas

É neste contexto, que terá início uma das maiores movimentações humanas já verificadas na história. O Brasil irá receber sucessivas levas de imigrantes, de distintas nacionalidades.

Alguns estudiosos consideram o ano de 1808 como o marco inicial das imigração no Brasil, em função da chegada da família real, da abertura dos portos e do decreto que dava liberdade de acesso à terra por parte de estrangeiros (MAESTRI, 2010; LANDO e BARROS, 1981). Porém há muitas controvérsias nesse sentido, o que se sabe é que as primeiras iniciativas práticas ocorrerão em 1818 com a criação na Bahia de uma colônia de imigrantes austríacos, em 1819 em Nova Friburgo no Rio de Janeiro uma colônia de imigrantes suíços e em 1824 em São Leopoldo no Rio Grande do Sul uma colônia de imigrantes alemães.

O fato é, que somente após a segunda metade do século XIX este movimento irá adquirir proporções maiores, período marcado também pela criação de leis que visavam regular o acesso de novos imigrantes, regular a criação de novas colônias e, principalmente regulamentar o acesso, por parte destes imigrantes à terra (IOTTI, 2001).

As dimensões continentais do território brasileiro fizeram com que fossem adotados diferentes modelos de introdução de imigrantes. Enquanto na região sudeste do país predominaria o estímulo da vinda de imigrantes, para que estes atuassem nos grandes empreendimentos cafeicultores, na região sul foi estimulada a vinda de imigrantes para a formação de colônias agrícolas, sobre as quais nos debruçaremos com mais calma na sequência.

Esta transposição de pessoas cambiará profundamente a sociedade brasileira, e seus reflexos podem ser sentidos até os dias de hoje em diferentes setores da sociedade.

A presente investigação, que tinha como objetivo identificar quais teriam sido as motivações pessoais diretas que contribuíram para a transposição dos imigrantes de origem pomerana para a Serra dos Tapes no século XIX, fez o uso quase que exclusivo de fontes orais. Desta forma, foram realizadas um total de doze

entrevistas, nas quais, além de versar sobre a temática analisada no presente estudo, foram abordadas questões relacionadas as suas práticas cotidianas, nos mais diversos aspectos.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Tal método surgiu em meados do século XX, e consiste basicamente na realização de entrevistas gravadas, com pessoas que possam oferecer alguma informação sobre o tema que se pesquisa. Esta nova forma de pesquisa histórica resultou em mudanças importantes tanto nos conteúdos, como na concepção do que é uma fonte de pesquisa (ALBERTI, 2000).

O relato costuma ser a apresentação oficial de si, que varia conforme o contexto em que é obtido. São expressões altamente subjetivas e pessoais (PORTELLI, 1996). Desta forma, a maneira como é feita a abordagem e a identificação do entrevistador podem influenciar no conteúdo do depoimento.

Os depoimentos foram coletados dentro do contexto de produção de fontes para a pesquisa de doutoramento na Universidade Federal de Pelotas que estamos realizando e foram conduzidos no dialeto pomerano, que até hoje é falado na região. A tradução para o português foi efetuada no momento da transcrição dos relatos.

A escolha dos entrevistados obedeceu critérios simples. Foram priorizados moradores da zona rural do município, que se identificassem como sendo pomeranos e que tivessem mais de 60 anos.

Antes de darmos início ao estudo propriamente dito, se faz necessário a redação de um breve histórico sobre o processo de formação da comunidade estudada, bem como a conceituação do que entendemos como sendo pomeranos.

Imigração Pomerana na Serra dos Tapes

Até iniciar a segunda metade do século XVIII, a região denominada Serra dos Tapes era um vasto território coberto de

matas, habitado apenas por alguns grupos indígenas, com economia baseada na caça e na pesca (ARRIADA, 1994). Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), a posse do território gaúcho foi assegurada pela coroa portuguesa (MAESTRI, 2010), iniciando desta forma a concessão de sesmarias, que tinham como objetivo fortalecer, ocupar e explorar o estado.

Com a divisão do território, a região começou a ser povoada. O surgimento das primeiras Charqueadas[2], e o consequente aumento da demanda de mão-de-obra escrava para atuar nestes estabelecimentos, fez com que a região e mais especificamente a cidade de Pelotas, tivesse um crescimento vertiginoso em poucos anos.

Este crescimento possibilitou que muitos filhos de charqueadores e pecuaristas estudassem em outras cidades e países (MAGALHÃES, 1993) e, com o seu retorno, voltassem com ideais abolicionistas.

Além disso, o surgimento de uma série de leis que anunciavam a futura extinção do trabalho escravo[3], impôs a necessidade de buscar novas possibilidades para a produção de alimentos, uma vez que a economia da cidade girava em torno da produção do charque. Este foi um dos fatores que levou à criação de colônias de imigração no espaço rural do município (ANJOS, 2006).

Além desta necessidade interna, a região central e serrana que havia recebido os primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul estava ficando saturada, e, com o forte crescimento das correntes migratórias, tornou-se necessária a busca de novos territórios (MANFROI, 2001). Este crescente interesse pela colonização se deu também devido à criação da Lei de Terras, que possibilitava,

[2] Para mais informações consultar: MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)***.** Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

[3] Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1885), e por fim, a Lei Áurea (1888).

através da venda dos lotes, a obtenção de grandes lucros, por parte dos proprietários (MAESTRI, 2000).

O município de Pelotas, que no século XIX vivia no auge da produção saladeiril, cujos empreendimentos se concentravam nas margens do Arroio Pelotas, tinha, assim, grande parte do território em situação de relativo abandono. Muitas terras não eram adequadas nem à pecuária, nem à monocultura, devido ao grande número de cursos d'água e ao declive acentuado de certas regiões (ULLRICH, 1999).

Visando a posterior comercialização destes lotes, os latifundiários promoveram a demarcação/ocupação de grandes faixas destas terras localizadas na Serra dos Tapes (ANJOS, 2006).

No sentido de diversificação das atividades econômicas, criou-se, em 1858, a primeira colônia de imigrantes fundada por iniciativa particular no município de Pelotas, a chamada Colônia São Lourenço, sob administração do empresário Jacob Rheingantz e do estancieiro José de Oliveira Guimarães e que foi colonizada majoritariamente por imigrantes de origem germânica.

O sucesso do empreendimento, fez com que em 1884 a colônia se emancipasse de Pelotas, formando o município de São Lourenço do Sul. Uma vez que esta iniciativa mostrou resultados positivos, foram criadas nos anos sucessivos mais de 100 colônias entre particulares e oficiais, conforme afirma Leila Fetter (2001) em seu estudo sobre a região.

São Lourenço foi considerada uma das primeiras e mais frutíferas colônias particulares da região. Em seu atual território, mantém-se preservada grande parte da sua configuração étnica original, na qual se destacam uma série de traços culturais que diferenciam aqueles habitantes do restante da população, e o que faz com que sejam reconhecidos (e se reconheçam) como um grupo portador de uma identidade étnica. São os chamados pomeranos.

A alcunha de pomeranos é atribuída aos povos oriundos de uma região que estaria localizada ao norte dos atuais territórios da Alemanha e da Polônia, junto ao Mar Báltico. Dentre suas principais

características estavam a utilização de um dialeto próprio, o pomerano, bem como práticas animistas, onde aparecem elementos pagãos pré-cristãos, além de outras práticas culturais. Esta região, foi marcada por uma série de conflitos pela posse de seu território e o seu "desaparecimento" ocorreu ao longo da história de forma gradual, sendo acelerado pós 2ª Guerra Mundial.

Uma vez em solo brasileiro, estes imigrantes permaneceram de certa forma isolados nas colônias, seja pela distância dos núcleos coloniais dos centros urbanos, seja pela dificuldade linguística, isso fez com que passados mais de 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes, muitos costumes, práticas e rituais se mantivessem preservadas.

A busca pelo *Schlaraffenland*

Figura: A Terra da Cocanha. Autor: Pieter Bruegel (1567)
Fonte: http://pieterbruegel.org, acessado em 08/09/2015.

A primeira referência que se tem da existência do mito do *Schlaraffenland* é de um poema francês do século XIV cuja escrita teria sido baseada na tradição oral. O poema faria referências a um país mítico cuja a topografia seria dominada por um vulcão do qual eram expelidas de forma contínua moedas de ouro. Quando chovia,

ao invés de água, caiam do céu diamantes e pérolas, ou poderiam ainda ser raviólis. Existia naquele país um porto denominado de Porto dos Ociosos, no qual estavam atracados barcos carregados com embutidos, os rios eram de vinho, podendo ser branco ou tinto. Os lagos eram de leite ou de molhos. Fornadas de pão eram assadas de forma contínua. Aves assadas e temperadas voavam os céus, bastava que fossem capturadas para que pudessem servir de alimento e a captura era muito simples e fácil, bastava que fossem estendidos os braços. As árvores eram cobertas por frutas durante os 12 meses do ano. Os arreios dos cavalos eram de ouro, enquanto as rédeas eram linguiças. Casas eram feitas de peixes.

O mês tinha 6 semanas. Eram celebradas 4 páscoas, 4 natais, na verdade todos os feriados eram quadruplicados, já a quaresma ocorria de 20 em 20 anos.

O dinheiro estaria no chão, como pedras, mas ninguém o utilizava, pois no *Schlaraffenland* nada se compra.

Existiria uma prisão neste país. Para este local temido, eram enviados todos aqueles que infringissem a única regra daquele local: que era trabalhar.

Em resumo, o *Schlaraffenland* ou o País da Cocanha é um lugar mítico, um local onde estaria ao alcance de todos a riqueza e a fartura, um lugar dos sonhos, onde tudo seria possível.

Algumas considerações

O conhecimento deste mito e a crença na existência deste local era uma realidade entre os migrantes europeus do século XIX.

Percebemos que as companhias de navegação, bem como os governos brasileiro, italiano e alemão faziam uso de referências a este mito no seus anúncios publicitários como uma forma de atrair novos indivíduos.

Durante a coleta de depoimentos que foi efetuada no primeiro semestre de 2015, como parte integrante da nossa

pesquisa de doutoramento, foram inúmeras as referências a este mito por parte dos depoentes.

Na falas dos entrevistados não foi apontada a existência de questões tais como a presença de gansos assados, mas sim a fertilidade do solo, a grande quantidade de frutos disponíveis na região, bem como à relativa facilidade de acesso à terra bem como à uma série de bens que em continente europeu seriam impossíveis de serem adquiridos, tais como o cavalo que era um animal, cuja propriedade era diretamente associado à aristocracia.

Neste sentido é que os descendentes de imigrantes entrevistados são categóricos em afirmar que eles encontraram sim o *Schlaraffenland,* o país da fartura. Esta afirmação quase sempre vem acompanhada da descrição das dificuldades enfrentadas em solo europeu, da miséria, penúria e falta de condições de sobrevivência a que foram submetidos e que os compeliram para migrarem.

Mesmo que os primeiros anos aqui no Brasil tenham sido difíceis, como fica claro nos relatos, uma vez que foi necessário a derrubada do mato para a instalação das famílias nos lotes que lhes eram destinados, com o passar do tempo as condições financeiras foram melhorando. As famílias cresceram numericamente, os lotes se tornaram prósperos, as casas asseadas, as lavouras produtivas e a fartura passou a fazer parte do seu cotidiano.

Uma de nossas entrevistas aponta inclusive como sendo esta uma das explicações para os fartos cafés coloniais que são servidos atualmente na região. Segundo ela, isto seria uma forma de honrar a memória de seus avós e lhes provar que o sacrifício empreendido com a travessia do Atlântico não foi um sacrifício em vão e que eles sim, encontraram, aportaram no *Schlaraffenland.*

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.

ARRIADA, Eduardo. Pelotas - *Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780 - 1835)*. Pelotas: Armazém, 1994.

COARACY, Vivaldo. *A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1958.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística da Província do Rio Grande do Sul. Censos do RS 1960- 1981. Porto Alegre: FEE, 1984.

FETTER, Leila Maria Wulff. *A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento social. UCPEL: Pelotas, 2002.

HAMMES, Edilberto, L. *São Lourenço do Sul: Radiografia de um município das origens ao ano de 2000*. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747 - 1915*. Porto Alegre – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LANDO, Aldair (et all) *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

LESSA, Beto. *Fatos e relatos & "verdades" lourencianas*. São Lourenço do Sul: Gráfica Hoffstater, 2009. Vol 3.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: EDUPF, 2000.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDUPF, 2010.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: EST. Editora, 2001.

ULLRICH, Carl Otto. *As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul*. In: *História em Revista*. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, nº 5, dezembro de 1999.

8

Convites de casamento na tradição pomerana

Débora Hartwig Wendler

Introdução:

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado "Cultura Escrita e Educação do Campo", registrado na Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG, nº 6809) da Universidade Federal de Pelotas e desenvolvido no grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES – PPGE/FaE/UFPel). O grupo mencionado possui seis importantes acervos para a pesquisa educacional[1]. Esta pesquisa está sendo desenvolvida em um dos acervos do Grupo HISALES, o acervo das Escritas Pessoais e Familiares. O mesmo é composto por diários, cartas, lembranças de batismo, cadernos de receitas, agendas, convites de casamento dos pomeranos, entre outros materiais. O objetivo deste trabalho é descrever este objeto simbólico e material da cultura pomerana[2], o convite de casamento pomerano, levando em consideração o suporte e a prática cultural, não somente a do casamento, mas também, a do convidador. Para tal, utiliza-se a pesquisa documental como principal metodologia de estudo. Além

[1] Para mais informações, acessar o site www.ufpel.edu.br/fae/hisales/.

[2] "Os pomeranos chegaram na região sul em meados do século XIX, vindos de uma região da Alemanha chamada de Pomerânia" (WEIDUSCHADT, 2007, p. 16). "Os pomeranos chegaram no município de São Lourenço do Sul/RS, trazidos pela companhia de Jacob Rheingantz e espalharam-se por diversos municípios da Serra dos Tapes" (THUM, 2009).

da pesquisa documental, foi realizada uma entrevista com perguntas semi estruturadas com um senhor, que foi o convidador em um casamento pomerano, de um dos convites que foram analisados.

Os convites de casamento, aqui apresentados como foco de análise, pertencem a uma família pomerana que reside na zona rural do município de São Lourenço do Sul/RS, na localidade de Santo Antônio. Foram utilizados 12 convites, para realização desta pesquisa, os quais estão compreendidos entre fevereiro de 1970 e maio de 1995.

O casamento como rito de passagem

É possível perceber o quão presente e significativos são os ritos de passagem na vida dos pomeranos. Eles são compreendidos pelo nascimento (batismo), a confirmação, o casamento e a morte. Esses marcam, "a transformação do indivíduo até a idade adulta quando ele aprende o domínio pleno do saber trabalhar, sendo então capaz de constituir uma nova família" (BAHIA, 2011, p. 137). Representam, também, a evolução, o crescimento dos indivíduos, do grupo cultural, divididos em três principais períodos:

> [...] a fase de expansão, que dura do casamento até a reprodução; a de dispersão ou fissura, que começa com o casamento de todos os filhos; e de transformação, que compreende a morte dos pais e a renovação da estrutura social da família. Neste sentido, os ritos de passagem marcam os momentos críticos no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois determinam a sua tarefa de reprodução e renovação. (BAHIA, 2011, p. 135, 136).

Os ritos, nascimento e batismo, são acontecimentos muito importantes na vida dos pomeranos, tanto para a mulher quanto para o homem. Eles adquirem um novo renome perante a comunidade, principalmente a mulher que obtém o seu lugar na sociedade. Ela passa a dedicar-se na educação dos filhos. Assim

como a mãe educa os seus filhos, existe a relação da família com os preceitos da igreja. O primeiro deles é o batismo, visto pelos pomeranos como "um modo de reforçar sua rede de relações de parentesco" (BAHIA, 2011, p. 156). O culto de batismo reúne diversas comunidades religiosas e pessoas de diferentes regiões.

Outro preceito muito forte é a confirmação, compreendida como uma educação, que ensina o que é certo ou errado para as crianças, baseada nos valores religiosos. Após a confirmação o jovem passa a possuir mais liberdade. No momento em que o jovem é confirmado, ele pode sair sem os pais, ir aos bailes, namorar. O namoro só é permitido depois da confirmação. Porém, algumas delimitações são impostas: namorar "é para casar". É necessária aprovação dos pais para que o casamento ocorra. Então, se "é para casar", após o conhecimento das famílias e, após o período do namoro, começam os preparativos para o matrimônio, que envolve a organização das famílias, dos parentes e da comunidade em geral.

Para os pomeranos o casamento começa bem antes da cerimônia e da festa, não somente por causa de sua preparação propriamente dita, mas pelo fato de iniciar em um culto dominical, no qual o pastor faz uma "apresentação" dos noivos e comunica, perante toda a comunidade ali presente, a data do casamento e o local da cerimônia e da festa. Esse também é o momento em que o pastor pergunta se alguém tem algo que possa impedir o casamento ou algo para comunicar aos noivos e solicita que o faça até o dia do ato/registro civil, caso contrário, não intervenha. Após ser feito o anúncio do casamento, começa-se a planejar a entrega dos convites.

A entrega dos convites do casamento: o "Hochtijdsbirar"

No período dos convites analisados (1970-1995) e também em tempos anteriores a esse, a entrega dos convites não era feita pelos noivos, como é nos dias atuais. Os noivos escolhiam alguém para que fizesse essa entrega. Seria o convidador do casamento, o responsável por levar o convite para os convidados, denominado

em pomerano *"hochtijdsbirar"*. Este geralmente era o irmão mais novo da noiva. Havia casos em que a noiva não tinha irmãos ou ainda eram crianças, então se escolhia algum conhecido, normalmente com algum grau de parentesco em relação à noiva.

O convidador saía em torno de um mês antes da data da cerimônia, indo de bicicleta, de casa em casa, para fazer a entrega dos convites na comunidade. Quando chegava na casa da família convidada, ele recebia um gole de *schnapps*[3] que, segundo o convidador entrevistado, acreditava ser um sinal de boas-vindas e de que o *hochtijdsbirar* estava sendo bem recebido. Após, as famílias o recebiam dentro de casa, convidavam para sentar, descansar e conversavam. Ele entregava o convite e desejava que todos fossem ao casamento, por que a presença deles seria uma grande alegria para os noivos. O convidador entrevistado relatou fatos diferentes de tempos antigos em que o convite era falado, recitado, e essa fala era considerada uma "reza", "oração do convidador" (TRESSMANN, 2002, s/p.), uma fala formalizada, revelando o sentido sagrado do casamento, pois "quando o convidador é avistado, todos os membros da família o esperam na sala. Ali ele entra sem saudar as pessoas e, andando em círculos profere sua fala-convite para a festa, em forma de versos" (TRESSMANN, 2002, s/p.). Segundo o convidador entrevistado e para os convites analisados para esse trabalho, a reza já não acontecia mais, somente a entrega dos convites.

Depois de ter feito a entrega do convite e quando estava pronto para partir, o *hochtijdsbirar* recebia da família convidada uma gorjeta. Esse dinheiro ficava com ele e, segundo o entrevistado, era uma forma de suprir as necessidades do convidador, por não poder trabalhar em sua propriedade naquele dia, o qual era dedicado à entrega. Quando anoitecia e estava longe de sua casa, pernoitava na casa do convidado, este lhe oferecia janta, pouso e café da manhã. Na manhã seguinte, continuava seu

[3] Cachaça, aguardente brasileira.

trajeto. Ele também almoçava na casa dos convidados. Algumas vezes, o convidador encontrava residências sem ninguém em casa, nesse caso ele seguia e retornava outro dia.

A vestimenta do *hochtijdsbirar* se caracteriza, principalmente, por um paletó e um chapéu enfeitado com fitas e flores coloridas, usando também calça e sapato social. A bicicleta com a qual ele saía para convidar também era enfeitada com fitas coloridas, e esta era uma tarefa concebida à noiva, enfeitar não somente o convidador como também a bicicleta. Todo esse colorido representava muita alegria, a presença do convidador suscitava certa ansiedade na comunidade pomerana para receber o convite. Segundo BAHIA,

> Um mês antes da cerimônia é feito o convite pelo convidador (Hochtijdsbirar). Nesse período os comentários circulam e se referem aos preparativos, ao futuro do novo casal e às mudanças nas famílias envolvidas. A chegada do *Hochtijdsbirar* e do dia do casamento aumenta à proporção que o evento ganha os limites da colônia. (2011, p. 224).

Quando as pessoas viam alguém de bicicleta pela redondeza e enfeitado com fitas, era sinal de que um convite de casamento pomerano estava prestes a chegar, causando euforia entre os vizinhos da comunidade.

No dia do casamento o convidador também tinha algumas funções, por isso, precisava colocar a mesma roupa que usou quando saiu para convidar. Ele ficava responsável por recepcionar os convidados na chegada. Embora naquela época (1970 - 1995) algumas famílias já tivessem carros, muitas ainda saíam de carroça, então, era sua responsabilidade desencilhar os cavalos e levá-los até o campo. Durante a festa oferecia aperitivos e bebida.

A figura 01 retrata um casamento pomerano, realizado no ano de 1975, na localidade de Santo Antônio, município de São Lourenço do Sul/RS. Na foto estão, sentados, os noivos, atrás dos noivos o convidador e, dos lados, os padrinhos do casal e a aia do casamento.

Figura 01 – Casamento Pomerano
Fonte: Acervo pessoal da autora.

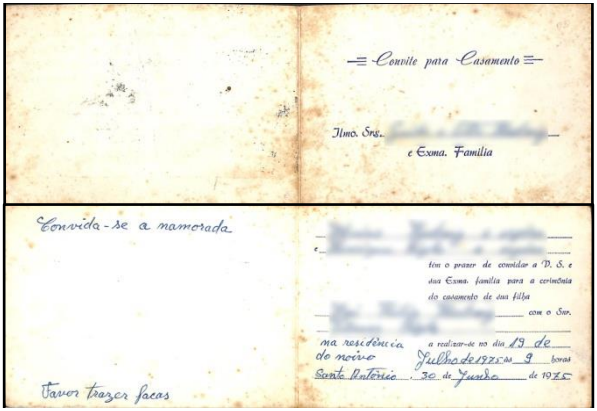
Como é possível verificar na foto, o convidador aparece com um papel de destaque junto aos padrinhos, atrás dos noivos bem no centro da foto. É possível verificar que sua vestimenta apresenta duas fitas penduradas no seu paletó.

O convite de casamento na tradição pomerana

Os convites de casamento analisados nesse trabalho estão em forma de "folheto", uma folha dobrada ao meio, de forma simples, que possui um texto impresso e espaços em branco para serem preenchidos à mão. Na parte frontal contém o título "Convite para casamento" e uma linha para ser preenchida com o nome da família convidada. Em alguns casos esse espaço se encontra no verso do convite, permanecendo na frente somente o título. Dentro do convite, há também um espaço em branco para ser preenchido, inicialmente, com os nomes dos pais da noiva e logo abaixo, com os nomes dos pais do noivo. Em seguida, há um espaço para ser preenchido com o nome dos noivos, a data, o horário e o local da cerimônia e da festa. Pode-se perceber que há,

no convite, um escrito que é impresso e espaços em branco para serem apenas preenchidos com os dados já indicados.

O convite contém também algumas informações adicionais preenchidas de forma manuscrita, como “convida-se as (os) namoradas (os)” e “trazer facas”. Escrever “trazer facas” está relacionado à prática cultural da festa do casamento pomerano. A faca era considerada o utensílio mais importante para a refeição, tendo em vista que o churrasco era feito nas churrasqueiras de chão, com espetos de madeira. No momento da principal refeição da festa, cada família pegava um espeto e cravava no chão e todos sentavam na volta e cortavam o seu próprio pedaço de carne. Por isso, ao escrever “trazer facas” subentendia-se que era necessário que os convidados trouxessem também os demais talheres. A figura 02 representa um dos convites de casamento aqui descritos.


Convite para Casamento

Ilmo. Srs.

e Exma. Família

Convida-se a namorada

tem o prazer de convidar a V. S. e
sua Exma. família para a cerimônia
do casamento de sua filha

com o Snr.

na residência
do noivo

a realizar-se no dia 19 de
Julho de 1975 as 9 horas
Sendo Interessa 30 de Junho de 1975

Favor trazer facas

Figura 02 – Convite de Casamento
Fonte: Acervo do Grupo Hisales

A seguir, no quadro dos convites de casamento, apresento o mês e o ano em que o casamento foi realizado, o local da cerimônia e da festa, se existe ou não a presença do “convidador” e algumas informações adicionais relativas aos convites de casamento analisados na pesquisa.

Quadro 01: Convites de casamento analisados

Convite	Mês/ano	Local da cerimônia	Local da festa	Informações adicionais	Presença do Convidador
01	02/1970	Residência da noiva	Taquaral		Sim
02	10/1974	Residência da noiva	Santo Antônio	*Convida-se as namoradas *Favor trazer facas	Sim
03	07/1975	Residência do noivo	Santo Antônio	*Convida-se a namorada *Favor trazer facas	Sim
04	06/1983	Residência da noiva	Santo Antônio	*Convida-se os namorados *Favor trazer facas	*Cada um convidou os seus
05	07/1987	Igreja Evangélica Luterana Redenção de Santo Antônio	Residência da noiva – Santa Inês	*Trazer facas *Convida-se os namorados	
06	10/1988	Igreja Evangélica Confissão Luterana Bom Jesus Continuação	Residência da noiva – Santo Antônio	*Os namorados estão convidados *Favor trazer facas	
07	05/1990	Igreja Evangélica Luterana Redenção de Santo Antônio	Salão de Helmuth Coswig - Harmonia	*Favor trazer facas	

08	07/1990	Igreja Evangélica Luterana Redenção de Santo Antônio	Residência da noiva – Santo Antônio	*Favor trazer facas	
09	05/1993	Igreja Livre Independente São João Campos Quevedos	Residência da noiva – Santa Inês	*Favor trazer facas *Trazer o namorado	
10	10/1993	Igreja Evangélica Livre Independente Harmonia II	Residência da noiva - Harmonia	*Favor trazer facas	
11	09/1994	Igreja Livre Independente São João Campos Quevedos	Residência da noiva – Campos Quevedos	*Trazer facas *Extensivo ao namorado	
12	05/1995	Igreja Evangélica Luterana Redenção de Santo Antônio	Residência da noiva – Santo Antônio	*Favor trazer facas *Extensivo os namorados	

Fonte: Acervo pessoal.

Nos casamentos de 1970 a 1983, conforme os convites aqui citados, a cerimônia e a festa eram realizadas nas residências dos noivos. A partir de 1987, a cerimônia começa a ser realizada na igreja, porém, a festa continua sendo realizada na casa dos noivos. Havia várias comunidades religiosas, entre elas, a Comunidade Evangélica Luterana, a Comunidade Evangélica Livre Independente e a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana. Na década de 1990 iniciam as comemorações em salões de festas, embora algumas ainda continuassem sendo realizadas em casa. As

informações adicionais estão presentes nos convites de casamento durante todo o período averiguado. Analisando estes convites pode-se perceber que a presença do convidador se limita até o ano de 1975. Posteriormente a esse período, a entrega dos convites passa a ser feita pelos próprios noivos.

O local da cerimônia e da festa também se modificou ao longo desse período: primeiramente era realizado na casa da noiva, e, posteriormente a cerimônia passa a ser realizada na igreja, porém a festa permanece acontecendo na casa da noiva. Em apenas um caso analisado (convite 07) a festa aconteceu em um salão. As informações adicionais "favor trazer as facas" perpassa todo o período analisado indicando que a principal refeição da festa (o almoço) ainda mantinha a mesma maneira de ser servida. Já no enunciado "convida-se os namorados" (convites 02 a 06) nota-se uma pequena modificação que é "trazer o namorado" (convite 09) e, ainda, "extensivo aos namorados" (convites 08 e 09).

Conclusões

Ainda em fase inicial, o estudo se mostra potencial para a investigação no campo das culturas do escrito, pois, os convites são um exemplo de que além de material são também simbólicos, exercendo uma forte relação dos pomeranos com a sua cultura e o desejo dos mesmos em mantê-la e valorizá-la passando entre as gerações.

Consideramos para este trabalho a prática cultural do casamento, especialmente com a figura do convidador e a materialidade dos convites de casamento. Para o período analisado (1970 – 1995), é possível identificar mudanças tanto na escrita do convite, na figura do convidador e também nas festas do casamento.

Referências

BAHIA, J. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração pomerana.* Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

FARESE. Digital, Santa Maria de Jetibá, 2002. Acessado em 27 set. 2017. Online. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/12750427/oconvite-ea-participacao-do hochtijdsbijrer-na-festa-de-farese.

GALVÃO, A. M. O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). *Cultura Escrita e Letramento.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 .

THUM, C. *Educação, História e Memória: silêncio e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes***.** 2009. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação/PPGE, Unissinos, São Leopoldo, 2009.

TRESSMANN, Ismael. O convite e a participação do hochtijdtsbirar na festa de casamento pomerano. In: ROJAS, Yili Maria (Org.). *Duu kast rinnerkome: Programa de Assistência aos lavradores Pomeranos do Espírito Santo, 15 anos*. Vitória. UFES. Pró Reitoria de Extensão. 2002.

WEIDUSCHADT, P. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/FaE, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

9

O ensino no contexto pomerano: um panorama do ensino nas comunidades pomeranas de 1858 a 1941

Elias Kruger Albrecht[1]

Desde que chegaram ao Brasil, os pomeranos buscaram manter seus traços culturais principalmente as questões ligadas à religião e a educação. Conforme estudos já realizados (Droogeres, 2008, Thum, 2009), a língua e a fé era o que mantinha esse povo em união bem como garantiram a sobrevivência da cultura. Wille (2001) reforça a ideia de que o ensino era algo levado muito a sério, sendo que a escola e a igreja eram encontradas em todas as comunidades de imigrantes alemães e pomeranos. A leitura tinha grande relevância, pois era requisito essencial para frequentar a igreja. Sendo assim, cada colônia de pomeranos e alemães tinham a sua igreja que funcionava também como escola ou vice versa. Essa organização recebeu o nome de "sociedade escolar e religiosa". Para Oswald (2014) essa forma de organização surgiu pela necessidade de apoio mútuo, já que Alemanha os tinha deixado à própria sorte, e o Brasil não dava a eles a devida existência.

> Abandonados pela Igreja Alemã e sem auxílio do Estado, os colonos procuraram suprir as necessidades religiosas na forma de organizações comunitárias luteranas que chamaram de livres e

[1] Universidade Federal De Pelotas

> independentes, construindo ou utilizando prédios já existentes, para o ensino e a religião, e contratavam em meio aos seus, o homem que fosse o mais letrado, para exercer a função de professor e pastor. (OSWALD, 2014, Pg. 24)

Porém pouco se sabe como funcionaram os primeiros anos, da educação escolar destes colonos no Brasil. Portanto o objetivo do trabalho é abordar aspectos relevantes de como se desenvolveram essas escolas. E como se deu o ensino durante o espaço de tempo, da chegada dos primeiros colonizadores pomeranos ao Sul do Rio Grande Do Sul no ano de 1858, até o fechamento e a proibição das escolas Teuto-Brasileiras[2] em 1941 pelo governo Vargas[3].

Em seu livro, Coaracy (1957), aborda que uma das principais carências enfrentadas pelos colonos que chegaram a São Lourenço do Sul, era a falta de escolas para os seus filhos. E que a falta de escolas era uma realidade da época do Brasil Império, sendo que havia carência de ensino até nos grandes centros urbanos. Porém não o era para eles que chegavam de um lugar onde o ensino era largamente difundido, e já se reconhecia a importância e as vantagens se ter uma educação. Sendo assim, segundo ele, não era de se admirar que os colonos tenham resolvido por conta própria buscar recurso em seu meio;

> Guiados por Jacob Rheingantz, os moradores da colônia de São Lourenço procuravam, dentro dos seus meios, fazer o que competia à autoridade pública fazer [...] Em dias de agosto de 1862, reuniram-se na casa do Diretor 36 colonos para deliberar sobre a fundação e provimento de uma escola para as numerosas crianças da colônia. (COARACY, 1957, p.76-77)

---

[2] *Escola Teuto-brasileira;* escolas que possuíam ascendente etnicamente alemão.

[3] *Governo Vargas*; ou *Estado Novo,* o nome do regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que durou até 29 de outubro de 1945, que é caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

E assim, no ano seguinte, graças a esforços dos colonos, já estava concluída a construção da primeira escola, com um estatuto organizado em relação a idade de frequência, mensalidade, horário das aulas e de uma cota extra para alunos de outras picadas que quisessem frequentar a mesma. Toda essa organização esbarava na falta de professores que era o entrave para o funcionamento da escola. Sendo assim, esses lugares foram ocupados por colonos que possuíam um pouco mais de instrução. O Objetivo era que as crianças ao menos aprendessem a ler escrever, contar e ter algum conhecimento geral. Porém havia para Coaracy (1957) a preocupação por parte de Rheingantz[4] em um dos relatos deixados por ele no ano de sua morte em 1877 a necessidade de escolas publica, para que às crianças aprendessem o idioma do Brasil. Sendo que já havia nesse período 16 escolas particulares mantidas e administradas pelos colonos. Segundo ele Rheingantz já previa problemas futuros de convivência, devido à falta de interesse dos governantes do Brasil, em garantir um ensino uniforme a todos os colonizadores principalmente na questão da linguagem.

Segundo Coaracy (1957) havia uma grande problema que se manifestava junto à falta de escolas, que era a necessidade de um lugar adequado para a prática religiosa e que essa questão era mais difícil de resolver sendo que se havia concordância entre os colonos em relação às praticas escolares. A mesma não ocorria em questões religiosas, apesar de todos buscarem um lugar para praticar a sua fé sendo assim ele faz a seguinte observação:

> Já em relação ao culto religioso, havia a considerar a divergência de crenças e de seitas. Embora a grande maioria dos colonos fosse protestante, existia uma parcela considerável de católicos. E os primeiros estavam divididos entre várias denominações evangélicas (COARACY, 1957, p.85)

[4] *Jacob Rheingantz* foi um comerciante e administrador alemão que trabalhou no Brasil. E contratou com o governo imperial do Brasil a compra de terras devolutas na Serra de Tapes, onde em 1858 fundou uma colônia com imigrantes alemães e sua grande maioria da Pomerânia e da Renânia, ambas províncias do Império Prussiano (Prússia).

Sendo assim, propôs Rheingantz a doação de um pedaço de terra na entrada Picada Boa Vista[5]. Uma fração para cada religião, ou seja, uma para os Católicos[6] e outra para os protestantes[7]. Os católicos aceitaram e construíram o seu templo, porém os protestantes não entraram em acordo e assim, sem o templo, passaram a realizar o culto religioso nos edifícios das escolas, onde se reuniam aos domingos. Em seus relatos baseados em familiares de Rheingantz, Coaracy (1957) coloca que apesar de este zelar pelos colonos, em 1877, no ano de sua morte não havia ainda na colônia ensino de qualidade nem organização religiosa. Sendo que isso era o maior dos problemas enfrentados pelos colonos que estavam apreensivos pela falta de lugares apropriados para as práticas escolares e religiosas. Para Kolling (2000) isso não foi a maior preocupação dos primeiros anos desses colonizadores na nova terra, eles estavam muito mais empenhados e construir uma estabilidade, para depois se dedicarem as questões educacionais das gerações futuras. Não que a educação e a religiosidade tivessem pouca importância, mas ela não era a necessidade mais imediata, apesar de serem relevantes para os colonizadores.

Kolling (2000), que em sua dissertação aborda a dinâmica da organização comunitária, percebida por ele como influência das Sociedades Escolares e Religiosas das colônias pomeranas. Ele concorda com as abordagens de Coaracy (1957) sobre a dificuldade educacional no Brasil, quando da chegada dos primeiros colonizadores. Porém, segundo ele Coaracy se deixou influenciar pelos relatos da família Rheingantz, e que a ajuda e a boa vontade do fundador da colônia para com os colonos não condiz com a

[5] *Picada Boa Vista*; localizado no interior de São Lourenço Do Sul, no 6º subdistrito desse município.

[6] *Católicos;* aqueles que professavam a sua fé segundo os ensinamentos da *Igreja Católica Apostólica Romana.*

[7] *Protestantes;* pessoas que professam a fé nas bases das Igrejas oriundas diretamente e contemporaneamente da *Reforma Protestante.* Os protestantes se declaravam seguidores do Evangelho. Isso significava que, para os protestantes, apenas a Bíblia era fonte de revelação suprema, e que não deveria ser permitido à Igreja fazer doutrinas fora dela.

realidade. E que isso fez com que muitos colonos ou filhos desses se revoltassem e se empenhassem no mato, formando colônias em direção a Pelotas, Colônia São Domingos (Morro Redondo) e Canguçu. Para Kolling (2000), Rheigantz foi à Alemanha no ano da sua morte fugido devido às ameaças dos colonos, contrario a Coaracy que dizia que ele tinha ido buscar recursos para melhorar a infraestrutura das escolas da colônia junto à coroa germânica.

Para Kolling (2000) a tradição escolar e religiosa era muito forte entre os Pomeranos. Sendo que cada imigrante tinha sua própria bíblia, hinário e livro de devoção. E que o prédio igreja não tinha tanta relevância assim, e também tinha o fato de que até a proclamação da republica, os luteranos não podiam se reunir em lugares que possuíam formas arquitetônicas. Daí o Surgimento das sociedades escolares e religiosas, pois ambas poderiam ser realizadas no mesmo espaço. E como havia a falta de professores eles elegeram dentro das colônias pessoas que tinham um pouco mais de instrução para ensinar as crianças a ler, escrever e calcular. E como não havia pastores capacitados, e com o tempo e a necessidade esses pastores passaram a fazer batizados, casamentos e sepultamentos. Para Kolling (2000), nos primeiros tempos, tudo precisava ser improvisado, Também a vida da igreja e a vida escolar. E tanto ele quanto Coaracy abordam que devido as dificuldades, os primeiros professores produziam os materiais usados em suas aulas. Arendt (2005) e o próprio Kolling apontam a chegada da editora Rotermund[8] ligado ao Sínodo Sul-rio-grandense (IECLB)[9] como marco no fomento e distribuição de material didático para essas colônias. Segundo Arendt, a Rotermund se dedicou largamente na produção de material didático produzindo sobre as mais diversas temáticas, priorizando sempre o ensino elementar, voltado para o cotidiano.

[8] *Rotermund;* Editora fundada em 1877. Por Wilhelm Rotermund pastor luterano, professor e jornalista teuto-brasileiro.

[9] *Sínodo Rio-Grandense* (atual; IECLB- Igreja evangélica de Confissão Luterana no Brasil) criado em 1886 em São Leopoldo/RS, sob a presidência do Pastor Dr. Wilhelm Rotermund.

Segundo Kolling (2000), que analisou os trabalhos escolares e eclesiásticos dos Pomeranos na área expansionista da colonização, aponta que antes de 1880 não se tem grandes evidencias escolares. Porém já a partir desse período, podem ser encontrados junto a essas sociedades escolares. Ele diz:

> Os Imigrantes teutos já tinham de longa data na Europa, a escolarização como base. Já haviam incorporado a escolarização como principio antropológico de sua existência. Com a imigração a questão escola não volta como primeira questão de sobrevivência, mas retorna com toda força com base nas gerações futuras que se fixam na nova terra. (KOLLING, 2000, p. 92)

Porém o que se encontra sobre essa forma de ensino no período de 1858 até 1939 são algumas intenções de protocolos, alguns rabiscos e anotações por familiares ou atas dessas sociedades escolares. Isso por dois motivos: o dialeto era o pomerano e a escrita feita em alemão, e por consequência disso, grande parte, ou quase tudo, foi destruído e incinerado pela perseguição imposta pelo governo Vargas de 1941, que fechou as escolas teuto-brasileiras e proibiu qualquer manifestação cultural ou religiosa em língua alemã bem como o ensino e a escrita da mesma.

No espaço de tempo que Kolling (2000) chamou de primeira fase, entre 1880 e 1930, ele aponta o trabalho de quatro professores/pastores que dividiam as tarefas de ensinar as crianças e ministras os cultos entre as Sociedades escolares, Eram eles Ulirich, Fischer, Steile e Beskow, e nas atas analisadas fica evidente a troca de ideias e materiais didáticos entre os três primeiros que se reuniam eventualmente. Segundo atas de sociedades escolares por ele examinadas, os exames anuais de aprovação dos alunos eram realizados por uma comissão examinadora da própria comunidade que avaliava o trabalho do professor e o do aluno onde se avaliava a escrita normal, ronde[10] e gótica[11], gramatica,

[10] *Ronde;* caligrafia que surgiu na França no final do século XVII, como uma evolução indireta da caligrafia italiana, A similaridade com letras góticas é nítida, principalmente em variações criadas

aritmética- calcular a partir de experiências e vivencias dos alunos e das alunas; História e geografia, ensino moral e cívico, ciências naturais com ênfase na agricultura.

Em seus estudos, Kolling (2000) aponta que o ensino em português se fez presente nessas escolas, a partir de 1900. O próprio livro produzido pela Rotermund em duas línguas ajudou nesse aspecto, segundo Arendt (2005). O que ocorria na visão de Kolling era a dificuldade de disseminar o nacionalismo brasileiro entre as comunidades sendo que eles eram muito reservados em sua própria cultura. Sendo que, depois de 1930, ocorreu uma inversão e a Alemanha passou a aumentar o enviou de materiais didáticos entre outras bibliografias e buscou reforçar e disseminar o nacionalismo Alemão.

> A identidade é rebuscada através do Deutschtum – Germanidade. E ai são encobertas as identidades dos grupos menores. Ao Pomerano, ao Hunsruckiano e Westphaliano é- lhe ensinado: vocês são alemães unam se pela vossa germanidade. Nesta gloriosa germanidade todas as identidades de grupos étnicos diferentes são quebradas e esquecidas (KOLLING, 2000. p.117).

Sendo que a partir desse momento se criou e disseminou entre as escolas o idealismo alemão[12], uma tentativa que de certa forma criou uma confusão e por esse motivo muitos pomeranos hoje acreditam serem alemães. E a consequência disso foi à proibição do

---

nos países de ascendência germânica. Na Ronde utiliza-se uma pena de ponta cortada, e todas as letras são baseadas em um círculo inscrito em uma Caligrafia Redonda.

[11] *Gótica;* letra angulosa e com linhas quebradas, originada entre os séculos XII e XIII, durante o período Medieval. Usada na Europa ocidental e em países de língua alemã até o século XX.

[12] *O idealismo alemão* começa na década de oitenta do século XVIII e prolonga-se, nas suas últimas consequências, até à metade do século XIX. Ele tinha como base um sistema filosófico que concebe que as ideias devam ser tomadas como referência para a explicação do mundo. O propósito do idealismo alemão é a criação de um amplo sistema filosófico, rigorosamente homogêneo e fundamentado na irrefutabilidade de sua especulação lógica, cuja finalidade é encontrar a indivisibilidade do absoluto. Neste sentido, pode-se indicar, em geral, como o elemento característico das grandes doutrinas idealistas, a busca de um sistema unificador da totalidade do real, um pensamento que contenha a própria ideia do ser, o absoluto.

ensino e da pronuncia de qualquer língua que não fosse o português. Kolling (2000) aponta que muitas escolas foram fechadas, e muitas colonos, professores/pastores tiveram suas bibliotecas queimadas e foram presos durante o governo Vargas. O que aconteceu nesse período, podemos definir como um isolamento identitário. Ajudando de certa forma, a preservar a cultura bem como resquícios de alguns materiais didáticos usados no período.

Arendt (2005) Buscando estudar o contexto das escolas teuto-brasileiras el baseou a sua pesquisa no jornal ALZ[13] como era chamado o Allgemeine Lehrerverein Von Rio Grande do Sul. Este editado e publicado pela "Associação dos Professores Alemães e Evangélicos do Rio Grande do Sul" e circulou entre 1901 a 1939. Focando se mais na parte pedagógica, ela conseguiu levantar um bom numero de materiais produzidos para serem usados nestas escolas. Segundo ela o jornal era o principal meio de informação que circulavam entre as comunidades religiosas e escolares:

> O tema escola alemã-brasileira é intensamente trabalhado nas paginas do periódico, sendo tratados nas diferentes seções, desde relatórios sobre a assembleias da associação, relatórios sobre o distrito, artigos assinados...Nas duas primeiras décadas do século XX as escola alemã-brasileira era representada em sua função alfabetizadora, ensinar a "ler, escrever e calcular. Dai decore que a preocupação predominante entre os articuladores da ALZ, é a elaboração de material didático para suprir as escolas. (ARENDT, 2005, p. 152)

Para Arendt (2005), o professor era chamado a formar cidadãos brasileiros, mas que mantivesse a essência alemã, sendo que a preocupação com o aperfeiçoamento e preparo dos professores era tema constante na revista. Assim era função da ALZ gerenciar a identidade do professor e da escola, sendo constantemente publicados periódicos e sugestões de livro didático e resenhas para os

[13] *ALZ:* Allgemeine Lehrerverein Von Rio Grande do Sul, (Jornal Geral da associação de professores do Rio Grande Do Sul).

leitores. Encontram-se no Jornal Geral para o professor do Rio Grande do Sul, colunas especificas para cada assunto como a Eingegangene Bücher (Livros recebidos), Buchbesprechungen (Resenhas de livros), Neue Bücher (livros novos) entre outros. O jornal funcionava como o fomento da germanidade onde o professor era visto como agente formador de novos alemães. Em um breve levantamento entre 1914 a 1917 são publicadas 28 obras de material didático em alemão em sua maioria pela Rotermund, entre eles livros de matemática, alfabetização em língua alemã, ciências naturais, geografia, história do Brasil, gramática da língua portuguesa entre outros. Após o fim da primeira Guerra Mundial, entre a década de 1920 a 1930, destacam-se 34 obras didáticas, sendo que dessas 18 publicadas na Alemanha, o que não ocorria nos anos anteriores, quando todos eram publicados no Brasil. A importação de livros publicados na Alemanha se dava devido ao recredenciamento do nacionalismo alemão. Sendo que os livros vindos da Alemanha em sua maioria eram de religião, língua alemã, geografia e atlas, com o objetivo de reforçar os vínculos com a Alemanha. Aqui Arendt aponta o que já havia sido colocado por Kolling (2000) acima, ou seja, a tentativa de reforçar entre as escolas alemãs e Pomeranas aqui no Brasil o sentimento patriótico alemão.

Focando a sua pesquisa mais na produção de material para essas escolas Arendt (2005) aponta outros importantes números segundo ela, apesar das políticas brasileiras cobrarem o ensino da língua portuguesa entre as comunidades alemãs e pomeranas a partir da década de 20, e tornando-se exigência com a constituição de 1934. O Jornal ALZ aponta um aumento de obras em alemão produzidas no Brasil neste período, sendo que de 21 obras didáticas novas 17 são em alemão e apenas 4 em português. Arendt coloca, que dos 17 livros em língua alemã, 7 eram de matemática, 4 de canto e musica e os outros 6 de alfabetização e geografia. Notando se aí a importância do ensino estar sempre voltado para o uso diário, sendo a grande maioria dos livros voltados para aprender a ler, escrever, calcular e o reconhecimento da região. Kolling (2000) complementa

que as praticas escolares eram sempre ministradas para preparar o aluno a enfrentar a vida diária, seja ela doce ou amarga.

Portanto baseado nesses três autores, busquei elencar alguns tópicos, e construir uma pequena amostra de como se desenvolveu o ensino entre essas escolas chamadas de sociedades escolares e religiosas. Apesar de abordagens e temáticas específicas, os três abordam a questão escolar. Onde busquei elencar concordâncias e algumas divergências, a respeito do tema. Sendo que eles buscaram formas diferentes para construírem seus textos a respeito do mesmo assunto. Onde Coaracy, baseou-se em relatos da família Rheingantz, e escreveu cinco décadas antes de Kolling, que realizou sua pesquisa junto às atas de igrejas e de forma oral e com resquícios de anotações de particulares. E Arendt que usou em sua pesquisa as edições de 1901 a 1939 do jornal ALZ, e conseguindo construir um bom panorama da circulação de materiais didáticos entre as colônias.

Referências

DROOGERES, André. Religião, identidade e segurança, entre imigrantes Luteranos da Pomerânia no Espirito Santo (1880-2005). *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro. V, 28. n, 1. P.13-41. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br /pdf/rs/v28n1/a02v28n1.pdf(acessado em 03. Maio. 2015)

OSVALD, Tamara. *Comunidades Luteranas Livres e Independentes e São Lourenço do Sul (1886-1945)*. Tese de Mestrado em História. UFPeL.Pelotas, 2014. Disponivel em: http://ich.ufpel.edu.br/ppgh/dissertacoes.html

THUM, Carmo. *Educação historia e memória: Silêncio e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes***.** Tese de Doutorado em Educação. UNISINOS, São Leopoldo, 2009. Disponível em: http://biblioteca.asav.org.br /vinculos/tede/CarmoThumEducacao.pdf (acessado em 03 maio. 2015).

WILLE, Leopoldo. *Pomeranos no Sul do Rio Grande do Sul:* Trajetória, mitos, cultura. Canoas: Editora da Ulbra, 2011.

10

Os imigrantes italianos na "Princesa do Sul": aspectos da presença italiana em Pelotas (1815-1925)

Paulo César Possamai[1]

1. Alguns dados estatísticos sobre os italianos em Pelotas

Em 1812 o povoado que daria origem à cidade de Pelotas foi elevado à condição de freguesia, sob a invocação de São Francisco de Paula. Dois anos depois, a população da freguesia somava 2.419 almas (ANJOS, 2000, p. 29). Os primeiros registros eclesiásticos elencam o casamento de dois italianos com brasileiras: Antônio Luís Espineli, napolitano, casou com Maria Bernardes de Quadros, da freguesia de São Luiz de Mostardas, em 11 de dezembro de 1815. O italiano Pedro Brizolara casou com Ana Francisca da Silveira, da freguesia de São Pedro do Rio Grande, em 28 de novembro de 1816 (JACCOTTET; BETEMPS, 2006, pp. 141; 161). O casal João Bloque, italiano, e Rafaela Maria Lourença da Conceição, de Porto Alegre, batizou seu filho João em 05 de fevereiro de 1821 (JACCOTTET; BETEMPS, 2006, p. 68).

A presença precoce dos italianos em Pelotas relaciona-se à crescente pujança econômica do povoado e a sua localização, próxima da fronteira com o Uruguai, onde os peninsulares tiveram

[1] Doutor em História Social pela USP; Professor da UFPEL

papel importante no processo de independência. De fato, as primeiras sociedades italianas surgiram na região da fronteira, a primeira delas em Bagé, em 1871, o que indica que muitos italianos se radicaram no Brasil depois de passarem pela Argentina ou o Uruguai. Provavelmente muitos peninsulares acompanharam o grande número de uruguaios que se estabeleceu em Pelotas no período que registrou os maiores confrontos entre blancos e colorados no Uruguai, na primeira metade do século XIX (CONSTANTINO, 1991, pp. 33-37).

Segundo o levantamento de Alberto Coelho da Cunha, em 1899, o município de Pelotas contava com 43.091 habitantes, destes, 1.129 eram imigrantes italianos, o que correspondia a 2,62% da população, índice que só ficava abaixo dos portugueses, com 5,07% e dos alemães, com 3,75 %.[2] Entretanto os italianos eram o segundo grupo em número de imigrantes dos que habitavam o núcleo urbano, totalizando 654 indivíduos, ao lado de 482 uruguaios, 457 espanhóis e 291 alemães (ANJOS, 2000, p. 83).

Em 1911, a população do município totalizava 62.701 habitantes, dos quais 1.182 eram italianos. Destes, a maior parte se concentrava no núcleo urbano, com 535 pessoas, somando mais 95 que habitavam os subúrbios, com o restante se dividindo entre os seis distritos do município. Nesse ano os italianos continuavam como o terceiro contingente em número de estrangeiros em Pelotas, calculado em 1,92% da população total. O grupo mais numeroso continuava a ser representado pelos portugueses, com 3,13%, mas o segundo posto agora era composto pelos uruguaios, que somavam 2,15% da população do município. Desta vez, porém, os italianos deixaram de ser o segundo grupo de estrangeiros no núcleo urbano, uma vez que o número de uruguaios que habitava a cidade e os subúrbios era de 804 pessoas.[3] Convém ressaltar que o

[2] CUNHA, Alberto Coelho da. "Estatística demográfica de Pelotas". *Biblioteca Pública Pelotense*. Arquivo Histórico, ACC-004.

[3] Idem.

número de italianos era ainda maior do que o que consta nesse levantamento, pois as estatísticas da prefeitura só registram os que nasceram na península, sendo que, conforme a legislação italiana de então os filhos dos italianos e seus descendentes por via paterna também eram considerados súditos do Reino da Itália.

2. O trabalho dos italianos em Pelotas

Os italianos se somavam aos trabalhadores brasileiros e aos imigrantes de outras nacionalidades em várias atividades. Em setembro de 1883, num desastre ferroviário, faleceram dois italianos e três compatriotas ficaram gravemente feridos. Todos eram trabalhadores da linha férrea (ANJOS, 2000, p. 116). Autoridades municipais e consulares buscavam inserir os imigrantes no mercado de trabalho de Pelotas. Em 11 de outubro de 1890 o Correio Mercantil noticiou que o vice-cônsul da Itália, por intermédio do subdelegado de polícia do primeiro distrito, conseguiu empregar "sete colonos (sic) italianos, sendo um cozinheiro, um carpinteiro, dois padeiros e três trabalhadores que aqui se acham sem emprego" (apud ANJOS, 2000, p. 77).

Entre os estabelecimentos fabris pertencentes a estrangeiros no último quartel do século XIX, se destacavam os italianos Domenico Stanisci, dono de uma fábrica de mosaicos, Francisco Cicchi, Alberto Cortez, João Thomaz Mignoni e Guilherme Marcucci. Em 1881 foi inaugurada a *Manufatura de Fumos Gentilini*, pertencente a Vicente Gentilini (ANJOS, 2000, pp. 92-95).

Mas os italianos se destacaram mais nas profissões liberais. Ainda no último quartel do século XIX, havia em Pelotas seis alfaiates, um barbeiro, um carpinteiro, cinco ferreiros, um funileiro, cinco sapateiros e um tintureiro (ANJOS, 2000, pp. 104-105). Por sua vez, o doutor Hugo Salvadory Baschieri, anunciava-se como "especialista em moléstias nervosas, demência e histerismo", em 1900 (ANJOS, 2000, p. 107).

O álbum do cinqüentenário relacionava, em 1925: Gaetano Sollazzo, da província de Cosenza, proprietário de uma loja de roupas; Alessandro Bertoni de Novara, dono de um estabelecimento que comercializava couro, lã e chifres; Rafaele Mazza, de Nápoles, dono do *Bazar da Moda*; Pierino Mariani, de Monza; J. M. Manfrin, de Rovigo, dono de uma fábrica de vidros; Achile Bertoli, de Massa Carrara, com uma manufatura de chapéus para senhoras; Nicola Caringi, de Avellino, dono de uma fábrica de chapéus; Luigi Loréa, de Novara e Luigi Povoleri, de Vicenza, proprietários de um estabelecimento dedicado ao comércio de importação e exportação. Era notória a presença dos italianos no comércio e manufatura de artigos ligados ao vestuário. O álbum ainda menciona três alfaiates: Nicola Caputo, natural da província de Potenza; Rocco Filippo, de Conseza e Miguel Mozzillo, de Salerno (CINQUANTENARIO, 1925, v. 2, pp. 295-306).

Outro ramo nos quais os italianos se destacaram foi o hoteleiro. Em 1843, Santiago Prati e Gaetano Gotuzzo fundaram o Hotel Aliança, na atual rua XV de Novembro. Este hotel se tornou um marco na vida social da cidade, não somente por abrigar manifestações da colônia italiana, mas também por receber em seus jardins a elite pelotense que se reunia na "estação calmosa' a 'saborear gasosas' e doces variados" (ANJOS, 2000, p. 117). Outros hotéis menos famosos eram propriedade de italianos residentes em Pelotas: Garibaldi, Piemonte, do Comércio, Brasil, do Globo, Itália e provavelmente também o Hotel Federativo, onde em 1892 ofereceu-se um banquete à comunidade italiana para festejar o quarto centenário do descobrimento da América (ANJOS, 2000, p. 118).

No campo das artes, como pintor, destacou-se o italiano Frederico Trebbi (MAGALHÃES, 1993, p. 204). O pintor italiano, Bernardo Grasselli, residiu durante algum tempo em Pelotas, onde fez um "bem acabado pano de boca" para o Teatro Sete de Abril em 1861 (MAGALHÃES, 1993, p. 214). Giovanni Falconi, cenógrafo, decorador e paisagista a óleo e aquarela decorou o Hotel Brasil em

Pelotas e o palacete de Campos Moares em Rio Grande, antes de estabelecer-se em Porto Alegre em 1892 (ANJOS, 2000, p. 150). Aldo Locatelli decorou o interior da matriz. Também se destacaram os arquitetos José Izella, Guilherme Marcucci e Caetano Casaretto (MAGALHÃES, 1993, p. 218). Os dois primeiros foram responsáveis pelos prédios da Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa e os prédios neo-renascentistas da atual praça Coronel Pedro Osório (ANJOS, 2000, pp. 105-106).

Os italianos também se destacaram na música. Nos fins do século XIX, "o violinista Roberto Stella lecionava em casas particulares, Rufino Bidaola era professor de piano e canto e Edoardo Finardi ensinava piano em escolas ou casas particulares. Em 1894, Salvatore Riso era maestro do Club Beethoven. [...] E, em 1895, Eduardo Cavalcanti ministrava aulas de violino e bandolim". Luigi Garbini foi o mais ativo dos italianos envolvidos em atividades musicais. "Em companhia de sua esposa, D. Elvira Garbini, não mais deixou Pelotas, transformando-se em incansável patrocinador da arte musical entre italianos e a comunidade pelotense em geral" (ANJOS, 2000, pp. 142-143).

3. A sociabilidade e a questão identitária

O 20 de setembro era a principal data que congregava os italianos. Ela marcava o dia da ocupação de Roma pelas tropas italianas em 1870 e marcou o fim do processo da unificação política da península. Como a data da conquista de Roma coincide com o dia em que se comemora a Revolução Farroupilha, sob a influência do castilhismo o 20 de setembro tornou-se uma festa de integração entre italianos e sul-rio-grandenses, com o culto conjunto dos heróis de ambos os povos pelos membros das sociedades italianas. Porém, se a coincidência da data favorecia a integração entre os imigrantes e seus descendentes com os sul-rio-grandenses, a atuação da Igreja, através do clero ultramontano, sempre se fez no sentido de impedir as comemorações que lembravam o fim do

poder temporal do papa. (POSSAMAI, 2005, p. 167). Esta atitude da Igreja Católica é claramente perceptível na maior parte das colônias italianas do Rio Grande do Sul, e aponta outro caminho para a pesquisa em Pelotas, onde não encontramos estudos a respeito.

A história de Pelotas apresenta algumas facetas muito interessantes. Foi a primeira cidade a erigir um monumento aos ideais republicanos ainda durante a monarquia: um obelisco consagrado à memória de Domingos José de Almeida, votado pelos republicanos em 20 de setembro de 1884 e inaugurado em 7 de abril do ano seguinte. Exatamente um ano antes, em 20 de setembro de 1883, foi registrado o oferecimento à Câmara municipal de Pelotas de um quadro a óleo, em tamanho natural, de Garibaldi, pintado por Frederico Trebbi. Ora, Garibaldi era um herói da unificação da Itália, mas a data escolhida para a sua doação marcava tanto a Unificação Italiana como a comemoração da Revolução Farroupilha, o que podia ser visto como uma provocação ao regime monárquico. Entretanto, o quadro foi aceito e colocado no salão principal da escola Elyseu Maciel (OSÓRIO, 1962, pp. 64-65).

Em Pelotas também ocorriam festividades promovidas pela comunidade italiana para comemorar o 20 de setembro. Em 1892 o *Correio Mercantil* anunciou a programação: na noite anterior à data, baile nos salões das sociedades reunidas; ao romper do dia 20, salva de 21 tiros à bandeira italiana em frente ao edifício das sociedades reunidas, seguida de saudação pela *Banda Bellini* ao vice-cônsul da Itália; às onze e meia da manhã recebimento e batismo do estandarte da banda, cujos membros se apresentaram envergando o uniforme dos oficiais militares italianos; às 18 horas sessão solene seguida de marca pelas principais ruas da cidade com a banda à frente; as festas se concluíram com um banquete servido às 21 horas no Hotel Aliança (ANJOS, 2000, p. 125). Os hotéis cujos proprietários eram italianos serviam como ponto de encontro da comunidade.

> "Nesses hotéis, alguns conterrâneos recém chegados da Itália ou de outras províncias e ainda não ocupados, encontravam abrigo seguro enquanto aguardavam oportunidades. Nesses hotéis o '20 de setembro', data máxima da nação italiana, tinha comemoração certa. Eram banquetes e reuniões, planejamentos e discussões que uniam a comunidade italiana e auxiliavam na formação de uma identidade cultural." (ANJOS, 2000, p. 119).

Na rua XV de Novembro, por iniciativa da colônia italiana de Pelotas foi inaugurado na década de 1880 o Teatro Dante Alighieri, o qual, embora de dimensões reduzidas foi palco de grupos amadores, geralmente compostos por imigrantes que apresentavam peças teatrais, algumas das quais em dialeto milanês. O jornal *A Pena* descreve o "acanhamento da platéia, que muito pouca gente comporta" e dá uma breve descrição do pano de boca: "a Itália estende a mão a um pequeno anjo que traz desfraldada a bandeira brasileira". Porém, o retrato de Dante não agradou ao jornalista, que escreveu que ele tinha "uns ares de *china velha*" (MAGALHÃES, 1993, p. 172).

Como na maioria das cidades onde havia uma considerável comunidade italiana, Pelotas também contou com sociedades italianas, que se constituíam em importantes centros de sociabilidade, onde a identidade étnica se manifestava através da língua, culinária e festas. Segundo Ospital e Constantino, que analisaram o papel das sociedades italianas de Porto Alegre e La Plata na construção da identidade coletiva entre os imigrantes, todo o aparato simbólico utilizado nas sociedades era de grande importância para passar uma imagem de união do grupo: "Edifícios e bandeiras foram objetos de forte presença física e de poderoso significado. Demonstraram a importância de instituições de italianos nas cidades, ao mesmo tempo em que auxiliaram na ocultação das possíveis fissuras ou enfrentamentos no interior da coletividade." (OSPITAL e CONSTANTINO, 1999).

De fato, as fissuras dentro da comunidade italiana de Pelotas, como nas demais comunidades espalhadas pelo mundo, existiam e geravam constantes atritos. Em primeiro de outubro de 1873 foi fundada a primeira sociedade italiana pelotense, a *Unione e Philantropia*, nas dependências do Hotel Aliança. Porém, não tardou em surgir uma dissidência. A sociedade, fundada sob a liderança de Gaetano Gotuzzo e Santiago Prati, expulsou os sócios fundadores Vicente Gentilini, Paschoal Falche (vice-presidente) e Jeronymo Canevaro (tesoureiro e agente consular) em 12 de setembro de 1875. Discussões entre os dois grupos foram publicadas nos jornais da época, resultando na formação de outra sociedade, porém com o mesmo nome, que se registrou em 4 de maio de 1877, a *Unione e Philantropia* (dissidente). No ano seguinte temos a última referência à permanência da primeira sociedade (ANJOS, 2000, pp. 130-133).

Em 3 de junho de 1883 foi inaugurada a *Sociedade de Beneficência e Instrução Circolo Italiano Garibaldi,* que, em 18 de outubro de 1885 uniu-se com a *Unione e Philantropia,* formando a *Sociedades Italianas Reunidas Unione e Philantropia e Circolo Garibaldi* que, até o final do século XIX foi o principal centro de encontro da comunidade italiana em Pelotas. Em 19 de outubro de 1891 surgiu a *Sociedade 20 de Setembro*, que se tornou o braço festivo da *Sociedade Reunida*, responsabilizando-se pela organização dos festejos do 20 de setembro em Pelotas. De seus membros surgiu a *Banda Bellini,* composta por músicos amadores da comunidade italiana. Em 1892 surgiu a *Sociedade de Socorros Mútuos Cristoforo Colombo,* que sete anos mais tarde uniu-se às *Sociedades Italianas Reunidas,* formando a *Sociedade Unione e Benevolenza.* Entretanto, a união teve vida curta, pois só durou oito meses. Talvez a fusão das duas sociedades tenha sido feita para agradar o ministro Conde de Antonelli durante sua visita a Pelotas (ANJOS, 2000, pp. 133-135).

As *Sociedades Italianas Reunidas* se desorganizaram no início do século XIX, devido a um grave problema de desarmonia

no seio da colônia. Em setembro de 1902, houve uma tentativa de reorganização. Uma comissão dirigiu-se ao cônsul italiano neste sentido e fez um apelo à comunidade para que qualquer ressentimento particular fosse sufocado pelo interesse do amor a pátria (*Diário Popular*, 04/09/1902). No dia 25 o presidente fez um veemente apelo ao fim do ódio que dividia a colônia italiana na cidade, pedindo que todos seus membros ingressassem na sociedade. Para festejar o 12 de outubro, dia da chegada de Colombo à América, a associação organizou festejos com salvas reais de manhã, ao meio dia e à tarde. Às 14 horas haveria uma sessão solene, um passeio com saudação que contaria com a presença de autoridades e imprensa e finalizaria com um banquete à noite para cem talheres no Hotel Federativo (*Diário Popular* 07/10/1902).[4]

Além da manutenção dos vínculos com a Itália, através das celebrações das datas nacionais do reino unificado, as sociedades italianas contribuíram para estimular e manter o sentimento de italianidade entre os colonos através das escolas italianas. Embora delas muitas surgissem espontaneamente nos primeiros tempos da colonização, representando o desejo das comunidades de garantir o ensino às crianças, a maior parte delas logo passou para o controle das associações italianas assim que estas se organizaram de maneira eficiente (POSSAMAI, 2005, p. 97).

> "Em 1877 foi inaugurada a 'Escola Pública Italiana', iniciada pelo ilustrado Sr. Mazzolini e pelos cidadãos italianos Sr. Vicente Gentilini, Paschoal Falche e Jeronymo Canevaro. Em 1884, nas dependências do 'Círculo Italiano Garibaldi', passou a funcionar uma escola noturna de primeiras letras para os associados e seus filhos, sob a direção de Carlos Cantaluppi, e, em 1887, tem início a 'escola gratuita para filhos de italianos', localizada na sede da 'Sociedade Unione e Philantropia e Circolo Garibaldi Reunidas'.

[4] Gostaria de agradecer à professora Beatriz Ana Loner da UFPel, pela gentileza em ceder-me as anotações que diligentemente fez das suas leituras dos jornais aqui citados. Também agradeço pela revisão do texto e pelas sugestões de alterações no mesmo.

> Em 2 de outubro do referido ano, no mesmo local, é estabelecido o 'Curso Noturno', sob a direção do Prof. Antonio Lorenzini, visando favorecer aqueles que, mesmo tendo os dias preenchidos pelas mais variadas atividades, ainda buscavam a instrução" (ANJOS, 2000, p. 129).

Em 1893, o agente consular Frederico Trebbi, informava que abriria uma escola italiana sob a responsabilidade do professor Giuseppe Marchiaro. Ela era subsidiada pelo Consulado, cobrando uma taxa de 1000 a 2000 réis mensais. Porém, os comprovadamente pobres tinham o direito a freqüentá-la com isenção da taxa (*Correio Mercantil* 09/05/1893). Existia também a *Sociedade infantil 20 de Setembro,* formada por alunos da escola italiana, os quais participaram dos festejos do 20 de setembro de 1895 (*Correio Mercantil*, 09/09/1895).

As notícias vinculadas na imprensa local indicam que as escolas não duravam muito, pois em 7 de abril de 1907 reabriu o colégio misto, patrocinado pelas Sociedades Italianas Reunidas, sob a direção da professora Camilla Roncoroni, funcionando com número regular de alunos. A professora lecionava em italiano, português e grego (*Opinião Pública*, 09/04/1907). Contudo, somente trinta anos depois foi inaugurado oficialmente o colégio misto ítalo-brasileiro, com a presença de autoridades, imprensa e instituições de ensino (*Opinião Pública*, 21/04/1937)

Entre os jornais elencados por Fernando Luís Osorio em Pelotas, constam alguns sob a redação de italianos ou seus descendentes: *A ideia* (1878-1879), cujo redator era Frederico Sattamini e *O rebate* sob a redação de Frediano Trebbi (1914). Ele também destaca o jornal *Il venti settembro* (1883), de Carlo Cantaluppi e a revista *Ítalo-Brasileira* de V. Caneppa (OSÓRIO, 1962, pp.183-184). Marcos Hallal dos Anjos indica a existência de outro jornal italiano, O *Eco da Colonia Italiana* (1886), citado pelo jornal *Correio Mercantil*, mas afirma que: "desses jornais não se localizou nenhum exemplar" (ANJOS, 2000, p. 156).

4. Pelotas descrita pelas autoridades italianas

Enrico Acton exerceu o cargo de vice-cônsul da Itália em Pelotas, de 15 de janeiro a primeiro de fevereiro de 1891, quando passou para o cargo de cônsul, em Porto Alegre, até primeiro de novembro do mesmo ano. Ao contrário dos visitantes que, freqüentemente faziam uma bela descrição da cidade, segundo Acton:

> "esteticamente a cidade é feia: construções pobres, alinhadas em fila, ladeando estradas longas, largas, desertas, mal calçadas, de aspecto monótono. Poucos edifícios públicos e nenhum de valor artístico, raros jardins, que mais que variedade realçam a tristeza do conjunto. Situada em uma imensa planície árida, cercada de areia, lagoas, águas estagnadas, a cidade como sujeito e os arredores como paisagem, oferecem um quadro dos menos pitorescos que se possa imaginar" (apud IOTTI, 2010, p. 119).

Já Vittorio Buccelli, no seu livro *Un viaggio a Rio Grande del Sud,* publicado em Milão em 1906, descreve Pelotas "como uma das cidades mais belas do Estado do Rio Grande do Sul; é segunda depois de Porto Alegre, está construída sobre um plano elevado e conta cerca 35.000 habitantes" (BUCCELLI, 1906, p. 371). Diz que, "logo que se desembarca do trem muitas carroças puxadas por dois cavalos se apresentam na praça da estação guiadas por uma corporação de cocheiros internacionais que revelam sua origem ao primeiro convite que nos fazem" (BUCCELLI, 1906, p. 371). Buccelli escreveu que o cocheiro que os conduziu reconheceu-os como sendo italianos. A comitiva dirigiu-se então para o hotel que havia sido recomendado, o Hotel Aliança, que como vimos era um ponto de referência para a comunidade italiana em Pelotas, onde ele e seus acompanhantes receberam muitas cortesias dos proprietários, que puseram à disposição dos viajantes pessoas para acompanhá-los, veículos, etc.

Para Buccelli, "O aspecto da cidade com suas estradas retas e simetricamente cruzadas nos fez a melhor impressão; se as casas fossem de cinco a seis andares nos pareceria ver um bairro de Turim" (BUCCELLI, 1906, p. 371). O viajante também apreciou as construções que viu: "As ruas em certos pontos se apresentam com grupos de construções elegantes e as praças são alegradas de magníficos jardins: a mais bela de todas nos pareceu aquela que leva por nome a data da proclamação da república – 15 de Novembro" (BUCCELLI, 1906, pp. 371-372).

Os visitantes pararam na esquina onde passava a maior parte dos bondes da cidade e comentaram e elegância no vestir das damas que passavam. Visitaram a igreja matriz, o Clube do Comércio, o Clube Caixeiral, a intendência, a biblioteca, o hospital da Santa Casa de Misericórdia, o mercado, o posto de telégrafo, o asilo, o moinho pelotense, o liceu e os palacetes dos notáveis. Comentou então que:

> "Se nota em todas essas construções não um luxo excessivo ou grotesco, do qual se abusou em certos momentos de prosperidade inesperada em muitas cidades da América do Sul, mas uma decente sobriedade de cores, de ornatos e uma certa harmonia de linhas sem grandes audácias estéticas e estáticas e sem ostentação de uma riqueza que não existe" (BUCCELLI, 1906, p. 372).

Segundo o vice-cônsul Enrico Acton, a colônia italiana de Pelotas contava com mais de mil pessoas em fins do século XIX. Lembrava ainda que os italianos daqui não haviam chegado ao Brasil através de subvenções do governo imperial para trabalhar na agricultura, ressaltando que "a colônia citadina [...] compõe-se de indivíduos e famílias que chegaram na América em épocas diversas, em diferentes circunstâncias e que, depois de vários acontecimentos, ou nas repúblicas vizinhas ou no próprio império, fixaram-se em Pelotas" (apud IOTTI, 2010, p. 120).

Ainda segundo o vice-cônsul, a colônia italiana de Pelotas

> "[...] é laboriosa e tranquila, pelas necessidades da vida vai-se confundindo com o elemento indígena e aprende com facilidade a língua portuguesa; mas conserva nobríssimos sentimentos patrióticos, não esquecendo as ocasiões de comemorar a glória do nosso *risorgimento* e recordando o encanto da terra mãe com a esperança de poder retornar" (apud IOTTI, 2010, p. 120).

Acrescenta ainda que "salvo raríssimas exceções, aqui ninguém pode enriquecer, ainda que, frequentemente, ocorram casos de pessoas que, tendo feito uma poupança, possam retornar à pátria com uma certa comodidade assegurada" (apud IOTTI, 2010, p. 120).

Na opinião de Bucelli,

> "Os italianos têm em Pelotas uma posição que não é inferior àquela das outras nacionalidades. Conquistaram com o trabalho e a atividade constante a consideração pública e é uma prova a adesão de todos os cidadãos aos funerais de Humberto I, em 1900, feita pela colônia. Têm uma sociedade de beneficência florescente, que tem mesmo um edifício próprio, e em todas as circunstâncias buscam fazer honra ao nome e ao crédito da pátria distante" (BUCCELLI, 1906, p. 378).

Sobre a questão da identidade étnica em Pelotas, o álbum do cinquentenário afirma que: "As várias raças que concorreram para a formação da população do município, especialmente a italiana e a germânica, estão agora totalmente assimiladas e fundidas com a brasileira, formando uma nova raça e fazendo de Pelotas o tipo de cidade a mais brasileira de todo o Brasil" (CINQUANTENARIO, 1925, v. 2, p. 288).

Considerações finais

Como vimos pelos dados analisados, a imigração italiana se destacou em número e em atividade dentre as principais comunidades étnicas que formaram a sociedade pelotense.

Na zona rural do município instalaram-se colonos, em sua maioria provenientes do Vêneto, que se dedicaram à agricultura destinada ao mercado consumidor da cidade e posteriormente à industrialização de doces em conserva. No núcleo urbano constatamos a predominância dos italianos no comércio e manufatura de vestuário e na rede hoteleira, além de variadas ocupações como operários, artistas e profissionais liberais. Aqui verificamos a presença de imigrantes provenientes das mais variadas regiões da Itália, mas com a predominância de meridionais.

A sociabilidade dos imigrantes italianos estava frequentemente ligada à identidade étnica, que servia como elemento catalizador, mas que não era suficientemente forte para congregar toda a comunidade italiana, que se fez representar por diferentes sociedades, surgidas das cisões do grupo. Entretanto, apesar dos constantes atritos que dividiam a colônia italiana, constatamos o apego aos símbolos da identidade étnica, mesmo porque eles asseguravam a sociabilidade do grupo, que se manifestava nas festas em homenagem às datas nacionais da Itália e no apego a sua cultura através da língua, da música e das artes plásticas.

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 2000.

BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande Del Sud.* Milano: L. F. Pallestrini, 1906.

Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. 2ª ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000, 2 volumes.

CONSTANTINO Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense.* Porto Alegre: EST, 1991.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul [1875-1914]*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

JACCOTTET, Alda Maria de Moraes; BETEMPS, Leandro Ramos (org.). *Povoadores de Pelotas: Freguesia de São Francisco de Paulo (1812-1825)*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 2006.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPel; Livraria Mundial, 1993.

OSÓRIO, Fernando Luís. *A Cidade de Pelotas*. 2ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1962.

OSPITAL María Silvia; CONSTANTINO Núncia Santoro de. "Construção da identidade e associações italiana: La Plata e Porto Alegre (1888-1920)". *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, p. 131-145, dez. 1999.

POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

11

A educação patrimonial em favor da memória da imigração em Pelotas

Ticiane Pinto Garcia Barbosa[1]

Histórico do Museu

Inaugurado em 04 de Junho de 2006, pelo LEPAARQ, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel é fruto de um sonho da comunidade da Vila Maciel (8º Distrito) que, temendo a perda de suas raízes oriundas da colonização italiana no RS, ansiava pela reconstrução desta cultura e pela sua transmissão às novas gerações.

Hoje o Museu é mantido pelo Instituto de Memória e Patrimônio com o apoio da Universidade Federal de Pelotas através do LEPAARQ/UFPEL, sendo o laboratório responsável pelas pesquisas científicas desenvolvidas desde o ano 2000 referentes à memória social da comunidade ítalo-descendente e seu patrimônio cultural substantivado nos seus acervos oral, visual e material. E a Prefeitura Municipal de Pelotas, através das Secretarias de educação e cultura.

O museu visa a pesquisar, difundir e preservar a história da comunidade italiana em Pelotas. Além de estar diariamente aberto à visitação, o Museu promove, exposições e realiza outras atividades educacionais. Este está integrado a um conceito amplo de territorialidade, incluindo edificações e marcos naturais

[1] Mestre em História pela UFPEL

representativos da memória coletiva; integrando as tradições da agricultura familiar de origem colonial com o meio ambiente e com o desenvolvimento do turismo rural. Tem como foco central a etnia italiana à qual se vincula por identidade à maior parte da comunidade local e ampliando-se para o perfil multi-étnico da história da região e contribuindo para a diversidade cultural.[2]

Isso só é possível através da preservação, no caso, significa a guarda, conservação, divulgação e musealização de suportes de memória imagéticos, orais e materiais, bem como a promoção de pesquisa acadêmica associada a estes acervos.

Desde as últimas décadas do século XX, a educação patrimonial cresceu como uma importante dimensão da formação dos cidadãos na democracia moderna, uma vez que estimula o fortalecimento da consciência do caráter público do patrimônio e a identificação e manutenção dos laços de memória com significantes coletivos portadores das memórias sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Por meio da educação patrimonial, busca-se sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória; mais que isso, busca-se gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais.

Hoje a educação patrimonial é formalizada como política pública em escala nacional, na medida em que o IPHAN recomenda o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), elaborado pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, diretora do Museu Imperial. Neste guia, a educação patrimonial é definida como:

> Um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia", caracterizado por ser um "processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultura (HORTA, 1999).

[2] Fonte: Projeto de Implantação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, 2003.

As ações educativas propostas desde 2009 tem proporcionado a região a elevação da auto-estima do descendente de imigrante quanto ao núcleo colonial e a produção de renda através do turismo rural. Além disso, estas ações fazem com que crianças e adolescentes vejam de que maneira deu-se a formação étnica de sua região. Três diferentes projetos de educação patrimonial foram aplicados pela equipe do Museu, dois com escolas citadinas e um com as escolas da própria colônia.

Objetivos

- O (re) conhecimento do patrimônio por parte de sua população e a conseqüente valorização do mesmo.
- A formação de agentes multiplicadores de ações de proteção, promoção e interpretação do patrimônio
- Produção de conhecimento científico multidisciplinar referente à Memória e ao Patrimônio desta região, nas suas variadas formas.
- A promoção do conhecimento, integrando as ações do programa de educação patrimonial aos outros programas sócio-educativos desenvolvidos na região.
- A valorização da memória local.
- O fomento à auto-estima dos moradores.
- O desenvolvimento sustentável, com apoio no Turismo Cultural.
- A produção de materiais informativos e didático-pedagógicos.
- Formação de um banco cultural.

Neste sentido, em 2009 teve início a primeira iniciativa de sensibilização que promoveu a ida 20 escolas até a sede do Museu, onde foram atendidos 64 professores e 942 alunos entre o 3° e 5° ano do ensino fundamental.

Durante todo o programa os alunos eram estimulados a entender o funcionamento e objetivos de um museu.

Acontecendo em quatro etapas, uma por semana, o projeto consiste em: uma visita da equipe do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (MECOM) à escola, para conversa inicial com os professores; duas visitas da equipe do MECOM à escola, para conversa com os alunos e realização de atividades lúdico-educativas; visita dos alunos a sede do Museu, na Colônia Maciel.

A conscientização ocorreu desde a primeira etapa consiste apenas na apresentação de conceitos de memória e patrimônio. Além disso, aos alunos seria solicitado que trouxessem para o próximo encontro um objeto que fosse de suma importância para sua vida. Com este objeto no segundo encontro, as crianças deveriam montar uma exposição com os objetos por elas trazidos. Além de elas próprias realizarem a mediação, a elas foi entregue uma ficha para a catalogação do objeto.

Foto: Cristiano Gherk. Dinâmica do Objeto

No terceiro encontro era realizada a dinâmica “Cuidar ou não cuidar”, os alunos fazem um círculo na sala de aula, cada um

sentado em sua cadeira, então é entregue a um deles uma revista em quadrinhos, e é solicitado que ele arranque um pedaço, um folha desta revista e a passe adiante, devendo cada aluno fazer o mesmo. Com esta atividade é trabalhada a questão da importância da preservação do patrimônio, e o desestímulo a depredação e ao vandalismo. Em uma segunda etapa do encontro os alunos participam da dinâmica "Trabalhando em Museus", da qual é basicamente a limpeza, acondicionamento e marcação de réplicas de objetos.

No quarto encontro os alunos após todas estas etapas de conscientização para o patrimônio, vão com um olhar diferenciado para a visitação a diversos pontos da Colônia de Pelotas. No percurso por eles feito estão os seguintes pontos: Museu Gruppelli, Templo das Águas (Patrimônio Natural), Casa da Pedra João Bento (Patrimônio Arquitetônico), Adega João Casarin (Patrimônio Imaterial), Museu Etnográfico da Colônia Maciel, Salão da Igreja Sant'Anna ou salão da família Casarin para avaliação do Programa, onde as crianças serão estimuladas a desenhar o que viram e aprenderam.

Foto: Cristiano Gherk. Visita a casa de pedra de João Bento

Com a mudança da equipe, o projeto permaneceu desativado por alguns anos, sendo retomado novamente no ano de 2013, quando o mesmo, após passar por modificações metodológicas, atendeu cerca de 55 alunos 5º ano, de duas instituições. Tal projeto teve por título "Visitando a Colônia de Pelotas", que seguiu uma metodologia de três encontros.

No primeiro encontro aos alunos era apresentado conceitos de memória, identidade e patrimônio, bem como diferentes tipologias desses patrimônios dos quais eles encontrariam dentro do próprio núcleo colonial. O segundo encontro era feito na forma do passeio, ocorrendo no mesmo formato do projeto anterior.

Foto: Acervo Ticiane Pinto Garcia Barbosa. Visita ao Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

Já no terceiro encontro ocorreu a avaliação do projeto, a equipe volta a escola para que os alunos escolhessem uma parte do passeio, ou objeto do qual lhe chamou mais a atenção, logo após deveriam escrever um pequeno texto sobre os motivo daquela escolha.

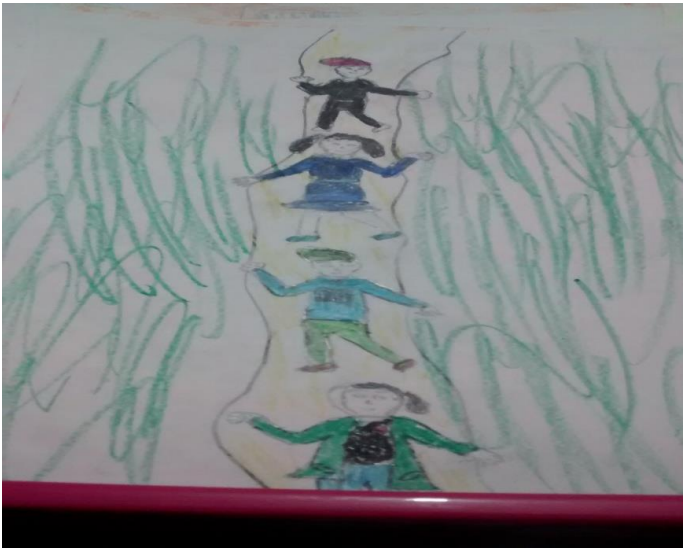


Foto: Ticiane Pinto Garcia Barbosa. Aluno retrata trilha pelo túnel ferroviário, na Colônia São Manoel.

No ano de 2014, foi perceptível a necessidade de atender a própria comunidade, com o projeto denominado *"O Museu na Colônia; a Colônia no Museu" foram* atendidos os alunos das duas escolas locais, atendendo cerca de 70 crianças e adolescentes de 5º e 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio.

A primeira etapa traduz-se na mesma dinâmica de apresentações dos outros projetos, porém ao ver que os pontos turísticos, é gerado nos alunos diversos sentimentos, principalmente a auto-estima. A partir deste momento a eles é perceptível que eles sim são detentores de patrimônio, de memória, reforçando as identidades. Em um segundo momento deste encontro é solicitado aos alunos que escolham familiares para que eles possam fazer uma espécie de entrevista. Como forma de incitar os questionamentos foi-lhes entregue uma sugestão para que servisse como base.

> "Faça uma entrevista com seus pais, tios, avós perguntando de qual etnia eles se tem por descendentes: alemã, francesa, italiana,

> africana, indígena, etc.... Além disso, estimule-os a comentar sobre sua infância na colônia tendo como referência os seguintes temas: Chegada, trabalho (tecnologia utilizada), casa (hábitos alimentares, estrutura arquitetônica, atividades domésticas), escola, lazer e religião. Esta pesquisa pode ser feita com mais de uma pessoa, mas é necessário que você a identifique com nome completo, idade e onde reside".

Os temas acima abordados são oriundos da mesma subdivisão feita na exposição do museu. Sendo assim, no segundo encontro os alunos compartilharam em sala de aula os resultados por eles obtidos. Enquanto isso, o bolsista mediador anota os pontos por eles levantados na lousa. Em um segundo momento, é demonstrado a eles que diversos pontos nas entrevistas se repetem. É neles neste momento instigado que a cultura de cada etnia mesclou-se as outras ao habitarem na localidade.

A necessidade de demonstrar que todos tem costumes em comum, parte do princípio que o Museu já não representa somente a etnia italiana que fixou-se na localidade, mas sim todos aqueles que identificam-se em comunidade e compartilham os mesmos hábitos, saberes e fazeres.

Neste momento os alunos passam para a fase da resignificação no projeto, já que em sua maioria conhecem o Museu, mas fazia-se necessário agora um "novo olhar" para os objetos ali salvaguardados.

Isso ocorre no terceiro encontro quando os alunos encontram a exposição totalmente desconfigurada, então eles recebem a tarefa de remontá-la de acordo com os relatos contidos nas entrevistas feitas no encontro anterior. Agora a eles é perceptível que as histórias ali contadas através de objetos e entrevistas tornam-se pela semelhança com os depoimentos por eles coletados ou até mesmo por descobrir que parte da exposição era pertencente a algum familiar seu.

Portanto eles reconhecem um passado em comum, portanto ali é contada a sua história. Agregando ainda a maneira

diversificada com que eles puderam tratar o acervo, já que geralmente as visitas em museus são guiadas e o visitante geralmente não possui contato físico com o objeto.

Além disso, durante a visita, os próprios alunos registram através de fotografia esses momentos em que acondicionam os objetos no lugar correto. Essas fotos serão utilizadas no quarto encontro.

Foto: Ticiane Pinto Garcia Barbosa. Alunos remontando exposição.

A avaliação do projeto ocorreu no quarto encontro, através das fotografias por eles feitas. Assim, eles a partir delas montam cartazes, contando quais as motivações da feitura daquela fotografia, porque mostrou interesse por aquele objeto. Após confeccionarem os objetos de avaliação, eles são expostos pela escola. De modo que o projeto não fica somente com as turmas que participaram, mas o conhecimento e os resultados são compartilhados com toda a comunidade.

Foto: Ticiane Pinto Garcia Barbosa: Exposição dos cartazes no saguão da escola.

Este projeto sofreu uma análise descritiva, quantitativa e qualitativa mais elaborada no trabalho de conclusão de curso da autora intitulado "*Possibilidades da Educação Patrimonial para o ensino de História: Relato de experiência no Museu Etnográfico da Colônia Maciel*". O foco deste estudo está justamente nas expressões dos onde observasse sinais não somente da resignificação perante o museu, mas de tolerância a outros indivíduos e a observância aos conceitos apropriados no primeiro encontro.

> A educação patrimonial, ao mesmo tempo em que deve estimular o conhecimento e valorização dos testemunhos culturais e identitários das comunidades locais, deve também encetar nelas o sentimento de tolerância para a diversidade cultural, a sensibilidade para admirar a cultura dos outros povos, de outras regiões e outras épocas, cujos registros culturais expressam a riqueza da cultura humana (CERQUEIRA, 2008).

Portanto podemos concluir que os projetos buscam ampliar a inserção do tema *preservação patrimonial* na prática pedagógica

dos educadores, e no cotidiano escolar das redes municipal, estadual e privada da cidade de Pelotas.

Considera-se que a Educação Patrimonial é importante para que as crianças compreendam o próprio universo sociocultural, enquanto possuidores de uma historicidade, elevando a auto-estima, exaltando saberes e fazeres, e fortalecendo a identidade cultural local.

Percebemos que após a realização destas ações educativas, uma importante parte da história do município de Pelotas, pouco trabalhada pela historiografia passou a ser novamente foco de atenção tanto por parte de historiadores, como da população em geral. Além disso, percebemos uma valorização por parte da população local das referências culturais herdadas de seus antepassados, que até bem pouco tempo estavam em processo de franco-esquecimento.

O investimento em educação voltada ao reconhecimento do patrimônio cultural de uma comunidade constrói um conjunto de significados para o estudante, que proporciona um entendimento pessoal do espaço onde vive (e mesmo do mundo), de caráter concreto e ordenador de seu pensamento e comportamento. Além de ser uma ferramenta para a construção de sua própria cidadania, ressaltando que a cidadania não deve ser apenas construída dentro dos espaços escolares, mas sim no dia-a-dia e na própria comunidade.

Desta forma, a educação patrimonial pode subsidiar novas interpretações em relação ao futuro da comunidade, em que o patrimônio acumulado ao longo de muitas gerações pode ser requalificado, e capaz de ser repassado às gerações futuras.

A Educação Patrimonial é entendida aqui, de acordo com Evelina Grunberg (2000), como um trabalho permanente de envolvimento de variados segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos marcos e manifestações culturais e, principalmente, ao fortalecimento da auto-estima das comunidades pelo reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos,

objetivando a promoção de uma mudança positiva de percepção da realidade cotidiana.

A intenção a cada nova visita é oportunizar que o descendente de imigrante venha a se aproximar de seu passado através dos objetos doados pelas próprias famílias, que têm como ascendentes comuns os fundadores do núcleo colonial. Os objetos assinalam e confirmam o compartilhamento de uma origem comum, de um passado comum, que dá sustentação à identidade de grupo estruturada nos costumes. Assim, ele, o visitante, adulto, jovem ou criança, se vê como parte de tal história, reforçando, e mesmo moldando, seus sentimentos de identidade.

Através da metodologia e das discussões feitas durante o levantamento de material para a elaboração deste trabalho é possível concluir que o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, além de ser um local que "preserva e divulga" a cultura dos imigrantes italianos na zona rural de Pelotas, também exerce um papel na comunidade de fortalecimento da identidade dos moradores e de pertencimento a uma cultura.

Vemos como um dos maiores resultados deste projeto, a constituição de um local de preservação dos costumes e da memória dos imigrantes e seus descendentes. Um "lugar de memória", na feliz expressão de Pierre Nora (1984).

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade.* São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Educação Patrimonial nas escolas: por que e como? In: *Educação Patrimonial: perspectivas multidisciplinares.* Fábio Vergara Cerqueira, et. al. Pelotas, RS: Instituto de Memória e Patrimônio e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL, Pelotas: Editora da UFPEL, 2008, 100p.

GARCIA, Ticiane Pinto. *Possibilidades da Educação Patrimonial para o ensino de História: Relato de experiência no Museu Etnográfico da Colônia Maciel.* Pelotas: Trabalho de conclusão do curso em História pela UFPEL, 2014.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades praticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN,2007

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais. In.: *Cadernos do CEOM*, Chapecó: Argos, n.12, p 159–180, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Grumberg, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História,* n°10 – p 7-28, dez, 1993.

PEIXOTO, Luciana da Silva. *Memória da imigração italiana em Pelotas / RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.* Pelotas: Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas, 2003.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e proteção jurídica.* 2 ed., Porto Alegre: Unidade Editorial,1999.

História de Pelotas

12

Carteira profissional solicitada na cidade de Pelotas entre 1933-1943

Anelise Domingues da Silva[1]

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar e comparar o perfil das trabalhadoras na cidade de Pelotas que solicitaram a carteira profissional no período de 1933 a 1943. Período que compreende o governo do presidente Getúlio Vargas, o qual instituiu a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. A análise deste trabalho se dá a partir das fichas espelho ou fichas de qualificação profissional que se encontram no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), o qual está salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH-UFPel. Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa "Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho". O acervo da DRT-RS é composto das fichas espelho as quais contém dados específicos dos solicitantes do documento, como, por exemplo, dados de identificação (nome, local de nascimento, impressão digital, foto), dados referentes a função ou atividades exercidas, dados referentes a beneficiários, dados com informações especiais a estrangeiros, dados antropométricos (altura, cor, cabelo, olhos, estado civil,

[1] Universidade Federal de Pelotas

escolaridade). Neste acervo há o Banco de Dados com as fichas de qualificação do qual utilizo para a análise e comparação dos dados. E o resultado desta análise e comparação é o perfil das mulheres que solicitaram suas carteiras de trabalho na cidade de Pelotas. Perfil este que compreende sua cor, idade, números de filhos, quando possui, se é estrangeira. Através destas informações, que retiro do banco de dados, traço o perfil das trabalhadoras pelotenses. Observar, analisar e comparar estas informações, faz parte da compreensão deste trabalho.

O que é o acervo da Delegacia Regional do Trabalho?

O acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul – DRT/RS, é composto, aproximadamente, por 600.000 (seiscentos mil) (LOPES, 2012, p. 1559) fichas de qualificação profissional ou fichas espelho, de 1933 a 1968. Estas fichas são agrupadas em livros, em média cada livro possui 50 (cinquenta) delas, e estes livros são guardados em caixas, em média, cada caixa possui 12 (doze) livros. Nestas fichas contém dados específicos dos solicitantes da carteira profissional, como por exemplo, dados de identificação (nome, local de nascimento, impressão digital, foto), dados referentes a função ou atividades exercidas, dados referentes a beneficiários, dados com informações especiais a estrangeiros, dados antropométricos (altura, cor, cabelo, olhos, estado civil, escolaridade). Em 2007, em um dos projetos da professora Beatriz Ana Loner, através do concurso "Memória do Trabalho", criou o Banco de Dados. Para a preservação do acervo. Até o momento foram digitadas, aproximadamente, 45.000 (quarenta e cinco mil) fichas de qualificação profissional (SCHMIDT, 2013, p.03), até o ano de 1944. Há dois modelos para distinguir as fichas espelho. Até 1943, utilizava-se o Modelo antigo, após esta data passou-se a usar o Modelo novo, com formato menor. Neste acervo, a princípio, há dois projetos em andamento. O projeto de pesquisa que intitula-se "Traçando o perfil do trabalhador Gaúcho" e o de extensão "Acervo

da Delegacia Regional do Trabalho – Limpeza e reorganização". O acervo pertence ao Núcleo de Documentação Histórica – NDH – da Universidade Federal de Pelotas, desde 2001, quando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cedeu à atual instituição. As antigas inspetorias regionais que o Ministério do Trabalho estabelecia nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, para a confecção da carteira profissional, era o local onde se confeccionava a carteira profissional. E em 1940 estas inspetorias foram transformadas, no que hoje chamamos, de Delegacia Regional do Trabalho. Nos anos de 1936-38, não houve solicitação da confecção da carteira de trabalho na cidade de Pelotas porque neste período as inspetorias não visitaram a cidade. Quem neste período solicitou a carteira, precisou deslocar-se à capital do estado, Porto Alegre. Porém, em 1943, com a reestruturação e ampliação da delegacia ao interior e um maior número de solicitantes para a confecção da carteira de trabalho, os números das fichas de qualificação profissional aumentaram.

Carteira de Trabalho

A Carteira de Trabalho, documento fundamental para trabalhadores gozarem férias, surge em outubro de 1932, governo provisório de Getúlio Vargas. No entanto esta conquista se deu em meio a muitas lutas, conflitos e reivindicações, daí surge a criação do movimento operário. E foi a partir destas reivindicações que surgiram as "primeiras leis de regulamentação do trabalho".

Segundo Marshall (1967), na Inglaterra, é possível distinguir cidadania em três tópicos. O primeiro deles se refere a direitos civis, o segundo, a direitos políticos e o último, a direitos sociais. Diferentemente do Brasil, pois aqui não houve esta distinção "por razões históricas, os direitos sociais ganharam uma posição de destaque, sendo utilizados como estratégia política, em detrimento dos direitos civis e políticos, cada vez mais frágeis e desrespeitados" (SCHNEIDER, 2013, p. 11).

No governo provisório de Vargas foi criado a Indústria e Comércio; o Ministério do Trabalho; e a Legislação Trabalhista. Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, refere-se a "medidas de amparo aos trabalhadores". A qual ainda hoje é usada no país, regendo a relação entre empregador e empregado. A Carteira Profissional, documento necessário ao empregado para usufruir de benefícios trabalhistas, foi criada pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Também considerada como documento de identificação, a princípio era opcional, após "[...] às leis de sindicalização, o documento virou obrigatório" (SCHNEIDER, 2013, p.14). Sua função era de preservar os direitos do trabalhador e mostrar as atividades profissionais exercidas por ele.

> A carteira profissional (Decretos nº 21 175 e nº 22 035, ambos de 1932) surge [...] como um documento necessário para a associação em um sindicato, para o gozo das férias, é também um documento necessário para a apresentação de queixas às Juntas de Conciliação e Julgamento, as quais passaram a funcionar praticamente como órgãos da futura Justiça do Trabalho, para a obtenção de empréstimos pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), etc (SCHMIDT, 2013, p. 02).

O governo Vargas, com a criação das leis que regulamentavam o trabalho, como a lei, em 1919, que foi criada para a preservação de trabalhadores que sofressem algum tipo de acidente no trabalho, e em 1923, a criação do Conselho Nacional do Trabalho, é marcado pelas lutas e conflitos, que formam o movimento operário, o qual lutava por direitos sociais.

> [...] a principal preocupação de seu governo foi incorporar os trabalhadores urbanos na sociedade industrial, aproximando-os de seus direitos sociais básicos. Surge assim um intenso esforço em criar e consolidar uma legislação trabalhista e sindical, que ao mesmo tempo em que instituía direitos aos trabalhadores, mantinha os mesmos sob a égide do Estado (SCHNEIDER, 2011, p. 12).

O perfil da trabalhadora pelotense legalizada

Foram encontradas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 205 fichas de qualificação profissional das mulheres que solicitaram sua carteira de trabalho na cidade de Pelotas, no período de 1933-43. Algumas delas nasceram na região, ou seja, Canguçu, Piratini, mas trabalhavam em Pelotas. É importante frisar que este não era o número total de trabalhadoras na cidade de Pelotas, mas sim o número que tinha sua situação profissional legalizada.

Parte deste período, 1939-43, compreende o período da segunda guerra mundial. Período este que marca a presença feminina na indústria. Mas desde antes, esta presença já era marcante. Michelle Perrot (2008) menciona a relação entre as mulheres e a máquina, as formas de lutas que haviam no período da revolução industrial, período este que denota-se o movimento operário e a presença marcante da mulher neste movimento. Ela, nas manifestações grevistas, auxilia os homens, tanto animando-os, como incitando-os a agir em defesa de seu trabalho, muitas vezes incitando-os a destruir as máquinas e muitas vezes estas mesmas mulheres eram quem exerciam o luddismo. Pois com a chegada da Revolução Industrial, muitas mulheres perderam seus empregos, ou seja, a máquina ocupava o lugar do trabalhador. Uma máquina era capaz de efetuar o trabalho de seis mulheres por exemplo, e por conta disto, homens e mulheres agitavam as ruas da França em defesa de seu trabalho, de seu sustento. Percebemos a participação da mulher nos movimentos operários desde aquela época. Como também nos dias do governo de Getúlio Vargas, a presença da mulher era real. Com o avanço industrial, esta presença feminina, nos ramos alimentícios e têxteis, foi se tornando cada vez mais crescente.

Ao analisar os dados nas Fichas de Qualificação Profissional, percebi que no que diz respeito ao estado civil das trabalhadoras que solicitaram sua Carteira Profissional na cidade de Pelotas, o

número de solteiras era maior que as solicitantes casadas. Como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Nº de solicitantes referente ao estado civil

Estado Civil	Nº Solicitantes
Solteiras	153
Casadas	34
Viúvas	16
Separadas	01
Não-informado	01

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

No que diz respeito a etnia, num universo de 205 fichas de solicitação da Carteira Profissional, mais de 85% destas mulheres, eram da cor branca. E a mais jovem delas possuía doze anos, como nos mostra as tabelas a seguir:

Tabela 2 – Nº de solicitantes referente a etnia

Cor	Nº Solicitante
Branca	174
Preta	6
Pardo	21
Moreno	03
Não-informado	01

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Tabela 3 – Nº de solicitantes referente a faixa etária

Solicitante	Idade
Mais jovem **DN: 15/01/1928** **Solicitou a CP** **01/01/1941**	12 anos
Mais idosa **DN: 24/12/1871** **Solicitou a CP** **01/01/1939**	68 anos

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Dentre o perfil destas 205 mulheres, solicitantes na cidade de Pelotas, foi percebido que todas elas tinham algum familiar por beneficiário. A maioria delas tinham seus pais por beneficiários, outras seus filhos e outras os cônjuges e outras ainda tinham por beneficiários os irmãos, tios e algum outro familiar. A tabela a seguir mostra-nos a proporção.

Tabela 4 – Nº de solicitantes referente a beneficiários

Beneficiários	**N º Solicitantes**
Pais	114
Filhos	38
Cônjuge	12
Outros	41

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

E duas, destas 205 mulheres eram estrangeiras. Uma era alemã, da cidade de Munique e a outra era uruguaia, de Artigas.

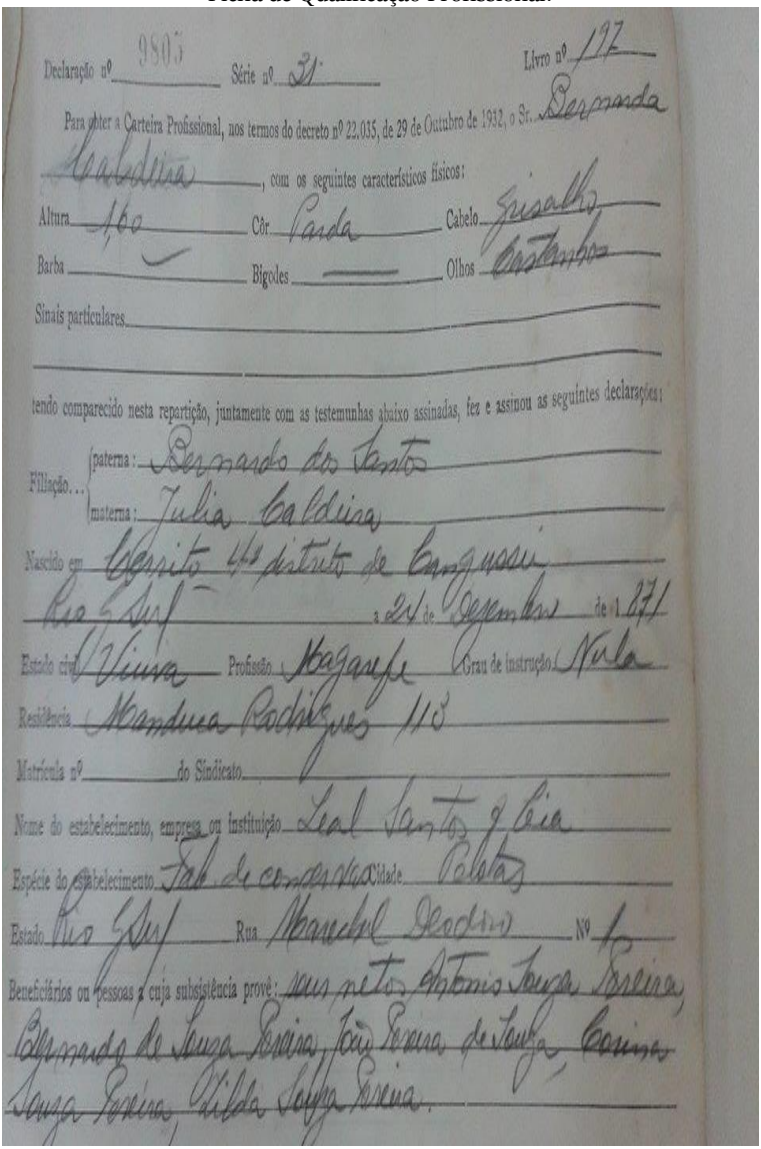
Tabela 5 – Nº de solicitantes referente a nacionalidade

Estrangeira	**Nº Solicitante**
Alemanha	01
Uruguai	01

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Abaixo destaco a ficha espelho, frente e verso, da solicitante mais velha, Bernarda Caldeira, com seus dados de identificação, incluindo foto.

Ficha de Qualificação Profissional:



Declaração nº 9805 Série nº 31 Livro nº 127

Para obter a Carteira Profissional, nos termos do decreto nº 22.035, de 29 de Outubro de 1932, o Sr. Bernarda Caldeira, com os seguintes característicos físicos:

Altura 1,60 Côr Parda Cabelo Grisalho

Barba — Bigodes — Olhos Castanhos

Sinais particulares —

tendo comparecido nesta repartição, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, fez e assinou as seguintes declarações:

Filiação... paterna: Bernardo dos Santos

materna: Julia Caldeira

Nascido em Cerrito 4º distrito de Canguçu

Rio Grande a 24 de Dezembro de 1871

Estado civil Viuva Profissão Lavadeira Grau de instrução Nula

Residência Mandiua Rodrigues 113

Matrícula nº — do Sindicato —

Nome do estabelecimento, emprêsa ou instituição Leal Santos & Cia

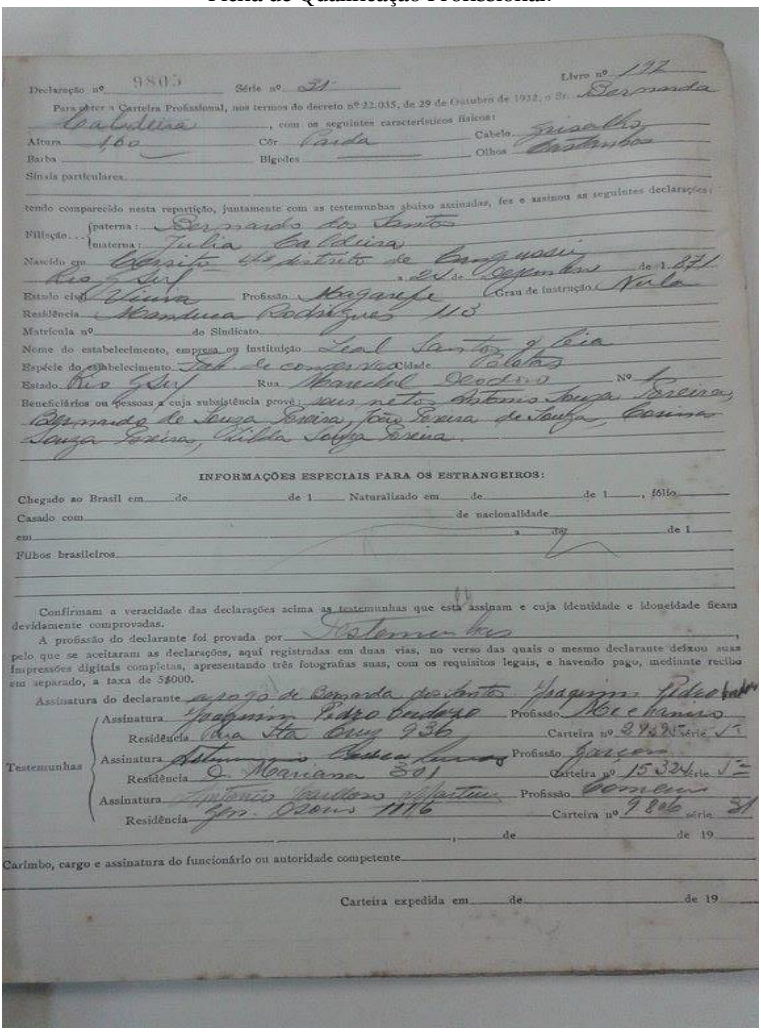
Espécie do estabelecimento Fabrica de conservas Cidade Pelotas

Estado Rio Grande Rua Marechal Deodoro Nº 1

Beneficiários ou pessoas a cuja subsistência provê: seus netos Antonio Souza Pereira, Bernardo de Souza Pereira, João Pereira de Souza, Carmen Souza Pereira, Hilda Souza Pereira.

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Ficha de Qualificação Profissional:



Declaração nº 9805 Série nº 31 Livro nº 137 Barracão

Para obter a Carteira Profissional, nos termos do decreto nº 22.035, de 29 de Outubro de 1932, o Sr. Barracão

Catharina, com os seguintes caracteristicos fisicos:

Altura 1,60 Côr Parda Cabello Frisados

Barba Bigodes Olhos Castanhos

Signaes particulares

tendo comparecido nesta repartição, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, fez e assinou as seguintes declarações:

Filiação paterna: Bernardo dos Santos

materna: Julia Catharina

Nascido em Agrito do distrito de Bom Jesus de 1 871

Rio Grd a 21 de Dezembro

Estado civil Solteira Profissão Lavradeira Grau de instrucção Nulla

Residência Mandiuva Rodrigues 115

Matricula nº do Syndicato

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição Leal Santos & Cia

Espécie do estabelecimento Sal e congeneres Cidade Cahoas

Estado Rio Grd Rua Marechal Deodoro Nº 1

Beneficiarios ou pessoas a cuja subsistencia provê: seus netos Antonio Souza Ferreira, Bernardo de Souza Ferreira, João Ferreira de Souza, Emma Souza Ferreira, Cahilda Souza Ferreira.

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA OS ESTRANGEIROS:

Chegado ao Brasil em de de 1 Naturalizado em de de 1 , fólio

Casado com de nacionalidade

em a de de 1

Filhos brasileiros

Confirmam a veracidade das declarações acima as testemunhas que esta assinam e cuja identidade e idoneidade ficam devidamente comprovadas.

A profissão do declarante foi provada por Testemunhas,

pelo que se aceitaram as declarações, aqui registradas em duas vias, no verso das quais o mesmo declarante deixou suas Impressões digitais completas, apresentando três fotografias suas, com os requisitos legais, e havendo pago, mediante recibo em separado, a taxa de 5$000.

Assinatura do declarante a rogo de Bernardo dos Santos Joaquim Pedro Cardoso

Testemunhas

Assinatura Joaquim Pedro Cardoso Profissão Relojoeiro

Residência Rua Sta Cruz 936 Carteira nº 3489 Série 1ª

Assinatura Antonio Pereira Lemos Profissão Caixeiro

Residência D. Mariana 301 Carteira nº 15334 Série 1ª

Assinatura Antonio Gaudeo Capitão Profissão Domestico

Residência Gen. Osorio 1116 Carteira nº 7806 série 31

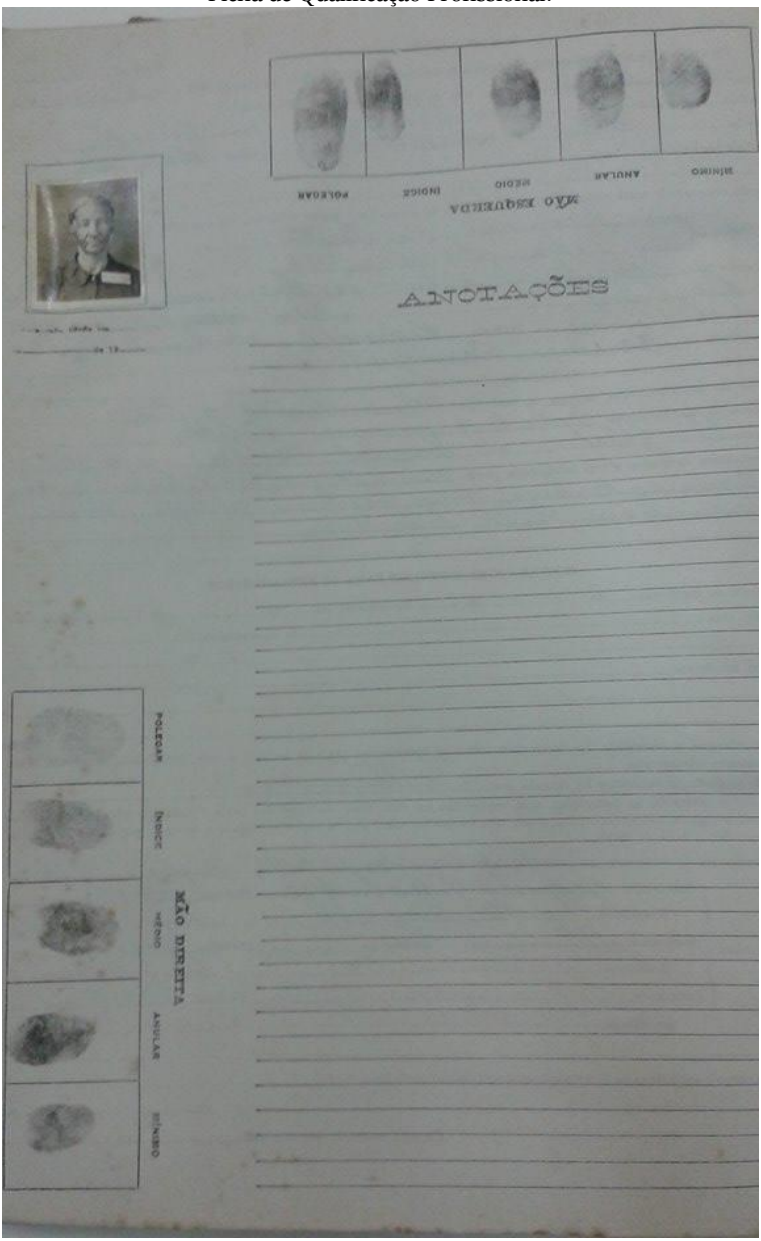
de de 19

Carimbo, cargo e assinatura do funcionário ou autoridade competente

Carteira expedida em de de 19

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Ficha de Qualificação Profissional:



Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Considerações finais

Deste universo de 205 solicitantes da Carteira Profissional, o que chama a atenção é que a mais nova delas tinha doze anos, nasceu no ano de 1928 e solicitou sua carteira no ano de 1941. E a mais velha destas mulheres tinha sessenta e oito anos, nasceu em 24/12/1871 e solicitou sua carteira em 01/01/1939. Como nos mostra a ficha espelho citada acima. Duzentos e três delas eram brasileiras, porém as outras duas, eram estrangeiras. Uma delas nasceu em Munique, Alemanha, solicitou sua carteira profissional em 01/01/1941 e a outra nasceu em Artigas, Uruguai e também solicitou no mesmo ano. Destas mulheres a maioria delas tinha seus pais como dependentes e eram solteiras. A pesquisa é recente e está em andamento.

Referências

Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul.

LOPES, Aristeu – "Os trabalhadores gráficos no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943)". *Anais do XI Encontro Estadual de História.* Rio Grande: ANPUH – RS, 2012, p. 1557-1568.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SCHMIDT, Mônica – "O perfil profissional dos trabalhadores imigrantes de origem alemã que solicitaram a sua carteira profissional a partir do acervo da DRT-RS, 1933-1943". *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013).*

SCHNEIDER, Kate Mariana. "*We can do it: a Trabalhadora Porto-alegrense através do Acervo da Delegacia Regional do Trabalho – RS (1933-1941)"*. Trabalho de Conclusão do Curso de História. UFPel, 2011.

13

Dados biográficos do cronista pelotense Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)

Ana Inez Klein[1]
Jéssica Souza de Oliveira

1. Introdução

Em tempos de debates teóricos caracterizados pela grande especialização temática em detrimento das análises mais amplas e horizontais, que é o que compromete o investigador em coerências radicais, produzir a biografia de um intelectual não é uma tarefa simples. Os pesquisadores contemporâneos veem-se obrigados a apresentar as variadas tendências teóricas e a engajar-se a uma metodologia, no mais das vezes utilizada muito mais para maquiar as dificuldades e as dúvidas, do que para suscitar debates. A grande quantidade de competentes textos acadêmicos sobre todo o tipo de temática, abordagens e fontes históricas, tem levado as nossas pesquisas em história para um universo quantitativamente significativo de trabalhos que pouco apontam para conclusões efetivamente contributivas da análise social. Esta biografia de Alberto Coelho da Cunha, certamente, sofre dos mesmo males.

Ela inicia já com a assunção do conceito de 'biografia' em detrimento da chamada 'trajetória de vida'. Lapidada pelo campo da Sociologia, a 'trajetória de vida', como recurso metodológico,

[1] Professsora da UFPEL

procurou responder questões de como ocorre a adaptação de grupos sociais a contextos culturais específicos, considerando que uma mudança social ocorre quando do entrelaçamento de atores individuais com a estrutura social num determinado tempo. A análise sob o ponto de vista da trajetória de vida centra-se na estruturação social dentro da qual as biografias individuais se desenrolam. Trata-se de estudar os aspectos reguladores da vida social, os padrões que levam os indivíduos a constituir uma chamada 'biografia normal'.

Provavelmente a construção da biografia do pelotense Alberto Coelho da Cunha esteja impregnada desta necessidade do historiador de avaliar seus comportamentos em relação às normas sociais estabelecidas tanto para Pelotas do início do século XX quanto para o presente, o momento específico da produção deste artigo. Porém, este texto não se propõe a uma abordagem sociológica, não se centra nos padrões sociais estruturados, porque busca destacar os aspectos individuais, propriamente biográficos, do intelectual pelotense coletados a partir de fontes primárias que estão, em sua maioria, localizadas no acervo da *Bibliotheca Pública de Pelotas* para, ao final, colocar no centro do debate uma protagonista que não é nem o autor individual, nem a sociedade pelotense do início XX: a crônica, esta forma literária desde sempre estabelece um intenso diálogo com a escrita da história.

O levantamento de informações a ser apresentado a seguir corresponde, portanto, a uma etapa desta pesquisa que se realiza em duas frentes que se cruzam permanentemente: a realização do estudo sobre a apreensão historiográfica das crônicas de Alberto Coelho da Cunha e a produção da dissertação de mestrado com título provisório de "Representações da Cidade de Pelotas nas Crônicas de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)", das autoras deste texto.

A questão da biografia na história gerou inúmeros debates que não serão aqui apresentados por tratar-se de um trabalho de curto espaço. No entanto, merece destaque o fato de que a tensão entre as ações individuas que se produzem em contextos é uma das fundadoras da própria Teoria da História. A frase "Os homens

fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade", de Marx, na emblemática obra intitulada "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" exemplifica esta afirmação. Trata-se de um grande desafio posto desde o século XIX pela tradicional História Política que se mantém até os debates historiográficos atuais.

De todos os textos que agora já podem ser considerados clássicos sobre a volta da biografia na história, na mesma esteira dos debates acerca do renascimento da narrativa na história de autores como Pierre Bourdieu e Giovani Levi, destaca-se que François Dosse (2009) dedicou-se a um estudo sofisticado, deste "objeto obscuro" que é a história intelectual, a partir do entrecruzamentode uma história das idéias, de uma história das mentalidades e de uma história cultural. Após haver realizado a biografia de intelectuais como Paul Ricoeur e Michel de Certeau, Dosse reflete sobre este campo da história bastante específico e levanta importantes sugestões para esta pesquisa sobre a vida de Alberto Coelho da Cunha, intelectual pelotense. Mas suas impressões conclusivas não são muito motivadoras:

> "Domínio incerto e hesitante, a história intelectual, como conclui o autor, pressionada entre uma lógica diacrônica da história das idéias e sincrônica das cartografias e dos cortes socioculturais, reveste uma "indeterminação epistemológica". (RODRIGUES, 2004, p. 357)

Mesmo com a indeterminação destacada por Dosse quanto ao projeto de se escrever a biografia de um intelectual, vamos ao menos superficialmente indicar, a fim de permitir iniciar um debate e orientar o leitor das próximas páginas que buscamos aqui pensar a biografia com função pedagógica. Esta expressão, conforme Giovani Levi devemos a Diderot, que a define como sendo a de "apresentar personagens célebres e revelar suas virtudes públicas e vícios privados". (LEVI, 1996, p. 169)

O objetivo aqui é, em certo sentido, inverso ao proposto pelo pelos estudos de trajetórias de vida: estabelecer as especificidades

que constituem a biografia do cronista Alberto Coelho da Cunha para, compreender a relação de sua ação individual com o momento histórico específico para, num segundo momento compreender a crônica como uma fonte específica do passado.

Muitas questões serão debatidas neste projeto sobre Alberto Coelho da Cunha em outros momentos. Destaca-se o tema da relação ente a biografia e o relato, como gênero literário e sua relação com a história e a sugestão de ser Alberto Coelho da Cunha um personagem célebre. Certamente para cada uma destas afirmações cabe, posteriormente, uma análise mais acurada.

Utilizarmo-nos, aqui, de fontes encontradas nos jornais locais da década de 1920 e do Fundo Alberto Coelho da Cunha, salvaguardado na Bibliotheca Pública Pelotense. A pesquisa está restrita aos documentos que se encontram em domínio público e estão disponíveis para acesso. Também foram utilizadas fontes bibliográficas, as biografias produzidas por Guilherme Echenique (1940) e Eduardo Arriada (1993, 2007 e 2014).

2. Dados Biográficos de Alberto Coelho da Cunha

Em outubro de 1939, o Diário Popular, com pesar, encerrava uma de suas colunas, intitulada "Antigualhas de Pelotas – Cidade em crescimento", escrita por Alberto Coelho da Cunha. Havia falecido o filho abolicionista do Barão de Corrientes, o contista, colunista, secretário aposentado da Intendência do Tesouro Municipal de Pelotas. Na nota de despedida, a redação do periódico assim faz referência ao seu colunista:

> "[...] Em tudo que escrevia, Alberto Cunha se mostrava um esmerado. Esmerava-se na forma e no estilo. Aquela, sempre pura, êste, enveredando para os clássicos. Esmerava-se, também, nos por menores, guardando-lhes fidelidade absoluta, até mesmo quando sublinhava os seus comentários com certa dose de ironia. [...] Com a morte de Alberto Cunha, o DIÁRIO POPULAR perde um dos seus mais ilustres colaboradores uma das suas mais

> legitimas preciosidades." (ACERVO DA BPP, caixa 002, Recorte de periódico, Coluna: Vidas Secas, Outubro:1939.

Alberto manteve-se um escritor ativo até os últimos anos de vida, tendo uma produção valiosa sobre a história Pelotas. Além de escrever para o Diário Popular, seus escritos encontram-se nas folhas de periódicos como: Revista do Parthenon, Jornal do Comércio, Diário de Pelotas, Opinião Pública e A Voz do Escravo. Infelizmente muitos desses jornais não existem mais. Sua última produção foi as "Antigualhas de Pelotas" e, segundo Arriada (1993), a primeira parte, publicada no jornal "A Opinião Pública", tem 81 artigos. Seus primeiros contos tiveram como cenário as charqueadas, mas Alberto publicou sobre a história do Rio Grande do Sul, seu relevo e a formação da República.

No livreto "Traços Biograficos", escrito por Guilherme Echenique, consta parte da genealogia de Alberto Coelho da Cunha. Nascido no dia 13 de setembro de 1853, ele é filho de Felisberto Ignácio da Cunha e Maria Antônia Coelho.

Alberto entrou para a escola aos seus seis anos de idade, quando ingressou na turma da professora Marucas Domingues. Ainda durante sua infância frequentou o colégio primário de Inácio de Miranda Ribeiro, conhecido como "Polegada" e, posteriormente, o secundário de José de Seixas. Aos treze anos Alberto foi para capital do Império dar continuação aos seus estudos. Em 1869, ao retornar do Rio de Janeiro no período de férias escolares, apresentou um quadro persistente de laringite, "desistindo de voltar para a metrópole" (ECHENIQUE, 1940, p.4).

O jovem de 16 anos, nascido em família abastada, correspondendo a alguns dos comportamentos esperados para tal em sua época, ao voltar do Rio de Janeiro, foi trabalhar no escritório de seu pai como ajudante de guarda-livros.

Entre um dos recortes de jornais encontrados na pasta 002 do acervo da Bibliotheca Publica Pelotense, está a coluna intitulada "VIDAS", escrita por Zênia de Léon, atualmente presidente da

Academia de Letras Pelotenses, sem datação, que aborda a vida de Alberto. Nela, a escritora se refere ao pai do cronista como homem de destacada posição social, política e econômica. Ele possuía charqueadas em Pelotas e no Uruguai, tendo influente participação no Partido Liberal. Zênia apresenta Felisberto Cunha como um senhor de escravos, que teria recebido o título de Barão de Corrientes pelo Conselho de Dantas, após libertar suas escravas antes dos demais charqueadores da região. Guilherme Echenique (1940) relata que seus primeiros contos foram escritos em momentos de folga, quando Alberto trabalhava de ajudante de guarda-livros no escritório do pai. O jornalista riograndino Aquiles de Porto Alegre convidou Alberto para publicar seus textos que foram, então enviados para a "Revista do Parthenon", com os pseudônimos de Victor Valpírio e Jatyr.

Assim os dois pseudônimos de Alberto Coelho da Cunha entram no universo de escritores gaúchos do século XIX e preenchem as páginas dos periódicos regionais e pelotenses da época. Suas primeiras produções tiveram cunho abolicionista e republicano, estando mais ligadas à escrita literária na forma de contos.

Aquiles motivou-o a continuar produzindo, mas já de início Alberto se deparava com alguns incidentes oriundos da sua posição política, quando enviou a fantasia literária intitulada "Pesadelo", para Revista do Parthenon. Devido ao tom revolucionário, por fazer analogia ao fim do império, os sócios do "Parthenon" definiram a literatura de Alberto como inadequada para a Revista, uma vez que estes eram monarquistas. O escritor decidiu, então, encaminhá-la a outro periódico, dessa vez na capital do Império:

"Retrocedendo do caminho erroneamente tomado, rumou o "Pesadelo" para a Côrte Imperial, ao encontro d'"A Republica", jornal então redigido por Quintino Bocayuva, Salvador de Mendonça e Francisco Cunha, onde teve acolhida, sendo publicado em folha suplementar e recomendada sua leitura aos assinantes, em artigo laudatório". (ECHENIQUE, 1940, p.5)

Alberto era um dos poucos adeptos ao fim da monarquia no sul do país, enquanto a onda republicana se expandia e ganhava força na metrópole. No fim do ano de 1870, os adeptos de que o Brasil se tornasse uma República reuniram-se para consolidação de um partido e a fundação de um jornal órgão de divulgação do mesmo. Com menos de 18 anos, Alberto envia seu pedido de adesão ao partido e logo após assina o seu Manifesto, no dia 03 de dezembro do referido ano. Pode-se concluir que, ainda que sua morada tenha sido curta e em idade precoce, no Rio de Janeiro, o escritor estabeleceu redes de relações que são importantes para pensarmos suas posições políticas abolicionistas e antimonarquistas, a despeito de sua privilegiada condição social em Pelotas, importante polo da economia charqueadora, baseada no trabalho escravo.

Guilherme Echenique (1940) o define como um "[...] republicano, democrata e abolicionista, por intuição espontânea". Com o surgimento do "Jornal do Comércio" houve circulação de matérias difamando as ideias de respeitáveis republicanos como: Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Pedro Ferreira Viana e Rangel Pestana. Alberto continuou usando pseudônimos na propagada dos seus ideais, publicando também no *Jornal do Comercio* e no *Tambor Republicano*.

Despertando a curiosidade de muitos sobre sua identidade e conquistando cada vez mais adeptos aos ideais republicanos, Alberto foi surpreendido, quando seu pseudônimo foi descoberto. Em uma das tiras originais que enviou à tipografia, estava a marca impressa do escritório de seu pai. A direção do jornal na pessoa de Augusto Amarante logo entrou em contato com o guarda-livros de Felisberto Cunha, que reconheceu a letra do seu filho e auxiliar. Após a revelação, o autor continuou alimentando sua propaganda que teria influenciado jovens políticos como o próprio Assis Brasil:

> "O resultado da ousada propaganda, feita num meio refratário e ainda em prematuro tempo, fatalmente tinha de ser escasso aqui, como aliás sucedia por todo o paíz. Apenas conseguia impressionar vivamente o espirito da mocidade ardorosa e quiçá

> avivar a amortecida chama no animo alquebrado de veteranas sentinelas perdidas. E isso já representava muito." (ECHENIQUE, 1940, p.8)

Alberto se manteve distante das grandes aparições enquanto propagandista político, mas permaneceu convicto de seus ideais, mesmo a contragosto do seu pai. Outro filho do Barão de Corrientes desalinhou das fileiras do partido liberal, no qual o patriarca exercia forte influência, para adentrar a propaganda republicana. Francisco Cunha, irmão do biografado, escrevia para o partido liberal matérias para amedrontar a monarquia, com intuito de apoiar a queda do império. Posteriormente aderiu à defesa da república, fundando em Porto Alegre o periódico "A Democracia", feito este para o que ele pede colaboração do seu irmão, desde o princípio.

Alberto passa a colaborar com o periódico do irmão, que devido ao contexto hostil, de acirrada agitação política entre monarquia e oposição, circulou somente por um tempo. Na metrópole, os órgãos de vinculação com o pensamento republicano passavam por dificuldades. Quintino Bocayuva comprou a propriedade do jornal "A Republica" (1870) para manter sua circulação no ano de 1873. Francisco Cunha foi convidado a dirigir o jornal no Rio de Janeiro estando ao seu lado Salvador de Mendonça e o próprio Bacaiuva. Em 1874, o irmão de Alberto já residia novamente em terras gaúchas, pois após um ataque de depredação ao jornal "A Republica", Francisco Cunha decidiu retornar a Porto Alegre.

O filho primogênito do Barão, entretanto, se manteve firme quanto a sua concepção republicana. No ano de 1875 mudou-se para a Vila de Arroio Grande e fez de sua morada, a "Estância Paraizo", propriedade do seu pai. Neste período, Alberto se manteve mais isolado da convivência familiar e social devido à dificuldade de meios de transporte da cidade de Pelotas até a localidade. Segundo Echenique, nesta fase de sua vida, Alberto

afinou sua relação com a natureza, desenvolveu trabalho de pesada condição física e dedicando-se aos livros e ao campo.

> "Nas horas de lazer, embrenhava-se na leitura de bons livros, com que constantemente enriquecia a escolhida biblioteca. Tornou-se apaixonado botânico e profundo conhecedor da flora indígena. Foi também esmerado fruticultor e floricultor. Do vetusto solar que habitava, frequentemente deixava abertas janelas e portas, mesmo á noite, por onde habituais aves o visitavam. Entretinha-se no trato com serpentes reclusas, conhecendo-lhes as manhas e os venenos". (ECHENIQUE, 1940, p.11)

Destaca-se aqui a personalidade peculiar do cronista que se afastou temporariamente da vida urbana, deixando para trás até mesmo sua presença cotidiana nos periódicos. No livreto consta que Alberto viveu na Estância Paraizo por 15 anos.

Mas a atuação política esteve presente em sua vida, sem interrupção. Nos idos anos de 1884 foram formadas agremiações partidárias em diversas localidades rio-grandenses. Estando nas proximidades de Arroio Grande, Alberto estabeleceu relações com os poucos companheiros de ideologia que por ali se encontravam, portanto, manteve vida política ativa. Participou da formação do clube republicano dessa região e logo da eleição para Câmara de Vereadores da Vila. Os correligionários indicaram Alberto para vereança. Eleito, administrou ao lado de três conservadores e três liberais, sendo presidente da Câmara.

Durante sua estadia na estância, o escritor pouco publicou e também poucas visitas recebeu e, em excepcionais circunstâncias, esteve na cidade de Pelotas, geralmente quando era chamado. Das suas visitas se destacam: primeiro, a que recebeu em janeiro de 1889, quando Possidonio da Cunha, Henrique Chaves, Cassiano do Nascimento e Atto Chaves Barcellos foram até Alberto levar-lhe notícias do partido. Sobre a Proclamação da República, Echenique continua apresentando Alberto Coelho da Cunha como um homem singelo e reservado. Afirma que ele preferiu ficar na posição de

semeador, para que os outros pudessem colher os frutos. Na visita, teria já manifestado que ficaria em segundo plano, como idealizador, não como realizador. Assis Brasil foi nomeado pelo Governo Provisório como ministro do Brasil na República Argentina.

Nesta condição Alberto recebeu a segunda destacada visita, na missão do Governador do Estado de percorrer os municípios de Arroio Grande, Herval Jaguarão e Santa Vitoria. Nesta ocasião, Assis Brasil convidou Alberto para que ele o acompanhasse. O cronista teria negado o convite, justificando não poder se ausentar das funções na estância do pai. Assis Brasil apelou, então, diretamente para Felisberto Cunha, que liberou seu filho para acompanhá-lo.

No percurso da viagem, instruído por Julho de Castilhos, Assis Brasil repassa a oferta de diversos cargos ao escritor, que nega todos, se declarando incapaz de exercer tais funções públicas ou para o partido. O próprio Júlio de Castilhos teria feito propostas que não seduziram Alberto. Até que, em novembro de 1890, o cronista recebe, na estância, uma comunicação nomeando-o Procurador da Municipalidade de Pelotas, assinada por João Pedro Caminha, que até então exercia esta atividade. Alberto chegou a relutar o exercício de tal posto para continuar residindo no campo, o que não surtiu resultado. Em dezembro de 1890 tomou posse do cargo. Em 1892, segundo relatos de familiares, ele casou-se com Clotildes Antunes, natural de Pelotas.

No fundo documental ACC da Bibliotheca Publica Pelotense (BPP) encontra-se um documento datado do dia 10 de abril de 1893, onde Alberto é nomeado Diretor da Secretaria do Tesouro, pelo Vice Intendente do Município de Pelotas, Dr. Henrique Martins Chaves. Ele ainda trabalhou na seção de estatística da cidade. Seu filho primogênito nasceu no ano de 1903 e chamou-se Octavio Antunes da Cunha.

Estando entre seus 74 e 75 anos, trabalhando na seção de estatística, tendo acesso aos documentos históricos do município, começa a publicação de suas “antigualhas” no periódico “Opinião Publica”. No primeiro ano de circulação (1928), escreveu sobre

temas históricos diversos, como ‘Os velhos cemitérios’, ‘A vinda do padroeiro’, ‘Primeira distribuição de terras’, ‘Segunda distribuição de terras’, ‘Fundação da Freguesia’, ‘Pestes espanhola e indiana e formação suburbana’. São 81 crônicas que compõem a primeira fase. Há uma cópia feita por Ângelo Moreira, datilografada, que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e na Bibliotheca Publica Pelotense.

Em seu último ano de vida, dedicou-se a produzir especificamente crônicas, escrevendo a segunda parte de sua coluna “Antigualhas de Pelotas”, que passarou a ser publicada no jornal Diário de Popular. Dessa segunda parte não há ainda um conjunto de informações organizadas e disponíveis para pesquisa, pois diversos documentos que compõem o acervo ACC da Bibliotheca Publica Pelotense são recortes sem datação. Guilherme Echenique faz referência a essa produção nos últimos parágrafos de seu livreto.

> “Aí estão, do conhecimento de todos, as "Antigualhas de Pelotas", e os históricos das ruas da cidade e do território do municipio, oferendas preciosas com que, ainda nos últimos meses e nos últimos dias de sua reclusa, pacíente e conformada existência, aos pelotenses brindou, pelas colunas do DIARIO POPULAR.” (ECHENIQUE, 1940, p. 21)

Registrando a formação da cidade que passa da condição de Freguesia a municipalização, o autor trata de assuntos cotidianos e suas crônicas representam um vasto relicário a ser explorado. O dono dos pseudônimos, conhecido na segunda metade do século XIX como Victor Valpírio e Jatyr, faleceu aos 15 dias do mês de outubro de 1939, após um “insidioso ataque de hemiplegia” (ECHENIQUE, 1940, p. 3). Alberto deixou Octavio Cunha como filho único, que se casou com Dora Rodrigues de Souza com quem teve apenas uma filha, chamada Merigene Cunha, a qual foi localizada durante a pesquisa, mas infelizmente não pode ser entrevistada devido a sua avançada idade.

3. Conclusões

As notas biográficas do cronista Alberto Coelho da Cunha apontam para três conclusões parciais que podem contribuir para um diálogo entre o autor e as crônicas produzidas:

1. Sua condição social: filho de pai abastado recebeu uma formação privilegiada, tendo oportunidade de estudar fora da província, fato que enriqueceu seu senso crítico e social. Alberto tornou-se um letrado, condição que ele vai assumir.
2. O envolvimento político: foi a partir de seu envolvimento político que Alberto teve seus primeiros impulsos como escritor. É no seu retorno a Pelotas, após residir no Rio de Janeiro, em plena efervescência de ideias abolicionistas e antimonarquistas que ele começa a divulgar seus escritos literários, descrevendo a vida na charqueada, denunciando, em seus contos, o pesado trabalho escravo. Mesmo em posição modesta para as oportunidades que teve, nunca abandonou seus ideais políticos.
3. A profissão: apesar de sua família ser estancieira, Alberto ao final entregou-se à vida urbana. Durante a produção das "Antigualhas de Pelotas", o mesmo era servidor público, e desempenhava uma profissão tipicamente urbana. Além do destaque deste aspecto urbano da vida do autor, o seu trabalho também proporcionou ao nosso cronista o acesso fácil a informações sobre a história da cidade, com as quais pode contar para a produção das suas crônicas.

Referências

ARRIADA, Eduardo. Alberto Coelho da Cunha: um resgate histórico. *Diário Popular,* Pelotas, p. 12 - 12, 27 ago. 1993.

ARRIADA, Eduardo; SANTOS, Rita de Cássia Grecco. *Lembranças de um homem simples: as memórias de Alberto Coelho da Cunha*. In: 13º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, 2007, Porto Alegre. Guardar para Mirar: acervos e história da educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007. v. 01. p. 01-15.

ARRIADA, Eduardo. *Notícia de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)*. In: Almanaque do Bicentenário de Pelotas. / Organizado por Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 3: Economia, Educação e Turismo. Textos de Pesquisadores e Imagens da Cidade. – Pelotas/RS: Pró-Cultura-Rs / Editora João Eduardo Keiber Me, 2014.

BORN, Claudia. *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*. Sociologias [online]. 2001, n.5, pp.240-265. ISSN 1517-4522. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222001000100011.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes (org.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-91.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

ECHENIQUE, Guilherme. *Traços Biográficos – Alberto Coelho da Cunha. Pelotas*, 1940.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-82.

MARX, Karl O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Boitempo Editorial, p. 6, 2011.

RODRIGUES, Helenice. *Rev. Bras. Hist*. Resenha: François DOSSE. La marche des idées – histoire des intellectuels, histoire intellectuelle [online]. 2004, vol.24, n.48, pp.355-358. ISSN 0102-0188. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000200015.

14

O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900)

Jonas Moreira Vargas[1]

O senhor Joaquim José de Assumpção foi o charqueador mais rico de Pelotas no século XIX. No entanto, a fortuna acumulada pelo mesmo não decorria somente da sua fábrica de carne-seca. Além de ser um grande criador de gado, Assumpção também atuou como banqueiro e capitalista, tendo sido presidente da Companhia de Gás e da Companhia de Seguros Pelotense, e foi influente no alto comércio da cidade, sendo o primeiro presidente da Associação Comercial de Pelotas (1873). Quando a sua esposa faleceu, o patrimônio do casal foi avaliado em 6.152:393$500 réis. Grande parte dele (74%) estava composto por apólices da dívida pública do Brasil investidas no Rio de Janeiro.[2] Sendo um dos chefes do Partido Conservador na localidade e defendo a monarquia escravista durante anos, recebeu o título de Barão de Jarau. Segundo Fernando Osório (1997, 97-100), Assumpção teria acumulado a maior fortuna do Rio Grande do Sul no século XIX.

Apesar dos sucessos financeiros do Barão, este patamar de riqueza não foi atingido pela grande maioria dos proprietários de charqueadas em Pelotas. Um pequeno grupo acumulou imensas propriedades, numerosa escravaria e grandes montantes de capital e,

---

[1] Professor da UFPEL

[2] Inventário da Baronesa do Jarau, n. 187, m. 6, 1895, 2º cartório do cível, Pelotas (APERS).

na segunda metade do século XIX, pode-se dizer ainda que a fortuna destes mais ricos foi acumulada em detrimento da maior parte dos charqueadores que, em épocas de crise, como as das décadas de 1850, 1860 e 1870, endividaram-se profundamente com os grandes industriais do grupo, já então parcialmente convertidos em prestamistas locais (VARGAS, 2013). O charqueador Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, por exemplo, legou um patrimônio 29 vezes menor que o do mencionado Barão. Boaventura Teixeira Barcellos, por sua vez, acumulou uma fortuna 90 vezes inferior ao mesmo.[3] No entanto, se em hipótese alguma poderíamos considerar os dois charqueadores Barcellos como indivíduos pobres, seria um completo equívoco tratá-los como empresários do mesmo patamar daqueles que se constituíram nos mais ricos do grupo.

Neste sentido, o presente artigo se propõe a analisar, a partir de um ensaio prosopográfico, os investimentos econômicos dos mais ricos charqueadores de Pelotas, assim como demonstrar a heterogeneidade e a diversidade do perfil socioeconômico do grupo. Assim como entre os cafeicultores do vale do Paraíba fluminense e paulista, dos fazendeiros e comerciantes de Minas Gerais, dos criadores de gado da região da campanha sul-rio-grandense e dos senhores engenho do nordeste do país, entre outras elites regionais do Brasil, os charqueadores também estavam divididos internamente entre grandes, médios e pequenos proprietários, muito embora os parâmetros e as variáveis de grandeza de cada região e grupo mencionados possuíssem as suas singularidades.[4]

Algumas considerações sobre o método prosopográfico

Para uma melhor compreensão do perfil patrimonial dos charqueadores pelotenses utilizaremos o *método prosopográfico*,

[3] Inventário de Cipriano J. R. Barcellos, n. 2, m. 1, 1870, 2º cartório de órfãos e ausentes, Pelotas; Boaventura T. Barcellos. N. 157, m. 5, 1º cartório de órfãos e provedoria, 1890, Pelotas (APERS).

[4] Como já demonstraram EISENBERG (1977); FRAGOSO (1983), MARCONDES (1998),SCHWARTZ (1999), BARICKMAN (2003), GRAÇA FILHO (2002), FARINATTI (2010).

que, conforme Christophe Charle, apresenta-se como um método bastante útil para o tratamento das elites, pois, a partir dele:

> "(...) compreendemos melhor o que as divide, o que as hierarquiza e as opõem, portanto quais são as raízes das oposições políticas ou ideológicas entre as elites ou as frações da classe dominante. Em particular, temos condições de reconstruir o jogo da antiguidade social, das redes familiares, das tradições regionais que influenciam sua visão de mundo e que não são redutíveis a determinismos puramente econômicos. As biografias sociais permitem colocar a luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam" (CHARLE, 2006, p.32).[5]

Entendemos que as diferentes escolhas individuais e as estratégias familiares eram feitas dentro de um campo de ações possíveis, cujos caminhos e normas podiam ser mais ou menos elásticos ou restritivos de acordo com os recursos materiais e imateriais disponíveis aos atores históricos. Neste sentido, buscaremos compreender que tipo de investimentos os charqueadores realizavam, o que os aproximava e os afastava e que fatores hierarquizavam os mesmos numa comparação entre uns e outros.

Nos últimos anos, a prosopografia vem despertando o interesse de muitos historiadores preocupados com o papel das elites na sociedade brasileira.[6] No entanto, especialistas no método

[5] Outra definição que já se tornou clássica e que, portanto, apresenta uma boa síntese do que é o método, foi oferecida por Lawrence Stone: "A investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação" (STONE, 2013).

[6] Ver, por exemplo, MATTOSO (1992); MARTINS (2007); CARVALHO (2003). Para um exemplo relativo à história econômica ver FRAGOSO (1998). Um balanço sobre o método e exemplos de pesquisas que o utilizaram foi feito por HEINZ (2006).

alertam para uma maior reflexão acerca do mesmo. Para Flávio Heinz, a prosopografia deve ser encarada como uma entre as possíveis metodologias de trabalho utilizadas para o estudo das elites. Conforme o autor, devemos "evitar a tentação de tomar uma metodologia de trabalho como única fórmula possível de tratar determinado objeto de investigação. Toda reificação do método, me parece, concorre para caricaturização do objeto: as elites não nasceram com suas biografias coletivas e, com certeza, sobreviverão a estas" (HEINZ, 1998, p. 46). Conforme Giovanni Levi, a prosopografia apenas utiliza as biografias individuais com o objetivo de homogeneizar um determinado grupo associando as suas características em comum. Para o autor, elas "só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes". Na sua concepção, esta abordagem apropria-se apenas daqueles elementos biográficos considerados historicamente reveladores – aqueles que contêm alcance geral (LEVI, 1996, p. 174).

Portanto, cremos que uma das maneiras de escapar deste tipo de abordagem é oferecer maiores explicações aos comportamentos e padrões desviantes da coletividade. Muitas vezes os casos excepcionais e os fracassos são mais eloqüentes na demonstração das normas sociais que condicionavam as trajetórias do que os comportamentos mais comuns ao grupo. Neste sentido, o percurso que realizaremos busca encarar os padrões prosopográficos como indicadores de pesquisa a serem desenvolvidos e não como respostas absolutas.[7]

[7] Conforme Flávio Heinz, "a prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social (...) Em contrapartida, são muito eficientes em dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar". Em outro trecho, Heinz complementa: "normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica– rico, instigante, científico, ousaria dizer –, nunca o seu fim". (HEINZ, 2006, p. 11-12).

Pelotas e o charque

Componente importante da dieta das populações pobres das capitais litorâneas, o charque era principalmente consumido pelos trabalhadores cativos das *plantations* do sudeste e do nordeste do Brasil.[8] No Rio Grande do Sul, as primeiras charqueadas (fábricas de carne-seca) instaladas nos fins do século XVIII surgiram da necessidade de suprir a crescente demanda por alimentos impulsionada pelo grande fluxo de escravos africanos para a América portuguesa e vieram a substituir um espaço aberto com a crise da produção de carne-seca no nordeste, ocasionada pelas duras secas que afetaram a região (OSÓRIO, 2007). Em seus anos iniciais, a montagem das primeiras charqueadas foi fruto do investimento de comerciantes de diferentes regiões que viram a possibilidade de obter lucros com o abastecimento da colônia, atraindo outros investidores. Em 1787, quando o Rio Grande do Sul ainda não exportava charque para o nordeste, suas remessas totalizaram 117 mil arrobas (exclusivas para o Rio). No entanto, com a entrada do mercado nordestino nas transações, o Rio Grande ultrapassou as 400 mil arrobas exportadas em 1793 e as 500 mil arrobas em 1797. Na década de 1800, a capitania exportou uma média anual de 820 mil arrobas, das quais mais da metade tinham como destino os portos do nordeste (VARGAS, 2013, p. 65). Conforme Prado Júnior, em sua análise sobre a expansão do setor no colonial tardio, "excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades" (PRADO JR, 1977, p. 103).

Segundo Osório (2007), deste circuito mercantil de abastecimento surgiu uma importante elite de comerciantes-charqueadores que veio a ocupar o topo da hierarquia social regional, apresentando uma fortuna superior aos estancieiros e aos lavradores da capitania meridional. Atuando no comércio

[8] É sabido que, no século XIX, a região "nordeste" do Brasil era reconhecida como o "norte". Para facilitar a narrativa, cometi o pecado de utilizar, ao longo do texto, o termo "nordeste" para denominar a região.

marítimo, esta elite investia os capitais acumulados a partir das transações de diversas mercadorias na compra de escravos, terras e equipamentos, vindo a consolidar a formação do primeiro complexo charqueador-escravista do Rio Grande. Ao longo de todo o século XIX, o charque e os couros foram os principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul, somando, frequentemente, mais de 70% dos valores negociados no porto marítimo da cidade de Rio Grande (DALMAZO, 2004, p. 63-64).

Favorecido pela sua localização, o município de Pelotas tornou-se o maior produtor de charque não apenas da província, como de todo o Império do Brasil. Vizinha do município de Jaguarão, que fazia fronteira com o Departamento de Cerro Largo (Uruguai), e cortada pelo rio São Gonçalo, que desembocava na Lagoa Mirim, Pelotas tinha acesso ao Atlântico através do porto marítimo da cidade vizinha de Rio Grande. Antes da Guerra dos Farrapos (1835-1845), Pelotas devia concentrar pouco mais da metade da produção de charque da província, mas no período posterior tendeu a aumentar a sua participação, sendo provável que fabricasse mais de 80% do charque regional. O número de estabelecimentos de charquear era bem inferior ao de fazendas de criação de gado. Enquanto as charqueadas pelotenses nunca ultrapassaram o número de 40 estabelecimentos (funcionando ao mesmo tempo), os campos de pastagens espalhavam-se pela vasta região da campanha, na fronteira sudoeste e oeste da província, formando uma população de milhares de pequenos, médios e grandes proprietários, além dos arrendatários. Para manter os altos ritmos de produção de charque, Pelotas demandava uma enorme quantidade de gado bovino por safra. Anualmente, centenas de tropas que somavam algo entre 300 e 400 mil reses eram trazidas até o município para serem vendidas aos charqueadores. Estes as abatiam em suas fábricas, onde possuíam, em média, entre 55 e 65 escravos, além de alguns trabalhadores livres (VARGAS, 2013).

Com o tempo, os Barões do charque foram acumulando uma notável riqueza, apresentando um importante prestígio social e

político na fronteira sul do Império, de onde ajudaram a sustentar a monarquia, a escravidão e a apoiar as guerras contra os países platinos. Muito embora sempre estivesse refém de reveses econômicos conjunturais, a indústria charqueadora-escravista pelotense viveu o seu auge entre os anos 1850 e 1860, vindo a enfrentar a sua derradeira crise na década de 1880. Se em 1822, havia 22 charqueadas em Pelotas, em 1850, este número atingiu a casa dos 30, em 1873, chegou aos 35 e em 1880, 38. Com a crise da escravidão e a incapacidade do grupo em contorná-la, a maior parte dos empresários abandonou os negócios do ramo. O resultado disso foi que em 1900 existiam apenas 11 charqueadas em Pelotas, indicando que o declínio do setor coincidiu com a abolição da escravidão (1888) e a quedada própria monarquia (1889) – que tinha nos Barões do charque um de seus sustentáculos (VARGAS, 2013).

Desenvolvimento econômico e concentração de riqueza

Os inventários *post-mortem* constituem-se em uma fonte documental privilegiada para o estudo do patrimônio acumulado pelas elites econômicas. Num universo de mais de 120 charqueadores que identifiquei em diferentes fontes documentais ao longo de todo o século XIX, localizei 75 inventários(alguns avaliando por mais de uma vez o patrimônio do mesmo charqueador por ocasião da morte das suas cônjuges) cujos proprietários ainda possuíam o estabelecimento de charqueada entre os seus bens, já que alguns charqueadores eram somente arrendatários, outros já não se dedicavam mais aos negócios do charque e uns não tiveram seus bens avaliados completamente (VARGAS, 2013). Para facilitar a comparação das fortunas inventariadas ao longo do século XIX, converti todos os valores avaliados dos mil réis para as libras esterlinas, pois, como é sabido,

a moeda inglesa apresentava-se mais estável e tal método reduz as grandes oscilações da moeda brasileira ao longo do tempo.[9]

Tabela 1 - Análise das fortunas dos charqueadores (em libras esterlinas) por períodos

	N.º Inventários	**Soma dos montantes**	**Média por inventário**	**Mediana**	**Maior fortuna**	**Razão da maior para a menor fortuna**
1810-1825	06	99.782	16.630	12.236	40.256	11
1826-1835	08	42.192	5.574	5.001	12.297	11
1836-1855	19	448.581	23.609	15.629	66.124	16
1856-1870	16	442.026	27.626	19.398	99.023	16
1871-1885	15	688.761	45.917	20.944	189.563	59
1886-1900	07	510.752	72.964	29.937	254.811	89
Total	**71**	**2.232.094**	**31.887**	**15.285**	**254.811**	**229**

Fonte: Inventários *post-mortem*. Cartórios de Pelotas (APERS)

A Tabela 1 demonstra que além das capacidades de acumular riquezas terem aumentado na segunda metade do século, os mais ricos nas últimas décadas do oitocentos eram mais afortunados se comparados aos menos ricos de sua mesma época, ou seja, a riqueza tornou-se maior e mais concentrada. Se entre 1810 e 1835, os charqueadores mais ricos tinham um patrimônio 11 vezes superior ao dos menos ricos, entre 1871-1885, este índice foi de 59

[9] Para a conversão dos valores em mil réis para libras esterlinas utilizei as Médias anuais das taxas de câmbio do Ipeadata, no item *séries históricas*, disponível em http://www.ipeadata.gov.br/. (acesso em 30 agosto de 2012).

vezes e no último período ele atingiu 89 vezes. São indicadores de concentração extremamente altos, uma vez que trato aqui somente de charqueadores, ou seja, não comparo a riqueza desses empresários com a dos mais despossuídos da sociedade pelotense, o que levaria esta diferença a valores altíssimos.

Além do próprio aumento dos preços da terra, dos escravos e das charqueadas entre as décadas de 1850 e 1870, a ampliação das fortunas inventariadas que caracterizaram os últimos três períodos analisados também foi favorecida por causas que conjugam fatores econômicos externos e internos. No mercado internacional, os couros eram cada vez mais demandados pela indústria europeia e norte-americana e seus preços também apresentaram índices positivos no mesmo período, atraindo um grande número de casas comerciais inglesas para o porto de Rio Grande (VARGAS, 2013). A expansão inglesa sobre os mercados dos couros, por exemplo, convergiu com o maior crescimento da economia britânica visto até então. Nunca as exportações inglesas aumentaram tão rapidamente quanto nos primeiros sete anos da década de 1850. Para onde se olhava, a "grande expansão" era notável. Da descoberta do ouro na Califórnia, em 1848, até a metade da década de 1850, a disponibilidade mundial do metal aumentou de seis a sete vezes, fazendo multiplicar os meios de pagamento e encorajar a expansão do crédito. As indústrias se proliferavam por toda a Europa e "os lucros aparentemente à espera de produtores, comerciantes e, acima de tudo investidores apresentavam-se quase que irresistíveis". Esta expansão sofreu um recuo em 1857, para retornar na década de 1860 com toda a força, até a grande depressão de 1873 (HOBSBAWM, 2000, p. 55-77).

Estimulada por este crescimento, as exportações e importações brasileiras tiveram seus valores triplicados entre 1845 e 1865 (GOULARTI FILHO, 2011, p. 414). As exportações britânicas para a América do Sul, por exemplo, saltaram de 6 milhões de libras, em 1848, para 25 milhões, em 1872 (HOBSBAWM, 2000, p. 82). Nessas transações, o Brasil foi o maior parceiro comercial dos

ingleses e o capital britânico fluiu aceleradamente para a economia brasileira (PLATT, 1972, p. 316-321). As embarcações que chegavam com têxteis e mercadorias diversas retornavam abarrotadas de café, açúcar e couros, entre outros produtos. Apesar da grande expansão da indústria têxtil inglesa ter acontecido nas primeiras décadas do oitocentos, ela continuou a crescer nesta época e expandiu-se para outros países.[10]

As décadas de 1850 e 1860 também foram marcadas por grandes investimentos de capitais nacionais e estrangeiros em setores estratégicos da economia brasileira. Os altos valores antes investidos no tráfico atlântico de escravos (estes compunham, na segunda metade da década de 1840, 1/3 do total das importações brasileiras), após a Lei Eusébio de Queiroz, foram deslocados para outras atividades produtivas (SCHULZ, 1996, p. 36). Isto significava dizer que um montante considerável de capitais passou a ser aplicado em investimentos financeiros, sociedades comerciais e industriais, companhias de seguro e navegação, estradas de ferro, projetos de colonização, expansão agrícola e obras públicas, gerando muitas opções de investimentos aos donos do dinheiro.[11] A produção de alimentos voltada para o mercado interno também ampliou-se e refletiu-se no comércio de cabotagem, que saltou de 255.866 toneladas transportadas, em 1846, para 1.912.313 toneladas, em 1869 (GOULARTI FILHO, 2011, p. 415).[12] Com todo este crescimento, a Bolsa de valores do Rio viu-se em completa euforia e foi alvo de muitas especulações gerando grandes fortunas e grandes bancarrotas (LEVY, 1994, p. 54-55).[13]

[10] Para um interessante quadro geral deste período tanto na indústria europeia quanto na sua relação com as Américas ver CANABRAVA (1984). Para uma análise mais aprofundada da presença inglesa no comércio no Brasil oitocentista ver GUIMARÃES (2012).

[11] Algumas análises desta conjuntura podem ser vistas em LEVY (1994); GAMBI (2010); FRAGOSO (1990); PAULA (2012).

[12] Ver também GRAÇA FILHO (1992)

[13] Para uma outra análise num âmbito nacional ver FRAGOSO; MARTINS (2003, p. 143-164).

Mas outros fatores de ordem política também favoreceram um maior incremento da produção charqueadora na segunda metade do século. Nos anos 1850, por exemplo, os charqueadores foram beneficiados com a entrada de gado gordo e barato vindo do Uruguai, por conta dos tratados de comércio e navegação assinados com o país vizinho, em 1851. Além disso, eles puderam contar com o aumento dos preços dos seus produtos na mesma época, uma vez que as charqueadas uruguaias foram duramente prejudicadas pelas guerras que afetaram a região (como a guerra contra Oribe e Rosas, que teve o franco apoio dos próprios estancieiros e charqueadores pelotenses). O mesmo voltaria a ocorrer durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), período no qual as charqueadas de Pelotas atingiram o auge de abates de gado bovino e seu projeto de expansão agrária rumo ao Uruguai encontrou certa sintonia com os interesses políticos e militares do Império na Bacia do Prata (VARGAS, 2013).

Portanto, foi a partir da ampliação do comércio do charque, dos couros e demais produtos da pecuária (mas não somente dela) que as vultosas fortunas dos charqueadores da segunda metade do oitocentos foram acumuladas. Um último indicador pode ser dado a cerca das importações de sal. Entre 1816 e 1822, por exemplo, foi importada uma média anual de 103.073 alqueires do produto, enquanto que, somente no 1º trimestre de 1854, importou-se 196.671 alqueires do mesmo (Berute, 2011, p. 67). O sal era produto fundamental para a fabricação do charque e o salgamento dos couros e tais índices revelam que a produção e o comércio envolvendo as charqueadas haviam entrado em níveis muito altos se comparado com as primeiras décadas do oitocentos. Soma-se a isto o fato de que a média de escravos por charqueador também aumentou de 51,6 no primeiro período indicado pela Tabela 1 para 66,4 e 68,5 cativos nos dois períodos posteriores, por exemplo. Neste sentido, é possível considerar que tanto as transformações econômicas de ordem mais global, quanto o aumento da demanda por alimentos no mercado interno, estavam refletindo-se na

capacidade de ampliação da produção e do aumento das grandes fortunas no período.

A elite charqueadora e o perfil de seus investimentos

Os mencionados ganhos e a acumulação de riqueza não estava disponível para todos os charqueadores. Os anos 1850, 1860 e 1870 foram economicamente favoráveis para que somente um grupo de empresários ampliasse os seus negócios, acumulando grandes montantes de capital, escravos e bens imóveis. A Tabela 2 apresenta 12 fortunas superiores a 50 mil libras esterlinas ocupando o alto da hierarquia econômica do grupo. Elas totalizavam 21,7% dos inventários, mas concentravam 63,5% de toda a riqueza do grupo. No topo, os 4 mais ricos (que tiveram um patrimônio superior a 100 mil libras) concentravam mais de 40% das fortunas. Pode-se argumentar que o período de comparação (1810-1900) é demasiado amplo, além de reunir os charqueadores da primeira geração (que estavam em desvantagem no que diz respeito às possibilidades de acumulação de riqueza) com os dos períodos finais (notadamente em melhores condições de amealhar fortuna). No entanto, refazendo os cálculos apenas para os inventariados depois de 1850, o nível de concentração aumenta ainda mais, pois os 11charqueadores com fortunas acima de 50 mil libras chegam a concentrar 72% da riqueza no período.

Como já foi dito, o mais rico destes empresários foi o Barão de Jarau. Dos charqueadores inventariados ele é o único que não possuía mais a charqueada, tendo escapado da crise geral que afetou o setor nos anos 1880, invertendo seus capitais em outras áreas. Banqueiro conhecido em toda a província, em 1895, 74% de seus bens eram compostos em apólices da dívida pública. Portanto, chegando à velhice numa época de crises (como, por exemplo, o Encilhamento (1890-1891) e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895), o Barão preferiu investimentos mais seguros.

Tabela 2 - Faixas de fortuna em libras esterlinas (1810-1900)*

Faixas de fortuna		Inventários		Fortunas	
A	Superior a 100 mil	4	7,2	760.856	40,7
B	De 50 a 100 mil	8	14,5	425.493	22,8
C	De 25 a 50 mil	9	16,4	317.714	17,0
D	De 10 a 25 mil	13	23,6	238.138	12,7
E	De 5 a 10 mil	13	23,6	96.288	5,2
F	Até 5 mil	8	14,7	29.944	1,6

Fonte: Inventários *post-mortem.* Cartórios de Pelotas (APERS).

*A Tabela totaliza 55 inventários porque, no caso dos patrimônios de charqueadores cujos bens foram avaliados duas ou mais vezes em épocas distintas (a primeira ou segunda vez, quando da morte de sua esposa), foram excluídos os de menor *monte-mor*.

Tal postura, por exemplo, se assemelhava a de alguns grandes cafeicultores estudados por Fragoso e Rios. A partir dos anos 1860, o Comendador Manoel Vallim, o Barão de Nova Friburgo e o Barão de Itapeninga, entre alguns outros, deixaram de comprar escravos e terras, passando a inverter os vultosos lucros de seus cafezais em apólices da dívida pública. Conforme os autores, tratava-se de uma saída precavida contra o esperado fim da escravidão, mas que rendia bem menos que os negócios com o café. Naquela época, as opções de investimentos não eram amplas, pois "o mercado de ações no país era muito precário". Em 1860, a chamada "Lei dos Entraves" restringiu as possibilidades de associação de capitais no Brasil, até que, em 1882, uma nova lei favoreceu tais empreendimentos. Neste período intermediário, restringiu-se "a possibilidade de companhias e de ampliação do mercado acionário". E para ajudar, após a crise de 1857, "houve uma restrição ainda maior do sistema bancário" como "parte da política anti-inflacionária" (FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 199-202).[14]

Contudo, um perfil de investimentos diverso foi o do cunhado de Jarau, o charqueador João Simões Lopes Filho.

[14] Ver também LEVY (1994); FRAGOSO e MARTINS (2003).

Atuando no alto comércio e na banca local, ele emprestou grandes quantias ao Estado, reabilitou a Companhia Hidráulica Pelotense com um investimento de 300 contos de réis, colocou outros 750 contos na Companhia de Iluminação Pública de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, além de ter sido um dos líderes na iniciativa da abertura da barra e canalização do rio São Gonçalo, da Companhia de bondes e da estrada de ferro Rio Grande a Bagé, entre outros empreendimentos regionais. Por tudo isso foi agraciado com o título de visconde da Graça (OSÓRIO,1997, p. 97-100). A diferença com relação ao seu cunhado foi que ele tinha somente 2% de seus bens em apólices e 32% em ações de Companhias, revelando que se interessava por investimentos que, por conta dos altos riscos, buscavam maiores lucros no mercado.[15] Neste sentido, não há exagero em considerar que Graça, pelo tipo de investimentos realizados, foi um empresário escravista que, abandonando lentamente os negócios com o charque, inverteu seus capitais em outros setores, colaborando com a disseminação de práticas mais capitalistas no extremo sul do Brasil. Analisando o balanço das safras das charqueadas nos anos 1870, é possível perceber que tanto Graça quanto Jarau já não se dedicavam tanto à produção de carne-seca, como os demais charqueadores do grupo, pois eles estavam entre os que menos abatiam reses em seus estabelecimentos.[16] Embora outros ricos charqueadores tenham aplicado alguma quantia em ações (entre os 12 mais ricos somente 2 não o fizeram) seus investimentos não se comparavam aos de Graça.

A partir da Tabela 3 também é possível verificar que o perfil do patrimônio dos charqueadores mais ricos não era homogêneo, pois uns investiam mais em alguns bens do que outros. É sabido que a maior parte dos charqueadores residia na cidade ou tinha ali

[15] Inventário Visconde da Graça, n. 1.254, m. 69, 1893, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

[16] Jornal do Comércio (12.07.1877) e Correio Mercantil de Pelotas (03.07.1879) (Biblioteca Pública Pelotense).

residências em que passavam algumas temporadas. No caso dos mais ricos, todos os 12 inventariados possuíam imóveis urbanos e pelo menos 7 deles eram proprietários de grandes sobrados na cidade. A maioria detinha menos de 15% do patrimônio investidos nestes bens. No grupo temos casos como os de Simões Lopes e José da Cunha que possuíam somente duas casas até o de Maia que era proprietário de 49 imóveis na cidade. Quando faleceu, este charqueador já havia se retirado dos negócios com o charque e arrendava o seu estabelecimento. O alto número de imóveis urbanos e o arrendamento da charqueada indica que, no fim da vida, Maia buscou viver como um rentista, o que não significa que ele estivesse alheio aos negócios, uma vez que seus filhos e genros seguiram abatendo reses em sua fábrica.[17]

Apesar de todos possuírem imóveis rurais (como estâncias, chácaras, terrenos e a charqueada) um grupo detinha um peso muito maior aplicado nestes bens. Maciel, Felisberto, Tavares, Barcellos e Cunha não possuíam menos de 43% de seu patrimônio investido neles. Dos 12 inventariados, 3 possuíam estâncias no Uruguai e somente Castro e Chaves não tinham campos de criação em municípios fora de Pelotas. A compra de estâncias de criação nestas regiões dava-se pelo fato de que a extensão dos campos eram maiores e os pastos eram de melhor qualidade, ou seja, eram ótimos para a engorda do gado bovino. Contudo, a maioria dos charqueadores não possuía condições de comprar tais imóveis. Na realidade, a maior parte dos charqueadores só possuía a sua charqueada e pequenas chácaras em Pelotas, não apresentando bens rurais fora do município. Dos 78 inventários de charqueadores pelotenses abertos entre 1810 e 1900, somente 11 possuíam bens rurais no Uruguai e 16 na região da campanha rio-grandense (sendo que 1 inventariado apresentava estâncias em ambas). Tratava-se de um grupo privilegiado de 26 charqueadores

[17] Inventário de Antônio J. da S. Maia, n. 995, m. 25, 1884, 1º cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS).

(33%) que estavam ou entre os mais ricos do grupo ou entre os de fortuna intermediária (VARGAS, 2013, p. 303).

Tabela 3 – Composição do patrimônio dos charqueadores com fortunas acima de 50 mil libras (%)

Charqueadores	Monte-mor (libras)	Monte-mor (mil réis)	Ano	A	B	C		D	E	F	G	H.
						Nº	%					
Joaquim J. de Assumpção (Barão de Jarau)	254.811	6.152:393$500	1895	9,8	2,4	-	-	-	1,8	1,4	84,6	-
Aníbal Antunes Maciel (Coronel)	189.563	1.893:256$602	1871	51,8	1,1	159	9,0	10,8	7,5	21,8	-	5,5
José Antônio Moreira (Barão de Butuí)	173.162	1.829:905$407	1877	15,7	5,8	158	2,7	41,0	14,0	9,5	6,5	2,9
João Simões Lopes Filho (Visconde da Graça)	143.320	2.894:415$540	1893	24,7	9,7	-	-	23,2	1,2	5,2	34,0	0,2
José Inácio da Cunha	78.035	749:137$798	1865	49,5	1,6	116	21,3	2,9	7,6	11,4	0,1	2,5
Antônio J. de Oliveira Castro (Comendador)	66.124	634:797$351	1848	15,0	17,0	175	13,3	35,8	7,5	0,6	-	7,5
José Rodrigues Barcellos (Comendador)	65.409	546:030$572	1850	53,2	14,6	82	6,9	19,7	-	5,7	-	-
Antônio José da Silva Maia	63.482	736:155$500	1884	11,3	37,0	55	-	29,3	9,8	0,1	11,7	0,4
João Simões Lopes	58.444	472:976$160	1853	15,3	4,1	81	14,1	11,2	27,0	14,5	2,4	1,6

(Comendador)												
Joaquim da Silva Tavares (Barão de S. Tecla)	56.808	1.435:164$080	1900	58,7	8,9	-	-	-	6,5	23,7	1,7	-
Antônio J. Gonçalves Chaves Filho (Doutor)	52.132	500:467$360	1872	14,9	12,6	27	4,5	0,1	33,5	*	23,2	*
Felisberto Inácio da Cunha (Barão de Correntes)	51.183	500:163$173	1877	43,0	9,2	75	16,6	10,2	-	12,7	2,6	1,7

Fonte: Inventários post-mortem. Cartórios de Pelotas (APERS)

A – Imóveis rurais; B – Imóveis urbanos; C – Escravos; D – Dívidas ativas; E – Dinheiro; F – Animais; G – Ações e apólices; H – Embarcações; * Possuía estes bens em sua firma, mas ficaram com o seu sócio.

Entretanto, nem todos estes bens rurais eram estâncias de grande criação, sendo alguns deles pedaços de campos ou pastagens com pouco gado. Somente 13 (16,6%) possuíam rebanhos superiores a 2.000 cabeças de gado, o que, conforme Farinatti (2010), os qualificariam como "grandes criadores" na fronteira. Entre estes 13 charqueadores estavam 9 dos mais ricos analisados até aqui. Joaquim J. de Assumpção, por exemplo, possuía 3.000 reses de criar, Felisberto I. da Cunha 4.330, José R. Barcellos tinha mais de 4.600, João S. Lopes mais de 7.000, João S. Lopes Filho mais de 8.500, José I. da Cunha era dono de 11.400 reses, Joaquim da S. Tavares tinha mais de 8.700 e José A. Moreira possuía 13.000 reses em seus campos. Mas o maior criador do grupo foi o coronel Anibal Antunes Maciel, que tinha mais de 34.000 cabeças de gado pastando em suas estâncias no Uruguai. De acordo com Farinatti (2010), que estudou Alegrete entre 1825 e 1865 (uma das regiões que concentrava os maiores criadores de

gado do Rio Grande do Sul), os proprietários de rebanhos superiores a 5.000 reses compunham o topo da hierarquia social local (FARINATTI, 2010). Neste sentido, os mais ricos charqueadores pelotenses podiam tranquilamente equiparar-se aos grandes pecuaristas da fronteira com o Uruguai.

Com relação à mão de obra escrava é possível verificar que todos aqueles que tiveram seus bens inventariados antes da Abolição da escravidão (1888) possuíam cativos, como não poderia ser diferente. Também é necessário ressaltar que o tamanho da riqueza era proporcional ao tamanho do plantel. Excluindo a escravaria de Gonçalves Chaves, que teve somente parte dos cativos arrolados (o restante ficou com seus sócios), a média de cativos destes 12 mais ricos era de 115 escravos, ou seja, quase o dobro da média geral de todos os charqueadores da época. Tais dados são de extrema importância, pois somente os charqueadores mais ricos, ou seja, com extensos plantéis de cativos, tinham condições de manter trabalhadores escravos tanto na charqueada, quanto nas suas distantes fazendas e nas suas embarcações (VARGAS, 2013).

Em somente um dos casos o percentual dos escravos foi superior a 20% da fortuna inventariada.[18] Somado ao valor do estabelecimento da charqueada, eles compuseram mais de 25% dos bens do charqueador em somente dois casos. Contudo, entre os charqueadores de fortuna inferior a 50 mil libras esterlinas o percentual dos escravos e da charqueada no perfil do patrimônio tendia a ser maior, revelando que eles tinham menos investimentos em outros ramos de atividades, o que também os tornava mais vulneráveis em conjunturas econômicas adversas.[19] É

[18] No inventário de Antônio José da Silva Maia constavam apenas os serviços dos 55 escravos que ele havia libertado sob cláusula de contrato de trabalho. Coloquei 74 cativos na Tabela porque este era o número de escravos que ele possuía em 1869, quando arrendou sua charqueada para um comerciante (Escritura de 16.09.1869, Livro de Notas n. 12, 1º Tabelionato de Pelotas, APERS). Em ambos os casos não foi possível saber o preço dos escravos.

[19] Este percentual tende a aumentar conforme vai se descendo para as fortunas intermédias e pequenas. Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos, Custódio Gonçalves Belchior e Inácio Rodrigues

importante ressaltar que não ser um grande pecuarista e não atuar no comércio do charque não inviabilizava as atividades econômicas de um charqueador. No entanto, aqueles que se restringiam somente às atividades de charquear, ou seja, não conseguiam atuar na atividade criatória e na mercantil, tinham seus ganhos diminuídos, pois os tornava mais dependentes dos grandes comerciantes marítimos e dos vendedores de tropas de gado.

Quando se observa o montante composto por armazéns, embarcações, ações, dinheiro e dívidas ativas é possível perceber que boa parte dos investimentos do grupo possuía um perfil mais urbano-mercantil (e em alguns casos, capitalista) do que um perfil rural. Dos 12 charqueadores mais ricos, 9 apresentaram embarcações nos seus inventários, que somadas, chegaram a um total de 31. Contudo, somente 3 destes charqueadores possuíam navios de grande tonelagem (Barão de Butuí, Anibal Maciel e Antônio José de Oliveira Castro) quando faleceram, sendo que os outros eram proprietários de iates – barcos menores que serviam para levar as mercadorias até o porto de Rio Grande. No entanto, como os inventários retratam a composição das fortunas dos mesmos na fase idosa de suas vidas, o cruzamento com outras fontes documentais, como as escrituras públicas e os registros de matrículas e embarcações da Junta Comercial do Rio Grande, revela que a maioria destes charqueadores havia participado do comércio marítimo em outros tempos, abandonando-o depois de uma certa idade. Na década de 1860, o Visconde da Graça, o Dr. Chaves Filho e Felisberto Cunha, por exemplo, apareceram registrando um patacho, um brigue e uma barca americana na mencionada Junta. O campeão de registros foi Moreira, com pelo

Barcellos, por exemplo, tinham respectivamente 74%, 54% e 84% do seu patrimônio investidos na charqueada e nos escravos (Inventário de Cipriano J. R. Barcellos, n. 2, m. 1, 1870, 2º cartório de órfãos e ausentes, Pelotas; Inventário de Silvana Claudina Belchior, n. 727, m. 44, 1870, 1º. Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas; Inventário de Inácio Rodrigues Barcellos, n. 554, m. 36, 1863, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS)).

menos quatro embarcações de grande porte registradas.[20] Além dos registros de embarcação, também foi possível verificar que José Rodrigues Barcellos e João Simões Lopes foram negociantes de grosso trato matriculados na Real Junta do Comércio da Corte, atuando no comércio marítimo, e que Antônio José da Silva Maia também havia atuado na navegação de cabotagem remetendo seus navios com charque para a Bahia e Pernambuco.

Dos 22 exportadores de charque que enviaram carregamentos para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro na safra de 1874/75, 9 eram charqueadores, sendo que Antônio José da Silva Maia e o Barão de Butuí foram os que remeteram mais embarcações com charque (respectivamente, 14 e 6 navios).[21] Ao remeterem seus navios para o nordeste, os mesmos retornavam com mercadorias que deviam auferir significativos lucros no comércio atacadista pelotense. Em janeiro de 1875, por exemplo, a barca Pombinha, do Barão de Butuí, retornou da Bahia com 133 barricas de açúcar, 700 barricas de cal e 177 volumes de piaçabas.[22] Na mesma época, o charqueador Anibal Antunes Maciel também atuava neste mesmo ramo. Conforme o seu advogado, no processo de inventário dos bens do casal, os mesmos possuíam "navios (...) os quais por comportarem alto calado não podem entrar na Barra do arroio São Gonçalo e chegar a esta cidade, [mas somente em] Rio Grande, onde costumam estar ditos navios a receber cargas para conduzí-las às províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco".[23]

Outra forte evidência da íntima relação destes charqueadores mais ricos com o comércio de longo curso pode ser atestada na lista dos presidentes da Associação Comercial de Pelotas. Criada em 1873,

---

[20] Registro de matrículas de comerciantes e embarcações da Junta Comercial do Rio Grande. Fundo *Junta Comercial*, Códices 17 a 27, AHRS.

[21] *Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros.* Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Códice 170 (volumes 1, 2 e 3) (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 06.12.1875 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

[22] *Jornal do Comércio* de Pelotas (05.01.1875), Biblioteca Pública Pelotense.

[23] Inventário de Felisbina da Silva Antunes. N. 68, m. 2, Pelotas, Cartório do Civel e Crime (APERS).

ela foi continuamente dirigida por charqueadores.[24] Este foi o caso de Possidônio Mâncio Cunha, João Maria Chaves, Lúcio Lopes dos Santos, Paulino Costa Leite, Joaquim Rodrigues da Silva, Joaquim da Silva Tavares e Joaquim José de Assunção. É importante destacar que destes 7 presidentes, 2 estão entre os 12 charqueadores mais ricos e 3 deles eram sócios de outros charqueadores do mesmo grupo (sendo que 2 também eram irmãos dos mesmos).

Portanto, apesar dos patrimônios analisados não apresentarem uma homogeneidade no que diz respeito a sua composição, há algo que colocava essa elite charqueadora em situação de semelhança. Ela não se especializara num único ramo deste sistema econômico e buscara diversificar o máximo possível os seus investimentos. Neste sentido, o seu enriquecimento também foi resultado da alta capacidade em diversificar os seus negócios e evitar a especialização na produção. Apesar de alguns terem se esforçado para conseguir um maior sucesso no abastecimento de gado, outros dedicaram-se mais ao comércio marítimo, podendo atuar também como prestamistas e capitalistas locais. Tal capacidade de investimentos foi muito pequena entre os charqueadores de fortunas menores e intermediárias, pois somente uma minoria conseguiu atuar no comércio de longo curso e possuir grandes estâncias de criação fora de Pelotas. Esta diversificação era, ao mesmo tempo, um privilégio dos mais ricos e a origem de suas riquezas. De acordo com Braudel, analisando a hierarquia do mundo dos negócios entre os séculos XV e XIX, era somente na base e no seu intermédio que os participantes do mundo dos negócios se especializavam em um ramo, pois na medida em que a economia de mercado encontrava o seu progresso, ela afetava toda a sociedade mercantil, intensificando a divisão social do trabalho. Esta "fragmentação das funções" se manifestava primeiro nos estratos inferiores: "os ofícios, os lojistas, os mascates, se especializavam". Mas o mesmo não ocorria no alto da

[24] Correspondência da Associação Comercial de Pelotas. Fundo *Junta Comercial*, maço 3, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

pirâmide, visto que, "até o século XIX, o negociante de altos voos jamais se limitou, por assim dizer, a uma única atividade". Era "negociante, sem dúvida, mas nunca num único ramo", e também era, "segundo as ocasiões, armador, segurador, prestamista, financista, banqueiro ou até empresário industrial ou agrícola" (BRAUDEL, 1987, p. 40).

Um dos reflexos dessa diversificação foi que os mesmos charqueadores assumiam distintas ocupações econômicas quando classificados em algum documento público. Explicando melhor, dependendo dos investimentos que os mesmos realizavam, a sua imagem perante a sociedade local se alterava. O Barão de Butuí, por exemplo, que apresenta o maior índice de dívidas ativas entre os inventariados, foi qualificado como "capitalista" na lista de votantes de Pelotas, de 1865. Antônio Maia, cujos imóveis urbanos compunham 37% de seus bens, foi qualificado como "proprietário". Possidônio Cunha, dono de estâncias no Uruguai juntamente com seus parentes, foi classificado como "fazendeiro", o que também ocorreu com o visconde da Graça.[25] Apesar de possuírem suas charqueadas, os mesmos não foram classificados como "charqueadores" em tais documentos.

Política, nobreza e educação

Não considero esses mesmos charqueadores como sendo das "principais famílias" apenas pelo fato de serem os mais ricos. Quando se altera o foco de análise buscando outros fatores de hierarquização percebe-se que os mesmos, juntamente com os seus parentes, também concentravam distintos recursos imateriais baseados em critérios não-econômicos. Observando o acesso dos charqueadores pelotenses aos títulos de nobreza, aos diplomas de curso superior e aos altos cargos na política imperial, nota-se que

[25] Lista de Qualificação de votantes de Pelotas (1865). Fundo "Eleições", maço 2, AHRS; Lista de qualificação de votantes de Pelotas (1880) (Biblioteca Pública Pelotense – transcrição deste último documento gentilmente cedida pelo Professor Adhemar Lourenço da Silva (UFPel)).

estas mesmas famílias também ocupavam o topo da hierarquia entre os charqueadores (Tabela 4). Portanto, elas concentravam não apenas a riqueza, mas também o acesso à alta política, ao *status* social e à educação superior naquela sociedade, demonstrando que a desigualdade de distribuição de recursos não se dava apenas nos aspectos econômicos.

Tabela 4 – Relação entre Riqueza, Nobiliarquia, Alta política e Educação entre as famílias charqueadoras de Pelotas (1845-1900) – em libras esterlinas[26]

Faixas de fortuna	N. Inventários	Títulos de Nobreza	Cargos na Alta política	Diplomas de curso superior
Acima de 100 mil	4	7 títulos 100 % dos invent.	8 cargos 100% dos invent.	11 diplomas 100% dos invent.
De 50 a 100 mil	8	7 títulos 71% dos invent.	5 cargos 49% dos inventa.	6 diplomas 71% dos invent.
De 20 a 50 mil	13	2 títulos 15% dos invent.	5 cargos 38% dos invent.	7 diplomas 30% dos invent.
De 10 a 20 mil	9	1 título 11% invent.	-	2 diplomas 22% invent.
Menos de 10 mil	17	-	-	-

Fonte: Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas; FRANCO (2001); CARVALHO (1937); VARGAS (2010; 2013).

No Brasil Império, as portas da elite política abriam-se mais facilmente aos portadores de um diploma de bacharel, o que torna a correlação entre elite bacharelesca e elite política nítida. Os ricos charqueadores possuíam maior capacidade de manter um filho estudando nas Academias imperiais e os resultados acabavam sendo convertidos num maior acesso a cargos na burocracia ou na política e em bons casamentos. O acesso à alta política geralmente rendia bons frutos à família e aos aliados do indivíduo consagrado.

[26] Para a construção desta tabela foram considerados como familiares os pais, filhos, irmãos, genros e sogros.

O auge da elite charqueadora em termos de poder político nacional ocorreu quando Francisco Antunes Maciel, membro de uma das principais famílias charqueadoras, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de uma pasta extremamente poderosa e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos Executivos provinciais. Na época, Maciel não apenas nomeou o seu parente Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande do Sul, como parece ter influído para que sua família recebesse mais 3 títulos de nobreza. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e outro parente, Aníbal Antunes Maciel, foi titulado Barão de Três Serros (1884).

A obtenção de tais títulos era um dos fatores fundamentais para sacramentar a posição destas famílias não apenas na localidade, como em toda a Província, conferindo às mesmas a benção nobiliárquica consagrada pelo Imperador. No Antigo Regime europeu, uma das funções da nobreza era encarregar-se do governo da sociedade, traço que parece ter permanecido significativo em diversos países ao longo do século XIX.[27] Mas a nobreza titulada brasileira, ao contrário da europeia, havia surgido em meio a uma sociedade no qual o arranjo institucional possuía um forte caráter liberal. A nobreza tupiniquim não se ligava à pureza de sangue, à longevidade imemorial dos seus troncos familiares, não era hereditária e não conferia grandes privilégios legais aos seus portadores, por exemplo. Suas únicas semelhanças com a nobreza de Antigo Regime diziam respeito ao fato de que os títulos eram mercês reais oferecidas como retribuição aos serviços prestados à Coroa, denotando a defesa da monarquia por parte dos agraciados, e que a importância dos mesmos coincidia com a

[27] A bibliografia sobre o tema é bastante ampla. Para uma análise inicial ver LUKOWSKI(2003), LIEVEN (1992), SCOTT (2007) e MONTEIRO (1998).

hierarquia política do Império, ou seja, os membros da alta nobreza e os da alta política se confundiam.[28]

A ostentação de títulos de nobreza representava a confirmação de um estreito vínculo com os grandes espaços de poder político, além de servir como uma amostra das famílias mais ricas da província e daquelas que se identificavam e eram identificadas com o projeto político imperial. Além disso, os títulos lhes conferiam certo *status* social que as diferenciava das demais famílias do extremo sul do País. Pode-se dizer ainda que a Corte, ao congratulá-los, os reconheciam como membros das elites provinciais, possibilitando, através dos mesmos, uma melhor interlocução entre o governo central e as regiões onde concentravam sua base social e econômica, oferecendo-lhes, em conseqüência disto, um acesso mais facilitado ao mundo da alta política (VARGAS, 2010).

No Rio Grande do Sul, provavelmente de forma mais acentuada do que nas outras províncias, a maioria dos títulos foi concedida como retribuição aos serviços militares dos seus súditos. A nobreza rio-grandense possuía um perfil fortemente ligado ao campo de batalha, envolvendo também estancieiros civis que haviam lutado em uma ou mais guerras. Cerca de 65% dos 58 rio-grandenses que receberam títulos de nobreza no Segundo Reinado eram ou oficiais da Guarda Nacional ou do Exército. Pelo menos 22 deles participaram da Revolução Farroupilha, sendo 19 do lado legalista (VARGAS, 2010). Mas no caso dos charqueadores, os títulos de nobreza recebidos pelos mesmos eram mais uma retribuição ao dispêndio de seu patrimônio do que qualquer outra coisa. Apesar de patrocinar financeiramente a guerra e insuflar os movimentos nos bastidores os charqueadores não foram grandes guerreiros (VARGAS, 2013). Portanto, como os títulos

[28] Como demonstrou José Murilo de Carvalho, se otítulo de barão reservava-seprincipalmente às nobrezas provinciais, os Viscondes, Marqueses e Condes eram títulos que se confundiam com os membros da elite política imperial (CARVALHO, 2003, p. 258-259). Maria Fernanda Martins também verificou uma profunda imbricação entre os nobilitados e os membros do Conselho de Estado (MARTINS, 2007).

nobiliárquicos dos mesmos também se constituíram em uma compensação pelo patrimônio gasto com o Império e a libertação de escravos em grandes quantidades não surpreende que as famílias charqueadoras mais ricas concentrassem tais honrarias, como foi destacado na Tabela 4.

Concluindo, pode-se dizer que a análise prosopográfica deste grupo revelou que um número pequeno de famílias concentrava riqueza, poder e prestígio e que as mesmas estavam hierarquicamente acima dos demais charqueadores que não possuíam as mesmas condições de investimento e enriquecimento. Além disso, é importante destacar queessas poucas famílias estavam intimamente vinculadas por laços de parentesco consaguíneo, matrimonial e espiritual, mesmo que politicamente as mesmas militassem parte entre os conservadores e outra parte entre os liberais. No mais, é necessário ainda considerar que o topo desta elite continuava a apresentar a mesma estrutura socioeconômica estudada por Helen Osório no período colonial tardio. Aqueles que ocupavam o estrato superior eram os que atuavam também no comércio marítimo de longo curso, configurando-se em comerciantes-charqueadores.

Referências

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography*, 19, 4 (1993).

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2011.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CANABRAVA, Alice. *O algodão em São Paulo (1861-1875).* São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX.* Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).* Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. O império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: um estudo de relações não-capitalistas de produção (1850-1920)*. Dissertação de mestrado em História, UFRJ, 1983.

FRAGOSO, João L. R.; MARTINS, Maria F. V. As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). *Ensaios sobre escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 143-164.

FRAGOSO, João e RIOS, Ana Lugão. Um empresário no oitocentos. In: CASTRO, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

GAMBI, Thiago Rosado. *O Banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)*. Tese de Doutorado em História, USP, 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX*. Ensaios FEE, v. 32, n. 2, nov. 2011, p. 409-434.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 1992.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Anna Blume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1993.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. In: *Revista Logos*. Canoas: Ulbra, v.11, n.1, 1998.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (et al.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. Tese de Doutorado em Economia, USP, 1998.

MARCONDES, Renato. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1 (126), jan-mar, 2012, p. 142-166.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: Século XIX (Uma Província no Império)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2009.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas.* Pelotas: Armazém Literário, vol. 2, 1997.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes.* Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PAULA, João Antônio de. *O processo econômico.* In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *História do Brasil Nação: a construção nacional (1830-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, v. 2, 2012, p. 179-224.

PLATT, D. C. M. *Latin America and British Trade (1806-1914).* London: T. & A. C. Ltd., 1972.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

REVERBEL, Carlos. *Um Capitão da Guarda Nacional.* Caxias/Poa: UCS/ Martins Livreiro, 1981.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835).* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição.* São Paulo: EDUSP, 1996.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política,* UFPR, 2013, p. 115-137.

VARGAS, Jonas M. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina L. (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise.* São Paulo: Alameda, 2012.

VARGAS, Jonas M. *"Pelas margens do Atlântico": um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partirdas famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).* Tese de Doutorado em História.Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

15

A cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites: novas fontes documentais para o seu estudo (década de 1910).

Jonas Vargas[1]
Jéssica Rodrigues Peres[2]

Seja pelos seus aspectos socioculturais, seja pela sua importância em termos políticos e econômicos, Pelotas é uma das principais cidades do Rio Grande do Sul. Contudo, quando a examinamos a partir de um panorama histórico, tal importância se acentua ainda mais, visto que em épocas mais remotas ela era a principal cidade da região sul. Referimo-nos ao século XIX, mais propriamente ao período de auge das charqueadas escravistas. Nesta época, o Conde D'Eu deixou registrado:

> Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no

[1] Professor Adjunto do Departamento de História da UFPel.

[2] Graduanda do curso de Bacharelado em História da UFPel/ Bolsista Probic-Fapergs

> interior da campanha, vem gozar as onças e os patacões que ajuntou em tal mister. (...) O rápido desenvolvimento de Pelotas é um fato notável que não encontra análogo na província e que pressagia a esta cidade um futuro considerável.[3]

O Conde D'Eu ainda finalizou escrevendo que, ao invés de Porto Alegre, era Pelotas que deveria ser a capital da Província. No entanto, a crise das charqueadas escravistas atingiu a localidade nos anos 1880, afetando fortemente a economia regional. Apesar disso, o novo cenário viu surgir uma nova elite financeiro-industrial e agropecuarista.Se já não era mais a terra dos barões do charque, Pelotas ainda se manteve como importante referência política e econômica regional. Exemplo disso foi a atuação do Banco Pelotense, fundado em 1906, que acabou se tornando uma das principais instituições bancárias do Brasil. Na mesma época, o chamado "ciclo do charque" foi lentamente dando espaço ao "ciclo do arroz". As industrias floresceram, a população continuou em crescimento e,escrevendo em 1940, Wolfgang Harnisch deixou registrado o seguinte: "A riqueza que traziam era fantástica (...). Esses milionários pelotenses bem poderiam ter vivido no Rio ou em Nice e ainda em Paris; poderiam ter concorrido com os fidalgos russos no luxo e na dissipação de Monte Carlo".[4]

Assim sendo, não é possível falarmos em uma decadência social e econômica após o auge das charqueadas escravistas, uma vez que a economia pelotense continuou a dinamizar-se, proporcionando outros espaços de atuação, e as suas elites foram se adaptando aos novos ventos da economia mundial, muito embora muitas famílias foram varridas pelas diversas crises. No entanto, é inegável que Porto Alegre, seus municípios vizinhos e a região da serra (de colonização italiana) apresentaram índices de desenvolvimento muito maiores, ao ponto de constatarmos que a metade sul do Estado não conseguira acompanhar os mesmos

[3] D'EU, Conde. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul.* São Paulo: USP, 1981, p. 130-131.

[4] HARNISCH, Wolfhang. *O Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1952.

ritmos de crescimento nas próximas décadas.[5] Além do mais,a elite política pelotense, que no oitocentos apresentava um número de famílias notáveis no cenário político regional e nacional, após as primeiras décadas do século XX já não possuía mais a mesma representação.

Todos esses movimentos ainda não foram muito bem estudados, de forma que o presente texto, inserido num projeto de pesquisa mais amplo, busca apresentar ao leitor algumas fontes documentais que ajudam a caracterizar a população pelotense e parte de suas elites num momento-chave de tais transformações socioeconômicas e políticas.Não pretendemos discutir o caráter da suposta decadência no período mencionado acima, nem situar quais as suas raízeshistóricas e as crises que afetaram a economia pelotense. Nosso projeto certamente está direcionado para a busca de uma melhor compreensão de tais fenômenos, mas eles receberão a nossa atenção mais futuramente.

Assim sendo, o objetivo principal do presente texto é analisar duas fontes praticamente não exploradaspela historiografia regional que podem auxiliar nos estudos sobre a população pelotense na década de 1910. Uma delas é uma espécie de"censo" municipal de 1911, documento que se encontra sob a guarda da Biblioteca Pública Pelotense.[6]A outra são os dados extraídos de um Anuário estatístico editado pelo famosoAlmanackLaemmert – coleção organizada no Rio de Janeiro– que reúne informações sobre os estabelecimentos existentes em diversos municípios do Brasil nos séculos XIX e XX.[7] Por fim, buscamos demonstrar uma

[5] FONSECA, Pedro Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 56-68.

[6] Intendência Municipal de Pelotas. Dados Estatísticos (1910-1911). Pelotas: Diário Popular, 1911 (DPM-023).

[7] Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil para 1914. Rio de Janeiro: AlmanakLaemmert, 1914. Com relação a esta fonte é importante mencionar que no início das pesquisas do presente projeto, acreditávamos que ela reunia tais dados somente para o ano de 1914, visto que foi o primeiro exemplar que encontramos a partir de uma pesquisa aleatória. Contudo, posteriormente verificamos que os dados referentes ao município de Pelotas são apresentados pela primeira vez no "Almanack" publicado em 1907 e estão

possível caracterização das elites pelotenses na época, a partir do cruzamento de informações relativas às profissões e ocupações socioeconômicas de seus membros em ambos os documentos. A ideia é que se usados de forma complementar, os mesmos possibilitam uma melhor visão a respeito da sociedade pelotense no período.

Pelotas na década de 1910 e os dados compilados nas fontes

A origem de Pelotas está diretamente ligada ao surgimento das primeiras charqueadas escravistas no final do século XVIII. A riqueza e opulência alcançadas pelas suas elites na segunda metade do oitocentos também tinha íntima relação com o mesmo complexo fabril que, no interior de um sistema econômico mais amplo, ainda incluía a criação extensiva e as redes mercantis atlânticas. No entanto, a crise das charqueadas escravistas, que se iniciou na década de 1870 e se concretizou na década posterior, anunciou uma nova etapa na sociedade e economia pelotenses.

Alguns autores consideraram que a decadência das charqueadas estaria ligada ao fim da escravidão. Se pensarmos pelo lado do impacto na falta de mão de obra nos estabelecimentos, tal tese está correta, muito embora não seja o único fator causador.[8] Porém, alguns também veem no fim da escravidão um golpe no mercado consumidor do charque, o que teria provocado a diminuição na procura pelo produto. Mário Osório Magalhães, por exemplo, argumentou que um dos fatores que fizeram as charqueadas entrarem em decadência foi a abolição da escravidão,

presentes de forma quase ininterrupta até 1936. Portanto, este é o motivo pelo qual analisamos somente o ano de 1914 no presente artigo. Uma análise de todos os volumes seria impossível no presente momento, visto a grande quantidade de informações (como poderá se ver mais adiante). Entretanto, a validade da análise realizada aqui sustenta-se pelo fato de que estamos apresentando a fonte ao leitor, assim como as possibilidades de pesquisa com a mesma.

[8] VARGAS, Jonas M. *"Os Barões do charque e suas fortunas": um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX)*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

pois "deixou de existir o escravo, que era o maior consumidor do produto".[9] Beatriz Loner, por sua vez, considerou que "a abolição da escravidão cobrou seu tributo a essa indústria, não só pela desorganização da produção naquela safra e na seguinte, como pela diminuição do mercado do charque".[10]

Ora, as estatísticas das exportações rio-grandenses mostram que após o fim da escravidão o charque continuou a ser vendido em altas quantidades.Apenas para nível de comparação, durante o auge das charqueadas pelotenses nos anos 1860, o Rio Grande do Sul exportou em média 30 a 35 mil toneladas do produto, ultrapassando as 40 mil somente em um dos anos. Já nas décadas de 1910 e 1920, o Rio Grande do Sul exportou, respectivamente, uma média de 45 mil toneladas na primeira e 52 mil na segunda.[11] Ou seja, a produção aumentou em mais de 50%. Outro dado importante diz respeito aos rebanhos destinados ao charque. No período em que estamos trabalhando aqui, de 1911 a 1915, o Rio Grande do Sul abateu 3.213.595 cabeças de gado, o que representa uma média de mais de 640 mil novilhos abatidos por safra – índice bem acima do meado do século XIX.[12]

Portanto, o fim da escravidão trouxe dura crise às charqueadas escravistas, mas não aos estabelecimentos em si. Utilizando-se de mão de obra assalariada, eles continuaram funcionando com vigor, ampliando a sua produção e atendendo a uma demanda crescente pelo produto. No entanto, nessa nova etapa eles já não tinham em Pelotas seu principal núcleo fabril.Na virada do século começaram a surgirnovos estabelecimentos em diversos municípios da fronteira sul, do planalto norte e até

---

[9] MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas agrícola e pastoril: história da Associação Rural.* Pelotas: Armazém Literário, 1998, p. 27.

[10] LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande***.** Pelotas: Ed. UFPel, 2016, p. 40.

[11] DALMAZO, Renato; CARVANTES, Roberto. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul: do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004, p. 109.

[12] DALMAZO, Renato; CARVANTES, Roberto. Op. cit., p. 49; VARGAS, Jonas.Op. cit., p. 158.

mesmo da serra gaúcha, colaborando para um maior incremento da produção.[13]Assim sendo, as exportações continuaram a crescer porque o fim da escravidão não alterou as condições alimentares dos ex-escravos de forma drástica. Além do mais, o charque sempre fez parte da dieta das populações pobres das grandes cidades e nunca foi comida exclusiva dos escravos. Tratando-se de uma proteína barata, pouco perecível e de fácil acesso, ela continuou alimentando parte das classes trabalhadoras por décadas.

Assim sendo, se Pelotas possuía 38 charqueadas em 1880, este número cairia para 18 em 1890, refletindo o impacto da crise da mão de obra. Em 1900, o índice caíra para 11 e, em 1920, Pelotas possuía somente 5 charqueadas.Neste processo, quase todas as ricas famílias charqueadoras pelotenses que viveram o auge nos anos 1860/1870 também foram abandonando este ramo dos negócios.[14] Diante de tais indicadores, não resta dúvida de que, nasprimeiras décadas do século XX, Pelotas deixara de girar sua economia entorno do charque. Como já foi dito, sua economia agora se diversificou. Além da charqueada e da agricultura colonial, ela apresentava importante inversão na lavoura arrozeira. De acordo com Loner, em 1903 a atividade ligada ao arroz começa a surgir ganhando força em 1907.Ricos fazendeiros começaram a investir nesta produção e no censo nacional de 1920, por exemplo, Pelotas já era o 3º município do Brasil no número de arados. A partir dos anos 1920 a agricultura foi mecanizada, demonstrando que a entrada de capitais vinha sendo significativa.[15]

A dinamização da economia também pode ser representada pela criação do Banco Pelotense (1906), pela instalação do

[13] VOLKMER, Márcia S. *"Onde começa ou termina o território pátrio": os estrategistas da fronteira, empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí,1893-1928).* Dissertação de mestrado em História, Unisinos, 2007; PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores.* Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

[14] VARGAS, Jonas. Op. cit.

[15] LONER, Beatriz. Op. cit. p. 36.

Frigorífico Rio-Grandense (1919) e pela crescente industrialização tão bem estuda por Loner, todos os três bem alinhados ao capital mercantil da cidade. Todos estes fatores provocaram transformações sociais profundas, como uma acelerada urbanização, a formação de uma classe operária e o investimento financeiro em outas atividades. Pelotas tornara-se ponto de atração para migrações tanto internas quanto vindas do estrangeiro. De acordo com Loner, em 1890 a população pelotense era de 42.591 pessoas.Na parcela urbana da cidade, 18,1% dos habitantes eram estrangeiros, na sua maioria portugueses, enquanto os classificados como negros e mestiços chegavam a 30,7%.[16] Tudo isto contribuiu para uma maior diversidade sócio-profissional e ocupacional que foi tomando conta da cidade e que se reflete nas fontes documentais analisadas. Neste sentido, a população pelotense continuou em crescimento, atraindo imigrantes europeus e gerando problemas comuns às cidades modernas da época, como o saneamento, o abastecimento, a criminalidade e o próprio processo de urbanização.[17]

A partir de tais questões, podemos nos perguntar: que tipo de impactos sociais e econômicos sofreu a cidade de Pelotas diante de tais fenômenos? O interesse pela História urbana e a História das cidades têm cada vez mais atraído a atenção dos pesquisadores nos últimos anos e tais estudos tem contribuído de forma marcante com a renovação teórica e metodológica a respeito da temática.[18] No entanto, os mesmos constituem-se em temas

[16] LONER, Beatriz. Op. cit. p. 44-45.

[17]ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel doséculo XIX*. Dissertação de Mestrado em História. PUCRS, 1996; GOUVÊA, Melissa X. *Mísera princesa destronada: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928)*. Dissertação de Mestrado em História. PURCS, 2015; POMATTI, Angela B. *Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticasde cura (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2011; VIEIRA, Sidney G**.** *A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social de espaço urbano em Pelotas*. Pelotas: EdUFPel, 2005.

[18] LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001; TORRÃO FILHO, Amilcar. História urbana: a configuração de um campo intelectual. *Urbana: Revista do CIEC-Unicamp,* v. 7, n. 10, jan./ago., 2015, p. 1-9.

clássicos não apenas na historiografia, como na Sociologia e no Urbanismo, por exemplo. Segundo Ronald Raminelli o interesse pelas cidades e as vivências e sociabilidades urbanas atraiu importantes estudiosos como Max Weber, Georg Simmel, Henri Pirenne, Maurice Dobb, entre muitos outros.[19] No Brasil, as pesquisas na áreasão multidisciplinares e começa pelo interesse na história das cidades coloniais até os aglomerados urbanos dos dias atuais, problematizando o rápido crescimento das periferias nas capitais, as política públicas e planejamentos urbanos e a vida nas grandes cidades. As páginas a seguir certamente não buscam realizar uma história inspirada em tal viés historiográfico, uma vez que esse não é o objetivo principal do texto. Contudo, as fontes analisadas a seguir trazem importante contribuição para aqueles que quiserem utilizá-las nesse sentido, o que torna nossa tarefa de divulgação dos documentos ainda mais interessante.

a) O "Censo" municipal de 1911

O Censo municipal de 1911 trata-se de um documento bastante rico a respeito da população pelotense da época. Ele foi organizado pelo diretor de Estatísticas do município, Alberto Coelho da Cunha, e traz dados sobre a população, as profissões e atividades econômicas, a instrução pública, entre outros aspectos.

De acordo com o documento, Pelotas possuía, em 1911, 62.701 habitantes, dos quais 32.880 viviam na cidade, ou seja, pouco mais da metade. A cidade (perímetro urbano) junto com os subúrbios (que somavam 3.363 habitantes) faziam parte do 1º distrito do município. É certo que naquele contexto os limites entre o urbano e rural não deviam ser tão nítidos como hoje, mas os próprios autores do documento definiram os mesmos dessa forma. Pelotas ainda possuía outros 5 distritos, classificados do 2º ao 6º

[19] RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínio da História.* Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

nessa ordem: Areal, Retiro, Buena, Santa Helena e Santa Silvana. A população masculina era de 31.422 e a feminina de 31.279 pessoas. As crianças (0 a 10 anos) somavam 18.167 habitantes, os jovens de 11 a 20 anos somavam 14.612, os adultos de 21 a 60 anos reuniam 27.381, enquanto a população mais idosa atingia 2.478 pessoas.[20]

O censo também é rico em outras informações. Cerca de 12,4% dos habitantes eram estrangeiros. Os portugueses formavam o grupo imigrante mais numeroso, com 1.964 pessoas, seguidos pelos uruguaios e os italianos,mas Pelotas também reunia franceses, espanhóis, poloneses e alemães, além de outros 564 que os censores resolveram classificar num grupo genérico chamado "diversas nações". Como os dados estão classificados por distrito é possível verificar que boa parte dos estrangeiros estavam na zona rural do município, ou seja, muitos deles estavam estabelecidos nas colônias agrícolas. A principal exceção eram os portugueses, nitidamente mais urbanos que os demais imigrantes.

Outro dado interessante e diretamente relacionado à nacionalidade diz respeito à religião. Cerca de 80,9% eram católicos, seguidos pelos protestantes que somavam 14%.[21]Quase 90% dos protestantes estavam na zona rural do município, expressando uma nítida relação entre a presença estrangeira e a religiosidade, enquanto quase 2/3 dos católicos viviam na cidade. Com relação à instrução, os censores separaram 11.562 pessoas na categoria "Sem idade para aprender". Do restante, 30.142 sabia ler e escrever e 20.997 foram classificados como "analfabetos", ou seja, entre os adultos e idososa proporção era de quase 60% de alfabetizados. Aqui a diferença entre o rural e o urbano não é tão grande como se poderia esperar. A cidade era palco de 64% dos alfabetizados do município, mas também concentrava 52,6% de todos os analfabetos. A presença estrangeira no meio rural pode

[20] 60 pessoas tiveram sua idade ignorada.

[21] Também foram classificados os "Sem religião" (com 1.959 pessoas), os "Evangélicos" (505 pessoas), os "Espíritas" (643 pessoas) e os "Diversas religiões" (117 pessoas).

ter acentuado a importante presença de alfabetizados nessas áreas, mas ainda cabem maiores estudos sobre a temática.

No que diz respeito às profissões, também é possível tirarmos algumas conclusões. Os censores criaram cinco categorias. Os "Negociantes" somavam 1.872 pessoas, os "Operários" 6.578, os "Diversos empregos" chegavam a 12.620, os "Serviço doméstico" a 3.478 e a categoria "Pessoas de família" reunia 38.153. Quase 90% dos negociantes estavam na cidade, assim como 75% dos operários. Difícil saber se os 3.478 classificados como serviços domésticos eram estritamente dedicados a essas atividades e qual a presença das mulheres nessa categoria. O fato é que mais de 90% desse grupo também estava trabalhando na cidade. A categoria "Pessoas de família" parece incluir os familiares e dependentes dos chefes de domicílio e/ou profissionais qualificados. Pouco mais da metade deles ficava na cidade. O grupo "Diversos empregos" é o mais vago em termos de definições. Pouco menos da metade estava situado na cidade, sendo provável que todos os profissionais liberais ou de ofícios especializados, empregados públicos, criadores, industriais e lavradores estivessem nesse grupo. Acreditamos que os "operários" fossem empregados de pessoas desse grupo trabalhando não apenas nas fábricas, mas em outras atividades. Portanto, as categorias aqui mencionadas são bastante vagas, sendo difícil chegarmos a maiores detalhes. Contudo, os dados que iremos expor a seguir, e contidos no mesmo documento, auxiliam na compreensão dos mesmos.

O Censo também reúne informações referentes aos estabelecimentos, às profissões e às ocupações econômicas da população na época, ou seja, dados referentes à estrutura socioeconômica local. Os responsáveis pelas estatísticas dividiram os indicadores em três grandes grupos. O primeiro intitula-se "indústrias" e refere-se às "oficinas" e "fábricas". O segundo diz respeito às "profissões" e reúne os "profissionais liberais", os estancieiros, criadores e lavradores. O terceiro grupo é relativo ao

comércio, desde os exportadores e importadores até as pequenas casas de varejo. É importante mencionar que os dados referentes a tais indicadores não dizem respeito ao número de pessoas, mas sim, ao número de estabelecimentos ou de profissionais. Como se verá adiante é o mesmo procedimento utilizado pelo Anuário Estatístico de 1914 sendo provável que os dados do Censo tenham sido usados para alimentar as informações do Anuário, publicado três anos depois. Para fins de análise, iremos separar as profissões/estabelecimentos em urbanos e rurais (dentro dos limites possíveis de tal classificação), ficando no segundo grupo as estâncias, fazendas e lavouras.

Começamos pelos grupos mais urbanos. No item "oficinas", Pelotas apresentava 349 estabelecimentos/profissionais, distribuídos em 26 categorias. As mais numerosas eram as de ferreiros (52), barbeiros (46), carpinteiros/marceneiros (40), alfaiates (32), correeiros (21) e sapateiros (40). Além disso, estas eram as únicas categorias que estavam presentes nos distritos mais rurais, o que significa que a população rural não precisava ir até a cidade para acessar esses serviços. Em contrapartida, 18 das 26 categorias foram encontradas somente no 1º Distrito, ou seja, só atendiam na área mais urbanado município. Era o casodos fotógrafos (4), relojoeiros (7), ourives (9), latoeiros (17), tanoeiros (5), tipógrafos (10), entre outros. Também destacamos a presença de 17 gabinetes dentários, todos eles na cidade. A partir desses dados iniciais já podemos vislumbrar que a diversidade profissional era muito maior na cidade, como os dados abaixo ajudam a reforçar.

Os 158 profissionais liberais estavam todos estabelecidos na cidade, com exceção de dois médicos licenciados, que atendiam no 5º distrito. Os mais expressivos eram os ligados ao grande comércio e atividades financeiras (19 diretores/gerentes de bancos/casas comerciais, 38 guarda-livros e 12 despachantes), os médicos (29) e os advogados (13). Cerca de 14 foram classificados como professores (5 "de línguas", 8 "de música" e 1 "de desenho").

Neste grupo também destacamos as parteiras, classificadas num número de 5. Não é possível saber o número de mulheres nas outras categorias, algo que somente os dados do Anuário ajudam a perceber. Chama a atenção a presença de somente 1 engenheiro,mas a presença de 7 empreiteiros de obras parece demonstrar que a cidade estava em crescimento, ampliando seu conjunto predial.

No grupo "Fábricas" temos 217 estabelecimentos divididos em 35 categorias. O mesmo fenômeno urbano localizado para as oficinas repete-se para as fábricas, ou seja, somente 6 categoriais possuíam estabelecimentos nas zonas rurais do município (fábricas de pães e bolachas, curtição de couros, charqueadas, moinhos/beneficiamento de farinhas, preparação de banha, conservas e beneficiamento de línguas). Cerca de 29% destas fábricas estavam localizadas fora do 1º Distrito, denotando que mais de 2/3 ficavam na área mais urbana ou próxima da cidade. Podemos citar como exemplo destas as fábricas de massas, velas, sabão, vidros, calçados, cola, vinhos, mobílias, vassouras, carros, gelo, instrumentos musicais, telhas, biscoitos, tecidos, cervejas, chapéus, entre outras. Destacamos as fábricas de beneficiamento de arroz, açúcar, fumo e farinhas, além das que preparavam o couro e torravam café, o que evidencia Pelotas como receptora de matéria-prima do interior do Estado. A existência de dois estaleiros navais também possibilita perceber o incremento mercantil impulsionado pela região.

Para estudarmos o comércio pelotense temos que dividir as casas exportadoras e as importadoras das casas de comércio a varejo. No primeiro grupo os censores foram minuciosos em classificar as exportações em grande escala (16) e pequena escala (4) e as importações em atacado (43) e para o varejo (38). Todos os 101 estabelecimentos mencionados ficavam na "cidade", conforme o apontado pelo documento. É possível perceber que a exportação era muito mais concentrada nas mãos de poucas empresas do que a importação. Além disso, a quantidade de firmas

destinadas à importação demonstra Pelotas muito mais como um entreposto comercial de mercadorias importadas destinadas a abastecer toda a região da campanha do que o inverso, algo esperado de uma região pouco industrializada.

No segundo grupo, denominado "comércio a varejo", temos uma série de dados que totalizavam 939 estabelecimentos divididos em 46 categorias. Este é sem dúvida um dos subgrupos mais expressivos e demonstram como o comércio era muito dinâmico em Pelotas. Das 46 categorias apontadas, pelo menos 15 também atendiam as regiões mais rurais do município, ou seja, a maior parte dos 939 estabelecimentos estavam localizados no 1º distrito (737 deles, mais exatamente). O destaque com certeza vai para as casas de secos e molhados (376), que estavam distribuídas por todos os distritos de Pelotas e compunham 40% do total. A segunda categoria mais numerosa eram os açougues (65) e a terceira as cocheiras de carros e carroças (63), demonstrando a ligação da cidade com o universo rural e que as charqueadas e os frigoríficos não eram os únicos a "disputar" os rebanhos da fronteira.[22] Diversão e trabalho andavam lado e estavam representadas nos bilhares (3), cafés e bebidas (28), hotéis (12), restaurantes (31), confeitarias (6), livrarias e instrumentos musicais (5) e clubes e associações de recreio (11).O mesmo ocorria com relação ao tradicional e o moderno, no qual as mangueiras para tropas (11) e as barracas de couros (12), dividiam espaço com companhias de carris (1), empresa de telefones (1) e os bancos ou casas de câmbio (7), entre outros. O comércio pelotense pulsava forte e uma simples olhada nesse documento ajuda a perceber que a cidade estava entre as mais modernas do sul do Brasil.

No meio rural, por sua vez, praticamente não há diversidade de atividades. As unidades produtivas estavam divididas em duas:

[22] Para uma análise da estimativa do gado destinado aos açougues e as charqueadas no século XIX ver VARGAS, Jonas. Na trilha das tropas: os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (Rio Grande do Sul, c. 1850 – c. 1890). *Revista Territórios & Fronteiras,* v. 7, n. 2, jul-dez., 2014, p. 262-286.

"agricultor ou plantador" e "estancieiro ou criador pastoril". De acordo com os dados, teríamos em 1911 cerca de 2.789 estabelecimentos classificados no primeiro item e 341 no segundo. Portanto, trata-se de uma Pelotas mais ligada à agricultura do que à pecuária, com uma proporção de mais de 8 pessoas no plantio para cada pessoa na criação de animais. Cerca de 4/5 destas pessoas estavam no 4º, 5º e 6º distritos do município – notadamente os mais rurais e produtivos em tais setores. É provável que a maior parte de agricultores seja resultado da forte presença de colonos estrangeiros que desde o século XIX se estabeleciam na região.

Assim sendo, os dados do censo são apenas quantitativos, ou seja, não são elencados os nomes das pessoas que atuavam como profissionais ou que eram as proprietárias dos estabelecimentos/estâncias e casas de comércio indicadas. Tal preocupação foi apenas realizada para os arrozeiros, o que demonstra a importância que esses empresários estavam tendo naquele momento. Contudo, como veremos a seguir, os números do censo são mais abrangentes que os dados compilados pelo Anuário de 1914, sobretudo para as ocupações rurais. Além disso, o Censo também possibilita vislumbrar a distribuição das atividades por distrito, algo que o Anuário também não elenca. Como já mencionamos, o ideal é utilizar ambas as fontes de forma combinada. Passamos agora à análise do Anuário. Sua riqueza ao apresentar o nome das pessoas possibilita uma pesquisa mais aprofundada, além de viabilizar uma melhor identificação das elites locais.

b) O Anuário Estatístico do Almanack Laemmert

No Anuário Estatístico de 1914 temos um total de 1.533 estabelecimentos arrolados com os nomes dos profissionais ou proprietários dos mesmos. Muitos deles trazem o endereço e alguns até o número do telefone, informações não presentes no Censo municipal de 1911. Tais detalhes permitem não apenas localizar nominalmente os profissionais, como também cartografar

parcialmente a localização exata das suas atividades na cidade. Não é possível saber o grau de abrangência dos dados para com o total de profissionais na cidade, ou seja, não sabemos se todas as parteiras, os açougueiros, alfaiates, entre outros profissionais, estão arrolados no Anuário. Contudo, o cruzamento de informações entre ambas as fontes pode nos ajudar a ter uma ideia do grau de precisão nas informações.

No entanto, a correlação de dados pode servir apenas para as comparações urbanas, uma vez que o Anuário só elenca os maiores fazendeiros do município deixando de fora a esmagadora parte dos lavradores. Além disso, os trabalhadores assalariados no meio urbano também não foram arrolados, pois não era o objetivo da publicação. No entanto, isso não nos impossibilita o uso do documento como fonte histórica. Trata-se de uma bela amostragem dos estabelecimentos e dos profissionais da cidade. A partir do mesmo podemos comparar Pelotas com outros municípios não só do Rio Grande do Sul como do Brasil. A título de exemplo, podemos analisar a Tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparação entre estabelecimentos e cidades rio-grandenses a partir do Anuário Estatístico do AlmanackLaemmert (1914)

	Pelotas	*Porto Alegre*	*Bagé*	*Rio Grande*
População total	**65.000**	**147.149**	**38.000**	**34.788**
Açougue	25	111	6	18
Advogado (Drs)	11	35	7	8
Bancos	8	5	3	5
Cafés/bilhares	23	17	S/ info.	12
Fábrica carros	8	5	2	S/info.
Dentistas	16	40	10	13
Engenheiros	9	7	3	S/info.
Hotéis	13	17	5	11
Import./exportadores	53	32	3	49
Médicos	31	67	18	17
Teatro	8	3	4	1

A Tabela 1 nos possibilita perceber que a área urbana de Pelotas, mesmo apresentando uma população bem inferior à da capital, podia oferecer maiores alternativas aos seus habitantes e visitantes, sobretudo em aspectos culturais, de lazer e sociabilidade, com certo luxo, como a maior presença de cafés, teatros e fábrica de carros/carruagens. Além disso, a maior presença dos Bancos e casas exportadoras/importadoras demonstra que a cidade ainda atraía os olhares de investidores, era importante ponto de financiamento na área industrial e agropecuária da região sul e de redistribuição de mercadorias importadas para o interior do Estado. Contudo, devido a sua menor população, ela possuía limites de atuação profissional para médico, advogados e dentistas. Também é importante considerar que a expressiva participação de Bagé e Rio Grande em alguns setores mostra que o chamado "empobrecimento da metade sul" ainda estava distante da realidade. No mais, cabe a pesquisas futuras verificar a validade das informações aqui demonstradas e o quanto o Anuário conseguiu ser abrangente no que diz respeito à Porto Alegre.

Além disso, o caráter nominal da fonte proporciona outras análises. A partir dos sobrenomes das pessoas arroladas é possível verificar em quais atividades os imigrantes europeus estavam mais presentes. O nome também possibilita verificar possíveis parentescos e atividades realizadas entre familiares. A indicação do endereço possibilita cartografar o exercício de algumas profissões, verificando-se quais as ruas da cidade as concentravam. Com criatividade pode-se realizar uma história social e cultural das profissões, para além da história econômica. As possibilidades de pesquisa se ampliam se pensarmos que os anuários estatísticos presentes nos Almanacks vão de 1907 a 1936, podendo, portanto, servir para estudos que busquem analisar mobilidade social, transmissão de patrimônio, estratégias familiares, entre outros.[23]Além do mais, tendo o "nome" em mãos, o pesquisador

[23] Parte destas possibilidades de estudo foram pensadas e trabalhadas por Jéssica Rodrigues Peres na Semana Acadêmica de História da UFPel (2017).

pode tentar rastrear os profissionais em diferentes documentos, na busca de uma história social mais abrangente.[24]

Contudo, apenas o uso do próprio Anuário pode ser muito rico em detalhes. Sabemos, por exemplo, que o Sr. Caetano Sollazo, era dono da Alfaiataria Elegância, que ficava na rua XV de novembro, n. 675 e devia ser contígua à Chapelaria de Bammann& Maia. Atravessando a rua tínhamos a loja de lampiões de Vieira de Souza e quadras depois ficava o dentista Gastal Eduardo Júnior. O Anuário mostra que a própria XV de Novembro e a Andrade Neves eram as ruas em que se localizavam as livrarias da cidade. Na General Neto, n. 64, morava a parteira Dona Maria de Agostini, ao lado da Drogaria do senhor Bojunga. Bem distante dali, próxima ao porto, ficava a fábrica de gelos de Leopoldo Haertel, zona na qual podia se encontrar também o depósito de iates de Avelino & Cia, assim como a sua loja de materiais de construção. Nos pouparemos de analisar mais profundamente a riqueza desses dados neste momento, uma vez que nosso foco é observar as elites pelotenses no período. Para tanto, precisamos propor alguns critérios.

Uma possibilidade de estudo: rastreando as elites locais

O questionamento que se deve fazer para esses documentos, mas principalmente para o Anuário, visto o seu caráter nominativo, é: dentre os 1.533 estabelecimentos e profissionais listados, quais pertenceriam a setores das elites locais? Ou seja, quem estaria no topo da hierarquia social pelotense por concentrar riqueza, prestígio e poder em tal contexto? Separamos alguns subgrupos que poderiam ser indicativosdas atividades e profissões realizadas pelas elites do município. A partir de agora trabalharemos com eles: a) profissionais liberais: 65 pessoas (advogados formados, médicos e engenheiros civis); b) elite

[24] GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**.** In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

mercantil/financeira: 161 (bancos, casas de câmbio, agências de seguro e comércio, companhias, casas de importação e importação, comércio atacadista, navegação); c) elites rurais: 36 (arrozais, charque e grandes fazendeiros); d) Grandes proprietários urbanos: 26; e) fábricas: 105 (todas as fábricas e moinhos). Os estabelecimentos/profissionaisselecionados somam o número de 380. No entanto, nem todos devem ser percebidos como pertencentesà elite local, como trataremos a seguir

Primeiramente, no **Grupo A**, sabemos que custava muito caro formar um filho em alguma academia imperial. Mas com o advento da República e a maior disseminação do ensino superior, é provável que alguns setores intermediários da sociedade tenham acessado esses espaços de reprodução social caros às elites. Em Pelotas, por exemplo, já existia uma Faculdade de Direito desde 1912, mas ainda não teríamos alunos formados em 1914. O que importa é que as chances dos advogados, médicos e engenheiros em Pelotas no ano de 1914 serem de famílias que concentravam riqueza, poder e status eram grandes, além do que, adquirir um diploma desses era uma boa forma de se ingressar na elite, adquirindo bons empregos, casamentos, além de prestígio social.Retratando de forma crítica a sociedade e a política brasileira na Primeira República, Lima Barreto considerou que engenheiros, médicos e advogados formavam a "nobreza doutoral da bruzundanga".[25]

Portanto, iremos considerar esses profissionais como pertencentes às elites da cidade. Uma simples olhada em seus nomes e trajetórias nos auxiliam nesse sentido, como por exemplo, os médicos Balbino Mascarenhas, Francisco Simões Lopes, Francisco de Paula Moreira (vereador de 1896 a 1900), Pompeu de Souza (vereador de 1905 a 1908), Joaquim Rasgado (que herdou o nome de seu pai, um rico charqueador), Pedro Luiz Osorio (vereador de 1917 a 1920 e prefeito de 1920 a 1924), Urbano Martins Garcia (vereador no Império) Edmundo Berchon, que

[25] LIMA BARRETO. *Os Bruzundangas* (1922).

também foi rico estancieiro. No grupo dos advogados temos Alexandre Machado Mendonça, Francisco Carlos de Araújo Brusque, um dos primeiros diretores da Faculdade de Direito, João Py Crespo (vice-prefeito duas vezes), além de outros. Entre os engenheiros civis temoOctacilio Pereira, Manoel Luiz Osorio, Ildefonso Simões Lopes, Arthur Antunes Maciel (vereador entre 1887 e 1896) e Cipriano Corrêa Barcelos (três vezes intendente de Pelotas). O leitor pode perceber que muitos deles possuem sobrenomes de tradicionais famílias charqueadoras que estavam entre as mais ricas de Pelotas no século XIX.[26]

No **Grupo B**, a ideia de que todos os estabelecimentos elencados devessem pertencer à elite pelotense deve ser melhor considerado. Em uma cidade como Pelotas, é provável que todos os banqueiros e ricos comerciantes o fossem, mas é difícil saber a dimensão de suas fortunas, podendo ser possível que alguns homens de setores intermediários, ou seja, nem tão ricos, tenham sido classificados como atacadistas, agenciadores e homens de negócios ligados à importação e exportação, por exemplo.As vezes um indivíduo podia diversificar as suas atividades em mais de uma dessa áreas. Pegamos, por exemplo, os incorporadoresdo Banco Pelotense (1906) (Coronel Alberto Roberto Rosa, Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão do Arroio Grande), Dr. Joaquim Augusto de Assumpção, Plotino Amaro Duarte e Eduardo Candido Siqueira) e o Coronel Pedro Osório, que chegou a ser seu presidente. Tanto ele, quanto Alberto Rosa e Plotino Duarte acumularam atividades industrial e a financeira, denotando uma íntima relação entre ambos os setores. Além disso, Pedro Osório também foi charqueador e arrozeiro conceituado no ramo.

Podemos continuar usando esses indivíduos como exemplo. Alberto Rosa, além de proprietário de três fazendas, era sócio da empresa "Pedro Ozório e Cia", e também da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e segundo o Anuário de 1914, um dos maiores

[26] VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016.

proprietários de prédios urbanos em Pelotas. Já o Barão de Arroio Grande era charqueador, fora deputado pelo Partido Liberal no período do Império e vice-presidente do Rio Grande do Sul.[27] Quanto a Joaquim Augusto de Assumpção, este fora senador da República, formado em direito, aparece no Anuário de 1914 como um dos principais fazendeiros e proprietários de terra. Outro sujeito de prestígio social era Plotino Amaro Duarte, fazendeiro e empresário nos mais variados ramos, a marca "Plotino Duarte e Filhos" possuía casa bancária, casa de câmbio, casa de comissão e consignação, atuava também no ramo da importação e exportação, além de ter sido sócio de Alberto Rosa na Fiação de Tecidos.

No **Grupo C**, se confiarmos no Anuário, Pelotas teria 36 grandes estabelecimentos classificados como"de charqueada", "fazendas de criação"ou"arrozais". Não é possível saber se existiram outros grandes estabelecimentos que não foram aqui computados. No que diz respeito às charqueadas, a pouca representatividade das mesmas é confirmada por outras pesquisas, conforme enunciamos no início desse texto. Sobre os arrozeiros, ainda são necessárias novas pesquisas para definir se pertenciam todos ao grupo dos mais ricos. Contudo, cremos ser possível considerá-los por momento no grupo da elite local. Outro segmento que se enquadra como elite econômica local são osgrandes fazendeiros. No Anuário de 1914, aparecem 16 nomesassociados a esse importante setor: Álvaro José Corrêa, Antônio José de Azevedo Machado, que era filho de um charqueador homônimo que havia sido vereador no período imperial, Dr. Antônio Mancio Ribeiro Tacques, médico e vereador entre os anos de 1891-1896, Capitão Antônio Rodrigues Ribas (vereador em 1909-12 e 1913-16), Dirceu Ribeiro Moreira,Edmundo BerchondesEssarts(citado anteriormente como médico), Frontino Vieira da Costa e Silva, Guido Gonçalves Chaves, João Simões Lopes, Dr. Joaquim Augusto de Assumpção, José Maria Moreira, que herdou o nome de seu pai que fora charqueador e político, Pedro Luiz da

[27] LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 89.

Rocha Osorio, entre outros. Não sabemos a dimensão de suas fazendas, nem o quantitativo de produção e/ou criação, mas para constarem nessa pequena relação do Anuário, eles certamente eram fazendeiros de riqueza e influência considerável.

No **Grupo D** estão inseridos os proprietários de prédios urbanos. É provável que alguns deles também fossem proprietários de terras que fossem arrendadas. Mas o fato de terem sido destacados no Anuário como um grupo proeminente nos faz pensar que, mesmo sem a indicação de sua riqueza, os mesmos deviam possuir um patrimônio considerável para ser assim classificado. Além disso, esse é o grupo de elite com a maior presença de mulheres: Zeferina da Luz Lopes (Viscondessa da Graça), Joana Carolina da Rocha, Candida Moreira Maciel (Baronesa de São Luís), Margarida Pinto Duval, entre outras. Viver de rendas de aluguéis era uma boa opção para esta elite, sobretudo em momentos de crises e insegurança para investimentos mais arriscados.

Por fim, o **Grupo E** é o mais problemático de ser analisado no que diz respeito às elites locais. É difícil saber a dimensão da riqueza e da produção dos estabelecimentos identificados como "Fábricas". Temos nesse grupo as fábricas de chapéus, de cola, de vassouras, venezianas, calçados, cerveja, velas, sabão, carruagens, armas, ou seja, praticamente as mesmas enunciadas anteriormente (presentes no Censo de 1911). Não sabemos ainda se possuir uma fábrica dessas colocava automaticamente os seus donos na elite econômica da cidade. O mais provável é que esse grupo fosse profundamente hierarquizado e apenas uma parcela deles pudesse ser vista como membros de uma rica elite local, concentrando riqueza, prestígio e poder. Entre eles estão os já citados Coronel Alberto Rosa, Plotino Amaro Duarte, Pedro Luiz da Rocha Osório e também alguns imigrantes/descendentes que ascenderam socialmente no meio fabril, como Carlos Ritter (cervejaria), Leopoldo Haertel (cervejaria), Francisco Rheingantz(fábrica de chapéus) e Frederico Lang (sabão e velas), por exemplo.No entanto, ainda são necessários mais estudos para compreendermos

melhor a importância desses industriais na economia local e qual os seus espaços de atuação na sociedade pelotense da época.[28]

Um futuro cruzamento das fontes nominais certamente nos ajudará a traçar melhor o perfil das famílias empresariais, das diferentes inversões de capitais na localidade, assim como os graus de concentração entre política, riqueza e prestígio social. Tomamos como exemplo os Simões Lopes. O Anuário revela que Justiniano trabalhava com comissões e consignações mercantis e possuía uma charqueada, João era um dos principais fazendeiros, enquanto Ildefonso era engenheiro civil e Francisco era médico. Além disso, havia uma firma Simões Lopes & Osório dedicada ao cultivo do arroz. A família também tinha representantes na política municipal, estadual e nacional, o que revela uma interessante e diversificada rede de relacionamentos que ajuda a explicar a sua posição de elite.

É certo que nem todos os 380 estabelecimentos/profissionais dos 5 grupos aqui descritos pertencessem às elites locais. Digamos que a metade pudesse atingir esse patamar. Tendo em vista que a população pelotense em 1914 devia atingir as 65 mil pessoas, estamos diante de um seleto grupo que compunha bem menos do que 1% da população local. Por certo que se pensarmos nas suas famílias, ao invés de apenas nos indivíduos proprietários dos estabelecimentos ou os profissionais, esse índice aumenta. Somaríamos a eles os políticos e parte da burocracia local. Contudo, este índice dificilmente passaria dos 4% ou 5% da população local. Conhecer melhor estas pessoas e famílias podem auxiliar na compreensão de quais grupos tomaram decisões fundamentais para traçar os rumos que Pelotas tomou nas décadas posteriores, uma vez eu as decisões políticas e econômicas tomadas pelas elites tendem a ser mais contundentes e marcantes do que a maior parte das pessoas. Pesquisas futuras podem nos ajudar nesse sentido. O que é possível afirmar é que somente estudos queaprofundem a análise para além da perspectiva

[28] Para um ótimo estudo referente à Rio Grande ver FERRARETO, Maria Karina. *"Sociedade não tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1994-1913)"*. Dissertação de Mestrado. PPGH, UFRGS, 2017.

quantitativapodem iluminar melhor estas questões. Assim sendo, faltam trabalhos que nos ajudem a definir a posição de todos eles nessa hierarquia socioeconômica que vinha se reconstruindo após a abolição da escravidão, a crise das charqueadas, a industrialização e a urbanização local.

Considerações finais

Tanto o censo municipal quanto as informações compiladas no Anuário apresentam-se ao pesquisador como fotografias sociais de um determinado período e nos ajudam a compreender um pouco melhor a sociedade pelotense da época. Pensamos que tais documentos podem ser melhor utilizados para traçarmos um perfil socioeconômico de Pelotas numa época fundamental para compreendermos as transformações sofridas pelo município. Se o censo nos traz os dados brutos referentes à população local, apresentando informações sobre nacionalidade, profissão e idade, as informações do Anuário apresentam o nome de profissionais que atuavam em Pelotas na época ou que eram proprietários/locatários de estabelecimentos. Tais informações nos parecem ser fundamentais para o estudo da história do município no período, tanto a partir de uma abordagem econômica, quanto a uma outra mais cara à História Social. O artigo trata-se de uma primeira incursão realizada pelos autores no estudo da sociedade pelotense no mencionado período e faz parte de um projeto de pesquisa maior que visa estudar as elites da cidade e a sua atuação na política e na economia local, durante um período mais amplo.[29]

[29] Parte da documentação aqui trabalhada foi cedida ao historiador Josué Eicholz, também membro do nosso projeto de pesquisa, e foi utilizada em sua dissertação de mestrado (EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade: estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (1880-1920)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPel, 2017.

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel doséculo XIX*. Dissertação de Mestrado em História. PUCRS, 1996.

Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil para 1914. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1914.

D'EU, Conde. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul.* São Paulo: USP, 1981.

DALMAZO, Renato; CARVANTES, Roberto. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul: do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.

EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade: estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (1880-1920)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPel, 2017.

FERRARETO, Maria Karina. *"Sociedade não tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1994-1913)"*. Dissertação de Mestrado. PPGH, UFRGS, 2017.

FONSECA, Pedro Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOUVÊA, Melissa X. *Mísera princesa destronada: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928)*. Dissertação de Mestrado em História. PURCS, 2015.

HARNISCH, Wolfhang. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1952.

Intendência Municipal de Pelotas. Dados Estatísticos (1910-1911). Pelotas: Diário Popular, 1911 (DPM-023).

LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana.* São Paulo: Edusp, 200.

LIMA BARRETO. *Os Bruzundangas* (1922).

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande.* Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas agrícola e pastoril: história da Associação Rural.* Pelotas: Armazém Literário, 1998.

PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores.* Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

POMATTI, Angela B. *Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticasde cura (1890-1930).* Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2011.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. *Domínio da História.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TORRÃO FILHO, Amilcar. História urbana: a configuração de um campo intelectual. *Urbana: Revista do CIEC-Unicamp,* v. 7, n. 10, jan./ago., 2015.

VARGAS, Jonas M. *"Os Barões do charque e suas fortunas": um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX).* São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas. Na trilha das tropas: os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (Rio Grande do Sul, c. 1850 – c. 1890). *Revista Territórios & Fronteiras,* v. 7, n. 2, jul-dez., 2014.

VIEIRA, Sidney G. *A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social de espaço urbano em Pelotas.* Pelotas: EdUFPel, 2005.

VOLKMER, Márcia S. **"***Onde começa ou termina o território pátrio": os estrategistas da fronteira, empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí,1893-1928).* Dissertação de mestrado em História, Unisinos, 2007.

16

As marcas da ditadura civil-militar ha história local de Pelotas

Sinara Veiga Faustino[1]

Esse artigo trata-se de uma primeira aproximação com o tema, busca analisar o embate entre memória e esquecimento na sociedade pelotense e seu tecido urbano, visto que uma conjuntura como a do contexto pós 64 gera, evidentemente, um tensionamento social que propicia marcos, silêncios, e, sobretudo, disputas de rememorações sobre o prisma da política entabulada no período em análise. Como será descrito mais a frente, prédios históricos que remetem a memórias do século XVIII e início do XXI também contam com marcas da repressão e da tortura conseqüências do Golpe de 1964, mas essas memórias não são lembradas, ambientes que marcam o período das grandes fortunas dos charqueadores, com uma arquitetura no estilo Neoclássico, mas que foram também espaços de tortura ocupados pelo governo militar. O objetivo desse trabalho é contribuir para o debate historiográfico através de materiais bibliográficos, procurou-se trazer à tona discussões sobre locais importantes na construção da história da cidade e, importantes também pelo fato de terem deixado marcas durante o Governo militar. Essa pequena amostra da pesquisa trata-se de uma tentativa de trazer novos olhares sobre memórias silenciadas, locais de Pelotas-RS que foram

[1] Acadêmica do curso de História da UFPEL

marcados pelo Golpe e que ainda hoje são marcadas por outras lutas e, essa bagagem de lembranças precisa ser rememorada. O estudo procura analisar locais históricos de Pelotas-RS que além de fazerem parte da trajetória da cidade, tiveram também uma grande importância durante a ditadura civil-militar, e também nos dias atuais, porém com significados distintos. Após 50 anos do golpe, este estudo tenta ligar locais importantes da cidade à memória da resistência e repressão. Os espaços discutidos foram marcados tanto por resistência como por repressão, são eles: a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que contou com o movimento estudantil atuante da cidade; a Casa do Trabalhador, que serviu de espaço para a formação de uma resistência não só dos trabalhadores, mas de qualquer um que se levantasse contra o Golpe; e o Casarão 8, um local extremamente valorizado pela cidade que serviu de quartel durante a ditadura civil-militar. Assim, por meio do debate da importância desses espaços no contexto do Golpe, inicia-se uma discussão entre memória e esquecimento, o que se luta para lembrar e o que se escolhe silenciar. Ferraz comenta que "A preservação da memória política da ditadura militar também deve ter uma função pedagógica, no sentido de ser pensada como uma lição para as próximas gerações, para que nunca mais venham a acontecer as atrocidades do passado" (FERRAZ: 2007, p. 55)[2]. Pelotas-RS possui diversos prédios e monumentos históricos importantes para a cidade, porém quando estes são citados as lembranças não estão ligadas ao Golpe.

Para que se inicie a discussão sobre os referidos locais, é necessário regressar aos séculos XVIII e XIX. Pelotas-RS alcançou uma grande importância no que diz respeito à economia nesse período, isso se deve a produção e exportação de charque. Para o

[2] FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Deliamore Batista. *A Memória da Ditadura Brasileira enquanto Patrimônio Cultural*. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

historiador Mario Osorio Magalhães (1999)[3], foi através das charqueadas e do Saladeirismo, que grandes fortunas se firmaram para os senhores de escravos. A arquitetura pelotense, seus monumentos e clubes sociais, foram originados, principalmente, da grande prosperidade que o charque trouxe a cidade, junto com o avanço econômico e social (MAGALHÃES, 1981)[4].

Através das fortunas solidificadas pelo produto, surge uma elite com uma significativa atuação na política e na vida social. Nas décadas iniciais do século XX investiu naquela que viria a ser a escola superior mais antiga do Brasil, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, que atualmente faz parte da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Sua criação foi em decorrência de uma parceria entre a iniciativa privada e o governo (MAGALHÃES, 1999)[3]. Quando se fala em esquecimento, não se trata apenas das memórias da ditadura civil-militar, é possível incluir também memórias da escravidão que havia na cidade ligada a locais históricos da mesma. Um exemplo, é a Praça Coronel Pedro Osório que antes de vir a se tornar um ponto turístico e de lazer local, era um espaço onde se localizava o pelourinho da cidade, os escravos dos charqueadores eram castigados publicamente neste local. Com o tempo, o espaço foi ressignificado, o pelourinho foi derrubado e deu-se origem a uma praça que nem de longe, lembra as crueldades ocorridas, apenas os bons aspectos dos prédios são lembrados, ao ressignificar o tecido urbano memórias são esquecidas, memórias essas que, coincidentemente, são dolorosas.

Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Natalia Daniela Soares Sá Britto[5] comenta que a economia do charque apresentava por si mesma uma contradição básica capaz de afetar

---

[3] MAGALHÃES, Mario Osorio. *UFPel 30 anos:* Edição comemorativa – Pelotas: Editora Universitária UFPel, 1999.

[4] MAGALHÃES, Mario Osorio. *História e Tradições da cidade de Pelotas*, Ed.2. Caxias do Sul. IEL/UCS, 1981.

[5] BRITTO, Natalia Daniela Soares Sá. *Industrialização e desindustrialização do espaço urbano de Pelotas (RS)*. Dissertação de mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, UFRGS, 2011.

seu desenvolvimento, pois ao mesmo tempo em que apresentava condições favoráveis de articulação no contexto nacional por meio das exportações, por outro, por conta de sua produção antiquada e escravista, impedia o desenvolvimento do capitalismo mais avançado, estruturado no trabalho livre e também no desenvolvimento do mercado local. Assim, com a abolição da escravidão, a modificação dos hábitos alimentares brasileiros (onde o charque deixou de ser a base da alimentação), e com a concorrência com a Argentina, que há muito tempo utilizava mão-de-obra livre, a economia local entrou em crise. A elite da cidade com receio de novos empreendimentos e ainda restrita à produção tradicional, não conseguiu efetivar a reconversão da economia com a crise do charque. A mudança ocorreu com a vinda de imigrantes europeus que articulam a passagem da economia saladeril para a industrial, estimulando a produção de bens-não-duráveis, que se tornaria a nova matriz econômica de Pelotas-RS até início dos anos 1980 (BRITTO, 2011)[5]. O aproveitamento da infra-estrutura ferroviária e portuária derivada da expansão do charque ajudou a conformar a fixação de indústrias na cidade. Com a modernização do capitalismo no Estado, com o foco na industrialização da região metropolitana de Porto Alegre, a elite pelotense perdeu boa parte de sua influência nas reivindicações políticas e sociais. Desse modo, nos anos 1950, a cidade já havia perdido o glamour conquistado através da comercialização do charque (BRITTO, 2011)[5]. Dentre as indústrias que se fixaram na cidade estão: F. C. Lang S.A fundada em 1864, especializada na produção de velas e sabão; Cervejaria Ritter, fundada em 1870; Fábrica de Chapéus Pelotense, fundada em 1881; Na virada do século XX, em 1908 foi fundada a companhia Fiação e Tecidos Pelotense, na metade do século XX ela já empregava cerca de 500 operários; Companhia Frigorífico Rio Grande (Frigorífico Pelotense), especializado em carnes e miúdos, em 1943 foi incorporado ao Frigorífico Anglo S.A; O processo de industrialização que se inicia foi de extrema importância para o desenvolvimento urbano em Pelotas (BRITTO, 2011)[5].

No interior do estado organizações estudantis e sindicais se mobilizaram já nos primeiros dias após o Golpe, auxiliaram na organização dos chamados Grupos dos 11, deflagaram greves e se manifestaram publicamente em favor do governo Jango em diferentes cidades (SILVEIRA, 2014)[6]. A resistência em Pelotas-RS posicionou-se contra o governo militar desde o início, com a participação de estudantes, trabalhadores, câmara de vereadores e também da igreja. A cidade também passou a ter um papel importante como rota para exilados. Dois grupos importantes na construção dessa resistência são os estudantes universitários da cidade, e os trabalhadores, junto deles estão seus locais de resistência, a faculdade de direito da Universidade Federal de Pelotas e a atual Casa do trabalhador. Nos anos de 1970 e 1980 Pelotas-RS ganha uma grande movimentação através de jovens estudantes universitários, saídos de outras cidades e estados. Esses jovens vão fortalecer o movimento estudantil, com atividades estudantis surgia um ambiente propício para debates, mesmo com o conservadorismo da cidade o movimento estudantil estimulava a troca de ideias. É importante citar como esses universitários possuíam um papel importante dentro do cenário político de Pelotas-RS, já que com a ditadura, passam a ser um dos grupos mais atuantes e perseguidos pelo Governo militar.

Quando o Golpe ocorreu, a Faculdade de Direito fazia parte da Universidade do Rio Grande do Sul, atualmente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS -, assim como as faculdades de Agronomia e Odontologia ela sofreu com perseguições. Foi criada no ano de 1964 uma comissão formada por representantes militares e professores, essa comissão tinha como objetivo julgar e expulsar docentes que tivessem alguma acusação de subversão. Participaram da comissão três professores de Pelotas-RS: Gastão Coelho Pureza (professor da Faculdade de Odontologia), Delfim

[6] SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas de Exílio.* Dissertação de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas, UFPel, 2014.

Mendes da Silveira (ex-diretor da Faculdade de Direito e que atuou como reitor da UFPel entre 1969 e 1977) e professora Rosah Russomano de Mendonça Lima (ex-diretora da Faculdade de Direito) (PEREIRA; SILVA, 2015)[7]. Durante o Golpe, diversas universidades foram reprimidas, professores e alunos presos.

SILVEIRA (2014)[6] discute o movimento estudantil em Pelotas apontando que este contou com a presença de estudantes secundaristas, que junto com acadêmicos da UFPel e UCPel atuaram em diversas mobilizações. O prédio da Faculdade de Direito passa a ter um papel marcante nesse contexto, pois em 1977 em meio a uma manifestação neste local acompanhada pela polícia houve um episódio marcante. Já havia sido comunicado que cartazes e discursos durante a manifestação estavam proibidos, mas em meio a aglomeração de pessoas um estudante se posicionou:

> ... um deles pegou uma vareta no chão e desenhou um 'L'. Em seguida outros estudantes fizeram o mesmo, escrevendo 'LIBER...'. Quando chegou nesse momento, um deles, João Carlos Gastal Junior, levantou e falou que liberdade não se pede, se conquista. Foi o suficiente para sua prisão (DELLA VECHIA; SILVEIRA: 2014, p. 148)[8]

Em 2009 foi inaugurada uma placa nesse mesmo local como referência ao acontecimento de 1977, em frente ao prédio da Faculdade de Direito. E nesse mesmo lugar, foram realizadas assembléias estudantis que terminaram por deflagrar greve estudantil em 2016. O espaço mesmo após tantos anos ainda

[7] PEREIRA, N. M.; SILVA, Tairane Ribeiro da . Entre memórias e silêncios: As Marcas da ditadura civil-militar na cidade de Pelotas/RS através da educação patrimonial. In: II Encontro de Pesquisas Históricas, 2015, Porto Alegre - RS. *O historiador e suas novas tecnologias: reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas - PUCRS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. p. 1974-1986

[8] DELLA VECHIA, Renato; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. O Golpe Civil-Militar em Pelotas e suas Consequências a partir de 1964. In: RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas Volume 3*. Pelotas: Pró-Cultura-RS/Editora João Eduardo Keiber Me, 2014, p. 148.

abriga a resistência, é um ambiente onde os alunos podem expor suas opiniões e debater. A localização é a mesma, e a mobilização estudantil ainda pulsa.

Fica claro como a ditadura civil-militar deixou marcas na história da cidade. Esses locais serviram de importante encontro de resistência. É interessante perceber como esses dois espaços foram palcos de luta para grupos extremamente ativos na linha de resistência, e que apesar da grande mudança que passaram ainda se encontram ativos e atuantes ocupando o mesmo espaço. O prédio onde se encontra a Faculdade de Direito conta com a placa que busca relembrar o que se passou ali, porém, nem todos os espaços que tiveram participação dentro da resistência e repressão são lembrados também por tais acontecimentos. Outro local que durante o golpe de 64 serviu de espaço para a resistência ao golpe foi a Casa do Trabalhador. Nesse espaço, trabalhadores de diferentes segmentos, sindicatos e também do Grupo dos Onze, se organizavam. O objetivo era abrir o local para qualquer pessoa que quisesse participar da resistência ao governo militar, tanto articulando formações, quanto decretando greve. No momento em que o golpe aconteceu trabalhadores e sindicatos decretaram greve geral e lá ficaram em uma vigília (PEREIRA; SILVA, 2015)[7]. Atualmente, nesse mesmo local, estão localizados alguns sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas.

O Casarão 8 é um prédio construído em 1878, tombado pelo IPHAN, nele esta localizado o atual Museu do Doce de Pelotas-RS. O espaço é um local muito visitado, o que pode não ser de conhecimento geral, e também algo não muito divulgado, é que este mesmo lugar era conhecido como ´Dopinho', sediava o Quartel General da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada. A cidade contava tanto com espaços usados para resistência como usados para repressão. Porém, estes, são lembrados e rememorados por outras lembranças, deixando as memórias da ditadura na cidade de lado.

Segundo Durkheim:

> (...) há um ponto em que a memória social, fruto em parte de uma vida em comum, das tradições e de uma certa noção de herança recebida, transforma-se em memória coletiva, que corresponde ao modo como, institucional e culturalmente uma comunidade passa a evocar, construir e transmitir seu passado. Para tanto, os dispositivos do Estado, da educação, da cultura e da mídia são postos a serviço desse esforço não apenas de evocar e socializar as lembranças, mas, também, de selecionar e fixar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (*apud* PESAVENTO, S. J. 2004, p. 1600)[9]

A questão que fica para debate é que algumas lembranças são esquecidas, ou melhor, silenciadas. A grandeza nos prédios trazida através do financiamento de charqueadores encontra-se espalhada pelos museus e pelos monumentos da cidade, claramente um período histórico cujas memórias são fortalecidas. Mas esses mesmos espaços possuem lembranças dolorosas, que não deveriam cair no esquecimento, esquecer é silenciar a própria história.

O trabalho partiu de uma primeira aproximação com a temática, a discussão foca em trabalhar esse embate entre memória e esquecimento a partir de locais específicos que fazem parte da construção da história de Pelotas. Pesavento (*apud* PRIORI, 1996)[10] traz o conceito de história regional que "seria aquela que buscaria resgatar a dinâmica da prática social dos homens, a partir da análise das condições históricas objetivas num espaço delimitado". Nesse caso é importante o trabalho com espaço e tempo, isso implica em uma certa sensibilidade, a memória pode ser transformada ou ressignificada, pode ser construída tanto

[9] PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia:, Editora da UCG, v. 14, n.9,2004, p. 1595-1604.

[10] PRIORI, Angelo Aparecido. *O ensino de história regional e local: alguns problemas e algumas perspectivas*. In: II Encontro Perpectivas do Ensino de História, 1996, São Paulo. Anais. II Encontro Perspectivas do Ensino de História. São Paulo: FEUSP, 1996. V. Único. p. 705-711.

individual, como coletivamente, trata-se de mudança que pode ser constante. Esse embate entre memória e esquecimento toca nas disputas por ressignificações ligadas a um período político conturbado, marcado por uma grande violência. O que é esquecido ou lembrado pode ser selecionado por disputas políticas, pela mídia, ou por outros meios, essa seleção desperta o questionamento de que certas memórias são levadas ao esquecimento por um motivo, seja por conta de uma memória dolorosa ou porque determinado grupo escolhe esconder certas lembranças por serem interesses próprios, usando assim a ressignificação como ferramenta de esquecimento. Assim, por meio dessa discussão, buscou-se contribuir para um debate historiográfico, trazendo para campo uma análise importante sobre o silenciamento de memórias que marcam a tessitura urbana da cidade de Pelotas-RS.

Referências

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php >Acesso em: 01 de Novembro de 2017.

BRITTO, Natalia Daniela Soares Sá. *Industrialização e desindustrialização do espaço urbano de Pelotas (RS)*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, UFRGS, 2011.

CONSEN, Mateus Oliveira. *O Golpe de 1964, sob a ótica dos editoriais impressos do jornal Diário Popular*. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, UFPel, 2014.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira*: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2009.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Deliamore Batista. Ditadura *Militar no Brasil: desafios da memória e do patrimônio*. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Rio de Janeiro.

KONIG, Henrique. *Em assembléia, estudantes da UFPel votam pela greve discente*. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/empauta/2016/10/em-assembleia-estudantes-da-ufpel-votam-pela-greve-discente/> Acesso em: 01 de maio de 2018.

PEREIRA, N. M. ; SILVA, Tairane Ribeiro da . Entre memórias e silêncios: As Marcas da ditadura civil-militar na cidade de Pelotas/RS através da educação patrimonial. In: II Encontro de Pesquisas Históricas, 2015, Porto Alegre - RS. *O historiador e suas novas tecnologias: reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas - PUCRS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. p. 1974-1986

PESAVENTO, Sandra. *Imaginário da cidade: Visões literárias do urbano*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos***,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080> . Acesso em: 01 Mai. 2018.

POHNDORF, Marilia da Rocha Hofstatter. *O Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985):* Memórias de atuação contra a ditadura. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas, UFPel, 2013.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. *A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira*. In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria.

17

A elite política de Pelotas após o ciclo do Charque, no início do séc. XX como problema de pesquisa[1]

Daniel de Souza Lemos[2]

Introdução

Pelotas é uma cidade com pouco mais de duzentos anos de história e, apesar da jovialidade que a caracteriza de uma perspectiva temporal, observam-se lacunas em sua historiografia. Principalmente no campo da história política a partir do Século XX, após o final do ciclo econômico do charque, quando a cidade possuía um grupo dominante/dirigente bem definido. Esta elite se preocupava, sobretudo com a manutenção e com a reprodução, de seus recursos e de seus privilégios, bem como da ordem social da cidade na época.

O historiador JONAS VARGAS definiu essa elite como "Os Barões do Charque". Em suas palavras: "*Os charqueadores e seus familiares estavam presentes em todas estas esferas de poder local e, conforme os cargos aumentavam de importância, as famílias que os concentravam também se constituíam nas mais ricas e distintas*". (VARGAS, p.303)

Além do trabalho referido outros tantos também abordaram o mesmo período de tempo, que constitui o primeiro século da

[1] Problema de pesquisa suscitado para avaliação da disciplina ELITES E PODER POLÍTICO do PPGCPol/UFPel.

[2] Mestre em Ciência Política e graduado em História (UFPel); Especialista em Ensino de Sociologia (UFRGS)

história de Pelotas. Porém, há todo um terreno em descoberto, qual seja, a primeira metade do século XX. De tal forma que resta sem resposta uma importante pergunta: A elite política pelotense conseguiu manter-se no poder, reproduzir-se e recrutar novos atores entre os seus membros e descendentes, após o fim do ciclo econômico do charque e da escravidão?

Ainda, somam-se a este problema outras questões tangenciais como, quem é a elite política de pelotas nos períodos da República Velha e da Era Vargas? Quais as instituições controladas pelas "altas rodas" em Pelotas? Qual o perfil social da elite pelotense no começo do ciclo econômico do arroz? O que aconteceu com a elite charqueadora pelotense, quando esse momento histórico se encerrou? Enfim, uma série de indagações pode ser desenvolvida a partir do problema levantado inicialmente.

Tal estudo se situa bem num campo de pesquisa sobre elites. Assim como o trabalho de Vargas já mencionado, outros tantos realizados por cientistas políticos, sociólogos e historiadores podem embasar outros novos estudos.

1. Estudos de Elites como campo de pesquisa

Um campo de pesquisa em franca expansão em muitos países são os estudos sobre elites. É comum em muitos lugares a continuidade, a coesão e a reprodução das elites administrativas, políticas e econômicas. Isso ocorre porque as mudanças de governo, de política não alteram em profundidade os equilíbrios estruturais das relações de poder. Um exemplo da estabilidade do campo político é a baixa probabilidade de um outsider conseguir conquistar um lugar nesse universo. E, desvendar as relações de poder em uma sociedade, pode acontecer através de investigações nessa área.

A rígida estrutura de recrutamento das elites sofre transformações ao longo do tempo. E isso se observa nas instituições, nos modos de exercício do poder, nas maneiras de fazer e de agir dos atores, nas formas de legitimidade utilizadas pelas elites. Estas não

são imutáveis, apesar da preocupação com a manutenção e a reprodução de seus recursos e privilégios na ordem social.

Monique Saint-Martin utiliza categorias como grupo dominante/dirigente e, em referencia a elites cita Giovanni Busino em *Elites et élitisme,* (Collection Que sais-je?):

> «elites» - "todos aqueles que se encontram no topo da hierarquia social e aí exercem funções importantes, as quais são valorizadas e reconhecidas publicamente através de rendas importantes, diferentes formas de privilégio, de prestígio e de outras vantagens oficiais ou oficiosas" (apud SAINT-MARTIN, p.48)

É importante salientar que o uso da categoria de elites não equivale aderir à teoria das elites conforme proposta por Pareto, Michels, Mosca entre outros "elitistas". Empregar tal conceito no plural implica reconhecer que a sociedade em que estas elites se inserem é diversificada, bem como as próprias elites.

De acordo com SAINT-MARTIN é indispensável a um estudo sociológico das elites, analisar os sistemas de ensino. A socialização e a formação dos membros das elites nas instituições educativas favorecem a estruturação dos grupos, a constituição de redes e a aprendizagem de modos de gestão das relações e do exercício da autoridade.

Ainda, SAINT-MARTIN aponta que as elites acionam estratégias de reprodução diferentes através das quais procuram manter e melhorar sua posição e a de seus filhos na estrutura social (estratégias de fecundidade, educativas, matrimoniais, de sucessão); Estratégias que nunca são completamente fechadas e orientadas a um único fim.

Importante frisar o alerta de Saint-Martin que, nas pesquisas sobre as elites, é grande o risco tanto de querer denunciar práticas abusivas, a corrupção, os arranjos ou o comportamento maquiavélico dos dirigentes. Tanto quanto, por outro lado, de participar da celebração das elites e dos grupos dirigentes, de se tornar familiar e cúmplice.

Outros dois autores dessa área, PINÇON e PINÇON-CHARLOT, apontam que os estudos sobre esses temas são escassos pelas dificuldades metodológicas encontradas por aqueles que pesquisam elites. De acordo com os autores, a alta burguesia prefere a discrição. Não gosta que falem dela fora das ocasiões em que está no controle. Expor-se à investigação científica pode criar alguma espécie de hostilidade em relação a si. Além disso, a burguesia vive em um círculo fechado que denota pouca disposição de se abrir aos curiosos pesquisadores.

Nas palavras de PINÇON e PINÇON-CHARLOT:

> "A pesquisa sociológica em meio burguês ou aristocrático leva o sociólogo, quando ele não pertence a esses meios, a experimentar uma posição social bastante desconfortável e à qual não foi habituado nos trabalhos de pesquisa. Trata-se de uma posição dominada, inversa daquela que se estabelece em meio popular, até pequeno-burguês." (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, pág.26)

Por isso, independente de como será abordada a pesquisa de elites surgem duas questões preliminares, conforme as apresentou CODATO: a) qual a metodologia para identificar a elite? e b) como estimar o seu poder diante da não elite?

2. Algumas possibilidades metodológicas

É um clichê a afirmação de que nenhum método de pesquisa consegue dar conta de contemplar todos os nuances de um objeto estudado. PINÇON e PINÇON-CHARLOT salientam dois obstáculos metodológicos que são encontrados ao se pesquisar elites: a) relação com os próprios entrevistados na situação de pesquisa – quando se escolhe usar entrevistas como um método de abordagem; b) a acessibilidade aos dados sobre a elite estudada.

Portanto, combinar mais de um método é um caminho plausível, para uma pesquisa bem sucedida. Nesse sentido Adriano Codato apresenta três maneiras de estudar elites, que contribuem

para a realização de uma pesquisa na área, clássicas da literatura norte-america. Para isso, retoma a produção de cientistas políticos que desenvolveram métodos sistemáticos, para identificação de elites políticas, úteis para novas pesquisas da área.

Entre os métodos consagrados para identificar posições de elite três se destacam, posicional, decisional e reputacional. Primeiramente, no método posicional, quem decide são aqueles indivíduos ou grupos que ocupam as posições formais de mando em uma comunidade. Por exemplo, diretorias de grandes empresas, cúpulas do Executivo, posições superiores nas organizações políticas e militares. Este método possui a vantagem de identificar o maior número de atores influentes com segurança.

Em segundo lugar, no método decisional as pessoas com poder são aquelas capazes de tomar as decisões estratégicas para uma comunidade (ou influenciar as suas decisões mais importantes); E, em terceiro lugar, o método reputacional que se divide em duas etapas complementares. Primeiro a elaboração de uma lista de lideranças em uma comunidade a partir das posições formais que elas controlam nas arenas decisórias. Depois, submissão da lista a especialistas que indicarão um pequeno número, dentre os listados, dos mais reputados, daqueles considerados os mais influentes ou poderosos. A elite seria formada pelos mais mencionados.

Conforme o primeiro método apresentado, elite são aqueles atores que "ocupam as posições estratégicas de comando da estrutura social", porque controlam "as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna": o aparelho do Estado, as forças armadas e as grandes empresas capitalistas. É uma definição "posicional", uma vez que a elite é discriminada em função das posições de comando que ela ocupa, posições que são "institucionais". Esta é uma concepção teórica de Wright Mills.

Da obra de Mills, Codato extrai uma lista de procedimentos metodológicos para os estudiosos dos grupos dirigentes: 1º quais são as *instituições mais importantes* de uma sociedade determinada? 2º descrição seus traços fundamentais: seu poder é

abrangente ou não, ou seja, afeta muitas áreas da vida em comum ou da vida de indivíduos?; Essas instituições exercem o poder em regime de monopólio, oligopólio ou são concorrentes? 3º é preciso saber se as cúpulas dessas instituições, seus ocupantes, estão ou não ligados entre si formando aquilo que Mills chamou de uma "elite do poder"; 4º é preciso saber que tipo de recurso social confere poder ao grupo ou aos grupos mais importantes. 5º Que tipo de pessoa de "elite" que uma organização social produz? 6º qual o tamanho da elite que realmente manda? Há uma linha de corte acima da qual podemos dizer que um grupo de elite tem mais poder do que outro? 7º Qual o tipo de unidade desse grupo?

No segundo método apresentado, decisional, a elite é aquela que controla posições formais de mando numa dada sociedade ou organização. É através da análise de decisões concretas de governo que se pode determinar quem, efetivamente, possui a capacidade de influenciar as decisões públicas. É preciso saber que objetivos cada grupo persegue, que interesses defendem e testar a hipótese se há, numa dada comunidade, uma elite governante.

Por fim, o método reputacional se trata da análise empírica sobre o que é o poder, os tipos de poder que existem e como ele está distribuído entre os grupos políticos. Pretende encontrar onde está, ou quem detém, o "*real power*" por detrás do "*formal power*". Para utilização da metodologia reputacional é preciso observar algumas indicações.

São elas, a) escolher bem os especialistas que irão reduzir a lista prévia de lideranças estudadas; b) aceitar que toda seleção tem um viés e que as indicações dos mais influentes são subjetivas e dependem tanto das preferências como do nível de conhecimento que um indivíduo tem da elite como a política de fato funciona; c) esse método é operacionalizável apenas em pequenas ou em médias comunidades e com um universo bem delimitado, passível de ser entrevistado.

3. A prosopografia como escolha metodológica

A prosopografia é um método de estudo de elites políticas utilizado principalmente, por historiadores e cientistas políticos. Trata-se de uma análise da vida de um determinado grupo, no caso a elite em foco. A partir da escolha dos atores a serem estudados, criam-se questões sobre a biografia de cada indivíduo mapeado: data de nascimento e de morte, casamento, família, origens sociais e econômicas, residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos, etc. De posse dessas informações, que formarão um banco de dados, procura-se estabelecer as variáveis mais freqüentes dessa elite.

Segundo HEINZ e CODATO:

> A prosopografia pode ser, assim, uma alternativa para se estender a análise da atuação de elites políticas e grupos dirigentes a períodos de tempo mais recuados, permitindo obter ganhos explicativos no desvelamento de padrões de comportamento político, de reprodução e/ou renovação de famílias ideológicas e na explicitação de continuidades e recorrências de longa duração na sociedade e na política. (HEINZ e CODATO, 2015, p.251)

Uma dificuldade em se utilizar esse método se encontra em levantar informações sobre atores menos conhecidos da elite, porém com relevância na hierarquia do grupo. A experiência do pesquisador em lidar com fontes documentais pode ser um fator importante na superação da dificuldade apresentada.

HEINZ e CODATO resumem o método prosopográfico da seguinte maneira:

> a prosopografia não se resume à produção de tabelas de freqüência com informações sócio-profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à *produção de uma base de dados* que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto

> lacunar do perfil produzido como estruturado socialmente. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa. (HEINZ e CODATO, 2015, p.253)

Como exemplo de pesquisa bem sucedida sobre elites HEINZ e CODATO (2015) indicam Paul-André Linteau em trabalho dobre as instituições políticas de Montreal, publicada em 2006. Onde foram estudados os prefeitos e conselheiros dessa cidade entre 1880 e 1914. Indicando que uma pesquisa nesses moldes poderia ser muito exitosa aplicada sobre Pelotas no início do Século XX.

No que se refere aos estudos sobre Pelotas no Século XIX, VARGAS utilizou de maneira bem sucedida o método em discussão. No trabalho "O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (1850 - 1900)" o historiador analisa o que denomina de "Barões do Charque" da cidade.

VARGAS explica o objetivo de seu estudo: "se propõe a analisar, a partir de um ensaio prosopográfico, os investimentos econômicos dos mais ricos charqueadores de Pelotas, assim como demonstrar a heterogeneidade e a diversidade do perfil socioeconômico do grupo." (VARGAS, 2016, p167) E, justifica a escolha do método da seguinte maneira: "para uma melhor compreensão do perfil patrimonial dos charqueadores pelotenses utilizaremos o método prosopográfico, que, conforme Christophe Charle, apresenta-se como um método bastante útil para o tratamento das elites" (VARGAS, 2016, p167)

A prosopografia, porém, é considerada uma metodologia entre outras, que devem ser utilizadas na pesquisa sobre elites. Pois, ela, como todas as demais metodologias não se bastam sozinhas para uma análise completa de um objeto de pesquisa. Mas, possibilita uma maneira prática de produção de indicadores que nortearão uma pesquisa sobre elites.

No caso do estudo sobre a elite charqueadora de Pelotas, no século XIX VARGAS realizou um amplo levantamento das fortunas dos charqueadores a partir da coleta de dados dos inventários

dessa elite. De acordo com o historiador "os Barões do charque foram acumulando uma notável riqueza, apresentando um importante prestígio social e político na fronteira sul do Império, de onde ajudaram a sustentar a monarquia, a escravidão e a apoiar as guerras contra os países platinos." (VARGAS, 2016, p171)

Esta elite se caracterizava, inclusive, ao se adotar outros parâmetros, encontrados a partir do uso da prosopografia, como é possível notar na seguinte passagem "Observando o acesso dos charqueadores pelotenses aos títulos de nobreza, aos diplomas de curso superior e aos altos cargos na política imperial, nota-se que estas mesmas famílias também ocupavam o topo da hierarquia entre os charqueadores" (VARGAS, 2016, p185)

Portanto, a partir do método prosopográfico foi possível circunscrever a elite da Pelotas do Século XIX. Ainda está em aberto o que aconteceu com essa elite no século XX.

Considerações Finais

Nos primeiros três métodos destacados "poder" é entendido como "capacidade de tomar decisões" (competência para influenciar aqueles que têm, formalmente, a função política de tomá-las: prefeitos, burocratas, gestores, etc.).

Contudo, nenhum deles discute os fundamentos estruturais do poder. As condições de acesso a postos de elite, as colocações privilegiadas numa comunidade, o controle desigual de recursos (econômicos, políticos, ideológicos), o lugar na estrutura social. Fatores estes, importantes na estrutura de oportunidades políticas de qualificação de quem pode, ou não, ascender a posições de mando numa comunidade. Isto tudo, é contemplado, entretanto, no método prosopográfico apresentado na terceira seção do artigo.

A partir do quadro apresentado anteriormente, é possível a produção de um estudo que contemple o problema e suas variantes elencados na introdução. Ou seja, A elite política pelotense conseguiu manter-se no poder, reproduzir-se e recrutar novos

atores entre os seus membros e descendentes, após o fim do ciclo econômico do charque e da escravidão?

E, por fim as demais indagações ainda em aberto: quem é a elite política de pelotas nos períodos da República Velha e da Era Vargas? Quais as instituições controladas pelas "altas rodas" em Pelotas? Qual o perfil social da elite pelotense no começo do ciclo econômico do arroz? O que aconteceu com a elite charqueadora pelotense, quando esse momento histórico se encerrou?

Referências

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites, três exemplos clássicos (Capítulo 1). In: *Como Estudar Elites*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 15-30, 2015.

HEINZ, Flávio e CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos(Capítulo 9). In: *Como Estudar Elites*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 249-279, 2015.

PINÇON, Michel e PINÇON-CHARLOT, Monique. 2007. Sociologia da alta burguesia. *Sociologias*. Porto Alegre: Ano 9, nº 18, 2007. p.p. 22-37.

SAINT-MARTIN, Monique. *Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França*. Tomo. São Cristóvão: nº 13, 2008.

VARGAS, Jonas. *Os Barões do Charque e suas fortunas. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900) In: GANDRA, Edgar Ávila; KLEIN, Ana Inez; POSSAMAI, Paulo César; SILVEIRA, Marcos César Borges da *Anais do VIII Seminário de História do Rio Grande do Sul e II Encontro Internacional de Históra Regional Platina: Historiografia Platina*. NPHR-UFPEL. Pelotas: Editora NPHR/UFPEL, 2016. pp 166-191

18

A história descartada da praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS)

Letícia Nörnberg Maciel

A Praça Cipriano Barcelos, popularmente conhecida como Praça dos Enforcados, está localizada no bairro Centro do município de Pelotas/RS. A praça, quando de sua fundação no século XIX, estava localizada na área periférica do município, na margem esquerda do arroio Santa Bárbara, o qual definia então, a oeste, o limite da zona urbana. Ela era cercada por inúmeras fábricas e estava a poucos metros da área de descanso de tropeiros e carreteiros que levavam bois e mantimentos para serem vendidos para os habitantes do município. Logo, devido à sua localização periférica, ao lado de um arroio e de fábricas, a praça era usufruída por lavadeiras, escravos, ex-escravos, operários, tropeiros e moradores da região (GUTIERREZ, 2004; PETER, 2004; AL-ALAM, 2007; MACIEL, 2017). Além disso, foi constituída, por décadas, como uma área de descarte de lixo doméstico.

Com o passar das décadas, o crescimento natural da cidade fez com que aquela antiga zona periférica viesse a se tornar parte do bairro central do município. Porém, o estigma da periferia perpetuou-se na praça, tornando-a uma área evitada por parte da população, envolta em história de suicídios e enforcamentos, remetida por muitas pessoas a assaltos e à presença de dependentes químicos.

A cidade de Pelotas e, consequentemente, seus cidadãos, são vítimas de uma representação excludente do passado. Ao longo das décadas, não apenas fatos isolados foram diminuídos em detrimento de outros que foram julgados de maior importância, mas grupos sociais e étnicos inteiros perderam seu espaço na historiografia oficial. Esta não contemplação dos grupos negros dentro das pesquisas acadêmicas é explicado por Paul Gilroy (2012) quando diz que o racismo operaria de forma desleal e consistente para negar o direito à história e a integridade cultural aos frutos artísticos e culturais da vida negra.

Entende-se que a sociedade decide o que deseja lembrar e o que deve ser esquecido, mas essa decisão é tomada sem consulta às comunidades minoritárias, as quais são as mais afetadas pelas ideologias dominantes (MACIEL, 2017). As pesquisas arqueológicas trazem à tona as injustiças sociais pretéritas, uma vez que até hoje os remanescentes daquelas minorias sofrem com as consequências destes preconceitos de classe e, no caso de remanescentes de escravos, ainda lhes cabe o estigma da escravidão.

A presença das charqueadas fez de Pelotas uma das cidades de pequeno porte mais prósperas do Brasil oitocentista. A segunda metade do século XIX representou o auge da opulência econômica da cidade. O desenvolvimento econômico resultante da indústria saladeiril e de outras atividades econômicas complementares concentrou uma considerável quantidade de capital na região, proporcionando o investimento em melhorias urbanísticas e atraindo profissionais como arquitetos, engenheiros e comerciantes (GUTIERREZ, 2007), bem como imigrantes que buscavam melhores condições de vida do que aquelas enfrentadas em seu país de origem.

Conviviam lado a lado duas realidades diferentes de uma mesma cidade: de um, moradores que podiam ser provenientes de famílias aristocráticas cuja economia era estruturada pelo charque e pelas indústrias, ou ainda profissionais liberais como médicos, engenheiros; de outro, imigrantes, ex-trabalhadores rurais,

operários, escravos e ex-escravos (MACIEL, 2014). Apesar desta visão dicotômica aqui apresentada sobre a sociedade oitocentista, vale lembrar que nem todos os africanos chegaram ao continente americano por meio da escravidão, mas muitas vezes por questões comerciais, calamidades públicas, busca de uma melhor qualidade de vida, guerra e outros (SOUZA & SYMANSKI, 2007).

Tratemos então, de forma bastante sucinta, da presença dos grupos negros na história do município de Pelotas.

No período final da escravidão, onde uma leva de alforrias passou a ser executada ou comprada, bem como no período recente do pós-abolição, ocorreram mudanças no setor econômico e de configuração do espaço urbano da antiga Pelotas. Os grupos recém libertos se viram inseridos em uma nova realidade, porém no mesmo território.

> Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, p.29)

Além de não ocuparem de maneira equiparável com os brancos os postos de trabalho disponíveis no pós-abolição devido às levas de imigrantes europeus recém-chegados e que, por vezes, ofereciam diferentes ofícios daqueles que já estavam em execução por vários indivíduos na América, os negros ainda precisavam enfrentar os coletivos conservadores que não aceitavam a abolição.

Numa tentativa desesperada de barrar a aproximação dos indivíduos de menor prestígio econômico ao centro da cidade – e consequentemente das elites –, algumas políticas de afastamento foram criadas, como, por exemplo, a que proibia a construção de

casas no estilo cortiço na área mais central da urbe (MOURA, 2006; MACIEL, 2014).

Ao mesmo tempo que o local de não-fixação de residência era determinado por lei, estes grupos recém-libertos e/ou de menor poder aquisitivo eram coincidentemente afastados para áreas próximas àquelas em que fábricas vinham se instalando, como o caso de algumas daquelas que estavam localizadas relativamente próximo à Praça Cipriano Barcelos: Cervejaria Ritter, Fábrica de Chapéus Pelotense, Fábrica de Fumos Santa Bárbara, Fábrica de Fumos São Raphael, dentre outras.

A instalação destas e de outras fábricas na região ia de encontro com as políticas contra construção de cortiços em áreas mais centrais, os empurrando para regiões onde estavam instaladas fábricas. Assim como isso otimizava o tempo de deslocamento do trabalhador de sua residência até o local de trabalho, contribuía para uma proletarização – e consequente marginalização – da região oeste do centro urbano e diminuía o rol de espaços de circulação desses grupos na cidade

Partindo da ideia de que a arquitetura é um tipo de comunicação não-verbal, aqueles muros invisíveis buscavam coibir a aproximação dos pobres ao centro elitista da cidade. Os muros – mesmo num sentido abstrato – são dispositivos virtuais para dar a sensação de distância e separação: "A partir da planificação particular de uma estrutura posso fazer com que os encontros com aqueles com quem quero relacionar-me sejam cada vez mais duradouros e repetitivos (e, ao contrário, menos frequentes com aqueles a quem quero excluir)." (ZARANKIN, 2012, p.23).

Mas foquemo-nos agora, de fato, na história da Praça Cipriano Barcelos. O primeiro registro referenteaela foi identificado na ata da sessão ordinária de 6 de maio de 1878 da Câmara de Vereadores de Pelotas, onde os presentes tratam da Portaria nº 951 de 26 de abril de 1878, da Presidência da Província. A circular, segundo ata de reunião, declara que:

> [...] se ainda existir necessidade de uma *extenção* de terreno situado *proximo* ao arroio Stª. Barbara, que por esta Câmara foi reclamado em 11 de Outubro de 1867 ao que só agora foi informado pela Procuradoria Fiscal da Fazenda Provincial; cumpre que se *recomesse* na reclamação observando-se as formalidades recomendadas na lei nº 650 de 9 de Dezembro de 1867, artigos 2, 3 e 4, afim de que o governo possa verificar o bem público para depois ter lugar a mencionada desapropriação [...].[1]

Não foram encontrados dados relativos aos motivos que levaram a Câmara Municipal a determinar aquele terreno em específico para a criação de uma praça. É possível que a escolha do local esteja atrelada às ruas já abertas no seu entorno e a impossibilidade de serem instaladas edificações no terreno devido à curva a para Leste do arroio.

O terreno em questão pertencia ao governo da Província, sendo desapropriado e concedido ao município de Pelotas para a constituição da praça em agosto de 1880. Como forma de reconhecimento do governo provincial, a recente praça foi então batizada com o nome de Henrique d'Ávila – então presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (GUTIERREZ, 2004). Em 1893 a praça passou a ser chamada de Praça Floriano Peixoto.

O terreno previsto para a praça possuía um declive no sentido Leste-Oeste, além de originalmente toda a sua porção Sul ser tomada por uma forte curva que o arroio fazia. Não foram encontrados registros exatos sobre o ano em que o arroio foi retificado, duração da obra ou origem do aterro utilizado, porém é possível que as obras tenham ocorrido entre os anos de 1882 e 1883, devido ao fato de que mapas desta época já apresentassem o arroio retificado e que apenas em 1881 tenha se dado início às discussões sobre a canalização do arroio.

[1] Bibliotheca Pública Pelotense, v.016, anexo DPM-006. Livro de atas da Câmara Municipal de Pelotas. 1874-1879, 6 de maio de 1878.

No ano de 1881, foi apresentado pelos engenheiros Licínio Chaves Barcelos e Luiz Wirtrchel um projeto de canalização do arroio Santa Bárbara, o qual tinha por objetivo facilitar o trânsito de pequenas embarcações pelo leito. O projeto inicial consistia na canalização de 2,7 km do arroio, os quais abrangiam o trecho entre a ponte de pedra (atual Rua Marechal Floriano) e o canal São Gonçalo (canal em que deságua o arroio) (GUTIERREZ, 2004; PETER, 2004).

O Chafariz dos Cupidos, chamado em catálogo da fábrica como *Fontaine aux Enfants* (Fonte das Crianças), que atualmente encontra-se no centro da praça, foi encomendado pela Companhia Hydraulica Pelotense da fundição Durenne, de Paris, no ano de 1874. No ano de 1875 a empresa responsável pelas obras hidráulicas havia concluído a instalação do sistema de abastecimento de água no município, com exceção da colocação do quarto e último chafariz previsto em contrato (SILVEIRA, 2009).

Houve uma indefinição sobre o local em que a fonte seria instalada até que, em 1876, quando ela chega ao porto de Rio Grande, a Companhia Hydráulica Pelotense comprou um terreno localizado na Rua São Miguel[2] esquina Santo Ignácio[3] para colocar o chafariz. Sua função inicial era o abastecimento de água para a população. No ano de 1910 ela foi transferida para o centro da praça Cipriano Barcelos (SILVEIRA, 2009). Em outubro de 2004 o chafariz foi restaurado (XAVIER, 2010). Infelizmente os postes foram furtados há poucos anos, restando apenas as suas bases – que são utilizadas como lixeiras por desavisados que passam pelo local.

Na década de 1960 a Praça Cipriano Barcelos passou por uma significativa alteração, a partir do aterramento e desvio do arroio Santa Bárbara. O período posterior ao aterramento do arroio é peça-chave na compreensão do apagamento que a praça

[2] Atual Rua XV de Novembro.

[3] Atual Rua Gomes de Carneiro.

sofreu após esta obra – que bem se diga, crime ambiental –, perdendo seu principal atrativo e sendo cada vez menos transitada.

O início da década de 1960 foi marcado por pacotes de investimentos financeiros oferecidos pelo governo de Juscelino Kubitschek, ocasionando parcialmente na mudança de alguns paradigmas no país, onde a ideia central era o "desenvolvimento" e "modernização". É possível que esta mudança do governo central tenha causado ressonâncias na região de Pelotas, com o incentivo de obras que hoje podemos chamar de megalomaníacas. Da mesma forma, as mudanças que continuaram a ocorrer na cidade podem também ser atribuídas à entrada do Governo Militar em 1964, que deu continuidade ao ideal de modernização e desenvolvimento econômico, atrelado a obras monumentais que se distribuíram pelo território nacional.

Em conversa com antigos moradores da cidade, é possível perceber que apesar do projeto de desvio do arroio ter sido bastante divulgado, os motivos da obra não eram claros o suficiente, uma vez que cada entrevistado apresentou um motivo diferente para a obra. Um dos interlocutores entrevistados, que possuía 12 anos na época, afirmou que o principal motivo seriam as cheias provocadas pelo arroio no período de chuvas. Pois a área que hoje em dia vai desde o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (Praça XX de Setembro) até a Praça Cipriano Barcelos, ficava intransitável e com o passar do tempo as cheias eram cada vez piores. Outra interlocutora, então com menos de 10 anos no período do aterramento, não lembrava exatamente o motivo pelo qual aterraram o arroio, justificando que este tipo de assunto não era comentado pelos adultos com as crianças. Ela soube então já na adolescência os motivos do desvio, os quais também estariam ligados aos ideais de progresso, mas ela interpretava apenas como crime ecológico (MACIEL, 2017).

Conversando com aqueles que já eram adultos na época, percebe-se que mesmo entre eles este assunto não era muito comentado – tendo em vista que boa parte da população tinha

limitações ao acesso de informações por falta de acesso a jornais e/ou rádio, devido a zona de sua moradia na década em que ocorreu o aterramento. Uma entrevistada afirmou não saber o porquê de terem aterrado, porém o governo municipal dizia que a obra era sinônimo de progresso e muitos moradores teriam então comprado essa ideia (MACIEL, 2017).

Após o aterramento do arroio, o vazio urbano que se criou por cima de seu antigo leito acumulava lixo, servindo por vezes para acomodar parques e circos que visitavam a cidade por temporadas (PETER, 2004). É importante salientar que, tal como aponta Glenda Peter (2004), após o aterramento do arroio na década de 1960, a área por ele originalmente ocupada, ao longo de todo o seu então percurso, até hoje possui poucas edificações em cima, se tratando a maioria de moradias de baixa renda.

O vazio urbano se manteve até 1998, quando teve início a construção do camelódromo municipal em cima de onde seria a margem direita do arroio Santa Bárbara, a poucos metros da Praça Cipriano Barcelos, onde estaria preteritamente localizada da Praça das Carretas. Os vendedores ambulantes seriam então deslocados do largo do Mercado Público e acomodados em bancas individuais padronizadas.

No início da década de 2000, a prefeitura municipal criou o Projeto de Requalificação da Praça Cipriano Barcelos. Tal projeto tratava da recuperação do tradicional logradouro público como área de lazer para a população, agregando a esta ação o tratamento do espaço situado entre a praça e o antigo camelódromo. A ideia do projeto surgiu da necessidade de ser criada uma "piscina" para a contenção temporária das águas pluviais provenientes da área central do município, buscando uma solução para o problema crônico de inundações constantes da rua Saldanha Marinho e adjacências (PETER, 2004).

Norteado pela memória popular relativa a presença de água naquele local, o projeto então propunha o rebaixamento de nível da área correspondente ao antigo leito do arroio, surgindo então

um espelho d'água contido, pelo lado da praça, por um muro com parapeito e, pelo lado oposto, por uma arquibancada construída em concreto armado que serviria tanto para a contemplação do espaço quanto para a realização de eventos ao ar livre (PETER, 2004). Por fim, o projeto previa ainda a recuperação da vegetação da praça, criação de parques infantis e melhorias na praça. Não se sabe o motivo pelo qual o projeto não teve continuidade.

O camelódromo municipal funcionou naquele local entre os anos de 1998 e 2013. No ano de 2012 foi dado início à construção de um shopping popular de aproximadamente 4.830 m^2 entre o então camelódromo e a praça, no exato local em que corria o leito do arroio Santa Bárbara, em cima dos antigos paredões de pedra construídos em 1881.

Associada à construção do shopping popular, foi desenvolvido um projeto de requalificação da praça e, devido a ele, uma atividade de salvamento arqueológico foi executado no ano de 2014 por uma empresa privada (LOUREIRO & ROSA, 2014). Alguns dos artefatos arqueológicos exumados durante o salvamento foram posteriormente estudados para fins de elaboração de dissertação de mestrado (MACIEL, 2017). Foram identificados objetos cerâmicos geralmente associados ao processamento, armazenamento e consumo de alimentos, bem como vasilhas de usos diversos, entre os quais é possível que existam usos religiosos. A partir daqui discutirei os usos afrorreligosos de algumas dessas peças, cuja presença se destaca na coleção da Praça Cipriano Barcelos. .

Em uma das sondagens realizadas durante a pesquisa arqueológica, a partir dos 65cm de profundidade, em camada estratigráfica datada a partir de 1900[4], foram exumados três objetos em configuração bem preservada, com peças inteiras ouparcialmente fragmentadas: um vaso de jardinagem em

[4] A datação relativa foi realizada a partir da análise de pastas e decorações das louças exumadas de determinadas sondagens do sítio arqueológico que é constituído pela Praça Cipriano Barcelos (MACIEL, 2017).

cerâmica, dentro dele uma xícara de chá com decoração floral em estanhola e dentro dela um tinteiro de vidro com uma marca de fabricação cruciforme em sua base. Já na escavação suspeitou-se de um contexto de ritual religioso de matriz africana, motivo pelo qual busquei um diálogo com o Babalorixá Eurico, sacerdote yorubá da *IléAsèNàgóOluorogbo*.

Segundo o Babalorixá Eurico, o furo na base do alguidar permitiria contato com o mundo dos mortos, uma vez que as oferendas depositadas dentro dele poderiam passar pelo buraco e entrar em contato com a terra. O alguidar furado não é utilizado para orixás – para este uso ele necessita estar íntegro, uma vez que ele é uma readaptação da cabaça que simboliza o útero. Ainda conforme Eurico, o furo indicaria que foi utilizado para servir comida para os mortos, ou era um receptáculo do próprio morto.

Quanto ao local em que este material foi depositado, se realmente ligado a um culto aos mortos e interpretado pela ótica yorubá, podemos dizer que eles chamam o local de adoração dos mortos de *ibó-iku*, ou seja, "floresta da morte". O culto é realizado o mais afastado possível das casas das pessoas que o realizam e da comunidade em si, para que os mortos não afetem a comunidade. Ou seja, segundo Babalorixá Eurico, os indivíduos vão às florestas onde são realizados louvores e, posteriormente, retornam à vida social. Esta distância física se dá também de forma que os mortos não sigam os vivos durante o seu retorno, uma vez que, por ser longe, os mortos se perderiam no caminho e não conseguiriam chegar próximo das casas. Cabe ainda lembrar que, segundo o antropólogo Melville Herskovits (2005) manifestações religiosas seriam uma forma de resistência social dos grupos, assim como os cultos aos ancestrais, uma vez que o morto segue como membro ativo da comunidade, sendo responsável pelo bem-estar dela.

Há limitações no processo de produção do conhecimento arqueológico, pois um mesmo objeto pode ser interpretado de maneiras distintas (GALLOWAY, 2006). Assim, observações êmicas como essas apresentadas por Eurico são categorias

importantes para guiar as interpretações arqueológicas e, em hipótese alguma, devem ser desprezadas durante a pesquisa.

Quanto aos objetos cerâmicos exumados durante o salvamento arqueológico, ao todo foram reconhecidas as formas originais de 109 objetos – dos 230 exumados. Destes 109, ao menos 40 poderiam ter uso associado de alguma forma à rituais religiosos de matriz africana. Tratam-se de vasos, bacias sem qualquer tipo de esmaltação e quartinhas (MACIEL, 2017).

As bacias sem nenhuma esmaltação constituem ao menos sete objetos exumados. Este tipo de objeto é um dos que se destaca, em termos de quantidade e tamanho, em lojas de artigos para religiões de matriz africana. Pode também ser chamado de alguidar e, segundo a arqueóloga Luiza Wolff: "[...] é um recipiente neutro, ele pode participar de diversos rituais para todos os orixás, não é um objeto preparado para nenhum orixá específico." (WOLFF, 2014, p.23-24).

Quanto às quartinhas, cabe destacar que essa morfologia foi estudada junto com outros objetos utilizados em rituais religiosos de matriz africana por Luiza Wolff (2014). A autora descreve o uso deste tipo de vasilhame em um rito de iniciação realizado junto ao rio Piratini (Cerrito-RS). O ritual de iniciação de um indivíduo teria início com o banho de *Abô*, onde seria utilizada uma quartinha de grandes dimensões e que seria ligada de alguma forma ao iniciado, porém ela poderia sofrer danos (quebra ou inutilização) sem qualquer prejuízo ao indivíduo. Outro ritual, que aconteceu no mesmo dia que o primeiro, seria o *Bori*. Ele se trata de uma prática de suma importância para a Casa de Nagô que foi foco de suas pesquisas, a qual se caracteriza como uma oferenda a cabeça da pessoa envolvida no ato. No caso analisado por Wolff, foi utilizada uma quartinha pequena que, findado o rito, foi mantida no *Ilé* junto a outros objetos utilizados naquele momento (WOLFF, 2014).

Enfim, apesar da multiplicidade de interpretações que essa tipologia material carrega – seja dentro de questões funcionais ou simbólicas – o cruzamento de dados históricos e arqueológicos

serviu para reforçar a possibilidade de que os vasilhames exumados da praça estejam associados a práticas afrorreligiosas.

Considerações finais

Marc Augé (2003), define o "lugar" como o espaço antropológico, identitário, relacional e histórico. Por outro lado, os "não-lugares" seriam espaços de comunicação, circulação e consumo. Segundo o autor, esses não-lugares estariam se ampliando e alterando a própria noção de cidade, uma vez que ele é incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. Mais do que isso, os não-lugares seriam povoados por viajantes, são espaços de ninguém. Augé (2003) apresenta ainda a noção de espaço definida por Michel de Certeau, onde, para este, o espaço seria um "lugar praticado", onde: "são os passantes que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar." (AUGÉ, 2003, p.75).

À praça Cipriano Barcelos se atribui[5] uma distância, é ela o "lugar" do outro, mas nunca de si próprio. É ela o lugar do morador de rua, do dependente químico, do possível assaltante, do adolescente secundarista que escapa da aula durante o intervalo, da prostituta e, antes disso, era o lugar das lavadeiras, dos escravos, dos forros e dos operários.

É possível que os grupos minoritários pretéritos da cidade utilizassem a praça como um espaço para manifestarem suas práticas religiosas. Evidente que não lhes era proibido usar ou transitar em outras áreas da urbe, porém é como se a eles fosse designada aquela região, a antiga periferia. Suas espiritualidades e as práticas religiosas representavam uma das formas mais significativas de manutenção da identidade cultural, assim como

[5] Ou se atribuía, visto que após a citada obra de requalificação da praça entre os anos de 2015 e 2016, ela sofreu um aumento no fluxo de transeuntes, bem como no número de indivíduos que usufruem do espaço para lazer. De qualquer forma, cabe ainda estudo sobre como esses grupos que ocupam a praça atualmente a interpretam ou que relações estabelecem com ela.

no período anterior à abolição representavam uma forma de resistência à escravidão.

Em outras palavras, a malha urbana não foi constituída a partir de um único grupo, bem como um grupo não impôs sozinho seus sentidos e sua espacialidade sobre ela. Em uma visão antropológica sobre a paisagem, não seria nenhum equívoco afirmar que as pessoas perceberam, classificaram e construíram o ambiente circundante a partir de processos simbólicos que estavam vinculados às tradições culturais do grupo ao qual pertenciam, bem como à memória, aos mitos, fronteiras sagradas e profanas, dentre outros (FAGUNDES, 2011). A convivência de diferentes grupos e indivíduos em uma mesma área, as tensões e negociações constantes e necessárias deste convívio, geram uma paisagem que não apresenta as características particulares de uma só parcialidade, tampouco o mesmo sentido e significado para cada grupo ou indivíduo (FRAGA DA SILVA, 2006).

É urgente procurar compreender como os processos de ocupação da paisagem urbana por distintos grupos ocorreram no período final do século XIX, assim como as trocas entre aqueles coletivos e as tensões observadas, mas evidente que tal problematização não será sanada através de apenas uma pesquisa que trata do contexto de uma única cidade.

Referências

AL-ALAM, Caiuá C. *A negra forca da princesa:* polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos), 250 p. UNISINOS, 2007.

AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. In: *Não-lugares:* Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 3ª ed., 2003. p.71-105.

FERNANDES, Florestan. O negro na emergência da sociedade de classes. In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Globo, 5ª ed., 2008, p.29-117.

GALLOWAY, Patricia. Material culture and text: Exploring the spaces within and between. In: HALL, M.; SILLIMAN, S. (eds.) *Historical Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p.42-64

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. (trad. Cid Knipel) São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 (2ª edição), 432 p.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue:* mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: Ed. UFPel, 2004. 549 p.

_____ (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Santa Maria: Pallotti, 2007, 199p.

LOUREIRO, André G.; ROSA, Estefânia J. da. *Relatório final de prospecção intensiva e resgate arqueológico na área de revitalização da Praça Cipriano Barcelos, Centro Histórico do Município de Pelotas, RS*. Pelotas, 2014, 249 p.

MACIEL, Letícia N. *Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX*. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

_____. *"Tem lamentos desses negros que foram enforcados aqui":* Estudo arqueológico da Praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

MOURA, Rosa Maria G. R. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. Tese (doutorado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 2006.

PETER, Glenda D. *Santa Bárbara: o braço morto do arroio que ainda vive na memória*. 2004. 32 f. Trabalho de Conclusão de Módulo (especialização em Conservação de Patrimônio em Centros Urbanos) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRGS, Porto Alegre

SILVEIRA, Aline M. *De fontes e aguadeiros à penas d'água:* reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas - RS. 2009. 340 f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo.

WOLFF, Luiza S. P. *Mojubá. Seres Materiais!* Novas perspectivas sobre os objetos no culto nagô. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Antropologia, formação em Arqueologia, Instituto de Ciências Humanos, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

XAVIER, Janaina S. *Saneamento em Pelotas (1871-1915):* o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso. 2010. 355 f. Dissertação Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, Pelotas.

ZARANKIN, A. Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. In: *Arqueologia na paisagem:* Novos valores, dilemas e instrumentais. J. MACEDO; R. de ANDRADE; C. TERRA (orgs.). Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p.18-33.

19

Os reflexos da atuação de padre Reinaldo Wiest nas cidades de Pelotas e Piratini – RS

Ticiane Pinto Garcia

Considerações iniciais

Em 26 de julho de 1907,na cidade de Dois Irmãos, região serrana do Estado do Rio Grande do Sul, nascia um Vicente Reinaldo Wiest.Seus pais Felipe Wiest e Carolina Kieling Wiest, eram colonos e praticantes do catolicismo. Ele era o 11° de 15 filhos, dos quais três se consagraram ao serviço eclesiástico.

Em 1921, Reinaldo se matriculou no Seminário Menor de São Leopoldo, e no dia 3 de dezembro de 1933, Dom Joaquim Ferreira de Mello lhe conferiu a Ordenação Sacerdotal na Matriz de São Miguel em Dois Irmãos. No início do ano seguinte, foi nomeado coadjutor da Catedral de Pelotas, iniciando assim sua missão sacerdotal. Dedicava-se particularmente à catequese, à assistência aos doentes e às visitas às famílias da periferia da paróquia.

Em maio de 1936, Dom Joaquim lhe conferiu a Paróquia de Piratini, reconstruindo a Igreja Matriz incendiada e dedicando-se à assistência espiritual, moral e material dos paroquianos. Segundo relatos, viajava constantemente a cavalo às escolas e famílias do interior do vasto município. Padre Reinaldo demonstrava grande interesse pelas vocações sacerdotais, esmerava-se na formação de seminaristas oriundos de suas paróquias. É sempre lembrado por

viver na mais absoluta pobreza, repartindo os poucos bens e recursos que possuía com a população mais humilde.

Em 1953, apesar dos protestos do povo de Piratini descritos no livro *O Vigário da Campanha,* obra de padre Carlos Johannes, Dom Antônio Zattera resolveu transferi-lo para a Paróquia de Sant'Ana na Vila Maciel, em Pelotas. Como em Piratini, na nova localidade percorria no lombo do cavalo todo o interior da paróquia visitando as comunidades, as escolas e as famílias.

Após a morte de padre Reinaldo, as comunidades de Piratini e da Colônia Maciel entram em confronto por conta de qual delas enterraria o pároco. Wiest pediu em vida para ser enterrado em Piratini, onde atuou por mais tempo e ajudou a reconstruir a igreja incendiada, mas a comunidade da Maciel reclamou seus restos mortais. Coube ao bispo auxiliar Dom Ângelo Mugnol decidir, depositando os restos mortais do vigário no cemitério da Paróquia de Sant'Ana na Colônia Maciel, em Pelotas, por ser um costume enterrar padres na última localidade onde atuou.

A partir das discussões levantadas sobre a figura deste indivíduo, busca-se levantar quais elementos dessa trajetória foram cruciais para a construção de uma devoção popular, abordando o contexto social, as "teias de relações" dessas comunidades, os costumes e o cotidiano (CERTEAU, 1998) da cidade de Piratini e da região rural de Pelotas, entre 1936 a 1967. Nesse sentido, esta pesquisa será construída a partir dos relatos orais e análise de diferentes documentos referentes à figura, ressaltando as memórias dessas localidades.

Visa-se a abordar os relatos acerca de fatos interpretados como milagres concedidos por intercessão do pároco e como eles servem de estímulo para a propagação da memória local. Objetiva-se ainda interpretar as fontes jornalísticas referentes à figura de padre Reinaldo, propondo problematizar publicações maior ou menor intensidade ao longo do tempo, de 1993 até o presente.

A devoção se deu por fatores que ultrapassaram o tempo de vida, através da memória daqueles que conviveram com padre

Reinaldo ou que de alguma forma sinalizam ter recebido algum tipo de graça.

Segundo Candau:

> "A memória propriamente dita ou de alto nível, [...]é essencialmente uma memória de recordação ou do reconhecimento. [...] A memória de alto nível feita igualmente do esquecimento, pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral da memória (CANDAU, 2012, p. 23).

Além de a memória não ser algo tangível, grande parte das fontes são posteriores ao recorte temporal medido pela vida sacerdotal de padre Reinaldo, entre 1936 a 1967. Uma parte importante das fontes referentes à devoção foram geradas em períodos posteriores, como as fontes jornalísticas sobre a temática datadas das décadas de 1990 e 2000. Essas fontes remetem à trajetória do pároco por intermédio de interlocutores locais.

Há ainda as entrevistas que remetem sempre às memórias dos habitantes das duas cidades, quer seja do período de convivência com o pároco, quer das práticas de devoção e graças alcançadas por seu intermédio.

Há ainda a necessidade de ilustrar as dissensões entre as populações das cidades de Pelotas e Piratini. Primeiramente, na mudança da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, de Piratini, para a Paróquia Sant'Ana, em Pelotas. Em um segundo momento, no advento de sua morte, em uma disputa pelos restos mortais do Vigário.

Uma devoção popular

A aparente falta de empenho da Diocese de Pelotas com a causa da santificação de Padre Reinaldo Wiest é significativamente negativo aos olhares dos fiéis nos poderes intercessórios do vigário, sendo possível expressar na opinião de Nelson Crochemore, "Nem

todos cooperaram conosco, uma pena. Mas o padre sempre será especial (Diário Popular, 2015. p.2)".

Segundo a reportagem, em que foi veiculada tal frase, o senhor Nelson seria um dos evolvidos na época da reunião dos documentos para a tentativa de beatificação. Ele seria um dos "agentes" na obtenção dos registros dos milagres.

Os depoimentos utilizados para ilustrar os poderes intercessórios do padre, que são amplamente divulgados pelos fiéis, são obtidos através da metodologia da história oral e do recurso, já amplamente apontado nesta pesquisa, às fontes jornalísticas.

Os indivíduos já entrevistados foram elencados através das redes de relacionamento cultivadas durante a pesquisa, principalmente através das paróquias e a partir de iniciativas de divulgação da pesquisa pela mestranda. Além disso, alguns milagres ou graças, ocorridos durante a vida do padre, são encontrados no livro de Padre Johannes.

Mesmo longe de avançar a iniciativa de santificação, os fiéis relatam sempre as graças alcançadas, segundo a população, por intermédio do padre. Alguns desses eventos, ocorridos em vida ou após a morte do padre, qualificados como milagres pelas comunidades de Piratini e área abrangida pela Paróquia Sant'Ana, na colônia de Pelotas, serão por nós relatados a partir de agora.

Sem sombra de dúvida, um dos milagres mais populares de Padre Reinaldo é o do "conserto do caminhão" do senhor Antônio Casarin. Esta ocasião é tão conhecida que pode ser verificada diversas vezes no *Diário Popular*, no livro *O vigário da Campanha* e em entrevistas de diversos depoentes dessa pesquisa. Como todos eles possuem basicamente a mesma estrutura, optamos por discorrer aqui a versão deste fato feita pelo próprio senhor Antônio ao *Diário Popular*:

> Certo dia, na Maciel, Wiest o encontrou às voltas com o caminhão estragado e carregado de cebolas. Vendo sua aflição, o religioso propôs que ambos rezassem um mistério do terço ao redor do veículo. Ao terminar, ordenou: entra e liga. O empresário

> obedeceu e, para seu espanto, o caminhão funcionou. Antes de partir, recebeu ainda uma recomendação: "Faz tua entrega e vai direto para uma oficina". Com o mecânico que o atendeu ao final do dia teve o seguinte diálogo: - De onde tu vens?
> - De Morro Redondo. Fui levar uma carga de cebolas e voltei.
> Impossível. Estás mentindo.
> - Não estou não, por quê?
> - O motor está fundido, não há como teres feito esta viagem assim. Casarin ainda lembra da cena: "Estava estragado, ele deu uma benção e o caminhão veio até Pelotas. O motor estava fundido mesmo, sem condição. Não poderia ter rodado. Eu mandei arrumar. Ficou entre sete e oito dias no mecânico, que se admirou" (DIÁRIO POPULAR, 26/01/2007, p.3).

Leda Regina Santana Lopes menciona com riqueza de detalhes o que segundo ela traduziu-se em um milagre ocorrido com ela por ocasião do nascimento de seu filho. Segundo ela, o filho nasceu com sete meses e meio de gestação, com diversas complicações.

O filho da senhora Leda teve uma melhora segundo ela extremamente milagrosa, já que os médicos não puderam explicar-lhe seu quadro modificar-se tão rapidamente. Era necessário então saldar a promessa junto a Padre Reinaldo, colocando seu nome no menino. Quanto a esse momento a depoente afirma:

> Meu padrinho tinha mania de colocar apelido nas pessoas e ele tinha mania de chamar o padre Reinaldo de Reinaldo Vicente. Até hoje eu nunca ouvi falar que o padre Reinaldo se chamava Vicente. Então pra mim ele era Reinaldo Vicente. Como eu já tinha escolhido o nome de Guilherme, Reinaldo não combinava com Guilherme. Então resolvi chamar ele de Guilherme Vicente, mas acho que ele nem se chamava Vicente. Eu sempre ouvi falar somente em Reinaldo Wiest (LOPES, 2015).

Podemos perceber que Leda atribuiu ao filho o apelido pelo qual ela costumava ouvir Padre Reinaldo ser chamado. Ela provavelmente fixou essa informação a partir do compartilhamento com o padrinho tornando a informação, uma representação pública (CANDAU, 2011, p.37).

Após sua saída da zona rural de Pelotas para a região urbana da cidade, ela teria se afastado do catolicismo e começado a professar o espiritismo. Porém, conta que através do símbolo de uma cruz no hospital, recorda-se de Padre Reinaldo. Pode-se utilizar este ponto da entrevista sobre o ocorrido: Como eu sabia que ele era uma pessoa muito boa, protegia e gostava muito de crianças. E por tudo que eu sabia e conhecia dele.

> Ele foi pra UTI e a médica disse que ele estava em sofrimento e muito mal, ele não conseguia respirar sem aparelhos. E eu fui pro quarto. No Hospital universitário São Francisco de Paula tinha um crucifixo na parede. Eu já tinha decidido que ele ia se chamar Guilherme, mas aí eu olhei pro crucifixo e lembrei do Padre Reinaldo. Pedi pra ele, e disse Padre Reinaldo me ajuda. Sempre me ajudou desde pequena, tu era tão bom pra mim. Não deixa meu filhinho morrer. Salva meu filhinho de morrer, interceda a Deus por mim. Se ele viver eu coloco o seu nome nele (LOPES,2015).

Há certa vinculação de religiosidade ao símbolo da cruz. A depoente faz relação do signo à realidade que vivera em sua infância e adolescência, pautada no catolicismo, tendo como grande influência Padre Reinaldo. Seguindo neste pressuposto de vinculação simbólica, Chartier menciona:

> ...que as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: primeiramente, as operações de recorte e classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social" (CHARTIER, 2002, p.169).

Ou seja, tais símbolos têm a capacidade de presentificar uma identidade social, uma maneira de pensar e agir neste contexto, suscitando memórias, assim disseminando seu poder de permanecer na memória dos indivíduos.

Além dessas e outras graças constatadas como recebidas nos levantamentos feitos, pode-se abranger, tendo em vista essa devoção popular, o culto a imagens impressas de Padre Reinaldo.

Na mesma reportagem do *Diário Popular*, escolhida para enunciar o caso do caminhão, há o relato e o registro em fotografia inclusa do senhor Antônio Casarin ao texto. O depoente aparece (Figura 1) em seu escritório, com uma imagem de Padre Reinaldo impressa exposta na parede, ao lado do maior dos símbolos cristãos, um crucifixo.

Figura 1: Reprodução a partir de reportagem publicada no *Diário Popular*, de 26/01/2007, p. 3

Sobre tais expressões de fé ainda se pode utilizar o depoimento de Padre Luiz Armindo Cappone:

> [...] quase todos têm a imagem dele. Imagem, assim a fotografia nas suas casas. E tem muita devoção por ele. E quando tem muita seca ou muita chuva demais eles vão no túmulo rezar. Pedindo melhoras de tempo. E quando tem doença também, né eles vão lá no cemitério e pedem a cura pela intercessão de Padre Reinaldo (CAPPONE,2016).

Como implicação do atendimento às petições desses fieis, que fazem romarias, rezam diante de imagens do pároco, há a

propagação dessas notícias diante das comunidades. Uma forma também de propagar o poder do vigário diante de Deus é a prática do ex-voto dentre as comunidades.

O ex-voto se trata da exposição do recebimento de uma graça, benção, milagre, como uma espécie de agradecimento, muitas vezes também chamado de promessa. Há diversas variações do ex-voto, dentre elas a colocação de placas, lápides com o agradecimento da graça alcançada em cemitérios, igrejas. Há também quem faça impressões de imagens do santo para propagar novenas entre outros fieis. Ocorre também a colocação de bonecos, ou até mesmo representações de partes do corpo curadas, junto a jazigos.

Diante do jazigo de Padre Reinaldo há uma diversidade dessas manifestações. Dentre elas encontramos em grande número lápides em forma de agradecimento às graças alcançadas (Figura 2). Nessas lápides, muitas vezes há a inscrição do nome ou iniciais da pessoa ou família contemplada. Por conta de curas, há entrega de bonecas e chupetas infantis.

Figura 2: Acervo pessoal Ticiane Pinto Garcia - 2016. Prática do ex-voto no jazigo eclesiástico do cemitério da Paróquia de Sant´Ana - Colônia Maciel

E por ser uma região rural há sempre a colocação de representações de animais. Provavelmente por agradecimento ou um pedido em prol das produções locais (Figura 2). Além é claro do sempre grandioso número de flores, imagens em gesso de outros santos (institucionalizados) e velas.

É no espaço do cemitério em que o sagrado se mescla ao profano, a morte, chamada de única certeza da vida nos ditames populares, é esquecida enquanto o túmulo do santo popular torna-se um grande altar. Erroneamente, somos levados a pensar na diferenciação de ambientes. Na verdade, o fiel é quem sacraliza o espaço da forma que ele compreende o todo.

O ex-voto propicia a aproximação de características de uma sociedade, do ponto mais íntimo da profusão dessa fé popular e principalmente da aproximação do olhar individual de cada fiel. Talvez a afirmativa possa ser melhor expressa na opinião de Rafaelli Setúbal Gomes de Abreu, ao tratar do imaginário religioso na cidade de Trindade, no estado de Goiás.

> O ex-voto como fonte utilizada, permite um contato mais direto com alguns aspectos da religiosidade popular. Mas isso só é possível quando ocorre um contato com as imagens e as legendas dos mesmos. Confessar uma doença, uma situação de aflição, ou até mesmo uma situação que para muitos seria banal, revela aspectos da vida cotidiana e da vivência religiosa. O Céu e a Terra andam de "mãos dadas" o tempo inteiro, e as imagens servem como o conhecimento da sensibilidade popular (ABREU, 2012, p.20).

Portanto podemos afirmar que essas iniciativas que contemplam a figura de Padre Reinaldo cooperam também para o fortalecimento do grupo étnico e suas identidades. As ações proporcionam sentimentos de pertencimento por conta da autoestima com relação ao local em que vivem, a partir das transformações no espaço devocional.

As iniciativas de ex-voto ocorrem também na cidade de Piratini, porém de maneira muito menos evidente. Pode-se

justificar por conta de que o espaço para a devoção esteja ligado ao ambiente da sede da paróquia, ou porque não há a intenção interpretada acima ligada à etnicidade.

Mesmo após o sepultamento do pároco, a disputa pelos restos mortais não acabara. Piratini seguiu nas tentativas de possuir um local para lembrar-se do ente querido, até que no ano de 2008 é transportada parte do corpo do padre para a cidade. Segundo ordem de retirada feita pelo então bispo Dom Jaime Chemello, a comunidade de Piratini pede a parte das mãos do padre.

Chama-nos a atenção o interesse da paróquia de Piratini justamente nas mãos do vigário. Pode-se presumir que seria uma forma de sentir próximo deles de maneira simbólica as mãos que tanto ajudaram e abençoaram a população. Na Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Piratini foi criada uma sala com uma urna destinada aos restos mortais do Padre.

Por conta da passagem de muitos anos e do estágio de decomposição avançado, não foi possível encontrar a parte das mãos recomendada pelo Bispo. Foi possível identificar com mais clareza as ossadas referentes ao crânio de cada um dos três padres.

Figura 3: Acervo pessoal Ticiane P. Garcia: Urna funerária, Paróquia N.S. Da Conceição. Piratini-RS 2016.

Pode-se pensar que a população de Piratini queira, com o gesto, dar força à fé que deposita no pároco através da força que a presença da relíquia traz. Ela gera fé, memórias e principalmente a presença por meio do imaginário.

A presença desses fieis e da devoção em Piratini no entorno da urna funerária (Figura 3) pode-se perceber através do relato da secretária da paróquia local, "Tem muitas pessoas que vêm, que levam flores, que rezam. E dizem que fizeram uma promessa, uma graça pela intercessão dele. E que receberam, então tem muitos devotos dele aqui" (MARQUES, 2016).

A rememoração ocorre também através do ato de rezar o terço em memória do pároco. Ato que ocorre na Paróquia Nossa Senhora da Conceição todas as quartas-feiras após a missa da saúde, sempre perante a urna funerária.

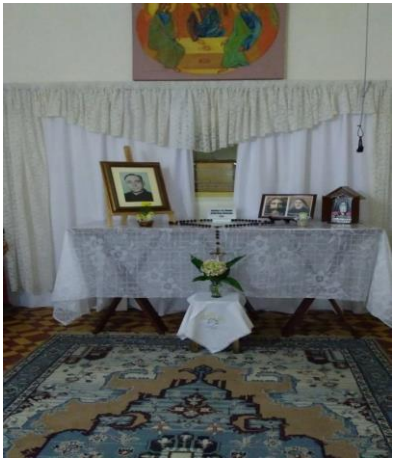


Figura 4: Acervo pessoal Ticiane P. Garcia: Sala de relíquias, Paróquia N.S. Da Conceição Piratini-RS.

A vontade de ter perto de si um "santuário" (Figura 4) para cultuar a memória de Padre Reinaldo também na cidade de Piratini pode ser tratada como uma forma de estruturar as memórias dessa população por intermédio da presença. *"A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico,*

valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados" (PORTELLI, 1997, p. 16).

Podemos concluir com este estudo, onde nos propomos a analisar a devoção a Padre Reinaldo nas cidades de Pelotas e Piratini que a devoção não se deu por intermédio dos aspectos institucionais da Santa Sé, no Vaticano.

A santidade ao vigário é relacionada em primeiro plano pelas suas atividades de cunho social juntamente as populações pertencentes as paróquias que atuou e assim posteriormente pela sua intercessão junto a Deus pelos milagres ou graças alcançadas listadas por estes fiéis.

Referências

ALBERTI, Verena. História dentro da história. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história:* especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade.* São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. (Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103401419910001 00010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>). Acesso em: 18 de novembro de 2015.

ESPIG, Márcia Janete. "Uma poeira de acontecimentos minúsculos": algumas considerações em torno das contribuições teórico-metodológicas da micro-história. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 201 – 213, 2006.

GARCIA, Ticiane Pinto. *Possibilidades da Educação Patrimonial para o ensino de História: Relato de experiência no Museu Etnográfico da Colônia Maciel.* Pelotas: Trabalho de conclusão do curso em História pela UFPEL, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JOHANNES, Carlos. *Vigário da Campanha (O);* Padre Reinaldo Wiest/ Carlos Johannes. Pelotas: Ucpel/ EDUCAT. 1994.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita das Américas:* a odisseia de um peregrino italiano no século XIX: Ed. da UFSM, 2013.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial:* a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Rev. Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura.* Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, pp. 57-72. jan./jun. de 2003A.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Métis: história & cultura.* Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 11-22, jan./jun. de 2003B.

THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael, Paula HAMILTON, Os debates sobre memória e história. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.65-91.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. De Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999, 584 p.

Acervos

20

A história da região sul do Rio Grande do Sul registrada no acervo do memorial da associação comercial

Andréa Molina Barbosa Viana[1]

Introdução:

O presente trabalho tem como finalidade apresentar o acervo do *Memorial da Associação Comercial de Pelotas* (MACP) composto de documentos diversos que apresentam registros de atividades administrativas e sociais da *Associação Comercial de Pelotas* (ACP).

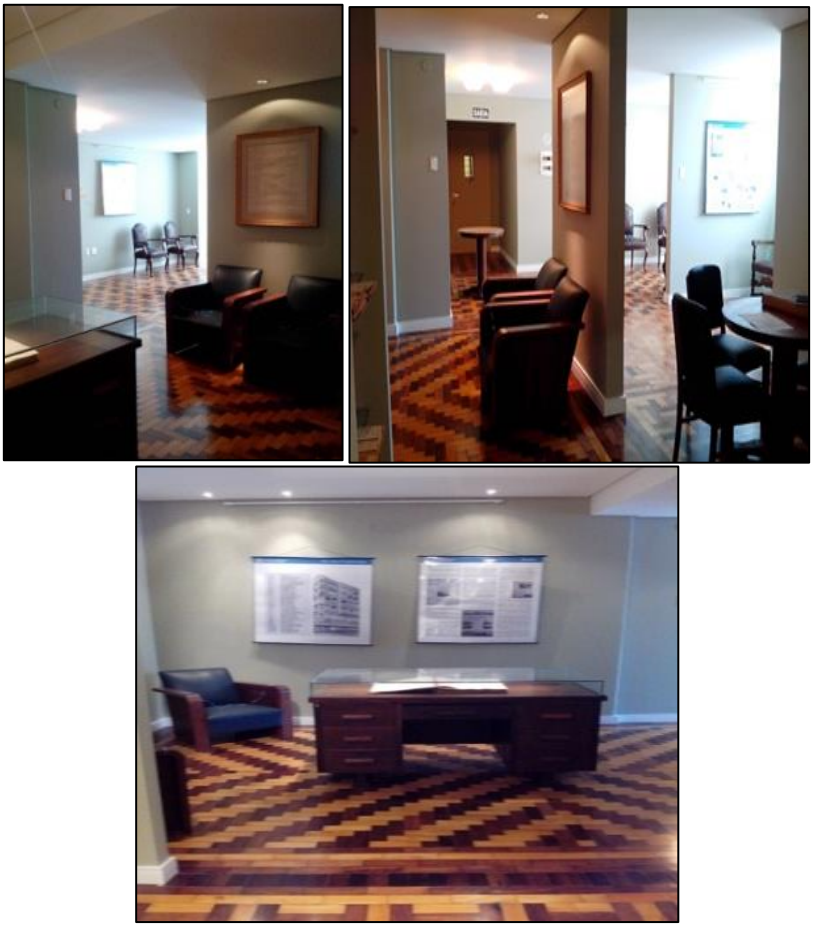
O projeto de criação do Memorial da ACP é fruto do desejo de preservar a sua história, há muito tempo alimentado por seus presidentes. Em 2007 a Sra. Mara Rosângela Alves Casa - primeira mulher a presidir esta centenária associação – propôs o projeto de criação do Memorial que, após receber parte dos recursos de financiamento da Lei de Incentivo a Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2010 inicia as obras de adequação da sala 601 do Palácio do Comércio[2] para abrigar o Memorial. Com a

[1] Instituto de Memória e Patrimônio

[2] Palácio do Comércio é um prédio comercial construído em 1938/42 para sediar a ACP, tendo nove andares com apartamentos residenciais locados até os anos 90, salas comerciais para aluguel e atendimento aos seus associados, localizado à Rua Sete de Setembro, 275 esquina com a Rua XV de Novembro.

contratação do *Instituto de Memória e Patrimônio* (IMP) começa o trabalho de captação, higienização e inventário do acervo até então presente na sala da diretoria, depósito e demais dependências. Em 2014 com a finalização da obra, o acervo é acondicionado na reserva técnica e sua exposição permanente (figura 1, 2 e 3) é aberta ao público em 08 de Maio de 2014 pela segunda mulher a presidir esta casa, a Sra. Patrícia Guimarães.

Figuras 1, 2 e 3 - Salas de Exposição do Memorial.



Fonte: própria autora

Associação Comercial de Pelotas (ACP)

A exemplo das associações comerciais fundadas no início do Século XIX, como ACRJ, ACB, ACS, e etc[3]., a *Associação Comercial de Pelotas* foi fundada em 1873 com intuito de defender os interesses dos comerciantes do município, mas logo mostrou sua vocação de luta pelo progresso de toda Região Sul, indo ao encontro dos anseios, aspirações e, principalmente, necessidades de progresso de toda comunidade pelotense, como a notícia vinculada no periódico Diário Popular, encontrada dentre os diversos recortes de jornal que compõem o acervo do memorial:

> *A ACP programa debate sobre nossa economia: Para analisar e debater o "momento econômico brasileiro" a associação comercial dentro do programa alusivo aos 110 anos de suas atividades trará a Pelotas vários especialistas de expressão nacional sobre o assunto, reunindo-se num seminário a realizar-se nos dias 16 e 17 de setembro.*" (DP: 27/08/1983, pg.1)

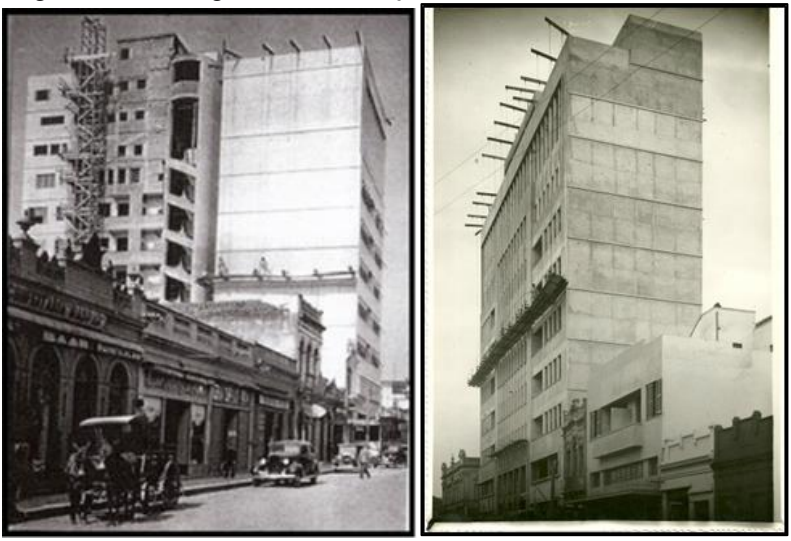
Como sociedade de classe, a *Associação Comercial de Pelotas* completou em 2015 seus 142 anos de história a em prol do desenvolvimento econômico e social da metade sul do Rio Grande do Sul, além de fomentar campanhas filantrópicas de ajuda às populações da região, conjuntamente a outras associações de classe da cidade de Pelotas. Tal fato está fartamente registrado em seu acervo de documentos e objetos, além dos periódicos que também se encontram dispostos no *Centro de Documentação e Obras Valiosas da Bibliotheca Pública Pelotense*.

Desde sua fundação a *Associação Comercial de Pelotas* manteve suas atividades em salas locadas no centro da cidade. Após anos de expectativa e projetos, finalmente em 1938 adquire financiamento e inicia as obras de construção de sua sede: o

[3] ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro (1809), ACB - Associação Comercial da Bahia (1811), ACP- Associação Comercial do Pará (1819), Câmara do Comércio da Cidade de Rio Grande (1844), ACS-Associação Comercial de Santos (1870).

Palácio do Comércio que com um projeto moderno de nove andares, durante muito tempo, foi considerado o edifício mais alto da cidade de Pelotas. (Figuras 1, 2 e 3), como apresentou Lopes em sua dissertação de mestrado, símbolo da modernidade e progresso que se alastra pela cidade de Pelotas na década de 1940 (LOPES: 2007).

Figuras 1 e 2 – Fotografias da construção do Palácio do Comercio (1938/42)



MACP0719 e 0720

Figura 3 - Fachada do Palácio do Comércio – Associação Comercial de Pelotas – dias atuais.

Fonte: MACP2935

Como importar e exportar são fundamentais para a manutenção e desempenho da produção e comércio, o propósito da ACP, sempre foi à promoção e reinvindicação das obras de infraestrutura de Região Sul. A construção e melhorias dos meios de transporte, como ferrovias ligando a região sul ao norte do Estado (Figuras 4 e 5) sempre foi uma grande preocupação econômica desta casa. Tal fato é verificado nas dezenas de caixas arquivo e em livros copiadores de correspondências de requisição, além de registros em livros atas e livros com informativos de reuniões junto às instâncias governamentais e da promoção de encontros e fóruns políticos por obras e melhorias da infraestrutura regional;

Figura 4- Fotografia da construção da Linha Férrea Pelotas/Canguçu inaugurado em 1849.

Fonte: MACP0219

Fotografias, mapas, plantas e, principalmente recortes de jornais fazem o registro de projetos em que a ACP teve participação, como a notícia encontrada junto a muitas outras: "*ACP preocupada com o aeroporto e a rodoviária*" (DP, 14/03/1984).

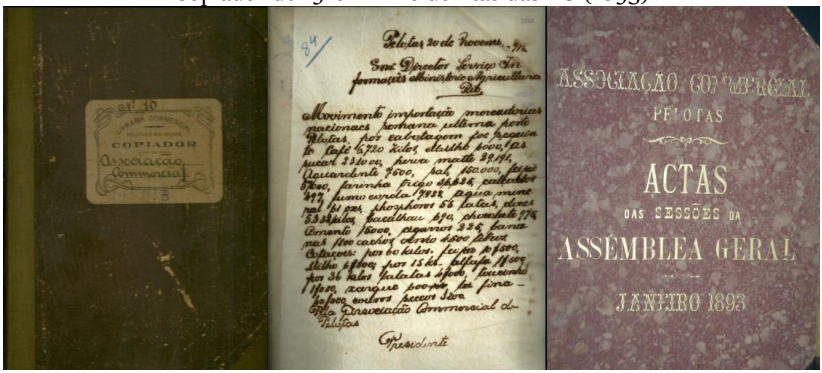
Figura 5- Fotografia do Porto de Pelotas em 1951

Fonte: MACP1971

O acervo do Memorial corresponde ao registro das atividades administrativas da *Associação Comercial de Pelotas*,

outrora organizados em livros (Figura 6, 7 e 8) e ainda hoje utilizados como fontes de pesquisa da administração da casa.

Figuras 6, 7, 8: Livro Copiador de correspondências. (1931/1933) - Página do Copiador de 1916 - Livro de Atas das AG (1893)



Fonte: MACP2400 Fonte: MACP2608 Fonte: MACP2400

Memorial da Associação Comercial de Pelotas e seu acervo

O grande acervo documental da ACP contém recortes de jornais que contam a história da Associação e do crescimento da região: "*Santa Vitória quer duplicar produção orizícola"* (DP, 15/12/1984, p.3). Ainda de fotografias que retratam eventos sociais e seus personagens ao longo de sua trajetória. Os documentos são administrativos, contábeis e técnicos, este últimos como plantas e mapas tratam também da construção do Palácio do Comércio. Dentre os bens materiais encontram-se o mobiliário produzido para inauguração da sua sede, em 1942 e quadros, troféus, emblemas e brasões comemorativos.

Este acervo está em processo de ampliação com a realização de entrevistas que estão dando origem ao Banco de História Oral, cuja proposta é que os depoentes se sintam confortáveis para contar um pouco de sua história de vida e da região de Pelotas, focando na sua atuação junto a entidade (ACP). A maioria dos depoentes são ex-presidentes da casa já com idade avançada o que

suscita poucas intervenções dos entrevistadores, apenas direcionando aos temas e questões pertinentes.

Figura 5 - Entrevista com o Dr. Carlos Adílio Maia do Nascimento em 11/11/2014[4].

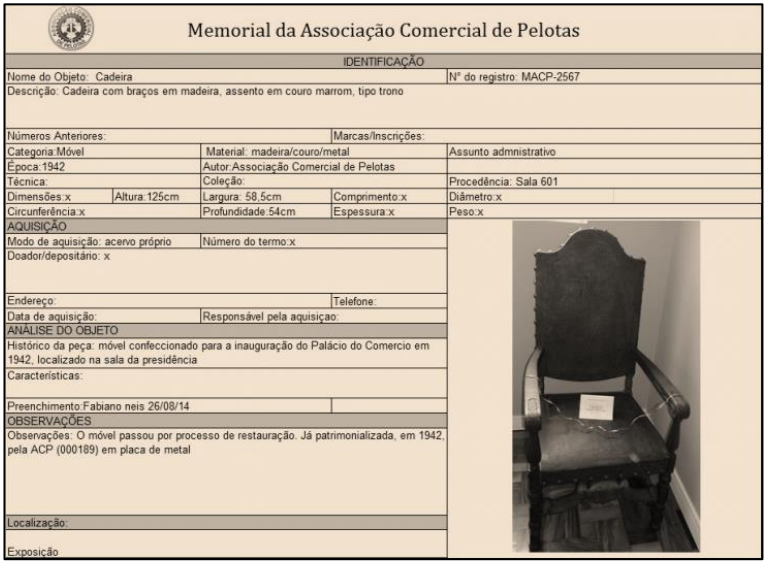
Fonte: Neis/MACP

A história do comércio, da indústria, a construção de ferrovias, rodovias, aerovias e hidrovias, assim como a luta em defesa de causas sociais, estão entre os muitos temas recorrentes nas entrevistas e no acervo do Memorial.

O trabalho de organização deste acervo ainda em desenvolvimento teve início com a abertura do Livro Inventário composto de cerca de 3.000 itens inscritos até o momento. O arranjo proposto dá-se por Tipo de Suporte e Fundo, como apresentado a seguir na Ficha de Catalogação:

[4] Carlos do Nascimento foi presidente da ACP em 1984/85 e faleceu em 25/05/15.

Na foto acima, Eliete Leivas (secretária executiva ACP) e Andréa Viana (coordenadora do MACP). Foto: Fabiano Neis



Memorial da Associação Comercial de Pelotas

IDENTIFICAÇÃO				
Nome do Objeto: Cadeira				Nº do registro: MACP-2567
Descrição: Cadeira com braços em madeira, assento em couro marrom, tipo trono				
Números Anteriores:			Marcas/Inscrições:	
Categoria:Móvel		Material: madeira/couro/metal		Assunto admnistrativo
Época:1942		Autor:Associação Comercial de Pelotas		
Técnica:		Coleção:		Procedência: Sala 601
Dimensões:x	Altura:125cm	Largura: 58,5cm	Comprimento:x	Diâmetro:x
Circunferência:x		Profundidade:54cm	Espessura:x	Peso:x
AQUISIÇÃO				
Modo de aquisição: acervo próprio		Número do termo:x		
Doador/depositário: x				
Endereço:			Telefone:	
Data de aquisição:		Responsável pela aquisiçao:		
ANÁLISE DO OBJETO				
Histórico da peça: móvel confeccionado para a inauguração do Palácio do Comercio em 1942, localizado na sala da presidência				
Características:				
Preenchimento:Fabiano neis 26/08/14				
OBSERVAÇÕES				
Observações: O móvel passou por processo de restauração. Já patrimonializada, em 1942, pela ACP (000189) em placa de metal				
Localização:				
Exposição				

Com a criação do inventário digital em Excel e das fichas de catalogação, o material gerado irá fomentar a criação do Banco de Dados online. Este banco propiciará a interface entre todos os fundos e conjuntos do acervo, ampliando-se ao acesso a outras fontes e trabalhos de pesquisas já realizados.

A seguir, um exemplo de página do Inventário Digital:

Inventário do Memorial da Associação Comercial de Pelotas/MACP

Este livro destina-se ao Inventário do Acervo da Associação Comercial de Pelotas.

Organizado por Suportes

Conjunto 2/Documento; Conjunto 3/Publicações; Conjunto 4/Diversos;

Conjunto 5/Fotografias; Conjunto 6/Plantas e Mapas; Conjunto 7/Objetos.
Fundos: 01(Ex-presidentes); 02(Ferrovias); 03(Diversos); 04(Autoridades Governamentais)
05(Eventos); 06(Palácio do Comércio); 07(Hidrovias); 08(Rodovias);
09(Centenário); 10(Administrativo); 11(Financeiro); 12(Correspondência)
Organização:Andréa Molina Barbosa Viana e Fabiano Pretto Neis e Data:09/2014

F05	MACP053	Fotografia jantar na ACP Comerciante do Ano	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F05	MACP053	Fotografia jantar na ACP Comerciante do Ano	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F05	MACP053	Fotografia jantar na ACP Comerciante do Ano	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP054	Fotografia Visita a Junta Comercial em 08/05/1985	16x11,7	Conjunto 5	08/11/2010
F09	MACP054	Fotografia Centenário da ACP	6x9	Conjunto 5	08/11/2010
F09	MACP054	Fotografia Centenário da ACP	6x9	Conjunto 5	08/11/2010
F09	MACP054	Fotografia Centenário da ACP	6x9	Conjunto 5	08/11/2010

A catalogação do acervo do Memorial da Associação Comercial de Pelotas disponibiliza informações e dados que servirão de fonte de pesquisas sobre diferentes aspectos da conformação social da região sul, propiciando estágios curriculares e voluntários a alunos do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas e demais cursos e profissionais que pretendam aprender, ensinar e realizar trocas de experiências e conhecimentos sobre a história da região sul.

Constituído de um patrimônio histórico, rico de registros documentais das transformações sociais e culturais de toda a região sul do Rio Grande do Sul, o Memorial propicia também um espaço público a comunidade em geral.

Associação Comercial de Pelotas ainda dispõe de um espaço no sétimo andar do Palácio do Comercio onde se encontram mais de 400 caixas, pastas e livros referentes ao seu Arquivo considerado "Morto" ou Intermediário. Muitos destes documentos foram produzidos no final do século XIX, apresentando condições de conservação razoáveis, entretanto frágeis e pouco organizadas. Para a tutela destes acervos se faz necessário dar continuidade aos procedimentos adequados de guarda, conservação, consolidação e acondicionamento de tais itens, iniciados com a criação do Memorial da Associação Comercial de Pelotas (MACP).

Figura 1 - Depósito/Arquivo da Associação Comercial de Pelotas

Fonte: MACP

Considerações finais

O *Memorial da Associação Comercial de Pelotas* foi criado com intuito de preservar o patrimônio material e imaterial desta Associação, reconhecido por seus membros, como de imensa riqueza histórica. São 142 anos de uma trajetória de projetos, reinvidicações e ações em prol do desenvolvimento da região, tendo gerado centenas de documentos, fotografias, objetos, plantas e mapas, agora ampliado com a introdução de fontes orais.

O processo de catalogação dos bens que integram os acervos do Memorial, troxe à luz informações riquíssimas e diversificadas do desenvolvimento econômico de Pelotas e da conformação social de toda região. Estes bens catalogados, hoje fontes de pesquisa a estudantes, serão disponibilizados a pesquisadores e comunidade em geral através da criação de um Banco de Dados Online.

O Memorial tem o propósito de ser um centro de convivência, propiciando uma maior aproximação entre a comunidade local e as classes produtoras da região e ampliando-se para o público em geral,

configurando-se num local de encontro e troca de experiências, dedicado à valorização da *Memória* e da *identidade pelotense*.

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação-Geral de Gestão de Documentos. *Cartilha de gestão de mensagem de correio eletrônico no Arquivo Nacional* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Coordenação-Geral de Gestão de Documentos. -- Dados eletrônicos, 2013. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes_tecnicas/Cartilha_gestao_correio_eletronico_AN.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p., 30 cm, Publicações técnicas nº 51. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA. 1984. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/legislacao.asp. Acesso em 12 de junho de 2015.

GILL, Lorena Almeida. *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Historia, PUCRS, 2004.

GUTIERREZ, Ester Judith B. *Barro e sangue, mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História, PUCRS, 1999;

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana.* São Paulo: EDUSP, 2001.

LEÓN, Zênia. *Pelotas: casarões contam sua história.* Pelotas: s. ed., 1993.

LOPES, André Luís Borges. *A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (1947-1957),* Pontifícia Universidade Católica do RS, Dissertação de Mestrado PUCRS, 2007.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).* Pelotas: Ed. UFPel/ Livraria Mundial, 1993;

MANUAL DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS. Programa de Gestão de Documentos da APO. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em www.apo.gov.br/wp-content/uploads/.../manual_gestao_documentos.pdf... Acesso em 12 de junho de 2015.

MANUAL DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA / Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: O Tribunal, 2010. 437 p. Disponível em www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/id/20294. Acesso em 12 de junho de 2015.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. ICOM, 1972. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm

MICHELON, Francisca F**.** *Cidade de papel: A modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930).* Tese de Doutorado em História, Porto Alegre: PUCRS, 2001;

MOURA, Rosa Maria Garcia de. *Habitação Popular em Pelotas (1888-1950) entre políticas públicas e investimentos privados.* Porto Alegre: PUCRS, Tese de Doutorado em História, 2006.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas.* Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2005.

21

Museus, coleções e cientistas: interdisciplinaridade, trocas e intercâmbios na América do Sul (séc. XIX)

Daniel Barbier[1]
Diego Lemos Ribeiro[2]

Introdução

A museóloga Maria Cristina Bruno (2006, p.119), ao refletir sobre os caminhos para a administração dos indicadores da memória, pensa nos museus como esses lugares únicos da paisagem humana construída, sendo possuidores de "uma longa trajetória de cumplicidade com as sociedades ao longo do tempo e nas distintas regiões do mundo" e nos brinda com uma síntese fundamental sobre os processos museológicos ao longo da história:

> As instituições museológicas são, sem dúvida, o tempo e o espaço que as sociedades têm construído para a preservação das suas representações, para a celebração em torno dos reflexos dos seus olhares sobre a realidade e, em especial, os abrigos dos seus indicadores de memória. (BRUNO, 2006, p. 121)

[1] Historiador, mestrando pelo PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/ICH/UFPel

[2] Museólogo, doutor em Arqueologia pela USP, professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da UFPel

Se a origem da instituição museu é historicamente indeterminada - convencionou-se, apenas, traçar uma analogia dos museus modernos quando do uso corrente da palavra *Mouseion*, templo das nove musas, na Grécia Antiga como propõem Pomian (1984, p. 56), Bottallo (1995, p. 283), Julião (2006, p. 20), e outros - sua finalidade social, especialmente na sociedade Ocidental, parece, no trato científico, independer de sua cronologia. Antes de ser uma reminiscência de antigos templos gregos, o museu é uma instituição culturalmente construída na modernidade (séc. XVIII) com fins específicos para uma comunidade determinada, como sugere Scheiner

> Sociedades diferentes possuem diferentes visões de mundo - e a ideia de Museu é uma das muitas representações simbólicas desenvolvidas por grupos sociais específicos, em momentos determinados de sua trajetória no tempo. Podemos dizer, então, que a ideia de Museu desenvolvida em cada sociedade se fundamenta nas relações que se estabelecem entre o humano e o meio natural, a cada momento de sua trajetória no planeta - e que se traduz por meio de diferentes códigos e valores, específicos da cultura de cada grupo social. A relação entre Homem, cultura e meio ambiente, em cada época, em cada lugar, é o que efetivamente constitui a ideia de Museu. (SCHEINER, 2008, p.40)

Portanto, o trabalho de encontrar, e traçar, uma história retilínea, universal e verdadeira como um processo de compreensão da instituição museal concebido na sociedade humana pode, além de ser um caminho perigoso[3], comprometer seu compreendimento como fenômeno único e local, inclusive em uma de suas principais dimensões: sua coleção. Voltemos a Scheiner

[3] Perceber a história dos museus como um desenvolvimento generalizado e holístico esconde uma série de discriminações e exclusões presentes, como propõe Funari (2007, p.99) ao dizer que "A comunidade não é, por sua parte, uma unidade, um conjunto homogêneo. Este modelo normativo de cultura já tem sido bastante criticado e não pode idealizar a comunidade (Jones 1997, com literatura a respeito), composta de heterogêneos interesses. No entanto, pode afirmar-se que, de maneira sistemática, são excluídos dos processos de decisão, na sociedade e, por consequência, nos museus, todos os que não estão no poder, de favelados a judeus, de negros a nordestinos (Jones 1993:203-15)".

> Eis a essência mesma do Museu: a criatividade, a espontaneidade, a tradição oral. A origem do Museu não está, portanto, sujeita a um lugar específico, nem a um conjunto específico de referências: ele é fato dinâmico, eternamente a conjugar memória, tempo e poder, recriando-se continuamente para 'seduzir o ouvinte pela sua voz'. Podemos, então, percebê-lo como fenômeno, como algo que se dá em processo, essencialmente vinculado à dinâmica dos processos culturais. E compreender que, como fenômeno, se manifesta e faz presente na experiência humana de diferentes maneiras: o Museu se dá em pluralidade. (SCHEINER, 2008, p.40)

Tomando essa compreensão de museus quanto fenômeno local e original vê-se as coisas-objetos nele presente tomando um outro tipo de configuração e outro nível de apreensão social e cultural. A natureza físico-química perde sua relevância diante da atribuição de significado, interação social e confluência temporal encerrados no objeto[4]. A coletividade que o formatou e o acolheu, e agora o expõe, não está interessada na sua verdade histórica, mas na sua originalidade, diga-se, simbólica (BOTTALLO, 1995, p. 283-284). Logo, os inúmeros objetos únicos selecionados e expostos em destaque em cada um museu existente se destacam mais por sua mito-biografia do que seus restos de materialidade.

Museus, coleções e ciência: a formação dos primeiros museus brasileiros

Antes de ser pensado como instrumento de poder, isto é, sua funcionalidade, o museu deve ser uma instituição reconhecida por sua legitimidade (SCHEINER, 2008). Ele precisa ser afirmado por documentos que falem sobre ele, o subscrevam, o atestem e o

[4] Para Meneses (2013, p.19) "no museu nos defrontamos com *objetos enquanto objetos*, em sua múltiplas significações e funções - ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado, em que objetos são definidos essencialmente (embora não exclusivamente), por seu valor de uso. No museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiência alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sígnicos".

anunciem, mas também deve ter testado seu poder sentimental sobre uma comunidade ampla ao falar sobre memória. Nota-se que esse aspecto sobre a dimensão da memória está presente nas coleções dos acervos museais ao transmitir o passado ao presente[5].

A formação dos museus no ocidente caminha lado a lado com a trajetória da formação de uma História retilínea, sistemática, Universal, absoluta, centrada e geolocalizada em um núcleo europeu (MACHADO, 2013, p.147). A História Universal é a compilação do legado imperialista anglo-saxônico e francês fortalecidos pelos movimentos de renascença e iluminismo que têm seu ponto alto na Revolução Francesa, essencialmente na ascensão da classe burguesa, e na Revolução Industrial, na consolidação dessa mesma classe. Os museus, nesse ambiente, ao tomarem forma de instrumentalização política e cultural entre esse grupo que reivindicava seu estabelecimento e sua influência sobre um mundo tradicionalmente organizado pela cruz e pela coroa, e esses por sua vez reclamarem sua manutenção, refletiam desde sua própria fundação "a própria hierarquia social na qual surgiu" (FUNARI, 1999, p.98).

O museu tomado em forma de centros científicos e de curiosidade auxiliavam na organização dos discursos nesse período, denominado de Moderna[6]. Mais que um lugar de *colecionismo*[7], ou mesmo casa de memória, os museus nesse momento refletiam o poder político e estratégico de uma sociedade nas questões geopolíticas locais e internacionais. "Aliás", como afirma Varine-Bohan (2008, p.13), "é raro, historicamente, que os

[5] Frisamos que a seleção do acervo não diz respeito somente à gestão da lembrança, mas especialmente ao esquecimento (CONNERTON, 2008; HUYSSEN, 2007; MICHEL, 2010)

[6] Os primeiros museus públicos remontam ao séc. XVIII e possuíam perfil exibicionista e seu principal expoente é o Louvre (1773). O perfil cientificista e educacional terá destaque no sec. XIX e como protagonista o Britsh Museum (1753), que terá seu acervo ampliado com a ação dos clubes de exploradores. No séc. XX, essas instituições transformam-se em centros de depósito da cultura material e passaram, portanto, a se destacar como Casas de Memória, inclusive “vinculados a uma lógica comemorativa” (SCHWARCZ, 2013, p.131).

[7] No sentido de puro exibicionismo à curiosidade alheia.

museus tenham sido criados sob os cuidados da responsabilidade social de seus fundadores [...]". O “tudo conservar” (ou coletar, próprio do colecionismo) fazia referência, de fato, à influência que um grupo suporia ou pretendia ter sobre os demais e o momento mais emblemático desse fenômeno foi durante a expansão dos Estados europeus sobre o restante do globo. Nesse momento, as ciências naturais passarão a ter destaque no que pode-se chamar de meio científico, ou "ilustrado", e, nesse sentido, a ideia de organização de uma pirâmide social fundamentava-se na tese de que na natureza alguns organismos eram mais evoluídos que outros. À guisa de alguns grupos afirmarem-se superiores por fundamentarem sua ascendência social sobre os pequenos e grandes agrupamentos humanos no que ficou conhecido como evolucionismo social, ou darwinismo social.

O surgimento do Estado-Nação acompanhado pela ascensão da classe burguesa aos núcleos sociais mais fechados, após a Revolução Industrial, a promulgação dos Direitos Humanos e a Constituição dos Estados Unidos da América, implicou numa nova configuração mundial amplamente impactante na sociedade civil, instituições e governo[8]. Nesse cenário conciliar e coordenar as massas populares era imprescindível e os museus encontraram um lugar propício de atenção. De fato, o museu ao evocar uma memória pública em comum, ao criar vínculo identitários e apelar à afetividade tornou-se um instrumento único na governança[9].

O desenvolvimento de ideias de diferenças existentes entre os homens levou-os a construírem, desde a Antiguidade, uma sociedade estruturalmente organizada sobre esse conceito. Contudo, a expansão e consolidação dessas ideias tornaram-se mais efetivas com o desenvolvimento das ideias iluministas do séc. XVIII para o campo social e a compreensão do lugar do homem no

[8] Santos (2004, p.55) aponta que "um conjunto considerávjel de estudos tem apontado a forte relação entre museus e a formação dos Estados Nacionais (Gillis, 1994; Evans e Boswell, 1999)".

[9] Huyssen (2007, p.45) sinaliza o "museo en cuanto agente legitimizador de la modernización capitalista y escaparate triunfalista del botín de la expansión territorial y la colonización".

mundo (CAMENIETZKI & KURY, 1997, p.60). Com a decadência progressiva do teocentrismo, a ideia de pensar a humanidade integralmente abriu espaço para se pensar o indivíduo como um ser único e vinculado socialmente (ELIAS, 1994). Antes de ser uma possibilidade progressista de liberdades individuais, a tese apontava para uma diferenciação hierárquica de poderes, direitos e deveres num mundo que se expandia territorialmente com a escalada das grandes navegações que tinham na América, África e Ásia seus principais destinos. Junto à expansão também comercial, o sistema econômico feudal e mercantilista foi se aperfeiçoando na forma dos Estados Nacionais e do capitalismo, que teve na Revolução Industrial seu momento mais dinâmico, base para sua efetivação como ordem econômica mundial. Assim, a compreensão de uma humanidade, facilmente distinguida entre cristãos e pagãos, civilizados e bárbaros/selvagens, passou a ser percebida dentro de sua complexidade e classificada de modo a se compor uma estratificação social bastante rígida e conservadora, cujo fundamento basilar para essas teorias foi construída por analogia aos estudos das ciências naturais que ganhou força científica e cultural com a formulação da Teoria da Evolução de Charles Darwin, em 1859, e das teses positivista de August Comte (SCHWARCZ, 2013).

Com a expansão das relações sociais entre o medievo e a modernidade, a necessidade de aprimorar os métodos de classificação entre os homens foram se tornando mais complexos. Senão vejamos algumas mudanças radicais de paradigmas que marcaram os dois períodos históricos. A percepção de transformação de uma vida basicamente organizada no mundo rural, com profundas raízes religiosas e controlada pelas instituições e tradições da Igreja Católica para um mundo que viu renascer a vida urbana e seus conflitos sociais, como ilustram a eclosão das revoluções Francesa e Industrial. O tempo da ciência e das artes buscou suplantar o da fé e do asceticismo. Essa nova configuração, marcada também por uma expansão territorial do

núcleo europeu, provocou uma mudança mais elaborada na estratigrafia social. Não bastava apenas saber quem era moral, mas, agora, importava construir e consolidar novos esquemas para identificar quem seria governante e governado. Se anteriormente havia uma flexibilidade de transição de um campo a outro, possibilitado por dispositivos como a conversão religiosa, por exemplo, no segundo, a flexibilidade, apesar de existir, não é pretendida, principalmente de um patamar abaixo para outro acima. Por isso, classificar, a partir da observação, inclusive biológica, era uma dinâmica fundamental no período moderno e que foi legado à contemporaneidade.

Schwarcz (2013, p.120) realiza um levantamento para captar algumas das ideias repercutidas à época sobre a percepção das populações europeias sobre o continente americano. Reproduzimos as seguintes: "seriam essas gentes homens ou bestas", "civilização decadente", "debilidade ou imaturidade do continente americano", "continente infantil, retardado em seu desenvolvimento natural", "noção de degeneração para designar o novo continente e suas gentes". De forma que serviu a América como objeto de atração de uma enormidade de "cientistas" que buscavam a evidência cabal para os conflitos dados por essas ideias. Não surpreende, portanto, a disseminação, inclusive como fomento para o surgimento de museus no século XIX, de políticas que enalteciam um tipo racial puro e que buscavam a predominância do grupo "racio-cultural" ou étnico na tomada de controle de poder por esses grupos e a eliminação das "raças inferiores".

O Brasil, nesse contexto, passou a ser considerado um laboratório racial privilegiado e, por isso, passou a ser destino dos diversos viajantes americanos e europeus desejosos do estudo sobre a miscigenação de raças (SCHWARCZ, 2013, p. 130). A década de 1870, por representar um período de intensificação dos movimentos pró-abolição da escravatura, além de ter apresentado, também, um intenso movimento de imigrantes europeus de baixa renda (SCHWARCZ, 2013, p. 139), representou um marco no

fortalecimento das teses do evolucionismo social. De fato, com a vinda da família Real para o Brasil, o país deu um salto em seu desenvolvimento urbano, político e científico, entre outros. Diferentes instituições foram criadas e instaladas com a missão de dar amparo a nova configuração nacional, como as faculdades de medicina e direito, os Institutos Históricos e Geográficos e os museus de etnografia[10]. Criadas na primeira metade do séc. XIX, essas instituições passaram a ter seu amadurecimento e consolidação garantidas apenas na segunda outra metade. Quanto aos museus, coube-lhes, como centros de pesquisas científicas, entender e classificar o povo residente no território nacional tendo como lente, entre outras, as ideias evolucionistas disseminadas na época.

O apogeu dos museus no Brasil se concentrou, também, na segunda metade do século XIX, e são melhor representados através dos museu Paulista, Paraense Emilio Goeldi e Nacional, por representarem, no período, um importante marco na atuação dessas instituições e seu papel desempenhado na organização nacional brasileira (LOPES, 1993; MACHADO 2013; SCHWARCZ, 2013;). Schwarcz (2013) aponta algumas características peculiares comum a essas instituições: 1.remontavam a um período de refluxo do imperialismo europeu, mas mantinham-se ligados a ele; 2.eram centros científicos; 3.cumpriram papéis específicos no desenvolvimento científico ligado a uma ideia de Ciências Naturais; 4.dialogavam basicamente com o exterior, com museus americanos e europeus; 5. Adotaram modelos evolucionistas e darwinistas sociais.

O Museu Nacional, fundado em 1808, tomou dimensão como instituição científica apenas após o ano de 1876, data de sua

[10] Machado (2013, p.145) dirá que "o surgimento dos museus históricos, atrelados às conveniências políticas, foi uma constante na formação cultural do Brasil. Sabemos que a relação entre o Estado e os museus nacionais, ao longo dos anos, suscita uma série de indagações que perpassa desde o ideal de se criar uma identidade para a nação brasileira, até a visão pessoal de cada colaborador do governo para a criação de museus que buscam celebrar a nação".

reorganização e lançamento de sua revista, a Archivos do Museu Nacional, que se dedicava às Ciências Naturais (78%) e à Antropologia, notadamente poligenista e darwinista (LOPES, 1993, p. 265; SANTOS, 2002, p. 124-125).

O Museu Paulista, apesar sua origem aventada no ano de 1824, o Museu Paulista percorreu um longo caminho no séc. XIX até sua inauguração em 1894, sob a direção do zoólogo Hermann Von Ihering. Pautava-se sobre o saber evolutivo e classificatório tendo como modelo a biologia. Sua estrutura era adaptada a dos grandes centros europeus e conforme com eles. Seus primeiros anos estiveram caracterizados na personalidade de seu diretor. Von Iherig, apesar de sua contribuição ao desenvolvimento da atividade museológica no Brasil, foi um personagem bastante controverso por suas posições firmes e conservadoras em defesa às Ciências Naturais e evolucionismo social – determinista, científico e social (LOPES & FIGUERÔA, 2002-2003).

Por fim, o Museu Paraense Emílio Goeldi, estrategicamente localizado na região Amazônica, possuía fins de explorar o potencial da região e servir de interlocutor com expedições científicas estrangeiras. Seu processo de criação iniciou-se em 1866 e estendeu-se até 1893, com a contratação do zoólogo suíço Emílio Goeldi, que já havia atuado no Museu Nacional. Goeldi reestruturou o Museu, criou zoológico e jardim botânico, além de diversas seções e duas revistas científicas, com ênfase às Ciências Naturais (SANJAD, 2005).

Interdisciplinaridade, trocas e intercâmbios na América do Sul (séc. XIX)

> A cooperação científica entre os museus latinoamericanos nas últimas décadas do século XIX1 é mais um dos reencontros com nosso passado, possibilitados pela adoção de perspectivas latinoamericanas que advertem que nossas histórias nacionais se diferenciaram menos do que nos agradava supor há alguns anos atrás (Halperin Donghi, 1998, p.9 apud LOPES, 2000, p. 228))

A América Platina mantém em sua história uma longa tradição de conexões e intercâmbios culturais. Dentro desse espectro inserem-se os museus, e o patrimônio cultural musealizado, como referência à formação de memórias e identidades nessa região particular. O último quartel do século XIX foi palco de interesse comum de naturalistas e homens das Ciências Naturais pelo desenvolvimento científico dessa região, como atesta Lopes:

> Fez parte desse processo dinamizador econômico, científico, cultural, que implicou em troca de interlocutores e modelos, o curto período de apogeu dos Museus enquanto instituições privilegiadas de pesquisa em ciências naturais, entre 1870 e as primeiras décadas do século XX. E nesse período, em que se consolidavam atividades de pesquisa e ensino em centros especializados em funcionamento em diversos países latinoamericanos e, em diferentes áreas disciplinares, os museus se tornaram os espaços privilegiados para abrigar especialidades profundamente baseadas em coleções, como a Antropologia, Arqueologia, Etnografia e, Paleontologia, que ainda estavam na ordem do dia (LOPES, 2000, p.228).

Correspondências eram trocadas junto com coleções arqueológicas, antropológicas, zoológicas, botânicas, mineralógicas, entre outras, que subsidiaram os estudos e pesquisas publicadas em Anais e revistas de teor científico de diversas instituições. Esse olhar sobre a rede de trocas e intercâmbios entre cientistas e museus na América Latina foi muito bem trabalhado por Lopes (2000 e 2001) em suas pesquisas sobre a instituição museal oitocentista latino-americana. A autora percebeu a existência de uma transterritorialidade nas atividades dessas instituições que agiam voltadas para um público limítrofe: "E talvez resida aí um dos traços mais marcantes desse processo, em que construir ciência significou também inventar nações" (LOPES, 2001, p.68).

Desta feita, percebe-se que a influência das Ciências Naturais aliadas a uma antropologia evolucionista imputou aos museus brasileiros no séc. XIX, bem como na América platina em geral, uma noção perigosa de raças e inferioridade. A tendência de cientificidade e educação por meio da biologia para compreensão da humanidade e dos indivíduos somente foi perder força na década de 1930 quando foi, gradativamente, substituída pela noção de *culturalismo* (BRUNO, 2006, 129). De outra forma, a formatação da tipologia teórica e ideológica sobre o acervo dos museus oitocentistas brasileiros, respeitado o tempo, o lugar e o grupo envolvido, apontam, de antemão, intenções diversas, mas claras, para o seu surgimento.

Referências

BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,* São Paulo, n.5, p.283-287, 1995.

BRUNO, M.C.O. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: Saul Eduardo Seiguer Milder. (Org.). *As várias faces do Patrimônio.* Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006. p.119-140

CONNERTON, P. Seven types of forgetting, *Memory Studies*, v.1, n1, p. 59-71, 2008.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FUNARI, P.P.A. Considerações sobre o profissional de museus e sua formação. IN: _____. *Arqueologia e Patrimônio.* Erechim: Habilis Editora, 2007. p.97-106.

HUYSSEN, A. Escapar de la amnesia: los museos como médio de masas. In: *En busca del futuro perdido. Cultura y memoria em tiempos de globalización.* México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2007. p.41-73.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. *Caderno de diretrizes museológicas,* Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.19-32, 2006.

KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, p. 57-85, 1997.

LOPES, M.M. *As ciências naturais e os museus no Brasil no séc. XIX*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Cooperação Científica na América Latina no final do século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. *Interciencia*, Caracas, vol. 25, nº 5, p.228-233, 2000.

_____. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, p. 55-76, 2001.

LOPES, M.M. & FIGUEIRÔA, S.F.M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850-1930). *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, v.10/11, p.23-35, 2002-2003.

MACHADO, A.M.A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.145-157.

MENESES, U.T.B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede,* Pelotas, v.2, n.3, p.14-25, 2010.

POMIAN, K. Coleção. *Enciclopédia Einaudi,* Lisboa, v. 1, p. 51-86, 1984.

SANJAD, N. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907***.** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, M.S. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v.19, n. 55, p.53-73, 2004.

_____. Políticas de memória na criação dos museus brasileiros**.** *Cadernos de sociomuseologia,* Lisboa, v.19, n.19, p.115-137, 2002.

SCHEINER, T.C. O museu como processo. *Cadernos de diretrizes museológicas*, Belo Horizonte, v.2, p.34-47, 2008.

SCHWARCZ, L.K.M. A "Era dos Museus de Etnografia" no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX". In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna.* Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2013. p.119 – 144.

VARINE, H. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: SANTOS, M.C.T.M. *Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu.* Rio de Janeiro: MinC/DEMU, 2008. p.12-20.

22

Organização do acervo de testamentos e inventários da secretaria da fazenda de Pelotas (1864-1966)

Ana Inez Klein
Cleoni Lima de Ávila
Secundino José Rosa

Este texto descreve o Projeto de Ensino intitulado *Organização do Acervo de Testamentos e Inventários da Secretaria da Fazenda de Pelotas (1864-1966),* cadastrado no Sistema Cobalto da Universidade Federal de Pelotas e apresentado noSimpósio Temático: Histórias Locais e suas Multiplicidades de Fontes do IX Seminário de História do Rio Grande Do Sul: História Local e Identidades, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em História Regional, que aconteceu de 8 e 9 de novembro de 2017, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas.

Em 12 de maio de 2015, o Núcleo de Pesquisa em História Regional recebeu a doação de Livros de Registros da Secretaria da Fazenda de Pelotas, Inventários e Testamentos, dos anos de 1864 a 1966, com interrupções, totalizando 35 livros. O registro da doação realizada pela Professora Eliane Peres, que coordena grupo de pesquisaHistória da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares – HISALES – data de 12 de maio, e a intermediação do professor Sebastião Peres, do Departamento de História, foi fundamental no processo de entrega da documentação ao NPHR.

O HISALES é um centro de memória que foi criado para constituir acervos destinados à pesquisa sobre cultura material escrita relativa à vida escolar. Com o crescimento do acervo do HISALES, voltado para materiais mais diretamente ligados à cultura escolar, os Registros de Testamentos e Inventários que ali estavam foram, então, transferidos para o Acervo Ayala, sala anexa ao NPHR, que reúne acervos históricos cujas temáticas são de interesse dos seus pesquisadores, sob a orientação da professora Ana Inez Klein.

A primeira ação do grupo que trabalha no Acervo Ayala foi solicitar uma visita da professora Silvana Bojanoski, especialista em conservação de obras em papel, que ocorreu em junho de 2015, para fazer um diagnóstico do material, dada a sua importância histórica. Decidiu-se,a partir desta visita, iniciar a higienização do material, por encontrarem-se os livros em bom estado de conservação.

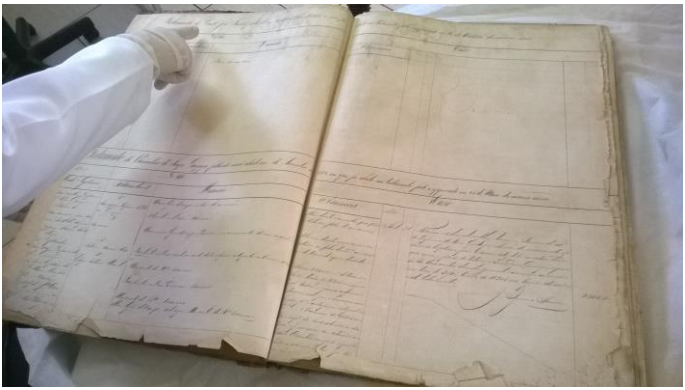


Imagem do Primeiro Livro, não numerado, datado de1864-1878, contendo 53 páginas.

Os primeiros voluntários a trabalharem no acervo foram os graduandos do Bacharelado em História da UFPELCamila Fouchy, Juliane Matias e Leonardo Amaral, que ainda no ano de 2015, realizaram uma apresentação oral do acervo com as primeiras

definições do projeto de organização, na Semana Integrada Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPEL, em novembro de 2015.

Quando o processo da primeira higienização do material no NPHR estava por ser finalizado, por sugestão do genealogista Leandro Betemps, optou-se por elaborar uma tabela contendo os principais dados de cada testamento ou inventário registrado, a fim de seoferecer uma visibilidade mais imediata ao conteúdo dos livros, pois o trabalho de organização deste acervo, dada a quantidade de informações que disponibiliza e as dificuldades de se manter um grupo de trabalho interessado, torna o prazo de finalização do projeto uma questão ainda em aberto.

A Tabela no formato *Excell* foi criada por Nanci Ribeiro, servidora técnica que atuava junto ao Colegiado de História da UFPEL, e os dados do primeiro e segundo livros foram registrados pelos graduandos Cleoni de Ávila e SecundinoJosé Rosa.

Testador	Sexo	Data do Óbito	Data testamento	Data aprovação	Data abertura	Observações
Vicente José Ferreira	Masculino	16.10.1864	14.10.1864	14.10.1864	16.10.1864	
Bernardino de Souza Gonzaga	Masculino	?.11.1864	25.05.1864	25 de Maio de 1864		? Em branco
Francisco Antunes	Masculino	04.04.1865	27 de março de 1865	27 de março de 1865	4 de Abril de 1865	
Joaquim Guilherme da Costa	Masculino	17 de Abril de 1865	feito em 25.05.1862	23.06.1862	17.5.1865	

Excerto da Tabela 1 de Registros de Testamentos e Inventários, Livro 1.

Em setembro de 2017 o Projeto foi finalmente inserido no Sistema Cobalto da UFPEL, com a equipe que ora apresenta este texto e todos os seus colaboradores.

O Projeto

O objetivo principal do projeto é a organização do Acervo de Registro de Testamentos e Inventários da Secretaria da Fazenda de Pelotas, a fim de torná-lo acessível aos pesquisadores, pois “cada conjunto de documentos é reservatório da experiência humana, que só poderá ser adequadamente utilizado se estiver racionalmente arranjado e conservado” (BELLOTTO, 2004). A função de um Arquivo Permanente, também chamado de Arquivo

Histórico, como no caso do acervo que é objeto do projeto, é reunir, conservar, arranjar e descrever parapossibilitar a consulta aos documentos.

Para justificar a organização do Acervo de Registro de Testamentos e Inventários de Pelotas, vale destacar inicialmente, que o Núcleo de Pesquisa em História Regional tem trabalhado desde o ano de sua criação, em 2002, para fomentar a discussão acerca da história local, incentivando a pesquisa acadêmica e promovendo seminários sobre o tema. Recentemente o NPHR tem assumido de forma crescente a responsabilidade de alocar acervos de documentos históricos.

O Curso de Bacharelado em História da UFPEL, por sua vez, tem como objetivo para a formação do seu egresso preparar historiadores capazes de atuar em arquivos, museus e outras instituições culturais. A organização dos acervos da Universidade é uma oportunidade para os bacharelandos realizarem atividades práticas e estágios na sua área de atuação profissional.

Num âmbito maior, deve-se, ainda, considerar que o Arquivo Permanente ou Arquivo Histórico tem um papel essencial na preservação da memória e preservação das identidades que são, por sua vez, elementos indispensáveis da promoção da cidadania, ou seja, da ideia de que temos o direito à memória e o dever, a partir dela, de produzir a história.

Com base nestes elementos que justificam o projeto, definiu-se como objetivos específicos:

- Reunir, conservar, arranjar e descrever os Registros de Testamentos e Inventários de Pelotas dos anos de 1864 a 1966;
- Criar um Catálogo no formato eletrônico do Acervo de Testamentos e Inventários;
- Contribuir para preservar a memória, não apenas da instituição onde os documentos foram produzidos, mas de toda a comunidade;

- Ofertar espaços para a realização de Atividades Práticas de organização de arquivos ao Curso de Bacharelado em História da UFPEL;
- Reforçar a ação de preservação da memória dentro do Núcleo de História Regional da UFPEL e dentro do curso de Bacharelado em História da UFPEL;
- Contribuir para a valorização do Curso de Bacharelado em História da UFPEL;
- Estimular a pesquisa em História de Pelotas, História Local e História Regional;
- Definir estratégias de comunicação entre diferentes acervos da história de Pelotas, que estão alocados em diferentes espaços, como no Arquivos Público do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de facilitar o acesso das informações, aos pesquisadores interessados.

Metodologia

Para fins de registro do projeto, a Metodologia é composta das etapas de Planejamento, Execução e Avaliação.

Planejamento

- integração e definição de estratégias com o Grupo de Trabalho do Projeto;
- diagnóstico técnico do Acervo;
- apresentação do Projeto aos Docentes e Discentes que colaboram no NPHR;
- estudos sobre aspectos da administração municipal nos períodos da documentação doada e sobre a organização e pesquisa de Inventários e testamentos com bibliografia específica.

Execução

- Higienização: a higienização é importante para a conservação do material, pois "a sujidade é o agente de deterioração que mais afeta os documentos" (CASSARES, 2000). A higienização deve ser um procedimento de rotina para a conservação dos arquivos.
-Acondicionamento: higienização e acondicionamento são duas etapas complementares no trabalho de preservação dos documentos. O acondicionamento objetiva, por um lado proteger o documento da ação do tempo para, por outro lado, facilitar o manuseio, que é a ação essencial de todo o arquivo que insere o documento no tempo. Por se tratar de livros de registro, o acondicionamento prevê a elaboração de embalagens personalizadas que serão, posteriormente depositadas em estantes de aço.
-Descrição: é a etapa de organização de guias para a consulta dos documentos do arquivo. É a etapa mais demorada, no caso deste acervo, e será acompanhada da técnica de leitura paleográfica do material. Paleografia é, basicamente, o estudo de textos.

Avaliação

- Por ser um trabalho coletivo, a avaliação é um processo que vai sendo construído na medida das demandas que vão surgindo no sentido, de corrigir os desvios do objetivo principal do projeto. Ela é, portanto, permanente e processual.
- A avaliação do Projeto deve ser permanente e requer acompanhamento da Coordenadora do projeto para o cumprimento do Cronograma estabelecido.

- A avaliação parte, também, do compromisso dos colaboradores e monitores em alcançar o resultado final que é a elaboração do Catálogo de Pesquisa.

Resultados Parciais

Até este momento, o aspecto em que o trabalho mais avançou é o que respeita o amadurecimento do grupo no tema da utilização deste tipo de fonte para a pesquisa em História.

Foi necessário, inicialmente, constituir um Grupo de Estudos que realizou um levantamento bibliográfico para as leituras, que são semanais, que objetiva,ao final, preparar os envolvidos a constituir um arquivo organizado com o fito dar oferecer a melhor acessibilidade para os pesquisadores interessados.Contando com a presença e colaboração, no Departamento de História, de um pesquisador que trabalhou intensivamente com a análise de inventários de testamentos de charqueadores de Pelotas, o professor Jonas Moreira Vargas, e com o olhar específico da organização da arquivos, acredita-se que esta dupla dimensão complementar deverá resultar em um trabalho qualificado de organização e divulgação do acervo.

O graduando Secundino José Rosa, que assumiu a maior responsabilidade pelo preenchimento desta primeira tabela de dados do acervo, realiza sua monografia de final de curso especificamente sobre a criação e a atuação da Mesa de Rendas de Pelotas e seu significado na administração local, no período imperial.

Complementarmente ao trabalho de pesquisa bibliográfica e organização dos dados, foi realizada uma entrevista com Vera Miranda, que trabalha junto à Secretaria da Fazenda do Estado, em Pelotas, e foi a pessoa imediatamente responsável por chegar ao HISALES, para a salvaguarda, o material, por ocasião do seu descarte na instituição que o gerou.

O trabalho de digitalização do Segundo Livro, priorizado por ser o que apresenta maioresproblemas na sua estrutura física foi finalizado, utilizando a infraestrutura do HISALES, que permanece sendo parceiro deste trabalho. Mas a organização do material digitalizado ainda não foi finalizada.

Espera-se que estas duas frentes de atuação, uma mais teórica, na apreensão dos conhecimentos relativos à estrutura administrativa do estado onde atuam as Meses da Renda e uma mais prática, de digitalização do material, sejam finalizadas até o final do segundo semestre de 2018.

Referências

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos*. http://w.historica.arquivoestdo.sp.gov. br/matérias/anteriores/edicaça006/materia01/texto01.pdf.

BELLOTO, Heloísa Liberallí. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1991.

CASSARES, Norma C., *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivos do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. *Inventários e Testamentos como documentos linguísticos*. Filologia e Linguística Portuguesa, Brasil, v. 13, n. 1, p. 269-286, june 2011. ISSN 2176-9419. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59886>. Acesso em: 18 june 2017. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176- 9419.v13i1p269-286.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Fontes históricas para o estudo da imigração*. Rio de Janeiro:CPDOC, 2000. 9f.

FLEXOR, Maria Helena. Ochi. Inventários e testamentos como fontes primárias de pesquisa. IN: *Arquivo: boletim histórico informativo*. São Paulo V.3, n. 2, p. 57-60, abr./jun. 1982.

KICH, Tassiara Jaqueline Fanck. O Poder Judiciário e as fontes para a história da sociedade. ANPUHRS, *Anais do X Encontro Estadual de História*, 2010.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa*. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.333.

STANCZYK FILHO, Milton. Instrumentos de pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post-mortem. In: *Anais da V Jornadas Setecentista*. 5, 2003, Curitiba. Disponível em internet: http://www.humanas.ufpr.br/departamentos/dehis/cedope/atas/milts.pdf Acesso em: maio 2005.

Estudos de gênero e etnia

23

Mulheres deslembradas na história e na educação: como lembrá-las? desafios para a história e para a história da educação[1]

Eliane Peres[2]

> As mulheres escrevem sua história nas palavras que passam entre elas. Muitas vezes não deixamos traços além das crianças que nascem, da roupa costurada, dos serviços prestados, das escolhas feitas, se é que houve escolhas. (Call the Midwife. Temp. 5. Epis. 9. Memórias de Jennifer Worth).
>
> A invisibilidade insiste em nos enterrar vivas em deslembranças. (Carta de Elizandra Souza à Conceição Evaristo. In: Ocupação, 2017, s/p).

Introdução

Como indicam as epígrafes acima, nós, mulheres, escrevemos nossas histórias também nas palavras que trocamos e, nas ações do cotidiano, deixamos traços de nossos fazeres e dizeres; mas "a invisibilidade insiste em nos enterrar vivas em deslembranças" (SOUZA, 2017, s/p). Reconhecendo isso e, ainda

[1] Este texto é resultado da palestra feita no dia 09/11/2017, "Mulheres na história da educação gaúcha", no Seminário de História do Rio Grande do Sul: História local e Identidade, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em História Regional (NPHR), do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFPel.

[2] Professora da FaE/UFPel

mais, comprometidas em procurar tirar das *deslembranças*[3] algumas das mulheres que nos antecederamnas lutas, temos produzido pesquisas com o objetivo de *lembrar* mulheres-professoras e mulheres-alunas, com ênfase para aquelas que ensinaram e/ou frequentaram a escola no Rio Grande do Sul, em especial ao longo do século XX[4].

Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar alguns dados coletados em pesquisas desenvolvidas no grupo de investigação Hisales na última década. Trata-se, portanto, da apresentação e da problematização de alguns dados gerais, parte deles já analisados em artigos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento (PERES, 2008; PERES & RAMIL, 2015; FACIN, 2008; ALVES, 2013; RAMIL, 2013, 2018), parte deles inédito e sem tratamento analítico ainda.

Contudo, o intuito principal aqui é argumentar acerca da necessidade, ainda, de investigações no campo da história das mulheres e da história da educação das mulheres. É imperativo que se desenvolvam mais estudos e pesquisas sobre o

[3]Como pode ser visto, o uso da expressão *deslembranças* foi retirada da obra literária de Conceição Evaristo, mais especificamente da carta da poeta Elizandra Souza à poeta Conceição Evaristo publicada no livro Ocupação (2017), conforme reproduzido na epígrafe. Consideramos a palavra-conceito *deslembrança* mais forte, emblemática e profunda do que expressões comumente usadas para referir a ausência das mulheres na história como, por exemplo, esquecidas, apagadas, silenciadas, invisíveis, invisibilizadas.

[4] A primeira pessoa do plural refere-se aqui a todos e todas integrantes do grupo de pesquisa por mim coordenado, Hisales (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares). O referido grupo é vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPel) e reúne pesquisadores da UFPel e de outras instituições de ensino da região sul, contando com a participação de pesquisadores, de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de graduação. O Hisales tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura escolar, constituindo, assim, importantes acervos para a pesquisa educacional. Possui, atualmente, seis acervos: I) livros para o ensino inicial da leitura e da escrita; II) livros didáticos elaborados por autoras gaúchas entre os anos de 1940-1980; III) caderno de alunos (do período de 1920 até a atualidade); IV) cadernos de planejamento de professores/as (dos anos de 1960 aos dias atuais); V) materiais didático pedagógicos diversos/cultura material escolar; VI) escritas pessoais e familiares (agendas, caderno de recordações, diários, cartas, lembranças de batismo, etc.). A sala do referido grupo está localizada no Campus II - UFPel. Rua Almirante Barroso, 1202 - Sala 101 H. CEP: 96.010-280 - Pelotas/RS e é aberta para pesquisa e visitação. Ver mais em http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/.

protagonismo histórico das mulheres em diferentes momentos históricos e distintasinstâncias sociais.

Assim, reivindicamos que, especialmente na atual conjuntura nacional e internacional, com o avanço do conservadorismo, do fundamentalismo e com o aumento galopante do feminicídio e dos índices de violência contra as mulheres, tanto no espaço doméstico como nos espaços públicos, é necessário abordar a vida e a educação das mulheres no universo da pesquisa acadêmica, não de um ponto de vista de um intelectualismo iluminado ou ilustrado, de forma artificial, abstrata e genérica.Trata-se, pois, de "contar as histórias", biografar mulheres de "carne e osso", na perspectiva de classe social, de geração, de pertencimento étnico-racial, da construção social e cultural de gênero, da inserção profissional e familiar, de trajetórias pessoais e coletivas, etc, principalmente porque "convém lembrar que 'entrar para a história' tem sido um valor disputado" (PEDRO, 2005, p. 83). Nessa perspectiva, a autora supracitada menciona que:

> A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de "positivista", ou às vezes "empirista", dava destaque a personagens, em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou de guerras. Para muitas pessoas, esta era uma forma de "imortalidade". Pertencer a esta grande narrativa significava, e ainda significa, prestígio. Elizabeth Fox Genovesechama este tipo de história de "história de governantes e de batalhas". Nesta história, afirma ela, não havia lugar para as mulheres (PEDRO, 2005, p. 83).

Nesse esforço de disputar valor para "entrar na história", nos propomos, assim, a contribuir para tirar da *deslembrança* algumas mulheres gaúchas. Contudo, um de nossos maiores desafios – que é o desafio da historiografia que se propõe a abordar a "história vista de baixo" (SHARPE, 1992) - tem sido as fontes e, mesmo quando as localizamos, há mais silêncios, descontinuidades, lacunas, imprecisões, inconsistências do que

lembranças, respostas, continuidades, precisões, consistências... Como afirma Sharpe (1992, p. 43), quanto mais os historiadores e historiadoras buscam "reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição". Mas, mesmo assim, seguimos e persistimos. É disso que falamos na sequência.

1. Aprender a ler em um curso noturno (Pelotas, 1915): mulheres-alunas *deslembradas*. Como lembrá-las?[5]

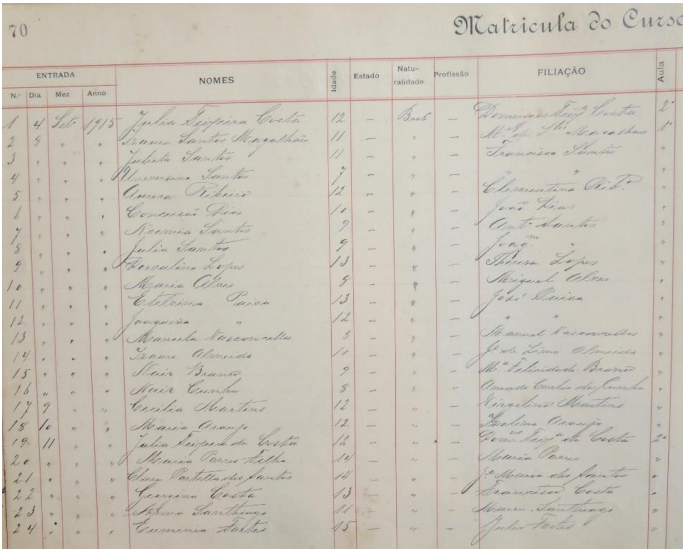
> [...] a Terra parece um planeta disposto a castigar os seus habitantes com o decreto da solidão infinda. Mas ninguém que tem o passado sob os seus pés está só. (Carta de Cristiane Sobral à Conceição Evaristo. In: Ocupação, 2017, s/p).

Julia Teixeira Costa, 12 anos, filha de Domingas Teixeira Costa...Eis aí dois nomes *deslembrados*... Duas mulheres cujas histórias insistem na invisibilidade, parece que ambas*foram enterradas vivas em deslembranças*... Lembrá-las tem sido um desafio da pesquisa...

Como se pode ver pela imagem a seguir (Fig. 1), do livro de matrículas dos cursos noturnos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense, de 1915, *Julia Teixeira Costa* foi a primeira menina matriculada nos referidos cursos. Além da data, do nome completo, da idade e da filiação, o nome da mãe e da classe que frequentaria (2º), nada mais sabemos sobre ela.

Fig. 01

[5] Os dados desse estudo foram coletados pela Bolsista de Iniciação Científica, UFPel/Ação Afirmativa, Nathalie Rosario Jardim.


70 Matricula do Curso

ENTRADA				NOMES	Idade	Estado	Naturalidade	Profissão	FILIAÇÃO	Aula
N.º	Dia	Mez	Anno							
1	4	Set.	1915	Julia Euzebia Costa	12	—	Bras.ª	—	Domingas Teixeira Costa	2.º
2	9	"	"	Joana Santos Magalhães	11	—	"	—	M.el Jos. Magalhães	1.º
3	"	"	"	Julieta Santos	11	—	"	—	Francisco Santos	"
4	"	"	"	Rosemira Santos	7	—	"	—	"	"
5	"	"	"	Emma Ribeiro	12	—	"	—	Clementina Ribeiro	"
6	"	"	"	Cesarea Dias	14	—	"	—	José Dias	"
7	"	"	"	Rosmia Santos	9	—	"	—	Anna Santos	"
8	"	"	"	Julia Santos	9	—	"	—	João Santos	"
9	"	"	"	Rosalina Lopes	13	—	"	—	Maria Lopes	"
10	"	"	"	Maria Reis	8	—	"	—	Miguel Reis	"
11	"	"	"	Estelinha Pinto	13	—	"	—	José Pinto	"
12	"	"	"	Francisca "	12	—	"	—	" "	"
13	"	"	"	Manuela Nascimento	8	—	"	—	Manuel Nascimento	"
14	"	"	"	Iracema Almeida	14	—	"	—	José Lima Almeida	"
15	"	"	"	Noemia Branco	9	—	"	—	M.el Estevão Branco	"
16	"	"	"	Maria Cunha	8	—	"	—	Manoel Cunha da Cunha	"
17	9	"	"	Cecilia Martins	12	—	"	—	Geraldino Martins	"
18	10	"	"	Maria Araujo	12	—	"	—	Paulina Araujo	"
19	11	"	"	Julia Euzebia da Costa	12	—	"	—	Domingas Teixeira da Costa	2.º
20	"	"	"	Maria Correa Leite	14	—	"	—	Antonia Correa	"
21	"	"	"	Clara Pattetta dos Santos	14	—	"	—	Constança dos Santos	"
22	"	"	"	Francisca Costa	13	—	"	—	Francisco Costa	"
23	"	"	"	Stefana Santiago	11	—	"	—	Manoel Santiago	"
24	"	"	"	Eurmenia Freitas	15	—	"	—	Julio Freitas	"

Fonte: Livro de Matrícula dos Cursos Noturnos da BPP, 1915.

Quem é a menina *Julia Teixeira Costa*, filha de *Domingas Teixeira Costa*? Quem foi *Domingas*e porque matriculou sua filha no curso noturno de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (BPP) em 1915? É preciso salientar que nessa data a instituição abriu suas portas pela primeira vez para a matrícula e a frequência das mulheres em um curso que era exclusivamente masculino desde sua abertura, em 1877, e que foi fundado apenas dois anos depois da inauguração da BPP, em 1875 (PERES, 1995; 2002).

Ainda no campo da especulação e das indagações seguem as perguntas, uma vez que ainda não encontramos mais dados sobre essas duas mulheres: seriam *Julia* e sua mãe *Domingas* duas mulheres negras, como era uma parcela significativa dos homens que estudaram na BPP entre 1877 e 1915 (PERES, 1995; 2002)? Seriam trabalhadoras, quem sabe lavadeiras, quitandeiras, cozinheiras, arrumaderias, empregadas? Seriam descendentes de escravos? Onde moravam? Como viviam? Em quais espaços circulavam? Como era sua religiosidade e ancestralidade? Quem

era o pai de *Julia* e porque não aparece no livro de matrículas do curso noturno, como em muitos dos casos ali registrados? Seria *Domingas* uma mulher solteira, cuidando sozinha de uma filha? De muitos filhos? Quiçá um dia algumas dessas perguntas possam ser respondidas e *Julia Teixeira Costa* e *Domingas Teixeira Costa*possam ser, finalmente, *desenterradas das deslembranças*.

Associada a essas indagações outras nos interessam sobremaneira na pesquisa, quais sejam: por que *Julia Teixeira Costa* foi a primeira menina a ser matriculada nos cursos da Biblioteca? Teria ela frequentado outra escola antes disso? Estava impossibilitada, pelo trabalho, de estudar durante o dia? *Domingas*, sua mãe, teria se apressado em fazer sua matrícula porque desejava ou precisava que a menina aprendesse a ler e a escrever? Dominaria ela própria, a mãe, as habilidades de leitura e da escrita? São tantas perguntas... e tantas *deslembranças*...

Na continuidade perguntamos: teria *Julia* conseguido dominar a leitura e a escrita e feito uso efetivo disso em seu benefício e de seu grupo social? Sabemos que, historicamente, a vida das mulheres supõe, em muitos casos, ações sutis de resitência à opressão e à discriminação e uma delas é aprender a ler e a escrever, por vezes, como mostrou Angela Davis (2016), de forma clandestina, não autorizada ou tardiamente. Aprender a ler e a escrever para *Julia* e para sua mãe teria sido um forma "sutil" de resistência?

Para o que aqui nos interessa, a problematização principal é no sentido de indagar (novamente indagar, a prática dos pesquisadores e pesquisadoras!): como encontrar dados sobre a vida das meninas e das mulheres, alunas dos cursos noturnos da BPP?Onde procurá-los? Como tirá-las das *deslembranças*? É Sharpe (1992, p. 41), mais uma vez, que contribui para pensar o quão difícil é "explorar as experiências histórias daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história".

Além de *Julia Teixeira Costa* foram matriculadas, no curso noturno de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense, em 1915, mais 53 meninas e mulheres. Igualmente perguntamos para cada um dos casos: quem seriam elas do ponto de vista étnico-racial, social, cultural, profissional, etc? O que faziam? Por que procuraram a "escola da Biblioteca", como também eram conhecidos os cursos noturnos? O que significava, para as mulheres, na sociedade da época, estudar à noite? Que usos sociais e/ou profissionais fizeram da leitura e da escrita depois que dominaram tais habilidades? Tornaram-se mulheres que incentivaram ou ensinaram outras mulheres a ler e a escrever?

Nesse sentido, parece mesmo, como afirmou Cristiane Sobral em carta à Conceição Evaristo (2017, s/p), reproduzido na epígrafe dessa seção, que a Terra aparenta ser "um planeta disposto a castigar os seus habitantes com o decreto da solidão infinda". Estariamos nós, nesse caso, como em outros tantos, como historiadores e historiadoras decretados à solidão infinda? Castigados por ela? *Julia* e sua mãe *Domingas* jamais serão *desenterradas das deslembranças?* E as outras mulhers que foram protagonistas dos/nos cursos noturnos da BPP, sairão da *deslembrança* a que, parece, foram destinadas? Mas como também afirma a poeta: "ninguém que tem o passado sob os seus pés está só". Assim, continuaremos...

2. Mulheres professoras, autoras de livros didáticos: entre *deslembranças* e lembranças

> Para que não esqueçamos o que precisa ser lembrado e para construir o que não podemos esquecer. (Carta de Jenyffer Nascimento à Conceição Evaristo. In: Ocupação, 2017, s/p).

Nesta seção procuramos apresentar dados de uma pesquisa mais ampla em andamento, bem como de algumas já realizadas no Hisales e que se referem especificamente à autoria de um conjunto de obras didáticas produzidas e publicadas entre os anos de 1940 e

1980, no Rio Grande do Sul, período de atuação do Centro de Pesquisas e Orientação Pedagógica (CPOE) junto à Secretaria de Educação do estado.

Trata-se de um conjunto de 337 livros didáticos, que constituem um dos acervos do grupo de pesquisa Hisales. Essas obras foram produzidas por mulheres, professoras primárias que, paulatinamente, se profissionalizaram no campo da produção didática (PERES, 2006). Entre elas estão: Ada Vaz Cabeda, Cecy Cordeiro Thofehrn, Dalva da Rosa Dupuy, Eddy Flores Cabral, Edith Guimarães Lima, Flávia E. Braun, Giselda Guimarães Gomes, Helga J. Trein, Iara Thofehrn Coelho, Jandira Cardias Szechir, Lêda Riveiro Pereira, Liene Maria Martins Schütz, Lila Maria Lena Souza Alano, Maria de Lourdes Gastal, Maria Guimarães Ribeiro, Nelly Cunha, Rosa Maria Ruschel, Norcka Guimarães Recena, Ruth Ivoty Torres da Silva, Sydia Sant'anna Bopp, Teresa Iara Palmini Fabretti, Zélia Maria Sequeira de Carvalho. Nomes e histórias que construíram a educação sul-rio-grandense e que precisam ser lembradas. Suas obras didáticas, importantes no cenário escolar gaúcho, foram publicadas pelas Editoras Globo, Selbach, Tabajara, Editora do Brasil e FTD.

Ignoradas, esquecidas, *deslembradas* durante muito tempo na história da educação gaúcha, nosso intento é também, com a pesquisa em andamento e com algumas já concluídas (PERES, 2006, 2008; PERES & RAMIL, 2013; FACIN, 2008; ALVES, 2013; RAMIL, 2013; 2018), colaborarcom a manutenção da memória dessas mulheres professoras que tanto contribuíram com a educação no estado gaúcho. Abordamos suas vidas profissionais na perspectiva de "trajetórias de intelectuais engajadas".

Aqui mostramos, inicialmente, os números de exemplares de livros didáticos de coleções por elas produzidas, que conseguimos obter e que mantemos no acervo disponível para todos os tipos de pesquisa. Obtê-las e mantê-las no acervo é uma das formas que pensamos contribuir para que essas mulheres, tão importantes no cenário educacional sul-rio-grandense, sejam lembradas.

Tabela 1

Quantidade de exemplares de livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul entre 1940 e 1980 e disponíveis no acervo Hisales	
Década	**Quantidade**
1940	01
1950	19
1960	88
1970	139
1980	05
Sem identificação	85
TOTAL	**337**

Fonte: Hisales, 2018[6].

Os 337 exemplares de livros didáticos (56 títulos) acima elencados por décadas foram publicados por seis diferentes editoras, quais sejam:

- **Editora do Brasil** (160 exemplares em 10 títulos);
- **Editora FTD** (15 exemplares em 09 títulos);
- **Editora Globo** (52 exemplares em 12 títulos);
- **Editora Selbach** (12 exemplares em 06 títulos);
- **Editora Tabajara** (94 exemplares em 18 títulos);
- **Editora Tomatis** (03 exemplares em 01 título);

Destacamos que dessas, 04 são editoras gaúchas, citadas a seguir:Globo, Selbach, Tabajara e Tomatis.

Em relação à autoria dessas obras didáticas, e que aqui mais interessa, todas elas foram escritas por professoras gaúchas. São,

[6] Todos os dados apresentados nessa seção foram compilados por Chris de Azevedo Ramil, cujas pesquisas incidem sobre a produção didática gaúcha (RAMIL, 2013; 2018).

ao todo, 58 autoras mulheres. Nesse sentido, enfatizamos o protagonismo das mulheres na educação sul-rio-grandense, bem como a insuficiência de estudos a respeito dessas intelectuais gaúchas. Um campo de pesquisa aberto, sem dúvidas, cujos estudos em muito contribuirão com a história da educação, a história regional e a história das mulheres. Muitas abordagens são possíveis e o tema ainda merece nossa atenção e o desenvolvimento de mais pesquisas.

Na produção de livros didáticos, as autoras, muitas vezes por imposição das editoras, fizeram parcerias e a maioria dos títulos foi produzida em coautoria. A variedade e a frequência de parcerias no que diz respeito as parcerias na escrita das obras didáticas é a que segue:

- **26 títulos:** apresentam apenas 01 autora;
- **26 títulos:** apresentam coautoria de 02 mulheres;
- **06 títulos:** apresentam coautoria de 03 mulheres;
- **01 título:** apresenta coautoria de 04 mulheres;
- **01 título:** apresenta coautoria de 06 mulheres;
- **01 título:** apresenta coautoria de 07 mulheres;
- **01 título:** apresenta coautoria de 09 mulheres.

Por fim, destacamos as autoras cujos títulos foram publicados por diferentes editoras. São citados os nomes das autoras associado ao número de editoras nas quais publicaram, que varia entre duas e quatro casas editorais, conforme apresentado a seguir:

- **4 Editoras - Giselda Guimarães Gomes:** Editora do Brasil, Editora Globo, Editora Selbach e Editora Tabajara;
- **3 Editoras - Edith Guimarães Lima:** Editora do Brasil, Editora Globo e Editora Selbach;
- **3 Editoras - Maria de Lourdes Gastal:** Editora FTD, Editora Globo e Editora Selbach;

- **2 Editoras - Eloah Ribeiro Kunz:** Editora do Brasil e Editora Tabajara;
- **2 Editoras - Maria Guimarães Ribeiro:** Editora do Brasil e Editora Selbach
- **2 Editoras - Nelly Cunha:** Editora do Brasil e Editora Globo

Pelos dadoscompilados e apresentados acima percebemos que as professoras autoras não produziam exclusivamente para/em uma única editora, nem mesmo ficaram restritas às editoras gaúchas. Há, portanto, evidências de que essas mulheres circulavam em espaços sociais, culturais e geográficos diferentes, ampliando sua atuação para além do Rio Grande do Sul. Trata-se, pois, de trajetórias de inserção profissional no campo da produção didática, ou seja, como afirmou-se em outro trabalho (PERES, 2006), houve, no estado gaúcho, um processo de profissionalização da autoria de livros didáticos, cujo protagonismo foi feminino.

Considerandoos dados anteriormente apresentados, salientamos algumas autoras em razão da quantidade de títulos publicados. Duas autoras, então, com maior quantidade de obras publicadas, considerando o acervo existente, são destacadas, apenas como exemplo. A primeira é **Nelly Cunha** e há, no acervo, 13 títulos (171 exemplares), produzidos por ela e publicados por duas editoras (Editora do Brasil e Editora Globo). Enfatizamos que todos os títulos são em coautoria com outras professoras, sendo elas: Cecy Cordeiro Thofehrn, Iara Thofehrn Coelho, Teresa Iara P. Fabretti, Zélia Maria Sequeira de Carvalho e Helga J. Trein. Destacamos que a parceria, Nelly-Cecy, foi uma das mais promissoras da história da produção didática gaúcha. Nelly Cunha e Cecy Cordeiro Thofehrn produziram, por exemplo, duas importantes coleções didáticas com ampla circulação nas escolas gaúchas: *Estrada Iluminada* e *Nossa Terra Nossa Gente* (ALVES, 2013).

Outro nome que se pode aqui destacar é o de **Maria de Lourdes Gastal.** Há, no acervo, 11 diferentes títulos (23 exemplares), publicados por três editoras (Editora FTD, Editora Globo e Editora Selbach). No caso dela, é sempre a única autora nas suas obras.

Com apenas alguns exemplos de fontes documentais (salientamos que tratamos os livros didáticos como documentos) e de dados que dispomos, queremos reafirmar a importância, a centralidade, o protagonismo das mulheres na educação e na vida cotidiana da cidade e do estado. Portanto temos, como pesquisadores e pesquisadoras, historiadores e historiadoras, também uma responsabilidade social de continuar fazendo a história das mulheres, a história no feminino, uma vez que, na perspectiva de Michel de Certeau (1995, p. 18. grifos do autor),compreendemos a história "como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício, etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina)". É preciso, pois, segundo o autor, "admitir que a história faz parte da 'realidade' da qual trata, e que essa realidade pode ser captada 'enquanto atividade humana, enquanto prática' " (CERTEAU, 1995, p. 18). Assim, para Michel de Certeau (1995, p. 18. grifos do autor), a operação histórica, portanto, "se refere à combinação de um *lugar* social e de *práticas* 'científicas' ".

Considerações finais

Encerramos, por ora, afirmando que há dificuldades em encontrar fontes com os registros da vida das mulheres-professoras, mesmo que tenham sido professoras-autoras e, mais ainda, das mulheres-alunas, como foi o caso aqui exemplificado de *Julia Teixeira Costa* e de suas colegas dos cursos noturnos da BPP. Contudo, os dados que dispomos permitem argumentar fortemente acerca da importância das mulheres na história da educação, da escola, da profissão docente, da inserção discente e da

produção didática no Rio Grande do Sul, sobretudo no que se refere ao período estudado.

Para alguns casos das professoras, como, por exemplo, de Nelly Cunha e de Cecy Cordeiro Thofehrn, foram localizados familiares das autoras-professoras, que contribuíram com materiais e dados para as pesquisas. Para os casos de Maria de Lourdes Gastal e Teresa Iara Palmini Fabretti, ambas foram entrevistadas por pesquisadoras gaúchas (FISCHER, 2010; RAMIL, 2013). Nos outros casos, até o momento, os documentos utilizados na pesquisa tem sido os próprios livros didáticos produzidos pelas professoras.

Contudo, esse é o desafio de quem se propõe a *desenterrar das deslembranças* as mulheres, especialmente as pobres e negras, como supomos ser parte da meninas e mulheres que frequentaram os cursos noturnos da BPP: garimpar e (re)inventar fontes, produzir dados, construir novas estratégias metodológicas e de interpretação e de análise. Isso se faz com rigor teórico-metodológico mas, também, com uma boa dose de inventividade, disposição e criatividade.

Para finalizar, reafirmamos o investimento coletivo na continuidade das pesquisas e no levantamento de dados, no intuito de se contribuir com resultados para o campo da história da educação, em especial da história da educaçãodas mulheres. Nosso objetivo principal é destacar, compreender e analisar a presença e a atuação das mulheres na história da educação regional e nacional, principalmente porque temos uma crença inabalável de que “se nós nos lembrarmos uma das outras, não seremos esquecidas” [...]. (Carta de Elizandra Souza à Conceição Evaristo. In: Ocupação, 2017, s/p).

Referências

ALVES, Antônio Maurício Medeiros. *A Matemática Moderna no ensino primário (1960-1978):* análise das coleções de livros didáticos Estrada Iluminada e Nossa Terra Nossa Gente. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF e NORA, Pierre (Orgs.) *História:* novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Ocupação*. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

FACIN, Helenara Plaszewski. *Histórias e memórias da professora e autora de livros didáticos Nelly Cunha (1920-1999)*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Revista do Ensino/RS e Maria de Lourdes Gastal: duas histórias em conexão. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 30, p. 61-79, jan./abr. 2010.

LIVROS DE MATRÍCULA DOS CURSOS NOTURNOS DA BPP, 1915-1940.

PERES, Eliane. Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária na Biblioteca Pública Pelotense: 1875-1915. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1995.

_____. Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária na Biblioteca Pública Pelotense: 1875-1915. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

_____. Aspectos da produção didática da professora Cecy Cordeiro Thofhern. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva Frade; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Org.). *História da Alfabetização*: produção, difusão e circulação de livros (MG, RS, MT, séculos XIX e XX). 1ed.Belo Horizonte: CNPq/Fapemig/CEALE, 2006, v. 1, p. 171-190.

_____. Autoras de obras didáticas e livros para o ensino da leitura produzidos no Rio Grande do Sul: contribuições à história da alfabetização (1950-1970). *Educação.* Unisinos, v. 12, p. 111-121, 2008.

PERES, Eliane; RAMIL, Chris de Azevedo.Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre a circulação e o uso em escolas do Rio Grande do Sul (1940-1980). Versão Impressa e On line. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 1, p. 177-203, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História,* Franca, v. 24, n. 1,p. 77-98, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Apr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004.

RAMIL, Chris de Azevedo.*A coleção didática Tapete Verde:* do projeto à sua produção gráfica (década de 1970 - Rio Grande do Sul). 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2013.

RAMIL, Chris de Azevedo. *A iconografia e a iconologia nos livros didáticos das Edições Tabajara:*um estudo das imagens na *Coleção Guri* (Rio Grande do Sul, década de 1960). 2018. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da História.* Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

24

Representações de gênero em cartilhas e pré-livros gaúchos (1948-1977): as meninas e as mulheres em questão

Indiara Gaia da Silva[1]

1. Introdução

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado "Produção, Circulação e uso de cartilhas e livros didáticos produzidos por autoras gaúchas (1940-1980), financiado pelo CNPq (edital chamada universal MCTI/CNPQ Nº 14/2014) e é desenvolvido no grupo de pesquisa História da Alfabetização Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES), do qual sou bolsista PIBIC-CNPq. O referido grupo é vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPel)[2]. O mesmo tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura escolar, constituindo, assim, importantes acervos para a pesquisa educacional. O grupo de pesquisa HISALES possui, atualmente, seis acervos: I) livros para o ensino inicial da leitura e da escrita; II) livros didáticos elaborados por autoras gaúchas entre os anos de 1940-

[1] Universidade Federal de Pelotas

[2] Mais informações a respeito do HISALES, dos acervos, das ações, dos projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, podem ser vistas via internet, no site (http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/) e no perfil na rede social *Facebook* (HISALES).

1980; III) caderno de alunos (do período de 1930 até a atualidade); IV) cadernos de planejamento de professoras de professoras alfabetizadoras (dos anos de 1960 aos dias atuais); V) materiais didático pedagógicos diversos/ cultura material escolar e VI) materiais pessoais e familiares.

Neste trabalho, o objetivo é identificar, em livros usados para o ensino da leitura e da escrita, representações de gênero, enfatizando os estereótipos ali reproduzidos, especialmente os de meninas e se essas representações também se mantêm para o caso de mulheres adultas presentes nas cartilhas e pré-livros.

O recorte temporal deste estudo foi delimitado a partir da observação da tabela virtual do acervo do Hisales, denominado Livros Didáticos Produzidos no Rio Grande do Sul, entre 1940 – 1980. O total de livros didáticos disponíveis somam, atualmente, 283. Para este trabalho, porém,foram consultados apenas 16 exemplares, uma vez que são específicos para o ensino da leitura e da escrita, ou seja, cartilhas e pre-livros. Foram consultadas as edições mais antigas de cada livro disponível, a saber: A cartilha de Zé Toquinho (1948); Sarita e seus amiguinhos (1956); Estrada Iluminada (1956); Marcelo, Vera e Faísca (1962); Cartilha Moderna (1965); As Férias com vovô (1967); Dedé, José e Tião (1968); Cartilha do Guri (1969); Céu Azul (1970); Viva o Circo (1970); Garotos Tevê (1972); Alegria Alegria (1973); Nossa Terra, Nossa Gente (1974); Ler a Jato (1975); Tempo Presente (1977); Juca e Zazá (s/d). Assim, o recorte temporal deve-se ao mais antigo e mais recente desses livros (1948-1977).

É importante destacar que, após a definição das edições que seriam utilizadas, o estudo se voltou para uma análise minuciosa de cada cartilha/pré-livro, sendo observado todos os aspectos que faziam referência ao gênero como, por exemplo, imagens de menina/menino ou homem/mulher, palavras, frases, textos. Esses dados foram anotados e fotografados para serem problematizados e apresentados.

Assim, este trabalho está organizado em três partes. Na primeira, discuto, ainda que brevemente, o conceito de gênero ao

longo da história; na segunda, identifico se há (ou não) estereótipos tanto de meninas (crianças) quanto de mulheres (adultas) e quais são eles. E, terceiro, identificar se essas características se mantem ou não para o caso de representações de mulheres adultas.

2. Algumas considerações sobre o conceito de gênero

O tema das relações de gênero está em evidência no campo acadêmico brasileiro desde, pelo menos, os anos 80 do século XX. São diversos os estudos, pesquisas, livros e artigos que tem como objetivo discorrer sobre o assunto. Porém, o conceito, ao longo da história, nem sempre teve o mesmo significado.

A conceituação de gênero tem/teve seus mais diversos significados ao longo da história, sendo assim, não há um significado fixo. É bom esclarecer que o termo gênero começou a ser utilizado após embates e "batalhas" feministas. Segundo Louro (1997, p. 14), o feminismo compreendido como um movimento social organizado é usualmente remetido no ocidente ao século XIX. No Brasil, ainda segundo Louro (1997), foi apenas no final dos anos 80, do século XX, que as feministas começaram a utilizar o termo gênero, referindo a construção social e cultural dos sexos.

Pode-se, assim, entender que as cartilhas aqui analisadas foram produzidas, entre o final da década 40 e o final da década de 70, do século XX, quando ainda não se tinha no Brasil a conceituação realmente sendo utilizada. Logo, com isso, pode-seinferir que as cartilhas e pré-livros reproduziram o pensamento da época, aquele que levava em consideração apenas a diferença biológica entre homens e mulheres, sem considerar a construção histórica e social das relações de poder baseada no sexo (LOURO, 1997).

Quando as pessoas passam a defender características adequadas a um sexo ou a outro tem lugar a hierarquização de gênero, sendo o masculino como base para moldar o comportamento feminino. Essas representações, segundo Louro (1997, p.23), foram sendo constituídas socialmente e de forma relacional, acarretando

"[...] à construção de *papéis* masculinos e femininos [...] padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus números e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de ser relacionar ou de se portar [...]". Construções de papéis que vão se moldando no indivíduo muito antes dele nascer, que vai ficando mais evidente ao longo de sua vida, quando a menina é a ajudante da mãe nas tarefas de casa, por exemplo, e o menino deve e pode brincar na rua, sem nunca se preocupar ou envolver com as tarefas domésticas.

As representações de gênero, segundo Moreno (1999),começam antes mesmo do indivíduo entender que existe "pessoa", ele já sabe que existe uma "mamãe" e um "papai", logo, meninas e meninos. Por exemplo, os pais descobrem que o filho ou filha tem um determinado sexo, logo, vários são os estereótipos que são colocados naquele bebê, se for menina o quarto será todo rosa, com várias bonecas, se for menino o quarto será azul, cheio de carrinhos, por exemplo. Quando as crianças já estão em uma determinada idade, iniciam-se comparações, tais como: "ela é menina, *porém* tão agitada" ou "nosso menino é calmo, totalmente diferente dos demais", ou ainda, distinções referentes aos brinquedos como menina brinca de mamãe e filhinha e o menino de bola e carrinho. Quantas vezes ouvimos esses comentários: "fulano larga essa boneca, isso não é brinquedo de menina! " ou "você não pode jogar futebol, isso é coisa de menino!". Isso ocorre pois, segundo Moreno (1999), as brincadeiras ditas para "meninos" tem um caráter "agressivo", já as brincadeiras de "meninas" têmrelação direta com o mundo doméstico. Com esses exemplos do cotidiano é possível demonstrar o quanto a sociedade segue moldando e constituindo uma hierarquização de gênero, a qual é vista tanto em cartilhas quanto nos pré-livros, objetos da cultura escolar que são um dispositivo ideológico, que quando não minuciosamente analisados pode passar despercebido.

Compreendendo gênero como uma construção social e histórica passo, então, a caracterizar as representações de meninas e mulheres nos livros estudados.

3. Representações de meninas em cartilhas e pré-livros gaúchos

Começo antes de discorrer sobre os objetos de representações de meninas, em sua infância, com alguns significados encontrados no Dicionário Online para a palavra menina: 1) Criança ou jovem do sexo feminino; garota; 2) jovem do sexo feminino até a idade núbil; moça jovem e/ou solteira; mocinha; 3) descendente do sexo feminino –filha; 4) moça que se namora; namorada, garota, pequena.(Dicionário Online, 2009).

A conceituação do dicionário ajuda a pensar no objeto de estudo. Estereótipos femininos foram investigados nas cartilhas e pré-livros produzidos entre os anos o final de 1940 e final de 1970 por autoras gaúchas. Assim, tudo foi considerado na pesquisa, desde palavras, frases, textos até imagens. Os dados localizados permitiram construir o seguinte quadro:

Quadro nº 1: Características de Gênero de Meninas (infância)

Ser menina	Meninazinha; Boa; Bonita; Pequenina; Delicada; Não ser gulosa; Ajudante da mãe nas tarefas domésticas.
Vestimentas	Vestido; Saia; Camiseta; Macacão; Sapato com fivela.
Brincadeiras	Boneca; Peteca; Pular corda; Cavalinho de Pau.
Adicionais	Carrega regador/cestinha de doces; Ganha boneca; sapato, vestido e fita de cabelo.

Fonte: Quadro produzido pela autora a partir dos dados localizados nas cartilhas e pré-livros.Acervo do Grupo de Pesquisa Hisales

Pelos dados disponíveis no quadro acima podemos perceber o quanto as meninas têm certos estereótipos que aparecem similarmente em todas as cartilhas e pré-livros pesquisados, criando assim a ideia de um indivíduo passivo e pronto para a vida "do lar".

Esses estereótipos são perpassados não somente por familiares, mas também por matérias escolares, pois, segundo Moreno (1999, p.41), "ao iniciar-se na aprendizagem da leitura, as meninas pequenas e também os meninos-interpretam o significado das palavras escritas a partir do desenho que não costuma acompanha-las nos livros de leitura, deformando a interpretação", que também utiliza uma linguagem e forma de ensino. Diz a autora:

> [...] que não são, pois, imparciais, mas estão impregnadas de ideologia andocêntrica e contribuem ativamente para formação dos padrões inconsistentes de conduta nas meninas e nos meninos, padrões que vão continuar atuando ao longo de toda vida, e vão nos aparecer como imodificáveis, graças, precisamente, à sua aquisição precoce (MORENO, 1999, p.43).

O que mais aparece nas cartilhas e pré-livros gaúchas desse período são justamente as meninas ajudantes nas tarefas domésticas, utilizando vestidos e sapatos com fivelas e brincando com boneca. Abaixo apresento algumas imagens para exemplificar:

Fig. 1 - Vestimenta recorrente
Fonte: Sarita e seus amiguinhos (1956, p. 7)

Fig. 2 – Brinquedo quase único para meninas
Fonte: Céu Azul (1970. p.32)

A boneca é um objeto que, antes mesmo da menina nascer já tem em seu quarto, porque é um dos principais elementos que constituem a infância da menina. A brincadeira de "mamãe e filhinha" é uma das mais comentadas pelas meninas quando questionadas quais são suas brincadeiras favoritas. Parece uma brincadeira "natural", mas que, segundo Barreto e Silvestri (2003 p. 2), precisa ser considerada nos seguintes termos: "Os brinquedos e as situações de brincadeiras tecidas no sistema social interferem e influenciam, na formação do imaginário sócio-cultural infantil. ". Sendo assim, nenhuma brincadeira se dá de maneira neutra e "descolada" de uma representação do que é ser menina ou menino.

Já no caso das vestimentas, as meninas aparecem de vestido em 15 dos 16 exemplares analisados, sendo a principal peça de roupa utilizada pelas meninas, etc. Isso, segundo Barreto e Silvestri, ocorre:

> Ao longo dos séculos, esta classificação se aprimorou e sofisticou, tecendo detalhadamente os papéis sociais, os comportamentos e valores adequados aos indivíduos portadores dos órgãos sexuais de distintos formatos. E, assim, aprendemos como ser homens e mulheres, segundo a nossa sociedade, a nossa cultura. O que vestir, do que brincar, como reagir a determinadas situações, o que preferir,

> o que rejeitar, as opções são diferentes para os que são homens e os que são mulheres. (BARRETO e SILVESTRI, 2003, P.10).

Como os autores ressaltam, os estereótipos são transmitidos para as meninas desde muito cedo, assim, podemos inferir que talvez essas características sejam transmitidas para que desde pequenas as meninas sejam criadas como um indivíduo passivo, voltado à vida familiar, ao contrário do sexo oposto, que é educado para a vida pública e não privada. Há aí, nessas características, representações de gênero no contexto social mais amplo.

Apresentados os primeiros dados, passo, no próximo tópico do artigo, a apresentar se essas mesmas características das meninas (crianças), identificadas nos livros consultados,são similares ou se modificam para o caso da representação da mulher em sua fase adulta

4. Os estereótipos da infância da menina permanecem nas representações de mulheres na fase adulta?

Início esta seção da mesma maneira que anterior, identificando alguns significados para a palavra mulher em um dicionário online: 1) indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época etc./ 2) companheira conjugal; esposa; 3) fig. na tradição, como indivíduo e/ou coletivamente, representação de um ser sensível, delicado, afetivo, intuitivo; fraco fisicamente, indefeso (o 'sexo frágil'), idealmente belo (o 'belo sexo'), devotado ao lar e à família (mulher do lar) etc. (Dicionário Online, 2009).

Com base nesses significados podemos perceber o quanto a palavra mulher ainda está ligado aos aspectos biológicos, a certas características que lhe são atribuídas, a um tipo de padrão corporal, que quem não está “dentro” dessas características não é considerado mulher, ocorrendo assim uma discriminação daqueles

que não nasceram mulher, mas que querem se tornar mulher, como diz Simone Beauvoir (1949). Também há um certo direcionamento nesses significados para a mulher como companheira conjugal, o matrimônio quase como uma obrigação e, ainda, para a compreensão de indivíduo com as mais variadas qualidades afetivas e passivas, incorporando socialmente a ideia da mulher como "o sexo frágil".

Nessa perspectiva, a mulher se torna um indivíduo considerada inferior ao homem, seja fisicamente ou socialmente, tendo como principal argumentoa dimensão biológica.

Após essas observações sobre a diferenciação entre os gêneros apresento, no quadro a seguir, os dados obtidos no estudo em que procurei identificar a permanência ou não de certas características femininas na fase adulta nas cartilhas e pré-livros.

Quadro nº 2: Características de Gênero das Mulheres (Adultas)

Características Femininas	Boa; Amável; Preocupada com os filhos; Cuidadosa com o lar.
Vestimentas	Vestido; Saia comprida; Camisa; Avental.
Tarefas	Cuidar do Lar; Tarefas manuais: Tricotar, tocar piano, plantar; Professora.
Adicionais	Tem uma galinha; Ganha luvas e bolsa; Leva crianças ao parque; Dirigi; Leitora.

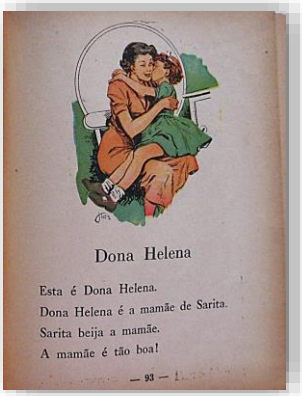
Fonte: Quadro produzido pela autora a partir dos dados localizados nas cartilhas e pré-livros.Acervo do Grupo de Pesquisa Hisales

Esses dados nos fazem refletir acerca de algumas questões sobre o "mundo feminino". Primeiro um indivíduo sempre dócil e

passível, pronto para dar suporteà família no lar; essa tarefa ("do lar") aparece em 15 das 16 cartilhas e pré-livros consultados. Alguns exemplos localizados referentes a essa característica foram os seguintes: ajuda os filhos com deveres escolares, a dormir, cozinha enquanto o marido traz o sustento financeiro a família, etc, de acordo com os padrões familiares do período em que as cartilhas e pre-livros foram produzidos e utilizados nas escolas gaúchas.

Louro (1987, p.15), quando questionada sobre o destino das mulheres, responde que "ainda é, sem dúvida, a maternidade e o lar, a esfera de atuação feminina é a doméstica". No caso, quando observadas outras tarefas realizadas pela mulher nesse período encontramos, nas cartilhas consultadas, o tricotar, que geralmente está associado às mulheres mais velhas; o plantar, especialmente quando a cartilha ou pré-livro tem um tema rural e, ainda, tocar piano - em apenas uma cartilha-, o que evidencia um universo doméstico.

Para melhor observação do que foi localizado sobre esses elementos referidos, exemplifico a seguir com páginas dos livros:

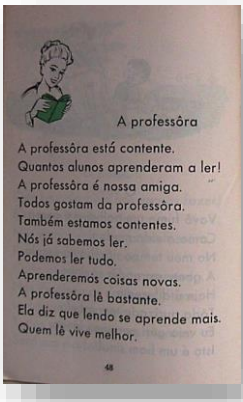


Dona Helena

Esta é Dona Helena.
Dona Helena é a mamãe de Sarita.
Sarita beija a mamãe.
A mamãe é tão boa!

— 93 —

Fig. 3 – Mulher e a devoção aos filhos
Fonte: Cartilha Sarita e seus amiguinhos (1956, p. 93)



A professôra

A professôra está contente.
Quantos alunos aprenderam a ler!
A professôra é nossa amiga.
Todos gostam da professôra.
Também estamos contentes.
Nós já sabemos ler.
Podemos ler tudo.
Aprenderemos coisas novas.
A professôra lê bastante.
Ela diz que lendo se aprende mais.
Quem lê vive melhor.

48

Fig. 4 – Única profissão "legítima" da mulher, professora
Fonte: Cartilha do Guri (1948, p.48)

Esses dados indicam outro objeto que poderia ser estudado com mais profundidade, a mulher sendo aceita na sociedade apenas como professora, mais especificamente professora da escola primária, o que foi reforçado, para o caso do Rio Grande do Sul, segundo Louro (1987, p. 14), com a criação do então Instituto de Educação, em 1869, na época conhecida como Escola Normal, na cidade de Porto Alegre/RS. A profissão de professora era vista como uma vocação, uma continuação do papel de mãe exercido pelamulher. A representação da mulher como professora consta em 4 das 16 cartilhas/pré-livros consultados.

Muitas são ainda as discussões que poderia discorrer acerca desses estereótipos femininos, mas após esse levantamento de dados posso observar que sim, desde pequena as meninas são representadas dos livros com vistas a moldar um comportamento, para se tornarem mulheres do lar, dedicada à família e, por vezes, professora por vocação.

5. Relacionando os estereótipos de meninas (crianças) e mulheres (adultas)

Após apresentar esses dois tópicos anteriores mostrando de maneira geral os estereótipos separadamente, para melhor visualização dos dados localizados é possível afirmar que sim, os estereótipos vinculados às meninas (crianças) nas cartilhas e pré-livros permanecem nas representações de mulher (adultas).

Quando constatamos o que é ser menina e quais as características das mulheres, os dados mostram algumas palavras como delicadamente “adocicadas” (mulher) enquanto para meninas temos adjetivos como meninazinha, delicada, boa e etc.; para as mulheres encontramos adjetivos como boa, amável, entre outros. Sempre seguindo um padrão para que fosse passiva desde pequena, sendo considerada mais frágil que os meninos e os homens.

Quanto às vestimentas, foi possível observar que o vestido na fase infantil aparece em 15 das 16 cartilhas e pré-livros analisados, principalmente bem volumoso, permanecendo na fase adulta, sendo também acompanhado, às vezes, do avental. Porém, a saia aparece ainda em grande quantidade, sendo de cintura alta e bem compridas, os vestidos com grande evidencia aparecem nas empregadas, em sua maioria negras, outro aspecto que merece aprofundamento em estudos futuros.

Sobre as brincadeiras de meninas, evidenciou-se que a maioria tinha como brinquedo principal a boneca, e essa brincadeira se desdobra dos mais variados modos, como "mamãe e filhinha", que depois vai repercutir naquela que é considerada a principal, senão a única, tarefa feminina na sociedade, qual sejaa de cuidar das tarefas domésticas e do bem-estar dos filhos, como mostram as imagens localizadas nas cartilhas e pré-livros referentes às tarefas das mulheres (adultas).

Após as comparações realizadas entre meninas e mulheres e seus principais estereótipos, podemos pensar que sim, muito do que foi perpassado na sociedade em relação aos papéis de gênero na época reforçou a ideia da "mulher perfeita, esperando o marido perfeito, sonhando com a casa rodeada de filhos".

Assim, este estudo permitiu evidenciar que as cartilhas e pré-livros, entre os anos de 1940 e final dos anos de 1970, reproduziram e reforçaram os estereótipos de gênero de um determinado período histórico.

6. Considerações Finais:

Esse trabalho foi fundamental para perceber o quanto as ideologias de gêneros perpassam, muitas vezes, textos, frases ou imagens de cartilhas ou pré-livros. Assim, é possível compreender que nenhum livro didático é neutro, sem nenhum tipo de pensamento ideológico.

Em relação ao termo gênero, o mesmo foi se disseminando na sociedade brasileira a partir da década de 1980, segundo Louro. Logo, como dito anteriormente, o recorte temporal da pesquisa se dá entre 1948-1977 e, portanto, havia um pensamento socialmente difundido sobre os papéis femininos emasculinos, sobre ser menina e mulheres, menino e homem.

Assim, com os dados coletados podemos dizer que desde muito pequenas as meninas são "rotuladas" a determinados comportamentos, sendo assim, meninazinha, boa e principalmente ajudante das tarefas domésticas da mãe, criando assim uma "mini adulta" para ir se "acostumando'ao seu papel principal na sociedade, qual seja de cuidar do lar.

Quanto as brincadeiras, como não ser de bonecas? A mulher tinha como principal função a reprodutiva; sendo assim, deveria aprender, brincando de bonecas, como cuidar, alimentar, dar mamadeira, ninar, etc. Nesses livros a mulher aparece com as mais variadas características, sendo as principais depassividade e dedicação ao lar e à família, sendo a profissão de professora aquela adequada a elas, como a continuação da vida maternal.

Referências

BARRETO, Flávia de Oliveira; SILVESTRI, Mônica Ledo. Relações dialógicas interculturais: Brinquedos e gênero. *Gênero, Sexualidade e Educação*, Poço de Caldas, n.23, p.1-17

BEYER, Angélica Serena Otto. *As férias com vovô*. Porto Alegre: Editora Tabajara, 3ª ed, 1967 A;

COELHO, Iara Thofehrn; CUNHA, Nelly. *Tempo Presente*. São Paulo: Casa Publicadora Concordia S.A, 2ª ed, s/ d.a;

CUNHA, Nelly; FABRETTI, Teresa Iara Palmini; CARVALHO, Zélia Maria Sequeira de. *Alegria, Alegria*. Porto Alegre: Editora Globo, s/ed, 1973 A;

CUNHA, Nelly; THOFEHRN, Cecy Cordeiro. *Nossa Terra Nossa Gente*. São Paulo: Editora do Brasil, s/ed, 1974 A;

FABRETTI, Teresa Iara Palmini; CARVALHO, Zélia Maria Sequeira**.** *Viva o Circo*. Porto Alegre: Editora Globo, s/ed, 1970 A;

FREITAS, Gilda de. *Ler a Jato*. Porto Alegre: Editora Tomatis, 12ª ed, 1975 A;

KUNZ, Eloah Ribeiro. *Juca e Zazá*. São Paulo: Editora do Brasil, 3ª ed, s/ d.a;

GASTAL, Maria de Lourdes. *Dedé, José e Tião*. São Paulo: Editora F.T.D, 3ª ed, 1968 A;

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero o que é isso in. *Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, vol. 15, nº 1-3, 1995;*

GONZALES, Elbio N; RUSHEL, Rosa M; BRAUN, Flávia E. *Cartilha do Guri*. Porto Alegre: Editora Tabajara, 8ª ed, 1969 A;

KRUEL, Yolanda Betim Paes Leme de**.** *Cartilha Moderna*. Porto Alegre: Editora Globo, 9ª ed, 1965 A;

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: Uma escola de mulheres*. Rio Grande: Editora da Universidade Federal de Rio Grande, 1987, 1ª ed, 103 p.;

LOURO, Guacira Lopes.*Gênero, Sexualidade e Educação:*Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 179 p.;

OLIVEIRA, Norma de Menezes; et al. *Marcelo, Vera e Faísca*. Porto Alegre: Editora Tabajara, 2ª ed, 1962 A;

MORENO, MONTSERRAT, A discriminação por meio dos conteúdos de ensino in: *Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola*. São Paulo: Editora Moderna & Unicamp,1999 (p.35 a 66).

RUSHEL, Rosa M; BRAUN, Flávia E. *Céu Azul*. Porto Alegre: Editora Tabajara, 1ª ed, 1970 A;

THOFEHRN, Cecy Cordeiro; SZECHIR, Jandira Cardias. *Sarita e seus amiguinhos*. São Paulo: Editora do Brasil, 26ª ed, 1957 A;

THOFEHRN, Cecy Cordeiro; CUNHA, Nelly. *Estrada Iluminada – Bichano e Zumbi* – Primeiro ano. São Paulo: Editora do Brasil S/A, S/ed, 1960 A ;

VASCONCELOS, Dorothy Fossati de ; CAFRUNI, Vanda Spieker. *Garotos Têve*. Porto Alegre: Editora Tabajara, 3ª ed, 1972 A;

XAVIER, Odila Barros. *A Cartilha de Zé Toquinho*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 3ª ed, 1948.

25

As participações étnicas e suas contribuições na formação da Vila Nova 7º distrito de Pelotas - RS

Eliana Menezes de Souza[1]

Introdução

A pesquisa envolve a comunidade da Vila Nova no 7° Distrito de Pelotas com a intenção de identificar os grupos étnicos que ali se estabeleceram e suas contribuições no período de sua formação.

Ao iniciar este artigo, se faz necessário contextualizar o objeto de trabalho. Segundo Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velleda Caldas, o município de Pelotas é constituído por nove distritos, o primeiro, representando a Zona Urbana, está localizado em área de planície, assim como a Colônia de Pescadores Z3 (2º). Os demais distritos, Cerrito Alegre (3º), Triunfo (4º), Cascata (5º), Santa Silvana (6º), Quilombo (7º), Rincão da Cruz (8º) e Monte Bonito (9º), estão localizados na região da encosta (SACCO DOS ANJOS & CALDAS, 2004). Esses distritos também fazem parte da Serra dos Tapes e constituem a Zona Rural do Município de Pelotas-RS.

Quando tratamos do 7° Distrito do Quilombo identificamos no mapa abaixo (Figura 1) as seguintes denominações: Colônia Municipal, Alto do Caixão, Colônia Santa Coleta, Três Cerros, Colônia Santa Áurea, Colônia Zacarias, Bachini, Colônia Francesa, Vila Nova, Rincão do Andrade, Andrade, Colônia Dias.

[1] Universidade Federal de Pelotas/PPGH

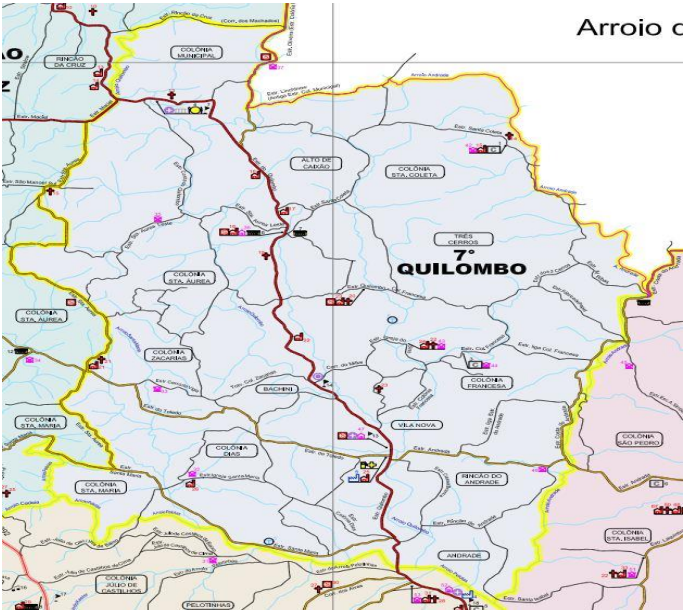


Figura 1: Mapa do 7º Distrito de Pelotas
Fonte: Leandro Betemps (2015).

É importante destacar que o 7º distrito possui uma grande diversidade cultural, sendo possível encontrar descendentes de **quilombolas**, de **franceses**, de **italianos**, de **alemães,** entre outros.

Na Vila Nova, essa diversidade é um pouco mais acentuada, devido a participação de vários descendentes étnicos na formação daquele espaço, todos contribuíram para o desenvolvimento da localidade.

Para alcançar os objetivos fez-se uso da metodologia de história oral, com a realização de entrevistas, transcrição e análise das mesmas, as quais serviram de suporte para o entendimento das questões étnicas que permearam a formação daquele espaço. Além das entrevistas utilizou-se também outras fontes como: fotografias, arquivos, atas e inventários.

A História Oral é uma metodologia usada em estudos referentes à vida de pessoas, grupos e comunidades, por isso, a escolha desta como uma das fontes nesta pesquisa.

Para Lozano, "[...] o que despertou o interesse da história pela oralidade foi justamente o fato dela permitir o estudo e o desenvolvimento de novos conhecimentos embasando assim análises históricas usando a criação de fontes inéditas" (LOZANO, 2006, p. 16).

É importante salientar a importância da memoria para as narrativas:

> [...] a memória sai da perspectiva individual e passa a interagir com o meio onde o sujeito está colocado, assim sendo para evocar o passado é preciso recorrer a memória coletiva, pois a memória individual é uma construção social, mesmo sozinho o individuo recorda através de quadros construídos coletivamente. (HALBWACHS, 2006, p. 16).

A memória contribui para a construção da identidade porque nos possibilita registrar e elaborar os conceitos de si e de nós em oposição ao conceito de outro(s). Conhecer a experiência de cada grupo pode proporcionar o acesso a um passado em comum, construído pelas histórias dos antepassados que presenciaram e participaram de mudanças, refaz-se assim o fio da memória registrando e fortalecendo o sentido de identidade.

Joel Candau aponta que a "memória é, acima de tudo, um processo pelo qual o sujeito reconstrói continuamente seu passado e atribui a ele um sentido de pertencimento na sua trajetória social." (CANDAU, 2012, p. 9).

Partindo dessas características da memória, percebe-se que ela se refere ao passado, mas que se atualiza e obtém um significado presente em forma de discurso construtivo do que se passou. Quando se fala em memória se fala também em identidade.

No caso da Vila Nova a representação das diferenças dividem as características dos grupos pela etnia, mas ao mesmo tempo encontram símbolos indentitários que os unem pela convivência diária no mesmo espaço.

Seguindo essa linha de raciocínio a identidade é o que sou, e a diferença o que o outro é, mas essas diferenças agrupadas

simbolicamente identificam o que nós somos: sou descendente de franceses e vocês de italianos/moradores da Vila Nova; sou descendente de alemães e vocês de quilombolas/somos trabalhadores rurais. Identidade é algo temporário e relativo, define padrões e evidencia diferenças, mas é o que reúne indivíduos diante de embates socioculturais. É a identidade, o sentimento de pertencimento que diferencia descendentes de franceses, italianos, alemães e quilombolas.

Essas questões vão criando novos laços indentitários onde os grupos se unem para alcançarem o reconhecimento da localidade onde vivem. Cada grupo tem sua história gravada na memória e juntos buscam o reconhecimento para salvaguardar as mesmas.

Além da metodologia da história oral, que será utilizada para o levantamento de narrativas e evocação de memórias, através do diálogo com os moradores da localidade, utiliza-se, juntamente, outros documentos ou fontes que ajudem na recomposição da história dessa comunidade como instrumento de memória documental. Fontes fotográficas relacionadas com outras fontes de registros serão importantes como testemunho de representação daquilo que existiu em um determinado tempo naquele espaço. Para Marcondes (2002, p. 121) a fotografia é um instrumento de memória, ela conserva dados e fatos históricos, as informações trazidas por elas são muitas vezes a única forma de preservar fragmentos do passado.

A fotografia vem sendo usada como objeto e centro de estudo, como instrumento de testemunho do passado, num dado momento, transformando-a em uma imagem com capacidade narrativa.

Segundo Mauad as imagens fotográficas foram utilizadas como a principal fonte histórica como, por exemplo, as fotografias da guerra de Canudos produzidas e organizadas pelo Exército, como representação de memória (MAUAD, 1996 p.11). Neste trabalho, os álbuns de família permitirão a análise e reconstrução da memória dos moradores da Vila Nova. Segundo a autora a fotografia é uma forma de comunicação não verbal e sim em

códigos convencionais expondo suas mensagens sobre o passado através da materialidade da sua imagem.

Primeiros moradores da Vila Nova

A repetição de discursos nas narrativas sobre questões relacionadas à etnicidade ligadas ao passado é muito forte, os sobrenomes de parte das primeiras famílias descendentes de imigrantes que se estabeleceram naquele espaço são mencionados com frequência, possibilitando assim averiguar que esse lugar se construiu a partir dos encontros de vários grupos distintos onde vivem famílias descendentes de diversas etnias, sendo que alguns permanecem lá até hoje.

A pesquisa aponta que a primeira família a se estabelecer naquela localidade foi a de **Edmundo Bachini**, descendente de italianos, na década de 1930, sendo desta família a primeira casa construída na Vila Nova (Figura 2). Também o primeiro armazém, o primeiro salão de baile, o primeiro grupo escolar e o primeiro time de futebol foram abertos pela família, ou seja, os descendentes italianos participaram das atividades econômicas, sociais e educacionais da localidade. Segundo as narrativas, esse conjunto de fatos deu origem ao nome da localidade Vila Nova.

Figura 2: 1° casa da Vila Nova Fonte: Autora

Dados que vão se confirmando com as narrativas a cada entrevista realizada:

> **[...] na verdade quem fundou a Vila Nova, não foi a família Crochemore, em seguida a família Crochemore obviamente se reuniu, o verdadeiro fundador foi o Edmundo Bachini**, ele era irmão dos Bachini que tem lá até hoje, depois ele acabou vindo pra cidade, onde ele casou com a irmã da minha mãe. E eles que fundaram, naquela casa onde hoje é o seu Valter, aliás seu Valter já faleceu também, a Leci Charnaud, o Samuel, em frente a casa da Marta e do Ricardo ali e da Marvél. Aquela casa, foi a casa que meu tio esse então quando casou, construiu e ali **e ele deu o nome de Vila Nova,** e ai depois as pessoas foram construindo ali, provavelmente já tivesse até os meus avós, acredito que sim, mas o **nome Vila Nova ficou a marca com aquela construção daquela casa ali [...].** (CROCHEMORE, Clesis Niara, 2016).

Sobre as primeiras familias seu Nelson afirma que:

> As primeiras famílias foram **Edmundo Bachini, Família Ney, Erbitch, Laisdk de origem alemã, Crochemore, Geiger, Silva português e Silva brasileiro, Altenburguer e os Vergaras** chegaram depois. Eu me formei no primário, fiz o curso primário na colônia, estudei aqui, tinha um grupo escolar ai nessa esquina aqui, no tempo do Coronel Cordeiro de Farias, veio fazer a reforma da ponte, ai ele olhou muito pelo povo do interior, ai ele, daqui e dali, disse "isso é um vilarejo não tem escola, vou dar um jeito nisso", ai fez um grupo escolar ai, alugou um salão de baile que tinha naquela época, botou professora de Porto Alegre, e tudo, foi ate o 5º ano era Estadual". (CROCHEMORE, Nelson Antônio, 2017).

A figura abaixo (Figura 3) mostra o Grupo Escolar e também onde se realizavam os bailes aos finais de semana

Figura 3: Grupo Escolar Santo Antônio do Quilombo
Vila Nova 7°Distrito de Pelotas 1942.
Fonte: Museu da Colônia Francesa

Sobre o ano de fundação do time de futebol "Esporte Clube Vila Nova" (Figura 4) a secretária do time Camile Rosso Shiller relata que: "[...] o Vila Nova, ele teve a data dele de criação na verdade 20 de novembro 1938".

Figura 4: Bandeira do Time Esporte Clube Vila Nova Fundado (1938).
Fonte: Acervo do Clube.

Observamos que esses fatores vão contribuindo para a formação daquele espaço. Dona Ivone relata que:

> Ai o vovô falava aqui agora vai ficar uma Vila porque já tinha algumas casas, isso faz mais de 70 anos. E a casa verde da esquina que tem alpendro na volta era a venda do Edmundo Bachini, ai o vovô disse pra ele aqui já se formou uma Vila e ele

> botou o nome, ai que começou, Armazém Vila Nova. (RICKES, Ivone Julieta Ribes, 2017).

Da mesma forma, a família Crochemore, franceses que chegaram em 1933, deu sua contribuição, sendo dela a primeira ferraria, a primeira olaria, a primeira carpintaria, a primeira fábrica de conservas, o primeiro posto de gasolina, fazendo com que a Vila Nova obtivesse desenvolvimento econômico e atraísse moradores para a localidade.

> [...] Depois de casar Alfonso e Julieta vieram morar na Vila Nova em terras que herdou de seu padrinho Pedro Escalhier Filho, ali fazia o vinho e fabricava tijolos na olaria. Alfonso era proprietário de 40 hectares na colônia em 1933. (BETEMPS, 2006, p. 125).

Para obter mais informações consultou-se o inventario de Pedro Escalhier Filho no Arquivo Publico do Rio Grande do Sul, onde obteve-se as seguintes informações: "[...] institui como seu herdeiro da terça de seus bens que ficarem após seu falecimento a seu sobrinho e afilhado Alfonso Elizeu Crochemore [...]"INVENTÁRIO de Pedro Escalhier Filho. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Nº 690, maço 42, estante 25, ano 1869. APERGS – Porto Alegre.

No quadro abaixo constata-se algumas atividades de Nestor Elizeu Crochemore em prol da Vila Nova.

Histórico de Nestor Elizeu Crochemore	
1933 - 1941	Iniciou a atividade profissional como agricultor em companhia de seu pai na localidade denominada Colônia Francesa, Vila Nova.
1939 - 1942	Serviu a o Exército Brasileiro no 9° Regimento de Infantaria localizado em Pelotas-RS.
1942	Estabelece-se como Comerciante Varejista de Produtos Coloniais.
1946	Estabeleceu uma carpintaria, uma ferraria e uma Indústria de Conservas.
1949	Construiu uma Indústria para a produção, engarrafamento e comercialização de vinhos, bebida de uva e de laranja.
1949	Empréstimo de Prédio para o Funcionamento da Escola Antônio José Domingues.

1950	Iniciou a construção de escolas e pontes, por empreitada, para a Prefeitura de Pelotas: Escola Antônio José Domingues – Vila Nova; Escola Benjamim Manoel Amarante – Passo do Vime; Escola Reunido do Quilombo – Represa do Quilombo.
1952	Iniciou a construção da Capela de São Pedro - Vila Nova, Quilombo - 7° Distrito de Pelotas.
1953	Implantou Pomares de Pêssegos e Oliveiras.
1955	Ingressou no transporte de cargas, adquirindo um dos primeiros caminhões brasileiros MWM com capacidade para 10 toneladas.
1958	Instalou um posto de serviços de revenda de produtos derivados do petróleo.
1959	Construiu a Fábrica de Conservas Alimentícias "Sulmar".
1960	Iniciou o transporte da primeira produção leiteira do Quilombo - 7° Distrito de Pelotas.
1962	Construiu uma Usina Hidrelétrica com capacidade de 75HP para eletrificar a Vila Nova sem ônus para a população (localizada na Cachoeira Paraiso).
1963	Criou um posto de resfriamento de leite, prestando serviços para a COLATI (atual COSULATI), com recepção e resfriamento do leite produzido no Quilombo - 7° Distrito de Pelotas.
1966	Iniciou o enlatamento de legumes.
1970	Fundou a Associação de Amigos do Quilombo - 7° Distrito de Pelotas que prestava serviços de Enfermagem à população local, por determinado tempo, também ofereceu serviços Odontológico e Médico.
1975	Fundou a Sociedade de Ensino Rural do Quilombo.
1976	Iniciou a ampliação da pequena Escola Antônio José Domingues. A Sociedade de Ensino Rural do Quilombo fomentou o processo de construção e implantação do atual Prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental completo do Quilombo - 7° Distrito de Pelotas.
1980	Instalou uma serraria para desdobrar toras de madeira.
1982	Liderou a construção do Posto de Saúde da Vila Nova, Quilombo - 7° Distrito de Pelotas.

Fonte: Museu da Colônia Francesa

A contribuição no fator econômico era visível, segundo Alcir Bach em sua dissertação de mestrado que versa sobre o Patrimônio Industrial Rural remete-se a Vila Nova quando fala do registro das fábricas no 7°distrito "a primeira fábrica registrada e localizada na Vila Nova foi em 1952 de propriedade Nélson Crochemore, descendente francês, com o nome fantasia de "Indústrias Reunidas Crochemore". Esta fábrica encerrou as atividades em 1971.

Atualmente o prédio abriga a Fábrica de Conservas Crochemore que pertence a família de Nelson Crochemore.

Figura 5: Fabrica de doces Crochemore.
Fonte: Museu da Colônia Francesa. (1954)

A família Crochemore fez a doação dos terrenos para as construções, da Igreja São Pedro (Figura 6), da Escola Municipal Antônio José Domingues (Figura 7). Sendo que a escola foi construída pela prefeitura, na gestão do prefeito Joaquim Duval, em 1949.

A Igreja São Pedro foi construída em 1952, sendo a única igreja na Vila Nova.

Figura 6: Igreja São Pedro – fundada em 1952
Fonte: Museu da Colônia Francesa (S/D)

Figura 7: Escola Municipal Antônio José Domingues.
Inaugurada em 28 de agosto de 1949
Fonte: Museu da Colônia Francesa.

Atualmente o prédio é sede do Museu da colônia Francesa (Figura 8)

Figura 8: Museu da Colônia Francesa S/D.
Fonte: Museu da Colônia Francesa.

Na mesma época ocorreu a chegada da família Carnal, descendente de alemães que trabalhavam na produção agrícola. Conforme Anjos (2000, p. 83), "[...] é possível reconhecer que no

final do século XIX o grupo étnico alemão, relacionado a outros, estava presente em maior número na zona rural de Pelotas".

> Os alemães, ao contrário dos franceses, tinham uma grande preocupação com a preservação do solo, eles usavam recomendações técnicas, adotando medidas de controle da erosão, através de plantações em curva de nível e terraço, empregando fertilizantes de acordo com a Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). (GRANDO, 1990, p. 42).

Considerações finais

Os resultados são parciais, mas corroboram com a pesquisa que vem sendo realizada, onde o objetivo proposto é identificar os grupos étnicos que ali se estabeleceram e suas contribuições no período de formação do espaço denominado Vila Nova, localizada no 7°Distrito do Quilombo Pelotas-RS.

Mesmo a pesquisa estando em fase inicial, a repetição de discursos nas narrativas sobre questões relacionadas à etnicidade ligadas ao passado é muito forte, os sobrenomes de parte das primeiras famílias descendentes de imigrantes que se estabeleceram naquele espaço são mencionados com frequência, possibilitando assim averiguar que esse lugar se construiu a partir dos encontros de vários grupos distintos, onde vivem famílias descendentes de diversas etnias, sendo que alguns permanecem lá até hoje.

A pesquisa aponta que a primeira família a se estabelecer naquela localidade foi a de Edmundo Bachini, descendente de italianos, na década de 1930, sendo desta família a primeira casa construída na Vila Nova. Também o primeiro armazém, o primeiro salão de baile, o primeiro grupo escolar e o primeiro time de futebol foram abertos pela família, ou seja, os descendentes italianos participaram das atividades econômicas, sociais e educacionais da localidade. Segundo as narrativas, esse conjunto de fatos deu origem ao nome da localidade Vila Nova.

A segunda família que ali se estabeleceu segundo as narrativas foi a de Alfonso Crochemore, em 1933. Esta família também contribui para o desenvolvimento da Vila Nova.

Na mesma época a família Carnal descendente de alemães que trabalhavam na produção agrícola e dessa forma contribuíram para o desenvolvimento econômico daquela localidade.

À medida que a pesquisa vai avançando, aponta-se outros grupos que também participaram da formação daquele espaço, como os "bugres". É comum ouvir nas narrativas "meu avó era francês, veio da França, minha avó era Bugre" (BOSEMBECHER, Laidi Bachini, 2017). Também identifica-se a participação de portugueses, como nas palavras de seu Nelson Crochemore "Silva Português, Silva Brasileiro".

Esperamos que ao finalizar a pesquisa, todos os grupos que participaram da formação da Vila Nova se vejam de alguma forma representados na mesma.

Fontes orais

BACHINI, Rubens. Pelotas, 10/04/2017. Entrevista feita por Eliana Menezes de Souza. Entrevistas disponíveis no Banco de dados do Museu da Colônia Francesa.

BOSENBECHER, Laidi Bachini. Canguçu, 13/10/2017. Entrevista Realizada por Eliana Menezes de Souza. Entrevistas disponíveis no Banco de dados do Museu da Colônia Francesa.

CROCEMORE, Nelson Antônio. Vila Nova, 07/04/2017. Entrevista Realizada por Eliana Menezes de Souza. Entrevistas disponíveis no Banco de dados do Museu da Colônia Francesa.

CROCHEMORE, Clesis Niara, Pelotas, 29/11/2016. Entrevista feita por Eliana Menezes de Souza. Entrevistas disponíveis no Banco de dados do Museu da Colônia Francesa.

RICKES, Ivone Julieta Ribes. Vila Nova, 03/02/2017. Entrevista feita por Eliana Menezes de Souza. Entrevistas disponíveis no Banco de dados do Museu da Colônia Francesa.

SHILLER, Camile Rosso. Pelotas, 31/01/2017. Entrevista feita por Eliana Menezes de Souza. Entrevistas disponíveis no Banco de dados do Museu da Colônia Francesa.

Referências

BETEMPS, Leandro Ramos. *Vinhos e Doces ao Som da Marselles: Um estudo sobre os 120 anos da Tradição Francesa na colônia de Santo Antônio em Pelotas, RS*. Pelotas-RS, UCPel. 2006.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Lucia Ferreira. - 1. ed.1a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2012.

HALBWACHS, Mauricie. *A Memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

INVENTÁRIO de Pedro Escalhier Filho. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. Nº 690, maço 42, estante 25, ano 1869. APERGS – Porto Alegre.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARCONDES, Marli. A importância da conservação fotográfica na reconstrução da memória. Revista de Educação do Cogeime. Ano 11 - nº. 20 - junho/ 2002.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem:* Fotografia e História interfaces.Tempo, Rio de Janeiro, vol.1,nº.2, 1996, p.73-98.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: *O Novo Rural Brasileiro*. Novas Ruralidades e Urbanização. Brasília, EMBRAPA, 2004 (p.72-105).

26

A política da branquitude e a invenção da mulata: um concurso de beleza gaúcha contra o racismo

Beatriz Floôr Quadrado[1]

O concurso em questão é o Miss Mulata, com origem na cidade de Arroio Grande[2], interior do Rio Grande do Sul, em 1969. O mesmo durou 30 anos tendo como fundador o professor de História Antônio Carlos da Conceição, conhecido como Dé, um mulato de mãe negra, a qual sofreu preconceito racial pela família do marido branco. Ele reforça uma postura positivada de sua mãe, uma forma de silenciar estereótipos pejorativos sobre a mulher negra, como: "uma coisa que vou dizer pra vocês é que a minha mãe era uma negra muito bem vestida."[3]

A ideia surge do conhecimento de um concurso que ocorria em Santa Catarina, o Miss Mulata Blumenau. O concurso de Arroio

[1] Mestranda em História pela UFPEL (bolsista CAPES)

[2] Arroio Grande localiza-se próximo a fronteira com o Uruguai, é emancipada da cidade de Jaguarão apenas em 1872, teve como base de sustentabilidade as charqueadas, baseada na pecuária e na escravidão. Os escravos negros eram utilizados para trabalhos domésticos, nas fazendas e olarias. Por isso, nesta localidade há uma forte manifestação da cultura e religião africana. A cidade se identifica, em âmbito turístico, com Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, nascido nesta localidade, mas fez sucesso como grande empreendedor no Rio de Janeiro, onde morou desde sua juventude. Conhecida como "Cidade Simpatia" por acolher bem quem vem de outras localidades. No entanto, Arroio Grande teve episódios marcantes de racismo: como a divisão de locais públicos e privados segundo a raça, como praças e clubes sociais.

[3] Entrevista realizada com Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Beariz Floôr Quadrado e Marília Kosby através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

Grande teve inicio em âmbito de Zona Sul, e a partir dos anos de 1980, passa a ser Estadual, Miss Mulata Rio Grande do Sul. Ao perguntar sobre a utilização do termo "Mulata", o Dé responde:

> a miss mulata... porque, vou te contar uma coisa existia a mais bela negra em Santa Cruz bom ai então a miss mulata era, miss mulata o que era uma mistura de negro com branco que hoje em dia tu vê que nós estamos em um país que ... branco puro não tem, negro puro não tem. Então nós fazíamos a Miss Mulata porque era a cruza do negro com o branco. Então pra não acontece o mesmo titulo que acontecia em Santa Cruz porque vinha gurias de Porto Alegre e coisa, porque um concurso não pode ter o mesmo nome né?! Então ai nós fazia, a gente fazia era o Miss Mulata.[4]

O objetivo do concurso, segundo ele, era de valorizar a beleza da mulher negra, "Valorizar e mostrar que negro é gente né!"[5] Inicialmente pode-se pensar em uma apropriação, por parte do grupo, desta representação da mulata, para uma aceitabilidade na sociedade majoritariamente branca.

Lembra-se que no século XX a identidade nacional se deu sobre a mestiçagem. Esta foi a solução para a variedade racial presente no Brasil e sobre o que fazer com os ex-escravos integrantes, neste momento, à categoria de cidadãos. Segundo Munanga (2008), esta era a problemática para se estabelecer um nacionalismo, em um projeto de modernidade, que teve total influência europeia para pensar as relações raciais. Em uma espécie de salvamento para o "problema brasileiro" teve-se as teorias da mestiçagem e branqueamento. Segundo Munanga: "[...] o processo de formação da identidade nacional no Brasil recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade." (2008, p.15). Tinha-se a concepção da negatividade da

[4] Entrevista realizada com Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Beariz Floôr Quadrado e Marília Kosby através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

[5] Op.Cit.

presença negra para a constituição da identidade nacional, para isso tem se a uma nova categoria étnica para o país: o mestiço.

No senso comum mestiço significa a mistura, mais especificamente entre brancos, índios e negros, mas há uma maior complexibilidade, envolve questões históricas, políticas e ideológicas, menosprezando as diferenças nestes âmbitos. E mulato é também reconhecido por mestiço, mas de cabelos crespos (FIGUEIREDO, 2002).

A Terminologia "mulata" tem origem extremamente pejorativa, vem da denominação de mula, uma cruza entre éguas e jumentos. No caso seria uma forma de "higienização" da sociedade, através do "sangue branco", mas preservando a sensualidade e malícia da negra. Ou seja, a mulata como objeto de desejo. "[...] foi construída uma mulata puro corpo, ou sexo, não 'engendrado' socialmente." (CORRÊA, 1996, p.40). A mestiça se dá como um "produto da transculturação, sincretismo e diasporização que criam disjunturas entre tempo e espaço (a fronteira) e deslocamentos dos discursos sobre 'origens' e essenciais" (COSTA, 2005, p.695). Ou seja, a mestiça enfrenta uma luta de fronteira, um confronto de duas raças. Ressaltando que a utilização da nomenclatura raça neste trabalho consiste na ligação de fatores sociais, históricos e político ideológico, não mais um conceito com base no biológico, como se percebe no senso comum ainda presente.

Os corpos são submetidos à tabus, e é em nome de certos valores que ele se valoriza, por vezes valores negados a certos grupos, como o das mulheres negras que perdem a confiança no próprio corpo, ou seja, em si mesmo. (BIROLI, 2013), e mais, "envergonhar-se do corpo é parte da renúncia à liberdade e aos prazeres." (BIROLI, 2013, p. 86).

O concurso tinha três etapas de avaliação, em que não consistia apenas a beleza. Primeiramente era realizado um coquetel para apresentar as candidatas, no qual a avaliação era comportamental, o modo de sentar, comer e falar. E por fim, no

dia do evento, mais dois desfiles, novamente de maiô, e outro com vestido de gala. Se percebe um padrão no concurso, e uma influência do Miss Brasil e Miss Universo. Sobre concursos de beleza:

> Somente numa sociedade em que a aparência tornou-se estratégia social de poder que toda a atenção, mística e glamour que envolviam os concursos locais e internacionais, para a eleição de uma beleza representativa de um país, de uma cidade, de um clube ou de um evento qualquer, se tornaram justificáveis. (SANT'ANNA, p. 3)

Os concursos também constroem uma imagem do belo, instituem valores, comportamentos. E a beleza regula distinções e visibilidades sociais. O padrão de beleza no século XX era além do que ser limpa e saudável, mas passa ao encontro do ostentar (SANT' ANNA). É neste âmbito de aparências e visualizações sociais por meio de concursos de beleza que o Miss Mulata também vai se constituir, perante um grupo que visava as mesmas aspirações: visualidade e valorização. Neste caso, mais específico, devido às construções representativas sobre o corpo e estética da mulher negra ou mulata, sobretudo, moral e sexual (GIACOMONI, 2006). Por isso, a importância destes concursos para a auto-estima, sempre ligados a beleza, "as principais estratégias de elevação da autoestima do negro são os cuidados com a beleza e as histórias de sucesso pessoal." (OLIVEIRA, 2010, p.31)

Trabalhar-se-á a partir de agora, mais especificamente, com o corpo político, referente à regulação e controle do corpo (FIGUEIREDO, 2002), lembrando que "as noções de beleza e de gosto são construídas socialmente" (FIGUEIREDO, 2002, p.5). Um estudo do modo como se dão as representações e discursos sobre os temas até então abordados, referentes à beleza e constituição da mulata, se faz essencial.

O significado da Mulata: linguagens da representação

Na construção de uma Identidade Nacional, se constitui uma ideia de unidade e um enquadramento da memória (POLLAK, 1992), ou seja, uma manipulação do que deve ser realmente lembrado, e o que acaba por ser silenciado. Que como percebemos tem construções de estereótipos sobre grupos, mas estes também reagem contra esta dominação. Os grupos negros no Brasil, em sua história, sempre fizeram isto, e em Arroio Grande foi por meio da criação de um clube negro[6] e de um concurso de beleza.

Neste último percebe-se claramente uma revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação, para uma reapropriação coletiva da sua própria identidade, seguindo as ideias de Bourdieu (2010). "O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema." (BOURDIEU, 2010, p. 125). No caso do concurso, deve-se analisar a construção de estereótipos sobre a mulata e a mulher negra, e a apropriação do grupo em descaracterizar tais terminologias para falarem de si, mas ainda se deve analisar como isto se deu ao longo do "Miss Mulata".

A mulata surge como resultado desta miscigenação, da "mistura", a representação das três raças, o senso comum compartilhando o mesmo código conceitual e uma mesma interpretação deste signo, segundo a semiótica de Saussure. Mas obviamente não podemos desconsiderar todas as formas de poder social sobre está representação. "A representação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas." (HALL, 1997, p. 1).

[6] Clube Guarani, um clube negro de Arroio Grande. Fundado em 1920, devido a proibição de negros em outros locais sociais, como clubes e CTG's. O Clube foi fechado em 2006.

É relevante, também ressaltar sobre as categorias humanas denominadas por cor, ou seja, branco, negro, amarelo, ou mestiço, em que:

> [...] trata-se de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo o conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico. (MUNANGA, 2008, p. 18)

Ou seja, as ideias de branquitude, os estereótipos negativos sobre os símbolos identitários negros, e as justificativas para a discriminação se deram em um "processo de identificação fenótipa para que ocorra tal dominação." (LUZ, 2011, p. 97) E mais, "Quando perdemos de vista o fato de que o sentido é uma produção de nossos sistemas de representação, caímos não na Natureza, mas na ilusão naturalista: o cume (ou profundidade) da ideologia." (HALL, 2013, p. 201)

Stuart Hall (2013) lembra que a ideologia pode se dar de maneira distinta, mesmo que defina o mesmo objeto ou condição, assim como os sistemas de representação, que dão sentido a existência. Quando se fala em representação não está se falando de um todo verdadeiro, "a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar a atenção de alguém para certas características de algo." (ANKERSMIT, 2012, p.194). É relevante destacar que:

> Não podemos falar de verdade ou falsidade proporcional das representações [...] Devemos, portanto, deixar de lado o modelo enunciado verdadeiro sempre que estivermos lidando com a linguagem representacional. (ANKERSMIT, 2012, p. 187)

Segundo Ankersmit (2012) a representação é uma operação de três lugares: primeiramente define o representado; depois como

o mundo representa o objeto; e por fim, como este é visto. No caso da mulata, segundo Gomes:

> Fruto da mistura do negro com o branco, no imaginário social, a mulata é vista como a mulher que traz no tom "bronzeado" ou "moreno" da pele e nos contornos do corpo a marca da mestiçagem. A ascendência negra esta gravado na cor da sua pele e na textura de seu cabelo. No caso dos cabelos, para compor a representação social da mulata, eles devem ser, de preferência, longos e anelados e nunca muito crespos. (2008, p. 255)

Representada no "mito da democracia racial", da herança escravagista e da mulher como objeto sexual. Vista em um âmbito de erotização do corpo feminino que se vai persistir, por parte da elite branca, na invenção da mulata, junto ao samba, carnaval e sexo. Originando um conflito maior ainda sobre a mulher negra, pois são seus símbolos de identidade que estão estereotipados, e excluídos de conceitos sociais, culturais e de beleza. O que origina um complexo de inferioridade, mudanças radicais e violentas na estética, rejeição do próprio corpo e baixa-estima. Segundo Ankersmit (2012) é um jogo de significados, em que há conseqüências como olhamos para partes do mundo e como reagimos em nossas relações com os sujeitos.

O sentido, como o da mulata, não é estático e natural, ou seja, é arbitrário e se move pela linguagem, esta por sua vez é um sistema de sinais(HALL, 1997). Tendo o signo uma forma, que pode ser por meio da imagem, fotografia ou palavra; e um conceito ou significado, em que esta forma é associada (HALL, 1997).

> Cada um de nós provavelmente entende e interpreta o mundo de um jeito único e individual. No entanto, nós podemos nos comunicar porque compartilhamos praticamente os mesmos mapas conceituais, e, então, tomamos sentidos ou interpretamos o mundo de maneiras grosseiramente iguais. (HALL, 1997, p. 5)

Mas Stuart Hall (1997) exemplifica através do termo “preto”, enquanto linguagem, a relação de reapropriação do significado:

> Por muitos séculos, sociedades ocidentais associaram a palavra PRETO com tudo o que era escuro, mal, proibido, diabólico, perigoso e pecaminoso. Contudo, pense em como a percepção das pessoas negras na América na década de 60 mudou depois que a frase “Preto é bonito” (“Black is beautiful”) se tornou um slogan famoso onde o significante, PRETO, foi levado a significar o sentido exatamente oposto (significado) às suas associações prévias. (HALL, 1997, p. 21)

Ou seja, levar em conta convenções sociais da sociedade e o momento histórico. “Assim, ao estudar o funcionamento do nome, devemos considerar a presença de toda a história desse nome – não no sentido cronológico, mas como memória de sentidos-responsável por seu sentido no momento do acontecimento.” (LUZ, 2011, p. 60)

Ideologia também é um sistema de representação:

> Igualmente importante é o lugar dos rituais e práticas de ação ou o comportamento social, nos quais as ideologias se imprimem ou se inscrevem. A linguagem e o comportamento são os meios pelos quais se dá o registro material da ideologia, a modalidade de seu funcionamento. Esses rituais e práticas sempre ocorrem em lugares sociais, associados a aparelhos sociais. É por isso que devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológico ali inscritos. (HALL, 2013, p. 191)

O entendimento do que se quer fixar pela representação, seja por meio do discurso ou outro tipo de linguagem, não se faz de maneira transparente. E pode-se também significar nos discursos por meio do silêncio, do não-dito. Ou seja, aquilo que se quer esquecer, ou não expor por riscos de punição.

Por isso, pensando em tudo que até aqui foi exposto, deve-se ater na recepção de determinada mensagem: “A recepção não é

algo aberto e perfeitamente transparente, que acontece na outra ponta da cadeia de comunicação. E a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear." (HALL, 2013, p. 392) Por isso, segundo Carolina dos Santos de Oliveira (2010) a recepção é considerada como parte do contexto de produção, e podemos acrescentar que faz parte do êxito de determinada ideologia. Então se deve levar em conta a mediação (OLIVEIRA, 2010), ou seja, o lugar que os sujeitos ocupam no mundo e que sujeito é este, perceber além das massas como receptoras.

Imagens, fotografias e ideologia: análises de Linguagens

Deve-se ver, neste estudo específico, o povo negro em sua completude e diverso, como outros grupos, ou seja, não esperar que inexistam ambiguidades em suas trajetórias, afinal, tem-se de levar em conta aspectos e contextos coletivos e individuais. Sobre a representação desta homogeneidade construída sobre a população negra:

> a invisibilidade generalizada do negro e de outros grupos estigmatizados na economia das representações resulta numa visibilidade exagerada, pois suas aparições pontuais são decodificadas como imagens equivalentes a toda a população negra, ignorando-se o fato de que esta é tão complexa e diversa como qualquer grupo humano. (HIRANO, 2013, p. 85)

Assim como, nos momentos históricos da luta negra, que se deu de maneira diversa no mundo, apesar de influências. A positivação do termo "negro" decorre tardiamente, durante a ditadura militar é associado ao orgulho de pertencimento de grupo. E é a partir dos anos 70 que o cenário passa a ser dos movimentos. Tem-se o Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial e o sistema político vigente, a Ditadura Militar, buscando a redemocratização. Sem esquecer que os movimentos feministas, em geral, não levavam em conta as diferenças étnicas,

históricas e sociais. Já o movimento negro, "busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. [...] buscando com isso a visibilidade e a participação política [...]." (RIBEIRO, 2008, p. 990). Neste caso, muitas vezes a diferença de gênero não é levada com a devida relevância. Por isso, o movimento negro veio a se destacar com as mulheres, como nos anos 80 do século passado, na questão da saúde, "[...] acusações de que as mulheres negras estariam sendo vítimas de esterilização cirúrgica em massa durante a década de 1980 com o objetivo de controlar a natalidade desse grupo populacional." (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, p. 133), foi o estopim para a militância feminista negra.

Entre 1970 e 1980, com Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, teve um momento de autonomia da mulher negra dentro do movimento negro. Em 1982, é criado o Grupo de mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN). O objetivo deste feminismo era manter um grupo unificado perante o persistente, "mito da democracia racial", da herança escravagista e da mulher como objeto sexual.

"A positivação da categoria 'negro' marcou profundamente a sociedade brasileira a partir dos anos de 1980, de tal forma que o significado contemporâneo foi eventualmente naturalizado." (WEIMER, 2013, p. 410). Mas, ainda, segundo Weimer (2013) se conserva em grande parte da população uma associação pejorativa sobre a condição negra.

Com isso, percebe-se uma dificuldade no uso de terminologias para identificar as candidatas, como percebido na imprensa local, uma questão que se deve as inúmeras nominações para a população negra ou mestiça, e pela política do politicamente correto. No exemplo abaixo, tem-se o temo "morena".

ARROIO GRANDE

A EVOLUÇÃO

ROSANE SANTOS MISS MULATA 1990

Arroio Grande,viveu neste fim de semana,o maior Evento turístico realizado neste município, o Certame Miss Mulata Rio Grande do Sul, que reuniu diversos municípios de nosso Estado, numa festa de beleza máxima.

Numa organização do Professor Antônio Carlos Conceição, auxiliado por sua Comissão de Festas, belíssimas morenas disputaram o título de beleza que já nos deu uma Miss Brasil, como é o caso de Deise Nunes, descoberta em nossa cidade. Os municípios que estiveram representados na passarela do Ginásio Municipal de Esportes, foram: A.Grande, Canguçu, Gramado, Itaqui, Jaguarão, Pelotas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Porto Alegre e Santa Vitória do Palmar. As torcidas de A.Grande Pelotas e Jaguarão balançaram as arquibancadas. No corpo de jurados a presença de estilista, professores, autoridades municipais e outros convidados especiais.

A cidade turística de GRAMADO, representada pela beleza morena de Rosane Santos, foi a vencedora do Certame, levando o título deste ano. Como Princesas Cláudia Balhego de nossa cidade e Zizelda Farias de Jaguarão e, a representante de Porto Alegre levou o título de Miss Simpatia , Srta. Enaura Silveira.

Jornal “A Evolução”, Arroio Grande (02/11/1990)

Miss Mulata Arroio Grande 1992
(Arroio Grande)
Acervo Pessoal

Miss Mulata Rio Grande do Sul 1986
(Arroio Grande
Acervo Pessoal

Ao mesmo tempo pode-se conferir as características de definição das candidatas ao miss mulata com a caracterização feita

por Ângela Figueiredo (2002), sendo a mulata também mestiça e de cabelos crespos, pelo menos em sua grande maioria. A cor da pele por vezes era branca, mas segundo a entrevista da

candidata de 1999, em seu caso, ela se identificava como mulata devido ao fato de sua mãe ser branca e seu pai negro, uma questão de descendência. A partir das fotos pode se ver estas noções de corpo "a representação fotográfica do corpo molda e reflete questões óbvias como identidade pessoal, sexualidade, gênero e orientação social, mas igualmente poder, ideologia e política". (MAUAD, 2008, p.41). Obviamente que neste momento se faz uma análise mais fenótipa, mas para reconhecer símbolo da identidade negra, como cabelo e cor da pele, atualmente valorizados principalmente nos movimentos políticos.

Como abordado na reportagem anterior, a grande representação de beleza negra, na cidade de Arroio Grande, também percebido nas entrevistas feitas, é a, hoje empresária, Deise Nunes. Ela foi Miss Mulata Arroio Grande em 1982, e segundo lugar no Miss Mulata Rio Grande do Sul; mas seu destaque se deu em 1986 quando foi eleita Miss Brasil e foi finalista do Miss Universo, a primeira, e única, mulher negra a representar este país. Um orgulho destacado para cidade, apesar de Deise Nunes ter nascido em Porto Alegre, mas debutou em Arroio Grande, época em que foi convidada a participar do concurso Miss Mulata. Esta representação é destacada pela candidata de 1988, que afirma ter tido o padrão de corpo de Deise Nunes, uma forma de valorização de sua beleza. Deise ganhou o Miss Brasil com seu cabelo crespo, em um estilo Black Power, e percebe-se que no Miss Mulata a partir de 1987 houve um número mais maciço de candidatas de cabelos crespos, sem alisamentos, coques ou outra forma de amarrar ou desfazer o cabelo símbolo da negritude. Percebendo também as preferências do período, a moda nos cabelos, em que nos anos 80 do século XX a influência é do cabelo natural, ou seja, sem produtos químicos, valorizando o que já vinha dos anos 70, o Black Power; já nos anos 90, a preferência é por cabelos lisos, obviamente que estou falando de moda, de padrão, não de individualidades diversas que não podem ser

negadas. No concurso durante os anos de 1990, segue-se valorizando, na grande maioria, o cabelo dito natural e crespo.

Através das entrevistas realizadas ficou clara a forte representação deste concurso para estas mulheres. Ao perguntar as candidatas entrevistadas o motivo que levaram a participar do concurso, tem-se a questão de visualização e status, segundo elas, era um luxo, carro particular, cabeleireiro, manto, coroa e buquê de flores. Gerava a autoestima para estas. Colocando a beleza do cabelo crespo, da pele negra, suas representações de identidade em destaque. Uma delas destaca que: "Era o meu sonho, tem gente que tem o sonho de casar, de ser mãe, o meu era de ser "Miss Mulata". E eu realizei."[7]

Enfim, sobre o concurso:

> Nesse contexto, podemos localizar a possibilidade da luta ideológica. Uma cadeia ideológica particular se torna um local de luta não apenas quando as pessoas tentam deslocá-la, rompê-la ou contestá-la, suplantando-a por um conjunto inteiramente novo de termos, mas também quando interrompem o campo ideológico e tentam transformar seus significados pela modificação ou rearticulação de suas associações, passando, por exemplo, do negativo para o positivo. (HALL, 2013, p. 213)

Concluindo, sobre o Miss Mulata, o que se percebe é busca de utilizar esta estratégia em favor de mulheres negras e mulatas, estas também discriminadas socialmente, utiliza-se a nomenclatura de "mulata", mas o foco de valorização são sobre símbolos negros, referentes as ambas categorias. O que foi apropriado de forma negativa pelo poder colonial, mas que agora foi reapropriado, tomado de volta.

[7] Entrevista realizada com "JB" em 04 de julho de 2013, em um salão de beleza, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.

Referências

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

BIROLI, Flávia**.** *Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista.* Estudos feministas, Florianópolis, 21 (1): 424, janeiro- abril/ 2013.

CORRÊA, Mariza. *Sobre a invenção da Mulata*. Cadernos Pagu (6-7). 1996. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/invencao_da_mulata.pdf> Acesso em: 3 Set. 2012.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. *Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da diferença.* Revista Estudos Feministas, 13.3. (2005): 691-703.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marco Chor; MONTEIRO, Simone. *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993).* Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012

FIGUEIREDO, Ângela. *"Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada": Identidade, Consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros***.** XXVI Reunião Anual da Associação nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, Outubro de 2002.

FRY, Peter. Feijoada e "Soul Food": notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1977.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação*. Rev.Estud. Fem. V. 14, n.1, Florianópolis Jan./ abr. 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Nilma Nilo. *Sem Perder a Raíz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.) *Representation: Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997. P. 15-64

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 52-96.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. *A nomeação como procedimento de constituição da identidade negra nos discursos sociais e nos documentos oficiais do Estado: um silenciamento da miscigenação*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012.

MAUAD, Ana Maria. *O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual*. Artcultura, Uberlândia, v.10, n.16, p.33-50, jan.-jun. 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. 3.ed, Belo Horizonte: Auntêntica Editora, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identdade e etnia*. IN: Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

OLIVEIRA, Carolina dos Santos de. *Adolescentes Negras: relações raciais, discurso e mídia impressa feminina na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PINHO, Osmundo de Araújo. *O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação*. Cadernos Pagu (23), Julho- Dezembro de 2004, p.89-119.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-2012.

SANT' ANNA, Mara Rúbia. *Concurso de Beleza: discursos e sujeitos*. III Colóquio Nacional de Moda. Proposta de Comunicação ao GT: "História e produção de discursos de moda" UDESC, Brasil (?).

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Espetáculo da miscigenação*. Estudos avançados. 8(20), 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. IN: NOVAIS, Fernando A. (Coord) *História da Vida Privada do Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

27

As marias que tecem os amanhãs

Caroline Duarte Matoso[1]

Industrialização, formação do operariado brasileiro e as trabalhadoras

Para compreendermos o processo de industrialização brasileira e as experiências laborais dos sujeitos que vivem de sua força de trabalho é necessário refletirmos acerca da formação histórico-social do Brasil. Tendo como marca formadora a colonização europeia e a escravidão como a principal força de trabalho na maior parte da história do nosso país, a emergência de instalações fabris em solos brasileiros inicia-se no século XIX, fenômeno que ocorreu tardiamente e com uma série de especificidades, em relação aos países europeus. Sendo um dos últimos países a abolir a escravidão, Mattos (2009) relata que conviveram no chão das fábricas que aqui se infundiram trabalho livre e escravizado.

Após a abolição da escravatura em 1888, o Brasil passou por um processo inspirado por teorias intituladas eugenistas que estavam sendo discutidas na Europa e nos Estados Unidos. Estudos que tinham como cerne o perfil de trabalhador desejado para a nova configuração de trabalho que a industrialização fez emergir propunham o "embranquecimento e o fortalecimento da raça",

[1] Mestranda em História na UFPEL

para a criação de um operariado disciplinado e produtivo (RAGO, 2000). Essas teorias discriminatórias serviram de justificativa à segregação e desqualificação das (os) trabalhadoras (es) negras (os), que foram progressivamente sendo expulsas (os) dos empregos nos setores fabris. Políticas governamentais e empresariais incentivaram a vinda de imigrantes ao Brasil, sendo os europeus força expressiva no operariado brasileiro que se formava. Mattos (2009) aponta, em seus estudos sobre trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro, que na década de 1890, em São Paulo, os estrangeiros compunham 55% dos habitantes do município. No Rio de Janeiro o número de estrangeiros é menos, porém ainda expressivo, somando a população estrangeira em torno de 25% na virada do século XIX ao início do século XX. Sobre os dados acerca do mercado de trabalho, Mattos segue discorrendo:

> enquanto mais da metade dos estrangeiros economicamente ativos estava ocupada no comércio, indústria ou artesanato – atividades de remuneração menos baixa – cerca de 65% dos de origem negra ocupavam-se em setores domésticos ou não tinham profissão declarada, em 1890 (2009, p. 39).

Como podemos analisa etnia é uma categoria marcante na formação do operariado brasileiro. Pesquisas das últimas décadas vem demonstrando que o sexo e a faixa etária também são fatores determinantes para compreendermos os sujeitos históricos que compunham, em maior número, as primeiras mãos de obras fabris. Rago (2000) e Fraccaro (2016) relatam que mulheres e crianças constituíam em torno de 70% do operariado brasileiro em 1920. Porém o movimento expressivo de mulheres que adentravam os portões fabris não ocorreu sem conflitos e discussões em diferentes setores da sociedade cívil e política. O trabalho em setores industriais entrou em choque às representações de feminilidade e os papéis sociais destinado às mulheres na sociedade. Perrot indaga: “como conciliar o trabalho

doméstico, sua tarefa mais importante, com as longas horas na fábrica? (2017, p. 119).

Históricamente às mulheres é destinado os trabalhos de reprodução e de cuidado, sendo visto, na maioria das vezes, essas atividades como uma extensão da natureza da mulher: delicada, maternal, sensível, feita de emoções. A ciência, entre outro setores da sociedade, produziam os discursos acerca dos papéis socias das mulheres na sociedade, como afirma Rago: "A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família" (2000, p. 592). Esses discursos contribuírampara atribuir a mulher a trabalhos na maioria das vezes não remunerado e, nas palavras de Davis, "invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e pouco criativas" (2016, p. 225). Pesquisadoras vêm apontando que o trabalho de reprodução e de cuidado são essenciais o desenvolvimento do capitalismo, visto que "[...] pode-se perceber que há uma relação direta entre o trabalho doméstico e o salário mínimo, já que esse é calcado, fundamentalmente, com base nos custos necessários à reprodução da força de trabalho." (CISNE, 2016, p. 124). Logo, como conciliar o trabalho doméstico, que segue sendo importante ao sistema vigente, com as transformações do mundo moderno?

A imprensa comercial, os médicos higienistas, os donos de empresas, o movimento operário e o próprio movimento feminista que emergia no Brasil entre os anos 1920 e 1930 começam a discutir acerca do trabalho feminino fora do lar. Calcados pelas discussões entre os teóricos e economicistas ingleses e franceses, Rago (2000) relata que muitos acreditavam que o trabalho da mulher fora do lar destruiria os laços familiares, as crianças cresceriam mais soltas, delibitando a raça humana. Sobre as discussões sobre o trabalho feminino, Rago segue discorrendo: Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e "indesejáveis" para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes

políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram vistas de vários modos (2000, p. 579).

No Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, diversas empresas começam a se instalar no Estado, muitas dessas do ramo alimentício e têxtil. Assim como a bibliografia sobre o tema vem discutindo, os setores têxteis e alimentícios foram os principais ramos que empregaram mulher em escala mundial (PERROT, 2017). A produção de produtos desses ramos, assim como demonstra Davis (2016), já eram realizados pelas mulheres anteriomente ao processo de industrialização. Com a industrialização, o trabalho feminino sofre transformações estruturais. O que antes era produzido para a satisfação as necessidades básicas das famílias, agora passa a ter como objetivo principal gerar lucro ao patronato.

O município de Rio Grande (RS) demonstra a importância da mão de obra feminina nas fábricas. A primeira empresa a se instalar no município foi a Fábrica Rheingantz, sendo esta do ramo têxtil e responsável por empregar boa parte das (os) trabalhadoras (es) de Rio Grande, em 1873. Diante das discussões tecidas até aqui, procurarei, ao longo deste trabalho, explorar acerca das experiências femininas na vila operária Rheingantz. Utilizando as reflexões levantadas por Rago (2000) sobre as trabalhadoras brasileiras, como as trabalhadoras da Fábrica Rheingantz inderagiram, resistiram e redefiniram às identidades sociais e sexuais projetadas sobre elas no mundo do trabalho? De que forma, suas experiências fabris carregam uma série de específicidades em relação as esperiências dos trabalhadores? Para respondermos essas perguntas, se faz necessário tecermos um pouco acerca da história da própria fábrica.

1. Sobre A Fábrica Estudada: Um Breve Comentário

A fábrica estudada se estabeleceu na cidade de Rio Grande (RS) em 1873 pelo descendente de alemães Carlos Guilherme

Rheingantz, o português Miguel Tito de Sá e o alemão Hermann Vater, sob a titulação de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz &Vater (FERREIRA, 2013). Ao observarem as transformações industrias ocorridas na Europa e, consequentemente, o avanço tecnológico produzido por esta, Miguel, Tito e Carlos Guilherme buscaram empreender o que haviam aprendido em seus países no Brasil, sendo os pioneiros na industrialização do município de Rio Grande. Assim como relata FERREIRA (2013): "O projeto fabril do fundador é apresentado nos relatos de seus descendentes como resultante de sua experiência na Alemanha e em viagens que realizou à Inglaterra para conhecer fábricas têxteis" (p.74). A Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz &Vater, começou suas atividades no ano de 1874, contando com um quadro de 40 funcionários.

Nos primeiros anos de funcionamento a Fábrica tinha como principal atividade o processamento de lã. Mostrando sua importância para a economia da região sul do Estado, o fornecimento da lã vinha de propriedades rurais da região: Santana do Livramento, Bagé, Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar. Comprada em estado bruto, nas oficinas da fábrica a lã passava pelos processos de lavagem, cardagem, fiação, tecelagem e tinturaria (FERREIRA, 2013).

Percebe-se que havia um recorte de gênero e etnia na distribuição dos cargos ocupacionais, no qual os mestres e contra-mestres eram em sua maioria de origem europeia e homens. As mulheres, em sua maioria da região de Rio Grande, ocupavam os cargos de manuseio das máquinas. Segundo HORNES: "A mão de obra era constituída na sua grande maioria de mulheres, cerca de 80% do total de funcionários, aos homens eram direcionados os serviços mais pesados nas máquinas" (2013, p. 513). Os trabalhadores europeus vinham de diferentes regiões: Espanha, Bélgica, Alemanha, Portugal, entre outros, e na maioria das vezes já possuíam saberes técnicos acerca da manutenção das máquinas. Enquanto as mulheres ocupavam cargos menos qualificados e

aprendiam a manusear as máquinas na prática, a partir do auxílio dos mestres e contra-mestres.

Além das instalações fabris, a Rheingantz & Vater, ao se desenvolver e prosperar,formou um complexo de vila operária, no qual era disponibilizado para as/os trabalhadoras/es: casas de moradia, clube cultural, creche, biblioteca, restaurante (FERREIRA, 2013). Não só as vivências laborais eram desenvolvidas na fábrica, mas também a vida social das/os trabalhadoras/es em sua extensão. Matoso (2017) aponta que a fábrica funcionava em período integral, fechando apenas aos domingos. As/os trabalhadoras/es eram divididas/os por turmas de períodos, no qual as sirenes avisavam as/os moradoras/es da vila operária as trocas de turno, criando assim uma disciplina de trabalho.

Era fornecida aos empregados assistência social através da sociedade de mutualidade, que disponibilizava para seus trabalhadores assistência médica e funerária. Os médicos eram trabalhadores da firma e o valor da consulta dos operários era descontada dos seus salários no final do mês. O fundo de auxílios Carlos G. Rheingantz cedia auxílio financeiro em casos de viuvez feminina, amparo aos filhos menores de idade em casos de perda do pai, auxílio invalidez e auxílio para o casamento das operárias. FONTES (1996) em seu trabalho sobre a fábrica Nitro Química (SP) argumenta que os benefícios sociais oferecidos aos trabalhadores envolvem um discurso patronal de dominação de classe, fazendo parte de um projeto do período desenvolvimentista do Brasil de "capitalismo progressista e humano" [p.19].

Ao disponibilizar moradia, educação as/os filhas/os das/os funcionárias/os, ambiente de lazer e benefícios sociais, a Fábrica Rheingantz criava uma rede de dependência das/os trabalhadoras/es à empresa. Estes benefícios sociais junto ao discurso "somos todos uma família", presentes nas narrativas das entrevistas exploradas, faziam com que as/os trabalhadoras/es se sentissem tão vinculados à empresa que se tornava difícil se movimentar contra seus patrões.

A fábrica passou por uma série de mudanças, sendo a primeira delas em 1891 “quando a sociedade que dera origem à Rheingantz &Vater foi desfeita, transformando-se em Sociedade Anônima União Fabril e elegendo sua primeira diretoria, composta por Carlos Guilherme Rheingantz com o controle acionário” (FERREIRA, 2013, p. 73). Nos anos entre guerras a fábrica passou por uma série de crises econômica, acompanhando a crise internacional instaurada após a Primeira Guerra Mundial. Após a primeira crise financeira, a fábrica consegue atingir certa estabilidade em finais de 1940 a meados de 1950, todavia sem conseguir prosperar como anteriormente. Nas décadas de 1960 e 1970 a crise financeira voltou a afligir a fábrica, que em 1968 decreta falência. Em 1970 ela é reaberta sob a titulação de Companhia Inca Têxtil, administrada por outro grupo de proprietários (FERREIRA, 2013, p. 73).

Mesmo com as mudanças estruturais e administrativas que fizeram com que a fábrica alterasse seu nome, permanece na memóriadas/dos trabalhadoras/es e moradores de Rio Grande (RS) em geral, o nome de Fábrica Rheingantz. Sendo a fábrica Rheingantz, nomeação na qual optamos por utilizar neste trabalho, em respeito à memória dos sujeitos que ali residiram e/ou trabalharam, tombada pelo IPHAN desde 2012.

2. Refletindo Acerca das categorias Gênero e Classe

Homens e mulheres são construídos socialmente, sendo as relações sociais entre estes sujeitos objetivadas no espaço-tempo da história da humanidade (SILVA, 2011). Para Saffioti (2015), essas construções sociais fazem parte de um conjunto de normas e valores que categorizam homens e mulheres desde o seu nascimento, atribuindo-os papéis sociais. Logo, longe se ser natural e imutável, as relações de gênero acompanham as mudanças da história da humanidade e são alicerces para constituição da ordem societária estabelecida.

Os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres constituem relações de gênero assimétricas: de dominação, intitulado pelas pesquisadoras feministas enquanto sistema patriarcal. O patriarcado, assim como Simone de Beauvoir[2] nos advertia, destina a mulher ao segundo sexo, que será subordinado a uma ordem societária de dominação masculina (BOURDIEU, 1999).

Saffioti (2013) aponta que as desigualdades de gênero não tiveram sua gênese no capitalismo, mas que este sistema se apropriou de construções sociais já existentes, moldando-as à manutenção e reprodução da nova sociedade estabelecida. Pois, assim como discorre Saffioti (2013) Arruza (2015) Davis, (2016), a acentuada exploração da mão de obra feminina no mundo do trabalho é fundamentada a partir das construções sociais de gênero, que são tão intrincecas em nosso cotidiano que vemos como algo natural/biológico. Por exemplo, é natural em nossa sociedade destinarmos as tarefas domiciliares e/ou de cuidado às mulheres, trabalho este que na maior parte das vezes nem remunerado é (HIRATA, 2016), relegando ao sexo feminino triplas/quadruplas jornadas de trabalho. E, como no adverte Cisne (2015):

> Para adentrarmos em uma perspectiva de análise crítica sobre as apropriações, explorações e opressões que pesam sobre o universo feminino, é necessário partirmos da percepção de que na maioria das sociedades as mulheres trabalham mais do que os homens, contudo, ganham menores salários, têm menor acesso à riqueza, ao crédito, à informação e ao conhecimento (Elson, 2010) [p. 58].

É importante ressaltar que as desigualdades de gênero se configuram para além da esfera econômica, sendo a econômia apenas uma das formas em que esta se expressa. Se relagarmos a situação das mulheres exclusivamente a análises economicistas, estaremos invisibilizando as inúmeras vivencias das mulheres na

[2] Importante escritora, filósofa e intelectual, autora do livro O Segundo Sexo, publicado em 1949, na qual tece uma análise acerca da opressão de gênero.

sociedade na qual estamos inseridos, vivenciam essas perpassadas por situações de violência doméstica, sexual, moral, entre outros. Porém, como este artigo pretende análisar as experiências femininas no meio fabril, aqui se faz necessário darmos atenção a situação feminina na economia e no mercado de trabalho, refletindo em como a cultura: moral e valores que categorizam homens e mulheres, servem de aliados na super-exploração classe trabalhadora feminina.

Entende-se a classe enquanto algo relacional e histórico: "fenômeno histórico [...] algo que acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica (THOMPSON, 1987 p. 9)". Thompson contribui para os estudos acerca do mundo do trabalho ao desenvolver que a classe não é uma consequência mecânica dos modos de produção, mas sim construída a partir de suas experiências no mundo do trabalho: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre sim, e contra os homens que os interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus" [1987, p. 10].

Formada a partir das relações sociais e não sendo abstrata, podemos ampliar o conceito de classe de Thompson e entender que ela também não é homogenea, mas sim composta por diferentes sujeitos históricos: mulheres, negros/as, LGBTT's, entre outros (CISNE, 2015). Silva (2011) aponta que a diversidade humana encontra obstáculos para expressar suas liberdades individuais, sendo o diferente toda/o aquela/e sujeito que não se encaixa no padrão: homen, branco e heterossexual. O cerceamento das liberdades individuais se fundamentam a partir de uma moral perpassada por preconceitos, entendidos como julgamento subjetivos das diferenças e dos diferentes como errado, baseados na fé/superstição e formando relações de poder desiguais na sociedade. Assim, a totalidade da classe trabalhadora é composta

por particularidades: gênero, etnia, sexualidade, onde estão presentes relações de dominação e exploração.

As relações de dominação irão produzir hierarquias no interior da própria classe, onde as mulheres sofrem com salários inferiores, rotatividade de trabalho, segregação ocupacional e assédio moral (CISNE, 2015), sendo assim as experiências de classe também não são hegemônicas, fazendo necessário analisarmos as categorias gênero, classe (e também etnia, sexualidade) enquanto um nó que só pode ser desvendado a partir do estudo de suas interações. Assim como discorre Cisne:

> A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes (2015, p.9).

As reflexões tecidas acima acerca da teorização das categorias gênero e classe compõem o referencial teórico utilizado nesta pesquisa, sendo de suma importância para a leitura às fontes que serão analisadas posteriormente: entrevistas orais dsponibilizadas pelo Centro de Documetação Histórica da (CDH) da FURG, fazendo parte do acervo produzido nas décadas de 1980 e 1990 com a finalidade de salvaguardar a história daquelas/es que trabalharam e/ou residiram na vila operária Rheingantz.

3. As Flores Que Tecem E Tramam Nossos Amanhãs

Soeli Botelho começou a trabalhar na fábrica Rheingantz aos 14 anos de idade, em 1947. A irmã mais velha, então responsável por Soeli, a levou à Fábrica a procura de emprego para a sua irmã. Ao ingressar na empresa, Soeli trabalhou os 3 primeiros anos na

seção de produção de tapetes, seção destinada as trabalhadoras de idade infantil. Assim como Soeli discorre:

> Trabalhei os primeiros três anos nos tapetes, porque lá no tapete é assim: quando fazíamos dezoito anos não ficava mais na sessão dos tapetes. Fazia dezoito anos era transferido para outra sessão. Lá só trabalhava menor. [...]na sessão dos tapetes, as maiores de idade eram as padroneiras (trabalhadoras responsáveis pela modelagem e recorte dos tapetes). E o mestre disse para mim [quando Botelho mudou de sessão] que lastimava muito eu ir embora, pois eu manobrava bem os tapetes, mas não tinha lugar mais para padroneira. (BOTELHO, 1981, p. 2).

Ao ser transferida da sessão de tapetes, Soeli passou a trabalhar como tecelã, manuseando as máquinas na produção de tecidos, permanecendo neste cargo até 1977, data de sua demissão. Suas lembranças acerca da fábrica Rheingantz envolvem as lembranças de sua infância, adolescência e vida adulta, visto que Soeli passou a maior parte de sua vida trabalhando na empresa. Soeli ao falar da seção dos tapetes recorda das brincadeiras que fazia no local após o término do seu expediente, lembra da escola que frequentava no turno inverso ao seu trabalho. Em 1977, Sueli pediu demissão, por conta da falta de pagamento por parte da empresa, que se encontrava endividada e coberta de processos trabalhistas.

A entrevista com Soeli Botelho foi realizada em 1981, quando a Fábrica não existia mais, restando apenas as ruínas do que um dia foi a vila operária Rheingantz. Percebe-se que a narrativa de Soeli é carregada de saudosismo ao passado vivido, no qual a prosperidade da Fábrica está relacionada a sua própria prosperidade enquanto individuo. Isso ocorre, pois, assim como comenta Thompson (1992), os significados do passado vivido pelas/os entrevistadas/os são construídos através de memórias em que o presente irá interferir nas recordações. O presente de Soeli é outro, estava trabalhando como funcionária da FURG – Universidade Federal de Rio Grande – (cargo não mencionado na entrevista) e a fábrica onde ela cresceu e, de

certa forma, por algum momento pensou que estava estável, tinha fechado as portas e declarado falência.

A entrevistada Margarida Reis Souza ingressou na fábrica Rheingantzaos 9 anos de idade, após a morte de seu pai. Em 1922 Margarida começa a trabalhar na seção dos tapetes e permanece sua infância neste setor. Após a seção dos tapetes, Margarida é transferida à tecelagem, trabalhando na fábrica 40 anos de sua vida.Margarita narra sua vida de mãe e trabalhadora: "A gente levava as crianças com menos de 5 anos. A minha filha saiu com 13. Depois ela foi para escola, com 6 anos. E ia de manhã para escola e de tarde para creche; eu tinha que trabalhar e ela ficava com as irmãs" (ROCHA,1987, p.6).

As narrativas das trabalhadoras são construídas a partir de visões demarcadas pela presença das experiências de gênero, classe e etnia no universo fabril. Os cargos ocupacionais, rotatividade de trabalho e questões salariais aparecem nas entrevistas a partir dos limites que o gênero e etnia carregam no mundo do trabalho, assim como discorre Botelho (1981): "os encarregados de sessão eram todos alemães. O seu Ficher era mestre de fiação, era o Shimit, era o mestre Carlos, o mestre Henrique. Tudo alemão" (p. 21). Entende-se que os cargos qualificados e de maior prestígio social eram ocupados por homens de origem europeia, trabalhadores com saberes técnicos, havendo maior estabilidade no emprego. As mulheres, ao ocupavam os cargos menos qualificados, fazem parte do grupo de trabalhadores mais propensos a rotatividade de trabalho e recebem os salários inferiores aos homens, estando em situações mais precárias de trabalho. Assim como narra Margarida acerca dos acidentes de trabalho: "Acontecia sim, pouco cuidado tinham [...] Tinha hospital e tinha toda assistência médica por conta deles (ROCHA, 1987, p. 4).

Indo ao encontro ao levantado por Cisne (2015), a classe trabalhadora possui hierarquias em seu interior e podemos averiguar que as trabalhadoras da fábrica Rheingantz estão na base dessa pirâmide. No desenvolver da monografia que desenvolvi na

graduação em História Licenciatura pela UFPel, na qual analisei entrevistas de trabalhadores/as, percebi que as narrativas masculinas enfatizavam as construções sociais de gênero na argumentação do porquê as mulheres ocupavam os cargos de manuseio de máquinas, menos qualificados, no qual fundamentos como: "a mulher produz mais que o homem", estão presentes.

As narrativas femininas analisadas neste trabalho, utilizam das construções de gênero para compreender sua situação no mundo do trabalho, mas, em alguns casos, em tom de denúncia. Soeli ao falar da distribuição de casas na vila operária, relata que as mulheres não eram beneficiadas por essa política, sendo destinada as moradias apenas aos trabalhadores homens. Segundo Soeli: "Para mulher não. [...] não só para Homens [...] no tempo dos Rheingantz, é. Não dava para mulher, só para homens. Para chefe de família, não é? [...] " (BOTELHO, 1981, p. 32). O "chefe de família" aparece como o motivo no qual as mulheres não recebiam as casas, porém Soeli segue comentando que seguiu persistindo até conseguir ser beneficiada pela política de moradia da fábrica Rheingantz: " Em setenta. Foi na... na... na direção do Paulo Lausso [...] ah pedi para ele. Aliás eu já estava cansada de pedir para todo mundo, não é. E quando eu nem esperava mais. Inclusive eu já estava atacada, já tinha brigado com todo mundo" (BOTELHO, 1981, p.32).

Margarida Soares comenta que não teve acesso as moradias da vila operária Rheingantz, mas, diferente de Botelho, narra que essa situação ocorreu por má sorte: "[...] não, não eram escolhidos, dependia da sorte [...] é tinha um número... nunca tive sorte [...] as casas eram deles, eles é que davam, eles cobravam..." (ROCHA, 1987, p.5).Interessante é que eu já havia analisado essas entrevistas na minha monografia, junto a outras entrevistas, porém, ao revisitá-las para escrever este trabalho, percebi que as divergências entre as narrativas de Sueli e Margarida acerca das políticas de distribuição de moradias, demonstravam além do que eu havia tecido anteriormente. A entrevista de Sueli Botelho demonstra que as mulheres não foram um ser coisificado no mundo do trabalho,

indo na contramão dos discursos masculinos produzidos pelos órgãos públicos da época, no qual as mulheres eram descritas: "Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno social" (RAGO, 2000, p 579). Soeli, uma trabalhadora com pouca escolarização formal e que iniciou sua vida laboral ainda na infância, identifica o possível fator que leva as mulheres a não terem acesso a política de moradia e passa a reivindicar este acesso, até conseguir sua moradia já então em outra administração da Fábrica.

Percebe-se que há margens de liberdade garantidas a um indivíduo através do que Levi (1992) relatou ser as brechas e contradições dos sistemas normativos de uma sociedade, onde o sujeito, não sendo um ser coisificado, procura fazer negociações. Sueli percebeu que seu gênero era uma limitação para efetivação de seus direitos enquanto trabalhadora da fábrica, e logo procurou negociar/reivindicar a efetivação desses direitos. As dispares narrativas de Sueli e Margarida reiteram que os indivíduos podem percorrer trajetórias diferentes, mesmo estando submetidas aos limites que o patriarcado impõe as mulheres no mundo do trabalho. Conclusões como estas se mostram possíveis com o estudo das relações entre os sujeitos estudados, a partir da lente microscopia, na qual permite analisar as condutas individuais e coletivas, criando condições para observações inéditas (LEVI, 2000).

Considerações Finais

As narrativas de Soeli Botelho e Margarida Soares expressam as relações sociais desenvolvidas no mundo do trabalho, no qual as duas cresceram. Ao narrarem a história da fábrica, estas relacionam com as suas trajetórias de vida, a sua infância, o momento em que foi mãe, as lutas travadas para ter acesso a política de moradia, entre outros. Suas trajetórias são delineadas por um recorte de classe: ter que ir trabalhar na infância para conseguir sobreviver. Ao passo que ingressam no mundo do trabalho, Soeli Botelho e Margarida Soares

carregaram com elas as construções sociais de gênero presentes na sociedade na qual elas estavam inseridas. As hierarquias de gênero e etnia são relatadas nas entrevistas na denúncia da segregação ocupacional, salarial e nas políticas de moradia, na qual apenas os homens, em sua maioria europeus, estão acima da hierarquia produzida no interior da classe.Percebe-se que as experiências de das narradoras na vila operária Rheingantz são vividas a partir da multiplicidade de sujeitos inseridos nela e que só podem ser desvendadas a partir da análise do nó que compõem a totalidade da classe trabalhadora: gênero raça (CISNE, 2015).

Referências

Acervos consultados:

Acervo de História Oral (Centro de documentação histórica – FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil:

- BOTELHO, Sueli. Depoimento concedido em: 1981. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande.

- ROCHA, Margarida Reis. Depoimento concedido em: 1987. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande.

Bibliografia:

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*. Nº23, p. 38-58, 2015.

BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Orgs.) *Cultura de classe:* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 287-314.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção dos operários porto-alegrense (1896 a 1920)*. 280 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BOURDIEU, Pierre Félix. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres – Organização social e a Legislação Trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2016.

FERREIRA, M. L. M. Os fios da memória: a Fábrica Rheingantz, entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes Antropológicos,* Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun. 2013.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as Lutas operárias nos anos 50*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

GRENDI, Edoardo. *Microanálise e História Social*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HIRATA, Helena. **O** *trabalho em domicílio na França e no Brasil*. In: ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história.* São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

HORNES, Luciana Gerundo. *Rheingantz: no passado símbolo de progresso, hoje esquecimento – um projeto pautado na educação histórica*. In: Revista Latino Americana de História, vol. 2, n. 6, agosto. 2013.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. Págs. 133-162. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LOBO, Elisabete Souza. *A classe operária tem dois sexos! Trabalho dominação e resistência.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piomonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Badaró Marcelo. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.

_____. *Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil.* Rio de Janeiro: consequências, 2017.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil.* São Paulo: Expressão popular, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos,* v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RABELO, M. Aurora. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. *História e perspectivas,* Uberlândia, (6): p. 67-88. Jan./Jun. 1992.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade.* In: PRIORI, Mari Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidades*. São Paulo: expressão popular, 2013.

_____ *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular, 2005.

SILVA, Vinagre Marlise. Diversidade Humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. *EM PAUTA,* Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 28, p. 51-63, Dez. 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

28

Problematizando concepções de campo nos cadernos escolares

Leticia Sell Storch [1]

Introdução

O presente trabalho integra o projeto "Cultura Escrita e Educação do Campo"[2] e é desenvolvido no Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES/FaE/UFPEL). O referido grupo possui seis importantes acervos para a pesquisa educacional[3], dentre eles o acervo de cadernos de alunos (ciclo de alfabetização e outras séries), no qual a pesquisa deste trabalho é realizada.

Este artigo tem o objetivo de verificar e problematizar os textos e registros encontrados em cadernos de uma aluna que estudou do pré-escolar à 4ª série em um contexto urbano. A proposta aqui apresentada justifica-se com o intuito de saber qual a concepção de campo que as escolas têm trabalhado ao longo dos anos com os alunos. Será que os alunos são indagados sobre a "leitura de mundo" (Freire, 1981), ou a aprendizagem refere-se somente a "leitura da palavra"? Os alunos veem a realidade do campo diversificada como ela realmente é, ou mantêm apenas a visão romântica dela? Os cadernos e os registros de alunos nos

[1] UFPel

[2] Projeto CNPQ Edital Universal 01/2016.

[3] Para saber mais ver em http://wp.ufpel.edu.br/hisales/

oferecem um grande suporte de investigação para esses questionamentos.

À procura dos "textos rurais": coleta de dados

O acervo de cadernos do HISALES, atualmente conta com 1662 cadernos, desde a década de 1920 até os dias atuais, compreendendo tanto cadernos de alfabetização como de outras séries. A coleta dos dados começou com os cadernos da década de 1930 (por serem os primeiros na época da coleta dos dados), seguindo a ordem do acervo físico (ordem cronológica), com a intenção de olhar todos os cadernos do acervo. No momento atual da pesquisa, foram coletados textos até o ano de 1997.

Essa coleta de dados é feita de forma manual, minuciosamente. Como os cadernos são alocados em estantes e armazenados dentro de caixinhas (para sua conservação), é necessário tirar o caderno da prateleira, olhar folha por folha a procura do objeto de pesquisa: os textos rurais.

Ao começar a pesquisa, o nosso objetivo era encontrar "textos rurais", para isso selecionamos um conjunto de palavras-chave que nos possibilitassem identificar os textos ou exercícios que seriam coletados. Foram selecionadas palavras que pertencessem ao contexto do campo, são elas: campo, zona rural, roça, chácara, sítio, fazenda, lavoura, horta, carroça, colônia, terra, agricultura, plantação, semear, colher, solo, cultivo, semente, caça, pesca, camponês, capinar, arar, germinação, trator, índios, irrigar, drenar, adubar, podar, animais em geral e plantas e suas partes. As palavras-chave foram elencadas a partir dos próprios registros encontrados nos cadernos e são compostas de verbos e substantivos.

Com a procura do que inicialmente chamamos de "textos rurais", foram encontrados textos escritos pelos alunos (textos autorais) e textos escritos/trabalhados pelos professores, assim como exercícios e desenhos que remetiam ao contexto do campo.

Ao todo foram encontrados 68 registros nesse conjunto. Todo o material encontrado foi considerado, fotografado e armazenado em arquivo, junto com a identificação do caderno para posterior análise.

Um conjunto de cadernos significativos

Ao decorrer do levantamento de dados, um conjunto bastante significativo foi chamando atenção pela quantidade de textos referentes ao tema de pesquisa, por isso, ele será o recorte de análise para este artigo e o impulso inicial para outros trabalhos.

Este conjunto apresenta 21 cadernos de uma aluna do município de Rio Grande/RS, estudante de escola particular. Os cadernos são compreendidos entre os anos de 1991 e 1995, sendo 5 de alfabetização, 15 de outras séries e 1 sem identificação de ano e série.

Mesmo que os cadernos provenham de escola particular, localizada no espaço urbano, é importante ressaltar que os alunos que a frequentaram na época podem ter sido das mais variadas realidades e terem alguma relação com o contexto rural. E mesmo que não tivessem, o que achamos ser o necessário seria a problematização em relação ao campo, mostrando suas diferentes maneiras de produção da vida. A discussão sobre Educação do Campo é essencial nos mais diversos espaços como afirma Caldart (2012):

> a Educação do Campo, sem se deslocar do movimento específico da realidade que a produziu, [ou seja, os movimentos sociais][4] já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhos do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. (CALDART, 2012, p. 259)

[4] Grifos meus

Por isso a importância de se discutir a abordagem que é feita desse tema nas escolas, para poder constituir cada vez melhor a concepção de campo que a Educação do Campo almeja, pois, segundo Caldart (2008, p. 78), "a visão de campo da Educação do Campo exige por si só uma visão mais alargada de educação das pessoas, à medida que pensa a lógica da vida no campo como totalidade em suas múltiplas e diversas dimensões". O que gostaríamos de encontrar nos cadernos é essa diversidade das dimensões da vida humana: diferentes formas de produzir e relacionar-se socialmente. É necessário entender essa lógica de vida no campo também na cidade para que as lutas dos camponeses, dos assentados, dos sem-terra e outros movimentos, sejam reconhecidas.

Sabemos que somente no final da década de 1990, especificamente em 1998, que o conceito "Educação do Campo" é criado no Brasil como uma categoria para discutir a educação que as populações do campo reivindicam. A proposta deste artigo, no entanto, é verificar qual a concepção de campo que encontramos nos cadernos escolares de alunos do acervo específico já citado anteriormente justamente para mostrar a necessidade deste tipo de discussão nas escolas localizadas no campo e também na cidade. É, ainda, por esse motivo que nomeamos os registros encontrados de textos rurais, pois, a discussão do conceito de Educação do Campo e todas as suas implicações, acaba chegando posterior à criação dele nas escolas, demonstrando, portanto, a necessidade das discussões da proposta no contexto escolar. O que encontramos nos textos referem-se a registros rurais, pois, não discutem de forma mais ampla o campo como realmente ele se apresenta.

Como já mencionado, foi grande a recorrência dos textos e exercícios, neste conjunto de cadernos analisados, que remetem de alguma forma ao contexto do campo, aqui serão expostos alguns, que serão divididos em três categorias gerais para análise: "O

campo como um lugar de passeio e divertimento", "Comparativos entre zona rural e zona urbana", "Elementos remetentes ao campo". Na segunda categoria apontamos outras quatro subcategorias: "Campo: um lugar onde também a pobreza", "Pra fora", mas não do mapa", "Calmo e agitado" e "Relações produtivas". Passamos a discutir cada uma delas.

O campo como um lugar de passeio e divertimento

Alguns dos registros, encontrados neste conjunto, referem-se ao campo de forma romantizada, ou seja, um lugar sem dificuldades, lugar de ir passear. Um dos textos, como podemos ver a seguir, refere-se à fazenda, caracterizando-a como lugar de passeio e divertimento com os animais, mostrando já uma visão romântica de campo com muitas flores, cachoeira, passeio de barco, conforme o excerto que reproduzimos:

> A Fazenda das Crianças
> Um dia as crianças foram viajar para a fazenda do seu tio: Lá eles brincaram muito. O Pedrinho foi pescar na lagoa. Eles conheceram a fazenda e acharam muitas flores cor-de-rosas. Lá na fazenda tanbem conheceram a ovelhinha branca e pediram para seu tio levar eles para pegar leite da vaca Dengosa.
> O tio levou eles para conhecer o seu grande cavalo Robem.
> O cavalo corria muito e o tio levou as crianças para passear no seu cavalo.
> Eles viram muitas flores vermelhas e foram passear na cachoeira. As crianças também foram passear de barco e cantaram uma música para seu tio, para se despedir da fazenda.
> Eles foram para a casa na cidade e tiveram muitas novidades para comtar a seu amigos. Agora vocês vão ver o nome do seus amigos e de sua amiga:
> Júnior, Vinícius, Lennon e Elisa.
>
> (C.4, 1992, 1ª série)[5]

[5] C.4 refere-se à identificação própria do acervo de cadernos do HISALES, que é seguida do ano que consta no caderno e a série do aluno. Os registros foram mantidos no original, conforme a escrita da criança.

Este texto, inferimos que foi copiado do quadro ou livro, por apresentar já uma coerência textual, sendo da primeira série. O texto mostra somente um lado da realidade complexa que é a vivida no campo, mostrando os animais e os elementos da natureza que fazem parte do meio rural e que, neste caso, são uma atração para quem vive na cidade. O que os alunos não ficam sabendo com esse tipo de texto, é que essa realidade de divertimento, é vivida por uma pequena parcela de pessoas, proprietários de terra, que dependem do trabalho de seus empregados, e que o restante das pessoas que vivem no campo, precisa trabalhar da mesma forma como trabalham as pessoas do meio urbano para se sustentar e sobreviver.

Um outro texto copiado no caderno do aluno, conta a vida dos jangadeiros, mostrando as dificuldades que enfrentam como pescadores, que precisam ficar vários dias no mar para conseguir o peixe para vender e/ou alimentar-se. Logo após é pedido que se faça um texto imaginando como seria um passeio de jangada, e neste, é retratada uma aventura sem dificuldades, como podemos ver a seguir na resposta da menina.

> 5. Composição
> Imagina que realizaste um passeio em uma jangada. Como foi? Onde? O que aconteceu?
>
> A jangada
> Um dia estava estudando e minha professora pediu para fazer uma pesquisa. Sobre uma jangada.
> Daí eu disse: Legal! E comecei a fazer. E assim era minha pesquisa. Um dia eu fui montar uma jangada.
> Quando já montada eu e minha turma fomos indo, indo, quando vimos estavamos lá.
> Lá tinha muitas coisas pegamos muitos peixes.
> Dai vimos uma linda Orca.
> Ela gostou de nós.
> Ela era legal!

> Quando veio um golfinho. O golfinho era bonitinho. Mas estava com um arpão. Nós tiramos o arpão e vivemos felizes.
>
> (CO.3, 1993, 2ª série)

Muitos aspectos dessa resposta de produção da aluna, nos levam a inferir que não houve uma reflexão sobre o texto, referente à vida dos pescadores, pois o texto contado pela menina se associa mais à fantasia do que ao real, talvez também influenciada pelo fato de que o exercício peça que se conte um "passeio" em uma jangada. Porém não se pode desconsiderar o fato de se ter trabalhado um texto que fale da vida dos pescadores, contando suas dificuldades, mostrando o lado que na maioria das vezes não é discutido pela escola. Também pelo fato de essa não ser a realidade vivida pelos alunos da escola se tenha a dificuldade de tratar sobre o assunto, tanto pelos professores, como os alunos, ainda mais tratando-se do início da década de 1990, quando o movimento de Educação do Campo estava em sua fase inicial.

Comparativos entre zona rural e zona urbana

Sabemos que as escolas sempre trabalharam os comparativos entre zona urbana e rural, mostrando as diferenças entre as duas realidades. Mas esse comparativo hierarquiza, de certa forma, as duas realidades e, consequentemente, a zona rural sempre ficará num patamar inferior nessa "competição", portanto, podemos dizer que essa comparação que se faz reforça as desigualdades como diz Caldart (2008):

> É preciso lembrar, afinal, que o que está em questão hoje no mundo é o próprio *modo de vida em sociedade* que a modernidade (capitalista) construiu e preparou para audestruição. Nessa lógica, um dos aspectos importantes a questionar é exatamente o da "contradição inventada" entre campo e cidade. Ou seja, a antinomia estabelecida, a visão hierárquica entre campo e cidade foi produzida historicamente e sua superação faz parte da construção de uma nova ordem social.

> Pelo bem não apenas dos sujeitos do campo, mas da própria humanidade, precisamos estar atentos a essa contradição e evitar que a Educação do Campo passe a reforçá-la ou reforçar a lógica social que a instituiu (Caldart, 2008, p. 75).

Desta forma, analisaremos nessa categoria os comparativos coletados no conjunto de cadernos em foco e como as duas realidades são diferenciadas e comparadas.

Campo: um lugar onde também há pobreza

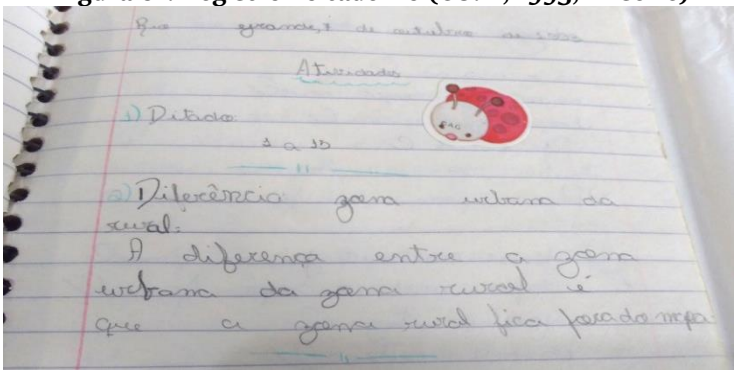
> [...] No nosso país, também há várias maneiras de se morar. Na zona rural, há fazendas, sítios e também casas mais simples. Tem muita gente que vive em barracos muito pobres na roça e no campo, mas muita gente não tem terra para construir a sua casa e sofre por isto.
>
> Nas cidades também é assim. Grandes edifícios estão lado a lado com casas grandes e pequenas, ricas e pobres. Mas há também as pessoas que moram nas favelas e que vivem uma triste realidade, como também as pessoas que moram embaixo de pontes e de viadutos ou em armações de lona. [...]
>
> (CO.5, 1993, 2ªsérie)

Esse recorte de texto, diferente dos anteriores, mostra uma realidade que poucas vezes é discutida na escola. Na zona rural também há pobreza e os trabalhadores enfrentam dificuldades, tanto na maneira de morar, como produzir, assim como também acontece no espaço da cidade. Essa visão precisa sim ser problematizada nas escolas para desmistificar o campo como sendo um lugar só de divertimento e passeio e para afirmar a luta dos trabalhadores do campo que buscam sobreviver morando de forma precária.

“Pra fora”, mas não do mapa

No decorrer da coleta de dados, vários textos interessantes foram encontrados para análise, mas, o que mais nos surpreendeu foi o registro que pede para “zona urbana e zona rural”, conforme a figura 01:

Figura 01: Registro no caderno (CO.11, 1993, 2ª série)



Fonte: Acervo HISALES

Esta resposta da menina talvez seja decorrente de um pensamento que ela tenha constituído ao longo de sua vivência por conta de vários fatores, como por exemplo, a escola estar localizada na zona urbana, provavelmente tivesse professores também residentes na zona urbana, o que talvez motivou uma visão de zona rural abstrata, pelo não conhecimento de como ela é realmente. A resposta da criança pode estar, ainda, associada à expressão “pra fora”, comumente usada quando nos referimos à zona rural, e tendo ainda o empecilho do exercício de ter que “diferenciar” uma realidade da outra, talvez tenha sido essa a solução mais viável para a menina, pois se o exercício pede a diferenciação entre duas coisas, consequentemente ela precisa achar uma diferença. Nesse caso, a expressão “pra fora” precisa de um complemento para a ideia, ou seja, “fora de alguma coisa”. A

partir dessa análise, consideramos que a resposta da menina talvez não seja tão incoerente quanto parece.

Calmo e agitado

Outro registro, encontrado no conjunto de cadernos, é o exercício citado abaixo.

> 13) Diferencia a vida urbana da rural:
> A diferença entre a vida urbana da rural é que a vida urbana é agitada e a rural é calma.
>
> (CO.11, 1993, 2ª série)

A resposta mostra uma oposição do modo de se viver entre urbano e rural. A diferença entre as duas realidades, que a menina coloca, é algo que também se refere a uma visão romantizada de campo, uma visão vinda do urbano para o rural, ao pensar que a vida na zona rural é calma. Por não ter uma circulação tão grande de pessoas e veículos, a zona rural tende a se tornar menos turbulenta que a cidade, mas a questão da vida cotidiana com o trabalho não é assim, não significa a calmaria indicada no registro. O trabalho realizado na zona rural, muitas vezes demanda um grande esforço e necessita ser realizado dentro de um tempo estipulado muitas vezes pelas condições climáticas, como o tempo de plantio, de colheita, de poda, etc., o que faz com que a vida no campo também seja de muito trabalho assim como na cidade.

Relações produtivas

Algo que pouco se discute também é a troca de produtos entre campo e cidade, algo extremamente importante e que foi constatado em um dos textos coletados:

> [...] O comércio pode ser feito dentro do município.

> A zona rural abastece a cidade com produtos agrícolas de origem animal.
> A cidade fornece aos moradores da zona rural produtos industrializados roupas, calçados, remédios, livros, etc. [...]
> (CO.4, 1994, 3ª série)

Esse deveria ser o foco principal da comparação entre campo e cidade, ou seja, a comparação entre os modos diferentes de produção do trabalho e a interdependência entre um e outro. Relações essas que diferem-se sim, mas, não ao ponto de hierarquizar um em relação ao outro, mas, no sentido de ser interdependentes um do outro e não diferentes de valia[6]. O trabalho e suas relações é uma questão essencial para se discutir Educação do Campo, pois o trabalho não precisa ser visto somente como gerador de lucro e sim como princípio educativo, gerador de conhecimento e de princípios de vida, pois como diz Pistrak, "o trabalho, qualquer trabalho, é uma base excelente de educação" (Pistrak, 1981, p. 45).

Elementos remetentes ao campo

De modo geral, na análise dos dados, textos ou exercícios que se referem a plantas e seus cuidados aparecem repetidamente e diferentes elementos que estão mais presentes no espaço do campo, tais como trator, carroça e animais também são recorrentes, assim como práticas agrícolas. Exercícios como este a seguir, repetem-se de formas diferentes ou como uma das formas de discutir conteúdos conceituais e pontuais referentes, como é o caso, às áreas de Ciências e/ou Geografia.

> 5- Completa as frases:
> a) O componente do solo que o faz mais fortemente ficar permeável é areia.

6 Esse aspecto precisa ser melhor discutido em trabalhos futuros.

b) O componente do solo que o torna impermeável é argila.

6- Explica
-irrigação- É aquela água que botamos nos solos secos.
-drenagem- É quando tiramos o exesso de água no solo.
-aração- É quando aramos o solo ou seja, revolver a terra deixando o solo mais fofo.
-adubação- É quando fertilizamos o solo, ou seja, colocamos adubo.
(CO.2, 1994, 3ª série)

É interessante notar que esse exercício, assim como outros parecidos, desejam ensinar o trabalho com a terra, o que é bastante proveitoso inclusive para alunos que residem na zona urbana, pois quanto mais conhecimento eles tiverem sobre o campo e a prática diária de lida com a terra, mais o trabalho do agricultor será valorizado e respeitado. Por esse e por outros motivos, a Educação do Campo não se faz somente na zona rural, mas também na urbana. Mas, também refletimos que não é apenas o exercício realizado nos cadernos escolares que garantirão a problematização que almejamos em relação aos dois espaços.

Considerações finais

Com a análise dos registros encontrados, é possível perceber que a temática do campo foi tratada dentro de uma visão que muito pouco demonstra a diversidade da realidade existente. Desta forma, retornamos às perguntas iniciais: os alunos são indagados sobre a "leitura de mundo" ou a aprendizagem refere-se somente a "leitura da palavra"? Podemos dizer que os dados coletados nos apontam para a leitura apenas da palavra, sem maiores problematizações da diversidade existente do espaço rural e das suas inter-relações com o espaço urbano. O que não é surpreendente, pois a análise é realizada em uma época em que a Educação do Campo estava se consolidando no país. O que é importante de ser ressaltado é que a questão do campo era

bastante abordada pela escola, (isso não significa que era realmente problematizado), mostrando a iniciativa de registrar o assunto nos exercícios e demais produções autorais.

Ressaltamos, ainda a necessária continuação da pesquisa para contribuição e avanço na temática da Educação do Campo, pois, aqui mostramos apenas um pequeno recorte e movimento inicial em relação à pesquisa. Ainda há muito para ser problematizado!

Referências

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). Por Uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas-Educação. 1ed.Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 67-86.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: Dicionário da Educação do Campo – On-line. Organizado por Roseli Salete Caldart, et al. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 21ª ed. 1981.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. Editora Brasiliense s. a. São Paulo, 1981.

História militar

29

Força social da Marinha: as ações pedagógicas em Rio Grande /RS que mudam a vida dos jovens brasileiros (1998-2017)

Laryssa Celestino Serralheiro[1]

A Marinha de Guerra, especificamente no Rio Grande do Sul, também como instituição de ensino, vem enfatizando uma capilaridade de eventos que tornam a vida dos jovens mais úteis capaz de transformar sonhos em realidade. Parte integrante de uma ação constitucional[2], posta em prática na cidade em questão, que tornou-se responsável pelo amparo, ensino de ofícios e recolhimento de meninos e meninas desvalidos em seu cotidiano.Nessa direção, nos delimitamos aos anos de 1998 a 2017, como marco temporal e inicial dessa pesquisa. O primeiro, por ser o "ano da instauração"[3] dos projetos Renascer e, posteriormente, Ametista. O restante do recorte por abarcar o período político a que estamos, ou seja, democrático. Todavia, é preciso salientar que

[1] Graduanda em Pedagogia pela FURG

[2] Segundo o Art.1º e parágrafo 1 e 2 da Lei 9.424/96 (LBD) combinado com a Constituição Federal (1988) no título III, capítulo II, Art. 22 e parágrafo 24, diz que **a** educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

[3] Foi feito uma árdua pesquisa nos órgãos da Marinha (Com5ºDN e DPHDM) com intuito de acharmos o documento do ato de criação desses projetos e não conseguimos encontrá-los.

esse modelo institucional funciona em algumas regiões até agora, mas não nesses moldes[4]. Assim, iniciou-se em 1998 por determinação do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira, sobre responsabilidade e intermédio do Diretor de Assistência Social, Contra-Almirante Euclides Duncan Janot de Matos.

Essas atividades começaram com o propósito de apoiar os serviços sociais da região, que tinham dificuldade de isolar os jovens em situação de vulnerabilidade social, como foco principal do projeto, em um espaço privativo visando proporcionar-lhes crescimento e amadurecimento sadios hábeis à consolidação de sua própria identidade. Outrossim, a convivência diária, no âmbito naval, proporciona aos adolescentes a oportunidade de conhecerem a Marinha do Brasil e o despertar pela carreira militar, que tem o intuito de oferecer alguns tipos de atividades de inserção dando aos jovens possibilidade de um bom atendimento nas áreas de saúde, educação ou cultura e na prática de esportes. Convêm ressaltar que, inicialmente, iniciou como projeto Renascer, sendo que a primeira turma era composta por 44 meninos.

Dessa forma, a Marinha do Brasil, como uma força armada de combate, demonstra através desse projeto, com a juventude, que sua missão não é somente empregar o poder naval na defesa do solo pátrio, mas também, nas ações mais abrangentes quanto a ajuda aos desvalidos representados por meninas e meninos desamparados. Assim, representada pelo Comando do Quinto Distrito Naval e suas organizações militares, que envolve Grupamento de Fuzileiros Navais, navio Museu Corveta Imperial Marinheiro, navios patrulhas, Policlínica Naval e às "Voluntárias Cisne Branco"[5] dispõem de possibilidades que levam à

[4] Convém ressaltar que, segundo informações, atualmente, a Marinha possui 186 projetos sociais no geral, mas não encontramos dentro da própria instituição um projeto nesse modelo.

[5] O Departamento "Voluntárias Cisne Branco" (VCB) é um segmento do Abrigo do Marinheiro, organização civil sem fins lucrativos, que tem o propósito de contribuir para o bem estar dos militares e servidores civis da Marinha, por meio de atividades sociais complementares àquelas já realizadas pela MB. Fonte: http://www.vcb.org.br/, acesso em 31/08/2017.

concretização profissional que conduz esperança e que revelam como navegar em direção aos sonhos. Além disso, instituições civis passam a fazer parte do roteiro de órgãos voluntários patrocinadores das atividades necessárias à boa formação dos estagiários sociais, como, UNIMED, Termasa-Tergrasa, papelaria Pacotão, Praticagem da Barra e a FURG.

Se torna importante ressaltar que, na história, a preocupação que a Marinha teve com os jovens cidadãos vem de longas datas, para isso nos reportamos ao ano de 1833, em que a ideia de cultura escolar aparece como uma ferramenta que permite observar a relação da escola com a sociedade no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o cotidiano das aulas e expressam nele as contradições sociais. Malikoski e Kreutz (2014) lembram ainda que ela fomenta o sistema de compreensão de símbolos, normas, códigos e condutas que formam os discursos e as representações de consensos sobre os fenômenos e os objetos da escola.

Com isso, o Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres, "preocupado em prover um ensino voltado a uma educação militar que fornecesse conhecimento profissional e artesanal aos jovens militares da Armada. Posteriormente, o avanço das tecnologias foi a justificativa do Ministro Torres para militarização das praças" (NETO, 2001, p. 48).

Essa militarização faria efeito ao Estado como forma de controle social daqueles que eram considerados uma ameaça à sociedade e ao próprio Estado. Poderia, também, ser a forma de suprimir o antagonismo entre o setor mercantil e o próprio Estado. Com esse propósito, solidificar a ideia na criação de um órgão fixo para instruir e preparar jovens, que estavam sediados em divisões navais, no intuito de distribuí-los aos navios para servir à nação. Dessa forma, o então Ministro da Marinha Rodrigues Torres apresenta ao Senado, em sessões realizadas no início dos meses de junho e julho de 1833; projeto aprovado pela Câmara dos Deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela

casa, composta pelos deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira, que fixava as forças navais para os anos de 1834 e 1835. O resultado, que a proposta de criar um órgão fixo de recebimentos de jovens criminalizados pela sociedade para serem formados Marinheiros, foi aprovado naquele ano na Câmara dos deputados e, posteriormente, reprovado no Senado.

Em 1836, Salvador Maciel, Ministro da Marinha à época, encaminha a proposta de criação das Companhias Fixas de Aprendizes-Marinheiros, ideia essa aprovada e, então, nasce os primeiros órgãos de formação de Marinheiros, até que em 1840[6] é criado o primeiro prédio fixo de acolhimento e formação de jovens em estado de vulnerabilidade social para os serviços da armada, sediado na Ilha de Boa Viagem em Niterói/RJ. Esse tipo de empirismo social fez criar 15 anos depois outras companhias de aprendizes-marinheiros sediadas em várias províncias do Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, que discorreremos mais abaixo. Para Venâncio (2000, p. 199), é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se fundam ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam estar sob os cuidados de seus responsáveis ou de hospitais. De certa forma, confirmava-se certo paternalismo para com esses jovens, pois "os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe e os demais aprendizes como irmãos; eles formariam então os denominados "batalhões da esperança" (VENÂNCIO, 2004, p. 195). Segundo Serralheiro (2017, p. 23), "as Companhias de Aprendizes podiam, estrategicamente, recolher das ruas não só escravos alforriados, como também aqueles pequenos indivíduos que estavam ameaçando a ordem estabelecida e sujeitos a adquirirem todo tipo de vício".

Boa parte disso, que foi discutido acima, diz respeito exclusivamente a jovens do gênero masculino, porém demonstra

[6] Decreto nº14 combinado com a lei 148 de 27 de agosto 1840 funda a primeira e única companhia de aprendizes-marinheiros do Brasil, até aquele momento, sediada na corte e considerado o principal pilar do projeto militar-político da armada.

que a Marinha a partir da sua criação já vinha pensando em programas que tinha o objetivo de prestar algum tipo de trabalho visando dar aos desvalidos algum tipo de condição de inserção. Aquela manifestação estatal do Império também validava essa postura, afirmando ser a rua "a grande escola do mal" (MARCÍLIO, 1998, p. 76) e "o espaço de produção dos futuros delinquentes". (SERRALHEIRO, 2017, p. 23).

Não nos reportamos ao trabalho da Marinha com as meninas naquela época devido não ter havido nenhum tipo de atividade que as forças Armadas executavam para elas, principalmente por ter sido uma sociedade patriarcal e "etnocêntrica" (ROCHA, 1994, p.7-94). Isso porque no século XIX, a Marinha, pelo seus integrantes sejam eles do corpo de praças e, principalmente, oficiais compartilhavam de uma sociedade em que as jovens desvalidas não tinham nenhuma valorização e oportunidade nas forças Armadas, consequentemente, as excluindo das participações do meio.

O tipo de seguridade que elas recebiam vinham de instituições religiosas em várias regiões do Brasil, conforme relatado pelas irmãs Rizzini:

> As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criado por religiosos. Os recolhimentos para órfãs no Brasil são tão antigos quantos as Casas de Expostos[7]. Os do Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco e Maranhão surgiram no século XVIII, voltados para a educação de órfãs pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), filhas de legítimo casamento. A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom

[7] Uma modalidade de atendimento a bebês abandonados de longa duração foi o sistema das Rodas de Expostos, surgido no período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia e somente extinto na República. No século XVIII, Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos, que recebiam bebês deixados na Roda, mantendo no anonimato o autor ou a autora do abandono. (Idem, p.23)

> casamento, através de uma educação condigna e do dote. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 25).

Conforme as autoras, no século XIX, as meninas órfãs e desvalidas eram inseridas em casas de recolhimentos do tipo conventos e colégios católicos administrados pela igreja. A referida instituição em algumas regiões do Brasil citadas acima designavam as órfãs pobres e às expostas, que atingissem a idade de 7 anos até aquelas em que se casariam. Portanto, não tinham opção de escolhas pessoais além da educação religiosa e da familiar impostas pelo conceito da época, que era pautada nos arranjos familiares devido as ligações entre homens e mulheres. Completando com o relato das irmãs Rizzini, convêm acrescentar que "as primeiras rodas dos expostos foram instaladas em Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo" (MARCÍLIO, 2000, p.64).

No final da primeira metade do século XIX, a Marinha cria a primeira unidade militar com o objetivo de captar jovens desvalidos em condições de vulnerabilidade em várias regiões do Rio Grande do Sul, ou seja, a "Capitania dos Portos"[8], futuramente, na segunda metade desse mesmo século, a Marinha cria uma unidade militar capaz de dar aos jovens em vulnerabilidade social condições de aprendizados pedagógicos, isto é, as primeiras letras (alfabetização), essa unidade nasce com o nome de "Companhia de Aprendizes-Marinheiros"[9] que, sucessivamente, passou a se chamar "Escola de Aprendizes-Marinheiros"[10] na cidade de Rio Grande, que teve sua trajetória na arte de militarizar e ensinar entre os anos de 1861 a 1922. Diante disso, no âmbito da cultura escolar, estabeleceu aos jovens ações de instrução com o propósito de dá-los o ensino de ofício para os meninos desvalidos, com a tenra idade entre 10 e 17 anos.

[8] A Capitania de Rio Grande criada pelo Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846.

[9] Criada pelo Dec. 2725 de 12 de janeiro de 1861, sua localização é onde é hoje o Comando do 5º Distrito Naval.

[10] Decreto nº 9371, de 14/02/1885.

Em 2014, no salão nobre do Comando do Quinto Distrito Naval foi assinado acordo de cooperação, "em forma de convênio"[11] celebrado entre essa instituição militar por intermédio de seu comandante, e os municípios de Rio Grande e São José do Norte, representados por seus prefeitos municipais, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares, para implementação de Estágio de Integração Social para adolescentes em situação de Vulnerabilidade Social. A baixa escolaridade, a situação de instabilidade social e a impossibilidade de participar de cursos técnicos ou profissionalizantes e de acessar o mundo interno do militarismo são características coletivas dos jovens que participam do programa.

Para inscrição e permanência nos Projetos Ametista e Renascer, os adolescentes deverão, obrigatoriamente, estarem matriculados em escolas de ensino regular e apresentar índices de frequência satisfatório, das quais não poderão desistir e se afastar da escola sob pena de expulsão do projeto, cabe salientar que durante aqueles anos alguns poucos jovens foram sendo excluídos por motivos diversos, entre eles, excesso de infrações disciplinares, poucas frequências regulares em escolas de ensino regulamentar, baixos rendimentos educacionais, fatores esses que prejudicam o andamento do projeto e influenciam negativamente os outros participantes, ainda porque um dos objetivos é (re)integrá-los e não excluí-los.

A exigência dessa obrigatoriedade, como requisito, é um dos modos de tê-los em atividade nas instituições de ensino. Visto que, segundo dados estatísticos, o número de alunos matriculados decresceram, que deveriam estar no processo regular da Educação Básica. Tomando como parâmetro o ano de 2013, havia no Brasil cerca de 56 milhões de estudantes, divididos em variados níveis, etapas e modalidades educacionais, sendo que 76,3% deles as

[11] Art. 16 da Lei 8.666/93 nas cláusulas 1ª à 7ª.

cursavam instituições públicas de ensino. Deste contingente, 37,2% eram adolescentes e jovens com idades entre 14 e 29 anos. Logo, se percebeu a importância da participação dos jovens como grupo específico no conjunto da educação brasileira (Pnad, 2013, IBGE).

Na Tabela 1- Jovens estudantes estão distribuídos em três níveis e etapas educacionais.

Etapa	Nº de pessoas	%
Ensino Fundamental	6.658.000	**31,8%**
Ensino Médio	8.998.000	43%
Educação Básica	15.710.000	75%

Fonte: Pnad, 2013, IBGE.

Esses dados acima levam em conta os dois gêneros e a amostra de domicílios, todavia, também denotam que há um número significativo de jovens brasileiros fora do sistema escolar, por exemplo, a falta de incentivo familiar, abandono e/ou reprovação na escola, mas numa situação de significativa defasagem entre idade e série de ensino frequentado.

No Brasil, nas últimas décadas, nota-se que, quando se tem notícias sobre os jovens nas mídias sociais, é quase sempre aquela visão estigmatizada em relação aos seus maus comportamentos, principalmente, daqueles oriundos das camadas mais baixas da população, para isso esses projetos tendo como instituição responsável, a Marinha, para tentar disciplinar e moldar os maus costumes trazidos da sociedade usam os dois principais pilares do militarismo: disciplina e hierarquia como regra de prática na vida dos jovens. “Quando chego em casa, conto para minha mãe, pai e irmã como todos se tratam aqui, com disciplina e hierarquia. Me identifiquei muito com a Marinha e quero ser militar”, disse, com

sorriso no rosto, a estudante do 7º Ano de Ensino Fundamental, Ana Clara Alves, 14 anos.[12]

É importante destacar que, quando se pensa em educação militar e na dinâmica oferecida para os indivíduos, é preciso criar um ambiente de controle onde seja possível ter o respeito para gerar disciplina. O processo envolve mecanização dos movimentos, onde o foco prioritário é a uniformização dos comportamentos, da desenvoltura e da apropriação de conhecimentos para tal fim, para isso os instrutores ensinam marchar e ordem unida, que envolvem posição de sentido, esquerda e direita volver. Assim, na visão de Foucault (2009, p. 147) "o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impôr uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e rapidez", esse poder disciplinar tem o corpo como instrumento de controle. Com base no autocontrole dos corpos, os métodos pedagógicos militares têm ressaltado o "autodisciplinamento, pelo qual os estudantes devem conversar a si e aos outros sob controle" (GORE, 1994, p. 14).

Torna-se relevante apontar que esses projetos criam pontes entre indivíduos, que talvez nunca se falassem. Ao relacionar os jovens com os servidores da Marinha e organizações parceiras, como citadas anteriormente, que propicia o encontro de diferentes trajetórias de vida. Esse método, que faz com que os adolescentes transitem entre mundos diversos e até levando as experiências de um lado para outro, tornando-se, futuramente, agentes de transformação social. Segundo Matheus Dias Souza, de 16 anos, "participamos de muitas coisas e aprendi muito. Foi muito bom. Vou levar essa experiência e, principalmente, o companheirismo"[13]. De certa forma, as atividades mobilizam esses jovens a superar os obstáculos da vulnerabilidade socioeconômica e, ao mesmo tempo, em que são o exemplo de que o Brasil precisa de oportunidades

[12] Revista Âncora Social, ano 8, nº8, 2015, p. 50.

[13] Fonte: *Jornal Agora*, 2015.

igualitárias. Assim, são usados os parâmetros seletivos para os jovens candidatos aos estágios, com a presença dos integrantes dos conselhos tutelares das duas cidades que fornecem estagiários de integração social.

Dentro do processo seletivo, o conselho tutelar, como órgão responsável, obrigatoriamente, cadastra os jovens através de fichas contendo informações biográficas e outras informações pessoais a respeito da situação familiar, uso de drogas e medicamentos, relação com os estudos, situação financeira e passagem pelo conselho tutelar, com essas informações os conselheiros fazem a separação e seleciona os candidatos. O motivo de tudo isso não é somente a seleção, mas também, traçar o perfil socioeconômico que favorece os adolescentes que realmente necessitam de ajuda, ou seja, aqueles oriundos de famílias de baixa renda e que estejam em situação instável e precária.

Durante o curso, ao chegarem no interior da instituição, os jovens são moldados, com o intuito de atribuírem características de docilidade, conforme as rígidas rotinas impostas pelos instrutores, dessa forma, é estabelecido a concentração do poder cultural e social, a rigidez das diferenças sociais e a perpetuação das estruturas de dominação sobre aqueles corpos no interior dos projetos Ametista e Renascer, é uma marca indelével de mudar a mente e o comportamento daqueles jovens. Ainda assim, os mesmos só vieram para o interior dessa estrutura militar graças à instalação de um real aparato de recrutamento que envolve os serviços sociais e autoridades políticas e militares, em que executam um papel de fundamental importância. Os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada "as boas-vindas" (GOFFMAN, 1961, p.55).

Geralmente, as atividades têm duração de 18 semanas, isto é, 4 meses, prevista para o período a começar em junho ou julho e terminar em outubro ou novembro, no turno da tarde, das 12:30 às 16:30, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados. O exercício

do poder sobre o tempo implica obter um monopólio dos atos de definir e controlar a sua chegada e saída sobre a qual incidirá esse poder. Seguindo Foucault (2009, p. 145-146), "a exatidão e a aplicação do tempo são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar". Dessa forma, "o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (Idem, 146).

O currículo de atividades a serem desenvolvidas compreendem diversas ações de cunho educativo, entre elas, noções de primeiros socorros e boas maneiras, orientações sobre dependência química e doenças sexualmente transmissíveis, aulas de educação moral e cívica, práticas esportivas, recreativas, culturais e capacitações para o aprimoramento profissional. Tudo isso especificado conforme o relato da jovem Dienifer da Silva Araújo, de 15 anos, "ter passado pelo projeto foi muito positivo. Estou feliz. Fiz amizades novas. Aprendi bastante coisa. Fizemos curso de marketing pessoal"[14].

Nesse sentido, a parceria com órgãos de formação profissional, como o SENAI, passam a fazer parte de um roteiro de integração com outros programas, que inclui a inserção profissional dos jovens no mundo do mercado de trabalho. Além disso, estabelecer esses tipos de programas de aprendizagem contínua têm o propósito de enfatizar a importância da educação pelo viés do conhecimento profissional para uma futura realização pessoal, e também, para a formação social daqueles indivíduos. Sendo assim, o projeto é destinado a meninos e meninas que estão no processo de escolarização no Ensino Fundamental e Ensino Médio, visando ajudar de forma incentivadora esses jovens que estão no período educacional de modo que possam agregar à qualificação profissional na sua participação como cidadão ativo. Segundo Juliana Corrêa, integrante da primeira turma, em 2000, atualmente, Cabo Enfermeira da Marinha, servindo na Policlínica

[14] Idem.

Naval de Rio Grande, "ter passado pelo Ametista, eu fiquei mais concentrada nos meus objetivos. Nos estudos. Escolhi uma meta de vida. Aprendi a ter mais disciplina, pois eu era muito revoltada".

Referente a atuação da Marinha na questão educativa dos meninos, Leandro de Oliveira Vargas viu seu destino mudar e conseguiu realizar um sonho de ser militar. Morador de um bairro humilde de Rio Grande (RS) e mais velho de uma família de quatro filhos, ele ingressou no projeto Renascer, quando tinha 14 anos. Aprovado no concurso para a escola de aprendizes-marinheiros, Leandro viu que seu horizonte era muito mais amplo que ele imaginava. Seu primeiro contado com a MB veio por meio da Vila dos Oficiais. "Meu pai prestava serviço no Jardim do Sol e, desde criança, costumava ir para ajudá-lo. Eu vi os Comandantes e Tenentes falando dos navios e do orgulho de servir e comecei a me interessar pela Marinha", lembra. A partir disso, começou a pesquisar sobre a força.

Quando conheceu uma ação desenvolvida pelo Grupamento de Fuzileiros Navais de Rio Grande, na área do Com5ºDN, viu uma oportunidade para mudar de vida, tratava-se do projeto Renascer. "Naquela época, eu estava começando a andar em más companhias. Meu pai viu que me afastava do meu sonho e conversou comigo sobre o projeto", lembra o militar. "O Renascer foi tudo para mim, ampliou minha visão e a disciplina me ajudou muito. Posso dizer que o projeto mudou minha vida e da minha família também. Colocou-me no rumo certo de novo. Vi que podia sonhar", explica. Do Renascer, ele foi prestar o serviço militar obrigatório no Com5ºDN, a disciplina contribuiu para que ele mantivesse o foco nos estudos para ser aprovado no concurso de Aprendizes-Marinheiros. "Assim que pude, servi como recruta e fiquei firme que a Marinha era o que eu queria"[15]. Atualmente, Vargas tem 24 anos e é Cabo da Aviação, isso denota que a disciplina com base no poder produz causa e efeito na vida

[15] Revista Âncora Social, ano 9, nº9, 2016, p. 49.

daqueles jovens. Conforme Foucault (1995, p. 40), “se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros”. De acordo com a reflexão de Foucault, Serralheiro (2017, p. 18), entende que “o poder é um exercício que corresponde a ação de uns sobre outros; não é algo que uns possuem e de que são vítimas”.

Imagem: Renascer e Ametista, turma de 2017 juntos na Casa do Marinheiro em Rio Grande.

Foto: 2º SG-FN-MU Maia.

Observe que, posicionado ao centro, encontra-se o Cabo Fuzileiro Naval Juarez, na qual foi integrante do projeto Renascer como estagiário em 2002, e também, na foto abaixo identifica-se a Cabo Enfermeira Senna, que fez parte da primeira turma do projeto Ametista em 2000, isso denota o quanto esse projeto inspirou esses personagens atualmente a estarem passando seus conhecimentos militares a todos esses jovens.

Por isso, a disciplina se torna para a formação educacional um dos pilares mais significativos para o futuro profissional dos adolescentes. Disciplina e responsabilidade são ensinamentos que

Juliana de Araújo Machado, 21 anos, leva para o resto da vida. Ela trabalha, atualmente, como auxiliar administrativo na Refinaria Riograndense e diz que conquistou o emprego com o apoio do projeto Ametista, que frequentou em 2004. "A Marinha oferece ao jovem oportunidade de sentir-se útil e enfrentar desafios, afastando os jovens do projeto da criminalidade e das drogas"[16].

"Se não fosse o projeto Renascer, a realidade do meu filho poderia ser muito diferente. Muitos dos meninos que moram no mesmo bairro, e que cresceram com as mesmas perspectivas para o futuro, estão viciados em drogas". A declaração é do Dona Verôni, 49 anos, mãe do Soldado Fuzileiro Naval Linhar[17].

Esses 17 e 19 anos que marcaram a fundação desses projetos nas cidades em questão até o processo de recebimento deles, a saber os jovens, nas unidades militares responsáveis por formá-los possuem uma relevância, por ser este um dos braços do Estado para captação e controle e instrução das camadas menos privilegiadas e também devido à localidade ser um bom espaço para a formação de futuros cidadãos, e também, futuros militares. Assim, para a concretização dos planos de controle dentro da esfera militar, foi necessário o uso do poder com base na força de liderança dos instrutores para alicerçar o projeto de ter os jovens sobre as rédeas do sistema.

Referências

BIAGGIO, A. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral.* São Paulo: Moderna, 2006.

BUITRAGO, José Penalva. *O Professor como Formador Moral: a relevância do exemplo.* São Paulo: Edições Paulinas, 2008 - p. 108.

[16] Revista Âncora Social, ano 2, nº2, 2009, p. 65.

[17] Idem, Ibdem.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão.* 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos.* SP: Perspectiva, 1961.

GORE, J. M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação.* Vozes: Petrópolis, 1994.

KIRSCH, D. B.; MIZUKAMI, M. da G. N. Prática docente: os instrutores militares na Academia da Força Aérea. In: *IV ENCONTRO PEDAGÓGICO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR [EPESM].* Anais... Suplemento da Revista de Villegagnon, Rio de janeiro, 2 a 6 set., 2012. p.72-76. ISSN: 1981-0342.

MALIKOSKI, Adriano e KREUTZ, Lucio. A cultura escolar como categoria de análise na produção de narrativas históricas sobre educação. *Revista Textura,* Canoas n.32, p.245-260 Sete/Dez. 2014

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da criança abandonada.* São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil (1726-1950).* In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

NETO, José Miguel de A. *Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910).* Tese de doutorado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

RIZZINI, Irene. & RIZZINI. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo.* Editora brasiliense, 11ª ed. São Paulo, 1994.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil.* São Paulo; Contexto, 2004.

_____. *Famílias abandonadas:* assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador (séculos XVIII e XIX). Campinas, SP: Papirus,1999.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada Imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Dissertação de mestrado em História – UFPel, Pelotas, 2017.

Fontes

Relatórios, decretos, leis, falas de autoridades e sites

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.424/96), Art. 1º e § 24.

Constituição Federal (1988) no título III, capítulo II, Art. 22 e § 24.

Lei Federal 8.666/93 Art. 16 nas cláusulas 1ª à 7ª. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm

Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, decreto nº14 combinado com a lei 148 de 27 de agosto 1840, decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861, decreto nº 9371, de 14/02/1885. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legi/fed/declet/1824-1899/

Relatórios do Ministro da Marinha dos anos de 1834, 1835, 1836 e 1840. Disponível em http://www.crl.edu.

Voluntárias Cisne Branco (VCB). Disponível em: http://www.vcb.org.br/

Jornal e revistas

Jornal Agora, 2015.

Revista Âncora Social, ano 2, nº2, 2009, p. 65, ano 8, nº8, 2015, p. 50, ano 9, nº9, 2016, p. 49.

30

A associação "fuzinauta" e a "cidade vermelha": a mobilização dos marinheiros e a repressão na cidade de Rio Grande-RS no contexto do golpe civil-militar de 1964

Robert Wagner Porto da Silva Castro[1]

Introdução

O processo histórico que resultou no golpe civil-militar de 1964 e na consequente ditadura que se abateu sobre o Brasil durante as duas décadas que se seguiram, têm sido objeto de análises e debates historiográficos que buscam contribuir para um melhor entendimento acerca desse período tão tensionado da história recente brasileira. Contudo, alguns acontecimentos que compõem esse quadro ainda são pouco analisados pela historiografia, entre os quais destaco a mobilização de membros e apoiadores da AMFNB, em sua maioria absoluta praças nas graduações iniciais[2] da carreira naval. Que, mesmo sendo um dos eventos mais emblemáticos e controversos naquele contexto, ainda conta com poucas análises que se debrucem efetivamente sobre o referido movimento de praças da Marinha brasileira. As quais, em sua maioria, não obstante o tamanho continental de nosso país,

[1] Doutorando em História - PUCRS

[2] Grumetes, marinheiros, soldados e cabos.

concentram suas análises sobre seus grandes centros. Ficando assim, a maioria das localidades brasileiras relegadas a alguns poucos trabalhos de pesquisadores locais, ou ainda, à uma lacuna historiográfica, como é o caso da cidade de Rio Grande-RS.

Nesse sentido, se faz necessário o aprofundamento e a ampliação do debate historiográfico acerca desse evento que integra um momento ainda tão nebuloso de nossa história, especialmente, seus desdobramentos fora dos grandes centros do país. E é com este intuito que, no presente artigo, apontaremos e analisaremos indícios da atuação da associação "fuzinauta"[3] na urbe riograndina, bem como, de eventuais apoios junto a lideranças sindicais e políticas da cidade, em um contexto que culminou em na repressão implementada em Rio Grande-RS ainda nos instantes iniciais do golpe. Problematizando o fato de ter sido atribuída à Marinha a tarefa de capitanear as ações repressivas na cidade, envidando esforços no sentido de perseguir e prender eventuais lideranças no sentido de mitigar ou impedir ações de resistência na região.

Dessarte, a fim de melhor situar o leitor acerca do objeto abordado neste artigo, se faz necessário apresentar, de modo sucinto, a trajetória de mobilização da AMFNB – desde a sua fundação, em 25 de março de 1962, até o golpe de 1964 – destacando o posicionamento historiográfico e as análises de alguns autores sobre o tema. Cabe ainda, historiar brevemente acerca da cidade de Rio Grande-RS e algumas de suas particularidades, as quais se revestem de significativa relevância para o presente trabalho.

1. A associação "fuzinauta" e a "cidade vermelha"

Constituída em sua gênese como um "ato de resistência"[4] daqueles marinheiros enquanto grupo ou segmento social

[3] Termo empregado na Marinha para fazer referência a algo comum à marinheiros e fuzileiros navais.

[4] CHAUI, "Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil." p. 63.

específico na Marinha. Ou ainda, de acordo com seu próprio estatuto, como um "órgão de representação social de classe"[5], composto por praças da Marinha do Brasil nas graduações até cabo. A AMFNB tinha como principal objetivo diminuir a acentuada condição de vulnerabilidade social em que se encontrava parcela significativa de seus associados. Condição essa que contrastava com a realidade dos oficiais, cujo condicionamento cultural e intelectual, durante o curso de formação, visava prepará-los para representar o Brasil no exterior, por ocasião das constantes viagens que realizariam durante suas carreiras na Armada. Esse objetivo se materializava em ações, de caráter essencialmente assistencial, empreendidas pela AMFNB junto aos associados e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade), amparo aos soldados e grumetes recém "embarcados" na Marinha (principalmente aqueles oriundos de outros estados do país) e ajuda aos marinheiros que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo.

Entretanto, na esteira dos diversos movimentos vinculados a segmentos de trabalhadores e estudantes que se mobilizavam em torno de reivindicações ligadas a questões sociais. A partir dos meses finais do ano de 1962 um grupo mais combativo e politizado, formado em sua maioria por marinheiros que serviam embarcados nos navios, passou a fazer forte oposição interna à primeira diretoria da associação. Essa oposição se fundamentava em denúncias contra o presidente, cabo João Barbosa, acerca de sua tendência de aproximação em relação ao Conselho do

[5] Termo empregado no Estatuto da AMFNB - Base de dados do Projeto "Brasil Nunca Mais" (BNM) digital -BNM 149, p.2588-2594.

Almirantado[6], em detrimento de ações mais significativas para apresentar e reivindicar as demandas dos marinheiros. Culminando na convocação de eleições em abril de 1963, as quais foram vencidas pelo grupo de oposição, que passou então a compor a diretoria da AMFNB, cujo novo presidente era o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos[7]. Sob sua presidência a segunda diretoria da AMFNB era composta por nomes como Marco Antônio da Silva Lima, Avelino Bioen Capitani, os irmãos José e Antônio Duarte dos Santos, Geraldo Costa e Adilson Aquilino, entre outros.

A partir deste momento, tendo em vista as constantes negativas por parte da alta administração naval em abrir canais de diálogo com os marinheiros acerca de suas demandas, a associação adotou uma postura mais incisiva ao apresentar suas reivindicações. Entre estas, além daquela relacionada aos baixos salários, estavam outras que também tinham relação direta com a condição social à que eram submetidos cabos, soldados e marinheiros. É o caso do acesso aos estudos, especialmente por aqueles militares que serviam embarcados, uma vez que a própria rotina de viagens não favorecia à atividade estudantil por parte dos marinheiros. Que ainda esbarravam no rígido Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM) e em normas internas, que, entre outras coisas, os impedia de contrair matrimônio sem a "devida autorização" e de usar traje civil quando estivessem fora dos navios ou dos quartéis, por exemplo. E ainda, os proibia de transitar pelas

[6] De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 22070 de 10 de novembro de 1932; este é um órgão consultivo da administração naval para o estudo de problemas técnicos e administrativos que não sejam de caráter privativo do Ministro da Marinha.

[7] Alguns autores, inclusive historiadores e jornalistas, atribuem a graduação de cabo a José Anselmo dos Santos em virtude da insígnia de marinheiro de primeira classe contar com duas divisas, a exemplo da insígnia de cabo no Exército. Deste modo Anselmo ficou popularmente conhecido como "cabo" Anselmo.

ruas após a meia noite, sob pena de serem recolhidos ao Presídio da Marinha[8].

Desse modo, com a mudança de postura da AMFNB, por ocasião da atuação de sua segunda diretoria e da própria conjuntura política vivenciada no país à época, a alta administração naval passou a se opor às ações da associação e continuou inflexível quanto às reivindicações e demandas apresentadas pelos marinheiros. Contribuindo assim para a escalada de uma crise interna aos quadros da Marinha, que resultou no episódio da assembleia dos dias 25 a 27 de março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, que teria significativa relevância nos desdobramentos políticos que culminaram com o golpe civil-militar no ano de 1964.

Dessarte, tanto na historiografia quanto na memória da sociedade brasileira acerca do golpe civil militar de 1964, a mobilização dos marinheiros figura como um dos eventos que contribuíram de maneira decisiva para a desestabilização das bases de apoio ao presidente Goulart, em especial para que os oficiais indecisos se definissem pelo apoio ao golpe. Das diversas organizações de esquerda e as entidades de classe que se faziam representar à época – muitas das quais enveredaram pelo caminho da luta armada após o golpe – a mobilização por direitos sociais e a repressão aos membros da AMFNB ainda carece de um estudo historiográfico que venha aprofundar o debate acerca do processo de mobilização daqueles militares e sua contribuição efetiva nos desdobramentos da crise política que conduziram ao golpe em 1964. Sobretudo pela relevância atribuída a esse movimento e à atuação pública de seus integrantes na apresentação de suas demandas por direitos sociais e questões relativas à carreira naval, cujo ápice se deu na assembleia comemorativa do segundo

[8] Organização militar, situada na Ilha das Cobras (região central da cidade do Rio de Janeiro), destinada ao cumprimento de penas restritivas de liberdade aplicadas aos militares da Marinha. Inclusive aquelas relativas às faltas disciplinares aplicadas por comandantes de navios e quartéis onde não houvesse local disponível para a guarda de presos, local este denominado "bailéu".

aniversário da associação, em 25 de março de 1964, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

Nesse sentido cabe destacar que parcela significativa da historiografia aborda a mobilização dos marinheiros – principalmente a supramencionada assembleia – como parte decisiva do processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Em uma abordagem mais abrangente, alguns autores trabalham o movimento dos marinheiros como "a gota d'água"[9] da crise do governo Goulart, em 1964. Sem aprofundar suas análises de modo a buscar uma melhor compreensão do contexto das reivindicações daqueles militares, bem como, da escalada da crise com a alta administração naval.

Daniel Aarão Reis entende os principais movimentos de praças das Forças Armadas[10], anteriores ao golpe, como movimentos que atentavam aos "fundamentos da disciplina e da hierarquia, condições indispensáveis para o exercício de comando de quaisquer forças militares regulares"[11]. E ainda classifica a mobilização dos integrantes da AMFNB como "a insubordinação da associação dos marinheiros no Rio de Janeiro"[12], sem fazer referência às suas demandas específicas ou à questão social inerente aos quadros da Marinha do Brasil, reduzindo a mobilização dos marinheiros à uma questão meramente disciplinar.

Outro autor que aborda o movimento dos marinheiros no Rio de Janeiro em 1964 é Thomas Skidmore, que analisa a mobilização desses militares a partir da conjuntura política do país naquele período, no ápice da crise do governo Goulart. O autor cita algumas demandas dos marinheiros – tanto sociais quanto aquelas

[9] FERREIRA e GOMES. "1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil." p. 315.

[10] Revolta dos sargentos em Brasília (1963) e a mobilização dos marinheiros no Rio de Janeiro (1964).

[11] REIS, "O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)". p. 38.

[12] Idem.

específicas da profissão – e a mobilização "na organização de uma associação de marinheiros"[13] a qual classifica como "um sindicato que exigiria melhoria de condições de trabalho (...) melhor soldo e o direito de se casarem e de usar trajes civis quando fora do serviço"[14]. Em sua abordagem, Skidmore caracteriza o movimento como "espontâneo" e altamente influenciado pelas esquerdas radicais, colocando a luta por direitos sociais e a própria questão social inerente aos quadros da força naval em segundo plano, em favor da crise política em 1964.

Em uma análise com foco mais reduzido acerca da crise entre a AMFNB e a alta administração naval, os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes enfatizam as demandas "fuzinautas", ressaltando que "marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra tinham várias e antigas reivindicações não atendidas"[15]. Nesse sentido, acerca da assembleia do dia 25 de março no sindicato dos metalúrgicos da Guanabara, os autores afirmam que "é importante compreender o contexto político que envolveu a preparação e realização desse evento, bem como, as personagens que nele atuaram e acabaram em cena aberta"[16]. Sem deixar de destacar a relevância da questão disciplinar nas Forças Armadas no contexto da derrocada final do governo Goulart, os autores contextualizam as reivindicações dos subalternos e a própria questão social latente Marinha, em um cenário de efervescência política e intensas mobilizações e lutas sociais.

Dentre o conjunto de obras que abordam de modo mais específico o movimento dos marinheiros da AMFNB, ocorre uma predominância daquelas de cunho memorialista. Mas é possível destacar alguns trabalhos historiográficos, entre os quais destaco o posicionamento do historiador Paulo Parucker, que apresenta o

[13] SKIDMORE. "Brasil: de Getúlio a Castelo". p. 358.

[14] Idem.

[15] Ibid, p.316.

[16] Ibid, p.317.

"movimento político dos subalternos militares no Brasil, de 1961 a 1964"[17], contextualizando os marinheiros e a AMFNB como "protagonistas dos acontecimentos da Semana Santa de 1964, que teriam precipitado a deposição de Goulart"[18]. Situando-os assim em uma conjuntura maior de luta de classes na sociedade brasileira dos anos iniciais da década de 1960. Desse modo, Paulo Parucker confere significativa relevância à questão social nas instituições militares brasileiras, sobretudo na Marinha, e às demandas de seus quadros subalternos.

Em uma análise mais específica, Flávio Luís Rodrigues analisa a mobilização dos subalternos da Marinha do Brasil e sua luta por direitos sociais, políticos e por melhores condições de trabalho. O autor enfatiza a atuação combativa da segunda diretoria da AMFNB junto à alta administração naval, suas reivindicações relacionadas à carreira naval de seus representados e a direitos políticos e garantias sociais a eles negados pelo comando da Marinha. Rodrigues ressalta também a proximidade da AMFNB com organizações e entidades de esquerda e afirma que associação "mostrava-se simpática às reformas defendidas pelo governo de João Goulart e a seu trabalhismo reformista"[19]. Em sua análise, Rodrigues procura evidenciar a participação dos marinheiros enquanto sujeitos sociais no contexto que culminou com o golpe em 1964, do mesmo modo como são assim reconhecidos pela historiografia outros segmentos sociais, como, por exemplo, estudantes e camponeses. Reconstruindo as experiências sociais daquele segmento específico em detrimento de posicionamentos que entendem a mobilização dos marinheiros como um movimento influenciado por forças comunistas ou por elementos das elites nacionais alinhados aos interesses dos Estados

[17] PARUCKER. "Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília." p. 15.

[18] Ibid, p.16.

[19] RODRIGUES. "Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964". p.12

Unidos da América (EUA) no país. Em detrimento da legitimidade das reivindicações dos marinheiros e da questão social latente na Marinha.

No que concerne a Rio Grande-RS, não há na historiografia – mesmo na historiografia local – pesquisas que analisem os desdobramentos da mobilização dos marinheiros ou uma eventual atuação da AMFNB na cidade. O que vem reforçar a relevância do presente artigo no sentido de apresentar análises e estabelecer debates sobre o tema.

Nesse sentido, paradoxalmente à sua pouca notoriedade perante o senso comum da sociedade brasileira, a cidade de Rio Grande-RS teve destacada importância no cenário político-econômico, não apenas do estado gaúcho, mas a nível nacional. Isto devido ao reconhecido histórico de atividades industriais exercidas na cidade, que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento de uma forte tradição sindical, aspecto que conferiu à cidade a alcunha de "cidade vermelha".

Dessarte, ao longo da primeira metade do século XX Rio Grande-RS experimentou uma intensa industrialização e um consequente aumento nas atividades mercantis através de seu porto. Nesse cenário, uma categoria de trabalhadores se destacou em suas mobilizações, alcançando significativa notoriedade, que estava diretamente ligada à importância do porto riograndino. Dessa maneira, os portuários passaram a ter destacada atuação na cena política da cidade e, em 1960, constituíram o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS, que desde a sua criação já assumia posição de liderança frente a outros sindicatos e associações de trabalhadores locais. Esta liderança se deu especialmente nos tensionados momentos de reivindicações trabalhistas e mobilizações sociais vivenciados pelo país nos anos iniciais da década de 1960.

Nesse quadro, em um universo onde as similitudes entre portuários, estivadores e marinheiros transcendiam questões inerentes unicamente ao aspecto profissional, se configurou uma

"perigosa proximidade" entre elementos desses e outros segmentos na urbe riograndina. Que se tornou ainda mais "perigosa" no contexto da mobilização dos marinheiros da AMFNB, especialmente a partir do ano de 1963, quando se agravou a crise entre os integrantes da associação "fuzinauta" e a alta administração naval. Em uma cidade relativamente pequena, em comparação aos grandes centros urbanos e capitais portuárias do país, mas que experimentava um intenso processo de industrialização fundamentado nas atividades de seu porto. À semelhança de seus congêneres de cidades como Rio de Janeiro-RJ, Santos-SP e Recife-PE; os portuários de Rio Grande-RS enfrentavam os estigmas sociais comuns a todos os trabalhadores do *lócus* portuário. Tais estigmas se estendiam aos bairros localizados nas proximidades do porto, onde residiam a grande maioria dos portuários, estivadores, marítimos e marinheiros. Nesse sentido, o historiador Edgar Ávila Gandra[20] afirma que:

> (...) essa estigmatização possuía uma profunda relação com seu elevado estado de miserabilidade. Os portuários (...) possuíam precárias condições de vida, sejam em relação à moradia, à alimentação ou ao vestuário. (...) Os próprios trabalhadores reconhecem que sua pobreza atraía a desconfiança da classe mais abastada, que os consideravam potencialmente capazes de violências e furtos. Neste sentido, são recorrentes nos periódicos locais de Rio Grande, as notícias sobre o "perigoso" bairro Getúlio Vargas, local considerado um antro de toda espécie de gente e, que deveria ser evitado.

Além das características sociais relacionadas à violência e ao pouco desenvolvimento intelectual, "os trabalhadores portuários de Rio Grande também eram enquadrados como vagabundos e alcoólatras"[21]. Desse modo, fica evidente que a proximidade existente entre aqueles segmentos de trabalhadores ultrapassava

[20] GANDRA, "O cais da resistência", p.38.

[21] Ibid, p.39.

aspectos relacionados unicamente às suas características profissionais. Alcançando questões de cunho social que, no contexto dos anos iniciais da década de 1960, eram basilares para as mobilizações de diversos segmentos sociais que se espalhavam pelo Brasil. Nesse contexto, a cidade de Rio Grande-RS se constituía enquanto cenário onde diversas categorias de trabalhadores –especialmente aquelas vinculadas às atividades desenvolvidas no porto, incluindo os marinheiros– experienciaram cada qual a sua cotidianidade, fundamentada na pobreza, nas restrições e estigmas sociais. Passando assim a identificarem-se, em suas realidades sociais e universos de trabalho, enquanto membros de grupos ou segmentos específicos. Mas que devido às suas origens e à realidade social que vivenciavam, tinham demandas bem semelhantes. Esse processo de "fazer-se" culminou com um significativo engajamento partidário sindical por parte daqueles trabalhadores, especialmente a partir dos primeiros anos da década de 1960, contexto em que se deu a fundação Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS em 1960 e da AMFNB – na cidade do Rio de Janeiro-RJ – em 1962. De modo que, com base nessa proximidade é possível problematizar a importância de uma eventual atuação da AMFNB na cidade de Rio Grande-RS durante o período em tela.

Entre os sindicatos e grupos sociais que apoiavam o movimento dos marinheiros e o próprio governo de João Goulart, cabe destacar a União dos Portuários do Brasil, cuja diretoria se encontrava presente na assembleia extraordinária da AMFNB realizada no dia 1º de fevereiro de 1964[22]. Este fato reveste-se de importância ainda maior para a presente análise, quando consideramos que naquele ano a associação "fuzinauta" contava com sucursais em algumas das principais capitais e cidades portuárias do país, a saber: Ladário-MS, Natal-RN, Recife-PE,

[22] BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

Salvador-BA e Belém-PA – conforme divulgação da edição de número 12 do jornal *A Tribuna do Mar*[23] , periódico da AMFNB – estando ainda em formação a sucursal da cidade de Vitória-ES[24]. E ainda, que o Sindicato dos Portuários da cidade de Rio Grande-RS estava em permanente contato com as lideranças nacionais do movimento sindical ligado às atividades portuárias, como evidencia Antônio Nailem Espíndola[25] em um trecho de sua narrativa: "O Dinarte[26] estava no Rio de Janeiro em numa reunião sindical com todas as federações, a dos portuários, dos estivadores. Também estava lá o presidente das estivas Delmo Simões (...)[27]"

Nesse cenário, a proximidade entre marinheiros e portuários alcançou o âmbito das mobilizações políticas e sociais em um contexto nacional, tornando ainda mais relevante uma atuação da AMFNB em Rio Grande-RS e justificando a intensa repressão desencadeada na cidade imediatamente após o golpe. Nesse sentido, o fato de os portuários de Rio Grande-RS apoiarem as reivindicações do movimento "fuzinauta", haja vista a presença da diretoria da União dos Portuários do Brasil em assembleia da AMFNB no Rio de Janeiro, reforça a relevância da urbe riograndina no contexto da mobilização dos marinheiros e constitui-se enquanto indício da importância de uma eventual atuação da AMFNB nessa cidade. Dessa maneira, conforme veremos mais adiante, há indícios desta atuação tanto através de seus associados que voltavam de férias à cidade, quanto de seus representantes e

[23] In: VIEGAS, "Trajetória rebelde", p.60.

[24] BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara-RJ em 01fev.1964.

[25] Liderança do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS no início da década de 1960. Preso pelas forças de repressão após o golpe civil-militar de 1964 ficou detido a bordo do navio *Canopus*.

[26] Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS à época do Golpe Civil-Militar de 1964.

[27] Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 21 de fevereiro de 1997. Ver: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo nº 4058-1200/98-4.

delegados, quando os navios da Marinha, provenientes do Rio de Janeiro, ali atracavam.

Dessarte, cabe destacar o posicionamento de um periódico riograndino de grande circulação à época, que em seu editorial intitulado "inconveniências", abordou um episódio na escalada da crise entre a AMFNB e a alta administração naval:

> Tivemos agora, mesmo, uma injúria tremenda praticada com a conivência das autoridades "educacionais" deste País que lotaram um auditório com marinheiros da Marinha de *Tamandaré* e *Marcílio Dias* para assistir o filme soviético "*Encouraçado Potemkin*". Não negamos o sentido artístico dessa obra, pois, o nosso anticomunismo não é doentio e reconhecemos o gênio cinematográfico de Eisenstein. O que não aceitamos é que mostre aos marinheiros do Brasil cenas de revoltas no interior de uma belonave e o morticínio de superiores hierárquicos como que sugerindo a repetição do fato em uma Marinha onde não existe chibata, onde se respeita a dignidade humana e que tem sido escola de civismo. (...) O desplante é tão grande que o próprio Ministro da Marinha protestou contra essa "promoção" revolucionária encampada pelo almirante Aragão que transformou o Corpo de Fuzileiros Navais em guarda pretoriana do deputado Leonel Brizola. Condenação integral merecem esses homens do governo que estão estimulando a desordem nos quartéis e nos navios de guerra. (...) [28] [Grifos meus]

O trecho do editorial acima denota o posicionamento daquele veículo de imprensa no contexto político tensionado da época, e, especialmente, a relevância conferida em Rio Grande-RS à mobilização dos marinheiros na urbe carioca, e consequentemente, aos desdobramentos da crise na Marinha. Reafirmando a relação de proximidade entre a urbe riograndina e a força naval brasileira, a qual fica ainda mais evidente no trecho em que o editorial faz referência à Marinha como sendo "de

[28] *O Rio Grande*, 3mar.1964, p.2

Tamandaré e Marcílio Dias", ambos riograndinos, como já destacado.

Em um cenário de acentuada ampliação das atividades junto aos praças da força naval, a AMFNB contava com associados também na urbe riograndina. Nesse sentido, o ex-marinheiro Paulo Costa[29], relata ter realizado atividades de divulgação da associação junto aos militares lotados na CPRS durante seu período de férias. Segundo o entrevistado:

> (...) o tempo correu e passou o ano de 63, em fevereiro (...) eu vim a Rio Grande de férias, trouxe os jornais da associação e distribuí na capitania. (...) na época recém tava (*sic.*) iniciando a ferver o negócio[30]

> Curiosamente, entre os dias 22 de março e 14 de abril daquele ano, poucos dias após regressar das férias em sua cidade natal, Paulo Costa foi punido disciplinarmente três vezes, cumprindo um total de treze dias[31] de prisão a bordo do navio em que estava lotado à época, o cruzador *Tamandaré*. Sendo punido ainda mais duas vezes entre os dias 29 de abril e 6 de maio, permanecendo assim mais quatro dias[32] a bordo do *Tamandaré*. Desse modo, cabe um questionamento acerca das reais intenções destas punições disciplinares aplicadas ao militar, tendo em vista que, de acordo com sua narrativa, no ano anterior teria distribuído jornais da associação na CPRS. Sendo assim, deliberadamente ou não, essas punições evitaram que o ex-marinheiro estivesse presente em Rio Grande-RS durante os desdobramentos da crise política que culminou com o Golpe Civil-Militar no ano de 1964. Este fato reveste-se de grande importância no contexto desta

[29] Paulo Fernando Santos da Costa, gaúcho da cidade de Rio Grande-RS, foi anistiado e atualmente é suboficial reformado (por força de ação na justiça), ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, situada na cidade de Florianópolis-SC.

[30] O entrevistado se refere ao agravamento da crise entre a AMFNB e a alta administração naval.

[31] Sendo dez dias de prisão rigorosa (Art. 23 do Regulamento Disciplinar da Marinha - RDM) por ter incidido os itens 3, 6 e 49; e três dias de prisão simples (Art. 22 do RDM) por ter incidido o item 33; sendo todos itens do Art. 7º do RDM.

[32] Sendo dois dias de prisão simples e dois dias de serviço extraordinário (Art. 21 do RDM), por ter incidido os itens 44 e 50 do Art. 7º do RDM, respectivamente.

> análise devido à atuação de Paulo Costa, enquanto membro da associação "fuzinauta", na urbe riograndina.

Dessarte, se considerarmos o fato de que desde sua gênese a AMFNB sempre buscou alcançar os marinheiros nas mais distantes localidades do país. E que esta tendência atingiu seu ápice no início do ano de 1964, quando já contaria com mais de "quatro mil sócios com carteira e dez mil inscritos"[33] além de sucursais espalhadas pelo Brasil. Poderemos compreender que a prática de aplicação sistemática de punições disciplinares às lideranças e membros do movimento dos marinheiros, constituiu-se enquanto instrumento utilizado pela alta administração naval para desarticular a associação "fuzinauta", diante da impossibilidade legal de interferência em suas atividades ou de determinar a dissolução da mesma. E foi com base nestas punições que muitos daqueles militares foram sumariamente expulsos da Marinha, sendo perseguidos e, em alguns casos, submetidos à condenação penal.

Outro aspecto que merece destaque e que aponta para a atuação da AMFNB em Rio Grande-RS, foi o fato de o cabo Domingos Pereira Gomes de Souza, tripulante do navio hidrográfico *Canopus* e representante da associação naquele navio desde o final de 1963, ter sido convocado para depor acerca da assembleia do dia 25 de março. Neste sentido, tendo em vista que o *Canopus* se fez presente em águas gaúchas em diversos períodos entre os anos de 1961 e 1964 a fim de proceder ao serviço de levantamento hidrográfico da costa do estado do Rio Grande do Sul. Podemos considerar que o cabo Domingos esteve em permanente contato com militares da Marinha lotados na cidade de Rio Grande-RS durante todo o período em que seu navio realizou este levantamento. Isto porque, sendo a CPRS a maior e mais importante unidade da Marinha no estado gaúcho à época, o

[33] *O Globo*, 27mar.2004, Prosa e Verso, p.3.

Canopus contou com o apoio logístico daquela OM durante as diversas vezes em que esteve atracado no porto de riograndino.

Indiciado durante a "operação limpeza" e interrogado com base na portaria nº 540[34] de 3 de abril de 1964 do Ministro da Marinha, Domingos demonstrou ser um membro ativo da AMFNB e, principalmente, atento aos desdobramentos da crise que se desenrolava no Rio de Janeiro-RJ enquanto estava em Rio Grande-RS, a bordo do *Canopus*. Em seu depoimento[35], prestado no dia 28 de abril daquele mesmo ano, o cabo Domingos alegou que apenas exerceu a atividade de cobrador a bordo, em substituição ao delegado da associação naquele navio, o marinheiro de primeira classe Reinaldo Bonfim, que havia desembarcado em fins de 1963. O militar foi questionado sobre suas atividades na associação "fuzinauta", e ainda, sobre sua rede de relacionamentos e posicionamento pessoal enquanto representante da associação a bordo do *Canopus* na ocasião do golpe. Ao ser questionado sobre uma carta que teria escrito para o deputado Neiva Moreira[36], datada de 25 de outubro de 1963, respondeu que "tratava-se de tentar obter através daquele deputado sua transferência para servir no Maranhão, onde reside sua mãe".[37] O militar negou ter qualquer conhecimento acerca das ligações do deputado com a associação, bem como, das atividades subversivas atribuídas ao político.

---

[34]BNM 149, p. 27 – Portaria que determina a instauração de IPM para apurar as responsabilidades relacionadas às ocorrências havidas entre a madrugada do dia 26 e a tarde do dia 27 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro.

[35]BNM 149, p. 2378, 2410-2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

[36] Deputado Federal à época do golpe civil-militar de 1964, Neiva Moreira foi franco apoiador das reformas de base propostas por Goulart e, aliado de Leonel Brizola, tornou-se uma das principais lideranças do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim como Brizola, Neiva Moreira era franco apoiador das reivindicações dos marinheiros e do próprio movimento da AMFNB, sendo acusado pelos militares de ter ligação com as lideranças da Revolta dos Sargentos em Brasília no ano de 1963.

[37] BNM 149, p. 2411 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

Além das relações estabelecidas com o deputado federal Neiva Moreira, Domingos Pereira, quando questionado sobre ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara-RJ – durante a assembleia do dia 25 de março de 1964 – afirmou o seguinte:

> (...) achava-se no sul do país sabendo das notícias através de jornais e rádio e comunicações de seu próprio comandante; que discordou das atitudes assumidas pela diretoria da associação principalmente no que se relaciona com a passeata que julga incompatível com as atitudes que pode assumir um militar; que estava disposto a ao chegar ao Rio de Janeiro a fazer a entrega à diretoria da associação do cargo de cobrador que exercia no navio.[38]

Mas quando foi perguntado sobre seu posicionamento expresso em carta de 1º de abril, na qual manifestava apoio ao presidente João Goulart e ao seu projeto reformista, respondeu o seguinte:

> (...) a vista das informações que tinha no Rio Grande do Sul a revolução em andamento não se relacionava com o caso criado pela Associação (*sic.*) tendo em vista que já soubera que o Ministro da Marinha mandara abrir inquérito para elucidar aqueles fatos. Decidiu-se pelo lado em que supunha estar defendendo a Constituição e o Chefe Supremo das Forças Armadas, ameaçados por um golpe.[39]

Ao final de seu depoimento Domingos foi inquirido sobre como teria conseguido redigir seu nome e mais uma frase em idioma russo na supramencionada carta. O militar afirmou que "(...) fê-lo utilizando-se do Dicionário Prático Ilustrado que encontrou por acaso, no meio de um grupo de alunos que

[38] BNM 149, p. 2411 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

[39] BNM 149, p. 2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

estudaram na Escola de Eletrônica no CIAW[40], no decorrer do ano de 1962 (...)[41]"

Considerando que – em um contexto internacional de Guerra Fria – a Marinha do Brasil não possuía equipamentos militares soviéticos à época, o trecho a cima torna-se emblemático para que possamos compreender as concepções políticas e ideológicas do depoente, bem como, a condição em que se encontrava naquele Inquérito Policial Militar (IPM). Utilizando-se de subterfúgios e recursos em seu discurso, a fim de justificar seus posicionamentos políticos e atitudes enquanto representante da AMFNB a bordo do *Canopus*, o cabo Domingos Pereira constituiu-se enquanto elemento de grande importância no contexto da mobilização dos marinheiros na cidade de Rio Grande. Nesse sentido, mesmo em constantes viagens para o sul do país, o referido militar procurava manter-se ciente das ações da associação e de seu posicionamento no contexto da crise política vivenciada pelo país. Desse modo, mesmo apresentando diversas contradições – por razões óbvias em um contexto de "caça às bruxas" que se desencadeou imediatamente após o golpe – o depoimento do cabo Domingos Pereira apresenta indícios que nos remetem à atuação da associação na urbe riograndina e à relevância daquela cidade em um contexto político tensionado vigente no país à época.

Nesse cenário, cabe destacar o emprego – enquanto potencial instrumento para atuação da AMFNB na urbe riograndina – daquele que seja talvez o símbolo maior da repressão militar na cidade de Rio Grande-RS, o navio *Canopus*. O "navio branco" que ainda hoje faz parte do imaginário da população riograndina. O "navio prisão" que materializou a repressão capitaneada pela Marinha em uma cidade tão intimamente ligada

[40] Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, onde eram realizados os cursos de especialização de praças em algumas profissões, entre as quais a de eletrônica.

[41] BNM 149, p. 2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

ao mar. A repressão, que na "cidade vermelha" veio do mar, atendia pelo nome de *Canopus*!

2. A repressão

No contexto do cenário político nacional, imediatamente após o golpe, a Marinha não considerava o 3º Exército – sediado no Rio Grande do Sul – como fiel à "revolução". Por este motivo, coube ao Capitão dos Portos levar a cabo a execução imediata da necessária "operação limpeza" na urbe riograndina. De modo que, conforme já exposto, no estado gaúcho, Rio Grande-RS só contou com quantidade menor de presos que a capital, Porto Alegre-RS[42]. Denotando assim, a intensidade com que se abateu a repressão sobre a urbe riograndina. Essa intensidade fica evidente nas palavras do historiador Edgar Ávila Gandra[43]:

> A repressão aos inimigos da denominada revolução não foi mais branda que em outras localidades. Em Rio Grande, várias pessoas foram presas, entre elas os principais dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. *O município só perdia em número de encarcerados para a capital gaúcha* [Grifo meu]

Em um primeiro instante, sem o apoio declarado do 3º Exército, a Marinha utilizou-se de todos os meios disponíveis na jurisdição da CPRS para assegurar a efetivação do golpe em Rio Grande-RS. Entre os quais estava o *Canopus*, como é possível constatar a seguir:

> Os trabalhos de levantamento foram efetivamente concluídos no dia 29 de março de 1964, quando o navio atracou no porto de Rio Grande, após concluir as sondagens (...) A permanência no porto de Rio Grande a partir desta data foi uma consequência da

[42] GANDRA, "O cais da resistência", p.90.

[43] Idem.

> Revolução, tendo o navio permanecido à quase totalidade do tempo, a partir do dia 1-4, fundeado ao largo, servindo inclusive como presídio temporário para um militar e 21 civis[44], presos em consequência da Revolução. Nesse período, quando ainda não tinha presos a bordo, o navio suspendeu dia 2-4 com destino a Anhatomirim, cumprindo ordem do Comando do 5º Distrito Naval, tendo, entretanto, regressado à barra do porto poucas horas após, a fim de cumprir uma ordem do CEMA[45] para bloqueio do porto, isto com o propósito principal de impedir a entrada de petroleiros, uma vez que ainda não havia uma definição clara, favoravelmente à Revolução, por parte do 3º Exército.[46]

O trecho acima denota o posicionamento da alta administração naval no que concerne à cidade de Rio Grande-RS e, especialmente, ao seu porto. Pois, revela que a determinação para que o *Canopus* permanecesse na urbe riograndina partiu da cúpula naval, isto é, do CEMA. Tendo como função inicial bloquear a barra do porto, e, em sequência, manter presos aqueles que fossem considerados subversivos ou "inimigos da revolução" naquela localidade. Este é um indício que nos remete mais uma vez à importância da "cidade vermelha" naquele contexto político, e ainda, à maneira rápida e intensa como a Marinha desencadeou e conduziu a repressão na cidade. Como que buscasse evitar, conter ou debelar uma eventual mobilização de determinados segmentos sociais. Nesse sentido, ao receber ordem para bloquear o porto, o H-22 deixou de ser apenas um navio hidrográfico e constituiu-se enquanto principal instrumento da repressão em Rio Grande-RS naqueles dias iniciais do mês de abril de 1964. Mantendo o porto fechado durante aproximadamente dois dias, o *Canopus* impediu

[44] Na verdade, foram dois militares, pois, o vereador Athaydes Rodrigues era também oficial da Brigada Militar. Portanto, foram 20 civis e 2 militares que estiveram oficialmente presos abordo do *Canopus*.

[45] Chefe do Estado-Maior da Armada.

[46] Arquivo da Marinha do Brasil (ARQMAR) – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3aa (0131).

que qualquer embarcação entrasse ou saísse da barra até a definição do 3º Exército em apoiar a "revolução". O trecho abaixo evidencia o modo como foi empregado o navio naquela ocasião:

> Interrompida a lancha do prático, quando demandava ao navio petroleiro Tank Duke, determinando-se o seu regresso à praticagem, imediatamente cumprido pelo mesmo, continuando o navio petroleiro fundeado (...)[47]

Ainda no dia 3 de abril daquele ano, antes mesmo de receber ordem para liberar a barra de Rio Grande-RS, chegou a bordo do "navio branco" o primeiro preso da "operação limpeza" desencadeada pela Marinha na "cidade vermelha". Tratava-se de um militar integrante das fileiras da reserva da própria força, o capitão-tenente do quadro auxiliar[48] Aldo Lapolli. Conforme consta no livro de quarto do *Canopus*, sua "apresentação foi procedente da CPRS"[49] onde foi "preso por ordem do Comandante do 5º Distrito Naval"[50].

Professor universitário, figura proeminente na "cidade vermelha", Lapolli foi também acusado de manter relações de amizade com Leonel Brizola, além de ser "um elemento da esquerda vinculado às campanhas comunistas no meio estudantil."[51] Foi preso e indiciado sob a acusação de "contribuir para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de

---

[47] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 04h às 08h do dia 3abr.1964.

[48]Quadro composto por oficiais oriundos da carreira de praças que ascendiam ao oficialato através da realização de provas internas à Marinha, ou seja, o oficial auxiliar ingressava na força naval como praça, enquanto que os oficiais oriundos da Escola Naval iniciavam suas carreiras no oficialato como segundo-tenente. Ver Decreto 36.450, 10 de novembro de 1954 - Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.

[49] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 08h às 12h do dia 3abr.1964.

[50] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 12h às 15h do dia 3abr.1964.

[51] BNM 149, p. 659.

março"[52], isto é, por ser suspeito de envolvimento com o movimento da AMFNB. Permanecendo a bordo do *Canopus* até o dia 17 de abril[53], quando foi conduzido para o Rio de Janeiro-RJ. Ao chegar à urbe carioca o capitão Lapolli foi apresentado no navio mercante (NM) *Princesa Leopoldina*[54], onde, a exemplo de alguns marinheiros presos por envolvimento com a AMFNB, como o cabo Raimundo Porfírio da Costa[55], permaneceu preso respondendo IPM.

A tempestividade com que foi detido pela Marinha em Rio Grande-RS – na mesma data da portaria que determinou a instauração do IPM ao qual respondeu – suscita questionamentos acerca do acompanhamento daquele militar, bem como, de outras lideranças e suas atividades na urbe riograndina. Isto é, observando as "acusações" que pesavam sobre Lapolli, bem como, sua atividade docente e eventuais relações com lideranças políticas e trabalhistas da cidade, podemos acreditar que o capitão Aldo Lapolli já vinha tendo suas atividades monitoradas por militares da Marinha. O que justificaria a brevidade com que se deu sua prisão pelas autoridades navais em Rio Grande-RS. Este acompanhamento das atividades do referido oficial na urbe riograndina remonta à crise da legalidade no ano de 1961, quando Aldo Lapolli servia na CPRS e o contra-almirante Luiz Clóvis de

[52] BNM 028, p. 4 – Portaria nº0542 de 3 de abril de 1964 – Apurar os fatos e as responsabilidades relacionados com a conduta de oficiais da Marinha Brasileira que, de qualquer forma, contribuíram para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março.

[53] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 12h às 15h do dia 17abr.1964.

[54] Navio mercante requisitado pela Marinha por ocasião do golpe no ano de 1964, foi utilizado como navio prisão para onde foram enviados diversos presos da repressão naquele ano. Enquanto cumpriu essa função, o *Princesa Leopoldina* permaneceu no Rio de Janeiro, subordinado ao Comando do 1º Distrito Naval. Ao todo foram identificados seis navios utilizados como navios-prisões durante a ditadura militar: *Raul Soares* (Santos-SP), *Canopus* (Rio Grande-RS), *Custódio de Mello*, *Princesa Leopoldina*, *Bracuí* e *Guaporé* (Rio de Janeiro-RJ) Cf. DIAS et al, "Relatório da Comissão Nacional da Verdade" vol. 1 tomo II, 2014, p.823-829.

[55] Ibdi, p.824.

Oliveira[56] era o comandante do 5º Distrito Naval. Luiz Clóvis, já na reserva no ano de 1964, foi designado pelo Ministro da Marinha – vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald – como encarregado do IPM instaurado pela portaria nº 0542, e, no uso de suas atribuições, determinou a prisão do oficial. O qual, desde junho de 1963, encontrava-se afastado de suas funções[57] aguardando transferência para a reserva, na cidade de Rio Grande-RS, conforme havia solicitado ao comando da Marinha. O trecho a seguir evidencia as suspeitas que pesavam sobre Aldo Lapolli, as quais fundamentaram sua prisão:

> O Encarregado deste inquérito, quando Comandante do 5º Distrito Naval, em mil novecentos e sessenta e um, teve a oportunidade de afastá-lo da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, onde servia havia cerca de cinco anos, pelo fato de ter se envolvido num inquérito mandado instaurar pela Diretoria-Geral de Hidrografia e Navegação, por haver suspeitas de irregularidades suas na fiscalização das obras de faróis da costa daquele Estado. Ainda, naquela ocasião, o seu procedimento deixou a desejar, dada as relações de amizade que parecia ter com o então Governador do Estado, Leonel Brizola. Era vez corrente na cidade de Rio Grande que o referido oficial auxiliar, que também tem um diploma de economista e exercia, naquela cidade, no meio civil, atividades de professor, era um elemento da esquerda vinculado as campanhas comunistas no âmbito estudantil.[58]

[56] Oficial general comandante das forças militares sediadas no estado de Santa Catarina por ocasião da crise da legalidade envolvendo a posse na Presidência da República do então vice-presidente João Goulart. Quando o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, levantou em armas as tropas do 3º Exército sediadas naquele estado e da Brigada Militar, a fim de buscar assegurar a posse de Goulart enquanto presidente legítimo.

[57] Aldo Lapolli afastou-se de suas funções na Marinha em junho de 1963, quando entrou em licença para tratamento de saúde, até dezembro do mesmo ano. Em janeiro do ano seguinte solicitou férias e no dia 21 do mesmo mês deu entrada junto ao comando da Marinha em seu pedido de transferência para a reserva e em uma solicitação para aguardar a decisão na cidade de Rio Grande. BNM 149, p. 660 – Autos de pergunta ao indiciado.

[58] BNM 149, p. 659.

Portanto, ao ser designado encarregado do IPM, imediatamente o almirante Luiz Clóvis de Oliveira determinou a prisão de Lapolli, pelas mesmas razões que o levaram a afastar o referido oficial de suas funções durante a crise da legalidade em 1961. Sobretudo pelas acusações que, desde aquele ano, recaíam sobre o oficial, ou seja, por suas atividades em Rio Grande-RS e relações com lideranças políticas – como Leonel Brizola – e elementos ligados à esquerda e, ainda, a movimentos de cunho sindical e trabalhista naquela cidade. Em seu depoimento Aldo Lapolli afirmou:

> Que em vista de ter servido na Capitania dos Portos de mil novecentos e cinquenta e seis a mil novecentos e sessenta e um e também pelas suas atividades de professor era muito relacionado na cidade do Rio Grande, podendo mesmo citar como pessoas de suas relações o Prefeito da cidade, os Delegados de Polícia, o Presidente do Rotary e Lions Clube, entre outros. Que nunca foi ligado a nenhuma associação, quer de caráter político, religioso ou econômico.[59]

Juntamente com Lapolli, outras lideranças da cidade foram presas durante a "operação limpeza", sobretudo aquelas ligadas às seguintes legendas: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Republicano (PR) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Entre as lideranças presas pelas forças de repressão destacam-se também aquelas ligadas a sindicatos e movimentos de representação de portuários, estivadores, ferroviários e operários, bem como, representantes do legislativo e do judiciário. Como o jornalista e vereador pela cidade de Pelotas Edgar José Curvello, o oficial da Brigada Militar e vereador por Rio Grande-RS Athaydes Rodrigues e o promotor de justiça Heitor Viterbo de Oliveira. Desse modo, muitos desses homens foram conduzidos até o *Canopus* e ali permaneceram presos durante dias, sob os "cuidados" de seu comandante, o então

[59] BNM 149, p. 661.

capitão de fragata Maximiano da Fonseca, permanecendo à disposição do Capitão dos Portos para quaisquer esclarecimentos e interrogatórios que se fizessem necessários.

Não sendo o *Canopus* um navio de grande porte, seus compartimentos foram adequados para receber os presos, sendo reservado aos oficiais Aldo Lapolli e Athaydes Rodrigues, bem como, ao vereador Edgar Curvello e outros "assemelhados"[60], a prerrogativa de ocupar camarotes. Enquanto que os demais presos foram distribuídos em compartimentos situados conveses abaixo, ou seja, "recolhidos à enfermaria do navio ou em algum porão na popa [...] os líderes sindicais, porém, estavam 'invisíveis'"[61]. De acordo com Athaydes, ao chegar no H-22 o comandante Maximiano teria lhe dito o seguinte: "Não posso dizer que lhe recebo com prazer, devido à situação. O senhor, todavia, terá aqui o tratamento que merece por ser oficial e vereador. Dessa maneira, poderá ficar na parte reservada aos oficiais".[62]

Nesse cenário, Athaydes Rodrigues relata ainda que: "Tomo conhecimento do regime carcerário. Podemos ler jornais e ouvir o rádio de bordo. As refeições são boas e três vezes por dia. Banho, porém, só pode ser tomado durante 5 minutos[63], às 6 da manhã".[64]

Em contrapartida as lideranças trabalhistas e sindicais foram mantidas em regime carcerário bem mais rígido, confinados em compartimentos conveses abaixo com pouca ventilação. Segundo Antônio Nailem Espíndola[65]:

---

[60] Termo empregado na Marinha para classificar civis em *status* – para efeito de prerrogativas, privilégios e ambientes de convivência – de acordo com a hierarquia militar. Esta classificação normalmente é feita de acordo com a atividade profissional, nível de instrução e/ou condição social.

[61] RODRIGUES, "Agora eu", p. 21-22.

[62] Ibid, p.21.

[63] Procedimento comum em navios de médio e pequeno porte devido à pouca capacidade de armazenamento de água.

[64] Idem.

[65] Liderança do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS no início da década de 1960, preso pelas forças de repressão após o golpe civil-militar de 1964, ficou detido a bordo do navio *Canopus*.

> (...) fomos levados para o navio e daí fomos colocados ali, um monte de homens dentro de uma pecinha que tinha uns 5m², agente dormia num (*sic*.) beliches e a comida vinha pra gente (*sic*.), o vigia nos alcançava por uma frestinha. A pessoa não podia nem conversar, não podia ouvir rádio, não podia ler jornal, não podia se comunicar com a família.[66]

Do mesmo modo como oficiais e praças cumpriam penas restritivas de liberdade em ambientes separados, os civis "assemelhados" eram adequados desta maneira. Mas no *Canopus* esta separação certamente não tinha haver somente com questões de *status* hierárquico ou devido ao pouco espaço disponível na embarcação. Tendo como principal objetivo manter incomunicáveis, na medida do possível, cada preso de acordo com sua área de atuação. Isto é, separavam-se as lideranças sindicais e trabalhistas das lideranças políticas, e, certamente, estas dos militares presos por contravenções disciplinares ou questões políticas.

Nesse contexto, a atuação do *Canopus* enquanto instrumento de repressão na urbe riograndina foi amplamente divulgada pela imprensa da cidade, especialmente pelo jornal *O Rio Grande*, de linha abertamente favorável ao golpe. Essa divulgação da imprensa contribui sobremaneira para implantar o terror em relação ao "navio branco" na cidade, especialmente entre aqueles que foram os alvos principais da repressão capitaneada pela Marinha. Solidificando assim a representação do *Canopus* enquanto "navio prisão" no imaginário da sociedade riograndina. Nesse sentido, em um trecho de sua reportagem de capa do dia 9 de abril de 1964 *O Rio Grande* informou o seguinte:

> A operação "gaiola", por seu turno, vai sendo levada adiante. Calcula-se que o "Canopus" já se encontra abarrotado de líderes vermelhos e de agitadores que atuavam em Rio Grande. Consta

[66] APERS – Processo nº 4058-1200/98-4 p.30.

> que essa belonave deverá zarpar para o Rio de Janeiro e que virá para Rio Grande um navio maior para o qual serão transferidos os presos políticos. [67]

Curiosamente, na data em que circulou esta reportagem um navio de grande porte da Marinha já se encontrava atracado no porto de Rio Grande-RS desde o dia 5 daquele mês[68], fato que não foi divulgado pela imprensa local. O contratorpedeiro *Pernambuco* havia suspendido do Rio de Janeiro-RJ ainda no dia 3 do mesmo mês, com a missão de apoiar o Comando do 5º Distrito Naval no controle da região sul durante os dias que se sucederam ao golpe. Permanecendo atracado em Rio Grande-RS, o contratorpedeiro proporcionou apoio[69] de tropas e materiais para as forças de repressão sob o comando do Capitão dos Portos, comandante Mario Rodrigues da Costa, até o dia 21 de abril[70], regressando ao Rio de Janeiro-RJ tão logo os presos políticos detidos a bordo do *Canopus* foram entregues às autoridades policiais a fim de serem conduzidos para Porto Alegre-RS, mais especificamente para as dependências do Serviço Social do Menor (SESME), onde praticamente todos permaneceram detidos.

Cabe destacar que a utilização de "navios prisão" pela Marinha se restringiu às cidades do Rio de Janeiro-RJ, Santos-SP e Rio Grande-RS[71]. Fato este que reforça a relevância da urbe riograndina no contexto político-social da época, especialmente no que concerne à sua forte tradição trabalhista e sindical, bem como, à sua importância simbólica e estratégica para a força naval. A tabela abaixo sintetiza toda a atividade desempenhada pelo *Canopus* durante o período em que cumpriu a função de presídio

---

[67] *O Rio Grande*, 9 abr.1964, p.1.

[68]ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Livro do Navio, capítulo III, folha 80 (0132).

[69]ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Microfilme do livro de quarto entre os dias 9 e 15 de abril de 1964.

[70]ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Livro do Navio, capítulo III, folha 80 (0132).

[71] DIAS et al, "Relatório da Comissão Nacional da Verdade", p.823-829.

político em Rio Grande-RS, e ainda evidencia o perfil político e profissional da maioria dos presos pelas autoridades navais naquela cidade:

Tabela1: Prisões a bordo do *Canopus* durante a "operação limpeza" na cidade de Rio Grande - RS

NOME	PROFISSÃO	PARTIDO / SINDICATO	PRISÃO	SAÍDA	DESTINO
Aldo Lapolli	Militar / Professor	Nenhuma	03/04/1964	17/04/1964	NM *Princesa Leopoldina* - RJ
Manuel Gonçalves	xxx	xxx	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Enestor Farias de Albernaz	Portuário	PCB e PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Edgar José Cuevello	Jornalista / Vereador	PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Antônio Nailen Espíndola	Portuário	PTB	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Dinarte Luz Alves	Portuário	Não declarada	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Athaydes Rodrigues	Militar / Vereador	PR	07/04/1964	10/04/1964	Brigada Militar - RS
José Ferreira da Costa	Pedreiro	PCdoB	07/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Savio da Silva Pinto	xxx	xxx	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Miguel Gomes	Ferroviário	PTB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Nery de Ávila	xxx	xxx	08/04/1964	19/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
João Flores Aguiar	Agricultor	PCB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre

João Rodrigues Viana	xxx	xxx	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Osmar Santa Helena	Professor	xxx	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Evandro Victor Rodrigues	Ferroviário	PTB	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Roberto Leonardo Germano	xxx	xxx	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Raul Duarte Prestes	xxx	xxx	11/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Claudomiro Farias	xxx	xxx	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Heitor Viterbo de Oliveira	Promotor de Justiça	xxx	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Manoel Rechia	Ferroviário	PCB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Eurides Paim Vieira	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais-RS	PTB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Ruben Dutra Ferreira	xxx	xxx	19/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre

Fonte: ARQMAR – Navio *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – de 3 a 20abr.1964.

Durante a elaboração da tabela acima, não foi possível saber ao certo a ocupação profissional e orientação/filiação político-partidária e sindical de todos os 22 presos. Entretanto, daqueles que cujo o acesso foi possível durante a pesquisa podemos perceber que, em sua maioria, eram militares e trabalhadores filiados a partidos de esquerda e/ou ligados a atividades profissionais relacionadas com o porto (incluindo os ferroviários, que em Rio Grande-RS têm relação direta com as atividades marítimas e portuárias).

Nessa conjuntura, o *Canopus* cumpriu a missão para a qual foi designado naquele mês de abril de 1964. Iniciando sua viagem de volta ao Rio de Janeiro-RJ no dia 22 de abril[72] o H-22 deixou sua "carga" aos cuidados das autoridades policiais da cidade de Rio Grande-RS, as quais se encarregaram de conduzir a mesma para a capital gaúcha, a fim de dar continuidade à "limpeza" da "cidade vermelha". Mas que, através da repressão e do medo sistematicamente perpetrados pelas autoridades navais daquela cidade, o "navio branco" contribuiu sobremaneira para uma significativa mudança em um cenário outrora marcado por lutas e conquistas sociais. Desse modo, a atuação do navio hidrográfico *Canopus* contribuiu significativamente para o controle social capitaneado pela força naval em Rio Grande-RS durante os dias que se seguiram ao golpe. Ao passo que, sua representação no imaginário da comunidade riograndina contribuiu para que a Marinha pudesse "manter a ordem" durante todo período da ditadura.

Considerações Finais

Frente ao exposto, é possível considerar que, em um contexto de continuidade em relação à crise de 1961, o estado gaúcho e, especialmente Rio Grande-RS, mais uma vez assumiram papel de destaque na cena nacional. Nesse contexto, a partir da reconstrução da trajetória de militares e ex-militares, que vivenciaram o período em tela enquanto sujeitos do processo histórico, encontramos indícios que apontam para a atuação da AMFNB na urbe riograndina. A partir de um processo de identificação entre marinheiros e integrantes das diversas categorias de trabalhadores, especialmente aquelas que tinham no *lócus* portuário seu espaço de trabalho e convivência, no contexto

[72] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – 22abr.1964.

de um período marcado por intensas lutas por avanços sociais e conquistas de direitos pelas camadas trabalhadoras da sociedade brasileira. Esses indícios se mostraram ainda mais presentes quando observamos o desencadeamento da "operação limpeza", tanto no meio civil, quanto nos quadros da Marinha. Nesse momento conseguimos perceber a maneira como a repressão se abateu sobre as lideranças riograndinas da associação, ou aqueles membros que de algum modo atuavam na cidade. De modo sistemático, as forças de repressão no Rio de Janeiro-RJ e em Rio Grande-RS iniciaram o expurgo nas fileiras da Marinha e as prisões a bordo do *Canopus,* respectivamente.

Alguns indícios que trabalhamos neste ponto da análise nos remetem também a uma perseguição sistemática às diversas lideranças regionais da associação, entre as quais cabe destacar aquelas com relações estabelecidas em Rio Grande-RS. Ao passo que, algumas dessas lideranças que foram presas, tinham envolvimento – em alguma medida – com membros da AMFNB e/ou seus apoiadores na cena política nacional. O que contribuiu para o modo como foi conduzida a repressão em Rio Grande-RS, especialmente, durante o mês de abril de 1964, com o emprego do *Canopus* durante este processo de "limpeza" da cidade. Fato este que contribuiu sobremaneira para o controle social exercido pela Marinha na cidade durante os anos que se seguiram, como já exposto.

Dessarte, considerando que, de acordo com a teoria de Ginzburg[73], alguns indícios podem ser assumidos enquanto elementos reveladores de fenômenos mais gerais. O presente artigo buscou, "a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente[74]. Não pretendendo, de modo algum, esgotar o assunto, mas apenas apresentar uma contribuição no que concerne

[73] GINZBURG, "Mitos, emblemas, sinais", p.178.

[74] Ibid, p.152.

ao aprofundamento dos debates historiográficos acerca do Golpe Civil-Militar de 1964 e seus desdobramentos fora dos grandes centros brasileiros, em especial na cidade de Rio Grande-RS. Buscando ainda, contribuir para uma melhor compreensão do movimento dos marinheiros e da própria AMFNB, bem como, sobre a amplitude da mobilização desse segmento de militares, em um contexto tão tensionado de um período ainda muito "vivo" e tão pouco visitado por nossa historiografia.

Referências

ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica.* Rio Grande: FURG, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Convite á Filosofia.* São Paulo: Ática, 1995.

DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu e CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade.* vol 1 tomo II e vol.3, Brasília: CNV, 2014.

GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da resistência:* A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969. Cruz Alta: UNICRUZ, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2003.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral.” *Projeto História,* São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, p.13-49.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

RODRIGUES, Athaydes. *Agora eu...A revolução de 1964, em Rio Grande*. Rio Grande. 1980.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____ *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 1ª ed. Campinas: Unicamp, 2001.

31

E foi dessa forma que nasceu e foi noticiado o primeiro orgão de formação milltar naval no extremo sul do Brasil

Cosme Alves Serralheiro[1]
Jorge Antonio Dias[2]

Os debates nas Câmaras dos Deputados e do Senado, à partir dos meados de 1833, foram cruciais para Armada imperial brasileira, ou seja, a Marinha, na questão de criar instituições voltadas para inicialmente "formar jovens de 12 a 16 anos dando-os instrução primária, numa escola a bordo de cada navios de mais de vinte bocas de fogo com intuito de servirem à pátria"(RMM, 1833, p.12). Com isso, no bojo das reconfigurações estruturais da Armada, Rodrigues Torres, enquanto foi Ministro, passou a tratar estratégias no cenário político com a finalidade de colocar a casa em ordem e transformar o aprimoramento técnico-profissional em uma realidade consubstanciada. Suas ações foram o prenúncio de criar plantéis coadunados com a instrução e formação de jovens ociosos e indisciplinados, isto é, os desagradáveis úteis sociais. Seu questionamento referiu-se à maneira como eram utilizados os jovens para o serviço da Armada, dessa forma observada por Antunes (2011, p.85):

[1] Mestre em História - UFPel

[2] Doutorando em História, Política e Bens Culturais da FGV-CPDOC

> [...] a principal questão levantada por Rodrigues Torres dizia respeito ao preenchimento das tripulações dos navios e à disciplina a ser empregada no interior dessas belonaves. Para o Ministro, o principal problema era a forma como eram selecionados os marinheiros: pelo engajamento e pelo recrutamento forçado [...].

As discussões acirradas apresentados na Assembleia geral legislativa ordinária pelo Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres, incluía entre as propostas de criação Companhias de Aspirantes Marinheiros; essas proposituras acarretou na aprovação dos projetos pela Câmara dos Deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa composta pelos Deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira, que fixava as forças navais para os anos posteriores de 1834 e 1835.

> O governo fica autorizado desde já a criar sucessivamente quatro companhias de aspirantes marinheiros, de cento e vinte e cinco praças cada uma, com vencimento de quatro mil réis mensais, ração e fardamento próprio de marinheiro, o mais simples possível; estas companhias serão organizadas da maneira mais apropriada ao serviço de mar; força efetiva destas companhias fará parte das forças ativas mencionadas no artigo primeiro[3].

Apesar da aprovação na Câmara dos Deputados teve sua reprovação pelo Senado. Essas mesmas propostas, porém alterando a nomenclatura de aspirantes para aprendizes, volta mais uma vez, em 1836, as casas parlamentares, para debates, enviadas pelo recém empossado, em 5 de fevereiro de 1836, o Ministro e seu novo gabinete, quando na administração do Ministério da Marinha assumiu, segundo Boiteux, "o pouco simpático português[4], adesista de última hora, Brigadeiro Salvador José Maciel" (BOITEUX, 1935, p.20), assessorados pelos seus escudeiros, o chefe de Divisão naval,

[3]Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de Maio de 1833

[4]Ressalta-se que essa adjetivação foi dada pelo autor citado

Capitão de Mar e Guerra, Francisco de Assis Cabral e Teive, e o Capitão de Mar e Guerra, Francisco Bibiano de Castro época. Com isso, entre réplicas e tréplicas acarretou sua aprovação. Convém aqui ressaltar que o incipiente Ministro de acordo com Tavares Lyra, no ano de 1824, Salvador José Maciel foi encarregado, *pelos seus conhecimentos militares, refletida e reconhecida prudência de reorganizar os corpos de milícias de Pernambuco em 1824*. E de certa forma sua experiência como militar de campo ajudou na elaboração dos relatórios com intuito de criar esse órgão de colhimento e recrutamento de jovens, digo nas Companhias fixas de Aprendizes-marinheiros

A partir das propostas lançadas para debate, obteve-se definitivamente, a criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, com seu prédio fixo na ilha de boa viagem, em Niterói/RJ (SERRALHEIRO, 2017, p.110-111), que se deu pela lei 148, de 27 de agosto de 1840, conforme o ato assinado pelo Ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti[5], o Visconde de Albuquerque, que mandava abrigar uma quantidade expressiva de jovens, ficando subordinada a Companhia e ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Era uma Companhia junto à outra Companhia, isto é, uma já criada e outra adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros, conforme preconizada no art. 5º.

A criação da Companhia de Aprendizes na Côrte, a qual se tornou uma oficina de experiências, ou melhor dizendo, um laboratório humano, que a partir delas surgiram várias outras[6], isso

[5]Ministro, político pernambucano simpatizante liberal que, durante sua passagem pela administração da Marinha, tornou a ideia de Rodrigues Torres um fato real - por ocasião de sua vigência na pasta da Armada criou a Companhia de Aprendizes-Marinheiros na Corte, durante o primeiro gabinete da Maioridade, isto é no Segundo Reinado. A novidade que ele traz no momento que assume a Armada foi a proposto de aumento das Companhias para 14, ver, RMM, 1841, p.2.

[6] Rio de janeiro (1840) Lei Lei 148 de 27/08/1840, Pará (1855) Decreto nº 1517 de 4/01/1855, Bahia (1855) Decreto nº 1543 de 27/01/1855, Santa Catarina (1857) Decreto nº 2003 de 24/10/1857, Pernambuco (1857) Decreto nº 2003 de 24/101857, Mato Grosso (1857) Decreto 1.987 de 7/10/1857, Maranhão (1861) Decreto 2725 de 12/01/1861, **Rio Grande do Sul (1861) Decreto 2725 de 12/01/1861,** Espirito Santo (1862) Decreto nº 4112 de 8/02/1868, Paraná (1864) Decreto nº 3347 de 26/11/1864, Ceará (1864) Decreto 3347 de 26/11/1864, Santos (1868) Decreto 4112 de 29/02/ 1868, Sergipe (1868) Decreto nº 4142 de 29/02/1868, Paraíba (1871) Decreto nº 4680 de 17/01/1871,

aconteceu entre os anos de 1840 a 1875, inclusive a do Rio Grande do Sul, estado que abrigou um dos centros de grande efervescência e insatisfação em relação ao Governo central, em um período sensível da história. Convém ressaltar que essas instituições de recrutamento militar, segundo Venâncio(2000, p.199), "é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se fundam, ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam estar sob os cuidados de seus responsáveis ou de hospitais". Desta forma a militarização com cunho educacional era a forma encontrada pelas autoridades políticas e militares de controlar e disciplinar a juventude que vivia na ociosidade, por isso Sabrina Loriga relata que "imersos desde a infância no mundo do trabalho, muitos jovens vestiam a farda sem nunca ter passado pela escola [...]". Do mesmo jeito, outra autora afirma que "na segunda metade do século XIX, o Exército, **inclusive a Marinha** (grifo ao autor) realizou uma importante obra de alfabetização da população masculina" (LORIGA, 1996, p. 33).Também, o discurso médico também validava essa postura, afirmava referentes aqueles jovens ser a rua "a grande escola do mal" e o "espaço de produção dos futuros delinquentes" (MARCÍLIO, 1998, p.76)

Apontando nosso vértice para o Brasil Meridional, entre as três Companhias de Aprendizes-Marinheiros criadas nessa região: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, ficamos com a penúltima como sendo nosso foco de análise. Desta forma o Rio Grande do Sul mais especificamente na cidade de Rio Grande, quinze anos antes, ou seja, em 1846 já havia criado um órgão militar naval responsável não só pelo controle da navegação naquela província[7], mas também pelo acolhimento e recrutamento de jovens com objetivo de enviá-los para Côrte fins de se agregarem ao corpo de imperiais marinheiros, desse

Amazonas (1871) Decreto nº 4680 de 17/01/1871, Rio Grande do Norte (1872) Decreto nº 5309 de 18/06/1873, Piauí (1874) Decreto nº 5.309, de 18/06/1873, Alagoas (1875) Decreto nº 5. 847 de 2/01/1875. Fonte: (CAMINHA, 2002, p.11)

[7] Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, regula a execução da lei anterior e criava diversas capitanias, inclusive a do Rio Grande, atendendo a seu grande movimento.

jeito as autoridades entendendo que o Rio Grande era o celeiro fértil para captar os jovens pelo recrutamento forçado, por prêmios ou voluntários e por também ter o seu porto como o local de grande movimentação portuária.

A cidade de Rio Grande, no decurso do século XIX, localizada em um ponto estratégico no extremo Sul do Brasil meridional, encerrava-se como último porto de chegada e partida de algumas embarcações vindas de várias regiões não só do país, mas também do exterior, principalmente de países andinos. O porto envolvia-se diretamente nas malhas mercantis sejam elas nacionais ou internacionais. Além do mais, o encurtamento da distância com outras regiões lindeiras como Pelotas, São José do Norte e regiões do charque[8] e a proximidade com o oceano fazia com que a cidade recebesse certa notoriedade no cenário nacional. A agitação portuária na cidade, durante aquele século, desde o primórdio do seu nascimento[9] vislumbrava o horizonte promissor. Assim, a cidade de Rio Grande passa a ser moldada e penetrada por influências sociais distantes e a ser o principal ponto de entrada e de saída do Rio Grande do Sul, lugar de passagem aos viajantes e imigrantes e os seus ideais e cultura (VEREKER, 2002, p. 7), da mesma forma a "chegada de trabalhadores que buscavam trabalho na orla marítima/portuária, criando gradativamente sua identidade" (FERREIRA, 2016, p.32). É nesse ambiente que a companhia de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul teria sua instalação, mas para isso deveria vir das autoridades a vontade

[8] Para conhecimento da questão produtiva, relativa ao comércio, redes mercantis e interesses econômicos, nas cidades de Pelotas e Rio Grande em meados do século XIX, ver em TORRES, 2004.

[9] O Rio Grande do Sul em especial a Cidade de Rio Grande, batizada primeiramente como Rio Grande São Pedro e posteriormente de São Pedro do Rio Grande tem uma história que na realidade não chega a três séculos. Sua fundação se deu com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, em 1737 chegou a nossa terra e aqui iniciou o povoamento desta região, construindo o forte denominado de Jesus-Maria-José, localizada na área de povoamento do Porto, formada por poucos moradores. Segundo Altmayr (2007, p.4) a fundação em 1837 de uma fortificação militar às margens do Estuário da Lagoa dos Patos, atuaria como uma área de proteção e defesa dos domínios da Coroa Portuguesa ao longo do extenso território compreendido do extremo sul do Brasil à Capitania de São Paulo. Inicialmente recebeu a denominação de Vila do Rio Grande.

e esforços para aquele propósito. Foi verificado que a cidade do Rio Grande tinha um comércio de navegação marítima e portuário de embarcações na barra do Rio Grande controladas pela recém-criada Capitania do Porto. Somado a isso, as autoridades nos debates da Câmara dos Deputados, constataram que, na cidade havia uma quantidade razoável de jovens ociosos e que poderiam dar maior contribuição a sociedade. Então em reunião da sessão de 14 de junho de 1860 foi votada a lei que fixava as forças navais para o ano financeiro do ano financeiro de 1861 a 1862 sobre a presidência do Deputado António Peixoto de Azevedo, estando presentes várias autoridades políticas de grande influência no Rio Grande do Sul, entre eles o Conde de Porto Alegre. Então naquele momento, deram início às discussões acirradas nas quais nos debates finais o Conde de Porto Alegre, presidente do conselho e figura de muito prestígio naquela casa parlamentar, Câmara dos Deputados, já pensando na navegação daquela região e na possibilidade de ter os jovens em lugar apropriado para receber instrução e formação adequada para servir a pátria, apóia a ideia da construção daquela organização militar na cidade de Rio Grande

Posteriormente é assinado o Decreto de 1861, despachado por ordem do Imperador, mandava criar a Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande para formar os futuros homens do mar, tendo seu primeiro comandante o Primeiro-Tenente Ricardo Greenhalgh desde o dia 27 de junho último[10]. Assim, *O Diário do Rio Grande,* em 29 de setembro daquele ano, passou a noticiar o debate estabelecido na câmara dando início ao nascedouro naval na província do sul. Assim proferido por um Deputado:

> Ministro da Marinha: Quanto à Companhia de menores que o nobre deputado pede para a sua província, entendo que este pedido é muito razoável. Na lei de fixação de forças, que acabou de passara na Câmara está o governo autorizado a criar mais

[10] AN, IIIM702 Códice. Relatório de inspeção das Companhias de Aprendizes da província de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, 1867.

> uma Companhia de menor. Espero levar o efeito esta criação na província que o nobre deputado tão dignamente representa[11].

O Relatório enviado para debate e votação do ano de 1860 teve autorização do para criação da Companhia de Aprendizes, o que não significava que a Companhia seria criada neste ano e sim, no ano seguinte, pois, de acordo com a agenda do Ministro, a Marinha gerava o Relatório que era levado mais uma vez para debate e votação, depois das réplicas e tréplicas, isto é, os debates geralmente acirrados, sendo aprovada, então, a proposta era posta em prática, conforme discorrido anteriormente.

Com a proposta positivada, o local de instalação dessa unidade seria na ponta da Macega com inicialmente uma companhia de menores, vindo da Côrte, se incorporaria à Companhia de Rio Grande para aquartelamento dos futuros Marinheiros imperiais. O Relatório Ministerial confirmava essa ideia:

> [...] que inicialmente formou-se de duas divisões de 100 menores cada uma, acha-se organizada, desde de janeiro de 1861 somente a primeira que apresenta um efetivo de 68 aprendizes, esperado por consequência de 32 para o seu estado completo. Está provisoriamente aquartelada em dois prédios da Macega, mas planejo removê-la para a barra, isto pelo seu isolamento e outras condições mais apropositadas para um estabelecimento desta natureza[12].

Com o passar dos anos esse número teve algumas variações para mais e para menos, por mais que houvesse tido esforços para completar os efetivos daquela Companhia e de outras, ficou evidenciado, mais uma vez, a deficiência na complementação das vagas pelo obstáculo em recrutar crianças e jovens para as companhias.

---

[11] Sessão da Câmara dos deputados proferida pelo Sr. Ottoni em 17 de agosto de 1861.

[12] RMM, 1862, p.7.

A proposta acima, do Ministro da Marinha, sugere uma organização inicial com um efetivo pré-determinado. Contudo, o presidente da província propunha uma nova formação na lotação inicial para compor a Companhia; sendo ela possivelmente formada com o seguinte grupo militar: inicialmente de 65 indivíduos, isto é, um Capitão-Tenente comandante, um Primeiro-Tenente, um fiel, um Mestre de armas, dois Marinheiros de 1ª classe, um de 2º classe, cinquenta e três Aprendizes, um pífano e um tambor; faltavam, pois, quarenta e cinco menores para perfazer o número de noventa e oito que é fixado na lei[13].

Para a Armada manter sua consolidação na costa, criaria Companhias de Aprendizes-Marinheiros, até então, outras províncias haviam recebidos essas unidades militares, e o jornal "responsável" por dar a notícia de que seria criada uma dessas unidades em Rio Grande seria o jornal *O Diário de Rio Grande*. Esse evento passou a ser relatado nas páginas desse jornal, cujo dono, de ideologia partidária, era o saquarema Antônio Caetano da Silva, que trazia em suas folhas várias discursos voltados para dinâmica da criação dessa unidade naval.

Este periódico, produziu um modelo perfeito capaz de, nas suas páginas, convencer a população de que pessoas estigmatizadas pelas suas condições sociais estavam predestinadas à servidão. Assim, apoiados na ideologia propagada pelo *Diário do Rio Grande,* os políticos, objetivando uma melhor aparelhagem administrativa das instituições militares, devido aos fatos do passado em que movimentos rebeldes, insurgentes, separatistas e liberais abalaram a estrutura do Império, tomaram medidas ostensivas quanto ao recrutamento das faixas menos favorecidas da sociedade, dentre tais medidas poderiam estar a divulgação em suas páginas das atividades do recrutamento na Capitania e da ativação da Companhia de Aprendizes, mesmo sabendo que a grande parcela da população daquele período era analfabeta.

[13] Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1862, p.20.

Referente as atribuições da Capitania, entre elas estavam a responsabilidade de fazer os registros de todos os pescadores, os quais, depois de matriculados, teriam de se apresentar em seus estabelecimentos mês a mês com o intuito de tomar visto em seus registros. "Se por um lado os pescadores estariam isentos de servir na Guarda Nacional e não teriam mais nenhum outro ônus civil, contudo deveriam sujeitar-se ao serviço militar na Marinha de Guerra quando necessário" (OLIVEIRA, 2013, p.164).

O ano de 1860 foi decisivo para o recebimento da Companhia de Aprendizes. Como já verificamos, mediante os debates da Câmara, havia sido autorizada a criação dessa Unidade Militar, o terreno desde 1851 já havia sido comprado e só faltava sua construção em definitivo. Assim, do expediente do Ministério da Marinha, de Janeiro de 1860, constava a remessa feita à presidência da província da cópia do tratado da escritura lavrada no Tesouro Nacional, da venda dos terrenos e casas da ponta da Macega, feita pelo dono do terreno o Dr. Rocha. O Relatório do Ministro da Marinha, na época Joaquim José Inácio, expunha a seguinte notícia, mais tarde divulgada pelo jornal:

> [...] efetuou-se a mudança a Capitania do Porto do Rio Grande do Sul, e suas dependências, para propriedade da ponta da Macega ultimamente comprada pelo Dr. João José da Rocha. O governo aprovando a demarcação de limites, a que só procede o Major de Engenheiro, Paulo José Pereira, julgou inconveniente ouvir o conselho Naval, sobre as obras, que o mesmo oficial propor como de vantagem ao serviço da Marinha aquela província[14].

Dessa forma *O Diário do Rio Grande* de 7 de março de 1860, noticiava:

> [...] o Dr. João da Rocha que em setembro faz venda ao governo de suas propriedades na Macega e que só dependia de ordem do mesmo governo para levantar um trapiche entre as duas casas, pelo qual se abrigou, deu á princípio três dias a esta obra que pense

[14] RMM, 1860, p. 22.

> deixar pronta em sessenta dias, mais ou menos, concluída o trapiche, o Dr. João da Rocha fará então a entrega do prédio para onde se transportará a Capitania do Porto, o comissário da Marinha.

No dia 23 voltava a dizer, "o Dr. Rocha entrega hoje ao Capitão do Porto as propriedades que vendeu ao governo". Datado de 31 de maio, oito dias após a entrega, o Capitão do Porto, Antônio Caetano Ferraz[15], é transferido para Porto Alegre, indo para onde o delegado que lá servia, passando a repartição daquela cidade a ser uma Delegacia, conforme se via nos editais por ela publicados. Os jornais protestam e *O Diário do Rio Grande* de 7 de junho noticiava:

> [...] ali funcionavam a Capitania, o depósito Naval e o quartel de Aprendizes, num prédio que custava 70 contos e que não poderia ficar subalterno à de Porto Alegre, como se ali fosse a Capitania e os fazia publicar aqui como delegacia, como o poderia ter sido para Santa Isabel ou Pelotas, não era razão para que a Capitania passasse a esses lugares.

Tratava-se de uma questão de vaidade do Capitão Ferraz, pois o protesto não quer dizer respeito à troca de função, rebaixando de certa forma o tipo de atividade desempenhada pela Capitania do Porto. Antônio Ferraz assinava os atos na repartição de Porto Alegre, como se ali fosse a Capitania e os fazia publicar como Delegacia da Capitania, argumentando "que tão somente porque esse oficial fora transferido para a capital, como o poderia ter sido para Santa Isabel ou Pelotas, não era razão para que Capitania passasse a esses lugares"[16].

Naquele momento para ser um aprendiz marinheiro integrante da companhia de Aprendizes, o jovem deveria preencher alguns requisitos regulamentados[17] como ser cidadão brasileiro, ter a

[15] Na patente de Capitão de Fragata foi o segundo a comandar a Capitania do Porto de Rio Grande no período compreendido entre 26/06/1847 a 19/11/1863 sucedendo o ex-diretor do Arsenal o Capitão Tenente Francisco José de Melo o primeiro Capitão do Porto.

[16] Livro Histórico de estabelecimento da CPRS

[17] Decreto nº 1 .517, de 4 de Janeiro de 1855 e Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857.

idade de 10 a 17 anos e ser de constituição robusta e própria para a vida no mar. Fora a regulamentação aquele indivíduos preencheriam as vagas como voluntários ou sendo órfãos e desvalidos que fossem remetidos pelas autoridades competentes ou alistados pelos pais, tutores ou qualquer indivíduo responsável. A ressalva sobre a apresentação dos menores pelos pais ou tutores seria o prêmio recebido que equivaleriam a 100.000 conto de réis. O pagamento de prêmios intensificou certa medida, tornar o recrutamento de menores um bom negócio. Os agentes públicos, empenhados na execução desse rentável negócio, aproveitaram a situação de pressionados pelas autoridades do governo e não mediram esforços para atendê-las. (SANTOS, 2016, p.161).

De certa maneira, alistar os filhos, com intuito de receber a remuneração, era um tipo de moeda de troca devido às necessidades das classes menos abastadas da época. Era também a forma de vender a guarda de sua cria para a nação, "prática essa vinda da tradição escravista" (MAESTRI, 2000, p.25). Observa-se que o cuidado em mantê-los vinculados mais tempo na Companhia estava sendo a preocupação maior, por essa razão aqueles que tinham a intenção de fazer parte da Armada poderia ser alguma vantagem, pois se quisesse sair, o tempo de serviço seria menor ao invés daquele que foi pego a laço no recrutamento forçado. Não se pode esquecer que todos eram exclusivamente oriundos dos extratos inferiores da sociedade.

Na maioria das vezes as autoridades representadas pelos presidentes das províncias se eximiam da responsabilidade de coagir esse tipo de ato por ser um tipo de utilidade pública para cumprir os intentos dos regimes que vigoravam. Os presidentes das províncias eram nomeados diretamente pelo Imperador, aconselhados pelo partido que estivesse no poder, Partidor Conservador ou Partido Liberal que poderia ser um membro vindo da Camara de Deputados, e Câmara do Senado[18]. Com esse "poder"

[18] De acordo com a Constituição Brasileira de 1824 e artigo 14.

na sua jurisdição, ele poderia determinar como seria o efetivo que iria compor a unidade Militar. Com isso, devendo a Companhia de Aprendizes essencial obediência.

Com alguns atos da Presidência provincial tipificava o engajamento administrativo dando dinâmica no segundo semestre de 1862 para Companhia de Aprendizes, através de uma notícia vinda do jornal.

> [...] a presidência do Rio Grande do Sul, declarando, em aditamento ao aviso de ontem datado que exonera o 1ºTenente da Armada Domingos Joaquim da Fonseca, do comando da barca de escavação, e que este oficial deve ali ficar servindo na Companhia de Aprendizes Marinheiros até que lhe seja dado outro destino – expediu-se aviso ao quartel General comunicado esta deliberação, e bem assim a nomeação do Capitão de Fragata Manuel Joaquim Corrêa dos Santos.(*O Diário do Rio Grande*, 08 e março de 1862)

Provavelmente essa movimentação efetuada pelo presidente da província, extraindo oficial de um lugar e deslocando para outro, representaria completar o efetivo da Companhia. Já esse oficial superior, Manuel Joaquim Corrêa dos Santos, foi o futuro comandante da CPRS, entre o período de 07 de janeiro de 1875 a 31 de janeiro de 1877.

Figura 1 - Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande/RS, Século XIX

Fonte: Arquivo da Biblioteca Rio-Grandense

O dito jornal anunciava em edital o fornecimento de alimentação básica para os menores da Companhia de Aprendizes: "Todos os gêneros serão de boa qualidade e fornecimento de pão e carne fresca será por conta do fornecedor posto no quartel da Companhia de Aprendizes-Marinheiros [...]" (O *Diário do Rio Grande*, 15 de junho de 1862).

Em 1885, essa Companhia de Aprendizes que teve seu nome mudado para Escola de Aprendizes-Marinheiros, sua desativação aconteceu em definitivo em 1922. Desde a sua criação esse viveiro naval teve sua real importância na questão de consolidar suas ações frente a questão de dar aos jovens que viviam sobre venerabilidade social. Também tinha o propósito dos regimes sejam eles imperiais ou regenciais em manter o controle daquela massa de jovens que de certa forma estigmatizada pelas suas origens incomodavam algumas autoridades políticas e imperiais.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa constatou-se que a Companhia de aprendizes do Rio Grande do Sul, criada apenas com uma seção, respondia, portanto, a uma necessidade teórica das autoridades políticas e militares. Foi uma das escolas de Marinha, naquele período, que mais forneceu homens para servir a Armada e também aquela que mais instruiu os jovens, mesmo com algumas fugas, sendo o maior diferencial no tocante as outras companhias, ficando no roteiro das 18 companhias criadas, no Brasil meridional, que menos analfabetismo teve em seu corpo demonstrativo. Assim ela teve a sua importância no projeto original das agremiações políticas que foram a militarização, o controle, a profissionalização dos jovens. Tudo isso é claro mediado pela força, dando a eles a oportunidade mesmo com um regulamento repressor e opressor de formação e ascensão.

Referências

ANTOCHEVIS. Eliza Furlong. *Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande, RS (1755-1941)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.Pelotas, 2015.

ANTUNES, Edna Fernades. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

BOITEAUX, Lucas Alexandre. *A Marinha imperial e a Revolução Farroupilha*. Imprensa da Marinha. Rio de Janeiro, 1935.

FERREIRA, Gladis Rejane Moran. *Cem anos do Porto do Rio Grande? Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma "Barra Diabólica"*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. V. 2.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata*. Ed. moderna, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA. Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)*. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2013.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação a ser apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2016.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000.

VEREKER, Henry Prendergast. *Vereker, 1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul.* Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2001.

Leis, decretos, relatórios e falas das autoridades

Lei 148, de 27 de agosto de 1840. Disponível no seguinte site: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/

Sessão Câmara dos Deputados de 31 de Maio de 1833, 15 e 16 de junho de 1860 e 17 de agosto de 1861. Disponível no seguinte site: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899

Relatórios dos Ministros da Marinha, 1833, 1836, 1841, 1862 e RPP, 1862. Disponíveis em http://www.crl.edu/

Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861, Decreto nº 1 .517, de 4 de Janeiro de 1855, Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857. Disponível no seguinte site: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/

Setor de periódicos da biblioteca rio-grandense

O Diário do Rio Grande, em 29 de setembro de 1861.

O Diário do Rio Grande de 7 de junho de 1860

O Diário do Rio Grande, 15 de junho de 1862

CAPITANA DOS PORTOS DE RIO GRANDE
- Livro Histórico de estabelecimento da CPRS

ARQUIVO NACIONAL
AN, IIIM 702 códice